

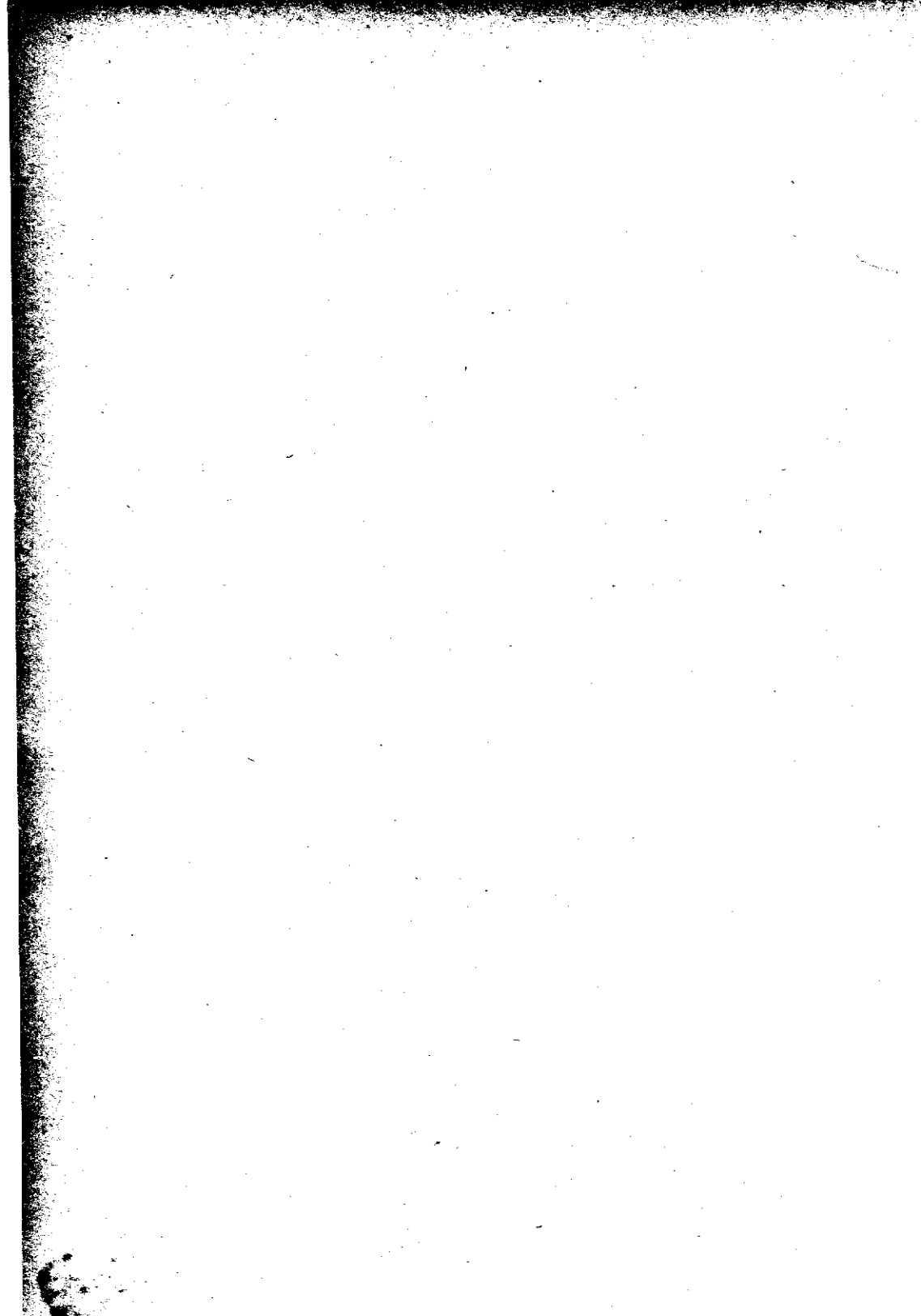
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO

D I R E T O R I A :

Presidente Perpétuo	Dr. José Torres de Oliveira
1.º Vice-Presidente	Dr. Álvaro de Sales Oliveira
2.º Vice-Presidente	Dr. Frederico de Barros Brotero
3.º Vice-Presidente	Desembargador Júlio Cesar de Faria
1.º Secretário	Prof. João Augusto de Toledo
2.º Secretário	Dr. Carlos da Silveira
Suplentes do 2.º Secretário	Prof. José de Oliveira Orlandi Dr. Hermes Pio Vieira
Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
Orador interino	Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA :

Dr. Carlos da Silveira
Prof. Nicolau Duarte Silva
Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1894

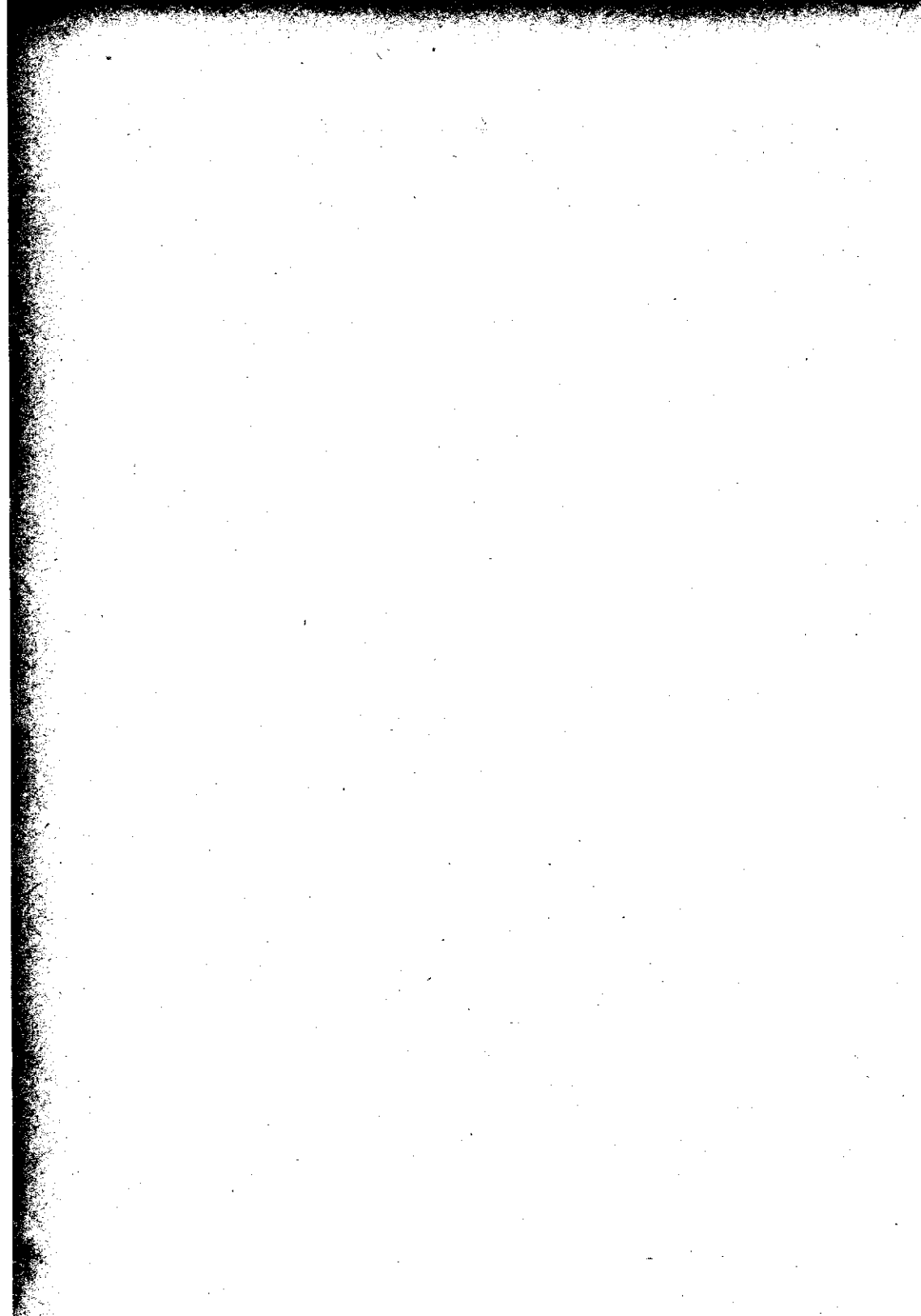
DIRETOR RESPONSÁVEL:
PROF. NICOLAU DUARTESILVA

VOLUME XL

EDIÇÃO DO

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

2.º SEMESTRE DE 1941



IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESÚS

(1540-1940)

Sob a presidência do dr. Altino Arantes, realizou-se, no dia 15 de julho de 1941, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos representantes dos exmos. srs. Secretários da Justiça e da Fazenda, respectivamente, drs. Antônio Silvío da Cunha Bueno e Antônio Rodrigues Alves Neto, e grande número de pessoas, uma reunião convocada pela Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas, para a realização da 7.ª conferência comemorativa do IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, conferência essa a cargo do sr. dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo daquele Instituto.

Alem do dr. Altino Arantes, presidente da Associação dos antigos Alunos, tomaram lugar à mesa os drs. Júlio Augusto Borges dos Santos, consul de Portugal, Afonso de Escragnolle Taunay, Alvaro Soares Brandão e Padre Bannwarth.

O SR. PRESIDENTE — Convido os drs. Alvaro Soares Brandão e Alberto de Araujo Oliveira para introduzirem no recinto o distinto conferencista que nos vai dar o prazer de se fazer ouvir, o dr. José Torres de Oliveira.

(Entra no recinto, seguido das pessoas designadas pelo sr. Presidente, o dr. José Torres de Oliveira, que é recebido com vibrante salva de palmas).

O SR. PRESIDENTE — Exmas. Senhoras e meus Senhores: Devo confessar-vos, preliminarmente, que me considero usurpador ao ocupar esta cadeira que, por legitimo direito de conquista, pertence àquele a quem tenho a honra e o prazer de ver sentado à minha direita, o meu ilustre amigo dr. José Torres de Oliveira.

Como sabeis, a Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas, da qual tenho a honra de ser presidente, pro-

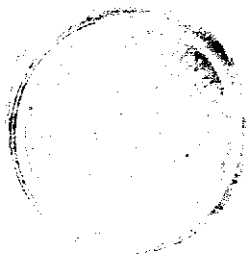
mouveu, durante o decurso deste ano, uma série de conferências destinadas a comemorar o IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesús. Para nós, brasileiros, e que algo conhecemos da nossa história, a fundação da Companhia de Jesús é um fato que diz respeito muito de perto à História do Brasil, porquanto, segundo a frase célebre de Capistrano de Abreu, "para saber e conhecer a História do Brasil, é preciso conhecer-se a História da Companhia de Jesús". Ora, nesta série de conferências, o dr. José Torres de Oliveira tinha o direito, tinha mesmo o dever de ocupar um lugar de destaque, porque nós todos, de São Paulo, conhecemos o carinho, a competência e a proficiência com que ele se dedica ao estudo dos fatos mais interessantes da nossa História.

Portanto, não tenho, neste momento, de fazer a apresentação do dr. José Torres de Oliveira, digno presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Quero apenas manifestar-lhe, em nome da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas, o nosso imenso agradecimento pela honra que ele nos proporciona, tendo aceito a incumbência de realizar uma dessas conferências e agradecer-lhe, também, os momentos de verdadeiro prazer intelectual que nós todos, antecipadamente, já estamos gozando na expectativa da conferência que ele vai proferir.

Tem a palavra o dr. José Torres de Oliveira.

O DR. JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA — *Agradecendo, preliminarmente, as palavras gentis que V. Ex., Sr. Presidente, acaba de me dirigir, e que são exclusivamente o produto da sua grande bondade e generosidade, vou dar imediatamente início à palestra a que me propús, a-fim-de poupar ao auditório o sacrifício de se demorar muito tempo fora do conforto de seus lares, nesta noite agreste que estamos atravessando. (Não-apoiados gerais).*

(Vai publicada a seguir a conferência proferida pelo dr. José Torres de Oliveira).



O COLÉGIO DE ITÚ DO MEU TEMPO

José Torres de Oliveira.

Convidado pela Diretoria da Associação dos Antigos Alunos dos Reverendos Padres Jesuitas, Associação a que pertencço, para fazer uma das 12 conferências comemorativas do 4.º Centenário da Fundação da Companhia de Jesús, aceitei, desvanecido e jubiloso, o convite, além de outros motivos, porque ele me ensejava testemunhar aos meus antigos Mestres do Colégio de Itú o meu reconhecimento pelo muito que fizeram para educar meu coração e formar o meu espírito.

Observando eu, porem, o alto diapásão por que tinham sido afinadas algumas das conferências anteriores, nas quais grandes oradores, em notaveis remigios, focalizaram o assunto, resolvi baixar essa tonalidade, para, em uma simples e desprentensiosa palestra, contar o que vi e o que pude observar durante os 4 anos de minha reclusão naquele templo de saber e de virtude, que era o Colégio S. Luiz, onde decorreu a minha meninice — dos 10 aos 14 anos —, de 1879 a 1882.

Já lá vai mais de meio século!

Sei que, como disse Rui Barbosa, “as multidões amam a eloquência, e bebem com delícia os prazeres da palavra nos lábios dos grandes oradores”.

Aliás, já proclamara Lord Salisbury: “O poder está com a palavra, está com os que sabem falar”.

Mas, ave de vôo curto, não me quis aventurar a elevar-me a regiões reservadas aos condores e às águias da oratória, preferindo ficar no chão humilde de que não se pode cair, e em que, pela natural obscuridade, não se pode ser atingido pelos acúleos da crítica severa.

Para este modesto trabalho, mais de história que de exegese, e que procurarei tornar o mais breve possível, peço vossa compassiva e generosa atenção.

Não poderei dizer novidades aos rarísimos contempo-

râneos daquela época saudosa, entre os quais, infelizmente, só vejo presente Alberto de Araujo Oliveira, mas talvez logre ser ouvido, com algum interesse, por curiosos, que desejem informes sobre o modo como, nos seus colégios, ministra educação e ensino a tão discutida e, ao mesmo tempo, odiada e amada "tropa de assalto", organizada por Santo Inácio de Loyola em 1534, para combater a dissidência luterana, milícia esta que, em nosso País, por inestimáveis serviços, teve assinalado relevo quase desde os albores da nacionalidade.

Certamente, não vou fazer uma descrição completa, um relatório sobre a vida do colégio, mas apenas recordar fatos e pessoas que mais feriram a minha retina de simples adolescente.

Começarei por formular uma interrogação: Colégio S. Luiz, porquê?

Quem era S. Luiz? Tratar-se-á, porventura, do grande Rei de França, aclamado em 1226, promulgador da célebre *Pragmática*, grande combatente da causa de Deus, vencedor de infiéis, distribuidor indefectível de justiça?

Não.

O S. Luiz, sob cuja invocação se fundou o colégio de Itú, era um jovem de 23 anos apenas, pouco mais que um menino noviço da Companhia de Jesús, e que faleceu sem ainda ter recebido as ordens maiores do sacerdócio.

Nascido na segunda metade do século 16, em 1568, no Castelo de Castiglioni, nas imediações de Solferino e Vila Franca, na península itálica, era filho primogênito do Marquês Fernando Gonzaga (donde lhe veio o apelido Gonzaga) e sua esposa Marta Tana Santena, os quais deram ao mundo 8 filhos. Iniciou a vida na caserna, aos 5 anos de idade, e daí saiu aos 7, escandalizado com as liberdades dos soldados. Teve vida acidentada. Escapou, milagrosamente, de duas mortes iminentes, uma por água e outra por fogo. Quase morreu afogado, uma vez, e outra, quase foi devorado por um incêndio.

Lutou longa e tenazmente com o pai, nobre, rico e poderoso, o qual queria, a todo o transe, dissuadi-lo de seguir a carreira eclesiástica, pela qual manifestara, desde a infância, a mais forte inclinação. Firme em seu propósito, triunfou afinal, obtendo a anuência paterna, e, aos 17 anos, alistou-se na coorte de Santo Inácio, assinalando toda a sua curta mas gloriosa existência, por uma pureza sem mácula, pela mais robusta fé e pela mais ardente caridade.

Diz um dos seus biógrafos: "Em 21 de junho de 1591 entregou sua alma nas mãos do Eterno. Não lograra ainda completar os estudos para a ordenação sacerdotal e Deus chamou-o para officiar no templo da eternidade, deixando aos homens, num perene apostolado, o exemplo de sua vida e a eloquência da pureza que foi a maior das virtudes dessa existência breve e bela. Milagres inúmeros logo atestaram a santidade da alma de S. Luiz. Treze anos após a sua morte, já era beatificado. Coube ao Papa Benedito XIII, em 1726, inscrevê-lo no catálogo dos santos. São Luiz Gonzaga, com sobeja razão, é considerado o protetor da mocidade, o defensor da virtude da pureza, o modelo sem jaça da juventude que almeja a perfeição."

É este o Santo sob cuja égide foi instalado, em maio de 1867, o colégio de Itú, colégio este transferido para S. Paulo em 1918, e que tem sua sede na Avenida Paulista.

Sua imagem, em tamanho natural, sempre ornamentou o altar-mor da Igreja colegial. Tenho dela a mais viva recordação.

O Colégio do meu tempo, pelo lado material e arquitetônico, era muito diferente do que veio a ser mais tarde.

Desprovido, como todas as habitações contemporâneas, de água encanada e de canalizações sanitárias, não podia proporcionar o conforto que posteriormente ofereceu.

A vida era muito mais laboriosa, mais áspera e dura.

Nos anos de grande e, por vezes, inesperada afluência de alunos internos (mais de 400, mais de 500) foi preciso instalar, transitoriamente, dormitórios em águas-furtadas, e refeitórios em simples corredores.

Nesses locais, pouco próprios, também a mim coube dormir e comer.

Não existia sequer a Igreja, que, depois, transformada em dependência de um quartel, ainda lá se vê presentemente.

O local onde se realizavam as práticas e solenidades religiosas era uma construção muito velha, sita ao lado direito do edificio colegial, sem frontespício de templo nem qualquer vestígio da arte mais rudimentar.

MESTRES

Dentre os mestres do meu tempo culminava o Reitor, Padre José Maria Mantero. Imponente figura de condutor de homens, muito inteligente e culto, impunha-se pela bon-

dade e pela nobreza das atitudes. Tinha raros predicados de diplomata. Enérgico, mas sempre calmo, ponderado e justo.

Toda a mocidade o respeitava e quase o adorava.

Há pouco foi comemorado, com grandes solenidades, o centenário de seu nascimento.

Seguia-se-lhe na administração o Padre José Giomini, Ministro ou Mestre de disciplina. Baixo, gordo, vermelho. Ativíssimo. Tudo vigiava e a tudo superentendia: dormitórios, refeitórios, salões de estudos, recreios, despensa, cozinha. Era, também, o censor da correspondência. Algumas vezes convidou-me para ajudá-lo nesse mister.

Dizia à criançada que ninguém o enganava, que era "Macaco Velho". A meninada, pegando as palavras, muitas vezes o chamava por essa designação—Macaco Velho, com o que jamais ele se agastava. Mas, quando era preciso, sabia fazer valer sua autoridade, e, nesses momentos, metia medo.

Costumava dizer que tinha um gênio terrível.

Nunca ninguém deu porisso.

Faleceu, não há muito, em idade avançada, com mais de 80 anos.

Via-se raramente, pelos corredores, um Padre Triossi ou Andreassi, creio que Diretor Espiritual. Muito idoso. Não lecionava.

Inteiramente destituído de paladar, o doce e o azedo tinham para ele o mesmo sabor, isto é, não tinham sabor nenhum.

Figura muito interessante e muito querida era a do Padre Taddei, Barlotomeu Taddei. Também não lecionava. Dedicado a missões, fundou vários Apostolados. Pouco parava no colégio, mas, quando aí estava, era disputadíssimo para confessar, porque, depois de muito ralhar com o penitente, acabava sempre lhe dando... um punhado de balas.

PROFESSORES NOTÁVEIS

Dentre os professores destacavam-se:

O Padre Bento Schettini Teixeira Guimarães, lente de Português adiantado e Retórica;

Padre Chiari (creio que Hortênsio Maria) lecionava latim adiantado;

Padre Rafael Maria Galanti, grande historiador, autor de várias obras muito apreciadas e procuradas. Ensinava também inglês; e muitas vezes nos dizia que a língua inglesa, não sendo bem pronunciada, não podia ser bem compre-

endida. A conjunção “mas”, por exemplo — que é *but* — se não for pronunciada com a boca torta, ninguém entende. Então, entortava a boca e dizia *but* (*Riso*).

Padre Carlos Candiani, um sábio, conhecedor de 18 línguas, ensinava grego e alemão. Muito velho, morava à parte. Plantava fumo e fabricava rapé.

Padre Ângelo Sabatini ensinava, com grande proficiência, qualquer matéria. Provido de notável voz de baixo profundo, causava grande impressão quando se exhibia cantando nas festas religiosas.

Foram também professores do meu tempo, e de todos guardo as mais gratas recordações: o Padre Georgini, que ensinava Aritmética e Geometria. Muito nervoso. Era piscapisca.

Nardi ensinava piano e violino.

Luiz Iabar era vigilante de dormitório. Deu-me sábios conselhos que muito me aproveitaram na vida prática.

Luiz Maria Bonani era profundo latinista.

Padre Speranza, um homenzarrão, morreu afogado em Santos quando se banhava no mar.

Padre Pujol era muito neurastênico. Roia as unhas incessantemente. Chegou, por sua implicância com um aluno, a ser desfeitoado por este, com grande escândalo de todo o colégio.

Este aluno foi expulso, naturalmente. Assim exigia a disciplina. Mas não era mau. Na vida foi um bom chefe de família e bom cidadão. Era advogado provisionado numa comarca do interior.

Padre Lourenço Rossi era um gigante, mas extremamente bondoso.

Padre André Fialho de Vargas entrou para o colégio pouco antes da minha saída. Tinha a fama de poliglota.

Padre Rodrigues (creio que Antônio), era brasileiro, muito meigo de gênio, carinhoso com os discípulos. Se a memória não me trai, ensinava francês e geografia.

IRMAOS AUXILIARES

Para ajudar os sacerdotes nos afãs da vida colegial, havia um grupo de homens chamados *Irmãos*. Leigos, sem ordens religiosas, mas com votos de castidade, pobreza e obediência. Eram eles:

Alberani, arquiteto, desenhista e exímio pintor a óleo;
Giuliani, farmacêutico, remendão de calçado, gerente

na sapataria. Muito bom, mas um tanto neurastênico, talvez pelo excesso dos trabalhos a que se entregava;

Rosella, chacareiro. Um colosso. Sempre risonho e bem humorado, suspendia dois meninos (não muito grandes, naturalmente) em cada braço;

Nardela, chefe cozinheiro. Pequeno e muito rápido em todos os seus movimentos, parecia um serelepe. Fazia uns bolos de fubá muito saborosos, chamados *Bolos Nardela*, que apareciam em profusão em todas as festividades;

João Pocovi, mestre pedreiro. Morreu de um acidente, caindo de alto andaine, quando dirigia as obras da feitura de um novo pavilhão. Falou-se, à boca pequena, em suicídio, na intercorrência de um ataque de loucura;

Lourenço Iemi, roupeiro ou chefe da roupa. Alto, magro, com uma indefectível carapuça enterrada até às orelhas, e um narigão, sempre cheio de rapé. Com ou sem razão, era muito impaciente com os meninos, que sempre lhe faziam reclamações porque as meias estavam mal remendadas ou o cobertor não os protegia suficientemente contra o frio... etc., etc., etc.

Quero homenagear com grande carinho, meu mestre de primeiras letras, o Irmão Soriano ou Soriani, Francisco Xavier, creio. Sempre esgotado em sua imensa paciência, por aturar os naturais desatinos da *crilada*, tinha, às vezes, rompantes que nos deixavam aterrados. Mas, era tudo papo. Não fazia mal a ninguém.

OUTROS AUXILIARES

Alem dos Irmãos, havia outros auxiliares, de categoria inferior, como uns pretos que ajudavam na cozinha e em outros misteres humildes. Quero, porem, recordar um célebre Leopoldo, italiano, bigodudo e meio chuva, encarregado da faxina dos dormitórios, alegre e brincalhão, mas com quem os Padres não queriam que os meninos tivessem qualquer contacto.

Encerrando este ponto, quero lembrar a pessoa simpática de um mulato robusto, por nome Teobaldo, cuja função consistia, quasi exclusivamente, em tirar e baldear água do poço central.

Ouvia-se, incessantemente, e muitas vezes pela noite adentro, o chiar da carretilha conduzindo a corrente de ferro, por onde o Teobaldo fazia subir e descer duas caçambas de metal, uma em cada ponta.

CONDISCÍPULOS NOTÁVEIS

O regime do Colégio, no meu tempo, era o internato. Não me consta que houvesse alunos meio-pensionistas ou externos.

A fama que o colégio grangeou, por sua modelar disciplina e competência do professorado, atraía alunos de todos os pontos do País, mas, especialmente, do Rio-de-Janeiro e deste Estado, como era natural, pela facilidade das comunicações.

No ano de 1888, ainda sob o reitorado do Padre Manteiro, chegou a ter 633 alunos internos.

Dos estudantes do meu tempo era *primus inter pares* ESTEVAO DE ARAUJO ALMEIDA, que nos concursos obtinha quase todos os primeiros prêmios.

Como se sabe, mais tarde veio a tornar-se grande advogado, jurisconsulto e lente da Academia. Conhecedor profundo do Latim e do Grego, era muito versado na literatura clássica. Sabendo o vernáculo como poucos, creou um estilo próprio, em que se exprimia com rara elegância.

Sobressairam notavelmente:

José Manuel de Madureira, que seguiu a carreira eclesiástica; fez-se jesuita. Escreveu alentada obra, em 2 volumes, sobre a Companhia de Jesús, intitulada: *A liberdade dos índios. A Companhia de Jesús. Sua pedagogia e seus resultados*;

Herculano Galdino de Alvarenga, mais tarde exímio professor de humanidades, em colégios e casas particulares;

Cândido Mendes de Almeida, filho do Senador de igual nome, mais tarde Conde Romano, professor de Direito;

José Pinto Cesar, conhecido e acatado advogado;

Luiz Barbosa da Gama Cerqueira, brilhante orador parlamentar e professor de Direito. No Colégio dava-se, com muita habilidade, à arte da carpintaria;

Carlos Peixoto de Melo Filho, o eminente parlamentar que por longos anos presidiu à Câmara dos Deputados Federais, tão cedo roubado à pátria;

José Geraldo Bezerra de Menezes, filho do deputado dr. Leandro Bezerra, o ardente e corajoso defensor dos Bispos do Pará e Olinda, perseguidos pela Maçonaria;

Joaquim Pinheiro Paranaíba, filho do Marquês de Paranaíba, mais tarde advogado de boa reputação;

Henrique Carneiro Leão Teixeira, filho do Visconde do

Cruzeiro, o qual teve vida de relevo no foro e nas letras cariocas;

Paulino José Soares de Sousa Filho e Álvaro Paulino Soares de Sousa, filhos do Conselheiro Paulino e netos do Visconde do Uruguai, estes, chefes políticos de grande projeção no País.

Os então meninos, Álvaro e Paulino, eram muito claros, pálidos e anêmicos. Pareciam de cera. Não podiam tomar sol. Tinha-se a impressão de que, se se expusessem aos raios solares, derreteriam. Porisso, tinham quarto reservado e mesa especial. Os Padres não gostavam muito disto. Nem nós. Mas, que se havia de fazer? Eram plantas de estufa!

Tiveram, também, muito destaque: Carlos Magalhães de Azeredo, o brilhante Embaixador do Brasil no Vaticano, o qual teve o privilégio de ser promovido *sur place*; José Leite Pinheiro, Henrique Tanner de Abreu, Argemiro da Silveira, Alberto de Araujo Oliveira, Luiz Felipe de Sousa Leão e outros.

DIVISÕES

Os alunos distribuíam-se por 3 divisões, absolutamente incomunicáveis, mesmo nas aulas comuns: *pequenos, médios e grandes*.

Era vigilante ou prefeito dos pequenos o Padre Caetano Benvenuti. Muito bom, mas pouco paciente.

Dos médios o era o Padre Luiz Rossi. Bravo e até valente. Usava uns grandes óculos pretos, que lhe davam à fisionomia, aliás bonita, um ar meio rebarbativo. Quando algum menino se insubordinava e queria grimpar, aparecia ele, e, com uns esgares esquisitos, dominava, infundindo pavor. Era muito temido e pouco amado.

Dos grandes, era prefeito o Padre Cortês, brasileiro, parece que do Rio-Grande-do-Norte. A bondade em pessoa. Um tanto ingênuo. Um santo.

BANDAS DE MÚSICA E ORQUESTRA

Votado ao cultivo das belas-artes (menos à dança, naturalmente), mantinham os Padres 2 bandas de música e uma orquestra.

Uma das bandas era formada pelos alunos, outra pelos empregados do colégio, quase todos pretos.

Dirigia ambas as bandas e a orquestra o competente Maestro Dante Reali.

Tomava frequentemente parte na banda dos alunos o Padre Ministro José Giomini, insigne tocador de oficlidade, o qual também substitua, com vantagem, qualquer músico de instrumento metálico que porventura faltasse.

Nessa banda eu, orgulhosamente, manejava o bumbo, função importante, como podem atestar os musicistas.

Havia também uma orquestra, a cargo dos alunos, na qual toquei violino e, depois, violeta (instrumento de corda maior que o violino e menor que o violoncelo).

TEATRO

Havia ainda um teatro, com ótimo palco, cenários, bastidores, pano de boca etc., construído nos fundos do grande salão de estudos.

No alto da parede que separava o palco do salão de estudos lia-se, em artísticas letras garrafaís, a dedicatória — *Religioni et Bonis Artibus*.

Nas festividades do fim do ano letivo, em que se fazia a solene distribuição dos prêmios, funcionava o teatro, representando-se peças clássicas, devidamente adaptadas, com supressão do elemento feminino, forçosamente. Atores, os alunos.

Lá assistí, com grande gáudio, entre outras, às peças de Molière: *Le bourgeois gentilhomme* e *Le médecin malgré lui*.

ARCADIA GREGORIANA

“Com o fim de formar, conservar e aperfeiçoar nos seus membros o bom gosto nas letras pátrias, especialmente na eloquência e na poesia”, constituiu-se, em 1882, sob o patrocínio de S. Gregório Nazianzeno, uma associação literária denominada *Arcádia Gregoriana*, cujos membros tinham o tratamento de — nobres árcades — e adotavam um nome diverso do próprio.

Era dela Diretor o Padre José Maria Mantero, e Presidente o Padre Bento Schettini, este com o nome de *Almino Vimarano*. Sócios fundadores e efetivos: Paulino José Soares de Sousa (*Amarílio*), Antônio Martins Fontes (*Olino*), Alvaro Paulino Soares de Sousa (*Elpino*), Artur Machado Freire Pereira da Silva (*Elmano*), José de Lima e Silva (*Lereno*), Alexandre Herculano de Oliveira Penteadó (*Licidas*), Hipólito Evangelista Braga (*Almiro*), Antônio Alvares da Silva Campos (*Alvágio*), Alberto de Araujo Oliveira (*Belmiro*), Delfim Carlos Bernardino Silva (*Coridon*), Fran-

cisco de Bórgia Dias (*Filinto*), José de Arruda Sampaio (*Meliseo*), José de Sousa Lima (*Sileno*), Joaquim Pinheiro Paranaguá (*Alfeno*), José Carlos Maria Dias Torres de Oliveira (*Critilo*) e Artur Siqueira Maciel (*Menandro*).

CONGREGAÇÃO DE N. SENHORA DO BOM CONSELHO

Com o fim primacial de afervorar no culto à S. S. Virgem os alunos mais bem comportados, existia também, no meu tempo, uma associação piedosa denominada *Sodalitas Beatissimae Virginis Mariae a Bono Consilio Nuncupatae*, de que era *Moderator* o Padre José Maria Mantero, *Praefectus* Josephus Schwenk e *A Secretis* Josephus Emmanuel de Madureira.

Nela fui admitido em 15 de agosto de 1880 e, até hoje, conservo, com muito zelo, o respectivo diploma de sócio congregado, o qual dá direito a especiais sufrágios por ocasião do falecimento.

São estas as principais reminiscências da minha vida collegial, afora alguns leves castigos que me foram infligidos, e dos quais também não me esqueço, e que me prepararam para suportar resignadamente as humilhações, vexames e mais sofrimentos que o mundo nos reserva através de toda a existência.

Não quero, bancando Santo Agostinho ou o nosso saudoso Paulo Setubal, confessar as traquinadas ou malversações que legitimaram a aplicação dessas penalidades.

Podem, porem, meus bondosos amigos ficar certos de que nunca passaram de simples pecadilhos de criança, algumas desatenções ou irreverências, próprias da idade em que começa a insubordinação — 14 anos.

Não obstante a modelar organização de seus colégios e o devotadíssimo ardor empregado na formação do caráter e no aperfeiçoamento do coração humano, em todo o mundo, nem sempre lograram os jesuitas seus nobres intentos.

Assim é que, se foram discípulos bem aproveitados um São Francisco de Sales e um Bossuet, não o foram Galileu, Descartes, Buffon e muito menos esse terrível François Arouet, tão conhecido pelo pseudônimo de Voltaire.

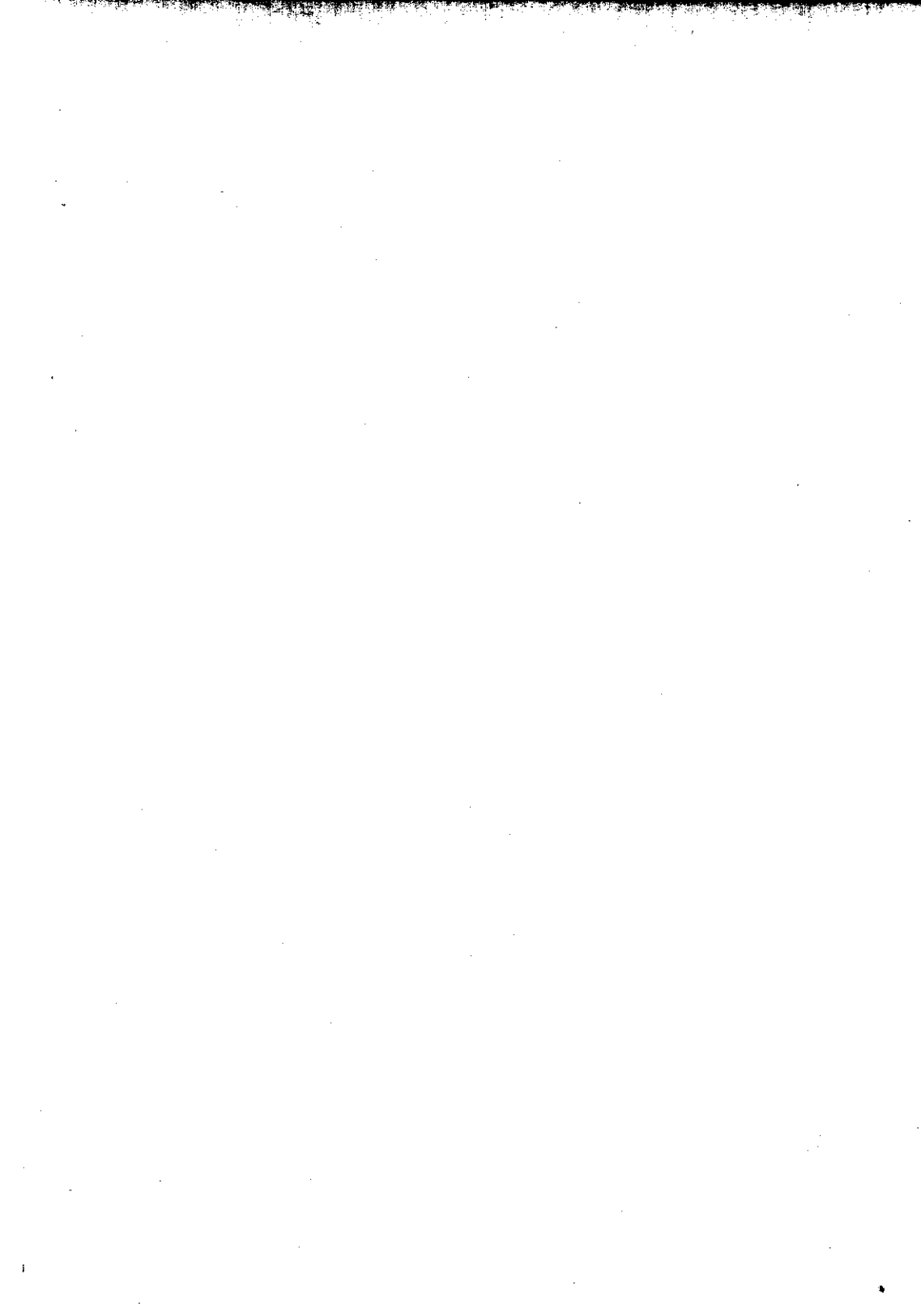
Entretanto, é bom recordar que das grandes celebridades que têm enchido a terra com a fulguração de seus gênios, receberam ensino dos Padres Jesuitas, além dos já mencionados, mais Corneille, Reumur, Pothier, Molière, Lalan-

de, Ducange, Muratori, Cassini, Calderon, Goldoni e muitos outros.

Vou terminar.

Tendo evocado, com a maior reverência e gratidão, neste ligeiro escorço da minha vida colegial de Itú, a memória imortal dos grandes mestres que me ensinaram e educaram, assim como despertei a lembrança dos condiscípulos ilustres em cujo convívio, no colégio, e, depois, na vida social e mundana, tanto aperfeiçoei as virtudes cristãs do amor de Deus, da Família e da Pátria, quero conjurar todas as pessoas que aqui me honraram com suas presenças e tiveram a paciência de me ouvir, a que mantenham sempre um profundo sentimento de justiça e de amor para com esses heróicos milicianos de Santo Inácio, cujo 4.º centenário de arregimentação ora comemoramos, a-fim-de que eles encontrem na nossa atitude uma consolação para os seus ingentes sacrifícios e um forte estímulo para continuarem a prestar à nossa pátria e a toda a humanidade a eficiente e inexcedível contribuição da sua viva caridade, do seu perfeito devotamento e do seu imenso saber.

(Prolongada salva de palmas).

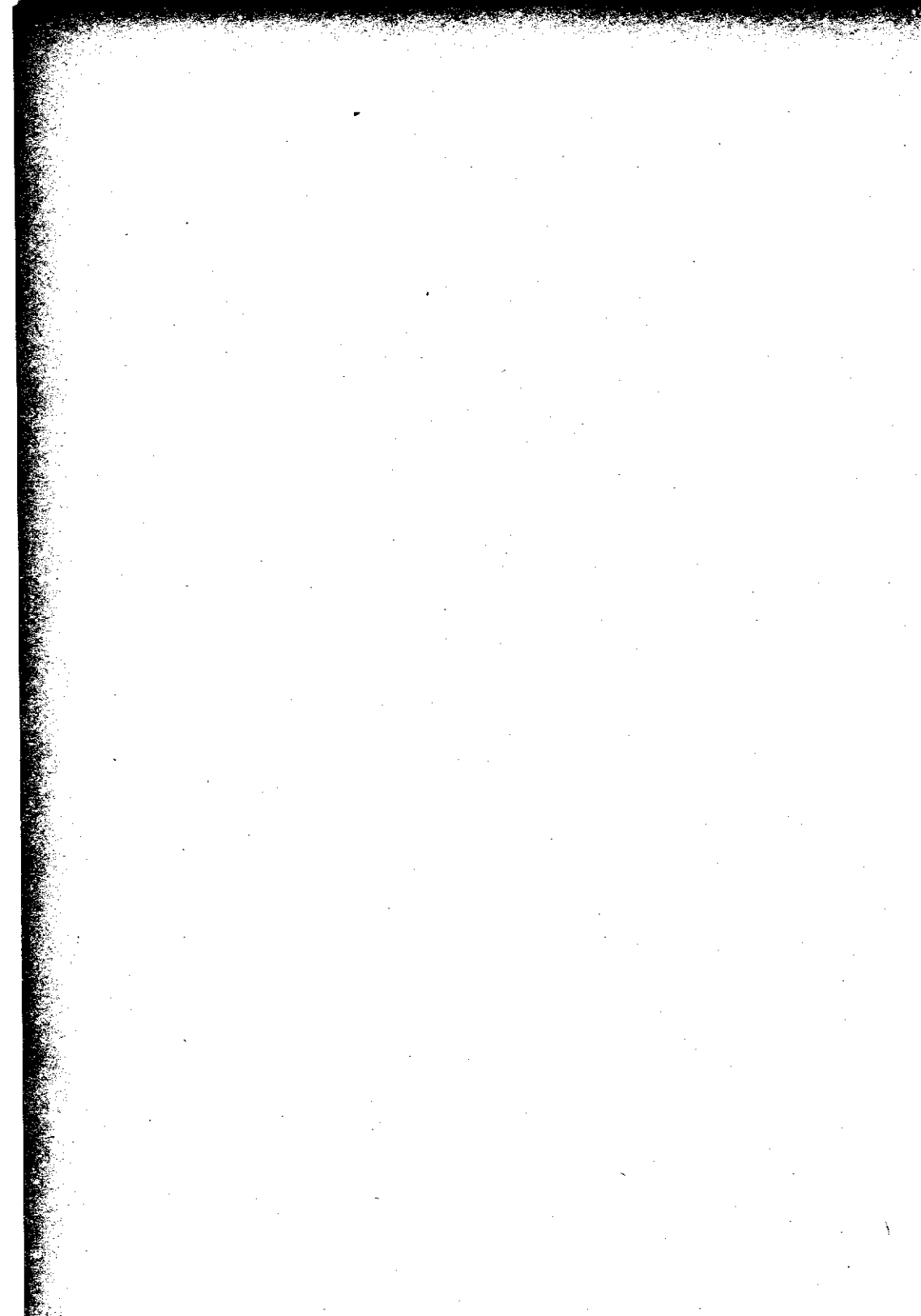


TERCEIRO CENTENARIO DA ACLAMAÇÃO DE
AMADOR BUENO

(1641-1941)

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemorou, nos dias 1, 2 e 3 de abril do corrente ano, a ocorrência do terceiro centenário da aclamação de Amador Bueno. Além de várias comemorações filatélicas e da colocação de duas placas de bronze — uma na rua Amador Bueno e outra no peristilo da sede do Instituto, realizaram-se três conferências sobre o discutido episódio do nosso passado colonial. Essas conferências vão publicadas a seguir, na ordem em que foram proferidas.

A REDAÇÃO.



A ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO E A CONTROVÉRSIA A ESSE RESPEITO (1)

Afonso de E. Taunay.

I

A 4 de agosto de 1578, inacreditavel catástrofe desabara sobre a monarquia lusa, com o desaparecimento do último varão moço da dinastia colateral fundada pelo Rei de Boa Memória, tombado, sem descendência, nos Campos de Alcaccer-Quibir, a romper com a mourisma. Da casa de Aviz apenas restava um varão quase septuagenário, membro do Sacro Colégio, semi-invalído, doentio, cujas probabilidades de longevidade eram muito ténues.

E os povos submetidos à Coroa das quinas e dos castellos viviam na maior angústia, na renovação da crise que à Nação Lusa dois séculos antes amargurara, quando estivera a pique de sossobrar pela absorção espanhola, graças ao casamento de d. Brites de Portugal com D. João I de Castela.

É que as nações seguiam, então, cegamente, os destinos de suas familias reinantes. E fora graças a este critério intangível que a maioria dos portugueses aceitara a legalidade da passagem da coroa tombada da cabeça vacilante do Cardeal D. Henrique às mãos firmes de seu sobrinho e legatário Filipe II.

E o desabafo de alma popular se dava por intermédio da trova que todo Portugal repetia:

“Viva El-Rei D. Henrique
No Inferno muitos anos,
Pois deixou em testamento
Portugal aos castelhanos.”

Viera a reação nacional encabeçada pelo Prior, infante bastardo, filho de judia. Não podiam admitir os grandes

(1) Conferência proferida, na sede do Instituto, em 1 de abril de 1941.

fidalgos que o filho da Pelicana os regesse. Os poucos patriotas que lhe acompanharam a fortuna viram-se esmagados em Alcântara e na Ilha Terceira ou mortos nos patibulos. Resultaram nulas as tentativas do Prior que cometia o erro psicológico gravíssimo de se fazer apoiar por hereges ingleses e franceses de dúbia fé, quando acima de tudo eram os portugueses católicos irredutíveis.

Mas, a alma portuguesa reagia contra a absorção espanhola. Aparecia a neurose do sebastianismo: surgiam os quatro falsos, D. Sebastião, o lunático rei de Penamacor e rei de Ericerra, o pasteleiro de Madrigal e o incrível charlatão calabrês Marco Tulio Catizoni. Vicejava enorme literatura de exegese profética e ardente, a das Trovas de Bandarra do Sapateiro do Trancoso e dos livros eruditos dos grandes corifeus da nova crença, com D. João de Castro à testa.

E a ligação forçada com a Espanha atraiu sobre o afastado reino da extrema ocidental européia o enxame dos fortes inimigos da monarquia sacra cesárea e imperial dos Filipes.

Eram holandeses, eram ingleses, eram franceses que acudiam à carniça do enorme império ibérico, caindo sobre as possessões do pequeno reino recém-filipino, espalhadas pela América, África e Ásia.

Atacava-se o Brasil e atacava-se Angola e Moçambique. Até indús e malaios aproveitavam o ensejo para procurar enxotar os sucessores do Gama e de Albuquerque, de D. João de Castro e D. Francisco de Almeida.

Ao mesmo tempo, cada vez mais exigiam os Filipes, para a sustentação de sua política européia, maiores e maiores contribuições de seu pequeno vizinho e satélite, em homens, navios, armas e dinheiro.

Viam os vassalos do Brasil os ingleses assaltantes da região meridional, os franceses no Maranhão, os holandeses perturbadores e quasi extintores da sua navegação transoceânica, investindo contra S. Vicente e Santos, em 1615, com Jorio van Spilberg, para afinal assaltar e ocupar a sua capital em 1624.

A reacção do desespero português tamanha foi que o quarto Filipe recebeu alguma revolta indominável de seus súbditos de oeste, e assim preparou socorro da grande esquadra de D. Fadrique de Toledo, restaurador da Baía, em cuja conserva navegava a grande frota patriótica de Portugal, provinda da espontaneidade do esforço particular,

numa demonstração admirável de solidariedade lusitana com a grande colônia do Brasil, principal do Império.

Mas, viera 1630, com a ocupação holandesa. Em 1640, parecia ela profundamente implantada no Nordeste, sobretudo agora, que a regia tão grande administrador quanto João Maurício de Nassau.

Fizera, contudo, a monarquia espanhola bastante para acudir aos brasileiros, mandando-lhes por vezes grandes recursos em época de tamanha abertura, quanto esta da guerra dos Trinta Anos, que lhe exauria as forças.

Mas, era cada vez maior a convicção dos portugueses de que, a continuar o seu agrilhoamento aos destinos castelhanos, desapareceria o seu império colonial. Daí o furor cada vez mais crescente que explodiria nos sanguinosos motins de 1637 e, afinal, em 1640, culminaria na feliz revolta restauradora da independência nacional.

A repercussão deste grande movimento no Brasil demonstraria a homogeneidade lusitana cis e transatlântica.

Era este sentimento de solidariedade racial que em terras de S. Paulo daria o ensejo a um episódio impar em nossos fastos: a tentativa da erecção de um Estado independente em terra brasileira, já em 1641. E o malogro desta empresa, sufocada pela decisão de um monarca efêmero, de raça luso-espanhola e, no entanto, fiel vassalo do príncipe lusitano recém-entronizado, constituía magnífico índice da força de absorção do meio em que se processara este movimento falho.

Já neste milésimo de 1641, tinha S. Paulo o fácies característico de núcleo cheio de iniciativas fortes e de realizações magníficas, como alargador do patrimônio luso em terra americana.

Em tropel se despejavam as bandeiras para os diversos quadrantes, uma após outra. Eram Nicolau Barreto e André de Leão, Manuel Preto e seus irmãos Sebastião Inocêncio, e os Grous, os três irmãos Povoadores, André, Domingos, Baltazar, Pedro Vaz de Barros e seus filhos ilustres, o homem do maior périplo continental do Uníversono Antônio Raposo Tavares, o grande e futuro pesquisador de esmeraldas; Fernão Dias Pais, Antônio Castanho da Silva, Antônio Pedroso de Alvarenga, quantos e quantos mais devasadores da selva, maiores e menores, verdadeira revoada de formidáveis jorneadores do ignoto, levando atrás de si as hostes heróicas dos seus calções de couro, impertérritos

navegadores de rios desconhecidos, invencíveis abridores de rotas através da Selva.

Um sentimento de lusitanidade veemente os levava a não admitir que as lindes castelhanas estivessem vizinhas das áreas varridas pelas caminhadas intermináveis. Era ele quem fazia um cabo de tropa afirmar aos jesuitas espanhóis do Guairá que pisava terras de sua Coroa e da capitania de seu donatário Conde de Monsanto.

Do núcleo paulista haviam sempre partido levadas armadas em defesa dos domínios de Portugal ameaçados pela invasão estrangeira. Assim, já Nóbrega e Anchieta haviam conduzido uma leva vicentina a reconquista da Guanabara dominada pelos franceses; outra partira sob o comando de Jerônimo Leitão para a expulsão dos últimos franceses, acastelados em Cabo Frio; outra, ainda, sob o comando de Salvador Correia de Sá, com os fluminenses, que iam coparticipar da restauração da Baía em 1625; mais uma, ainda maior, se alistara sob o comando de Antônio Raposo Tavares, para tomar parte nas operações contra os holandeses, em 1640, exatamente, embarcando na esquadra do Conde da Torre.

E esta tropa teria o ensejo de se cobrir de glória na famosa retirada de Cabo de S. Roque, nela figurando paulistas do maior prol, como os irmãos Valentim e Luiz Pedroso de Barros, e dois outros irmãos, estes espanhóis, D. João Mateus e D. Francisco Rendon de Quevedo.

Eram estes os genros da grande figura de vassalo fiel que recusou a coroa paulista e cuja lealdade hoje glorificamos. E foram eles os principais promotores desse episódio cujo terceiro centenário tão festivamente celebra a comunidade paulista.

Não há, em nosso país, quem, mediocrementemente sabedor dos fastos brasileiros, ignore o que evoca o nome de Amador Bueno, imorredouramente ligado a um fato singular, de consequências as mais notáveis para a conservação da unidade brasileira.

Este episódio tão pitoresco e tão típico, revestido do mais alto relevo psicológico, como documento do estado de alma de uma população, já a constituir um núcleo avultado e forte, nos seus característicos raciais, essa aclamação de Amador Bueno como rei dos paulistas, quem nô-la revelou foi Frei Gaspar da Madre de Deus, nas suas *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente*.

Fê-lo em relato singelo, quando, depois de haver con-

testado o que para a gente de S. Paulo apparecia de injurioso nos escritos de Charlevoix e Dom Vaissette, pretendeu explicar as causas que levaram os dois autores francezes setecentistas a accoimar os paulistas de rebeldes à Coroa de Portugal (Cf. *Memórias*, 3.^a edição, pág. 240).

“Muitas vezes tenho advertido—escreve o illustre beneditino—que as fabulas relativas a S. Vicente, publicadas pelos estrangeiros, nas suas historias, todas ou a maior parte dellas, se originarão de algum facto verdadeiro, viciado pelos escriptores. A esta classe pertence a impostura de que os mamelucos sacudirão o jugo da autoridade Divina e humana, como o explica Charlevoix. É bem natural que esta fabula tivesse a sua origem de um dos successos mais notaveis da Historia de S. Paulo, o qual, por me parecer interessante, vou relatar em substancia, como se passou.

“Chegando a *S. Paulo*, a noticia de que Luiz Dias Leme havia acclamado Rei na Villa Capital de *S. Vicente* ao Serenissimo Senhor Duque de Bragança com o nome de D. João IV, por ordem, e recommendação, que para isso lhe dirigira em carta particular D. Jorge Mascarenhas, Marquez de Montalvão e Vice-Rei do Brazil; foi esta inesperada novidade hum golpe sensibilissimo aos Espanhoes, que se achavão estabelecidos e cazados na dita Villa de *S. Paulo*, para onde tinham concorrido não só da Europa, mas tambem das Indias Occidentaes. Elles desejavão conservar as Povoações de Serra acima na obediencia de Castella; e não se atrevendo a manifestar o seu intento, por conhecerem (que seriam victimas sacrificadas á colera dos Paulistas, se lhes aconselhassem, que permanecessem debaixo do aborrecido jugo Espanhol, resolvêrão entre si usar de artificio, esperando conseguir por meio da industria, o que não havião de alcançar, se fossem penetrados os seus designios.

“Tinhão por certo, que a Capitania de *S. Vicente* e quase todo o Sertão Brasilico, antes de muitos annos tornarião a unir-se ás Indias de Espanha, ou pela força das armas, ou pela industria, se os Paulistas cahissem no desaccordo de se desmembrarem de Portugal, erigindo hum Governo separado, qualquer que elle fosse, supposta a communicação que havia, por diversos rios, entre as Villas de Serra acima, e as Provincias da *Prata* e o *Paraguay*. Com estas vistas, fingindo-se penetrados do amor do Paiz, onde estavam naturalizados, e do bem commum, propuzerão aos seus amigos, parentes, alliados, e a outros hum meio, que lhes pareceu o mais seguro, para conseguirem os seus intentos; tal era o de elege-

rem hum Rei Paulista; e ao mesmo tempo apontarão, como o mais digno da Corôa, a Amador Bueno de Ribeira, em cuja pessoa, para não ser regeitado pelos seus Patricios, concorriam as circumstancias de ser de qualificada nobreza, e de muito respeito, e authoridade pelos Empregos publicos, que havia occupado, e ainda exercia, pela sua grande opulencia, pela roda de parentes, e amigos, e pelas allianças de seus nove filhos e filhas; duas das quaes estavam cazadas com dous írmaons, Fidalgos Espanhoes, D. João Mattheus Rendon, e D. Francisco Rendon de Quevedo, que tinhão passado ao Brazil em 1625 militando na Armada Espanhola, destinada para a restauração da Bahia. Mas os Espanhoes em designarem a Amador Bueno da Ribeira se lisonjeavão, que por ser filho de Bartholomeu Bueno de Ribeira, natural de Sevilha, produziria nelle maior effeito o sangue de seus Avos paternos, para vir a declarar-se Vassallo de Espanha, do que o herdado dos seus Ascendentes maternos da nobre Familia dos Pires, e o ter nascido em huma Provincia Portugueza, para haver de seguir o legitimo Partido das outrás do Brazil, Reino, e Conquistas.”

Vejamos, porem, quem era este soberano de origem semi-castelhana a quem se pretendia dar o trono de S. Paulo. E ouçamos a Pedro Taques, fonte única a que se abeberam os genealogistas, ao tratar dos Buenos de Ribeira, nobre família.

Filho de Bartolomeu Bueno de Ribeira, sevilhano, que em 1571 emigrara para S. Paulo com seu pai Francisco Ramirez de Porros, nascera Amador Bueno, em S. Paulo, do consórcio do espanhol com Maria Pires, filha de um dos mais illustres povoadores, Salvador Pires.

O velho Bartolomeu, patriarca dos Buenos, este era “pessoa de estimação e respeito em S. Paulo e de sua governança” — refere Pedro Taques, tendo servido repetidas vezes os cargos da República. Almotacel em 1591, em 1616 e 1625 vereador. Diz o linhagista que em 1622 foi juiz ordinário e de orfãos, dois dos mais altos cargos a que um paulista podia atingir, mas há aí engano de milésimo, deve ser 1625, e vereador e não juiz ordinário.

Ouçamos, porem, ao insubstituivel genealogista em sua biografia do Aclamado: “Amador Bueno (glorioso desempenho da honra e nobreza dos seus ascendentes) foi um dos paulistas da maior estimação e respeito, assim na pátria, como fora dela. Teve grande tratamento e opulência por dominar debaixo de sua administração muitos centos de in-

dios, que de gentio bárbaro do sertão se tinham convertido à nossa santa fé, pela indústria, valor e força das armas, com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos.

“Com o trabalho destes homens, occupados em dilatadas culturas, tinha todos os annos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão. Desta fartura ficava sendo igual a da criação dos porcos. Possuiu numero grande de gados vacuns, animaes cavallares e rebanhos grandes de ovelhas, de que foi muito fertil o estabelecimento e povoação da cidade de S. Paulo, cujos habitadores não logram no presente tempo daquella abundancia antiga da criação das ovelhas, por cuja falta se extinguiram as fabricas de chapéos grossos, que, ainda no fim do seculo e anno de 1699, estavam estabelecidas.

“Da abundancia que possuia Amador Bueno sabia liberal empregar na utilidade publica, e despender nas occasiões do real serviço, porque de S. Paulo costumava ir para a cidade da Bahia, em apertos de guerra, soccorros de farinhas de trigo, carnes de porco e feijão, que pediam os governadores geraes do Estado em diversos tempos.

“Occupou Amador Bueno os honrosos empregos da republica da sua patria, tendo as redeas do governo d’ella repetidas vezes; e sempre o primeiro voto nos accordãos do bem publico e do serviço do rei. Foi ouvidor da capitania de S. Vicente, e na camara d’esta villa, como cabeça de comarca, tomou posse a 11 de fevereiro de 1627. E n’este mesmo anno pediu de sesmarias umas terras que se lhe concederam, e na supplica relata haver feito muitos serviços a Sua Magestade, e haver acudido com suas armas e escravos em todas as occasiões de inimigos á villa de Santos, sempre á sua custa.

“Foi provedor e contador da fazenda nacional da dita capitania por provisão de Diogo Luiz de Oliveira, datada na Bahia a 6 de Dezembro de 1633, de cuja occupação tomou posse em Santos, que lhe deu Pedro da Motta Leite, capitão-mór governador da dita capitania, a 27 de abril de 1634.

“Passou a governador da dita capitania de S. Vicente, com patente de capitão mór, com 80\$000 de soldo, que sempre perceberam os capitães-móres governadores da capitania de S. Vicente e S. Paulo, até o ultimo, em quem se extinguiu este character.”

Quer nos parecer que, se Amador Bueno veio realmente a ser capitão-mor governador da capitania de S. Vicente,

o foi em carater interino, pois dos diversos catálogos destas altas autoridades está seu nome ausente.

Diz Taques que Francisco Ramirez, avô de Amador, "voltou á patria pelos annos de 1599, outorgando em 20 de maio deste millesimo procuração a seu filho Bartholomeu Bueno da Ribeira, que já se achava casado com Maria Pires, filha de Salvador Pires e de sua mulher Maria Fernandes."

Num códice de nossa Biblioteca Nacional (CCCLI (17-139) fls. 135 num), existe grande coletânea de documentos reunidos pelo Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, para impedir o casamento de seu sobrinho, Manuel Pereira Ramos de Azevedo Coutinho Ramalho, que, a seu ver, ia praticar uma *mésalliance*. Nela ocorre interessante nota sobre os Buenos, que jamais vimos citada.

Era o Bispo Conde quarto neto de Amador Bueno e relatava que Bartolomeu Bueno da Ribeira e seu Pai iam de viagem para as Índias da Espanha, Rio da Prata ou Pacífico, quando haviam naufragado nas costas da capitania de S. Vicente.

Subira Bartolomeu a S. Paulo "com animo de continuar a sua viagem por terra mas agradando-lhe o clima da villa piratiningana fora se deixando ficar por alli tendo então sido convidado por seu futuro sogro Salvador Pires a que desposasse a dita mulher."

Assim ficara vivendo em S. Paulo, sendo o progenitor da antiga família dos Buenos de S. Paulo, "que tiveram por muitos annos o Governo Militar Politico da sua Capitania em que fizeram grandes serviços a esta Coroa estendendo os seus Dominios para o interior dos Sertões que penetraram, intrepidos, fundando Povoações, afugentando dellas o gentio e descobrindo as ricas minas de Ouro, em que tiveram tanta parte, que a elles se deve o Descobrimto das principais, havendo sido Descobridor das Minas dos Cataguas, hoje chamadas Geraes Bartholomeu Bueno de ~~de~~ queira e tendo descoberto as dos Goiazes com incrível trabalho, valor e despesa Bartholomeu Bueno da Silva." / S.

Vejamos, porem, algo do que os documentos nos contam da vida do futuro renunciador à coroa paulista.

Amador Bueno de Ribeira chama ao *Aclamado* o patriarca dos cronistas de S. Paulo e assim sempre o designam os autos do memorial de seu sobremodo illustre quarto neto, o bispo conde de Coimbra.

Em estudos recentes, aprofundados e honestos, como

sempre são os seus, verificou Aureliano Leite que o rei dos paulistas jamais acrescentou o designativo de *Ribeira* às assinaturas dos papéis oficiais que dizem respeito à sua vida. Nem mesmo aparece tal apelido nas referências da documentação paulista.

Há a notar que, nos apelidos portugueses, sempre reinou a maior imprecisão. Em S. Paulo, por exemplo, vemos grande linhagista assinar-se Pedro Taques de Almeida Lara, Pedro Taques de Almeida Pais, para acabar Pedro Taques de Almeida Pais Leme. É possível, se não provável, que, durante algum tempo, houvesse Amador Bueno usado este complemento de nome, que talvez proviesse de alguma propriedade sua ou de algum antepassado. Quando nasceu? pensamos que até agora ninguém haja fixado o milésimo de sua vinda ao mundo.

Pedro Taques lhe chama aliás Amador Bueno simplesmente, mas ao seu título genealógico designa por "*Buenos da Ribeira*" e conta-nos que seu pai era Bartolomeu Bueno da Ribeira e que ele tinha quatro filhas usando o nome de Ribeira: Catarina, Isabel e Ana, e uma última Maria, que se assinava Bueno de Ribeira, ao passo que os três filhos eram Bueno, pura e simplesmente.

Havia nisto como que uma tradição de família, pois os três irmãos do *Aclamado* assinavam-se Bueno e as três irmãs "de Ribeira".

Aliás, Silva Leme com a sua enorme autoridade, não hesita em chamar a Amador: Bueno da Ribeira.

Pensamos que também não se averiguou ainda a data do casamento do "rei dos paulistas" com Bernarda Luiz — como escreve Silva Leme — filha de um dos povoadores de maior prole Domingos Luiz o Carvoeiro. Bernarda Luiz Camacho chama-lhe o códice do Bispo Conde. Deste consórcio nasceriam nove filhos, além dos prováveis "anjinhos que voaram para o céu nos tenros anos de berço", como piedosamente se dizia então, em estilo de cronista, naqueles anos de enorme prolificidade dos primeiros povoadores do Brasil, naqueles milésimos coloniais em que tão avultada se mostrava a mortalidade infantil.

Nasceu Amador Bueno ainda no século XVI, certamente.

Basta o fato de haver requerido e obtido da Câmara de S. Paulo, em 1611, uma grande sesmaria na Penha, de nove milhões de braças quadradas, ou sejam 4.356 hectares, para documentar que seria naquele milésimo maior de vinte anos, pelo menos.

Outro argumento: o de sua eleição em 1615 para chefe do executivo municipal. Infelizmente, nada sabemos de sua atuação como juiz ordinário, pelo fato de se acharem notavelmente truncadas as atas deste ano.

Vemo-lo, em 1616, afazendado à margem do ribeiro "chamado Manaqui na outra banda do Rio Grande (Tietê) cinco leguas pela terra dentro". Tinha então grandes trigais e queria ser moageiro, para isto pedindo a devida permissão à autoridade municipal.

Em 1623, era eleito vereador à Câmara de S. Paulo, escusando-se de servir por ser parente de outro edil, André Lopes. E, como a Câmara hesitasse em lhe deferir o pedido, declarou que não concorreria às sessões.

Chamou a edilidade a dar parecer sobre o caso gerador da incompatibilidade a Matias de Oliveira, perito genealógico, e este, em seu laudo, confirmou o que alegava o futuro Aclamado.

Opinou a maioria pela conservação de André Lopes em suas funções, apesar dos protestos do juiz ordinário Francisco Jorge, que queria a todo transe servisse Amador Bueno, "por ser homem que já servira de juiz ordinario na villa, homem que costumava andar na republicua e pessoa benemerita para servir o dito carguo conforme sua magestade mandava em suas leis".

Em 1626, serviu Amador Bueno, novamente, como vereador, tomando parte ativa nas vereanças de maio ao fim do ano. São tão sumárias e impessoais as indicações das Atas que não é possível dizer que parte lhe coube nas decisões municipais durante o exercício do mandato.

A 11 de fevereiro de 1627, empossava-se do cargo de ouvidor da capitania de S. Vicente. Curioso é que, pouco antes, a 10 de janeiro de 1627, fosse eleito pela Câmara e povo de S. Paulo para procurar contra um despacho que o Vigário Geral da Diocese do Brasil dera contra as pessoas que haviam ido ao Sertão, contra a expressa determinação das leis de Sua Magestade.

II

Preparava-se a grande expedição paulista de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, destinada a arrasar as aldeias jesuíticas do Guairá. E a chegada a Santos do famoso governador do Paraguai, o escravista D. Luiz de Céspedes Xeria, ia trazer sérias apreensões a Amador Bueno.

A 18 de julho de 1628, em Santos, em audiência da ouvidoria, intimava-o Céspedes, arrogantemente, a que tornasse efetiva a proibição das entradas dos paulistas em terras do Paraguai, que eram desde sua jurisdição de delegado de Sua Majestade.

Prometeu-lhe Amador Bueno que faria afixar editais proibindo tal trânsito sob pena de 500 ducados de multa. Mas, ao mesmo tempo, preveniu-o de que S.S. não poderia passar de S. Paulo para o Paraguai por terra, como pretendia, sem a licença do capitão-mor da capitania vicentina. E só levaria em sua companhia os homens que esta autoridade designasse.

Autorizava, porem, a Manuel Preto, levando uma escolta de seis índios, a que o guiasse pelas águas do Tietê abaixo. Se, durante a viagem, se desviasse de rumo seria tido como traidor à coroa de Sua Majestade.

Obedeceu Céspedes à intimação a que, aliás, pretendia cumprir, tendo todo o interesse nisto.

Vieram, depois, os sucessos de 1628-1629, o arrasamento do Guairá pela grande bandeira em que figuraram um filho, um genro e os irmãos do Ouvidor. A ele se seguiria o apresamento dos índios das reduções, enviados escravos ao Rio-de-Janeiro, Espírito-Santo e Baía.

Em 1629, houve curiosa questão a respeito da legalidade das eleições dos membros da Câmara Municipal de S. Paulo e os resultados do pleito foram levados à consideração de Amador Bueno, que se achava em Santos.

A sentença do futuro *Aclamado* é assaz longa, e sua redação dá-nos idéia de que seu signatário escrevia bem melhor do que qualquer dos seus contemporâneos em S. Paulo. Ou por ele seu escrivão Fernão Rodrigues de Córdova.

Havia o Governador Geral do Brasil, Diogo Luiz de Oliveira, por instigação dos jesuitas, determinado ao provedor da fazenda do Rio-de-Janeiro, Francisco da Costa Barros, que fosse a S. Paulo sindicat dos fatos relativos ao assalto do Guairá.

Em 1630, a 14 de junho, a Câmara, alarmada, protestava contra certa visita, alegando que "o povo de S. Paulo não fora ouvido de sua justiça".

E acusava o ouvidor Amador Bueno de estar procedendo a uma devassa juridicamente nula. Assim, pedia ao capitão-mor, Pedro da Mota Leite, que obrigasse o ouvidor a exhibir o original da carta do Governador Geral, documento inicial de devassa, desaparecido dos autos e carta em que o

delegado régio declarava: "Á Camara desta villa escreva que rigorosamente hei de castigar quem fizer entrada ao Sertão. Convem haja castigo exemplar, pelo que merece a atrocidade do caso".

Malogrou-se a devassa de Costa Barros, expulso, pela violência, de S. Paulo. E certamente com vivo aplauso *in petto* de Amador Bueno, solidário com a sua gente sertanista.

Em 1633, já não era mais ouvidor, achando-se o cargo agora ocupado por Antônio Raposo Tavares.

Figurou na grande reunião de 21 de agosto, entre os sessenta e quatro homens bons da vila, dos mais conspícuos, então convocados pela Câmara que deles obteve a aprovação ao ato da força pelo qual tomou posse da aldeia índia de Barueri, de onde expulsara os jesuitas.

Ocorreram em 1640 os grandes e conhecidos tumultos anti-jesuíticos de S. Paulo terminados pela expulsão dos padres da Companhia de seu colégio de Piratininga já então quase centenário.

Mostrou-se Amador Bueno a princípio esquivo a este movimento. Nos diversos papéis relativos aos acontecimentos de julho daquele milésimo, não aparece o seu nome a não ser no final do grande "auto de se aver de botar os reverendos padres fora desta villa", assinado por 226 homens bons e onde surgem muitos dos mais ilustres nomes do bandeirantismo coevo.

Já porém no documento inicial desta contenda, o que se refere à assembléia popular de 2 de julho surgem os nomes de seu filho Amador Bueno o moço e de seu genro D. Francisco Rendon de Quevedo. Pouco depois irrompia a guerra civil, longa e muito sanguinosa, iniciada pelo assassinato do primeiro Pedro Taques, paulista, por Fernão de Camargo, o *Tigre*.

Há quem queira filiar este conflito célebre dos Pires e Camargos ao fato da aclamação de Amador Bueno, mas esta hipótese parece-nos pura fantasia. O primeiro encontro entre as duas parcialidades no páteo da matriz de S. Paulo, "rija contenda com numeroso concurso a favor de um outro e outro partido", ocorreu em 1640, meses antes da cena da Aclamação.

Vejamos, porém, como se deu este incidente capital e ouçamos ao seu primeiro informador cuja autoridade nos parece digna de todo o crédito. Tanto mais quanto pertencia à gente mais prola da capitania de S. Paulo, era terno do próprio Amador Bueno, monge beneditino, fora eleito aba-

de de S. Paulo, exercera os cargos abacial do Rio-de-Janeiro e de Provincial do Brasil, tendo ao seu dispor a grande documentação de sua Ordem, além de poder valer-se das tradições de sua família, de seu povo e de sua congregação.

Narra Frei Gaspar da Madre de Deus — recordemo-lo — que, ao saberem os castelhanos de S. Paulo, da Restauração de Portugal, ficaram simplesmente exasperados, lançando mão “de todos os argumentos possíveis para persuadirem aos Paulistas, e Europeos pouco instruidos, que sem encargo de suas consciências, nem faltarem á obrigação de honrados, e fieis Vassallos, podião não reconhecêr por Soberano a hum Principe, a quem não havião jurado obediencia. Fomentavão ao mesmo tempo a vaidade dos ouvintes, exagerando o merecimento dos Paulistas e Europeos principaes, e dizendo, que as suas qualidades pessoases, e nobreza hereditária os habilitavão para outros maiores Imperios. Para os livrarem de temores, lembrarão os milhares de Indios seus Administrados, e Escravos, com que podião levantar Exercitos formidaveis de muitos mil combatentes; e a situação de S. Paulo summamente defensavel, e tão vantajosa nesse tempo, que por haver para os portos do mar tão sómente a estrada de *Paranaapiacaba* de qualidade muito má, bastaria lançarem-se pedras pela serra abaixo, para se retirarem derrotados os Expugnadores.

“Eraõ sincéros os moradores de *S. Paulo*, e ainda que fieis, bem poucos entre elles terião a instrução necessaria, para conhecerem o Direito incontestavel da Serenissima Caza de Bragança ao Sceptro, e para perceberem os laços, e as funestas desgraças, em que aquellas maquinações os hiaõ precipitar. Além disso a Plebe em toda a parte he facil de mover-se, e de arrojar-se a excessos. Os Espanhoes conseguirão seduzi-la, e ajuntar hum grande numero de pessoas de todas as classes, que acclamando unanimemente por seu Rei a Amador Bueno de Ribeira concorrêrão, cheios de alvoroço, e de entusiasmo á sua caza a congratular-se com elle.

“Pasmou Amador Bueno de Ribeira quando ouviu semelhante proposição: elle detestou o insulto dos que a preferiraõ, e com razões efficazes procurou dar-lhes a conhecer sua culpa, e cega indiscrição. Lembrou-lhes a obrigação, que tinhaõ de se conformarem com os votos de todo o Reino, e a ignominia de sua Patria, se senão reparasse a tempo com voluntaria, e prompta obediencia e desacerto de tão criminoso attentado. Mas a repugnancia do eleito augmenta a obstinação do Povo ignorante: chegaõ a ameaçá-lo com a morte,

se não quizer empunhar o Sceptro. Vendo-se nesta consternação o fiel Vassallo, sahio de sua caza furtivamente, e com a espada nua na mão para se defender, se necessario fosse, caminhou apressado para o Mosteiro de S. Bento. onde intentava refugiar-se. Advertem os do concurso, que havia sahido pela porta do quintal, e todos correm apoz elle, gritando: *viva Amador Bueno nosso Rei*: ao que elle respondeu muitas vezes em voz alta: *viva o Senhor D. João IV. nosso Rei e Senhor, pelo qual darei a vida.*

“Chegando Amador Bueno de Ribeira ao Mosteiro entrou, e fechou rapidamente as portas. Como os Paulistas antigos veneravaõ summamente aos Sacerdotes, principalmente aos Regulares, nenhum insultou ao Convento, e todos paráraõ da parte de fóra, insistindo porém na sua indiscreta pertençaõ. Desceu á portaria o D. Abade acompanhado da sua Communidade, e com attensões entreteve a multidão, em quanto Amador Bueno de Ribeira mandou chamar com pressa os Ecclesiasticos mais respeitaveis, e alguns sujeitos dos principaes, que se não achavaõ no concurso. Vieraõ logo huns, e outros, e todos unidos ao dito Bueno fizeraõ comprehender aos circumstantes, que o Reino pertencia á Serenissima Caza de Bragança, e que delle se acharia esta em posse pacifica desde o dia da morte do Cardeal Rei D. Henrique, se a violencia dos Monarcas Espanhoes não houvera suffocado o seu Direito.

“Nada mais foi necessario para se conduzirem aquelles fieis Portuguezes, como deviaõ: todos arrependidos do seu desacordo, fôraõ cheios de gosto acclamar solemnemente o Senhor D. Joaõ IV. com magoa dos Espanhoes, os quaes para não perderem as commodidades, que tinhaõ vindo procurar em *S. Paulo*, prestáraõ tambem o juramento de fidelidade ao mesmo Soberano. Para beijarem a Real Mão de S. Magestade Fidelissima em nome do Senado, e moradores de *S. Paulo* fôraõ mandados á Côrte os dous Paulistas Luiz da Costa Cabral, e Balthasar de Borba Gato; e o mesmo Senhor se dignou agradecer esta obediencia por Carta firmada do seu Real Punho, datada em Lisboa a 24 de Setembro de 1643.

“A substancia do referido cazo se confirma com as palavras de Artur de Sá e Menezes, Capitão General da Repartição do Sul, e Governador da Cidade do Rio de Janeiro, em huma Patente de Capitão e Governador da Companhia dos Officiaes de guerra reformados, Juizes e Vereadores, que tivessem servido na Camara de S. Paulo, por elle passada a Manoel Bueno da Fonseca, e datada aos 3 de Março de 1700,

na qual, depois de relatar alguns serviços do mesmo, diz o General:

"E quando não bastáraõ estes serviços, era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno, que sendo chamado pelo Povo para o acclamarem Rei, obrando como leal, e verdadeiro Vassallo, com evidente perigo de sua vida, clamou, dizendo, que vivesse ElRey D. João o IV. seu Rey, e Senhor, e que pela fidelidade, que devia de Vassallo, queria morrer nesta defensiva; e respeitando eu taõ louvavel Vassallo, digno de grande remuneração, hei por bem nomear..."

"Esta Patente foi confirmada pelo Senhor Rei D. Pedro II. a 23 de Novembro de 1701; e nella, depois de se relatarem os serviços, e merecimentos do mesmo Manoel Bueno da Fonseca, se dignou S. Magestade honrar a memoria daquelle grande homem com as seguintes expressões: *E ultimamente por ser neto de Amador Bueno leal, e verdadeiro Vassallo de minha Corôa.* Tambem o Senhor Rei D. João V. no Alvará, que se passou a 20 de Novembro de 1704 para effeito de ser armado Cavalleiro da Ordem de Christo o referido Manoel Bueno, faz huma igualmente honrosa commemoração do mesmo respeitavel Paulista: *Por ser neto do meu muito honrado, e leal Vassallo Amador Bueno.* Pela tradição constante entre todos os antigos, e alguns modernos desta Capitania sabem-se as mais circumstancias principaes do mencionado successo; o qual eu refiro com gosto não pela honra de contar entre os meus terceiros Avós ao dito Amador Bueno, mas sim para propôr ao Mundo hum exemplo da mais heroica fidelidade; e porque os Paulistas, conservando na memoria estas, e outras gloriosas acções dos seus Maiores, continuem a mostrar em todo o tempo aquelle mesmo amor, e inalteravel fidelidade, que sempre os caracterizou para com os seus Augustos Soberanos. A gloria de ter por Progenitor a Amador Bueno de Ribeira pertence a muitas nobres Familias existentes nas Capitancias de *S. Paulo, Goyazes, Geraes, Cuyaba, e Rio de Janeiro.*"

Alusões e referências diversas de Pedro Taques *in totum* confirmam as asserções do beneditino:

"Foi Amador Bueno vassallo de tanta honra e fidelidade, que, achando-se na sua maior opulencia de cabedaes, respeito e estimação, com dois genros castelhanos, ambos irmãos e fidalgos ambos, que tinham poderoso sequito dos

hespanhoes, casados e estabelecidos em S. Paulo, com aliança das familias mais principaes da capitania; não podendo estes castelhanos supportar a gloriosa e feliz aclamação do Sr. rei D. João IV de Portugal, e 2.º do nome entre os serenissimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso, e a vozes acclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este barbaro e sacrilego attentado a constancia do honrado vasallo Amador Bueno, para d'este modo evitarem a obediencia e o reconhecimento de que se devia dar ao legitimo rei e natural senhor, ficando S. Paulo com a voz de Castella, assim como estiveram os moradores da ilha Terceira até o anno de 1583 com a do Sr. D. Antonio, prior do Crato, que se achava refugiado em França, e a favor de quem sustentava aquelles mares com armada de muitos vasos Philippe Strozi e Mr. de Brisay, que ficou desbaratada a 26 de Julho de 1582 por D. Gaspar de Bazan, marquez de Santa-Cruz, o qual voltou sómente á mesma ilha já em 1583 contra o poder de Mr. de Chatry, cavalleiro de Malta, e ficou rendida a armada franceza e as ilhas deram obediencia a el-rei de Castella em dito anno.

“Tinha o corpo da rebelião adquirido forças nos autores d'ella, os castelhanos, que por si e suas familias avultavam em grande numero. Eram os tres irmãos Rendons, da cidade de Coria; D. Francisco de Lemos, da cidade de Orense, com seus dois filhos D. Balthazar e D. Hieronimo de Lemos; D. Gabriel Ponde de Leon, da cidade real de Guairá da provincia do Paraguay. Bartholomeu de Torales, da Villa-Rica do mesmo Paraguay, com varios filhos que trouxe de sua mulher D. Anna Rodrigues Cabral, que falleceu em S. Paulo a 13 de Maio de 1639, natural da cidade real de Guairá; D. André de Zuniga e seu irmão D. Bartolomeu de Contreras e Torales; D. João de Espinola Gusman, da dita provincia de Paraguay, e outros muitos hespanhóes da Europa, etc.

“Porem Amador Bueno, sem temer o perigo nem deixar prender-se da indiscreta lisonja, com que lhe offereciam o titulo de rei para o governo dos povos da capitania de S. Paulo, sua patria, soube desprezar, e ao mesmo tempo re-preender a insolente aclamação, desembainhando a espada e gritando a vozes: — Real, real por D. João IV, rei de Portugal.

“Salvou a vida do perigo em que se viu pelo corpo d'esta horrorosa sedição, recolhendo-se ao sagrado do mosteiro de S. Bento, acompanhado dos leaes portuguezes europêus e

paulistas até ficar em socego o inquieto animo dos castelhanos que tinham fomentado o tumulto.

“N’esta acção deu inteiramente creditos de si a incontrastavel lealdade d’este vassalo paulista. Não occultou o segredo do tempo na officina do olvido esta briosa resolução de Amador Bueno, porque reinando o Sr. rei D. João V, de saudosa memória, se dignou a sua real grandeza mandar lançar o habito de Christo a Manoel Bueno da Fonseca (d’este capitulo, § 7.º n. 3-1), sem preceder as provanças pela mesa de consciencia e ordens; porque logo que lhe fez esta mercê o houve por habilitado, e na carta que lhe mandou passar, como governador e perpetuo administrador do mestrado da cavallaria e ordem de Christo, se contém esta expressão: — por ser neto do meu muitò honrado e leal vassallo Amador Bueno. —Este fato da intentada aclamação de rei, que não acceptou Amador Bueno, se lê no *Archivo* da camara da villa capital de S. Vicente no livro grande de registros tit. 1684, fl. 125 até 126. No mesmo *Archivo*, liv. 1684 até 1702, fl. 125, se acha a patente de Arthur de Sá Manoel Bueno da Fonseca, em que se declara a lealdade de Amador Bueno, sendo aclamado pelo povo; a qual patente confirmou el-rei D. Pedro II em 23 de Novembro de 1701, registrada em S. Vicente no liv. tit. 1702, fl. 1 v.

“Foi tão conhecido o grande merecimento de Amador Bueno pelo zelo que teve do real serviço, que, representando os officiaes da camara de S. Paulo ao Sr. rei D. João IV varios factos dos jesuitas, depois que foram lançados do seu collegio para fóra da capitania no dia 13 de Julho de 1640, representando ao mesmo senhor o descobrimento de minas de ouro, fundição de ferro e construção de náos de alto bordo, dizem o seguinte:

“Mas para isto é necessario encarregar Vossa Magestade da feitoria a pessoa de qualidade e experiencia antiga n’este Estado: bem e como devem, o fariam duas que nomeamos a Vossa Magestade: é uma Domingos da Fonseca Pínto, provedor que até aqui foi da fazenda de Vossa Magestade n’estas capitánias, homem pratico e bem entendido, e grande servidor de Vossa Magestade, inteiro e verdadeiro; e outra é Amador Bueno, natural d’estas partes, homem rico e poderoso, bem entendido, capaz e merecedor de todos os cargos, em que Vossa Magestade o occupar, porque, nos de que foi encarregado, deu sempre verdadeira conta e satisfação.”

Em outro ponto da *Nobiliarquia* ainda confirma o linha-

gista o seu relato, referindo-se ao Aclamado de 1641, na biografia de Luiz Dias Leme (Tit. Lemes, cap. V, §§ 5-2-7).

“Pela sua grande autoridade teve (Luiz Dias Leme) a honra de ser eleito para ser elle que acclamasse ao Sr. Rei D. João IV, estando naquelle tempo na capitania fortificada de castelhanos de respeito, que fulminavam corpo tumultuoso, que não chegou a vencer o seu depravado intento de quererem conservar a capitania de S. Vicente e S. Paulo com a voz de Castella.

“Esta materia temos referido quando tratamos de Amador Bueno, em titulo de Rendons, cap. 1.º, cuja lealdade foi mais estimada então em Portugal, de que é hoje applaudida em a cidade de S. Paulo, porque o segredo do tempo fez consumir aquella acção digna de se perpetuar com um padrão que sempre lhe accusasse a heroicidade; mas até para este descuido concorreu muito o destino occulto de ser paulista Amador Bueno.”

Não se sabe ao certo quando se deu a aclamação de Amador Bueno. Frei Gaspar não menciona data alguma, mas Azevedo Marques, cuja autoridade é tão grande, afirma que ela se deu a 1.º de abril de 1641 e repete-o.

A 3 de abril de 1641 em solene reunião o vereador mais velho, Paulo do Amaral, arvorava em frente aos paços do Conselho de S. Paulo a bandeira portugueza que aos ares alçou três vezes, clamando em altas vozes Real! Real! Real! por El Rei D. João e quarto de Portugal “a cada uma destas vozes respondendo todos os circumstantes com mil vivas e jubilos.”

“Armara-se um altar, “em frente ao qual assistia o reverendo padre vigario, revestido de sobrepeliz e estola, e sobre o qual se achava um livro dos Santos Evangelhos.”

Foi sobre ele que antes de qualquer outro jurou fidelidade ao novo soberano João Luiz Mafra, capitão-mor da capitania “de conhecer e manter por estes reinos de Portugal ao senhor Dom João o quarto, rei de Portugal prometendo lhe a menagem de capitania que não a entregaria senão a sua real magestade sua seu certo recado.” Prestado o juramento Paulo do Amaral alçou o pendão mais três vezes sempre aos clamores de Real! Real! Real! por El Rei Dom João o quarto de Portugal, sempre sob as estrondosas aclamações.

Organizou-se depois um préstito carregando o pendão à casa do Conselho onde haveria de ficar guardado.

Aí chegado o préstito cívico ainda repetiu Amaral os três

alçamentos da bandeira "a que se seguiu a costumada e aprazível voz de todos com mil vivas e júbilos" dando-se então por finda a tão festejada como alegre cerimônia, coroada pela assinatura de um auto de juramento, obediência e eterna vassalagem e sujeição ao dito Senhor Rei, Dom João o Quarto de Portugal.

Logo abaixo do nome de José Luiz Mafra vêm os apelidos imortais de Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais, de vários de bandeirantes ilustres, do abade de S. Bento, Frei João da Graça, do vigário de S. Paulo numerosos eclesiásticos. Não aparece porém o de Amador Bueno o que perfeitamente se explica. Não quereria com a sua presença provocar algum conflito possível.

Afirma Azevedo Marques (*Apont.* 1, 9), que no dia seguinte ao de sua aclamação, retirou-se Amador Bueno para a vila de Santos, onde residiu por algum tempo para acalmar a exacerbação dos ânimos.

Aliás, são numerosos os documentos afirmativos de que o desprezador da coroa paulista por largo tempo residiu no litoral, onde parece ter tido propriedades e negócios avultados.

Havendo procedido como procedeu, ninguém, na opinião dos patricios, estaria tão indicado para levar a D. João IV a adesão dos seus súbditos paulistas, como aquele vassalo fidelíssimo.

A 4 de maio de 1641, cogitava-se em Câmara da eleição dos procuradores "que houvessem de ir á Corte levar a D. João IV a adhesão dos paulistas á Restauração. Infelizmente não se menciona o termo desta eleição. Aliás, não se realizou, pois, na acta de seis de agosto seguinte se diz que, presentes os officiaes da Camara e procuradores geraes da villa, effectuou-se a eleição unanime de Amador Boino (*sic*). "Acceitou a dita procuradoria com declaração que se ajuntará dinheiro bastantê para que não falte e faltando-lhe algum em Portugal se obrigarão, em nome deste povo e pelos poderes que tem d'elle, de pagarem toda a quantia que o dito amador boino tomar a ganancia e lhe fôr necessaria para os negocios que vae o que tudo prometterão fazer."

Não foi, contudo, o aclamado a Portugal, e de 1641 em diante, quase desaparece do cenário paulistano.

"Amador Bueno, de quem não mais falla a historia, escreve Azevedo Marques, parece haver-se recolhido inteiramente á vida privada. Sabe-se, porém, que até 18 de outubro de 1649, ainda vivia, porque nesse dia compareceu na au-

diencia do juízo de orphãos da villa de S. Paulo, para entregar certa quantia de dinheiro pertencente aos menores seus sobrinhos, filhos de seu irmão, Francisco Bueno, solicitando exoneração do encargo de tutor dos mesmos, por ser já bastante velho e achar-se onerado com o encargo de tutor dos filhos de seu irmão Jeronymo Bueno, fallecido no sertão.”

Dai em diante desaparece o nome de Amador Bueno da documentação paulista, pelo menos da que até hoje se desvendou. Ignora-se até agora o milésimo em que ocorreu o seu traspasse.

III

A “LENDA” DE AMADOR BUENO

Fato tão plausível quanto este da aclamação de Amador Bueno sofreu, no entanto, veemente impugnação quanto à sua autenticidade.

Nasceu no século XIX, entre nossos historiadores, uma corrente de opinião inquinando de fantasiosas as afirmativas leais dos cronistas de S. Paulo, sobretudo as de Frei Gaspar a quem já prestigiara aliás o apreço de autoridade do valor de Saint-Hilaire.

Violenta fobia de aspecto realmente curioso, a aversão por tudo quanto lembrasse os privilégios do Velho Mundo, sobretudo as regalias nobiliárquicas — fobia filha do inebriamento causado pela recente libertação das colônias americanas, a ojeriza aos europeus, dominadores de ontem, e do exacerbamento das idéias liberais de 1830 — fundamentalmente impregnou a mente de uma geração de brasileiros... Essa cuja mocidade se escoou nos anos tempestuosos das nessas regências e viu no despacho de Pedro I um como prolongamento sul-americano da grande Revolução francesa e da grande Revolução inglesa. Ao rei não se cortara a cabeça, mas dera-se-lhe um pontapé. Manifestações desse sentido, ao mesmo tempo anti-monárquicas e lusitanóforas, houve-as de todas as escolas, ferozes e truculentas, inocentes e muitas vezes, como era de esperar, ridículas, como a todas as cousas humanas succede.

Desde a “Saint-Barthélemy” a Rusga de Mato-Grosso, em 1834, em que perderam a vida centenas de portugueses, até ao repúdio dos nomes ancestrais lusitanos, substituídos por outros de veemente sabor indiano, muito embora de significação grotesca, como nos casos de quem se apelidou Tamanduá ou Sussuarana, que os houve. A esses moços de

1830 e a seus discípulos, haveria de ficar o indelevel apego à semelhante orientação que o decurso dos anos e a reflexão da idade não conseguiram desvanecer.

Muito embora afeiçãoados à monarquia constitucional, concretizada na pessoa grandiosa de D. Pedro II haveriam de ver e aplaudir com verdadeira e arrebatada emoção os versos virulentos do *Pedro Ivo*, de Alvares e do *Juarez* de Fagundes Varela.

A esta categoria de apaixonados da liberdade e do nivelamento americanos pertencia o ilustre Cândido Mendes de Almeida. E foi tal feição que o levou a agredir com desabrida violência os dois cronistas de S. Paulo: Pedro Tiques e frei Gaspar da Madre de Deus. Um porque, no seu entender, imaginou povoar as terras vicentinas de aristocratas, e o outro por seguir a orientação do émulo e amigo, e, ainda por cima, atrever-se a arquitetar uma série de lendas e fábulas para dar uma aparência de verdade às alusões nascidas da sua megalomania regional.

Pois, graças a ela, não chegara a inventar uma tentativa de estabelecimento de monarquia em S. Paulo, para maior lustro de um antepassado seu?

Formidáveis requisitórios escreveu o senador maranhense contra os seus dois adversários setecentistas, libelos em que acumulou a argumentação que o grande talento e a cultura privilegiada lhe inspiravam. São páginas de advogado, mas não de historiador, porque lhes falta o esteio documental, estribadas como se acham, em um sistema conjectural.

Conseguiu, porém, graças à autoridade do nome, diminuir um pouco, e temporariamente, apenas, é nossa convicção, o apreço em que devem ser tidas as obras dos dois historiadores. Abundando nas suas conclusões, e sem exame pessoal, vieram alguns escritores, dos nossos dias reforçar-lhes a agressão, entre eles Sílvio Romero e Moreira de Azevedo.

Para Cândido Mendes, o que os nossos cronistas afirmam é inquinável de suspeito ou pelo menos de lendário. Provinha-lhes a balda da mania nobiliárquica que os empolgava, de prurido da vaidade, frequente entre os genealogista e atávica entre Paulistas, comenta José Veríssimo acudindo ao autor maranhense. E a tal propósito lembra uns versos em que Pedro Antônio Correia Garção lhes chama "bebedores de congonha" e lhes procura ridicularizar o vezo de enaltecer "a fabulosa, ilustre decadência de seus

claros avós de Portugal, emigrados, no entanto, “em jaleco e ceroulas”...

Irritou-se Cândido Mendes porque os dois historiadores afirmaram haver, desde as primeiras levas martimafonsinas, passadas às terras de S. Vicente, gente de linhagem e posição. Assim pretendeu demonstrar quanto mentem ao relatar que mulheres brancas acompanharam os povoadores primevos. Nada mais injusto e descabido do que semelhante ataque. Acaso procuraram o linhagista e o monge prender esses povoadores às dinastias européias, sequer às casas titulares portuguesas? Absolutamente não; provêm os troncos de que se orgulham da fidalguia mediana, senão modesta, do Reino, da boa burguesia. Títulos para ambos altissonantes são “a limpeza do sangue”, dos cristãos velhos, livres das mesclas impuras com “judeus, mouros, ou quaisquer outras infectas nações” o emprego no real serviço e a ausência do “mecanismo” nas progênes. Seria tão difícil empresa obter-se em Portugal cincoenta ou cem casais nestas condições, famílias distintas, quiçá empobrecidas, esperançosas de readquirir a fortuna, transmigrando à América?

Isto, a nosso ver, representa tão pequenas exigências por parte dos cronistas, que não compreendemos o furor de que se possuiu o ilustre maranhense ante o que intitidou as pretensões dos escritores paulistas.

A nenhum deles cabe a dedução genealógica, aliás, honesta, que prendem dezenas senão centenas de milhares de compatriotas nossos às dinastias capetíngia, carlovingia e merovíngia.

Irritam-se os críticos com a designação de “nobre”, atribuída a estas e àquelas famílias, esquecendo-se, porem, de que para os antigos portugueses, “nobre” e “fidalgo”, não eram exatamente a mesma cousa. Enfurece-os o atributo “princesa brasílica”, referente às matriarcas paulistas, mulheres de João Ramalho e Antônio Rodrigues, vulgares índias, filhas de vulgares caciques, alegam.

Esqueceu-se, entre parênteses, a moderna balda, de quanto aos portugueses de antanho era familiar — e até aos fins do século XVII — designar as nossas tribus indígenas e as da África, pelo qualificativo “reinos” e seus chefes pelo de “reis”. Quanto nos anais setecentistas de Goiaz e Mato-Grosso se fala em “reinos” de Caiapós e “reinos” de Paia-guás!

E mais... avultasse um quilombo, e já oficialmente lhe davam o título de “reino dos pretos fugidos”...

Se, portanto, caciques e zumbis eram reis, natural às filhas chamassem "princesas" sem que a ninguém ocorresse a idéia extravagante da equiparação de tais dinastias (?), pele vermelha, ou negras, aos sangues e instituições militares da Europa, como pretenderam os reparadores descobrir na obsessão antinobiliárquica.

De tal comparação nasceu a má vontade para com os cronistas de S. Paulo, personagens a seu ver, alucinados pela megalomania e cuja petulância sem limites os levou a remontar ao sangue azul dos nossos "príncipes" tupis, transvazado nas veias dos filhos de pretensos fidalgos reinóis, quando, salvo raras exceções, era o Brasil quinhentista uma terra de degredados, apenas.

Comentando a agressão, partida de Cândido Mendes de Almeida, e, talvez nascida de um tópico dubitativo de Varnhagen, seja-nos permitido ainda aqui reproduzir o que escrevemos na biografia do monge.

Tomou-se o ilustre senador maranhense de verdadeiro ódio à pessoa e à obra do beneditino e, atacou-os com uma veemência pouco consentânea da moderação e imparcialidade exigida dos historiadores, pois se a princípio usou de frases comedidas, acabou com verdadeiro desabrimento de expressões.

Aos olhos do observador moderno, que não pode afastar-se do axioma de que a História se faz com os documentos, pouco impressiona este amontoado de argumentos, todo o arrazoado eloquente em que tudo há, menos a mais elementar pesquisa documentária.

Fulminando a excomunhão *vitanda* a frei Gaspar, baseou Cândido Mendes a sua sentença no seguinte fato: desvairado pelo orgulho de casta e pelo baírrismo, falsificara e forficara o beneditino os documentos acariciadores de sua megalomania incomensurável, sobretudo o testamento de João Ramalho, feito em S. Paulo a 3 de maio de 1580.

Acumulando deduções habilmente encadeados, *demonstrou* o senador maranhense que Ramalho "uma e única pessoa com o bacharel de Cananéia" não podia ter vivido além de 1560 (Cf. *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, T. 40, pág. 2).

E, no entanto três anos mais tarde, reproduzia a obra de Azevedo Marques, a célebre ata da Câmara de S. Paulo, de 15 de fevereiro de 1564, em que vem uma declaração do famoso naufrago, confessando-se maior de setenta anos, então! Desabou de vez o já combalido castelo de cartas, tão penosamente edificado por Cândido Mendes, com a desco-

berta do documento publicado por Washington Luiz em 1905. Alguem mais, alem do cronista, havia lido o original do malsinado documento; não o inventara, pois, frei Gaspar...

Assim succedeu a muitos historiadores, de muito maior polpa do que o nosso illustre compatriota, a muitos e eminentes escritores de História, que tentaram suprir a documentação pela argumentação. Haja vista, e, por exemplo, os esforços de Ranke, de Voigt e de outros grandes historiadores papais detidos pela intransponivel muralha das portas dos arquivos vaticanos. Os esforços extraordinários para tirar premissas e conclusões da deficiência das fontes consultadas, mau grado toda a energia da pujança mental, totalmente os inutilizou a aparição de uma série de documentos inacataveis trazidos à luz por Pastor, a quem dera Leão XIII o sésamo dos arquivos pontifícios.

"Causa dó ver tanto e tão nobre trabalho perdido!" exclama o illustre historiador contemporâneo. Assim succedeu a Cândido Mendes. Movido por generoso impulso de desagravo ao que imaginava ser um atentado à verdade da História brasileira, levou-o a paixão muito alem do que devia ir. A voz dos documentos rehabilitou a memória de frei Gaspar das increpações e invectivas do seu adversário; o que ainda subsiste de tão formidavel assalto, pouco desmerece o valor da obra do cronista.

Nova e estrondosa reparação devia proporcionar ao beneditino o segundo ataque à sua obra, verdade é que, incomparavelmente, menos poderoso.

Generalizando, avançara imprudentemente Cândido Mendes, que, no formigar das patranhas de frei Gaspar uma havia de singular descaro: as invencionices relativas a Amador Bueno.

Lançou o repto, que Moreira de Azevedo sofregamente reafirmou em 1887, com verdadeira leviandade (cf. *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, t. 50, p. II, pág. 1 a 10).

Partiu de premissas falsas ao asseverar que o senador maranhense já provara "não serem exatos no que escreveram de João Ramalho e Tibiriçá" os dois cronistas de S. Paulo. Muito mais sensato e prudente, no entanto, seria avançar que as hipóteses do eminente Cândido Mendes e a sua argumentação apenas se revestiam do aspecto de verosimilhança, pois, com efeito, nenhuma prova cabal pudera ele aduzir da falsidade daqueles a quem detratara. Entendeu o autor fluminense propicia a ocasião para *faire*

aussi son petit Niebuhr arvorar-se Niebuhr brasilico como diz a pitoresca expressão da gíria moderna.

Grata e elegante tarefa! Muito pouco resta para o domínio da lenda na História do Brasil, exigua e despida de grandes lances.

Já Varnhagen pulverizara a de Caramurú e Paraguassú, afilhados dos reis Cristianísimos. Assestou pois, as suas baterias o estimavel autor d'*O Rio-de-Janeiro* contra Amador Bueno, que lhe pareceu sumamente expugnavel, cousa de quatro ou seis tiras de papel.

De um fato simples, tão verosimil e possivel de se ter passado como esse da aclamação de Amador, quis fazer monstruosa deturpação da verdade histórica, com V grande e H maiúsculo, obra da vaidade incomensuravel, da descabelada imaginativa, do bairrismo super-exaltado dos dois cronistas.

Tudo isto *transeat*; injustíssima, porem, a pecha de falsificadores de documentos irrogada aos dois escritores setecentistas de S. Paulo. E assim, *ab ovo*, decretou que famosa patente de capitão, passada a Manuel Bueno da Fonseca pelo governador do Rio-de-Janeiro, Artur de Sá e Menezes, base de toda a documentação do beneditino e do genealogista, fora escandalosamente manipulada, se não mais escandalosamente ainda, inventada.

Como argumento insofismavel fizera copiar do *Arquivo da Câmara de S. Paulo* — de S. Paulo, note-se bem — no livro de Registos “que principiou em 1684”, a folhas 125, o malsinado documento, vibrando de indignado, quando o arquivista lhe comunicara não haver encontrado vestígio deste ato. Que maior prova do embuste do que esta? a citação feita por frei Gaspar do livro de 1684 às folhas citadas contem registo diferente do que ele se refere. Vê-se, pois, comenta triunfante, que não foi o cronista exato no documento que exhibiu. *Proh pudor!* não teria deixado de acrescentar o retificador, caso fosse o conselheiro Acácio.

Pérfida, ou mera e aliás grave, distração inspirara o escritor ao traçar estas linhas. Cometera, no entanto, monstruoso engano.

Não se dera o trabalho de prestar atenção à mais elementar indicação das fontes documentárias do cronista, pois quisera encontrar em S. Paulo o que ali jamais existira. A patente de Manuel Bueno da Fonseca achava-se registada diz-nos com toda a clareza o beneditino (*Memórias*, 1.^a edição,

nota 2.^a, pág. 134) no livro de Registos que principiou em 1684, a fol. 125. no *Arquivo da Câmara de S. Vicente!!!*

Triunfo completo para o nosso Niebuhr brasilico, que, para mero desencargo de consciência, ainda alega pequenas buscas realizadas, sempre no *Arquivo da Câmara de S. Paulo*, a-fim-de poder “ex-cathedra e ex-corde, fulminar esta sentença; *assim não há documento algum que prove a aclamação e recusa da coroa por Amador Bueno, sendo este fato apenas uma tradição*”.

Tal prurido em expurgar a História brasileira da pretensão lenda de Amador Bueno, filho de precipitação leviana, do juizo malévolo e preconcebido, há de custar-lhes a reputação de historiógrafo bem grave nódoa, porem. Vendo-se desmentido agora e formalmente, pela voz do documento que declarou forjado, dirão os observadores imparciais que ao acusador de frei Gaspar bem se pode atribuir o baldão arrasador lançado pelo velho Melo Moraes à sua geração de historiadores: de que jamais de leve sequer um só prescruou os arcanos dos Arquivos Nacionais.

Verdadeiro horror consagravam ao contacto com os papéis velhos, à “poeira dos séculos”, únicas fontes da verdade histórica. Historiadores à feição de certo conselheiro fariam o histórico dos cercos como o abade Vertot. Se o cronista veterano e se Pedro Taques do modo mais formal declaram que a patente fora passada por Artur de Sá e Menezes, nada mais elementar, como justiça e como critério, do que supor no Arquivo Nacional, no Rio-de-Janeiro, em algum livro de registo daquele notavel governador do Rio-de-Janeiro, a existência do original trasladado para outro livro idêntico da Câmara de S. Vicente, apontado pelos escritores desmentidos.

Dizem o monge e o linhagista: “A substância do referido caso se confirma com as palavras de Artur de Sá e Menezes, capitão-general da Repartição do Sul, e governador da cidade do Rio-de-Janeiro, em uma patente de capitão e governador da Companhia dos Officiaes de guerra reformados, juizes e vereadores, que tivessem servido na Câmara de S. Paulo, por ele passada a Manuel Bueno da Fonseca, e datada aos 3 de março de 1700” (*Memórias*, 1.^a ed., pág. 1.134). “Este facto da intentada aclamação de Rei que não acceitou Amador Bueno, se lê no *Archivo*, da Camara da Villa Capital fls. 125 até 126. No mesmo *Archivo*, livro de 1684, até 1702, fls. 125, se acha a patente de Arthur de Sá a Manuel Bueno da Fonseca em que se declara a lealdade de Amador Bueno, sendo aclamado pelo povo.” (*Nobiliarquia Paulistana, Re-*

vista do Instituto Histórico Brasileiro, t. 32, pág. 182). Para desmentir aos cronistas de S. Paulo era preciso ir ao Arquivo e remexer papéis velhos. Muito mais facil declarar pura e simplesmente "demolida" a reputação do frade e do genealogista, com a simples afirmação de que haviam sido os autores de colossal invencionice.

E no entanto, bem à mão se achava a defesa dos caluniadores: No livro VII da coleção *Governadores do Rio-de-Janeiro*, fls. 82 (cf. *Anais do Arquivo Nacional*, t. XI, pág. 91) em diante se encontra o documento rehabilitador, que mais abaixo na integra transcrevemos, dele havendo graciosa cópia, graças à obsequiosidade de erudito amigo, tão amavel quanto versado na História nacional dr. Eduardo Marques Peixoto.

Não é nossa intenção discutir detidamente as opiniões e afirmações de Moreira de Azevedo; apenas aqui desejamos oferecer aos estudiosos da História do Brasil o ato reivindicador das acusações aos dois cronistas, destituídas de base e fundamento, levianas, malévolas e, sobretudo, clamorosamente injustas.

"PATENTE DE CAPITÃO GOVERNADOR DE REFORMADOS A MANOEL BUENO DA FONSECA:

Arthur de Sá e Menezes. Faço saber aos que esta minha Carta patente virem, que tendo respeito ao mtc. q. convem ao serviço de sua Magestade, que Ds. gde. e ao bem Comum destes Povos de São Paulo alistaremos todos os homens q. ha Capazes de pegarem em armas pa. o q. formei dous terços de auxiliares e ordenança e porq. a principal gente está por alistar q. vem a ser os officiaes de guerra Reformados, Juizes e Vereadores q. tem servido na Camara e porq. estes são os principaes pa. qualquer incidente suceda, porq. de todos fio o brasão conforme a sua nobreza e pessoas, e pa. governar esta infantaria Se necessita de Capitão de grande talento, experiencia, Valor e Respeito que com a sua actividade e disposição sobre com acerto que se espera e vendo eu os Serviços q. tem feito Manoel Bueno da Fonseca, além de ser uma das principaes pessoas das familias de S. Paulo e ter servido a Sua Magestade q. Ds. Gde. nos postos de Alferes de Infantaria da ordenança Capitão e Sargento mór Com muita acceitação e zelo, e sendo Juiz ordinario na Camara desta Villa, Sabendo as ordens q. Sua Magestade q. Ds. Gde. tinha man-

dados Sobre a baixa da moeda logo poz em execução a da. baixa, Sendo contra a vontade de muitos, malquistado e pondo-se em Risco de perder a Vida no que se mostrou Com deliberada Resolução, mostrando o zelo de leal vassallo por dar a verdadeira Execução ás Reais Ordens. E na ocasião q. se lhe encarregou arrecadação do Donativo. Como consta dos seus papeis e quando não bastavam estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno q, sendo chamado pelo povo para o aclamarem Rey obrando como Leal e verdadeiro vassallo com evidente perigo de sua vida, exclamou dizendo que vivesse El-Rey Dom João o quarto seu Rey e Senhor q. pela fidelidade q. devia de vassallo queria morrer nessa defença e respeitando eu neste tão louvavel vassallo digno de grande remuneração hey por bem nomear, e eleger, com pela presente faço nomeo, elejo, ao d.º Manoel Bueno da Fonseca por Capitão Governador da Compa. dos Reformados, Juizes, vereadores q. tem servido na Camara e servirá do d.º posto, enquanto Sua Magestade q. Ds. Gde. o ouver assim por bem em tudo de q. fôr encarregado dará inteira satisfação. Como delle espero, e gozará com o d.º posto de todas as honras e privilegios, Liberdade ysenções que em razão delle lhe pertencerem e será ysentado dos terços, e só se agregará na ocasião que por mim ou o Capitam lhe fôr ordenado, e ordenado a todos os officiaes mayores de guerra e justiça tenham, honrem e estimem e conheção ao d.º Manoel Bueno da Fonseca, por Capitão Governador da Compa. dos Reformados. Juizes, Vereadores q. tem servido na Camara, e ordeno a todos os officiaes e soldados da sua Compa. lhe obedeção como são obrigados, guardando suas ordens por escripto, e de palavras e jurará em minhas mãos de bem e verdadeiramente cumprir as obrigações do seu posto para firmeza do q. lhe mandei passar a presente sob meu signal e sello de minhas armas q. se cumprirá como nella se contem, Registrando-se nesta secretaria em Livros da Camara da Capitania. Dada nesta Villa de São Paulo aos tres dias do mez de Março de mil e settecentos. O secretario Joseph Rebello Perdigão o escrevi. — Arthur de Sá e Menezes. — Lugar do sello. — Carta patente por q. V. S. fas mce. nomear no posto de Capitão Governador da Companhia dos Reformados, Juizes, Vereadores que servirão na Camara a Manoel Bueno da Fonseca pellas rasões nella declaradas. P. a V. S. a Ver.”

Dos mais interessantes é o cotejo do texto da patente e do autos das *Memórias*:

TEXTO DE FREI GASPAR

E quando não bastavão estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno, q. sendo chamado pelo Povo para o aclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro Vassallo, com evidente perigo de sua vida, "clamou", dizendo que vivesse El-Rey Dom João o IV seu Rey e Senhor, e que pela fidelidade que devia de Vassallo queria morrer nessa defesa; e respeitando eu tão louvavel Vassallo, digno de grande remuneração hei por bem nomear...

TEXTO DO DOCUMENTO DO ARQUIVO NACIONAL

E quando não bastavam estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno, q. sendo chamado pelo Povo para o aclamarem Rey, obrando como Leal e verdadeiro Vassallo, com evidente perigo de sua Vida, "Exclamou" dizendo que vivesse El-Rey Dom João o quarto seu Rey e Senhor q. pela fidelidade q. devia de Vassallo queria morrer nesta defesa, e respeitando eu neste tão louvavel Vassallo digno de grande remuneração, hei por bem nomear...

IV

AINDA A "LENDA" DE AMADOR BUENO

Mais favoravel não pode ser o confronto; dos textos do documento do Arquivo Nacional que divulgamos em 1915 das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente. Inequivocamente demonstra a escrupulosa fidelidade de frei Gaspar da Madre de Deus.

Pondo de lado as divergências meramente ortográficas, sem importância alguma, notamos num dos documentos *clamou* e noutro *exclamou*; já no original um *neste* que não existe no de São Vicente, e só...

Raramente se cometeu tão séria injustiça quanto a de Moreira de Azevedo em relação ao cronista vicentino. Lavrou o decreto condenatório do beneditino, a "demolição" da "lenda" de Amador Bueno, e as consequências de tão iníqua sentença, revestida das aparências da verdade, não se fizeram esperar. Assim, pois, estribado no que escrevera o autor d'O Rio-de-Janeiro, avança Sílvia Romero na *História da Literatura Brasileira*: "Investigações recentes provam o exagerado do caso, reduziram-no a proporções mais modestas". Protestando contra o injustificavel emprego do

substantivo inicial e do verbo de que é sujeito, entendemos que o respeito às fontes históricas impõe a substituição da frase por outra: "Recentes hypotheses e meras conjecturas, sem fundamento documentario algum pretendem demonstrar o exaggero do caso, reduzindo-o a proporções mais modestas."

É esta a verdadeira lição que se depreende do exame das alegações de Moreira de Azevedo que, longe de conseguir amesquinhar o apreço em que a obra de frei Gaspar deve ser tida, proporcionou retumbante ensejo, para que se evidenciasse quão grande foi o respeito pelo cronista consagrado à exatidão dos documentos transcritos para o alicerçamento das suas afirmações leais.

A hora da reabilitação soou, porem, para frei Gaspar, desde uma década.

Revestiu-se a comemoração, bicentenária, que o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em 1915, levou a efeito dos atributos de uma solenidade desagravante e reparadora. O tempo se encarregará de remover do nimbo que envolve a memória do historiador honesto, que frei Gaspar da Madre de Deus foi, os vestígios do embaciamento produzido pelas invectivas de seus detratores.

Novos documentos clamarão a sua defesa *de profundis*, dos recessos dos arquivos, onde os irão buscar os ardorosos pesquisadores dia a dia a avolumar-se no país, e inspirados nos verdadeiros princípios da moderna crítica histórica. Assim também o senso das cousas históricas não traiu a Porto Seguro, quando comprovou várias das asserções do autor das *Memórias*.

Defendido pela voz dos documentos inatacaveis, confundirá frei Gaspar as últimas alegações de seus adversários. Já um deles, Moreira de Azevedo, acha-se fora de combate. E, assim, cada vez mais se afirmará a glorificação do historiador vicentino, amante da verdade, cuja falta e cujos deslizes não são senão as manifestações da boa-fé, produtos subconcientes do mais geral, do mais intrinseco dos atributos humanos: a inevitabilidade do pendor para o erro.

Se frei Gaspar da Madre de Deus, mal inspirado, nem sempre escreveu a verdade na plenitude de sua pureza, procurou, estamos convictos, fazê-lo com todas as veras da alma, agindo com o maior escrúpulo, após as longas meditações e o extenuante labor das pesquisas e dos cotejos rigorosos.

Haverá historiador que melhor possa ter procedido?

.

Comentando este incidente histórico-literário deixou Alfredo Elis Júnior bem patente quanto há de importante como documento psicológico, já não só original, paulista, como brasileiro, no fato da aclamação de Amador Bueno e quanto é reflexo do grande surto da independência, produzido pelo bandeirismo.

Frei Gaspar nenhuma data menciona e Azevedo Marques não documenta a sua asserção. Há, aliás, numerosos equívocos nos seus *Apontamentos*. Assim, por exemplo, ainda em relação ao assunto que agora nos ocupa. Afirma que a notícia da aclamação de D. João IV, a 3 de abril de 1641, ele a tivera do Arquivo da Câmara de S. Paulo, livro de vereanças, 1641 (cf. *Apontamentos*, p. I). Em 1904 contestou-o Washington Luiz, com toda a razão, a biografar Antônio Raposo Tavares (*Rev. do Inst. de S. Paulo*).

“Assim, pois, poderia ele ter tomado parte na aclamação de D. João IV, em S. Paulo, a 3 de abril de 1641”. Escrevemos “poderia ter tomado”, porque parece que Azevedo Marques se equivocou quanto a esse fato e a essa data.

Nesse dia, 3 de abril, não houve vereança e nem nos livros de vereança existe auto algum de aclamação.

Examinamos com cuidado diversos outros livros da Câmara dos registos, fianças, eleições — que serviram no ano de 1641, e em nenhum deles encontramos esse ato de aclamação: é possível que ele exista em algum outro livro de que não tivemos notícia.”

Proveio esse desencontro de uma citação de Azevedo Marques, verdadeiro *lapsus calami*. Em vez de livro de vereanças, tit. 1641, deveria ter escrito livro de Registo Geral, tit. 1641, que é onde se acha o documento.

Assim não parece de todo firmado se o episódio de Amador Bueno antecedeu ou seguiu-se à cena da aclamação de D. João IV, muito embora, como já o dissemos, nos inclinemos a aceitar a primeira hipótese.

Corrigindo as asserções de diversos historiadores açoitados, escreve Ellis (ob. cit. p. 125).

“A causa, porem, desse erro que ameaçava se enraizar nas paginas da nossa historia, está no pouco cuidado dos que a tem estudado, limitando-se a copiar o já impresso, abstando-se das pesquisas originaes, pois que chegam muitos historiadores a ignorar o nome do proprio governador da capitania nesses annos de 1641!! Parece incrível que se tenha affirmado ter sido o capitão-mór nessa epoca, um tal Luis Leme (talvez attribuido a Luis Dias Paes Leme, o ban-

deirante conhecido), quando é certo não figurar nos documentos esse nome como exercendo o mencionado cargo de governança!

“Ermelindo de Leão, corrigindo essa asserção, diz que o capitão-mór na ocasião, foi Francisco Pinheiro Raposo e, naturalmente, o mesmo signatário do auto de aclamação de dom João IV, como vimos acima.

“A emenda nos parece tão errada quanto o soneto, pois o capitão-mór era João Luis Mafra, como se vê dos documentos impressos, estando de accordo com a verdade o saudosissimo João Mendes, que isso affirmava”.

Que a razão esteja aí com Ellis e não com Ermelindo de Leão, é cousa que a afirmativa das autoridades não deixa dúvidas. (cf. frei Gaspar da Madre de Deus: *Relação dos Capitães loco tenentes que governaram a capitania de S. Vicente, na Revista do Instituto Histórico de S. Paulo*, tomo V, pág. 170). Não são palavras do próprio auto da aclamação de D. João IV, “jurou nelle o dito capitão-mór João Luis Mafra?”

Equivocou-se pois Ermelindo de Leão, certamente: Francisco Pinheiro Raposo a quem antecipadamente attribue o cargo de Mafra, só foi capitão-mór por carta de 24 de maio de 1543. (Cf. Frei Gaspar loc. cit. pág. 171). Conclue Ellis os seus comentários com uma série de conceitos que *in totum* subscrevemos (ob. cit. 125).

“Reintegrada, pois, a verdade histórica e banida qualquer dúvida existente sobre a verdadeira data das aclamações, com elementos irrefutaveis, como os que estampamos acima, estão elas definitivamente perpetuadas da nossa história, marcando os episódios, que tanto enobrecem o caracter paulista.

“Dignas seriam, principalmente a de Amador Bueno, de um monumento que as perpetuasse à posteridade da nossa *urbs*, evidenciando não só a lealdade desse vulto paulista que foi Amador Bueno, antepassado de milhares de brasileiros contemporâneos, como a gratidão do presente ao passado remoto, que testemunhou o primeiro movimento nacionalista da pátria brasileira.

“A ingratidão e, mais ainda, a ignorância dos presentes, em assuntos da nossa história, tem impedido que tal preito seja levado a efeito.”

Não resistimos ao desejo de lhe transcrever os conceitos, muito embora precisemos observar que suas referências ao

nosso trabalho são o índice de um espírito sumamente generoso como o do tão erudito autor d'*O Recuo do Meridiano*.

"Ainda que não sejam propriamente episódios de bandeirismo, aclamações, de Amador Bueno e de João IV, a ele estão ligadas, por laços tais, que resolvemos incluir o nosso estudo sobre elas, entre os que realizamos referente à grande epopéia da gente paulista.

"A aclamação de Amador Bueno como rei de S. Paulo, bellissima página do nosso passado, que frei Gaspar da Madre de Deus, aquela vívida retina, onde refletiam as variadas cores dos afidalgados brasões dos lusos, povoadores da nascente capitania vicentina, nos deu a conhecer e tão duramente atacada pelo ódio inexplicavel de Cândido Mendes, teve, entretanto, a sua definitiva consagração, graças ao erudito e incansavel historiador paulista, Afonso de E. Tannay, que, de vez para sempre, derrecou o equívoco levantado pelo agressor para lhe servir de base à aleivosa acusação, contra o monge beneditino historiador. Crede nosso passado, que foi Amador Bueno, a personificação da lealdade cavalheiresca paulista, por ter sido o descobridor das peças documentais, onde se assenta a verdade histórica, sempre tão cultivada por frei Gaspar."

Escrevendo sobre o caso de Amador Bueno, admite-o Southey como se tendo dado exatamente, como frei Gaspar o narrou. E entende que se se houvesse realizado a independência de S. Paulo, teriam os paulistas passado a ser o mais formidável povo da América do Sul (*História do Brasil*, III, 445). Nega o historiador inglês, que a fama da insubordinação atribuída aos paulistas, baja provindo desta história como pretente o monge.

Assim, afirma que a sua versão dando à chefia do movimento independentista aos espanhóis é tão falsa quanto a de Silva Lisboa, fazendo "figurar neste negocio os jesuítas como buscando recuperar a perdida influencia. Num caso foi o espirito nacional, no outro odio de partido que supriu o lugar da autoridade, infundadas e gratuitas ambas as asserções." De Southey discordando, o seu, aliás mediocre, anotador Cônego Fernandes Pinheiro, entende que se deve seguir a frei Gaspar que escreveu à vista de "valorosos" documentos e inspirado em verídicas tradições." Saint-Hilaire e Machado de Oliveira, estes, aceitam *in totum* a versão de Frei Gaspar.

Varnhagen (*Historia Geral*, II, 693), mostra-se um tanto céptico em relação à narrativa do cronista.

“Se acreditarmos na tradição, que no século passado recolheu um monge beneditino, filho da Província, houve até o pensamento da independência; e ao tratar-se de o realizar, não se levou a efeito, pela abnegação de Amador Bueno, a quem foi oferecida a coroa. O crédito em que era tido na província este grande homem se colige das palavras de representação, com que no ano imediato o recomendavam ao novo rei, como patriota, rico e poderoso, bem entendido, capaz e merecedor de todos os cargos em V. M. o ocupar, porque nos de que fora encarregado deu sempre verdadeira conta e satisfação.

“Ante o fato (se realmente sucedeu) da rejeição de uma coroa neste Estado, ainda então em faixas da infância, não sabemos qual admirar mais, — se o juízo são do que descobriu que tal coroa não podia então ser perdurável, e menos possuída por si, num Estado que carecia de todos os elementos constitutivos da nacionalidade, e que ainda não poderia apresentar-se com dignidade ao lado dos outros povos do universo, mantendo a alta categoria de nação — se a abnegação do homem desambicioso, que sacrificou sua elevação no altar da pátria, evitando o fracionamento desta, ou pelo menos poupando-lhe uma sanguinolenta guerra civil.”

Entre os escritores contemporâneos influenciados pela atitude desabrida de Cândido Mendes, vemos Galanti perfeitamente fiel à versão gasparina, a-pesar-de muito pouco, em geral, apreciar o cronista. Transcreve Rocha Pombo, em nota, na íntegra, o longo trecho das *Memórias*, sem opor embargos à narrativa do monge (*História do Brasil*, V, 136).

Ao narrar o incidente, diz Saint Adolphe, autor de mediocre nota: “Os caudilhos espanhóis, fracassada a tentativa, tiveram de provar obediência e fidelidade ao novo rei, mas isso não impediu que ainda por muitos anos ficasse a sisania a lacerar os povos da capitania”.

Entende Rocha Pombo seguindo as pegadas de Milliet, que a longa e sanguinolenta luta dos Pires e Camargos se filia ao caso da aclamação de Amador Bueno, em 1641, o que não parece de todo exato pois Pedro Taques categoricamente nos conta que já, em 1640, houvera, nas ruas de S. Paulo, tremenda batalha entre as duas parcialidades, decorridos do duelo entre Pedro Taques e Fernando de Camargo, o Tigre (Cf. *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, t. 32, pág. 245).

“Pedro Taques, estando casado com D. Potência Leite (irmã direita do governador Fernão Dias Pais, que depois foi mulher de Manuel de Carvalho de Aguiar) teve uma di-

ferença em 1640 com Fernando de Camargo o primeiro deste nome na família de seu apelido, chamado o Tigre de alcunha, e, desembainhando ambos as espadas e adagas no pátio da matriz da vila de S. Paulo, se travou tão rija contenda, que, acudindo numeroso concurso a favor de um e do outro partido, passou este desafio a combate de guerra viva. Baralhada a máquina deste tumulto, se ofendiam uns aos outros, sem atinarem na tranquilidade, que em tais casos costuma ser todo o empenho dos que se põem na rua a atalhar qualquer pendência. Esta teve princípio à porta do templo, mas levados uns e outros de ardor pela peleja, se continuou este estrondo, correndo as ruas até fechar-se esse vicioso círculo no mesmo lugar onde tivera origem o primeiro furor da paixão dos dois primeiros contendores. Grande foi a providência oculta de Deus neste lance, porque, sendo muitos os mortos naquele desordenado rompimento, não perigaram os dois principais combatentes, Pedro Taques e Fernando de Camargo.”

Quanto a Capistrano, nos seus belos capítulos de *História Colonial*, não se detem a tratar do caso de Amador Bueno talvez por achá-lo pouco digno de atenção ou quiçá ainda obscurecido pela ausência de documentação.

Em que data teria ocorrido a aclamação de Amador Bueno? Com os elementos documentais de que dispomos, não poderemos fixá-la. A notícia da restauração portuguesa foi sabida na Baía somente a 15 de fevereiro de 1641 e no Rio-de-Janeiro a 10 de março seguinte. Diz Varnhagen (cf. *Hist. Ger.* II, 692 e 693) :

“De levar às vilas do sul a notícia da aclamação do novo rei foi incumbido o capitão Artur de Sá, comandante da recente fortaleza da ilha das Cobras.

“Teve assim lugar a aclamação, alguns dias depois, nas vilas de Santos e S. Vicente; a de S. Paulo não se apressou, para o que bastaria terem-lhe sido as ordens comunicadas pelo governador Salvador Correia com quem estava em guerra aberta.”

Se Artur de Sá saiu do Rio a 11, como diz Galanti, sem o documentar (*História do Brasil*, II, 233), é provável que em Santos estivesse a 15 ou 16. A 18 podiam os paulistanos saber da grande notícia. Foi, pois, na segunda quinzena de março e no máximo até 3 de abril de 1641, que se pode ter dado a aclamação de Amador Bueno, a menos que ela não haja ocorrido como reação à proclamação de D. João IV em S. Paulo, a 3 de abril daquele ano, em que vemos após a assi-

natura do loco-tenente do donatário Conde de Montesanto, e governador da capitania, João Luiz Mafra (cf. *Registo Geral da Câmara de S. Paulo*, VII, 251).

Da trama da alma paulista jamais desapareceu a tradição do episódio de Amador Bueno. Em princípios do século XIX a ele aludiam Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada numa representação ao Príncipe Regente futuro D. João VI contra a prepotência do Capitão-General Franca e Horta.

Em 1847, imprimia Varnhagen o seu drama *Amador Bueno* expondo a D. Pedro II a necessidade de se reviver a figura do *Aclamado*.

Machado de Oliveira aceitou a versão gasparina que Azevedo Marques encampou adicionando-lhe adminículos de Taques. Em 1900 veio a São Paulo reger o já tri-secular cenóbio beneditino um homem superior, cheio de entusiasmo pela causa católica a que apaixonadamente amava e dedicação pela segunda pátria e a que, durante mais de trinta anos, serviu com todas as veras da alma. Era ele o grande prelado que se chamou D. Miguel Kruse. Ao saber que o episódio da aclamação de Amador Bueno se prendia, do modo mais estreito, à sua Congregação, à Abadia, ficou empolgado pela idéia de um dia recordá-lo, aos contemporâneos e aos pósteros, de modo inapagável.

E assim quando construiu a magnífica Basilica Abacial que é das mais notáveis obras de arte da metrópole paulista fez esculpir o grande altó relevo, que todos nós conhecemos, e no qual o *Aclamado* figura tendo simbolicamente aos pés a coroa recusada. Quanto não estimaria o ilustre abade poder presenciar a glorificação deste lance histórico de que foi o ardoroso e o primeiro arauto, sob o ponto-de-vista de uma manifestação artística?

É com verdadeira comoção que nesta nossa corimônia singela vejo entre nós aparecer o hábito, hoje sesquimiliar, a revestir o representante da comunidade beneditina paulistana envergado por Frei João da Graça e seus Monges quando ao seu Mosteiro acudiu Amador Bueno a pedir refúgio e a intervenção do prelado e da comunidade paulistanos da Sagrada Religião do Patriarca dos Monges do Ocidente.

Que significado e que consequência teria tido a aquiescência de Amador Bueno às solicitações e instigações de seus aclamadores?

No mínimo o de provocar o risco de grave guerra civil. Com efeito como poderia, em 1641, Portugal exausto, exan-

gue, desarvorado, ameaçado por uma luta de vida e morte em desproporção esmagadora de forças, na Europa, pela imensa monarquia dos Áustrias de que se cindira, como poderia, com o Nordeste do Brasil ocupado pelos holandeses tenha de pronto reduzir à obediência os paulistas numerosos, aguerridos, abroquelados em condições de, para o tempo, verdadeira inexpugnabilidade estratégica?

Se ainda, em 1645, em face da insurreição pernambucana teria D. João IV de agir com a maior duplicidade, vendo-se obrigado em público a desautorar aos seus vassallos rebeldes, para não ter contra si acrescidas as armas de Holanda às de Espanha?

Nada mais exato do que os conceitos de Saint-Hilaire a que Machado de Oliveira invoca:

“Parece certo que, nas tendências para a sua emancipação em que estavam os ânimos dos paulistas, altivos, intrépidos, habituados a uma vida fragueira de lutas, fadigas e privações, e sempre dispostos para empresas arriscadas, era-lhe fácil defenderem, e sustentarem a resolução que haviam tomado, de se imporem um chefe de sua escolha, subtraindo-se ao domínio de Portugal, se fora ele menos circunspecto e mais ambicioso que Amador Bueno. Com um tal chefe, que se deve qualificar como o maior vulto dos tempos primitivos, os paulistas se constituiriam independentes, e, em breve, o mais formidável povo da América do Sul.”

Difícil seria que os castelhanos do sul do continente absorvessem a nova monarquia americana. Eram então os núcleos platino e paraguaio demasiado fracos e afastados para semelhante empresa.

É possível que restaurada a independência portuguesa, com as vitórias de 1668, caísse o peso das armas do reino bragantino sobre o novel estado paulista. Mas teria de enfrentar resistência vigorosa e tenaz, por parte de aguerrida e já assaz numerosa população.

Fosse como fosse a tentativa da entronização de Amador Bueno tornada efetiva viria quebrar essa unidade lusobrasileira, magnífica, que há quase quatro e meio séculos se mantem tão veemente.

Como que nesse dia de 1 de abril de 1641 a Amador Bueno animava a antevisão daquela tarde, entre todas gloriosa, de 7 de setembro de 1822, em que, segundo a formosa imagem de Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, passou Portugal às mais da nação, sua filha, recém-nascida a posse de um território, que a ele Fernandes Pinheiro se

afigurava enorme e magnífico vaso alabastrino em cuja imensa superfície não existia vestígio da mais ligeira frincha.

Assim senhores, saudemos em Amador Bueno, um dos maiores obreiros da nossa coesão nacional, e o reintegrador de sua grei na continuidade lusitana de sua missão histórica de dilatadora impertérrita da Pátria Brasileira.

Incumbido de copiar documentos paulistas nos acervos arquivais portugueses assinalou o dr. Artur da Mota Alves ao dr. José Torres de Oliveira, d. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico de S. Paulo, a existência de certo códice vindo de Coimbra para a Torre do Tombo em Lisboa. Era uma coleção factícia de diversos trabalhos manuscritos e subordinados ao título *Fundação da Capitania de S. Vicente e açoens de Martim Affonso de Souza Brazil*.

Lembramo-nos imediatamente de que fora este o título dado pelo beneditino às suas *Memórias* quando, por intermédio de seu parente e amigo o douto Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, submetera o seu trabalho à apreciação da Academia Real de Ciências de Lisboa.

A 23 de fevereiro de 1796 oficiava o ilustre matemático Francisco de Borja Garção Stokler, mais tarde Barão de Vila da Praia, e então vice-secretário da Academia, comunicando-lhe que a obra do monge merecera reais aplausos dos Acadêmicos seus examinadores. Seria impressa pelo sábio cenáculo se o autor contudo aceitasse certas modificações que se lhe pediam.

Uma delas era a mudança do título, mudança aliás muito feliz: *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo* intitular-se-ia a monografia.

Concordando Frei Gaspar e aplainadas algumas outras pequenas dificuldades foram impressas as *Memórias* "à custa da Academia e debaixo de seu privilégio", segundo se decidira em sessão de 5 de abril de 1797, sendo o volume revisto pelo ilustre erudito Antônio Caetano do Amaral.

Em princípios de 1798, recebia Frei Gaspar, já octogenário, os primeiros volumes de sua única obra impressa. Mas, como dizíamos, causara-nos viva curiosidade a existência do manuscrito na Torre do Tombo. Informou-nos o dr. Mota Alves que lá fora parar vindo de Coimbra. Ora o Bispo Conde de Coimbra d. Francisco de Lemos, fluminense, era primo próximo e amigo do monge. Teria o manuscrito pertencido a este antistite Conde de Arganil? Acaso a ele comunicado

por seu parente o antigo Abade Provincial do Brasil? Era muito possível.

Causou-nos a chegada das laudas copiadas pelo dr. Mota Alves o maior interesse. Verificamos que correspondem a verdadeiro apógrafo inédito do livro primeiro das *Memórias*. Infelizmente só do primeiro.

Verificamos que entre o texto impresso e o agora copiado existem numerosas divergências. O exame demorado, o confronto dos dois originais trouxe-nos a convicção de que o trecho do códice da Torre do Tombo deve corresponder a uma espécie de borrão do texto do monge.

Como terá ido parar em Coimbra? A explicação nos parece facil. É geralmente sabido que entre Frei Gaspar e seu primo Pedro Taques reinava a maior amizade. Muito se entre-ajudavam. E o beneditino procurara com todas as forças, embora inutilmente, salvar o primo da ruina quando o destituíram de tesoureiro da Bula da Santa Cruzada e lhe sequestraram os bens. Animou-o em 1776, quando já semi-moribundo a empreender a segunda viagem a Portugal a fim de pedir justiça ao Rei. Morto Pedro Taques fez-lhe os maiores elogios em suas *Memórias*.

Ora eram ambos primos do Bispo Conde de Coimbra. E este, assim como seu irmão, o prestigiosíssimo Desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, mantiveram sempre as mais cordiais relações com os dois escritores de São Paulo. É mais que provavel que o monge haja enviado, por Pedro Taques, um apógrafo de suas *Memórias* aos irmãos Azevedo Coutinho a fim de se imprimir em Portugal, já que não havia prelos no Brasil. Assim faria mais tarde com mais outro parente, o douto Diogo Ordonhes.

Ficou provavelmente o manuscrito em poder do Bispo e por sua morte permaneceu em Coimbra até que veio a incorporar-se ao acervo da Torre do Tombo a que definitivamente ficou pertencendo.

Fizemos o confronto entre o texto impresso das *Memórias* e do apógrafo de Lisboa verificando que entre ambos há divergências embora nunca essenciaes.

Em relação ao episódio de Amador Bueno vejamos o que existe.

O texto do apógrafo está cheio de abreviaturas que tanto eram do sabor da época e dos portuguezes.

TRECHO DO APÓGRAFO INÉDITO DA TORRE DO TOMBO

“Chegando a S. Paulo a not.^a de q. Luis Dias Leme havia acclamado na V.^a Capital de S. Vic.te ao Sr. Duque de Bragança, com o nome do sr. D. Joaó 4.^o por ordem q. lhe dirigio em carta p.^a D. Jorge Mas. car Marq. z do Monte Alvaó, e Vice-Rey do Brasil, foi esta novid.e hum golpe sencivel a varios Hespanhoes, q. se achavaó estabelecidos na d.^a V.^a Eles desejavaó conservar as povoaçoes de Serra acima na obed.ça de Castella, mas se naó attreviaó a descubrir seu pençamt.^o por recearem victimas do furor da plebe, q. entaó resolveraó uzar de artificio esperando conseguir por meyo dele o q. naó poderiaó alcansar, se fossem penetra-dos os seus int.os.

“Dvaó p.or certo q. a cap.ta de S. Vic.te, e quazi todo o Certaó Brasilico, antes de int.os annos tornariaó a unir-se as Índias de Hespanha se os Paulistas se-desmembrassem de Portugal, supposta a communicaçãõ q. havia por diversos rios entre as villas de Serra acima, e as Provincias da pratta, e Paragoay. Com esta vista figuraó-se penetra-dos do amor da Patria, onde estavaó naturalizados, propuzeraó aos n.es da Serra, q. naó quisessem perder a melhor occasiaó de quebrar as Cadeas, q. arrastavaó opprimidos pelos Magistrados Reynós, os q.s os tratavaó como o povo estranho, conquistado a força d'armas, e naó como a f.os de Portuguezes, nascidos em huá Collonia Luzitana. Pouderaó diversas razoens p.^a persuadirem a aquellas gentes pouco instruhidas, q. sem encargo de suas consciencias, nem faltar a obrig.am de honrados e fieis Vassallos podiaó naó reconhecer p.or Soberano a hum Principe a q.m naó haviaó jurado obediencia.

“Vós Senhores, (disseraó depois de varias propostas) Estais na m.ma linha dos mor.es de Lx.^a (Lisboa) e se quarenta Fidalgos poderaó elleger p.^a seu Monarcha a hum Vassallo de Hespanha, q.e era o Duque de Bragança, porq. naó poderaó fazer o m.mo os n.es desta Capitania na sua Patria? Comentavaó a vaid.e dos Ouvintes, exagerando o merecimento dos Paulistas principaes q. suas qualid.es pessoaes, Nobreza hereditaria os habilitavaó p.^a outros Imperios mayores; p.^a os livrarem de temores lembravaó os milhares de Indios seus escravos e administrados com q.m podiam levantar exercitos de m.tos mil combatentes; o recurso, e facil meyo de evitarem a falta de Sold.os, condu-

zindo dos Certoens reculutas, q. substituissem os lugares dos mortos; e a cuituação de S. Paulo summam.te deffen-savel, como descreve Charlevoy, q.do diz = Eraó precizos (p.^a submetter a V.^a de S. Paulo) numerozos exercitos, q. o Brazil e ainda menos o Paragoay naó estavaó em estado de formar, alem de q. hum pequeno n.^o de g.te determinada podia facilm.te deffender as entradas, q. fossem precios p. reduzir = Isto he certo p.r q. neste tempo som.e havia p.^a S. Paulo a estrada de Paranapiacaba de qualid.de taó má, q. bastaria lançarem pedras pela Serra abaixo p.^a se retirarem os expugnadores.

“Eraó scinceros os Paulistas, e ainda q. fieis naó tinhaó instrução da Serenissima Casa de Brag.ça agradou-lhes o Con.ço fraudulento, e seduzidos por este modo assentaraó dar a Coroa a algum Patricio seu, q. os governasse com independ.ça de Portugal. Tomada esta rezolução absurda procederaó a escolha do sujeito em q. assentasse hem a Suprema Dignid.e, e foi elleito Amador Bueno. Publicada a elleição concorreo o povo alvoroçado a casa do novo Rey a congratularse com elle.

“Pasmou Bueno q.do ouvio sim.e propozição, dettesta o insulto de seus Compatriotas, e com razoens efficazes procura dar-lhes a conhecer a obrig.am q. tinhaó de se conformarem com os vottos de todo o Reyno, e a ignominia da sua Patria, se naó reparassem a tempo com voluntaria, e prompta obediencia o desacato de seu criminal attentado.

“Nada basta p.^a os convencer, e a repugnancia do elleito augm.ta a obstinação do povo ignor.te, chegaó ameaçalo com a morte se naó quizer empunhar o Sceptro; vendo-se nesta consternação o fiel Vassallo sahe da sua casa furtivam.te e com a espada na maó encaminha-se apressado p.^a o Mosteiro de S. Bento, onde intentava reffugiar-se, adverte o povo q. havia sahido pela porta do Quintal, e todos correm apos delle gritando Viva Amador Bueno Nosso Rey, e S.r pelo q.l darei a vida.

“Assim o foraó seguindo, e chegando elle pr.^o ao Mostr.^o entrou, e fechou a porta. Como os Paulistas antigos Veneravaó summam.te os Sacerdotes, principalm.te os Regulares, nenhum insultou ao Convento, e todos parados da banda de fora requeriaó ao Prelado com vozes desentoadas, q. entregassem o Rey, p.^a lhe darem posse, desceo a Portaria o D. Abbade, acompanhado de sua Communid.e, e com attenções detteve a multidaó. Entretanto Bueno p.r outra p.te mandou chamar com preça os Eccleziasticos mais respeita-

veis da terra, e alguns sujeitos (eraó poucos) dos principaes, q. se haviaó portado com indifferença, e por isso naó se achavaó, no concurso vieraó logo huno, e outros, e todos unidos a Bueno fizeraó comprehender ao povo q. o Reyno pertencia a Casa de Bragança, e q. delle se achava esta de posse pacifica desde o dia da morte do Cardeal Rey D. Henrique se a violencia dos Monarchas Castelhanos naó houvesse suffocado o seu dir.to.

“Nada mais foi necessario p.^a se conduzir a multidaó arrepend.^a do seu absurdo gostozos foraó acclamar ao Sr. D. Joaó 4.^o com magoa excessiva dos Castelhanos, q. disfarçavaó o seu pesar, mas q. naó podiaó encubri-lo.

“E tanto verd.e o q. tenho referido, q. em huma Patente do Cap.m da Comp.^a dos off.es de Guerra reformados, passada p.r Artuur de Sá, a M.el da Fon.ca Bueno aos 3 de Março de 1700 dis o seg.e = E q.do naó bastaraó estes serv.os era merecedor de gr.des cargos por ser netto de Amador Bueno, q. sendo chamado pelo Povo p.^a o acclamarem Rey, obrando como leal, e verdad.ro Vassallo, com evidente perigo da sua vida clamou dizendo q. vivesse El Rey D. Joaó 4.^o seu Rey, e S.r, e q. pela fidelid.e q. devia de Vassallo, gr.^a morrer nesta deffensa; e respeitanto eu taó louvavel Vassallo, digo de gr.de remuneraçáo Hei por bem nomear — A margem: Arch. da C. de S. Vic.te L. de Reg. q. principiou em 1684 f 125 —

“O S.r D. Joaó 5.^o de saudosa memoria conservava a l.ça da louvavel conducta daquelle honrado Paulista, como mostra o Alvará de 20 de 9bro de 1704, p.^a o effeito de o armarem Cavalheiro da Ordem de Sp.to ao d.^o M.el da Fon.ca Bueno com a clazulla seg.te = Por ser netto de meu m.to honrado, e leal Vassallo Amador Bueno = A margem: Arch. da C. de S. P. L.^o de Reg. de 108 f 15. Deste Amador Bueno, seus empregos, e oppulencia fas mençaó o Jesuita M.el da Fon.ca na vida do P.e Belchior de Pontes Cap. 104. Esta foi a unica ves, q. os habit.es de S. Paulo intentaraó desunir-se da obed.ça do seu legitimo Soberano, e o haverem elles tido a fraquesa de pretenderem criar hum Rey, seu Compatriota enganados, e na falsa hypothese de q. vagava a Coroa pela expulsão dos Monarchas Castelhanos, naó era motivo suffic.te p.^a escrever Vaissette q. algum tempo se governaraó em republica, nem tambem p.^a affirmar Charlevoy, q. sacudiraó o jugo da authoridade Divina e humana”.

Do confronto entre os dois textos ressalta-nos a convicção de que o do apógrafo é mais antigo do que o das *Memórias*.

Tem este maior desenvolvimento do que aquele. Não há aliás divergência alguma, essencial, entre os dois relatos.

O das *Memórias* revela melhor redação do que o do apógrafo. No final desta se consigna uma referência não existente no outro: fruto da reflexão de que resultou uma emenda do autor.

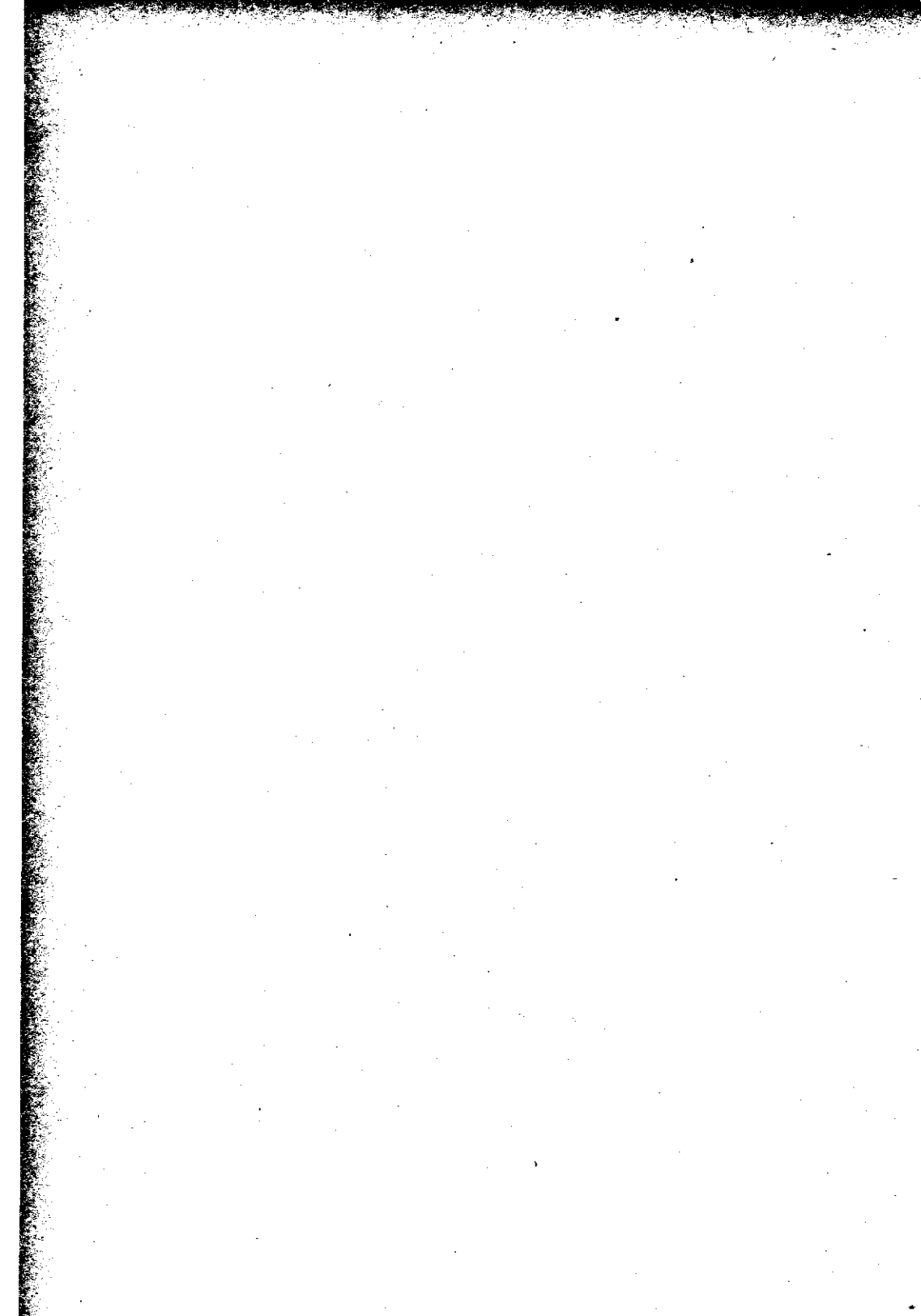
E com efeito nele conta Frei Gaspar que o Padre Manuel da Fonseca em sua *Vida do Padre Belchior de Pontes*, tratou de Amador Bueno, "seus empregos e opulência" quando tal não se deu. Refere-se o trecho citado da obra do jesuíta ao filho do *Aclamado* e não a este.

No texto impresso das *Memórias* não aparece este engano do beneditino.

Por outro lado nele há muito mais desenvolvimento concedido ao caso da patente a Manuel Bueno da Fonseca, documento básico essencial de toda a defesa em prol da veracidade do caso da cena de primeiro de abril de 1641: a aclamação do rei dos paulistas.

No apógrafo não vemos referência alguma a este documento, expedido por Artur de Sá Menezes, em S. Paulo, a 3 de março de 1700 e confirmado por D. Pedro II a 25 de novembro de 1701. Assim o texto das *Memórias* tem outra riqueza documental que não o do apógrafo.

Como porem tudo quanto procede do beneditino e do linhagista seu primo reveste-se de capital importância para o melhor conhecimento dos fastos de S. Paulo, é de todo o ponto recomendavel que as páginas inéditas do apógrafo tenham a divulgação de que tanto são merecedoras.



A ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO (1)

Alfredo Ellis Júnior.

Ao iniciar minha palestra, cumpre-me agradecer ao benemérito Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a grande honra que me confere de proferir algumas palavras entre as conferências comemorativas do glorioso movimento que foi a aclamação de Amador Bueno. Não posso deixar de prestar este preito de gratidão ao Instituto, pois te-rei o ensejo de evocar o movimento que representa, sem dúvida, um marco inolvidável na formação vitoriosa de nossa terra, na concretização de sua alma, na sua libertação do domínio europeu.

Entrando no mérito do assunto que me traz a esta tribuna, quero assinalar que não trouxe a minha conferência escrita. Não disciplinei as minhas idéias em um seguimento lançado sobre o papel. Preferei deixar falar a minha sinceridade, para emitir o meu pensamento naturalmente, à medida que os conceitos forem surgindo em torno de uma tese única: *o movimento da aclamação de Amador Bueno*.

Não é, ao meu ver, a personalidade de Amador Bueno que devemos homenagear, mas sim o movimento da aclamação, o qual refletiu o estado de espirito reinante na então colônia vicentina. A causa desse movimento é o que devemos investigar, de vez que o fato em si mesmo está perfeitamente esclarecido.

Sabemos, pela palavra do eminente dr. Afonso de Taunay, que o fato se deu. Sabemos que de nada valeram, para o esclarecimento da verdade, as objurgatórias, pouco merecedoras de fé, de Cândido Mendes, sempre unguído de má vontade contra os pro-homens do nosso torrão paulista. Não

(1) Conferência proferida, na sede do Instituto, no dia 2 de abril de 1941. O orador falou de improviso, tendo apresentado posteriormente, a pedido da direção da Revista, a súpula aqui publicada.

há mais a menor dúvida sobre o fato da aclamação de Amador Bueno.

Resta-nos, apenas, saber o que deu causa a essa aclamação. E' isso o que nos deve preocupar. As minúcias, quer-me parecer, são cousas que não devem interessar ao historiador, a quem cabe ater-se mais às causas e às consequências dos fenômenos. A elucidação dos detalhes é mais competência do cronista. O historiador deve perquirir o que deu motivo ao fato inconteste, analisar-lhe a importância e apontar as consequências que do mesmo se projetam no cenário da História.

Não é apenas a memória que deve ser posta em ação por alguém que deseje dedicar-se ao estudo do passado, mas também o raciocínio e a imaginação, com espírito de lógica e senso crítico. Eis as faculdades intellectuais que, postas em ação, constituem o trabalho do historiador.

Se a memória, somente, for utilizada, com desprezo das demais faculdades intellectuais que acabo de anunciar, teremos o fato analisado em suas minúcias inúteis, mas a verdade histórica, que é o objetivo fundamental, não será revelada. Assim, por exemplo, que nos adiantaria saber se, ao ser aclamado, estava Amador Bueno vestido com gibão verde e meias altas presas por laços de fita, ou, ao contrário, era esse gibão vermelho, estando ele de botas altas de vaqueta? Para o esclarecimento da verdade histórica, tais detalhes não apresentam o mínimo interesse. Preocupemo-nos, pois, somente com a veracidade do fato, com o que o motivou e com o que dele decorreu.

É preciso assinalar, de início, que a minha situação toda especial de descendente direto de Amador Bueno, quer pelo lado paterno, quer pelo materno, não me impede de conservar a linha da mais absoluta imparcialidade. Embora neto de um bisneto de um neto do Aclamado, mantereí a virtude máxima do historiador, que consiste em evitar quaisquer considerações de ordem pessoal. Coloco o esclarecimento da verdade histórica muito acima da fatuidade pessoal de ter um antepassado que, por seu valor, pudesse honrar-me com os lambrequins de sua glória. E a prova é que, depois de examinar imparcialmente a História de S. Paulo, cheguei à conclusão de que o tabú glorificador de Amador Bueno deve ser destruído, ao passo que o movimento que o aclamou é o único objeto digno das nossas homenagens, como reflexo de um estado de alma que tendia

a separar-nos de Portugal, o que só não se concretizou porque Amador Bueno não foi suficientemente másculo para levar avante essa idéia. A timidez de Amador Bueno fez abortar o primeiro movimento nativista da nossa terra, o qual precedeu de século e meio o de Washington nas treze colônias e de quase dois séculos o de Pedro I no Ipiranga.

É certo que não tenho nenhum sentimento de vaidade em relação à minha longa genealogia. Eu a possuo, entretanto, bem conhecida, até à 8.^a, 9.^a ou 10.^a geração, graças ao monumental trabalho do nunca assaz louvado Silva Leme. Em virtude do espírito pacientíssimo desse apóstolo da nossa História, nós, os paulistas da velha cepa, podemos saber os nomes de todos os nossos maiores. Talvez seja mesmo o paulista, em todo o planeta, o único exemplo de povo que conhece todos os seus componentes. Talvez sejamos o único agregado humano que possui catalogados os seus antepassados. A nossa origem não é anônima. Graças ao imortal vulto de Silva Leme, temos o registo de todos os nossos anteriores. Daí a minha grande veneração por Silva Leme, a quem presto a mais comovida homenagem.

Mas, como dizia, não me envaidecem as vidas dos meus maiores. Sou dos que preferem ser antepassado de uma longa linhagem a ter antepassados ilustres. A frase não é minha, mas corresponde bem ao meu espírito.

Isso não significa, porem, que eu não seja um apologista dos estudos genealógicos. Considero-os, ao contrário, como excelentes coadjuvadores da História. O que condeno é o seu exagero, isto é, a abstração da própria personalidade, à custa de uma desmedida fatuidade em relação aos antepassados, os quais, muitas vezes, se colheram louros, o fizeram de acordo com a mentalidade da época, e, outras vezes, são exageradamente engrinaldados, a ponto de se originarem verdadeiros tabús, enquanto se deformam as figuras dos verdadeiros pró-homens.

Não tenho pelos meus antepassados um culto que me faça fechar os olhos aos seus defeitos, de modo a dificultar a compreensão de suas atitudes. Não quero vê-los deformados a ponto de transformá-los em heróis, trazendo-os da inferioridade psicológica ou moral em que viveram. Sou, no entanto, dos que poderiam orgulhar-se dos vultos que se foram: Silva Leme que o ateste.

Nem sempre os nossos maiores foram heróis. E nem sempre os quadros do nosso passado foram edificantes.

Não estamos aqui para fazer panegiricos, e sim para re-

constituir a verdade. Antepassados, todos nós os possuímos, a não ser os que surgiram por geração espontânea... Mas, não os escolhemos, não fomos consultados sobre o que deveriam ser. Seriam bons ou maus, independentemente da nossa vontade. Nestas condições, porque havemos de nos envaidecer? Não será melhor que nos envaideçamos dos nossos próprios atos? Eis porque a minha vaidade genealógica começa comigo.

Esse modo de pensar dá-me forças para que eu possa agir com absoluta imparcialidade, quando devo esclarecer pontos da História de minha terra. E' sob esse ângulo que vou encarar o fato da aclamação de Amador Bueno.

Ao entrar no assunto, ao qual estas minhas palavras servem de introdução, devo advertir ao ilustrado auditório que nenhum fenômeno histórico pode ser considerado isoladamente, como se nada tivesse que ver com fatos anteriores ou contemporâneos. Assim, não se pode cuidar da aclamação de Amador Bueno sem um estudo prévio do bandeirismo, em cujo cenário estava engolfado o planalto, região que foi o palco da aclamação. Tão entrelaçados, tão sincronizados, tão entrosados, tão correlacionados estão os acontecimentos históricos, que seria impossível destacá-los. Cada acontecimento é o elo de uma complicada engrenagem, de modo que não pode ser analisado separadamente. A menos que se queira fazer obra de fantasia, não é possível isolar o episódio da aclamação de Amador Bueno e separá-lo, assim, do ambiente que lhe deu origem, que o influenciou, que o modelou, que o orientou.

Para um estudo consciencioso e honesto desse movimento e das influências exatas que deveria ter sofrido, assim como de sua importância e de sua significação, devemos reconstruir previamente o ambiente mental, moral, econômico, etc., em que os acontecimentos se desenrolaram. Só depois disso se pode fazer uma idéia do que foi a aclamação de Amador Bueno. Passemos, pois, em rapidíssima revista, a descrever o que era o palco bandeirante nessa época. Desfaremos desse modo um tabú, preferindo a pecha de iconoclasta ao sacrifício da verdade.

O bandeirismo não foi o que a seu respeito vulgarmente se pensa. Foi um movimento econômico, fatal, incoercível, surgido à revelia da vontade dos seus protagonistas. Não foi um movimento idealístico, que visasse a um objetivo grandioso como o que se concretizou, mais tarde, na dilatação das fronteiras da América portuguesa.

Sinto ter de apresentar um bandeirismo sem essa moldura de cores vivazes que o transformam numa epopéia e com as quais o romantismo piegas empolga o povo, exibindo-o como um troféu engrinaldado do nosso remoto e poeirento passado histórico.

O ilustre auditório há de me perdoar que eu lhe apresente um bandeirismo frio, sem os ouropéis da fantasia.

O fenômeno bandeirante foi, a meu ver, o resultado de imperativos econômicos. O pau-brasil, que constituía a base do primeiro ciclo econômico das colônias luso-brasileiras, não hafejou a capitania vicentina, cujo clima lhe era desfavorável. Esse vegetal só vicejava, pujante, entre os cabos Frio e Santo Agostinho. O clima vicentino não era o seu *habitat*. Resultado: a colônia de S. Vicente não pôde beneficiar-se do seu lucrativo comércio, que só enriqueceu o Norte.

O mesmo acontecia com o açúcar, ou antes, com os proventos da indústria oriunda do cultivo da cana. O Norte enriquecia-se, povoava-se, enquanto o Sul tomava uma conformação social, demográfica, econômica, étnica, etc., completamente diversa.

Rico e fortemente povoado, no Norte açucareiro se formou a aristocracia, modelou-se a propriedade, estabeleceram-se as classes sociais, crearam-se os quadros urbanos e rurais, importou-se o negro da África, fixou-se a moradia, instituiu-se a família, etc., etc.

O Sul, ao contrário, não possuía essa pujança, não dispunha dessa riqueza. Sendo paupérrimo, teve de recorrer a um sistema de vida que lhe facultasse a necessária continuidade nos quadros da civilização. Com efeito, que deveriam fazer centenas de colonos estabelecidos na capitania vicentina, impossibilitados de recorrer às fontes de trabalho que deram a riqueza ao Norte?

Dessa imperiosa necessidade, dessa fatalidade incoercível, nasceu o bandeirismo de preia, que foi o único gênero de atividade encontrado por nossos maiores do planalto paulista.

E não se diga que o Norte não desejasse o apresamento do índio. Para a produção açucareira, além do *ambiente próprio*, compreendendo tudo quanto dissesse respeito ao clima, à riqueza química do solo, às circunstâncias econômicas, ao transporte, etc., era necessário o *capital* e, ao lado deste, a *mão-de-obra*. Ora, a mão-de-obra africana era muito cara e não ocorreu em uma proporção que suprisse toda a

nossa produção açucareira. É, pois, certo que a indústria açucareira recorreu à mão-de-obra indígena, mais fácil e mais barata. Mas, como ir buscá-la, se os habitantes do Norte, tendo ao seu dispor um meio de vida mais lucrativo, não iriam abandoná-lo pelo apresamento?

Assim, ficou a tarefa, em grande parte, ao cargo dos colonos vicentinos. Daí o bandeirismo apresador. Obra eminentemente utilitária, empreendida com o fito econômico de suprir com proventos mais ou menos gordos as necessidades do Norte açucareiro, o bandeirismo estava longe de ser uma recreação que devesse produzir resultados mais ou menos idealísticos ou poéticos. Precisava ser realizado, porque, do contrário, os moradores da capitania de S. Vicente teriam de voltar ao estado selvagem, não possuindo com que comprar os objetos que os habilitassem a manter-se no nível social em que se encontravam.

Foi, pois, o bandeirismo uma fatalidade de ordem econômica, e nunca uma epopéia romântica, tal como tem sido apreciado. Quem se dispuser a raciocinar com espírito de lógica e quem ler o magnífico trabalho de Roberto Simonsen, a *História Econômica do Brasil*, publicado na coleção "Brasiliense" da Companhia Editora Nacional, não poderá deixar de ter essa mesma impressão.

Eis como o planalto piratiningano se associou, indiretamente, ao fabrico do açúcar: fornecendo em parte a mão-de-obra. Havia, pois, no planalto paulista, uma indústria organizada do apresamento do gentio, o qual era escravizado e vendido para os trabalhos dos canaviais do Norte. Cerca de 300.000 índios foram apresados pelos paulistas e vendidos quase todos ao Norte açucareiro.

Naturalmente, com essa preocupação de natureza econômica, os paulistas tinham todo o interesse em que o regime da União Ibérica fosse continuado, pois que daí resultavam facilidades enormes para o apresamento. Sim, porque não havia fronteiras a ser respeitadas. Os apresadores penetravam nos domínios hispânicos da América, sem constrangimento algum. Lembremos, apenas, a conquista do Guairá, de Tape, do Itatí e do Uruguai, em pleno domínio espanhol, cuja continuação, por oferecer maiores facilidades ao apresamento, deveria por força ser desejada pelos paulistas.

Mas, se uma parte do povo assim pensava, uma outra era partidária dos jesuitas, que representavam a parte não-apresadora da população paulistana. Provam-no as nominatas das bandeiras, e as ações futuras de Fernão Dias Pais

e Lourenço Castanho Taques (partido Pires) nos habilitam igualmente a acreditá-lo. Além disso, a restauração portuguesa, contra os Habsburgos espanhóis, foi em grande parte obra dos jesuitas, que não ocultavam o seu partidarismo em favor da restauração lusa. Conhecemos todo o trabalho jesuítico em benefício da causa dos Braganças. Quem estudar minuciosamente a história da separação de Portugal em 1640 ficará inteirado da participação dos jesuitas no fato.

Ora, se os jesuitas tinham interesse na restauração portuguesa e se, por outro lado, tinham partidários em Piratininga, tudo nos autoriza a crer que em 1640 a população paulista se achava dividida em dois grupos: o dos *apresadores*, interessados na *continuação da união entre Portugal e Espanha*, devia ser o maior grupo e era constituído de escravagistas, mamelucos, anti-jesuitas, espanhóis; e o dos *não-apresadores*, não interessados diretamente na *continuidade do domínio espanhol*, era o grupo dos amigos dos reverendos da Companhia, dos lusófilos, dos descendentes de portugueses, dos que não tinham mistura de sangue indígena ou espanhol.

Esse antagonismo é, entretanto, mera conjectura. Não há documento em que se possa estribar uma certeza absoluta a respeito. Limito-me a aventar uma hipótese baseada nos indícios circunstanciais por mim encontrados. Pode ser que a minha hipótese não chegue a ter confirmação nos documentos que forem descobertos sobre o assunto, mas estou convencido do contrário, tais são as probabilidades e os indícios veementes que lhe servem de base. Tenho acertado em muitos casos nos quais formulei hipóteses que foram ulteriormente confirmadas. O meu espírito profético costuma socorrer-me em diferentes capítulos da história paulista. A maravilhosa *História Geral das Bandeiras*, do meu sábio mestre e eminente amigo, dr. Afonso de Taunay, poderá atestá-lo, por exemplo, no que respeita à bandeira de Nicolau Barreto, à dos Buenos e à do M'Bororé.

Mas, como dizia, em São Paulo de Piratininga, travava-se, nessa ocasião, uma luta encarniçada entre dois partidos ou grupos: o dos Pires e o dos Camargos. Relacionando essa luta com o movimento da Aclamação, verificamos que o grupo dos lusófilos, o dos que almejavam a restauração portuguesa, corresponde admiravelmente à facção dos Pires; ao passo que o grupo dos mamelucos, dos espanhóis, dos apresadores, se enquadra perfeitamente no partido dos Camargos, mais virulentos, mais ardorosos, etc.

Tudo isso me parece claro, embora me faltem documentos para provar a hipótese em apreço. Deixo, contudo, ao futuro a palavra decisiva.

Assim, o grupo dos apresadores, dos mamelucos, dos espanhóis, dos inimigos dos jesuitas, dos Camargos, teria produzido o primeiro movimento nativista americano, que culminou na aclamação de Amador Bueno. Na ocasião, não se achava esse grupo na plenitude de sua força, pois grande parte da gente guerreira que o compunha estava com Jerônimo Pedroso, nas margens do M'Bororé, sofrendo o duro embate dos jesuitas, como o indicam o padre Carlos Terschauer, na *História do Rio-Grande-do-Sul*, e o padre Luiz Gonzaga Jaeger, nas *Invasões Bandeirantes no Rio-Grande-do-Sul*.

Ao meu ver, em suma, não foi Amador Bueno aclamado pelo povo em geral, mas unicamente por um grupo, isto é, o dos escravagistas, dos mamelucos, dos espanhóis, dos anti-jesuitas, dos Camargos. O outro grupo deveria ser, se não hostil, ao menos indiferente.

A Aclamação foi o primeiro movimento nativista em terras americanas. Atesta, com firmeza e nitidez, que já havia, entre nós, uma mentalidade completamente diversa da mentalidade lusa. Já havia decorrido, aliás, um longo século, desde que os primeiros colonizadores martim-afonsinos aqui aportaram. Pelo menos três gerações haviam nascido deste lado do Atlântico. Era gente que nunca havia visitado Portugal. Pelo sangue, laços muito tênues prendiam os paulistanos à metrópole, pois somente os seus avós tinham vindo de lá. Não poucos eram, ainda, aqueles cujos avós eram oriundos de estirpes cruzadas com o elemento indígena. Esta terra era bem a deles. Seus pais a haviam defendido com o sangue generoso nela vertido. Dela viviam, pois a regavam com o suor de suas fronteiras. Nela residiam os seus parentes e amigos. Nela haviam carpido as suas desgraças e nela haviam passado os seus momentos de ventura, com a alegria a invadir-lhes a alma. Nela, finalmente, haviam eles enterrado as cinzas dos seus maiores.

Aqui haviam eles respirado as suas glórias, quando Piratinga foi assaltada pelos tamoios e pelos carijós, quando os marujos de Cavendish atacaram Santos, ou quando este porto foi ameaçado pelos corsários de van Spilberg. Com tantos liames a prendê-los a esta terra e a estes ares, era natural que os paulistas já tivessem uma alma própria, uma consciência coletiva, e daí o desejo de libertação em relação

a Portugal, o qual se concretizou na aclamação de Amador Bueno, que foi o primeiro movimento nativista americano, prelúdio de todos os mais que tiveram lugar no Brasil ou alhures.

*
* * *

O movimento da aclamação de Amador Bueno falhou, a meu ver, em virtude de duas causas que se conjugaram, uma de ordem pessoal e outra ambiental: 1.º) a fraqueza psíquica e moral de Amador Bueno, da qual tiraram partido os lusófilos hostis à independência da região e adeptos da restauração portuguesa; 2.º) a excessiva liberdade de fato, existente no planalto piratiningano, tornando desnecessária a independência de direito.

A causa de ordem pessoal poderia ter suprido a deficiência ambiental, que, mais tarde, seria suprida por si mesma. Em nosso caso, se havia deficiência ambiental em um ponto, o mesmo não sucedia com as demais facetas do ambiente psicológico que envolvia o médio seiscentismo. Mesmo essa faceta, que na ocasião era deficiente, foi modificada em seguida, como nos atesta o futuro setecentista. Mas, o fator pessoal poderia, de certo modo, atenuar essa deficiência parcial. Desgraçadamente, Amador Bueno não foi o homem que se fazia necessário para o momento.

Que Amador Bueno era um homem fraco e tímido, não me parece restar a menor dúvida. Não tomou parte na arrancada bandeirante. Não encontrei o seu nome uma única vez. Examinei cerca de uma vintena de nominatas de várias bandeiras, relativas a várias faces do quadrante, com cerca de um milhão de nomes, desde 1600 até 1650, e em nenhuma dessas nominatas constantes da documentação oficial, bem como da documentação espanhola e jesuítica, pude encontrar o menor indício da participação de Amador Bueno na magnífica empresa guerreira que foi a penetração do território americano para além de Tordesilhas (Taunay: *História Geral das Bandeiras Paulista*; Ellis; *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*; etc.).

Segundo todas as probabilidades, Amador Bueno devia ter nascido em 1575, pois Pedro Taques afirma que seu pai, Bartolomeu Bueno da Ribeira, viera da Espanha em 1571. Assim, em 1602, por ocasião da bandeira de Nicolau Barreto, teria ele cerca de 25 a 27 anos. Estava, pois, no auge de sua potencialidade física. Todavia, o seu nome não aparece em qualquer nominata relativa a esse grandioso feito

(Ellis: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*; Orville Derby: trabalho publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*).

Quando, em 1607, Martim Rodrigues, com sua bandeira, começava o assalto ao Guairá, também o nome de Amador Bueno não aparece na lista que nos é oferecida pelos documentos oficiais (Ellis: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*).

Quando, em 1628, Raposo Tavares organizou contra Guairá a grande arrancada, o nome de Amador Bueno aí não figura, embora tivesse ele, nessa ocasião, cerca de 50 anos, e embora haja sobre esse feito uma nominata com mais de 100 nomes conhecidos (*Relación de los Agrabios*; Taunay: *História Geral das Bandeiras Paulistas*; Ellis: obra citada; Padre Jaeger: obra citada).

Quando, sete anos mais tarde, os paulistas iniciaram o ataque e a devastação das províncias de Tape e do Uruguai, o nome de Amador Bueno não figura na centena de bandeirantes conhecidos, através da documentação oficial paulista e das crônicas jesuíticas (Taunay, Ellis e Padre Jaeger: obras citadas), muito embora figurassem nessas aventureiras expedições vários dos seus irmãos e filhos. Como é possível que o nome de Amador Bueno tivesse escapado aos que organizaram essas diferentes nominatas? Se ele tivesse tomado parte em qualquer dessas dezenas de bandeiras, certamente o seu nome não teria sido esquecido. Se nada existe a seu respeito nessas longas listas, é simplesmente porque ele não tomou parte no glorioso movimento que empolgou a população mais varonil de Piratininga. O silêncio das nominatas é muito significativo, pois só os menos másculos se furtavam ao grandioso empreendimento de dilatação das nossas fronteiras.

Amador Bueno não foi, pois, bandeirante, e isso é importantíssimo como ponto-de-partida para uma análise fria da sua psicologia, do seu caráter. Nada se conhece a respeito de qualquer valor bélico de Amador.

E não só contra os índios lutaram os paulistas. Os piratas protestantes infestaram o nosso litoral e não poucas vezes ameaçaram Santos com os seus canhões, com sua cupidez e com sua selvageria. Os paulistas de serra-acima organizaram, então, corpos de socorro e de auxílio ao litoral invadido. Assim foi quando Cavendish bombardeou e ocupou Santos. Assim foi quando o "Gulden Welt" foi tomado. Assim foi

quando van Spilberg arribou ao nosso litoral. E assim foi por várias vezes mais.

Contudo, em nenhuma dessas expedições de socorro ao litoral surge o nome de Amador Bueno. Que fazia ele? Teria o seu nome escapado de novo ao registo desses feitos de valor, como aconteceu no movimento das bandeiras? Seria demasiada coincidência...

A explicação é, no entanto, tão clara e tão nítida! Amador Bueno não era homem para essas violências!

É esse, aliás, um fato perfeitamente normal. Há muita gente assim. Em 1930, nos acontecimentos que nos encheram de dor nessa ocasião, tivemos a evidência de casos como esse de Amador Bueno. Ficamos entregues ao arbítrio de patentes militares, por falta de vigor de muitos que deviam ser os nossos companheiros.

Nem todos têm o privilégio da valentia, da audácia, do arrojo, do espírito de aventura. Há muita gente de valor intelectual que se mostra sensata e prudente em demasia. São os bons moços, os inofensivos, os incapazes de qualquer violência. Conhecemos muita gente assim! A gloriosa epopéia de 1932 revelou-nos muita gente desse feitio!

Amador Bueno seria, em sua época, um desses. Que há nisso de extraordinário? E tanto isso é verdade que os documentos nos atestam não ter sido Amador Bueno mais do que *um moleiro de trigo e fabricante de chapéus de feltro*. Ocupações bem burguesas, como se vê!

Será possível exigir que homens desse feitio, exercendo profissões muito nobres e necessárias, mas pouco varonis em si mesmas, manifestem atos de coragem?

Os que entoam hinos a Amador Bueno, exaltando o seu procedimento timorato, acham que ele recusou a coroa por sentimento de lealdade. Nada mais falso! Porque haveria Amador Bueno de manifestar lealdade para com o duque de Bragança? Só se admite lealdade em relação a quem a merece. Estaria o então d. João IV nesse caso?

De lealdade seria digno, por exemplo, um grande general, um grande almirante, um grande atleta, um grande guerreiro, um grande estadista, um grande diplomata, um grande soberano, um grande orador, um grande chefe, enfim, alguém que pudesse despertar qualquer sentimento de admiração. Dir-se-á, talvez, que Amador Bueno tinha um sentimento reverencial para com o duque de Bragança e que, nesse tempo, era comum o respeito aos soberanos. Sim, mas o soberano de então era Filipe IV de Espanha, ao passo que

d. João não passava de mero duque de Bragança, o simples senhor da quinta de Vila Viçosa!

Alem disso, o duque de Bragança não se revelara, por seu procedimento, digno de quaisquer dedicações. Quando se deu a conspiração separatista de Pinto Ribeiro, Almada, Sanches de Baena e outros, o então duque de Bragança não quis aceitar a coroa que lhe fora oferecida, tendo sido preciso que sua varonil esposa, d. Luiza de Gusmán, lhe dissesse que preferia ser rainha um só dia a ser duquesa a vida toda, para que o acovardado duque se dispusesse a aceitar a restauração. O seu procedimento de 1640 a 1656, quando morreu, foi a continuação de sua pusilanimidade. Chego a ter a impressão de que, no casal de Bragança, o verdadeiro homem era d. Luiza de Gusmán...

Conheço o esforço dos historiadores portugueses contemporâneos para reabilitar o perfil moral de d. João IV. Mas, esse brilhante esforço não me convence. Ao contrário, continuo a achar que d. João IV, se não era um desequilibrado ou imbecil, devia ser, na melhor das hipóteses, excessivamente prudente...

Amador Bueno era um homem do mesmo feitio. Com efeito, porque haveria ele de manifestar lealdade para com o duque de Bragança? Essa atitude define bem o carater daquele que deveria ter sido o rei dos paulistas.

À pusilanimidade, à timidez, à tibieza, à covardia de Amador Bueno deve ser atribuído, por conseguinte, o fracasso do movimento que o aclamou em 1641.

O segundo motivo desse fracasso residia na excessiva liberdade de fato de que gozava o planalto piratiningano, de modo que se fazia desnecessária uma independência de direito. Extraordinariamente pobre, muito pouco rendendo para a metrópole, ao contrário do que acontecia com as riquíssimas capitánias açucareiras do Norte, fora a região vicentina abandonada por Portugal e, depois, pela Espanha. Era natural, aliás, que à metrópole só interessassem as capitánias do Norte açucareiro, que lhe proporcionavam farta messe anual de impostos, que lhe serviam de opulento mercado para os seus produtos, que lhe pagavam fretes elevadíssimos pelo transporte de sua gorda produção, etc.

A capitania de São Vicente vivia no mais completo olvido. Era considerada como um covil de criminosos maulucos, sem nenhum interesse para as ávidas metrópoles

de Lisboa ou Madrid. Durante dois séculos, esteve a região vicentina relegada ao abandono, governando-se por si mesma e vivendo em um regime de independência de fato. A esse respeito, escreveu Froger, na sua *Rélation d'un voyage fait en 1695, 1696, & 1697 aux Côtes d'Afrique, Detroit de Magellan, Brésil, Goyenne & Isles Antilles par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandée par Monsieur de Genes*:

"*Cette ville (Saint Paul), qui est à dix lieues dans les terres, tire son origine d'un assemblage de brigants de toutes Nations, qui peu à peu y ont formé une grande Ville & UNE ESPECE DE RÉPUBLIQUE où ils se font une loy de ne point reconnoître le Gouverneur...*"

Nessa mesma ocasião, sobre os paulistas, dizia o Governador Geral D. João de Lencastre, em carta ao rei D. Pedro II, com data de 7 de janeiro de 1700 (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, V, p. 295): "... conserve na liberdade e insolência com que vivem..."

Esses dois depoimentos são bem eloquentes e ilustrativos do estado de independência em que se achava o planalto. Portugal só se lembrou da capitania vicentina quando os paulistas descobriram o ouro, ao findar-se o seiscentismo. Então, como a gente paulista fosse senhora de um rico Pactolo e proporcionasse à metrópole lisboeta um El-Dorado, isto é, uma abundante fonte de receita, tratou Portugal de seguir os conselhos de D. João de Lencastre e encurtar, assim, as rédeas à capitania vicentina, mandando para cá verdadeiros sátrapas infernais como D. Rodrigo Cesar de Menezes e outros que rezavam pela mesma cartilha de tirania que o odioso preposto de D. João V.

Gozando de tanta liberdade de fato, a região vicentina não tinha necessidade de que àquela se juntasse uma independência de direito. Não careciam os paulistas deste estado jurídico, pois que a metrópole européia não os incomodava. Não sentiam o peso de tirania alguma. Não desejavam, mesmo, que se alterasse o *statu quo* político. Como não houvesse sangria de impostos, achavam-se admiravelmente bem.

O desejo de independência ou de separação só aparece quando há tirania. Só então se forma uma atmosfera de descontentamento. Assim foi a conjuração mineira e assim têm sido todas as rebeliões.

No planalto, não havia essa atmosfera, de modo que o espirito de separatismo não medrou. A tentativa em torno de Amador Bueno, tendo fracassado pela tibieza do Acla-

mado, não se repetiu, e os nossos maiores não tiveram mais ocasião de sanar o erro que haviam cometido ao escolher um personagem tão pouco másculo como Amador Bueno.

*
* * *

Mas, se Amador Bueno fosse dotado de temperamento mais belicoso e aceitasse a coroa que lhe ofereciam, ou se os paulistas tivessem aclamado um outro de mais fibra, o Jaguareté por exemplo, não haveria para o planalto o risco de ser esmagado e vencido por uma reação qualquer?

De Portugal, recém-libertado do jugo espanhol, nada se poderia temer. D. João IV, o ex-duque de Bragança, o pusilânime esposo de d. Luiza de Gusmán, tremia ante os bufos castelhanos, embora estivesse a Espanha preocupada com a Guerra dos Trinta Anos, com Richelieu, Turenne, Condé, etc. Foi tal o terror de D. João IV que o Padre Antônio Vieira elaborou o famoso papel forte pelo qual Portugal reconhecia as conquistas holandesas no Brasil, à custa de uma proteção contra a Espanha!

Era tal o pânico reinante em Lisboa que a corte de D. João IV chegou mesmo a pensar em transferir-se para aquemmar, fazendo em meados do seiscentismo o que foi feito em principios do oitocentismo. De Portugal, portanto, nenhum recio podiam ter os paulistas.

E da Espanha? Também nada deveriam temer. Ocupadissima com a França e a Holanda na sanguinolenta Guerra dos Trinta Anos, a Espanha não podia desviar sua atenção para uma região inhospita e pobre como a capitania de São Vicente. E tanto assim é que a Espanha acabou reconhecendo a independência portuguesa, e Filipe IV, ante a notícia da derrota de Elvas, Ameixial e Montes-Claros, preferiu dizer, em 1665, que "*parece que lo quiere Dios*"...

As demais capitanias luso-brasileiras, envolvidas na luta pela reconquista das terras invadidas pelos holandeses, também nada poderiam fazer contra nós.

A situação estratégica e política era ótima e a capitania vicentina não podia temer nenhuma reação, partisse de onde partisse. Alcandorado no Alto da serra do Mar, o planalto vicentino era inexpugnável.

Outra questão: estaria a capitania de S. Vicente em condições de viver independente? Sim, porque não compreendia apenas o que é hoje o Estado de S. Paulo, mas toda uma vasta região de que faziam parte S. Paulo, Paraná,

Santa-Catarina, Rio-Grande-do-Sul, Minas-Gerais, Goiaz, Mato-Grosso, etc., com uma área de 3 milhões e meio de quilômetros quadrados.

O novo país independente atrairia ainda o território do atual Estado do Rio e o Distrito Federal, só ficando à margem a região açucareira do Norte.

*
*

No entanto, aclamado pelo grupo escravagista, mame-luco, espanhol, recusou Amador Bueno a coroa que lhe oferecera uma parte do nosso povo. Do seu ato resultaram conseqüências de certa importância e que procurarei enumerar.

Em primeiro lugar, teríamos feito a nossa independência dois séculos antes, teríamos um Estado com uma área territorial imensa e cuja população, pequena a princípio, certamente cresceria de maneira considerável com a descoberta do ouro nas Gerais, em Cuiabá, em Goiaz, etc.

O novo reino não poderia cair em poder da Espanha, porque essa potência européia estava a braços com a Guerra dos Trinta Anos e, após a paz de Vestfália, teve de empenhar-se em duríssima luta com a França de Mazzarino e de Luiz XIV, a qual só terminou em 1659 pelo tratado dos Pirineus. Depois disso, esteve a Espanha ameaçada pela Inglaterra de Carlos II, e não foi capaz, sequer, de reconquistar Portugal.

De resto, muito mais interessados deveriam estar os últimos Habsburgos espanhóis em fazer retornar ao seu aprisco o velho reino português, com as opulentíssimas colônias açucareiras do Norte e a opulentíssima Índia, sem falar da eventual reconquista da Holanda rebelde, que o heroísmo taciturno de Orange lhe arrancara no quinhentismo.

Consideremos ainda que, em uma aventura revolucionária, não se deve exagerar a preocupação pelo que possa acontecer de mau. Se tudo fosse previsto e nenhum risco houvesse, jamais assistiríamos ao espoucar de rebeliões e ninguém mais se arriscaria a ficar fora da lei. Não é possível haver independência, nem glória, sem sangue e sacrificio. Todo país independente tem um berço de lágrimas e de sangue. Assim como nascem os homens, assim sucede com as nações.

A história paulista de 1932 nos mostra que assim se fazem as revoluções. Se não houvesse lutas amargas, cheias de

perigos, de sofrimento e de morte, não teria sido esse golpe a página máxima de nossa História.

Golpe genuinamente revolucionário, a aclamação de Amador Bueno teria tido outro resultado, se melhor fosse a fibra do Aclamado. Desgraçadamente, pelo rápido e imprevisível desenrolar dos acontecimentos e das notícias, não tiveram os conspiradores o tempo necessário para proceder a melhor escolha. Os pró-homens estavam no sertão distante, terçando suas toscas armas contra os jesuitas e guaranis, nas agruras de M'Bororé.

A timidez de Amador Bueno foi a causa de que, no fim do seiscentismo e no princípio do setecentismo, fosse canalizado para a corte de D. João e, mais tarde, para a de D. José e a de D. Maria-a-Louca, o fruto do nosso labor nas minas. De fato, quando se descobriu o ouro em fins do seiscentismo e início do setecentismo, uma fonte de riqueza imensa estava a nos bafejar com uma rajada inimaginável. Pois bem, esse ouro e essa riqueza deveriam ser exclusivamente nossos, mas, em consequência do infelicíssimo gesto de Amador Bueno em 1641, foram levados para o opulento Portugal.

Devido à falta de rizeza de Amador Bueno em 1641, tivemos as tétricas consequências do tratado de Methuen em 1703, tivemos a figura de D. João V com todo a sua carolice e as desbragradas luxúrias no Convento de Ouveiras, tivemos a reedificação pombalina de Lisboa, tivemos o erguimento de Mafra, da Patriarcal, tudo à nossa custa, etc.

Cerca de 150 milhões de esterlinos foram carregados para Lisboa, quando poderiam ter ficado em nossa terra.

Devemos isso tudo à tibieza de Amador Bueno e ao conjunto de condições sociais e econômicas que o rodeavam. Como teria sido diferente a situação, se Amador Bueno tivesse sido mais viril!

Não é, pois, a personalidade de Amador Bueno que devemos comemorar hoje. Ele foi um pusilânime que desmereceu a "Raça de Gigantes" com a qual convivia. Devemos homenagear, sim, a data centenária do primeiro movimento nativista americano, que evidenciou uma alma bem diversa da portuguesa e já em estado de emancipar-se.

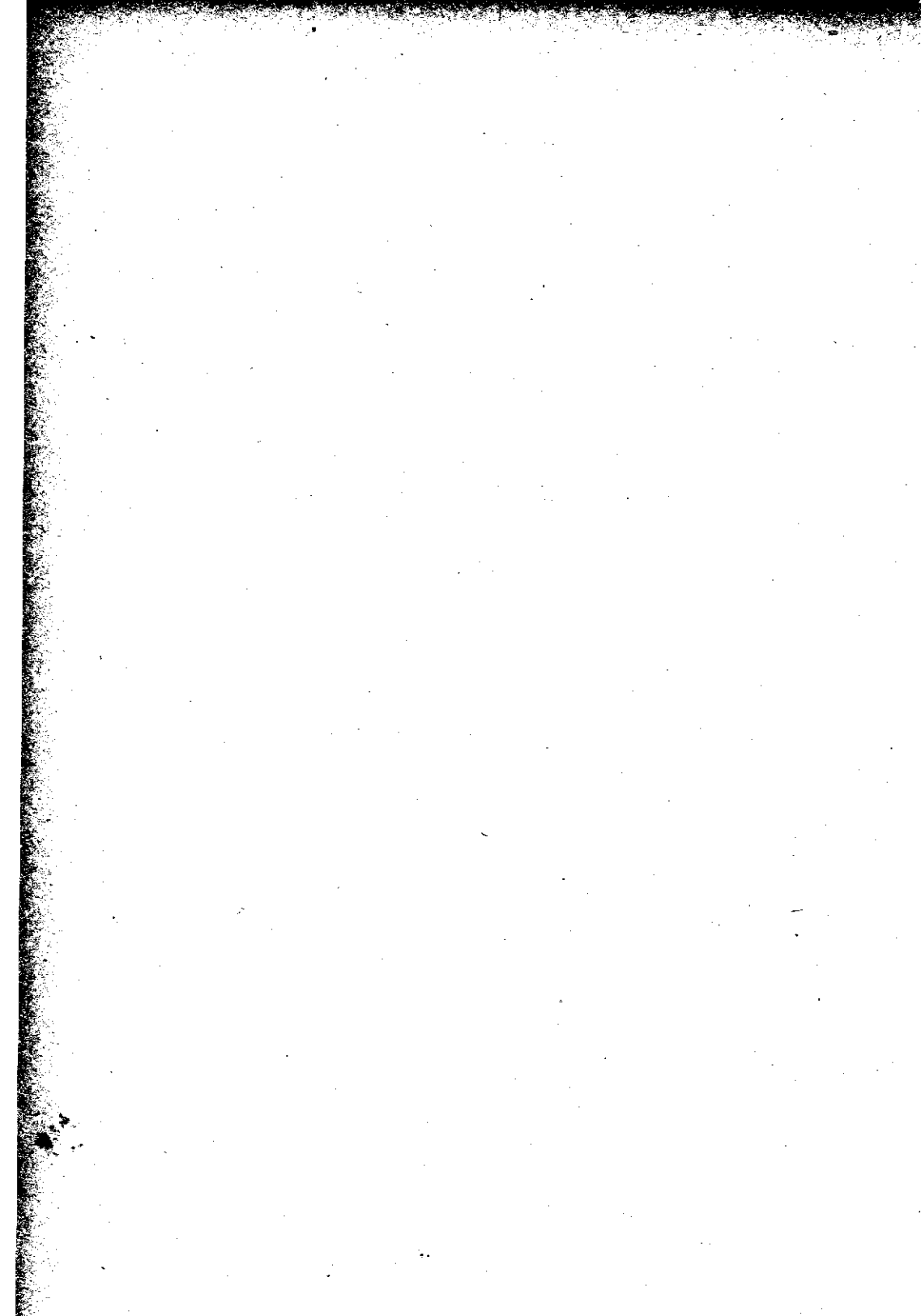
Reverencio a memória daqueles pró-homens que foram os pioneiros da liberdade em terras da América.

A Amador Bueno, o fraco, não devo senão o meu desprezo, por ter sido ele um predeterminado pelo infeliz con-

junto de traços morais e psicológicos que se reuniram na sua infeliz pessoa.

E aqui fica o meu protesto mais veemente, de historiadador e de patriota, contra esse tabú que se pretende perpetuar com a glorificação de um homem que só nos trouxe males, por sua excessiva timidez.

Se Amador Bueno tivesse adotado o lema: "preferir morrer de pé a viver ajoelhado", teríamos tido um passado muito melhor e teríamos um presente muito mais feliz. E não estaria o seu nome servindo unicamente de objeto rebrihante para pintores fantasistas.



AMADOR BUENO, ESTADISTA COLONIAL (1)

Aureliano Leite

Depois da conferência produzida, anteontem, nesta mesma nobre casa, pelo sr. Afonso de E. Taunay, o mais profundo historiador das cousas paulistas, que desdobrou diante de vossos sentidos, em toda a semibarbárie e grandiosidade, os acontecimentos que encheram a primeira metade do século XVII nos cenários de Piratininga, não sei se não seria mais acertado o meu silêncio.

Depois de ouvirdes de sua boca sábia os trechos mais importantes da existência de Amador Bueno, que pôde, alliva e sensatamente, recusar a sua participação numa aventura sem proveito para o Brasil; depois que o sr. Afonso de E. Taunay vos mostrou como destruiu por completo e em definitivo as objurgatórias contra a velha verdade consolidada, não sei mesmo se não seria mais acertado o meu silêncio...

Entretanto, após o grande historiador surgiu também até vós a figura brava e desabusada do ilustre sr. Alfredo Ellis, que se apresentou de opinião totalmente oposta à tese corrente, sem surpresa de conceito nem para vós, nem para mim, porque a sua versão já fora toda derramada no seu conhecido romance — *O Rei de São Paulo*, em que Amador Bueno aparece mesquinamente, como um egoístico e pequenino burguês, sem ideal nem coragem moral ou física.

Sem praticar a veleidade de querer demover o juízo que cada um de vós traz em sua consciência, a minha despretenhiosa palestra, que se me afigurava dispensável, passou a tornar-se menos inútil. Não se collocasse entre o sr. Afonso de Taunay e as minhas singelas palavras aquela improvisa-

(1) Conferência proferida na 3.^a sessão comemorativa, realizada em 3 de abril de 1941, na sede do Instituto.

ção irreverente, dissonante, e fantástica, ontem, aqui mesmo trazida pelo sr. Alfredo Ellis...

Perdoe-me muito S. Excia... Mas S. Excia. não documentou, não foi historiador. Também não foi advogado, porque argumentou sem nenhuma lógica. S. Excia. foi apenas um eloquente panfletista, ou um destemeroso iconoclasta, como a si mesmo se chamou, na noitada de ontem.

De qualquer modo, o meu silêncio agora não mais pareceria razoável.

Em compensação, prometo-vos não vos prender por longo espaço.

Depois disto, vamos à matéria.

Tenho como certo que Amador Bueno, homem inteiramente cidadão, embora, como hei-de mostrar-vos, se aluda expressamente a bandeiras em que tomara parte, na mocidade, o que prova o seu destemor e a sua ouseza física, não se mostrou só o agricultor mais opulento do seu tempo na capitania de São Vicente, mas também o homem mais adiantado e o mais equilibrado, a sua providência, a sua cabeça pensante.

Da reunião de todos esses predicados é que sem dúvida lhe veio o largo prestígio na região em que viveu, ressoando fortemente na remota Metrópole a que serviu com altanaria e lealdade.

Político sincero, bom, de acertado tino, patriarcal, enfeixou por esse modo, no segundo século da nossa existência, as virtudes de clarividente estadista colonial.

Amador Bueno não se restringiu nunca ao papel insignificante de uma figura vilã ou municipal.

Pertencia, já nos primeiros tempos de suas atividades, a toda a Capitania de São Vicente e ao próprio Brasil, na sua vastidão incomensurável.

Muito cedo, ou seja, desde 1627 para atrás, já ele prestava trabalhos de caráter geral, o que vale dizer, já se mostrava útil ao País. Não oferecem menor significação as suas descidas apressadas e aflitas ao litoral, pois *"em todas as ocasiões que se ofereceram do serviço a Sua Magestade e defesa desta capitania, em ocasião de inimigos, acudiu com os seus índios e escravos, assistindo na vila de Santos, à sua custa"*.

Como ouvidor, "por provisão do Conde de Monsanto", então donatário de São Vicente, andou de um juízo para outro, vencendo léguas e léguas de veredas intransitáveis, atendendo a todas as obrigações do dito cargo, *"com muita*

gasta de sua fazenda, sem ordenado ou estipêndio algum". (Aqui e ali são palavras do próprio Amador).

Mas, Amador era para tudo na vila, era o protetor, era o esclarecedor, era o pacificador, era a energia serena.

Quando, em 1639, se organizava em S. Paulo uma expedição contra os holandeses de Pernambuco, surgiu de repente um motim sebastianista dentro da localidade.

Circulares manuscritas espalharam uma nova atordoante: o adolescente El-Rei D. Sebastião, de Portugal, o que desaparecera misteriosamente, aos 1578, na batalha de Alcacer-Quibir, ia voltar. A arraia-miuda agitou-se toda e saiu para a rua em gritaria. A vila alarmou-se.

A Amador Bueno, que acudiu, para contê-la e serená-la, bradam os do povo:

— Viva El-Rei D. Sebastião!

E outros secundavam:

— Entregai-lhe o reino da paz! O mancebo soberano acaba de voltar!

E outros ainda:

— O Santo Papa mandará excomunhão a quem tomar armas contra ele!

Afinal, Amador, auxiliado, certo, de seus companheiros de Câmara, cômico de que aquilo não passava de um desprezo pela autoridade de Filipe IV e de um pretexto a-fim-de impedir o recrutamento para a expedição de Pernambuco, agiu energicamente, cortando o mal pela raiz.

Amador não era pois um comodista, o simples e mo-fino ganhador de riquezas que aqui se pintou ontem, certamente por se lhe desconhecem estes gestos... Maximiano Lemos, na sua *Enciclopédia Portuguesa*, chega a chamá-lo de negociante sevilhano...

"Ocupando os cargos da república de sua pátria, tendo as rédeas do governo dela repetidas vezes, como diz, textualmente, Pedro Taques, ainda da sua abundância privada "sábua, liberal, empregar na utilidade pública e despender nas ocasiões de real serviço, porque de São Paulo costumavam ir para a Baía, em apertos de guerra, socorros de farinha de trigo, carnes e feijão, que pediam os governadores gerais do Estado, em diversos tempos".

Entretanto, mais da sua opulência e nobre ascendência, mas muito mais da sua opulência, falam os cronistas primévos, parecendo que mais por esta ele vingou os seus postos. Seria que já nesse tempo se considerava o homem mais pelos "teres e haveres"?

Na verdade, já um dos Filipes, de Espanha, citado por Antônio de Vilas Boas e Sampaio, pregava que não havia neste mundo senão duas qualidades: "ter e não ter", ser rico e ser pobre.

Isso parecia, aliás, corrente na época, e daí o motejo de um poeta contemporâneo:

"El mundo tiene dos linages solos,
Entre ambos los polos:
Tener está en oriente
Y non tener assiste en occidente..."

Poderia ser assim na Espanha. No Brasil Colonial, não. O homem valia muito mais pelos seus feitos e qualidades pessoais.

A despeito disso, veja-se por exemplo, o insigne Pedro Taques de Almeida Pais Leme, a quem agora mesmo me referi.

Ele, que, consoante o seu primo Roque Luiz Macedo Pais Leme, "*era omem de talento e erudiçam e até estimaçam do Marquez de Pombal*", e que não merece a eiva de suspeição, visto não descender, como Frei Gaspar, do "Aclamado", assim se refere *ipsis literis*, ao notavel vulto seiscentista: —

"Amador Bueno (glorioso desempenho de honra e nobreza dos seus ascendentes) foi um dos paulistas de maior estimação e respeito, assim na pátria, como fora dela. Teve grande tratamento e opulência, por dominar debaixo de sua administração muitos centos de índios, que de gentio bárbaro do sertão se tinham convertido à nossa santa fé, pela indústria, valor e força das armas, *com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos*. (Ponha-se aqui um parêntesis para observar-se que o nome de Amador Bueno realmente não aparece nas 18 nominatas conhecidas dos homens que invadiram o sertão. Entretanto, foram inúmeras as bandeiras de que não se sabem até hoje os nomes dos seus componentes). Com o trabalho desses homens ocupados em dilatadas culturas, continua Pedro Taques, tinha todos os anos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão. Desta fartura ficava sendo igual a da criação de porcos. Possuía número grande de gado vacum, animais cavallares, rebanhos grandes de ovelhas, de que foi muito fertil o estabelecimento e povoação da cidade de São Paulo, cujos habitantes não logram no presente tempo daquela abundância antiga da criação das ovelhas, por cuja falta se extinguíram

as fábricas de chapéus grossos, que ainda no fim do século e ano de 1699, estavam estabelecidas". (*Rev. Inst. Histórico do Brasil*, Tomo XXXII fls. 179).

Mas, do adiantamento de Amador Bueno (adiantamento para a época) só se ficará ciente, queimando-se as pestanas com paciência beneditina nos seus despachos como juiz e nas suas providências e iniciativas, no cumprimento de outros múltiplos encargos ou mandatos. Anteontem, aqui mesmo nesta sala, ouvistes dos lábios de Afonso de Taunay que Amador Bueno era homem de maior cultura que os seus contemporâneos.

Dos despachos e providências, encontram-se ainda, na pobreza e fragmentação de nossos arquivos, mais quanto a ele, cousas e fatos a seu respeito que lembram, na relatividade de seu poderio e meio em que viveu, a sabedoria salomônica.

Ainda, Afonso de Taunay deu-vos dois ilustrativos despachos seus, em incidentes do tempo, que valem por uma amostra do que vos afirmo.

Todavia, não se limite a isso.

Quem examinar a sua assinatura pomposa, acabará maravilhado com ela, naquela quadra de trabalhos e sofrimentos, por eufemismo, chamada dos "bons tempos", em que não só as damas ignoravam a escrita, mas muitos dos seus assinalados cavalheiros.

Quanto às damas ilustres, não se olvide que Lucrecia Leme, avó de Fernão Dias Pais, sua mãe, Maria Leite Furtado, e sua esposa, a romanesca Maria Garcia Betim, a qual, quando o idoso marido faleceu, contava apenas 38 primaveras, não sabiam ler, nem escrever, o que aliás se mostrava comum até bem às redondezas do nosso primeiro reinado.

Essa veneranda baiana, d. Leonor de Araujo, de que se falou ontem nesta sala, aliás, Leonor de Siqueira Góis e Araujo, esposa do nosso Luiz Pedroso de Barros, um dos mais pugnazes exploradores do sertão intêrmino, falecido na sua brutal incursão ao distante Perú, não constituiu, no "saber ler e escrever", só uma exceção em São Paulo, mas em quase todo o Brasil, em quase todo Portugal, em quase todo o mundo.

As "mulheres sábias" de antes dessa época, como a famosa Catarina de Médicis, rainha da França, ou D. Leonor, rainha de Portugal, porventura a paixão de Camões, a qual escrevia em latim, ou, descendo do trono, Paula Vicente, filha de Gil Vicente, ou como aquela outra moçoila lusa que

defendeu tese em Évora, Hortênsia de Castro, constituíram raridades. Contemporaneamente, o chamado *Hotel de Rambouillet*, com aquelas "*Preciosas*", da sátira de Molière, tornou-se pela sua originalidade conhecido do universo inteiro.

Quanto aos cavalheiros paulistas, consultem-se os arquivos, onde se topará com esta revelação: várias das nossas mais caras figuras pretéritas assinavam apenas de "cruz", como aqueles barões e nobres da idade média, não muito distante, em que Carlos Magno aprendeu a ler e escrever depois de Imperador. "Adal Berico, bispo de Laon, no começo do século XI, confessa que, então, mais de um bispo não sabia contar nos dedos as letras do alfabeto".

Mas, atente-se, entre os que pegavam a pena, para a bela firma de Amador Bueno. Confronte-se depois com as dos seus coevos, daqui e d'alem-mar, da Colônia e da Metrópole, e se verificará, mesmo sem quaisquer rudimentos de grafologia, nos traços de sua letra, a superioridade, a lucidez e a ilustração relativa de seu espirito, a marca de seu rijo caráter, o atestado de sua alta qualidade.

Não existe nenhuma fantasia no que informo.

Todos sabem que a ciência da grafologia, a qual não nasceu ontem, pois surgiu no século XVII, quando o filósofo italiano Camilo Baldo, seguido por Cagliostro, revelou como "*de una lettera missiva si cognóscano la natura e qualità delle scrittore*", se baseia na correlação do punho que escreve com o centro do pensamento e da vontade, que é o cérebro.

Na verdade, muito antes do filósofo Baldo (dado por Henri Wallon (E. Française "*La vie mentale*") como o mais velho precursor dessa ciência), quando o consul romano, Licínio Grasso Muciano, colecionou os autógrafos de cartas e atos do seu tempo, já atribuía, com certeza, alto valor a esses documentos, pelo que eles refletiam de particular e íntimo na pessoa de que procediam.

E os chineses, desde o mais remoto antanho, guardam como objetos sagrados os autógrafos, bastando rememorar que se levantou no antigo Império celeste, na sua babilônica Pekin, um templo dedicado a Confúcio, seu maior espírito e dos maiores espíritos da humanidade, decorado inteiramente com as assinaturas dos seus imperadores e outros filhos notáveis.

Mas o confronto que sugiro da assinatura de Amador Bueno com a de seus contemporâneos não parecerá difícil ainda agora. Pois, empilham-se ainda, no Departamento Municipal de São Paulo, poentos manuscritos, restos preciosos

da maior parte desaparecida, guardados e conservados por seus zelosos funcionários, em que se podem ver rodeando a firma de Amador as de todos os "homens bons" daquela época.

Isto equivale a informar que estão ali, vivendo nas ignoradas caligrafias que os seus punhos rijos traçaram com as penas de pato ou de ganso que possuíam: Fernando Camargo, o famoso "tigre", Antônio Raposo Tavares, a quem o historiador Robert Southey chama o mais formidável caudilho do tempo, Fernão Dias Pais, o "Caçador de Esmeraldas", Luiz Dias Leme, Henrique da Cunha Lobo, Cláudio Furquim, Lourenço Castanho Taques, Guilherme Pompeu do Amaral, pai do futuro Crespo desse nome, João Pedroso de Moraes, companheiro da confiança de Antônio Raposo Tavares e chamado funambulescamente o "terror dos índios", Luiz Pedroso, Pedro de Moraes Madureira, provável escriba do tempo, Baltazar Borba Gato e Luiz da Costa Cabral, os emissários dos paulistas que deram aquela orgulhosa resposta a D. João IV: "Pois se viemos dar, como havemos — de pedir!", resposta que vários cronistas, baseados no imaginoso romancista Paulo Setubal, têm atribuído a figuras posteriores...

Quantos outros grandes vultos nossos não deixaram gravadas por suas próprias mãos os seus nomes nas atas e atos, do século XVII!

Todavia, nenhuma assinatura oferece aquele aparato, aquela riqueza de traços, ao mesmo tempo, firmes, harmônicos, heráldicos, impressionantes, enfim, do homem que não quis ser o rei de seu povo.

Mas este episódio da sua recusa à coroa real de São Paulo, que nada tem de lenda, como já o demonstrou irrefutavelmente o sr. Afonso de E. Taunay, só esse autêntico episódio bastará, como prova de seu senso e clarividência, do seu tino político e visão de estadista, a quem o desejo ver tal qual ele realmente foi.

O Visconde de Porto Seguro, como para penitenciar-se do pouco caso que ligou a Amador Bueno, na sua excelente *História Geral do Brasil*, rehabilitou-o, ou melhor, rehabilitou-se a si próprio, no drama épico, publicado na Espanha em 1858 e pouco conhecido no País.

Do ponto-de-vista literário-poético, o Visconde de Porto Seguro não compôs nenhuma obra-prima. Todavia, sob o aspecto histórico, produziu inconfundível retratação, tornando pois lícito considerar-se esse drama como incontestá-

vel adendo ou apêndice à sua magnífica *História Geral do Brasil*.

Ai, as frases que o grande filho de São João do Ipanema pôs na boca do "Aclamado" consagram, inquestionavelmente, na pessoa deste ímpetérrio paulista, o primeiro estadista que apareceu no Sul do Brasil.

Reproduzam-se algumas delas, respeitando-se-lhes com rigor a redação de Varnhagen.

Quando o povo alvorotado das ruas do primitivo vilarejo paulopolitano, aumentado em larga escala da gente do campo e das vilas próximas, gritava, em delírio, repetidamente:

— Viva Amador 1.º, rei de São Paulo!

Ele respondeu:

— "Honrados patricios! Desejava falar-vos em tom forte e que movesse vossos corações. Mas chego a recear que mal serei escutado, quando sinto as faces humidecerem-se-me, e a voz tomada, e com o embargo que as lágrimas ocasionam.

Mas estas lágrimas vos dirão, mais do que as minhas palavras, a comoção de que me sinto possuído pelos vossos brios de cavalheiros, quando estaveis prontos a arrostar os males de uma guerra impossível de sustentar, desenvolvido tão precocemente o nobre espírito de independência. Mas nem eu, nem patricio nenhum nosso, pode servir-vos de instrumento. (E, às vezes que o contestam): "— Disse-vos que é impossível. Amador Bueno nunca aceitará esse título, que lhe não pode caber, apesar do vosso entusiasmo; e se um instante a ele se submetesse, seria só para assinar um decreto declarando traidor à Pátria e hostil à prosperidade da América qualquer outro que neste século XVII o houvesse de aceitar. É a um tal decreto seguiria logo o da sua abdicação no príncipe de sangue a quem compete a coroa".

E, a uma nova objeção de que bastaria ocupar o passo da serra de Santos, para ninguem tentar penetrar São Paulo, que, como novas Termópilas, resistiria aos exércitos do mundo; e ainda que ele era o ungido do povo, Amador insiste:

— "Mas é um povo que ainda não tem homens feitos para todos os cargos da república. Em toda a nossa civilização dependemos ainda das idéias, da instrução e até de colonos da Europa".

Retruca-lhe outro personagem:

— "Pois que venham colonos da Europa. Abrir-lhes-emos nossos braços. Aqui daremos guarida à civilização

descontente e cansada do velho mundo. Os suecos inimigos de Cristina, os ingleses fiéis à realeza, que parece vão sendo vencidos... Os franceses perseguidos por Richelieu, e esses alemães que andam há mais de vinte anos numa guerra de religião...

Amador reitera:

— Oxalá que nos viessem todos para cá, tendes razão. Mas, quanto ao mais ainda sois moço e sem experiência: Não é Amador Bueno quem vos poderia servir de rei, que ele não nasceu para passar de uma honrada mediania. Os mesmos que hoje o exaltam, amanhã o derrubariam. E teríamos apenas com isso ganho a nossa desunião em vida, e a mofa dos outros, e até o escárneo da posteridade sobre nós”.

E a outras fanfarronadas (ou espanholadas autênticas, pois que se vivia sob o jugo espanhol, sendo a influência espanhola tão grande em S. Paulo, que a língua do tempo, ao lado do idioma geral — o tupí, era já quase o castelhano); e a outras espanholadas de se conquistarem para se unirem a este solo todas as colônias adormecidas da América, desde o Estreito de Magalhães até às terras dos Cortes Reais (o Canadá), afirmou aquele homem, que não era um aventureiro vulgar, mas uma energia serena votada ao bem público: —

— “Sim, mas no fim das conquistas a coroa na minha cabeça não vos poderia dar a paz e a felicidade! Um trono há mister bases sólidas sobre que assente, e uma coroa só pode servir na cabeça que já para ela nasceu formada. Os reis são na terra uma família à parte de nós; reinam não só pelo esplendor que herdaram de seus maiores, mas também pelo de sua família, — dos mais reis, que todos eles se protegem como parentes que são entre si... E são invioláveis e sagrados por Deus! Estão acima de todos os partidos; pairam noutra atmosfera mais livre de paixões dissolventes do que a nossa, e não se podem crear ficando os seus parentes peões...”

E, quando a população se mostrou menos exigente:

— “Meus patrícios! Não queiramos forçar a época que um dia nos há de chegar. Já el-Rei de Castela queria ceder este Estado ao herdeiro da casa de Bragança, contanto que desistisse ele dos direitos a essa nesga de território na Península, e já se nos escreve de Lisboa que o novo rei D. João tem projeto de mandar que o seu herdeiro se intitule príncipe deste Estado do Brasil. E então esperemos. Andemos de vagar para subir ao pináculo sem riscos nem fadigas. Algum

dia, quando o Deus dos profetas marcar no livro dos deslínos, teremos um rei ou título maior se o houver na terra. . . .”

Esta cena contínua, desdobrá-se em vários outros sucessos, até que Amador, já antes auxiliado pela intervenção dos frades de São Bento, os quais, paramentados, surgiram pateticamente à portada da humilde abadia, com cruz alçada, consegue dominar o povo alvorotado.

Mas essas palavras que o Visconde de Porto Seguro, há mais ou menos um século, pôs, com a responsabilidade conciente de maior historiador brasileiro, nos lábios do venerando Amador Bueno, reconhecem e proclamam na sua grande figura a alta categoria de nosso primeiro estadista — já o disse, e concientemente o repito.

De maneira que a eleição da pessoa de Amador Bueno para rei de São Paulo não obedeceu só à sua opulência, nobre ascendência e às suas ligações de família com magnates espanhóis, porem muito mais ao prestígio que vinha de suas qualidades próprias de inteligência, bom-senso, cultura, tinó político e administrativo, e, sobretudo: longanimidade.

Da peça épica do Visconde de Porto Seguro conclue-se que se deve a essa clarividência e longanimidade, profundamente humanas, de Amador Bueno, o seu gesto.

João Mendes, o moço, após observações diuturnas, defendeu a acertada opinião de que *“a alma do descendente do indígena cruzado com o europeu é tão vigorosa e, às vezes, mais vigorosa do que a alma do puro europeu ou do puro indígena: e tem a vantagem de unir a ambição do europeu à longanimidade do indígena, temperando uma pela outra”*.

Se o saudoso mestre procurasse um tipo brasileiro para nele modelar essa decorrente de nossa mestiçagem chamada mameluca, não encontraria ninguém mais expressivo que Amador Bueno, o qual possuía em suas veias os sangues tupi, luso e espanhol.

Mas João Mendes, o velho, em versão demasiado espiritual, aceita e reproduzida por João Mendes, o moço, afirma que o que determinou a escolha de Amador Bueno entre os paulistas para seu rei não passou de sua qualidade de príncipe indígena como descendente de Pequerobí, morobixaba da nação goianá dos campos de Piratininga.

Reproduzam-se textualmente os seus curiosos argumentos.

“Na obra, *Algumas Notas Genealógicas*, querendo verificar a procedência indígena das principais famílias da ca-

pitania S. Vicente — S. Paulo, deparou-me Pedro Taquês de Almeida Pais Leme, em seu livro *Nobiliarquia Paulistana*; a propósito de Mécia Fernandes, casada com Salvador Pires, preciso esclarecimento, qual o de ser ela filha de Antônio Fernandes e de sua mulher Antônia Rodrigues, a qual procedeu de Antônio Rodrigues e de outra Antônia Rodrigues, esta, filha do maioral de Ururai, chamado Pequerobi; o qual Antônio Rodrigues, genro de Pequerobi, veio com João Ramalho, trinta anos antes de Martin Afonso de Sousa". (sic)

"E, porque a referida Mécia Fernandes tivera, entre outros filhos, uma de nome Maria Pires, a qual casou-se com Bartolomeu Bueno da Ribeira, (sic) fui desde logo tocado da intuição de que um filho deste não teria sido aclamado Rei de São Paulo em 1641, se realmente não tivesse sangue régio indígena".

"Mas, este fato, tornado legendário, teve necessariamente uma causa misteriosa, de que os espanhóis foram meros instrumentos... Certamente a Providência quis, ainda que por momentos, revelar em Amador Bueno da Ribeira, (sic) a verdadeira proeminência, a exemplo de Rômulo e Remo, pelo sangue brasílico que lhe corria nas veias. A figura régia de Pequerobi, maioral, de Ururai, reaparecia naquele seu illustre descendente, trans-animado, em condição a mais extraordinária, também ainda para atestar que, não talvez Tibirica mas ele — Pequerobi, era o chefe principal da nação".

"E referindo-me aos gritos populares e à resposta de Amador Bueno, acrescentei:

"*Rei de São Paulo!* Teria sido um arrojo ridículo, se não incidisse realmente no sucessor daquele que, há um século, fora o primeiro muruhixaba dos aborígenes que povoaram Piratinilga".

"*Viva Amador Bueno, nosso rei!* Teria sido uma aclamação popular sediciosa, se não fora a expressão de um juízo acerca do direito magestático que Amador Bueno da Ribeira, transfigurando em si aquele rei brasílico, seu primeiro antepassado, readquirira, eis que d. João IV se fizera aclamar *contestadamente* rei de Portugal e de seus domínios".

"*Viva D. João IV, nosso rei, pelo qual darei a vida!* Real, por D. João IV, rei de Portugal!" teriam sido gritos de inexpricável cobardia em tão valoroso paulista, se não fora a confirmação do ato de Pequerobi, abdicando, mais de um século antes, sua autoridade régia nos reis da dinastia de Aviz e em seus sucessores".

A interpretação excessivamente mística de João Mendes,

aquí exposta na sua expressão própria, vem advertir que já antes do illustre historiador sr. Alfredo Ellis afirmar, impávida e textualmente, no seu romance, *Rei de São Paulo*, que Amador Bueno "*foi o peor paulista que tem havido*", outros já se preocupavam com que o ato dessa grande figura não fosse tomado como o de um reles biltre capaz de maiores poltronices.

Sem dúvida nenhuma que, para os que não amam o Brasil, interessaria muito mais que Amador Bueno praticasse o ato de loucura da aceitação da coroa real que tentaram colocar-lhe à cabeça grisalha de mameluco, porque o menos que nos teria acontecido, segundo a opinião de Augusto de Saint Hilaire, adotando a conjectura de Frei Gaspar da Madre de Deus, seria a estas horas fazermos parte do mais potente país da América do Sul. Mas um país diferente do nosso, nunca o Brasil, este Brasil que começa nas Guianas e acaba no Uruguai.

Mas, para os que sentem verdadeiro afeto pelo Brasil tal como ele se apresenta, na sua vastidão e configuração geográfica, com as suas maravilhas e as suas mazelas, para estes, o gesto de Amador Bueno deve ficar na história marcado com a pedra branca da felicidade com que os gregos costumavam assinalar os dias venturosos, e a sua imagem precisa de ser guardada em redoma, porque decorre da sensatez e antevisão desse vulto o nosso território não se haver fracionado já no século XVII.

Prestando, ao mesmo tempo, incalculáveis serviços à restauração da Monarquia Portuguesa, em S. Paulo, ao fazer reconhecer a autoridade desse oitavo Duque de Bragança, trazido de seu paço folgado de Vila-Viçosa para o rutilante trono em Lisboa, o intemerato Amador Bueno, em verdade, não recebeu nesta distante Piratininga a recompensa que o rei (cognominado "igualmente senhor e pai de seus vassallos", de quem foi filha uma notável rainha inglesa, d. Catarina), também ontem injuriado nesta festiva sala, haveria que lhe dar.

Antes, repetiu-se consigo o que já acontecera com aquele outro servidor da casa de Aviz que nos revelou ao mundo, Pedro Álvares Cabral: morreu completamente esquecido, a ponto de não se saber ao certo até hoje quando ele entrou para as eternas sombras.

Relativamente ao "Descobridor", intercale-se que não seria outro o motivo senão esse lastimável olvido real que levou a Casa de Belmonte a colocar-se ao lado de Castela,

pela época da restauração, resultando aos Cabrais a privação de seus privilégios e prerrogativas, de 1640 em diante.

Mas, se pesou sobre a memória de Amador Bueno total esquecimento até o ano de 1700, mais triste e desoladora verdade é que até hoje não se lhe haja dado o lugar que de direito lhe compete na história de Portugal e do Brasil.

Baldadamente, em começos de 1700, o Capitão General da Repartição do Sul e Governador da cidade do Rio-de-Janeiro, Artur de Sá e Menezes, referindo-se a Manuel Bueno da Fonseca, asseverou ser ele merecedor de grandes cargos, "*por descender de Amador Bueno*".

Baldadamente, no ano seguinte, el-Rei D. Pedro II, de Portugal, a esse mesmo propósito, confirmou aquele conceito, dizendo, textualmente: "*por ser neto de Amador Bueno, leal e verdadeiro vassalo de minha coroa*".

Baldadamente, em 1704, el Rei D. João V repetiu, com palavras semelhantes, o mesmo elogio.

Baldadamente, cerca de 90 anos, depois, os nossos cronistas primevos, Frei Gaspar e Pedro Taques, consagraram belas páginas em seu louvor.

Baldadamente, ainda, em 1822, decorrido mais $\frac{1}{4}$ de século de esquecimento sobre ele, Pedro I invocou o seu nome como patrono da província de São Paulo, na primeira fala do trono: "*Foi na pátria do fidelíssimo e nunca assaz louvado Amador Bueno...*", seguindo-se o apelo aos seus manes lançado pelos Andradas, em hora difícil da política do Império.

Baldadamente, os historiadores, que se sucederam, Machado de Oliveira, Saint Hilaire e outros, enaltecera-m-lhe a abnegação.

Baldadamente, o Visconde de Porto Seguro, se reabilitou, com o seu drama épico composto a ele e sob o patrocínio de nosso inolvidavel Imperador, o senhor D. Pedro II.

Baldadamente, em 1842, o chefe militar da Revolução Liberal, desse ano, o bravo Brigadeiro Tobias, reconheceu em Amador Bueno o mais glorioso ascendente dos paulistas, proclamando isso no próprio manifesto daquele movimento.

Após outro largo lapso de esquecimento, apenas interrompido pela bulha da discussão entre os que maldosamente duvidam da realidade do episódio da "Aclamação" (ou os que negam ao "Aclamado" a glória da renúncia), e os que se têm posto, patrioticamente, em campo antagônico — que ao menos de agora em diante, depois desta come-

moração excepcional que lhe dedicou o Instituto Histórico de São Paulo, o Brasil se convença melhor da imensa valia dos feitos de Amador Bueno, como um modesto mas grande estadista colonial.

Não pertencço ao número dos que cerram os olhos e tapam os ouvidos à existência de uma justiça imanente. Pois bem, se ainda desta vez, depois destas significativas homenagens, não se der a Amador Bueno o lugar que os seus feitos exigem no Panteão dos patronos da nossa nacionalidade, entreguemos este grave caso de iniquidade das gerações hodiernas a maior poder, apelando do julgamento faccioso para a justiça imanente, que virá por si mesma, um dia...

PEDRO II E A CAMPANHA DA MAIORIDADE (1)

Cristovão de Camargo

Dos mais lisonjeiros é o convite que me foi dirigido pelo Instituto Histórico, por intermédio de seu ilustre presidente perpétuo, para dizer perante a cultíssima assembléia que os meus olhos desvanecidamente contemplam uma palavra de evocação da grande efeméride que este mês comemoramos.

A proclamação da maioridade do segundo e último imperador do Brasil, com as lutas que a antecederam, constitue uma das páginas de maior vibração do nosso passado, das mais dignas de serem evocadas, sobretudo agora, quando celebramos o centenário da investidura de Pedro II no exercício pleno das suas funções de mando.

Havia nervos e havia vontade, havia mente e havia alma naquela geração que vinha das pugnas da independência, que firmou, com o 7 de abril, a autonomia do novo império e agora, auscultando as aspirações de um povo inquieto pelos seus destinos, se rebelava contra a incapacidade dos regentes e mudava todo um sistema político num arranco de audácia e patriotismo.

O 23 de julho é a terceira etapa, etapa definitiva da formação do Brasil soberano. Não podemos estudá-lo sem fazer um retrospecto, por sucinto que seja, dos dois períodos anteriores, iniciados respectivamente com o 7 de setembro e o 7 de abril. Bosquejemos assim, numa larga pincelada inicial, as duas jornadas — da independência e da abdição.

(1) Conferência pronunciada no dia 8 de julho de 1940, na Faculdade de Direito de São Paulo, em sessão do Instituto.

DAS MARGENS DO IPIRANGA AO CAMPO DE SANTANA

Pedro I do Brasil, o futuro Pedro IV de Portugal: belo, moço, impetuoso. As ardências do temperamento conduziram-no a aventuras que salpicaram de pinturesco a sua vida de príncipe galante e os nove anos do primeiro reinado.

A voz do sangue não podia falhar: o filho de Carlota Joaquina sabia fazer-se digno da herança materna...

Temido e combatido, amado e respeitado — foi rei popularíssimo. Um príncipe equilibrado e virtuoso dificilmente se fará popular. A virtude, a austeridade às vezes deshumanizam, e as multidões não amam senão o que é humano. E somente o pecado é humano...

Não sei se Freud teve tempo de estudar os recalques de Adão e Eva ante as severas recomendações do Eterno... Correu mundo que o velho sábio revolucionário não desejava morrer antes de legar aos homens a sua obra fecho: a interpretação da Bíblia através da psicanálise. Creio que a morte não respeitou a grande aspiração dessa fecundíssima existência. Seja como for, podemos afirmar, sem a menor idéia de fazer pilhéria, que a libertação dos recalques sexuais custou aos fundadores da humanidade as delícias do Paraíso...

- Essa libertação em Pedro I, se o não alijou dos jardins edênicos — a quinta imperial, e se contribuiu, mesmo, no começo, a grangear-lhe o favor popular, acabou por desmoralizá-lo.

A sede de mando e a sede de amor equilibravam-se no príncipe desequilibrado. E só quando os homens sabem resistir às pérfidas sugestões de Eros podem satisfazer plenamente a ambição do poder...

Príncipe de lenda. Herdeiro de velho trono glorioso, regente de um mundo. Aos vinte e quatro anos de idade, rebela-se contra o governo susexano, que é o da sua pátria de origem, funda uma nacionalidade e coroa-se imperador. Mais tarde, conquistaria novo trono, o do Velho Mundo, que havia trocado pelo do Mundo Novo, transmitindo-o aos seus descendentes.

O berço da nova nacionalidade é um cenário de apoteose: sábado, 7 de setembro, quatro e meia horas da tarde: uma colina, um riacho murmuro, o sol que começa a reclinar-se no leito sangrento do poente. Um príncipe no seu corcel, rodeado pelos oficiais da guarda de honra. Trazem mensageiros sôfregos más novas da Europa: o governo

da metrópole quer humilhar a colônia, que fora elevada a reino e servira, durante doze longos anos, de refúgio à corte, atropelada pelas legiões de Napoleão. No quadrante dos acontecimentos, soa a hora decisiva: é o momento fugidivo que D. Pedro deve agarrar se pretende ser alguém. A história da humanidade é entretecida com essas decisões de um segundo: D. Pedro quer entrar na história: arranca da espada e traça nos céus a silhueta de uma nação: as quebras das montes recebem aviso do nascimento de um grande império e repercutem o brado glorioso:

— Independência ou morte!

Desaparece o príncipe, surge o imperador.

Começa a organizar-se o império. Altos e baixos. Dias radiosos, noites de tormenta. Vitórias e derrotas.

A sinceridade do imperador começou, um dia, a ser posta em dúvida. Os seus protestos iniciais de respeito à liberdade, sentia-se, eram letra morta. O estrangeiro nacionalizara-se automaticamente pela carta de alforria da metrópole, com que nos brindava. Mas tudo aquilo fora feito de um impeto. Com o correr do tempo, a voz dos ancestrais ia-lhe falando mais e mais à alma e o imperador, na razão direta do seu reaportuguesamento, desabrasileirava-se. A atitude de velhos conselheiros obtusos, como esse inefável conde de Louzã, devia ter contribuído a preservar-lhe o subconsciente de um apego real à terra de adoção. O antigo ministro levava o seu desprezo aos nossos homens ao ponto de não admitir nomeação de nativo para cargo público de alguma responsabilidade...

Reaportuguesava-se o imperador, que ia marchando, além disso, de prepotência em prepotência. Nada o detinha: quem mandava era ele. Ele e a sua camarilha de Domitilas, Chalaças e Joões Pintos. Homens austeros e leais, como José Bonifácio, começavam a enervá-lo. Era ele o imperador, ou não era?

Morre a imperatriz, enquanto o imperador, no sul, inspeciona as forças em campanha. Morre aquela que lhe não enchia o coração. mas que poderia ter-lhe guiado o espírito inquieto, se ele tivesse querido ouvi-la. A gente das antecâmaras, aquela famulagem insaciável, cresce em poder e influência. A concubina reina sem contraste. Aquele grande ideal, aquele ideal imenso, tão escondido no fundo d'alma, que era enorme mas não chegava a sufocar-lhe o espírito ambicioso, talvez viesse a corporificar-se: a marquesa, de favorita do príncipe encantador, passaria a sua esposa, se-

ria coroada imperatriz do Brasil! Sonhos e ambições vão-se desfazendo: a marquesa é exilada para São Paulo. Embora dez meses depois volte triunfante, — algum tempo ainda de império, um rápido clarão — e é o banimento definitivo. O imperador quer casar-se: estará S. M. assentando a cabeça? Não, o que ele quer é mudar de amores. A radiosa beleza de Amélia de Leuchtenberg prende o cônsorte volúvel. Aquela mocidade é um deleite. Aquela candura, uma excitação. O imperador ama apaixonadamente a sua imperatriz. A casa imperial conhece uma dignidade nova: S. M. repousa em suavíssimo idílio doméstico...

Tudo há de melhorar: S. M. começa a crear juízo. Parte a marquesa: é mancha que desaparece. Casa-se o imperador: é garantia de estabilidade e ordem. Os dois validos recebem o bilhete azul: terminam; ao que parece, as intriguinhas de corte. Chalaça e João Pinto, amigos de peito do príncipe afetuoso, embarcam para a Europa. Exílio doirado em legações — exílio, embora. O marquês de Barbacena pagará depois caríssimo a sua intervenção no afastamento dos dois confidentes imperiais que maculavam a dignidade do trono. Tudo parece melhorar. Mas a hidra de sete cabeças, o povo, ruge insatisfeito. A queda dos Bourbons excita os ânimos, aqui, neste rincão esquecido. São Paulo mostra-se febricitante. Em Minas, ouvem-se ruidos subterrâneos, suspeitíssimos. Segue S. M. para as Alterosas, em missão de apaziguamento. Assume essa viagem proporções de catástrofe para o prestígio da coroa. Nas cidades e povoações, repica o sino à chegada de Sua Majestade. Mas — estranho! — não bimbam festivamente as campanas: são dobres a finados! Que quererá aquilo dizer? Tangem os sinos, tangem merencoreamente... Vozes surdas de tristeza. Dobram as campas por alma de Libero Badaró: fora assassinado e enriquecia o agiologio dos mártires da liberdade. O imperador foge espavorido. E que injustiça! Como podem afirmar que ele ordenara o atentado nefandíssimo?

Encontra-se S. M. na corte, de regresso da malograda excursão politica. O partido português quer desagrává-lo das hostilidades que amargara: indignam-se os brasileiros: S. M. descera da sua dignidade imperial ao plano rasteiro de chefe de facção. Os festejos preparados trazem o cunho de acinte aos brios nacionais. Reagem os filhos do país — e assistimos à *noite das garrafadas*.

No *Te Deum* de 25 de março, na igreja de S. Francisco, para comemorar o juramento da constituição, na presença

do imperador, da imperatriz, do ministério — soa o brado insidioso: “Viva D. Pedro II!”

Passam-se alguns dias. O Rio de Janeiro vive horas tumultuárias. Campeia a desordem, o desenfreio das paixões toca ao auge. Evaristo da Veiga é a voz profética que em vão concita o governo a conter a revolta. Só poderia fazê-lo o imperador rompendo com os recolonizadores e identificando-se com as legítimas aspirações de uma nação ciosa da sua soberania.

Troveja o povo no Campo de Santana. Vão emissários à quinta de S. Cristovão. Que pretende o povo, afinal? Que Sua Majestade demita o ministério e chame outros nomes ao governo. Nunca, é contra a sua dignidade! Ali está a constituição garantindo-lhe o direito, personalíssimo, de escolher os seus colaboradores diretos. O imperador resiste. Por fim, quer ceder. Mas, estava escrito: o senador Vergueiro, a quem, exausto daquela batalha com os amotinados, entregaria a organização do novo ministério, esconde-se cautamente. Pelo menos, não é encontrado, não aparece. Deus não quer. E o imperador abandona o país — “que muito amava, e ainda ama”. O povo pedia menos: aquela resolução deixa-o estuporado. Enfim — *Le roi est mort* (ou “disparu”, o que vem a dar na mesma), *vive le roi!* Talvez seja melhor assim. Portanto — Viva D. Pedro II!

Esperavam os brasileiros que o 7 de abril solucionasse os grandes problemas nacionais. As dificuldades sem conta com que se via a braços a nação, dificuldades creadas, sobretudo pelo gênio prepotente e atrabiliário do proclamador da independência, haviam transformado o império num campo de atmosfera eletrizada por perigosas paixões.

Nos nove anos decorridos da abdicação à maioridade, o Brasil viveu talvez o drama político mais emocionante da sua história. Nunca, em nenhum outro período, deu o brasileiro maior prova de espírito público, de interesse pelas cousas nacionais, de apego aos seus direitos de figurar, com papel de realce, no palco da vida política — não como simples comparsa ou mero espectador.

Desbordamento de paixões, espírito de revolta, violências, desmandos, sangue? Tudo que quiserem. A nação, desarticulada na sua estrutura, empobrecida e exausta, via-se às bordas do desmembramento e da ruína? Por toda a parte a confusão, a anarquia? Não há dúvida. Mas, em tudo isso, ressaltavam as virtudes dos homens que plasmaram esse minuto de tanta vibração, tão cheio de alma, o seu desinteresse, a

sua abnegação, um patriotismo cujo mesmo exacerbamento não podia empanar a beleza das atitudes. Nessas terríveis lutas que ameaçaram a integridade do império, temperou o Brasil o aço da sua alma de nação, forjando a fâcies definitiva da sua soberania.

De 22 a 31, o Brasil, passado o deslumbramento da epopéia bragantina do Ipiranga, viveu nos sobressaltos de uma infância achacosa e precária, na iminência sempre de um colapso fatal. Parecia que nascera inviável como nação e os seus anseios por um lugar ao sol tingem-se de laivos intensamente dramáticos.

No período que vai de 31 a 40, o governo temporário e provisório das regências, por ser temporário e por ser provisório, não pode dar a sensação de estabilidade pela qual suspira a nação depois das incertezas de um primeiro reinado em que — se fulgurações de poema heróico rasgam esporadicamente os horizontes, temos, as mais das vezes, de nos contentar com os modestos atavios de umas lantejoulas de opereta...

De 1822 a 1840 — nação menina e moça: dezoito anos atribulados e heróicos. Esse período é rigorosamente dividido em dois e, para que nada lhe faltasse, nele observamos a beleza geométrica da simetria: nove anos de reinado e nove anos de regência.

Nove anos de infância — do 7 de setembro ao 7 de abril, do Ipiranga ao Campo de Santana, e temos um Brasil definitivamente desvinculado da metrópole, o Brasil brasileiro.

Outros nove anos — do 7 de abril ao 23 de julho, — e vemos o Brasil fazer sentir a sua vontade soberana e impor o sistema de governo que mais lhe parece convir.

Nove anos de infância. Nove anos de adolescência: em 1840, organismo formado, põe o Brasil calças compridas e inicia a sua radiosa mocidade.

Podem-se resumir em duas palavras as causas das lutas nesses dois tempestuosos períodos de nove anos: de 22 a 31, o Brasil, com um rei português, teme perder a sua independência e voltar ao domínio da antiga metrópole: quer um rei

brasileiro; no começo do período de 31 a 40, receia a volta do antigo imperante luso; depois, conjurado o perigo — morre D. Pedro em 34, sente-se mal, dado o seu sentimento enraizadamente monárquico, com triunviratos e regentes nos eletivos: aquilo cheira-lhe a república. Se o Brasil é império, e quer ser império — que o imperador governe!”

O imperador ainda é muito novo. Mas talvez pudesse proclamar arrogantemente, como o Cid:

*“Je suis jeune, il est vrai; mais, aux âmes bien nées,
“La valeur n’attend point le nombre des années”...*

DO CAMPO DE SANTANA AO PAÇO DO SENADO

Como é sabido, na precisa manhã em que o imperador, numa das suas atitudes espetaculares, inesperadamente abdicara a favor do filho, foi improvisada uma regência trina a quem coube receber o acervo deixado pelo Bragança desertor: um império a desmantelar-se antes de haver chegado à sua inteira formação.

Desde o fechamento da constituinte, vivia o país em contínuo sobressalto. A renúncia de D. Pedro parecia dever clarear o ambiente, mas o seu gesto impulsivo nada renunciava de tranquilizador. Ninguém acreditava na sinceridade do que acabava de praticar. E só o desaparecimento no horizonte, no dia 13, das fragatas *Volage* e *La Seine*, em que o obstinado imperante e seus familiares se dirigiam à Europa, pôde trazer um pouco de calma à cidade.

Naquele surgir de um novo mundo, mostraram serenidade e equilíbrio os homens que subiam ao poder.

As medidas que iam sendo tomadas, cheias de espírito de conciliação e vontade de acertar, inspiraram confiança. Mas, dentro em pouco, o partido que tinha a responsabilidade daquela revolução branca, embriagado pelo êxito, passou a mostrar-se intransigente, a exigir uma perseguição *à outrance* aos vencidos. E o ódio latente entre brasileiros e portugueses explodiu por todo o país em motins que o governo em vão tentava dominar. Exigiam os brasileiros — só agora, com o afastamento do rei português, verdadeiramente donos da sua terra — que tudo se mudasse, que se transformasse tudo, que se fizessem desaparecer os últimos vestígios do predomínio lusitano. Falava-se em reforma da constituição, falava-se em federalização das províncias. Falava-se em república... Dividia-se o país em duas grandes correntes: os moderados, que desejavam mudanças seguras, mas obtidas paulatinamente; e os radicais, que clamavam pelo desapor-

tuguesamento instantâneo do país: para isso seriam boas todas as providências, por mais enérgicas e violentas que se apresentassem. A última hora formou-se uma terceira corrente: desesperados de ver o país adquirir um ritmo de trabalho dentro da ordem, imaginaram alguns que só haveria um meio de libertar o Brasil do caos em que se ia precipitando: pedir a Pedro I que voltasse a ocupar o trono...

Os caramurús, como eram designados, aliciaram nomes de prestigio e desandaram em revoltas e motins, como a de 1832, que a dureza de Feijó desarticulou. Acusados de restauradores, de caramurús, foram os Andradas, o que deu como resultado ser José Bonifácio destituído, injustamente é o mais certo, das funções de tutor imperial. Antônio Carlos chegou a ir à Europa entender-se com Pedro I para a sua volta ao Brasil. Finalmente tiveram os caramurús que acordar do sonho reacionário: eram esmagados — não pelas armas, não pelos imperativos da opinião nacionalista, mas por um acontecimento contra o qual nenhuma reação poderia vingar: D. Pedro extinguiu-se melancolicamente no paço de Queluz, deixando a terra, por onde passara como um meteoro...

No Pará, na Paraíba, em Alagoas, em Sergipe, na Baía, em Santa Catarina, alentado pela vitória de 7 de abril, levanta-se o povo em armas, depõe as autoridades, exigindo, por todas as formas, o abasileiramento do Brasil.

Urgia medida preliminar para a normalização da vida do país: a efetivação de um governo. Assim, a Assembléia Geral, reunida no paço do senado a 17 de junho, escolhia a regência permanente: Francisco de Lima e Silva, reconduzido, Costa Carvalho e Bráulio Muniz.

Cheio de amarguras desdobrou-se este período governativo. Não diminuía a efervescência pública; todo o mundo exigia reformas; ninguém confiava no governo; o descontentamento era geral. A câmara mostrava-se disposta a secundar o governo e, para atender aos reclamos do país, tratou de por em andamento a reforma da carta. Assuntos outros chamam-lhe a atenção: combate ao anarquismo ameaçador, a criação da Guarda Nacional. A suspensão do pagamento da dívida externa era também considerada medida salvadora... Mas tudo inútil: ninguém se entendia, a confusão cada vez era maior. Na câmara, toda a sorte de alvitres surgiam visando por em ordem os negócios públicos; e as idéias mais estapa-fúrdias eram transformadas em indicações e projetos, como essa de ser o país governado pelo imperador, com caráter

vitalicio, concomitantemente com o presidente de uma das províncias, que teria mando temporário. No meio de toda essa balbúrdia, por entre políticos alucinados e governantes em pânico, surge um homem, que foi a grande expressão da época.

Reportemo-nos a alguns anos, a muitos anos atrás, e observemos a cena desenrolada aqui em São Paulo, numa modesta casa à rua da Freira.

O reverendíssimo Fernando Lopes Camargo andava assustado e radiante: pela manhã, ao sair a dizer a missa costumeira, encontrara, no saguão da sua velha casa, um embulho suspeito. Ao aproximar-se, o pequeno vulto mexera-se, o que o fizera recuar, persignando-se. Que seria aquilo, Deus do céu? Eis senão quando, daquele pacote de panos sai um som característico — um vagido... O reverendíssimo leva a mão ao peito, corcoveava-lhe assustado o coração. Chega-se, pé ante pé, curva-se e colhe nos braços aquele fardo. Os vagidos aumentam, transformam-se em choro; daí a pouco, é um berreiro desatado! Cheio de confusão e vergonha, precipita-se o sacerdote para o interior, foge de algum passante curioso, esconde-se, como se tivesse praticado um crime. Virgem santa, haviam exposto ali, à entrada da sua casa, uma criança! Quem teria tido essa idéia diabólica de largar à sua porta um enjeitado, à porta de um respeitável servo de Deus! Algum inimigo ansioso por comprometé-lo, a ele, jovem sacerdote de 28 anos de idade? Não, se não conhecia um só inimigo! Não, não fora por maldade que o haviam feito. Não! Antes, para garantia do inocente, conhecido o espirito bondoso do sacerdote, que não teria coragem de abandonar aquele depósito. Passado o susto da surpresa, viera-lhe grande contentamento: condenado, pelas contingências do seu ministério, a desconhecer o carinho filial, mandava-lhe o céu um filho! Quem fora mesmo que dissera que Deus escreve direito por linhas tortas? Ali tinha ele um filho, — quem lhe ameigasse as agruras da velhice, quem lhe fechasse piedosamente os olhos, quando o Senhor fosse servido chamá-lo. Conformava-se com os decretos do alto. Conformava-se e agradecia. Num lindo dia de agosto de 1784, era batizado na Sé de São Paulo o menino Diogo, de pais incógnitos, levado à pia pelo padre Fernando e Maria Gertrudes, sua irmã. Maria Joaquina, outra irmã, seria a mãe

adotiva do exposto. O padre Lopes Camargo não poderia imaginar que aquele enjeitadinho entregue à sua caridade era um futuro deputado às cortes de Lisboa, era um futuro grande ministro, era um futuro regente do império do Brasil! Era o futuro — padre Diogo Antônio Feijó...

*
* *
*

Sentia-se a regência desamparada em meio ao tumultuar das paixões políticas, como navio à matroca em oceano fustigado pela tormenta.

Quem, de pulso dominador, viria em socorro do frágil limo esquife prestes a sossobrar?

Esquadrinhando os horizontes, lobrigou a regência desarvorada o homem que talvez lhe trouxesse a salvação: e Diogo Antônio Feijó, o enjeitadinho recolhido pelo padre Camargo, é convidado para a pasta da Justiça. Aceita o cargo, mas impõe condições em documento que recebe a assinatura dos três membros da regência. É interessantíssima uma dessas condições: ele, o ministro da Justiça, terá um jornal sob sua direção: já conhecia o ministro, naquele tempo recuado, o valor da publicidade...

Assume Feijó o governo em dias angustiosos. A regência, desapojada e fraca, um corpo legislativo displicente, a capital do império entregue à sanha de desordeiros, ladrões e assassinos — por toda a parte a confusão, a insegurança, o terror. Açulando os masorqueiros, aumentando o mal-estar, estabelecendo em cada bairro, em cada rua, em todas as casas a intranquilidade e o desalento, uma imprensa desbragada, a peor talvez de qualquer período da nossa história. É edificante o nome dos jornais da época: *Médico dos Malucos*, *Enfermeiro dos Doidos*, *Buscapé*, *Matraca dos Farroupilhas*, *Dr. Tira Teimas*... Em todos eles a linguagem chegava, por vezes, à obscenidade. Os membros da regência eram as vítimas apetecidas dos foliculários. Nada era poupado, nem a vida íntima das famílias. A tal desregramento chegou um deles, o *Brasil Aflito*, com tal encarniçamento investia contra a casa de Francisco de Lima e Silva, que um filho deste moço brioso de apenas dezoito anos de idade, antigo alferes do batalhão do imperador, achou que só o sangue poderia lavar as afrontas ao seu lar: encontrando o insultador numa

botica do largo da Carioca, depois de interpelá-lo, abriu-lhe o crânio com tremendo golpe de espada, deixando-o estatelado.

*
*
*

Aos seus primeiros gestos dá logo medida de quanto é capaz o rijo paulista: sufoca um primeiro motim e castiga exemplarmente os culpados; sufoca um segundo motim; um terceiro: são vários levantes, alguns no mesmo dia, que ele se vê obrigado a jugular. Alguns colegas protestam contra a severidade do ministro altivo e pugnaz e são forçados a deixar o governo. O povo mostra-se desfogado e inúmeros cidadãos voluntariamente se alistam na guarda cívica, então reorganizada, que se apresenta como estrênuo defensor do governo e das instituições.

Atenuada, porem, a impressão daquela alvorada de força, começa na câmara, na imprensa, nos comícios a opposição aos processos do férreo mandatário.

No afã de garantir a ordem, que as paixões solapavam, não trepidava, por vezes, o ministro em sobrepor-se às leis. A lei foi feita para servir aos homens, pensaria Feijó, não são os homens que devem servir à lei. A lei, uma vez estabelecida, adquire todos os característicos da rigidez cadavérica: a vida não se detem — a vida é a vida, é vibração, movimento, e uma lei creada ontem talvez já não sirva hoje para regular nova manifestação de vida, ontem ainda desconhecida. A letra morta da lei obedece o comum dos mortais. O imenso rebanho da humanidade detem-se no âmbito das leis; estas formam a cerca que seria imprudente transpor: o arame farpado das sanções contem as impaciências... O homem superior serve-se da lei para se fazer obedecer, mas vê muitas vezes a necessidade de contrariá-la quando quer governar com acerto. Um espirito plástico, capaz de ajustar-se, de momento a momento, à vertiginosidade dos sucessos, reage quando se sente entravado. Entretanto, quem desrespeita a lei por egoísmo, porque esta contraria os seus interesses pessoais ou as suas paixões, torna-se criminoso e a reação do meio terminará por esmagá-lo. Aquele que se sente com força de sobrepor-se à lei em benefício dos altos interesses da comunidade — é que tem envergadura de chefe. Tal era o caso do ministro Feijó.

Mas aquela energia desgostava as facções indisciplinadas

a quem a fraqueza da regência permitira todas as audácias. E a oposição ao ministro tonitroava. E espoucavam pronunciamientos e revoltas, como a de 28 de setembro, como a da ilha das Cobras. No Pará, no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco fervilhavam ódios e malquerenças, que explodiam em bernardas e levantes. Na vila do Crato, o reacionário Joaquim Pinto Madeira, fanático de Pedro I, estabelecia um governo dissidente, sendo ao cabo de longos meses desbaratado por Labatut e, depois, ignominiosamente executado.

Na capital, Miguel de Frias foge de Villegaignon, onde se achava preso e desembarca em Botafogo com 300 homens da guarnição da ilha. Esmaga-os Feijó, que em breve faz que se renda a fortaleza revoltada. Pouco depois desbarata os sediciosos de S. Cristovão que se levantaram a 17 de abril, visando restaurar o trono de Pedro I. E falava-se que José Bonifácio, tutor do imperador menino, não era estranho ao movimento. Não podia Feijó deixar passar essa magnífica oportunidade de esmagar o seu tradicional encarniçado adversário: e propõe à câmara a exoneração do tutor. Martim Francisco reage com a maior violência. Defende-se o ministro, travando-se verdadeira pugna de titãs. Termina a câmara por aprovar a proposta de Feijó, proposta que cai no senado, por um voto.

Só mais tarde, Feijó fora do poder, é arrancada a José Bonifácio, quase à força, a tutoria imperial, ficando o Patriarca preso sob palavra na sua casa em Paquetá.

Mostrou Feijó que, de se não tomarem medidas enérgicas, triunfaria o plano dos caramurus. Estes contavam com o senado, além de várias organizações criadas com o propósito restaurador. Só havia um remédio capaz de inutilizar o senado, agora unido aos revolucionários: transformar os deputados em constituintes, de tal arte que pudesse a câmara, só por si, votar as reformas que a constituição estava pedindo.

Mas sentia-se exausto, Feijó. Num momento de desânimo, pareceu-lhe impossível debelar a anarquia reinante e abandona o ministério. A regência dirige-se à câmara, pedindo a própria renúncia, que é recusada.

Em grande número de províncias continuam os levantes. Era cada vez mais difícil a situação da regência. Lima e Silva pensa, um momento, proclamar-se ditador. Mas pede, para tanto, a opinião de Costa Carvalho... Está claro que não poderia sorrir ao seu colega de regência ser assim sumariamente posto de lado. Escreve-lhe de Piracicaba, onde se encontra, dizendo-lhe ser-lhe preciso ver para crer que o seu

companheiro chegasse àquele extremo. Lima e Silva desiste...

Pela reforma constitucional, promulgada a 21 de agosto de 34, desaparecia a regência trina, passando o império a ser governado por um só regente, eleito por quatro anos..

Procede-se, em 35, à eleição, que dá ganho de causa a Feijó, contra o seu competidor — Holanda Cavalcanti. Ai está o enfeitadinho recolhido pelo padre Camargo, após agitadíssima carreira, nas culminâncias da vida pública: temo-lo regente do império.

Em longo manifesto à nação, expõe o antigo ministro da Justiça o seu bem elaborado programa de realizações. Na câmara repercute mal esse documento, taxado de autoritário. E esboçou-se logo oposição ao novo governo. Por mais que fizesse Feijó para congregar os brasileiros no ideal comum de apaziguamento das paixões, tudo quanto empreendia vinha inquinado de um selo de prepotência e absolutismo.

A pena de Evaristo da Veiga tem acentos grandiloquentes na defesa da regência, enquanto o ministro Limpo de Abreu, de palavra altiva e serena, procura acobertar o governo das investidas ferozes da oposição. O ódio ao regente, porem, não descansa e o desmando de linguagem da câmara sugestiona a opinião e traz o Brasil em suspenso. A despeito da dramaticidade da hora, há ainda quem pense em fazer pilhéria: Ferreira França apresenta o projeto em virtude do qual se indague do Rio-Grande, em perene convulsão, se deseja continuar unido ao império; se não, que o diga, pois as suas aspirações de autonomia serão imediatamente satisfeitas...

A câmara é pilhérica e tumultuária: faz blagues e arremete furiosamente contra o governo. Vocifera: o regente é um tirano! E acusa-o de estar tramando a ditadura, de conivência com os revolucionários do sul, de cúmplice de Bento Gonçalves, de traidor à pátria. Nada lhe é poupado. O próprio clero mostra-se inquieto com as atividades do seu membro ilustre, colocado tão alto na vida profana, e o padre Feijó é acusado por outro padre de perseguidor da religião.

Chegou o momento em que Feijó compreendeu que era o fim. Impossível manter-se no posto. Procura então um substituto e, tendo nomeado Araujo Lima ministro do império, transmite-lhe no dia seguinte a regência..

Amargando os ataques com que a câmara tentara desprestigiá-lo, evitou acintosamente Feijó dirigir-lhe o pedido de renúncia. E a quem o dirigiria então? A ninguém: demi-

tiu-se perante si mesmo! Apenas deu noticia do seu afastamento àquele que designara seu sucessor, Araujo Lima: "Estando convencido de que a minha continuação na regência não pode remover os males públicos que cada dia se agravam pela falta de leis apropriadas", etc.

A esse officio, modelo de laconismo, juntava um manifesto aos brasileiros. Foi enorme a sensação produzida pela sencermônia com que o regente abandonava o poder. Passado o espanto natural em tamanha reviravolta, os peitos respiram desopressos. O duro governante não deixava amigos. A sua integridade, a sua intransigência chocava o nosso caracter indisciplinado e frouxo. Feijó era muito superior à época em que viveu: se à sua energia, de ditador, se aliasse a habilidade indispensavel a quem tem de lidar com homens, eternas crianças caprichosas, a sua gestão teria sido mais duradoura e fecunda. Retirava-se deixando o pais assoberbado com os mesmos problemas iniciais que ele em vão tentara solucionar. Um jornal da época assim lhe dá as despedidas: "O sr. Feijó é hoje só lembrado como um furacão que deixou ruinas, como um terremoto que abalou o império, que ele recebeu unido e abandona lacerado. Uma lágrima não merece! Uma saudade não o acompanha! Viva o sr. d. Pedro II! Vá-se o corvo ominoso que nos desacreditava!"

Entra em funções Araujo Lima e, compreendendo que ao gênio prepotente de quem o antecederara se devia o fracasso da sua administração, traça programa de blandícias e contemporizações. Dirige-se respeitosa e à câmara que o regente anterior tratara com tanta soberba e arrogância, pede união e concórdia, ao mesmo tempo que a votação de leis imprecindiveis. A câmara, que vivera obstruindo o governo de Feijó; apressa-se em satisfazer o seu sucessor. Para que bem nítida apparecesse a diversidade de processos entre ele e o malsinado governante, empenha-se Araujo Lima em restabelecer a liberdade de imprensa. Pode-se imaginar o efeito balsâmico que essa medida produziu na opinião.

Mas estava escrito que se não havia de eternizar aquele periodo de serenidade e congraçamento, e que o Brasil não sossegaria enquanto não desaparecesse o sistema aleatório das regências — quer fossem coletivas ou unitárias, quer se apresentassem ásperas e insofridas ou usassem de sedativos e emolientes. A lua de mel entre o novo regente e a nação durou o que dura uma noite de núpcias...

Quando Araujo Lima percebeu que a agitação popular,

sobretudo nas províncias, retomava o seu curso, embatucou: o diabo entendesse aquele incontentavel povo brasileiro!

Baía e Maranhão apresentam-se com alarde no cartaz revolucionário. Na Baía, os amotinados assenhoreiam-se do governo, declarando a provincia independente da autoridade do centro até à maioria de Pedro II. No Maranhão o presidente Camargo vê-se a braços com a Balaiada. Luta embalde o seu successor por dominar a revolução, que só seria debelada por Luiz Alves de Lima e Silva, presidente e comandante das Armas, isso depois de proclamada a maioria — em 1841.

Surge na câmara aquella opposição quase sistemática que tão atribulado tornara o governo de Feijó e os maiores tropeços iria crear ao novo regente. No Maranhão e no Rio Grande continua a revolução, em carater endêmico. E o peor era o desacordo no seio do próprio governo. Por um caminho inçado das maiores dificuldades foi-se arrastando aquella quadra regencial, até que a proclamação da maioria veio desafogar a nação, dando-lhe o império de si mesma.

A idéia da maioria era velha e tenaz: já em 1835 rejeitara a câmara o projeto de Luiz Cavalcanti em virtude do qual Pedro II seria legalmente maior aos 14 anos. Parecia Cavalcanti estar prevendo o desprestígio da regência, ao alvitrar que o imperador assumisse o poder com um minimo de idade consentâneo com as suas funções.

Não havia sossego, era visível o mal-estar e parecia que no subconsciente da nacionalidade se firmava a impressão de que só o governo pessoal de Pedro II lograria normalizar as pulsações da nossa vida pública. A regência temporária eletiva tanto repugnava aos nossos sentimentos que, a par dessa idéia da maioria antecipada, cogitava-se em colocar no governo a d. Januária, em virtude do texto constitucional que mandava dar a regência ao mais próximo parente do imperador que chegasse a maior, o que seria o caso dessa princesa em março de 1840.

Emprestava-se a paternidade dessa idéia a Bernardo Pereira de Vasconcelos, que a repudiou, a-pesar-da veiculação dada à mesma pelo *Sete de Abril*, jornal que recebia inspiração do grande estadista, ao passo que Evaristo, pela *Aurora*, fortemente o atacava.

Houve outra tentativa, por parte dos Holandas, essa, de

oferecer a regência à princesa, ao mesmo tempo em que era creado um Conselho Triunviral.

Já antes, em 1833, em carta a Costa Carvalho, Álvares Machado tocava nesse ponto da maioridade. Quando, em 1837, Vieira Souto apresenta o seu projeto nesse sentido, ergue-se o mesmo deputado Álvares Machado para protestar contra o que lhe parece rematada loucura...

Mais tarde, seria esse político porta-voz do Clube da Maioridade na apresentação de novo projeto.

Foi em agosto de 39 que a idéia da maioridade começou realmente a tomar corpo. Numa sessão da câmara, ante o pedido do senado de se conferirem à regência poderes quase ditatoriais, brada Montezuma que seria preferível considerar-se então desde logo maior D. Pedro II — o que produz grande celeuma.

Não seria destituído de fundamento situar o início verdadeira campanha tendente a antecipar ao jovem imperador o exercício pleno das suas funções majestáticas na fundação, na capital, com ramificações pelas províncias, do Clube da Maioridade, a 15 de abril de 1840.

Deve-se a existência dessa agremiação a José Martiniano de Alencar, que promovia as reuniões em sua casa, à rua do Conde. Esse mesmo senador Alencar, na ânsia de conquistar o poder para o seu partido, já havia creado antes, em 1838, o Clube dos Patriarcas Invisíveis, associação de carater revolucionário. Na imprensa, o *O Maiorista* e o *O Despertador* secundavam as atividades dos que se batiam pelo suprimimento da idade imperial.

Elaborou-se no seio desse grêmio o projeto, destinado à câmara dos senadores, estabelecendo desde logo a maioridade, projeto apresentado por Holanda Cavalcanti e que não saiu vitorioso. Fora escolhida como data dessa apresentação o dia 13 de maio, natalício de D. João VI — “o que seria agradável ao neto”... Antes, na resposta à fala do trono, ao iniciarem-se as sessões em 1840, haviam tentado em vão os maioristas fazer discreta referência ao que se planejava.

Os partidários da regência resistiram a essas investidas, mas compreenderam que a idéia abria caminho no parlamento, espriava-se pelas ruas, ia dominando a opinião. Seria impossível asfixiá-la. Ninguém mais lograria mudar o curso dos acontecimentos. Que fazer? Deixar a regência desamparada, entregue aos ataques adversários, que terminariam por abatê-la? Se não, como enfrentar a corrente que

dia a dia se avolumava e em breve se tornaria poderosa, irresistível? Só muita prudência, uma grande habilidade alcançariam conter o desprestígio flagrante do sistema regencial, com a consequente desmoralização do governo. Deram então os situacionistas o que se lhes afigurava golpe de mestre: chamaram a si a idéia lançada pelos adversários...

Assim procedendo, talvez conseguissem protelar a execução do que pretendiam os detratores da regência. E, se não houvesse forças capazes de fazê-lo — o próprio governo reclamaria a maioria e sairia da refrega com a dignidade intacta.

Havia uma circunstância que facilitava a manobra: os que combatiam o governo, na ânsia atrabiliária de esmagar a regência, estavam dando às suas aspirações um caráter revolucionário. Os governistas, tomando como sua a medida e encaminhando-a dentro da ordem, transformariam a sua provável derrota numa vitória. Para que tudo se processasse normalmente, só havia um meio: a modificação do estatuto básico. Mas não tiveram sorte os governistas com a sua astúcia. A reforma constitucional era expediente grosseiro, pois, com a rejeição, pelo senado, do adiamento para a legislatura seguinte das eleições gerais, e uma vez que não fosse dissolvida a assembléia geral, só em 1846 viria o suprimento de idade, quando o imperador já seria, há dois anos, legalmente maior... Desmascarado o golpe situacionista — não havia remédio senão retirar o projeto de reforma: foi o que fez Honório Hermeto. Davam assim os regenciais uma prova de irremediável fraqueza. Daí por diante, nada mais conteria as vagas revolucionárias dos maioristas. Na câmara, levanta-se Clemente Pereira e brada que a maioria de tem que ser obtida já e já, nem que seja por um golpe de estado. Rocha Galvão, insurgindo-se contra outras medidas protelatórias, propõe seja imediatamente decretada a medida.

A agitação que se nota na câmara espraia-se pelas ruas: a cidade ferve em comentários, todo o mundo se preocupa, não há quem não tome partido no assunto, sendo que a antecipação da maioria congrega a imensa maioria dos espíritos. Antônio Carlos encaminha o seu projeto declarando imediatamente o imperador maior. Teófilo Otoni pede e obtém urgência para a discussão da medida, contrariando novas manobras governistas no sentido de travar a carreira vitoriosa da antecipação. Desorientam-se os go-

vernistas. Exhaustos, tentam uma sortida desesperada, que foi o que os perdeu: na sessão de 22 de julho, em pleno debate da questão que a todos apaixonava, surge o decreto da regência adiando para novembro a assembleia geral, em vista do "estado de perturbação em que atualmente se acha a câmara dos deputados".

Antecedera a leitura do decreto a comunicação de ter sido nomeado ministro do império o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos. Sentindo os prenúncios da agonia, precipitara-se a regência à casa do velho paralítico e ali — enfermo debruçado sobre o leito de outro enfermo — arrancara-lhe e assentimento de lutar pela salvação do governo. Audácia contra audácia, força contra força: à desenvoltura da câmara, responde o ministro, que o foi durante nove curtas, atribuladíssimas horas, com o decreto de adiamento. Era um verdadeiro petardo incendiário — mas que arrebentou nas mãos de quem pretendia lançá-lo. "Viva a Maioridade", "Viva D. Pedro II!" — são gritos que espoucam por todos os lados. Brados de indignação, verdadeiros urros reboam pelo recinto, pelas galerias, pelos corredores: "Traição!", "Governo conspirador!". Antônio Carlos tacha de usurpador o regente, o ministério de traidor e infame. Martin Francisco, em atitude dramática, braços ao alto, declara que a câmara é o assassino da família imperial, ao consentir que esta fique entregue a Bernardo de Vasconcelos, seu maior inimigo, que acaba de ser nomeado ministro do império. Vocifera um deputado: "Este governo é mais indigno do que tudo quanto há de mais indigno sobre a terra!" Muitos alvitram, aos berros: "Vamos para o senado, vamos para o senado!". É quando Antônio Carlos fulmina os regenciais com aquela célebre tirada: "Quem é patriota e brasileiro, siga comigo para o senado! Abandonemos esta câmara prostituída!"

No edificio da câmara alta, tumultuariamente se reúnem deputados e senadores, em atitude abertamente revolucionária.

Nas ruas, o povo, sugestionado pelo exemplo dos seus representantes, mantém-se em perpétua agitação. Chegou o momento álgido da luta. Não há nada que possa fazer recuar os patriotas. A idéia maioritária é um rio extravazado, que invadiu as campinas adjacentes e avança rugindo ameaçador, arrasando todos os obstáculos.

Declaram-se os parlamentares em sessão permanente e mandam ao imperador uma comissão concitando-o a assu-

mir o governo. Conhecedor do que se passava, precipita-se o regente a palácio, a ver se ainda seria tempo de salvar-se. Ai, perante os emissários do parlamento, reitera a Pedro II a declaração de que o adiamento das câmaras visava apenas fazer preparativos para a proclamação da maioria a 2 de dezembro, data natalícia de Sua Majestade. Sem embargo, ali estava para obedecer ao que Sua Majestade resolvesse. E Sua Majestade resolve assumir imediatamente o poder. É proferido então, ou não é proferido, mas penetra, em todo o caso, na história, para intermináveis discussões bizantinas, o celeberrimo — “Quero já!”: que o senhor regente providencie para que as câmaras se reúnam domingo, a-fim-de-lhe tomarem o juramento. Mas os emissários das câmaras não querem esperar: que o Brasil conheça quanto antes o seu incrível triunfo! E o regente recebe ordem de reunir as câmaras no dia seguinte. Era a vitória sem contraste, absoluta, contra a lei, contra a constituição. Assistimos assim, em 40, ao terceiro ato da revolução iniciada às orilhas do Ipiranga.

O “Quero já” é uma frase que não pode passar em julgado. O dr. Moreira de Azevedo declara ter ouvido, dos próprios lábios de Pedro II, numa sessão do Instituto Histórico, em 1863, a negativa de havê-la pronunciado. Que a tenha proferido ou não — isso não alterou a marcha dos acontecimentos nem influe na sua interpretação. Aos pacientes esmiuçadores de escumilhas históricas deixemos a adorável chinesice dessa pesquisa. O certo é que se não tivesse havido o consentimento do imperador, dizendo — “Quero já!”, ou — “Quero sim, senhores”, ou — “Não há dúvida”, ou — “Estou de acordo”, ou — “Façam-me maior e acabemos, de uma vez, com essa história!” — se o imperador não tivesse anuído — não teria sido adotada medida revolucionária de tão fundas consequências.

Que ele só concordou premido pelos acontecimentos, suggestionado, sem verdadeira liberdade de ação — não nos cabe a menor dúvida. E como poderia ser de outra maneira, tratando-se de um rapaz de quatorze anos, mais preocupado com os estudos que com a política, como ele mesmo declarou depois!

Encarregado pelo clube de sondar a opinião de Pedro II no tocante ao que projetavam os inimigos da regência,

pediu Antônio Carlos a Bento Antônio Baía, pessoa de palácio, que provocasse uma manifestação por parte do imperador. Não tardou muito o serviçal Baía a transmitir ao Andrada o que — segundo afirmava, era a inequívoca resposta de S. M.: “Quero e estimo muito que esse negócio seja realizado pelos Andradas e seus amigos”...

Baía não fez mais do que engabelar a Antônio Carlos, seria facil prová-lo: o deter-me, porem, em minúcias alongaria demasiado este trabalho, o que constituiria insolente desafio à paciência dos generosos ouvintes... O mais grave em Antônio Carlos não é contudo a ingenuidade de que então deu mostras; isso, afinal, passaria... O que lhe não podemos perdoar é ter sido autor da quadrinha em grande voga na época, e que insistiam em atribuir-lhe:

Queremos Pedro Segundo,
Embora não tenha idade:
A nação dispensa a lei —
E viva a Maioridade!

Quanto ao valor intrínseco da idéia maioritária, até hoje não chegaram a um acordo os investigadores dessa quadra heróica do nosso passado. Não se pode negar — a idéia vinha inquinada de parcialidade, a campanha foi, em grande parte, fruto de interesseiras manobras políticas. Condenado a longo ostracismo, necessitava o partido liberal promover algo incomum, assentar numa arremetida de surpresa, crear uma situação nova, fazer qualquer cousa, enfim, de inusitado e sensacional, que lhe permitisse escalar novamente o poder.

O suprimimento de idade do imperador era pretexto magnífico de fazer opposição, de desmoralizar o governo, mostrando a sua visceral incapacidade de enfrentar a cousa pública. Não há dúvida — muito de partidarismo, de desejos insatisfeitos, de aspirações contrariadas, de despeito se abrigava sob a bandeira maioritária. Mas havia também muito de patriotismo, de apreensão sincera pela sorte do império nos que dirigiram a luta memoravel. O que avultava no ânimo de todos — das pessoas desinteressadas, dos homens sensatos e equilibrados era que o sistema regencial se revelava debil e incapaz. Muito da sua fraqueza se deve à câmara dos deputados, essa mesma câmara que o visou com o tiro de misericórdia: foi esse organismo que limitou os poderes da regência, deixando-a manietada e impotente. Por esta ou por aquela razão, culpado este ou aquele, o que

era certo, o que era visível, o que era fatal é que a regência, desprestigiada e fraca como se encontrava, sem ação contra o espírito de revolta que dominava o país, não tardaria em levar o império ao esfacelamento. Ali estava a república proclamada em Piratinim, como um desafio permanente ao governo central. A defeção de Feijó foi o começo da derrocada. Se aquele temperamento granítico não lograra deter a marcha da anarquia, é que o sistema regencial estava podre. E a nação não podia continuar presa a um cadaver.

*
* *
*

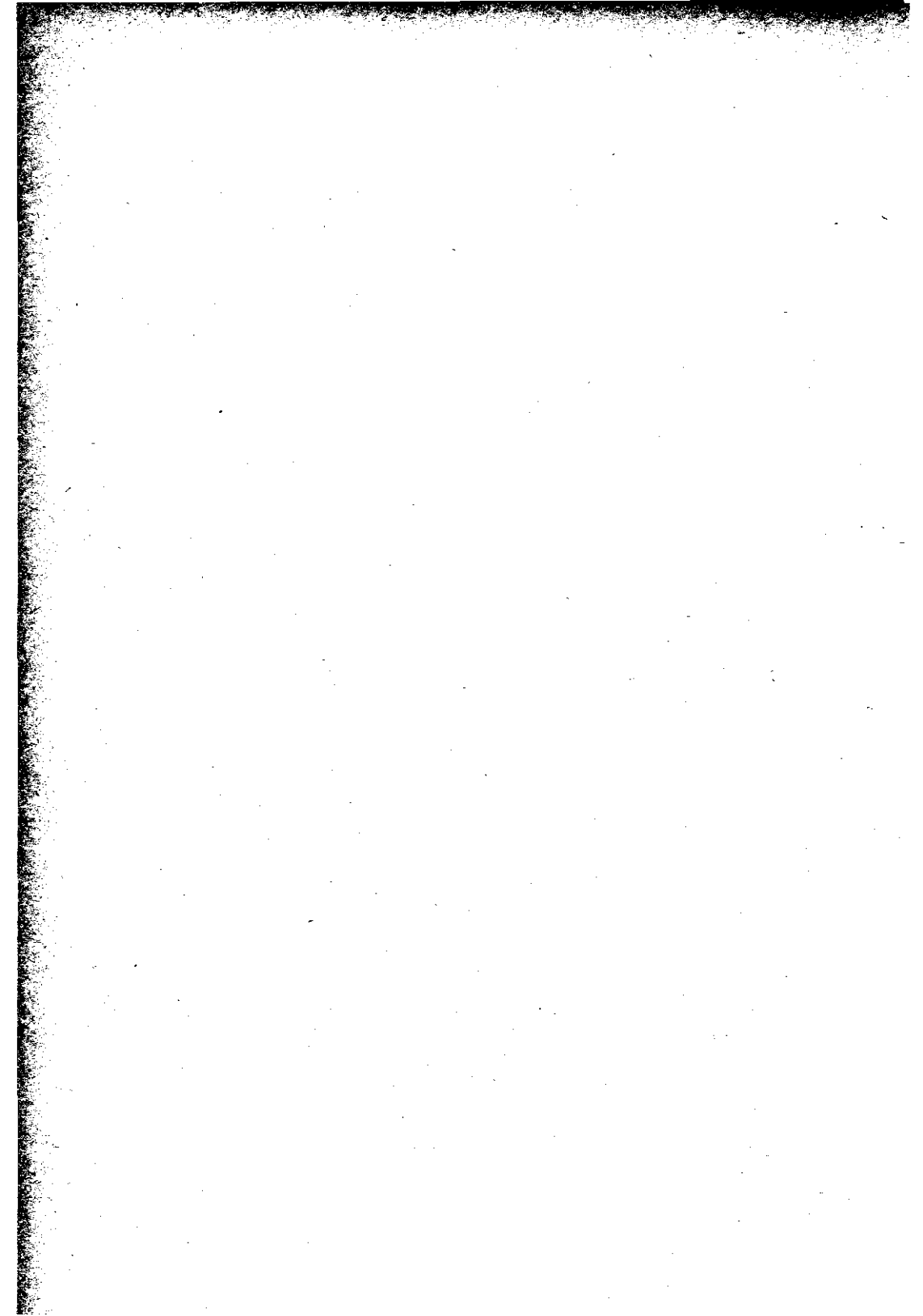
A 23 de julho, dia seguinte àquele em que o imperador menino, atropelado pelos acontecimentos, assentira em assumir diretamente o governo do país, reunidos senadores e deputados no paço do senado, em meio a imponente massa popular, propõe o marquês de Paranaguá, presidente da câmara vitalícia, que os parlamentares — “reunindo-se em assembléia geral, reconheçam, por aclamação, a maioria do imperador”. E pronuncia as palavras irreparáveis: “Eu, como órgão da representação nacional, em assembléia geral, declaro desde já maior S.M.I. o senhor D. Pedro II, e no pleno exercício dos seus direitos constitucionais.”

Nesse mesmo dia, comparece o imperador: de joelhos, ante aquela assembléia — que é mais uma “grande e majestosa reunião popular”, na frase de Paranaguá, pronuncia o juramento que lhe entrega as rédeas do governo:

“Juro manter a religião católica, apostólica, romana, a integridade e indivisibilidade do império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber.”

O Brasil respirou. Terminava a era regencial, de tumultos e aventuras, de indisciplina e guerra, de intranquilidade e perigo.

A nação ficava doravante sabendo quem a governava. Era uma criança, mas os homens queriam que fosse um homem. Constrangiam-no: e ele extrairia da sua adolescência, por um milagre de energia e de vontade, forças que fariam dessa adolescência uma concentrada e laboriosa madurez. Forjado agora o responsável pela sorte de um grande império, encarregar-se-iam os homens de focalizá-lo. Na prosperidade ou na má sorte, saberiam a quem conferir louros ou a quem cobrir de recriminações. Ali estava o imperador, colocado em frente à nação, acorrentado ao seu destino.



HEITOR PAIS E OS HISTORIADORES (1) DA ANTIGA ROMA

Ad José Torres de Oliveira Pres. Perp.
digne colendum anno a doctoris dignitate
accepta.

FRANCISCO ISOLDI

Num centro tão importante de estudos históricos como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, é bem digna de ser comemorada a grande figura de Heitor Pais, há pouco falecido.

As principais atividades do incansável pesquisador e reconstrutor dedicaram-se a investigar as origens de Roma, com a mesma paixão que anima todos vós no ajuntar novos elementos à formação da História de S. Paulo.

Roma, porem, é uma cidade que pertence um pouco a todos os povos civís. Ela foi uma grande atração à imaginação dos povos em todos os tempos. Na Idade Média Cláudio Rutilio Namaziano dizia: ser preferível cancelar da memória a imagem do Sol, antes de apagar na alma o culto do esplendor de Roma. Na Idade Moderna Mazzini chama-a de Cidade Santa, e de Cidade do Amor.

Muitos quiseram indagar a causa de tal fenômeno. O grande poeta dinamarquês L. Holberg interpreta sua grandeza como fruto da afeição fanática dos Romanos pela pátria e sua longa duração na alma do povo.

A riquíssima bibliografia sobre a mais antiga história de Roma atesta o tormento dos historiadores.

Quando nas excavações sistemáticas do Forum romano acharam-se inscrições cujos caracteres eram substancialmente idênticos aos caracteres gregos, teve-se a esperança de que se iria adquirir uma base mais sólida para a primitiva história de Roma. O enigma, porem, perdeu-se.

(1) Discurso proferido em sessão do Instituto, realizada no dia 5 de março de 1940.

Até o séc. XVIII tinha-se considerado a história das origens, narrada por T. Lívio e por Plutarco, como essencialmente verídica. Eles, porém, a respeito das fontes, achavam-se em condições inferiores às nossas.

A crítica sistemática da tradição começou com a obra capital de B. G. Niebuhr (*Römische Geschichte*, 1811-1832): ele fixa quais as notícias que os escritores romanos tinham disponíveis e que perduraram até nós, concluindo sobre a veracidade, espécie e origem dessas fontes. Sobre as suas bases tentou A. Schwegler (*Römische Geschichte*, 1853-1858) a reconstrução das origens, porém entretantes Teodoro Mommsen já publicava a sua *História Romana* (1854), obra artisticamente e cientificamente clássica, que se impôs por múltiplas qualidades, cuja fascinação ainda hoje se faz sentir. Adotou ele o método da retrodedução: partindo das normas jurídicas e constitucionais consideradas em um período histórico, dos restos de instituições anteriores, frequentes pelo caráter conservador do Estado Romano e que sobrevivem como formas vazias e incompreensíveis, procura chegar até sua origem, criando desse modo uma nova fonte de conhecimento.

Mommsen e Schwegler acharam frequentemente a explicação das tradições nos assim chamados mitos etiológicos.

Por muito tempo ninguém ousou contestar as teorias de Mommsen, e a maioria limitou-se à pesquisa de natureza particular. Somente W. Ihne (1868-93) escrevia uma história romana até o principado, e L. Lange desenhava (1876-9) uma história interna de Roma republicana. Só mais recentemente, à medida que o grande vulto de Mommsen ia-se apagando, foram-se retomando as pesquisas orgânicas e originais.

Desse modo E. Meyer desenhava (1902) com mão firme as vicissitudes de Roma até o incêndio gálico, dentro do grande quadro da história de todo o Mundo Antigo. E assim outros mais.

Discípulo de Mommsen, Heitor Pais voltava a interrogar com firme preparação jurídica, com crítica mais radical e ao mesmo tempo aguda e genial, os enigmas das mais antigas tradições.

O desenvolvimento das ciências auxiliares da história, cujas consequências chegaram além das de Mommsen, veio trazer novos impulsos de vida às pesquisas. Assim M. Weber e K. J. Naumann, partindo da economia nacional histórica, chegam a uma concepção completamente nova do desenvolvimento histórico original.

As pesquisas linguísticas, que pela primeira vez tinham sido empregadas como adjutórios compreensivos por Mommsen, progrediram da mesma forma, e G. Schulze, por esse meio, aclarou melhor as mais antigas relações entre Romanos e Etruscos.

Aos mencionados vão juntar-se novos conhecimentos, adqui-

ridos por meio da pesquisa dos mais antigos edifícios que nos restaram, e especialmente por meio de escavações sistemáticas do Forum dirigidas por Boni e pela ciência prehistórica, que teve seu desenvolvimento em meados do séc. XIX.

Cada ano que passa temos o aparecimento de novas publicações e a vinda à luz de novas descobertas. Para que se tenha uma idéia é preciso ver o estudo bibliográfico sobre a História Romana de G. Sanna (1932).

Um dever sagrado de dignidade e de tradição nacional levou a Itália a possuir ilustres representantes nesse cabedal imenso de historiadores que se ocuparam de Roma, o que é reconhecido pelas melhores autoridades na ciência histórica.

Assim G. De Sanctis; G. Ferrer; G. Ferrero e C. Barbagallo, sob o título de Roma Antiga tentaram explicar com razões de índole econômica o imperialismo romano e apresentar o período imperial como sendo uma luta entre os elementos em contraste das novas formas helenísticas e do tradicionalismo republicano. Um outro gigante, porém, já tinha aparecido nestes estudos. "Desaparecido Mommsen" escrevia (1911) G. Beloch, por muitos anos professor de História Antiga na Universidade de Roma, "não houve na Alemanha mais ninguém que pudesse ser considerado seu sucessor, excetuando-se Heitor Pais, seu discípulo, ao qual se deve a grande obra sobre a história romana, que pode ser lembrada juntamente à de Nieburhr e de Mommsen."

Heitor Pais, há pouco falecido, nasceu em Borgo S. Dalmaso em julho de 1856. Na Universidade de Florença seguiu com particular dedicação os cursos de língua e literatura grega de Vitelli. Depois familiarizou-se logo com a técnica e com o material das escavações dirigindo o Museu de Sassari (1878-1883) e depois o de Cagliari (1884-1885). Adestrou-se desse modo na epigrafia latina, disciplina que fez desenvolver a filologia do séc. XIX. Sem descuidar-se do ensino universitário, dirigiu o Museu de Nápoles sustentando ao mesmo tempo violentas polémicas.

Para aperfeiçoar seus conhecimentos de epigrafia e de direito público, foi à Universidade de Berlim onde encontrou-se com Mommsen e do qual tornou-se o colaborador, preparando os suplementos ao V vol. do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Na Itália ocupou, depois, a cátedra de História Antiga em Palermo, Pisa, Nápoles e Roma (1889-1931).

Sua fecunda obra como Mestre por mais de meio século não se manifestou somente na Itália. Por convites da University of Wisconsin (Madison, U. S. A.) e depois de muitas outras Universidades (Sorbonne, Bucarest, Praga...) fez, nas mesmas, conferências e leituras, algumas das quais foram reunidas em *Ancient*

legends of Roman History (Londres 1906) e em **Ancient Italy** (Chicago, 1908). Foi nomeado Dr. h. c. das Univ. de Paris, Oxford, e Chicago; S. N. "Accad. dei Lincei; S. Accademia di S. Luca di Roma, di Bologne, Madrid, Barcelona, Bucarest, Monaco di Baviera..."; **M. Institut de France**; duas vezes "M. Cons. Sup. P. I." e duas vezes no de B. A. Em 1922 foi eleito senador do Reino.

Estava sempre pronto em se tratando de iniciativas culturais: fundou juntamente com Crivellucci **Studi Storici**, que depois se tornou **Studi Storici per l'antichità clássica**. Dirigiu a tradução das monumentais Histórias Romanas de Mommsen Gibbon Gregorovius Tillemont.

Trabalhou durante um período de mais de 57 anos, antes dedicando-se às pesquisas analíticas e também à filológica e à hipercrítica, e depois às sínteses reconstrutivas.

Seu primeiro trabalho de história (**La Sardegna prima del dominio romano**) foi julgado digno de ser incorporado nas Memórias dos Lincei (1881).

Fruto de suas atenções pela epigrafia, lembramos: **Supplementa italica Corporis inscriptionum latinarum**; **Fasti consolari**; **Fasti dei tribuni della plebe**; **Fasti trionfali**. Cultivou de modo particular o Direito Público (**Ricerche sulla storia e sul diritto pubblico di Roma, 1915-1921**).

Em Revistas e em Atas Acadêmicas encontramos inúmeros problemas de filologia, de história, de geografia, de cronologia, de iconografia numismática, por ele resolvidos.

Uma série completa das suas obras, que a Casa Editora **Optima** teria publicado não foi possível fazer. Sua fama, porém, deve-se principalmente às suas obras de caráter exclusivamente histórico.

Depois do trabalho sobre a Sardegna pre-romana (1881) e sobre a administração da Sicília durante o domínio romano (1888) publicou o 1.º volume da História da Itália desde as origens até o fim das guerras púnicas, sob o título **Storia della Sicilia e della Magna Grecia**. É um trabalho de pesquisas e de análises. Desde então, porém, meditava ele a difícil tarefa de síntese reconstrutiva.

Durante os anos de 1898 e 1899 publicou o I vol. da História de Roma com os subtítulos seguintes: **Crítica da tradição até a queda do Decemvirato**; **Crítica da tradição desde a queda do Decemvirato até à intervenção de Pirro**.

Um trabalho sobre um período obscuro e difícil como esse não podia deixar de ser acolhido com ásperas censuras e louvores entusiásticos. As censuras atingiam a concepção e o método. Fazendo *tabula rasa* de toda a tradição e aceitando a tese da hipercrí-

tica alemã, como enfaticamente dizia L. Ceci, fazia começar a história de Roma do contacto dos romanos com os colonos helênicos, e por virtude de tais contactos.

O helenista G. Fraccaroli, entusiasmado, diz: Com esse livro enqueta-se um novo rumo para a historiografia romana e inicia-se uma nova ciência. Beloch exprime-se de modo mais sóbrio.

Pela fé quase religiosa que tinha nos direitos e nas virtudes da crítica objetiva, e tendo medo de não aplicar a fundo os métodos mais rigorosos, Heitor Pais foi levado a destruir muitas páginas da história tradicional.

No 25.º ano de ensino, um Comitê de ilustres pessoas do mundo científico e cultural promoveu uma nova edição da História Romana, diferente em diversos pontos, sob o título de História crítica de Roma durante os primeiros cinco séculos. Embora sem abandonar as posições iniciais nem renegar o método, essa nova edição da História modera um pouco os excessos. A obra continua ainda sendo de pesquisas e de análise. A história de Roma, porem, ainda começa dos primeiros contactos entre os romanos e os colonos gregos, não sendo consideradas as vicissitudes dos povos que viveram na Itália antes, contrariamente ao que tinham demonstrado as pesquisas arqueológicas.

Contemporaneamente, Heitor Pais publicava quatro volumes complementares (**Pesquisas sobre a história e sobre o direito público de Roma: 1915-1921...**) e outras obras de carater analítico, concebidas como complementares e preparatórias da grande síntese que ia preparando sobre a história de Roma desde as origens até o Principado.

Recapitulando pois as obras de Pais, temos: **Itália antiga** (1922), que é um conjunto de pesquisas de história e de geografia histórica; **História da Sardenha e da Córsega durante o domínio romano** (1923); **História da colonização da Antiga Roma** (1923); **História da Itália Antiga e da Sicília antes do domínio romano** (1925); **História de Roma desde as origens até o início das guerras púnicas**, em 5 volumes (1826-1928); **História de Roma durante as guerras púnicas** (1927), obra na qual vai se acentuando o afastamento do autor da crítica estrangeira e em parte também da italiana, que são repelidas como não dignas de crédito.

Nesses anos, um amplo e orgânico quadro da história de Roma desde as origens até o fim da conquista (133 a. C.), é redigido em francês na coleção **Histoire générale**, dirigida por Gustavo Glotz: adaptada em francês por Jean Baillet, ali está a obra de Heitor Pais. Algumas obras de Pais, velhas e novas, são de novo publicadas numa série de 5 vols. e 7 tomos de 1931 a 1935, e em 1938 aparecem mais de 40 memórias diferentes de história romana.

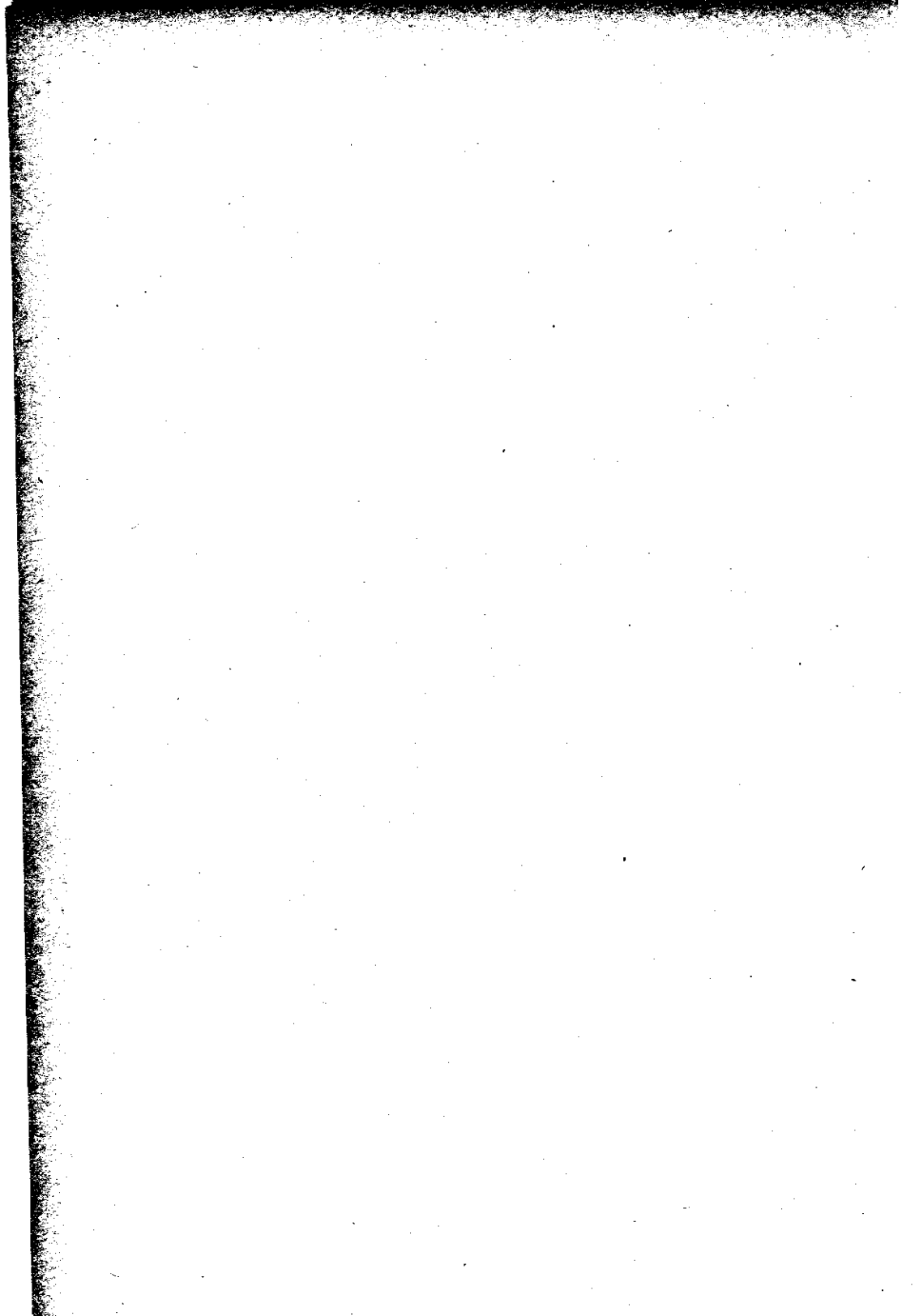
Se a tendência analítica é menos severa, ainda aparecem certos indícios de polêmica: recusa de considerar a política como um laço de pérfidos e maquiavélicos planos ao serviço de um imperialismo agressivo ávido e devastador. Recusa também de interpretar a história da expansão romana como o fruto de um determinismo puramente mecânico; e opõe às teses extremistas a teoria do desejo de poderio, disciplinado pelo aprofundado sentido jurídico, a teoria do "imperialismo defensivo".

O memorável discurso que pronunciou em 1911 após convite da "Società Italiana per il progresso delle Scienze", discurso esse que resume o andamento dos estudos de história antiga nos últimos 50 anos, contem magníficos princípios de método seja contra as tendências exclusivamente eruditas, seja contra as sínteses sem base; exalta o seu grande mestre de Berlim, gigante da Ciência, embora com imagens hiperbólicas. Dedicando a Mommsen a *Storia interna di Roma e governo d'Italia e delle province dalle guerre puniche alla rivoluzione graccana* (1931) lembra comovido o quanto aprendera do mestre, porém recusa considerar-se "uma vergõntea que nasceu nas raízes de uma colossal árvore teuta", e frisa bem que as diferenças substanciais entre suas teorias tinham originado em muitos estudiosos a idéia errônea de que ele tinha derruado as de Mommsen.

É difícil um juízo crítico sobre H. Pais, de uma inteligência dinâmica, incansavelmente operosa e nunca satisfeita. Frequentemente H. Pais examina de novo os mesmos problemas que já tirha examinado, chegando a conclusões diferentes das anteriores. Ele mesmo afirma que é próprio dos homens de diminuta bagagem intelectual e de grande presunção, a exaltação da imobilidade do pensamento. Também a historiografia evolue com o evoluir do patrimônio científico e com o amadurecer dos acontecimentos sociais e políticos contemporâneos. Nunca renegou a grande influência dos livros do seu grande mestre, porém não quis ser um repetidor das suas teorias. Mesmo quando muito jovem, não se deixou atemorizar pela monumental criação e pela esmagadora personalidade de Mommsen, porém concebeu o audaz projeto de elaborar uma vasta história da Itália e de Roma aplicando os mesmos métodos rigorosos de pesquisa, mas com o espírito essencialmente diferente.

O quanto contribuiu Heitor Pais ao desenvolvimento da epigrafia, numismática, filologia, instituições de direito público e privado, geografia histórica, topografia, etnografia, prehistória, demografia, não nos é somente mostrado pelas suas inúmeras obras de caráter puramente histórico, mas também pelas muitas monografias que fez, e pelos trabalhos que deixou em revistas.

E é por isso que um historiador dessa força, que tanto se preocupou com descobrir as origens de uma cidade três vezes milenária, não podia deixar de ser comemorado neste Instituto, que tanto trabalha nas pesquisas sobre as origens e sobre a história de uma cidade que deve percorrer ainda um grande e luminoso porvir.



AMPARO

RESUMO HISTÓRICO POR BERNARDINO DE CAMPOS (1)

Há de ir por uns sessenta anos que entre Campinas, Moji Mirim e Bragança, confinadas pelas serras do Pântano e do Caraguatá e pelas águas do Jaguari, erguiam-se, em uma extensão de mais ou menos seis léguas quadradas, as matas virgens do que, naquela época, se chamava o — sertão — dependente do distrito de Bragança.

De configuração montanhosa, abrindo no centro o estreito vale por onde corre o Camanducaia, abastecido das fartas correntes que para ele afluem, estas terras oferecem, contempladas das eminências que se deparam a pequenas distâncias, o maravilhoso panorama da natureza virgem desenrolando o quadro de uma vegetação esplêndida, iluminado pelo sol brilhante destas regiões.

A riqueza a exuberância da vestidura e dos acidentes revelavam a força e a fertilidade dos terrenos, desafiando a atenção e incitando a atividade dos que tinham conhecimentos destas paragens. Eles se aproximavam abrindo picadas e devassando o seio da floresta ainda entregue aos animais bravios; exploravam os lugares, faziam suas posses, levantando ranchos e estendendo roças; já o ruído do trabalho despertava nos arredores ecos desconhecidos.

Assim se estabeleceram várias famílias trazidas pelo desejo de melhorar sua fortuna, tirando partido das riquezas que naturalmente encontravam; e dest'arte lançaram os primeiros fundamentos de uma cultura, a princípio vacilante e mal encaminhada, porem que gradualmente firmou-se, e, transformada, atingiu o atual estado de desenvolvimento.

Eram os mantimentos e uma extensa criação de porcos, a cana de açúcar, o algodão, o trigo que, variadamente, ocupavam

(1) Do Arquivo do sr. João Batista de Campos Aguirra.

a atividade dos primitivos cultivadores, sendo em pequena escala os últimos gêneros; e é das tradições que também se ensaiou a mineração nas margens do Camanducaia, em busca de ouro, não de todo sem resultado, embora sem prosseguimento.

Nomeiam-se, entre estes esforçados batedores do sertão que trouxeram um após outro, a vida e o movimento para as montanhas desertas, que são hoje o rico patrimônio do município. Manuel de Miranda Antunes, seu filho João Bueno, Manuel Vaz Pinto, Manuel Antônio Pereira, Joaquim Cesar, vindos de Bragança; João Domingues, Lino d'Oliveira Cardoso, o sargento de ordenanças Francisco Xavier dos Passos, de Atibaia, e muitos outros posteriormente.

Estes homens, pela própria iniciativa, abandonando atrás de si suas moradas e estabelecimentos, embrenhavam-se, aventureiros, e assentavam os alicerces de uma nova sociedade que creavam à custa dos seus únicos esforços.

Teriam eles a previsão do que o futuro encerrava de grandioso e opulento para o rústico torrão que todo se oferecia, ermo e inculto, superabundante à ambição e necessidades dos poucos habitantes?

Ao certo tinham, pois não intentavam uma estada provisória ou passageira; antes seu proceder revelava o desígnio de uma vida permanente no lugar: assim, tratavam da edificação de uma pequena igreja para satisfazer o que dizia respeito ao culto divino e cuidavam de outros misteres.

Estabelecidos em seus novos domínios, os sertanejos estavam dependentes da jurisdição civil e eclesiástica de Bragança, a que pertencia o território que ocupavam.

Embora lhe fosse fácil prover às relações da vida civil, na própria residência, como por certo acontecia, todavia, para enterrarem seus mortos em sagrado e para a administração dos sacramentos necessitavam de ir à sede do distrito que, naqueles tempos, por maus caminhos, desconhecidas ainda as melhores direções, tornava-se duplamente distante.

Parece ter sido por este tempo que se começou, com a igreja, a fundar propriamente a povoação.

João Bueno, filho daquele primitivo explorador Manuel de Miranda Antunes, foi quem doou, de sua posse, o terreno para a primeira igreja que foi levantada no próprio lugar da atual matriz-nova. O terreno doado descia desde o espigão do bairro-alto, na extensão compreendida pelo páteo e igreja até pequena distância da margem esquerda do Camanducaia.

Mais tarde Manuel Vaz Pinto, também de sua posse, doou outra parte de terreno para nele se construir a igreja do Rosário,

a começar do ponto em que terminava a primeira doação. Por esta forma ficava demarcado o centro do povoado. As moradas particulares foram pouco e pouco erguendo-se em torno da igreja, adquiridos os terrenos necessários, desmembrados das propriedades que contorneavam o local e a área designada.

A época exata em que teve, assim, princípio a povoação não é conhecida; mas, segundo umas declarações que se encontram nos primeiros livros de assentos de nascimentos e óbitos da capela curada do Amparo, quando foi ereta, parece ter sido, mais ou menos, pelo ano de 1828, que se edificou a primeira igreja; e é certo que só então aí se constituiu um núcleo regular de habitações. Damos em seguida uma destas declarações, sendo a outra de igual teor, *mutatis mutandis*.

“Os assentos de batizados nesta capela, desde 28 de novembro de 1828, até o dia 19 de abril de 1829, acham-se lançados no livro da capela do Rosário. Para constar fiz esta declaração aos 6 de maio de 1829. — O capelão curado, Roque de Sousa Freire”.

Note-se que de 19 de abril de 1829, começou a fazer-se os assentos no livro do Amparo, por ter sido aí provido.

Disto infere-se que só da data indicada na declaração supra, novembro de 1828, houve batizados na capela não curada do Amparo, tomados os assentos nos livros da capela curada do Rosário da Serra-Negra, e isto naturalmente porque só nesta data tiveram os do Amparo igreja.

Entretanto é também provável que outros assentos anteriores fossem lançados nos livros de Bragança, e que dessa data se devesse contar a existência da primeira igreja e o começo da povoação.

Porem, mesmo assim, a data da fundação não há de ser muito anterior a 1828. Construído o primeiro templo, pequeno e modesto, foi nele colocada a imagem de Nossa Senhora do Amparo, que ficou sendo Padroeira, e deu o nome ao lugar.

Tinham também contratado um sacerdote para residir no lugar, o padre Elias Rodrigues Moreira.

A imagem era oferta particular de José Maciel que, dizem as crônicas, tendo endoudecido, pode retirá-la da igreja, em certa ocasião, e escondê-la cuidadosamente no mato, onde permaneceu sem que a encontrassem senão muito depois.

Este sucesso estimulou o fervor religioso dos moradores que trataram de obter outra imagem da mesma Senhora, e, conseguindo o intento, para recebê-la, prepararam pomposas solenidades, as maiores consentâneas com suas posses; e foram tais as festas que a memória delas até hoje perdura na população.

O fato porem de se dar a cerimônia da benção da imagem, antes de entrar para o templo, debaixo de uma árvore, no lugar, exatamente, em que é hoje a rua Direita, levantando-se ao redor casinhas de folhas, escolhida para os festejos a estação seca, robustece a crença de que a igreja foi o começo da povoação, pois é esta a rua mais antiga da cidade.

Outro fato próprio para demonstrar que não é desarrazoada a data que demos para a edificação da primeira igreja é existirem ainda as primeiras pessoas batizadas nela, antes de ser capela curada, em idade tal que se harmoniza com esta inteligência.

Em 1829, a requerimento dos povos, foi o Amparo ereto capela curada por despacho e provisão do bispo D. Manuel, datados de abril, mandando-se proceder à determinação dos seus limites com os vizinhos, por acordo e à vontade dos povos, encarregado desta comissão o padre Roque de Sousa Freire, nomeado capelão da nova igreja.

Francisco da Silveira Franco, que pertencia a Serra-Negra, (já anteriormente capela curada) e que de mãos dadas e por igual com o ajudante Pedro Antônio Nunes, do Amparo, havendo sido o promotor da sua aludida elevação e por assim dizer da colação de seu primeiro grau na carreira oficial, aproveitou o ensejo para declarar que queria ficar sujeito com toda a família e juntamente muitos vizinhos ao território novamente provido, vindo a receber o lugar, por esta forma, um grandíssimo aumento de terrenos e de excelente pessoal que jamais descurou a tarefa de dar andamento ao nascente povoado.

Entretanto, vê-se que, até esta data, o Amparo se tornara um centro de alguma importância. Os povos circunvizinhos por ele deixavam outras povoações, apenas pela vontade e esforço dos próprios habitantes, fora de qualquer ação governativa estranha, e assim se constituira.

O trabalho o fundara, mantinha-o e o fazia prosperar, oferecendo-o, afinal, já organizado para receber a sanção do oficialismo.

Em 1836, mais ou menos, o povo deputou, com uma representação à assembléia provincial, pedindo a elevação a freguesia da capela do Amparo, o cidadão José da Silveira Franco, que obteve realizar sua comissão, preenchendo a obra iniciada por seu pai, quando creara a capela.

Foi vigário o padre Mariano Pinto Tavares.

Ficava assim dado o primeiro passo na ordem civil e o Estado se fazia já representar na localidade sob a autoridade do 1.º juiz de paz, o referido ajudante Pedro Nunes e seu suplente, alferes Antônio Joaquim de Almeida.

Desde então até hoje o Amparo diz-se concorrer para a re-

apresentação do país por meio de oito eleitores, nomeados nas épocas marcadas.

Mais tarde passou a Vila, separando-se do município de Bragança e tendo Câmara sua, foi a termo reunido ao de Bragança, e finalmente sobre si, com juiz formado, compreendendo hoje, também o importante município da Serra-Negra. Seu desenvolvimento pudera ter sido muitíssimo pronto e maior se desde logo os fundadores houvessem se dado a outro gênero de indústria que não o adotado — a criação de porcos — com que, a princípio, estragaram parte das terras que, felizmente, tornaram hoje ao antigo ser.

Elas, propriamente, destinadas à grande cultura, eram assim desaproveitadas.

Sobretudo são convenientes aos cafeeiros, não só pela força produtiva que encerram, como também pela propriedade de resguardar as plantações das geadas, porisso mesmo que são montuosas.

O plantio do café, embora ensaiado, nos primeiros tempos, pelo mencionado ajudante Pedro Nunes, em pequena escala, só aos poucos tomou incremento porque não era olhado como uma aplicação segura e de prósperos resultados e difficilmente vencia a rotina dos criadores de porcos.

Prosseguiram na lavoura do café os descendentes de Pedro Nunes, o padre Roque, Joaquim de Sousa Freire, os Godóis Moreira, Júlio Galvão, o finado Francisco Mariano Galvão Bueno, cidadão distintíssimo cuja presença no Amparo marcou-lhe uma nova era de civilização.

Finalmente, consolidou-se e ampliou-se a sua agricultura e fixou-se a escolha do melhor ramo de explorar com a aquisição de grande número de importantes lavradores de Campinas, práticos e conhecedores da cultura do café, a que se entregaram exclusivamente, tirando o melhor partido das terras e acreditando o sistema empregado.

Igualmente e pela mesma forma a entrada de numerosos e distintos agricultores d'Atibaia e outros pontos concorreu para aquele resultado.

Ainda assim a maior parte do extenso território do Amparo se acha inculto, embora esteja nas melhores e mais vantajosas condições, porque agora é que seriamente se cuida em aproveitar as terras com regularidade.

Pode-se, entretanto, orçar a produção do café de 300 a 400 arrobas, por ano, sendo a população de 14 a 16 mil almas, da qual é um terço talvez escrava.

Não é somente para a lavoura que o Amparo apresenta as mais felizes disposições.

De clima ameno, temperatura agradável, vai muito de acordo com as necessidades higiênicas.

Parece que na índole branda do povo, na sua moralidade, inclinação ao trabalho, independência, amor à justiça e horror ao Crime se refletem as boas impressões da bellissima natureza que o cerca.

E' porem muito para lastimar que não possua instituições de ensino e educação correspondentes às suas necessidades, para preparo das largas forças em que se há de estribar a grandeza de seu desenvolvimento, ainda por vir.

Notavelmente atrasado deste ponto-de-vista, não distoa contudo do geral estado do país a este mesmo respeito, porque, em todo ele, a instrução tanto mais se dificulta e abandona, quanto mais urge vulgarizá-la.

A quanto não iria a enérgica atividade dos que, em pouco, ergueram este florescente torrão à consideravel situação em que o vemos, se o avigorassem e dirigissem maiores esclarecimentos?

Hoje é o Amparo uma cidade ainda em construção, mas de muito futuro, e um município que se avanta entre os primeiros da provincia: e sua população está animada do maior ardor para todos os cometimentos, a-fim-de realizar o que lhe é mister para alimentar suas indústrias, desenvolvê-las, dar campo à vida que transborda, à seiva inexaurível de suas artérias, embora haja sido em todos os tempos desconsiderado pelos poderes que assumem sua tutela e que com outros repartem os recursos provenientes de sua vitalidade, porque é lei reguladora de sua marcha — progredir somente pelos próprios esforços, despendendo o que não lhe tiram.

Seus edificios, a casa que serve para as funções da câmara municipal, e cadeia, cemitérios, igrejas, pontes, tudo tem custado, exclusivamente, o que é próprio e particular do município e seus habitantes.

Ainda agora, a matriz-nova, construção simples, porem muito elegante e de grande efeito, rapidamente toca a seu termo impedida unicamente pelo esforço do município e auxilio dos particulares, sob a direção do seu constante e infatigavel zelador, comendador Zeferino da Costa Guimarães, cujo nome se acha para sempre ligado à obra, que lhe deve a maior parte de seu adiantamento, pela dedicação sem limites, sensatez e economia com que a vai levando a efeito, tendo-se já nela celebrado missas.

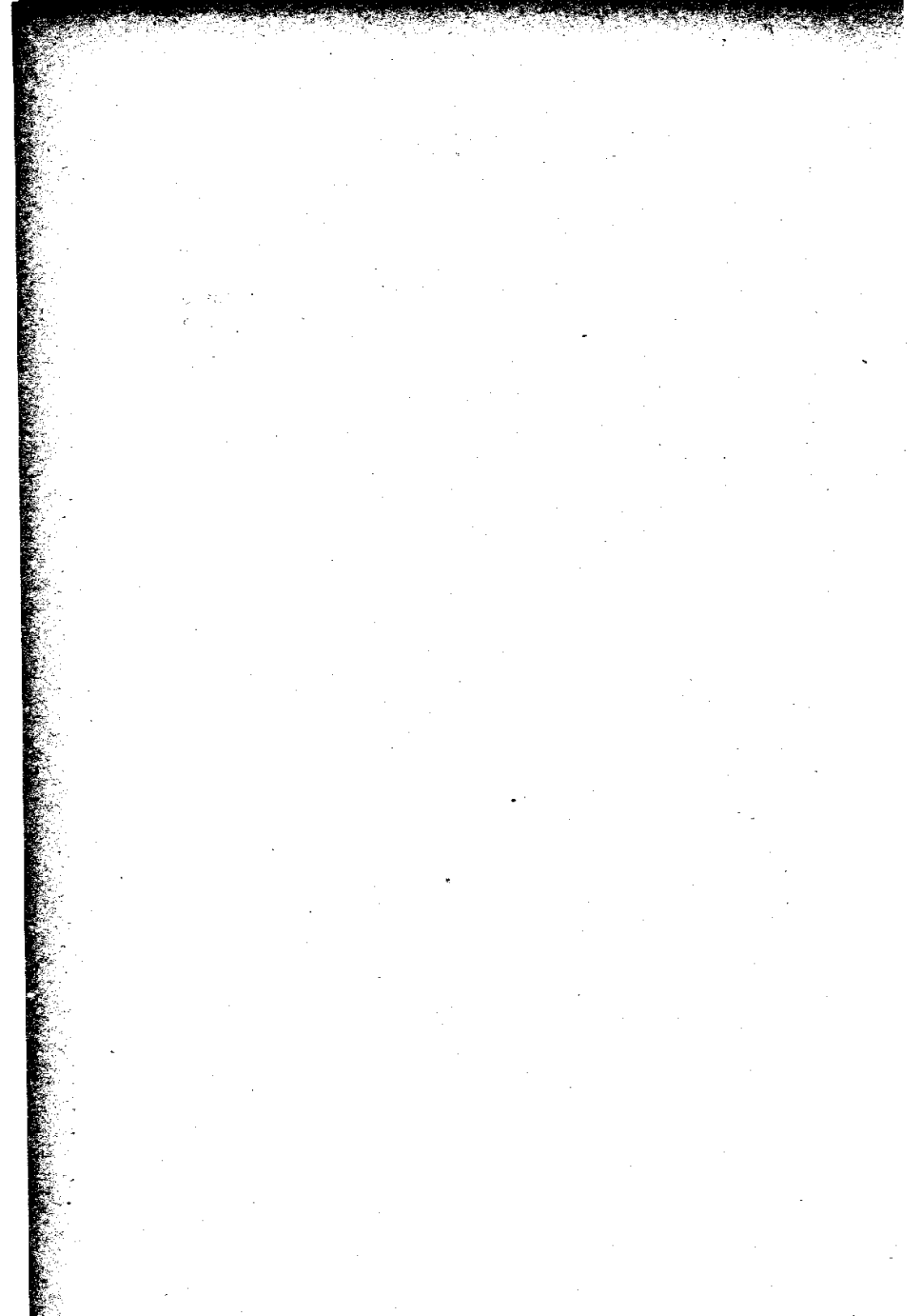
E, pois, das tradições de sua origem e fundação, das normas de seu viver e prosperidade deve tirar o município forças para os

tentamens e empreendimentos que já a atualidade exige, para que não adormeça às portas do ridente porvir que tudo lhe presagia.

Que à robustez e abundância dos meios se venha juntar a luz das inteligências e a firmeza das vontades: será a aliança santa para a conquista do grande fim, um esforçado exemplo de virilidade cheio das mais prometedoras esperanças, e, com certeza, o caminho da regeneração.

Amparo, 2 de setembro de 1871.

(Almanaque de Campinas, seguido do Almanaque do Amparo para 1872 — Publicado por José Maria Lisboa — Ano II — De Folhas 33 a 39).



COLOMBO, ENSAIOS DE COLONIZAÇÃO

JÚLIO CESAR DE FARIA

Em sua primeira viagem a América (1492), Colombo não pôderia alimentar qualquer plano de colonização das terras que pretendia descobrir.

Certo de que alcançaria as Índias rumando para ocidente, sua preocupação natural seria a de prevenir-se prudentemente contra quaisquer agressões das terras fabulosamente ricas que Marco Polo descrevera com traços impressionantes.

Nem as três caravelas que conseguira reunir no porto de Palos para a expedição arrojada podiam, por sua diminuta arqueação, conter maior carga alem da que se tornasse indispensavel em casos semelhantes: viveres, aguada, velames, cabos e cordoalha.

Tirante isso, qualquer outro espaço devia ser ocupado com armas (espingardas, falconetes, bombardas) respectivas munições e bugigangas para captar a boa vontade dos naturais.

Nada, porem, nas caravelas, indicava a existência de qualquer tendência colonizadora.

Tripulação escassa, e quase que exclusivamente destinada a seus afazeres náuticos. Mulher, nenhuma; nenhum sacerdote.

Depois de ter navegado entre ilhas verdejantes que lhe enfeitaram o espírito de perspectivas alegres, Colombo descobre a ilha de Haití, a que atribuiu a denominação de Espaniola.

Nela, com os destroços da caravela Santa Maria, que naufragara em baixios próximos, resolveu construir um forte, que se chamou "Natividade", e foi entregue à guarda de 40 homens, sob o comando de Diogo Aranha, a quem recomendou a exploração da ilha para a determinação das minas de ouro que nela existissem. Tambem lhe determinou que estudasse a língua e costumes dos naturais.

E rumou para Espanha a 4 de janeiro de 1493. Os homens da guarnição, porem, não souberam corresponder às recomendações de Colombo.

Impossibilitados de lavrar a terra, e sentindo que os viveres

não eram suficientes a subsistência duradoura, investiram contra os naturais, quer por obter alimentos, quer por lhes arrebataram as mulheres.

Seguiu-se a reação: a guarnição foi exterminada e o forte incendiado. Falhou, assim, a primeira tentativa de estabelecimento militar no novo mundo, dest'arte desapareceu a possibilidade da formação de uma povoação civil, que naturalmente se lhe seguiria quando do regresso de Colombo.

No entanto, em Espanha, o genovês é recebido como triunfador glorioso, a quem honras e aclamações se devotam com entusiasmo: e perante a Corte embebida, ele narra as peripécias da viagem, exibindo aos reis, com os selvagens que trouxera, os inúmeros objetos exóticos colhidos na terra longínqua.

Confirmam-se as **Capitulações** de 17 de abril de 1492, cuja forma externa podia abrir margens a dúvidas, e assim se investe Cristovão Colombo nos cargos de Almirante, Vice-Rei e Governador Geral de todas as terras que descobrira e ainda viesse a descobrir, com o direito de perceber a décima de todos os benefícios que percebesse da Coroa na colônia.

Instituiu-se uma repartição incumbida de prover aos negócios coloniais, e à frente dela, que em 1503 tomou a denominação de **Casa de Contratacion**, se colocara João Rodrigues Fonseca, bispo de Burgos e Palência, pessoa que viria a ser um dos maiores desafetos do genovês.

Tudo concorria por facilitar a segunda expedição: não faltaram marujos, nem pilotos, e de todos os quadrantes do reino acudiam fidalgos empobrecidos e aventureiros ousados, ávidos de correr em busca do ouro que os fascinava.

As arcas do duque de Medina Sidônia contribuíam logo com o empréstimo de cinco milhões de marevadios, e os bens dos judeus, que vinham de ser expulsos, cobriram o restante das despesas necessárias à organização da empresa.

Doze caravelas e cinco outros navios menores, estão prestes para a grande viagem: neles se acomodam 1.500 pessoas, inclusive os homens da tripulação. Há doze missionários sob a direção do beneditino Bernardo Buil. Cavalos, carneiros, porcos, cabras e outros animais domésticos se distribuem pelas embarcações; e estas, além de paramentos bélicos, conduzem sementes e mudas de cereais e árvores frutíferas.

Esboça-se, assim, um plano de colonização, posto a riqueza fácil, pela conquista do ouro, de que se supunham repletas as terras do gran-Can, ainda atuasse no espírito dos homens como preocupação dominante.

Em novembro de 1493 os navios de Colombo, cuja flâmula

de comando fora colocada no mastaréu da "Maria Galante" singram em derredor das ilhas Caraibas: Domênica, Guadelupe, Desejada, Martinica e Porto Rico que ele incorpora ao patrimônio da Coroa. E aproam para Espaniola, onde o almirante aguarda as demonstrações de júbilo dos homens que deixara no forte "Natividade".

É completo, porem, o silêncio. Colombo descobre, então, a verdade cruciante, e desejos de vingança, felizmente contidos, lhe acometem o espírito revoltado.

O cacique contra quem recaíam suspeitas, soube desviar os arremessos da vindita, e sugeriu mesmo a construção de outro forte no local em que fora erigido o "Natividade".

Seja porque o sítio fosse insalubre, seja porque os naturais pudessem continuar a nutrir sentimentos de ódio contra os brancos, Colombo preferiu escolher outro lugar para o estabelecimento da povoação que se fazia mister fundar.

Navegando ao longo da costa do Haiti, encontrou situação que lhe parecia mais adequada. Nela construiu o forte a que atribuiu o nome de "Isabel", como homenagem à rainha de quem tantas mercês recebera.

Ao lado do forte, que então constituia a célula inicial dos povoados, levantaram-se, com possível rapidez, a casa de armazem, a igreja, o hospital e o prédio residencial do Almirante. Outras habitações se fizeram e assim se formou o primeiro núcleo de população européia, na América, infelizmente destinado a vida efêmera.

A vida econômico-política começou a manifestar-se; iniciam-se plantações, e por assegurar-se à povoação existência administrativa regular institue-se o governo com laivos de organização municipal, nomeando-se os respectivos funcionários. Ao lado de Colombo havia dois tesoureiros incumbidos de atender à satisfação dos direitos reais.

Mas o calor, a humidade, moléstias e insetos daninhos tornavam difícil o desenvolvimento agrícola da colônia, cujos habitantes tinham em vista principalmente a conquista do ouro.

Não possuíam, porem, prática dos serviços de mineração, e pois os naturais a quem recorriam não pudessem suportar os árduos trabalhos que se lhes exigiam, a colônia começou a ressentir-se da influência depressiva de semelhantes fatores.

Tomou, assim, Colombo, o alvitre de enviar o recebedor Antônio Torrès à Espanha em janeiro de 1494, com uma frota de 12 embarcações, nas quais seguiram cerca de quinhentos índios escravizados.

Confia ao recebedor instruções escritas a respeito das pro-

vidências que se faziam mister a bem da colônia; pede a remessa de novos colonos, inclusive homens práticos nos trabalhos de mineração, de cavalos, quer de guerra, quer de serviço, de outros animais domésticos, de mudas, plantas e sementes. Também pede que lhe enviem abastecimentos suficientes de víveres, etc.

Todos esses pedidos merecem deferimento dos reis, que determinam ao bispo Fonseca lhes dê a conveniente execução.

Procura o Almirante justificar o embarque de índios escravos, com alegar que eram provenientes de tribus canibais, e seria conveniente que aprendessem o castelhano no intuito de servir posteriormente como intérpretes, facilitando-se a obra da catequese.

Ainda sugere que por atender ao abastecimento da colônia, podiam vir anualmente do reino caravelas carregadas de víveres e utilidades conduzindo em retorno canibais escravizados, que, assim, não só receberiam desvelos espirituais, como deixariam de constituir elemento de perturbação dos colonos, como dos índios pacíficos e de boa índole que habitavam na ilha. A sugestão não mereceu assenso real.

As esperanças que podiam ser depositadas na missão de Torres, não conseguiram atenuar a situação da colônia; antes ela tendia a agravar-se e isso, em grande parte, mercê da falta de tino administrativo do Almirante.

Já o espírito de rebelião agitava os colonos; e precisamente por isto, Colombo teve necessidade de efetuar a prisão de Bernal Dias, que foi remetido para a metrópole a-fim-de ser julgado.

Por outro lado, os reis, ciosos dos descobrimentos que os portugueses iam operando no Ocidente, determinaram a Colombo que prosseguisse nas viagens de exploração.

A esse tempo, o Almirante já havia fundado no distrito mineiro de Cibau, o forte de São Tomé, que entregou a uma guarnição de 30 homens sob o comando de Pedro Margarito.

Regressando a "Isabel", dolorosa se mostrou a Colombo a situação dos habitantes.

A maior parte dos gêneros trazidos de Espanha, inclusive a farinha, haviam apodrecido devido ao clima quente e húmido.

Os colonos, habituados aos víveres europeus, não podiam suportar os alimentos grosseiros dos naturais.

Resolveu Colombo constrangê-los a trabalhos produtivos e isto provocou profundos ressentimentos fortemente animados pelo Padre Buil.

E assim se precipitaram os dias, quando triste nova concorreu por ainda mais atormentar a vida colonial: o forte de "São

Tomé" havia sido assaltado pelo cacique Caonobó, o mesmo a quem se imputava o arrasamento do forte "Natividade".

Por enfrentá-lo, Colombo organizou uma força sob o comando de Alonso Ojeda, com ordem expressa de efetuar a prisão do cacique rebelde.

Conseguiu Ojeda, à traição, apoderar-se do cacique, cujos partidários foram mortos, aprisionados, ou se refugiaram nas montanhas. Alguns ofereceram-se voluntariamente ao serviço dos cristãos, contando que se lhes permitissem manter os costumes e modo de viver a que estavam afeitos.

Estas escaramuças ocorridas no primeiro semestre de 1495, vieram fortalecer a tendência que os colonos mostraram pela escravização dos índios, que, aliás, Colombo tolerava, quando exercida sobre canibais ou prisioneiros de guerra.

Aproveitando-se da vitória obtida por Ojeda, o Almirante resolveu impor certos tributos sobre os índios habitantes da ilha.

Os índios, de idade superior a 14 anos, residentes no distrito mineiro de Cibau, eram obrigados a entregar, de 3 em 3 meses, uma pequena medida, cheia de ouro em pó; nas outras partes da ilha estavam adstritos à entrega, no mesmo período, de uma arroba de algodão *per capita*.

Este sistema foi posteriormente modificado, mercê das reclamações constantes dos caciques, e assim, em 1496, admitiu-se que os índios, ao invés do imposto *in natura*, prestassem serviços pessoais nas minas e plantações dos europeus.

Esta modificação constitui a origem do regime de *repartimientos* e *encomiendas* tão largamente posto em prática, mais tarde, nas colônias espanholas.

Entretantes, Colombo instituiu um Conselho de administração sob a presidência de seu irmão Diogo, e por forrar-se aos incômodos do governo local, senão também obedecer aos impulsos do gênio aventureiro, que o caracterizava, pôs-se de novo ao mar, no intuito principal de explorar a região de Cuba, e verificar se era uma ilha, ou terra continental.

Tempestades que o acometeram nos estreitos que separam labirinticamente numerosos ilhéus, fizeram-no regressar à "Isabel", depois de cinco meses de ausência.

Ao tempo chegara Bartolomeu Colombo à "Isabel" e como o Almirante perseverasse no desejo de libertar-se dos onus da administração, confiou desse irmão recém-vindo o cargo de **Adelantado**.

A nomeação despertou grande repulsa entre os colonos, cujo espírito de oposição aos Colombos tanto mais se fortificou quando

souberam que a Metrópole negava ao Almirante competência para o investir em cargo de tão grande importância.

O padre Buil e Pedro Margarito, que se tinham posto à frente dos desgostosos, resolveram seguir para Espanha a-fim-de expor ao governo central o penoso estado em que se encontrava a colônia.

Tomaram então os reis católicos, que antes haviam manifestado, quando do regresso de Torres, a confiança que ainda depositavam no Almirante, a deliberação de enviar João de Aguado à ilha para sindicar dos fatos constitutivos das acusações, e verificar de visu a situação da colônia. Tristemente humilhado por essa deliberação real, resolveu Colombo, a seu turno, partir para Espanha, deixando Bartolomeu como governador, e investindo Francisco Roldão no cargo de *alcaide-maior*, com a atribuição de distribuir justiça entre os habitantes da ilha, onde a agitação continuava efervescente.

A 10 de março de 1496 lança Colombo ferros no porto de Cadiz; com ele chegavam 220 colonos desiludidos e 30 índios escravizados.

A atmosfera já não se agitava, com as flâmulas gloriosas que haviam assinalado o anterior regresso do descobridor à pátria adotiva; as queixas dos colonos, que o bispo Fonseca endossava sem restrição, e a péssima impressão produzida pelas remessas de índios escravizados, quebravam o entusiasmo do povo e arrefeciam o ânimo dos reis.

Nem a obsessão que dominava o Almirante a respeito de Catai e outras terras fabulosamente ricas do Oriente se comunicava ao espírito político de Fernando e Isabel: preferiram cogitar da colonização das terras descobertas, e das que se descobrissem, com a respectiva entrega a súbditos espanhóis. Colombo, porém, com a força da eloquência persuasiva que o caracterizava, permanece fiel ao plano errôneo de conquistar o Oriente; e tal o colorido que soube imprimir às imagens que se lhe esboçaram na imaginação exaltada que ainda uma vez conseguiu captar o apoio dos reis.

Não devia, porém, abandonar a política de colonização de Espaniola, e porisso obteve permissão por que se procedesse ao contrato de 40 escudeiros, 30 marinheiros, 20 grumetes, 20 mineiros, 20 artífices habéis em diversos ofícios, trabalhadores rurais, hortelões, peões e mais 30 mulheres.

Obteve ainda permissão por levar à ilha réus condenados, exceto se fossem responsáveis por crimes de lesa-majestade, traição, sodomia e cunhagem de moeda falsa, aos quais se con-

cedia o favor de contar-se em dobro o tempo em que permanecessem na colônia para o efeito do cumprimento da pena.

Alcançou também a faculdade de conceder terras às pessoas que se obrigassem a permanecer na ilha durante 4 anos contínuos. É por que a vitória do Almirante se manifestasse com todo o esplendor, os reis tornaram a confirmar as prerrogativas constantes das "Capitulações", nomearam Bartolomeu Colombo para o cargo de "adelantado" e deram a dois filhos de Colombo o apetecido emprego de pagens da Corte.

E' de notar que ao chegar ao porto de Cadiz, termo final de sua viagem, Colombo, aproveitando a circunstância de estarem alguns navios de partida para Espaniola, mandou ordens a Bartolomeu para erigir outro forte nas proximidades de minas que de novo haviam sido encontradas.

Com oficiais idos de "Isabel", à foz do rio Ozama, Bartolomeu levantou a fortaleza de "S. Domingos", em cujo redor se constituiu a povoação do mesmo nome.

O sítio era realmente aprazível e para ele, que se tornou o principal porto da ilha, mudaram-se muitos dos habitantes de "Isabel".

De regresso à colônia o Almirante partiu a 30 de maio de 1498 do porto de S. Lucas com uma frota de seis embarcações.

Em Gomera, uma das "Canárias", determinou que 3 navios seguissem diretamente para Espaniola enquanto ele partia com os outros três à procura da linha equinoxial, que lhe interessava.

Navegando com este propósito, Colombo pôe-se em contacto pela primeira vez com terras do continente, nas regiões baixas que ladeavam a foz do Orenoco.

O cenário majestoso que se lhe foi desenrolando perante os olhos até o golfo "Pária", deixa-o deslumbrado e fê-lo crer que havia descoberto o paraíso terrestre.

Mas, insidiosas moléstias minam o organismo do navegador, e juntando-se a elas o desejo imenso de rever a colônia, de que estava afastado ia por dois anos, aproa para Espaniola.

Chegado a S. Domingos, que destronara já a decadente "Isabel", percebe que contra a administração de Bartolomeu se levantara acirrada campanha movida pelo alcaide Roldão, o próprio que ele investira nas altas funções de administrar justiça.

Consegue, depois de longas negociações, compor-se com o juiz faccioso, mantendo-o no cargo e entregando-lhe, como indenização, bem como a seus partidários, índios escravizados e certa quantidade de terras.

Estabeleceu-se por essa ocasião uma forma mais sua de repartimento: entregavam-se aos caciques determinada quantidade

de sementes e mudas e eles se obrigavam a plantá-las e dar-lhes o devido trato a benefício do colono a quem tivesse sido concedida a terra.

Quinze partidários de Roldão preferiram que a indenização que lhes competia consistisse somente em escravos, e com eles se foram para o reino.

Grande o desgosto que este fato despertou no espírito da Rainha, já atribulada pelo transporte de levas de escravos a bordo de outros navios vindos de S. Domingos. Em consequência mandou proclamar, nas cidades do reino, que quem quer que recebesse índios escravizados, oriundos das terras descobertas, devia, sob pena-de-morte, fazê-los voltarem para Espaniola.

Abriu-se uma exceção, apenas, para os escravos anteriormente remetidos, que tivessem sido aprisionados em guerra, por entender-se, segundo o parecer de legistas e teólogos, que a escravização em tal emergência era legítima.

Com a pacificação da colônia, Colombo esperava que a situação respectiva se tornasse mais promissora, e chegou a externar a suposição de que, dentro de três anos, as rendas subiriam a 60 milhões de reales.

Mas a atitude da Coroa diante da questão dos índios escravizados açulou de novo o ânimo infatigável dos inimigos de Colombo, assim na metrópole como na ilha; e, nestas condições, Fernando e Isabel resolveram em 1499, suspender o Almirante de suas funções governamentais, dando-lhe, como substituto, Francisco Bobadilla.

Não se apressou Bobadilla a seguir para a colônia, onde somente chegou em agosto de 1500. Instalando-se na casa residencial de Colombo, procedeu às necessárias investigações, depois de sequestrar os valiosos documentos que nela se continham.

Colombo, que se achava no forte "Concepcion", dirige-se para S. Domingos a-fim-de defender-se perante o novo governador: é preso e posto a ferros.

E algemado é remetido para Espanha, onde sua dolorosa convicção arranca lágrimas da Rainha, profundamente indignada contra o procedimento revoltante de Bobadilla.

A destituição deste energúmeno foi posteriormente decretada, não a benefício de Colombo, cujo valimento político estava irremediavelmente perdido, mas a favor de Nicolau de Oyando.

Ao desventurado Almirante ainda caberia o doloroso papel de ver o sucessor partir do porto de S. Lucas, a 18 de fevereiro de 1502, com garbosa frota de trinta embarcações, por onde se distribuíam 2.500 pessoas, inclusive 73 famílias.

Não se abate, porem, o ânimo do Almirante genovês; em

quatro miseráveis navios, que a ironia de Fonseca lhe conseguira, tripulados por 150 pessoas, ainda empreende quarta viagem às terras longínquas que ele arrancara do mistério em que se envolviam.

Proibido de desembarcar em S. Domingos, navega entre ilhas que ia descobrindo, à procura do estreito que o conduzisse às terras fantásticas que Marco Polo visitara.

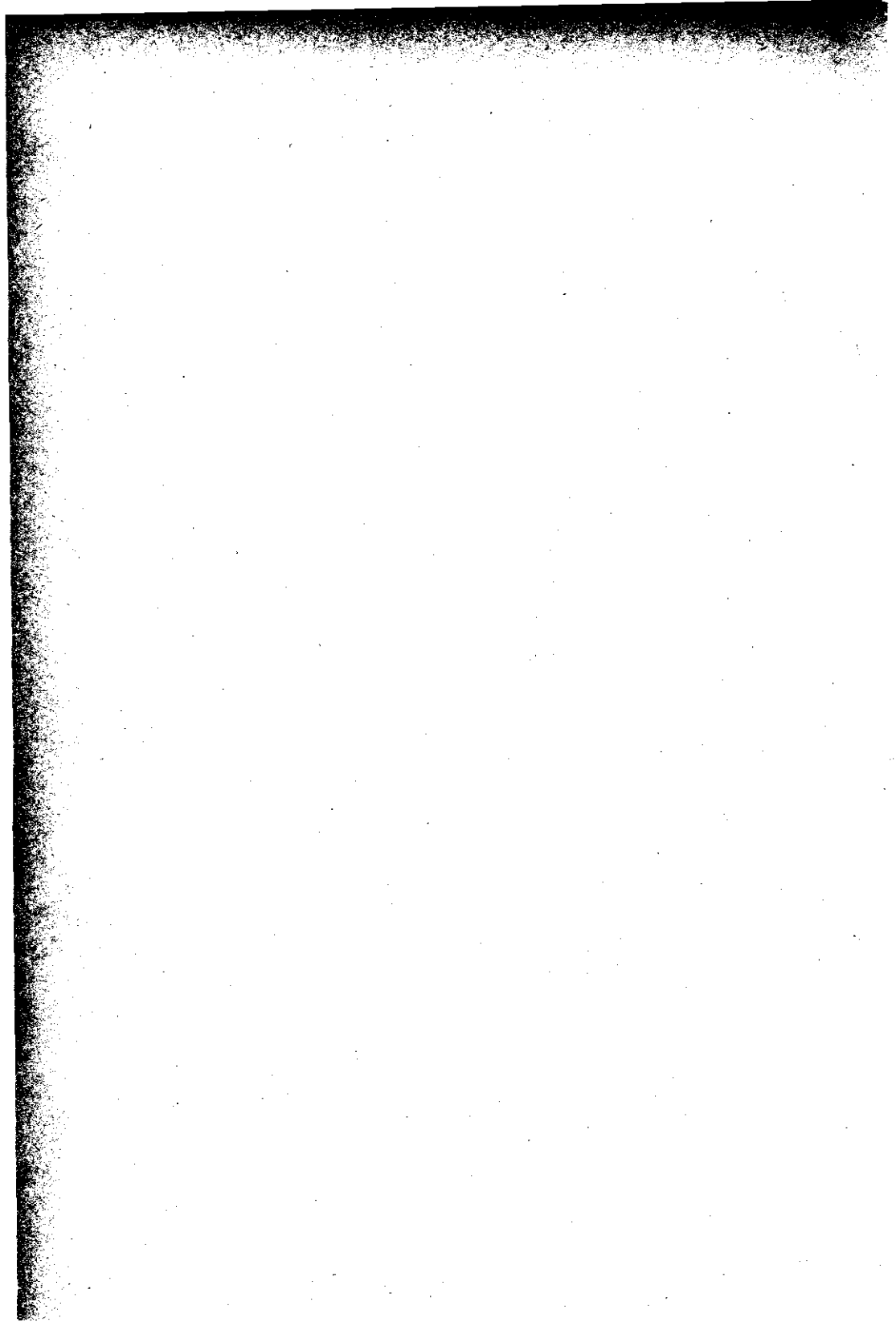
A conselho de Bartolomeu, irmão devotado, tenta plantar nova colônia na costa de Verágua, com a construção de armazem e cabanas. Porém o gênio insofrido dos colonos despertou represálias dos naturais, e contra elas não pode manter-se o pequeno povoado. E Colombo regressa à Espanha, onde perece pouco tempo depois da morte da rainha que tanto o protegera.

A ação colonizadora de Colombo na América foi deveras medíocre.

Mas as sementes e mudas que trouxera em sua segunda viagem (laranja, limão, melão, arroz e cana de açúcar) e os animais domésticos anteriormente anunciados, desenvolveram-se, multiplicaram-se, e transportando-se à terra firme, constituíram o primeiro surto da riqueza econômica (agrícola e pastoril) do novo continente.

E em louvor dele, é mister dizer que, ao descrever as terras que descobrira, Colombo notava que eram boas para **introducir la ganaderia y la agricultura**; e por evitar os inconvenientes que a remessa de gado adulto podia acarretar, aconselhava o transporte de **animales de pocos meses o de un año** porventura mais aclimáveis. (Burmester, **H. da América**).

E embora o ouro fascinasse absorventemente os colonos, entretanto em 1503 já se encostavam em Espaniola grande quantidade de espécies de animais domésticos e de espécies de vegetais de origem européia, fornecidos não só pela Metrópole, como pelas Canárias, que os espanhóis já haviam descoberto e colonizado.



A CONVENÇÃO DE ITÚ E A PROPAGANDA REPUBLICANA EM SÃO PAULO (1)

FAUSTO DE ALMEIDA PRADO PENTEADO

Digníssimo Senhor Presidente do Centro Gaucho de S. Paulo
Excelentíssimas Senhoras
Nobres circunstantes.

Pelo imperativo de um dever de lealdade, quero desde logo dizer-vos de minha dificuldade em endereçar o meu agradecimento, pelo ensejo de falar neste recinto sobre as origens republicanas em São Paulo, na semana votada pela Nação às galas comemorativas do quinquagésimo aniversário da República — se à Digníssima Diretoria deste Centro, se à eventualidade de coincidir esta festa com a celebração de tão auspicioso fato histórico ou se ainda ao generoso oferecimento das excelentíssimas Senhoras Dona Ana de Queiroz Teles Tibiriçá e Dona Júlia de Almeida Prado Penteado, que permitiram a colheita e o confronto dos documentos que credenciam esta conferência, nos arquivos particulares de suas respectivas Famílias.

Seja, entretanto, por esta ou por aquela circunstância, Senhores, permiti-me confessar-vos, correlatamente, a justa emoção de evocar a história das instituições republicanas em São Paulo, a sua gênese, os prelúdios de sua existência, quando em terras da Província, sob o guante do regime monárquico e a severa sanção de suas leis, o seu ideal começava a se corporificar na ação cívica de brasileiros destemidos, iluminados pela fé, a tal ponto que não hesitaram em oferecer as suas vidas em holocausto à idéia suprema, na luta contra o Império, ante o qual investiam, em generalizada conjura, em nome apenas da Pátria, pela Pátria e para a Pátria.

A conspiração republicana — se a tão desassombrado e ostensivo movimento assim se poderá chamar — gerada no mais

(1) Conferência pronunciada no Centro Gaucho, em 18 de novembro de 1939.

a Nação e que esse documento de tanta beleza cívica, como as rosas de MALHERBE, não viveria mais que instantes fugazes, diluindo-se no tempo como obra literária de inspiração patriótica.

Nessa situação, em São Paulo e em Campinas, ao toque de reunir de Campos Sales, de Rangel Pestana, de Glicério, de Prudente de Moraes, os republicanos agiam! E porque o momento político tão bem a propiciava, a idéia ganhava terreno, conquistando adeptos, minando o Império, lá pelas alturas de 1868, em contínuas reviravoltas ministeriais, enquanto o Parlamento erigindo-se em termômetro e índice fiel da desagregação política, perdia o controle administrativo do regime, cujos poderes, assim incapacitados de se exercerem à sobra extrita das leis, buscavam asilar-se, em derradeiro refúgio nas próprias mãos de D. Pedro II, a ponto de Itaboraí qualificar essa situação na frase: "O rei reina, governa e administra", Ferreira Viana a afirmar do Imperador, por esse mesmo motivo, "a onipotência usurpadora e ilegal" e em pleno senado Silveira da Mota, definir a situação com estas palavras: "cheguei à convicção de que o vício não está nos homens: está nas instituições!"

Como desde logo se depreende, a ojeriza pelo Império era geral. E como consequência desse estado de cousas, a idéia de uma reunião de forças, a todos se desenhava inadiável, pois, presentia-se a República pairando nos ares, como temporal prestes a desabar sobre o edifício do Império!

Já então, em terras de São Paulo, não mais se conspirava: aspirava-se a pulmões plenos, o sopro republicano, a aura redentora, a todos se afigurando, clara e inevitável, a necessidade de intensificar a ação em benefício da grande idéia.

Articulam-se assim os primeiros passos, para movimentar a pedra republicana, que dos píncaros da cordilheira, rolaria pelas encostas da serra.

Viagens políticas se sucedem. Rangel Pestana e Américo de Campos, tomam posição na retranca de seus jornais, agindo ao aceno dos chefes de Campinas, justamente quando Lopes Trovão e Quintino Bocaiuva, na Capital do Império, à luz meridiana das instituições, reafirmavam os princípios republicanos, cujas chamas sagradas avivavam em discursos que eram lábaros de luz, menos para solapar a estrutura do Império, que para preparar o embasamento, os alicerces graníticos do movimento redentor da Nação!

Concomitantemente, na Capital da Província de São Paulo, em janeiro de 1872, os conjurados chefiados por Américo Brasi-liense de Almeida Melo, resolviam congregar-se, quanto antes, coordenando assim a ação comum pela pauta de um estatuto

geral, porque se antevia que a República, não estava senão na dependência de um congresso, de uma convenção que, finalmente deliberou-se efetuar por votação preferencial sobre Campinas, na cidade de Itú, na época das festas da inauguração da Estrada-de-Ferro Ituana, quando as atenções gerais se desviavam para aquele recanto da província.

A vinda de Saldanha Marinho a São Paulo ainda mais atendeu a efervescência, coincidindo tal fato com a partida para Itú de José Vasconcelos de Almeida Prado, com o objetivo de obter as adesões e escolher o local mais propício para a reunião, deliberada.

E valendo-se da ocasião de um grande baile de fim de ano, realizado em casa de seu irmão Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, de tão notável repercussão nas crônicas daquela cidade, conseguiu entre os maiores presentes, o apoio necessário à germinação do conclave, assim marcado para os primeiros meses de 1873, naquela mesma residência, a mais ampla de Itú.

Aproximava-se, desta maneira, o dia histórico.

Na manhã de 17 de abril de 1873, a "imperial e fidelíssima cidade" se apresentou repleta de forasteiros, vindos para as solenidades inaugurais da linha férrea, sob o patrocínio do Dr. João Teodoro Xavier, presidente da Província de São Paulo.

Era Itú, uma cidade próspera e rica, habitada por 10.821 almas e 4.245 escravos, possuindo grandes lavouras de açúcar e café.

Presidia a sede da Comarca, que abrangia também Porto Feliz, o Juiz de Direito Dr. Joaquim Pedro Vilaça e a Câmara Municipal, o Dr. Antônio de Queiroz Teles, o inclito varão ituano, mais tarde Conde de Parnaíba, a quem tão assinalados serviços deve o Brasil.

Contava a *urbs* venerável 14 templos, católicos, dois notabilíssimos colégios religiosos, o de São Luiz, sob a reitoria do Padre Vicente Cocumeli e o de São José do Patrocínio dirigido pela Madre Maria Teodora Voiron — que tão nobres luzes projetaram sobre o espírito de muitas gerações de brasileiros — e as primeiras indústrias de fiação da Província, dispondo também de um Comando Superior da Guarda Nacional.

A sua sociedade, de grande cultura e de educação aprimorada, compunha-se de pessoas da melhor linhagem brasileira, remontando em suas origens às primeiras colonizações vicentinas, sendo lembradas, neste momento, os nomes das Famílias Dias de Arruda; Pacheco Jordão; Fonseca; Almeida Prado; Queiroz Teles; Amaral Jordão; Mesquita Sampaio; Oliveira Camargo; Tibiriçá; Pais de Barros; Nardi de Vasconcelos; Aguiar de

Joaquim de Sampaio Góis
Jorge Miranda
Teófilo de Oliveira — da cidade de Campinas;
Antônio Dias de Aguiar
Antônio José de Sousa
Antônino S. de Camargo Barros
Antônio de Toledo Piza e Almeida
Balduino de Melo Castanho Sobrinho
Francisco Antônio de Sousa
Francisco Pedro Sousa Melo
Gabriel de Toledo Piza e Almeida
José Correia Leite de Moraes
Joaquim Augusto de Sousa
Joaquim Galvão da França Pacheco
Luiz Antônio de Sousa Ferraz
Manuel de Arruda Castanho — da cidade de Capivari;
Antônio Basileo de Vasconcelos Barros
Antônio Joaquim Pereira Guimarães
Carlos de Queiroz Guimarães
Constantino J. dos Santos
Evaristo Brasileiro de Campos
Francisco de Paula Cruz
Luiz Antônio de Oliveira
Manuel Elpidio Pereira de Queiroz
Rafael Aguiar Pais de Barros — da cidade de Jundiá;
Américo Boaventura de Almeida Pires
Antônio Alves Pereira de Almeida
Antônio Joaquim Viegas Muniz
Antônio de Toledo Piza e Almeida
Bernardino de Sousa Mota Guimarães
Cesário Nanzianzeno de A. Mota Magalhães
Cesário Nanzianzeno de Azevedo Mota Guimarães Júnior
José Rafael de Almeida
José Rodrigues Pais
Luiz Gonzaga de Araujo Leite — da cidade de Porto Feliz;
Antônio Francisco de Paula Sousa
Américo de Campos
Bento Cândido Barata Ribeiro
João Tibiriçá Piratininga
Joaquim Roberto de Azevedo Marques
Joaquim Taques Alvim

Diogo do Amaral Campos
João Tibiriçá Pimenta
José de Almeida Prado Neto
José do Amaral Campos
José Vasconcelos de Almeida Prado
Ladislau do Amaral Campos
Luiz Augusto da Fonseca
Manuel José Ferreira de Carvalho
Teófilo de Oliveira Camargo — da cidade de Indaiatuba;
Antônio Joaquim Lisboa e Castro
João Lício
Joaquim Silveira Rodrigues
Jesuino Pinto
Ubaldo do Amaral — da cidade de Sorocaba;
Bernardino de Campos
Francisco de Assiz dos Santos Prado
José Pinto do Carmo Cintra
Tristão da Silveira — da cidade de Amparo;
Bernardo Augusto Rodrigues da Silva
Domingos Soares Barros
Francisco Xavier de Almeida Pires
José Elói do Amaral Sampaio — de Botucatu;
Balduino do Amaral e Melo
Claudino de Oliveira Cesar
José da Rocha Melo
Manuel de Moraes Barros
Prudente de Moraes Barros — da cidade de Constituição,
hoje Piracicaba;
José Ribeiro de Camargo — de Jau;
Antônio Joaquim Leme
Joaquim Antônio da Silva
Manuel Jacinto de Moraes e Silva
Teodoro Henrique de Toledo — Bragança;
Aurélio Carneiro da Silva Braga — de Itatiba;
Venâncio Aires — de Itapetininga;
Antônio Francisco de Araujo Cintra e
Ladislau Antônio de Araujo Cintra — da cidade de Moji-
Mirim;
Joaquim Pinto de Oliveira — de Monte-Mor;
Pedro Alves da Costa Machado — da cidade de Tietê;
Geraldo Barata Ribeiro e
Eduardo de Oliveira Amaral — do Rio-de-Janeiro.
Ao todo, Senhores, 134 convencionais, 134 idealistas, 134 pa-
droeiros da República, 134 edificadores das instituições atuais.

Homens são esses, como aquele lendário Dom João de Castro, da epopéia lusitana, de quem, Jacinto Freire de Andrade, ao descrever a vida em obra memorável, afirmou ser "varão ainda maior que o seu nome, maior que suas vitórias". E estabelecendo-se no elogio de suas atitudes cívicas, um único paralelo, eu vos lembrarei, Senhores, que em Portugal — terra que nos foi berço comum — havendo, ao tempo de sua monarquia, uma conjura republicana semelhante a esta de que vos digo agora, os seus promotores, tão cedo descobertos, foram reclusos, inquiridos e condenados, as cabeças decepadas em praça pública, suas moradas destruídas e finalmente, sobre declarados infames os descendentes, salgado o terreno onde tinham alicerces!

Mais não será necessário dizer-vos, para evidenciar, ante os riscos e perigos consequentes da luta contra uma monarquia com ramos ancestrais oriundos do mesmo tronco dos reis de Portugal, o heroísmo silencioso e a varonil audácia desses homens extraordinários que — repito-o, ainda uma vez — jogavam nesse cometimento patriótico, prenhe de civismo, com as próprias existências de suas famílias e de seus bens patrimoniais.

Mas, por mercê do Destino e por força de uma dessas predestinações sobrenaturais não houve caracterizar-se, nessa luta, tão somente a individuação, de conjurados contra o Imperador: materializou-se, nesse fato, a investida da República nascente contra o Império, do que parece haver resultado, da magnanimidade e sobranceirice de D. Pedro II, não terem ocorrido revides pessoais, ou represálias sangrentas.

A memorável reunião de Itú efetuou-se às 19 horas, prolongando-se até às 21. Presidiu-a, por indicação de Joaquim Roberto, João Tibiriçá Piratininga, secretariando-a Américo Brasiliense de Almeida Melo. A mesa formava-se ainda pelos srs. Antônio Francisco de Paula Sousa, Inácio Xavier de Campos Mesquita, Francisco Emílio da Fonseca Pacheco e Carlos Vasconcelos de Almeida Prado.

Abertos os debates, vários convencionais se fizeram ouvir, no grande salão residencial, ricamente engalanado para a solenidade, que de tão repleto se achar, inspirava, por instantes, temor de desabamento, que a muitos se afigurava iminente e a alguns inevitável.

Usaram da palavra, sucessivamente, os Drs. Américo de Campos, Quirino dos Santos, Ubaldino do Amaral, Jorge Miranda, Antônio de Paula Sousa, Geraldo Barata Ribeiro, Antônio Augusto da Fonseca, Joaquim de Paula Sousa, Américo Brasiliense e Aurélio Carneiro da Silva Braga, resumindo-se os debates na obra de propaganda republicana por meio da fundação de um

partido político de grande envergadura e na necessidade de se crearem órgãos de imprensa, porisso que a contribuição a jornais da Capital do Império não correspondera aos fins visados como salientou Barata Ribeiro, delegado do Rio-de-Janeiro de onde viera, expressamente.

As janelas, abertas de par em par, atraíam o povo, enquanto os mais curiosos, enchendo a via pública, acompanhavam os debates com grande interesse e respeito, até o fim da concentração, quando, sob palmas vibrantes se retiraram os convencionais, após haverem, na maior harmonia, corporificado o desejo comum na regra, posteriormente adotada para a continuação da luta em que se empenharam.

Quais, entretanto, os frutos imediatos da Convenção Republicana de Itú?

Responderá a essa indagação, ainda a História com a famosa circular, assinada pelo Presidente e Secretário do Clube Republicano de Itú, cujo texto, peço licença para ler, como homenagem à verdade e à sabedoria desses pró-homens da República:

“AOS REPUBLICANOS DA PROVINCIA DE SÃO PAULO”

Em cumprimento do encargo que nos foi cometido, na reunião republicana de 18 do corrente, nesta cidade de Itú, pelos cidadãos republicanos que nela tomaram parte, residentes em Itú, Jundiá, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Moji-Mirim, Constituição, Botucatu, Tietê, Porto-Felíz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Betlem de Jundiá, Vila de Monte-Mor e Jaú, comunicamos a todos nossos correligionários dos diferentes municípios da Província, as resoluções adotadas na referida reunião, para servirem de base à organização e representação do partido.

E são as seguintes:

1.^a — Será constituída para funcionar, na Capital da Província, uma assembléa de representantes de todos os municípios.

2.^a — Funcionará a primeira vez no dia 1.^o de julho próximo futuro e posteriormente como e quando for determinado pelos meios adotados em sua constituição.

3.^a — Cada Município elegará um representante.

4.^a — O sistema de eleição será o sufrágio universal, tendo direito de votar o republicano maior de 21 anos e que não estiver condenado por sentença criminal.

5.^a — A assembléa de representantes, no fim de

cada sessão, nomeará uma comissão na Capital, para no intervalo das reuniões, dirigir os negócios do partido, entender-se com os clubes municipais e tomar as providências urgentes, ficando, porém, seus atos sujeitos à aprovação da assembléia.

Expostas as deliberações acima, julgamos oportuno esclarecer aos nossos amigos políticos, sobre a realização delas.

Em cada município, quer haja clube organizado, quer não, todos os republicanos, nas condições da base 4.^a deverão eleger seus representantes à assembléia, servindo a este de diploma, uma cópia autenticada da reunião em que for eleito, podendo esta eleição ser feita ou por escrutínio secreto ou por aclamação, ou como aos correligionários parecer melhor — ficando igualmente entendido que cada Município tem direito de enviar seu representante, seja qual for o número dos republicanos que haja em seu seio e bem assim plena liberdade para o escolher, dentre os correligionários residentes em qualquer parte da Província.

Os nossos correligionários que compareceram na reunião havida nesta cidade a 18 do corrente, aceitando as bases que ficam enunciadas, tiveram por fim apresentar idéias gerais no intuito de dar lugar à reunião de uma assembléia na Capital, a qual, representando todos os municípios, desta Província, competirá dar desenvolvimento a elas, estabelecendo as medidas convenientes para a regular organização do partido, direção dos seus interesses e propaganda dos princípios republicanos.

Constituída aquela, sob as condições adotadas, terá a precisa força e autoridade para, estudando a situação em que nos achamos e considerando devidamente as aspirações democráticas da Província, resolver as questões de detalhe e adotar providências e meios eficazes no sentido de satisfazer as vistas do partido.

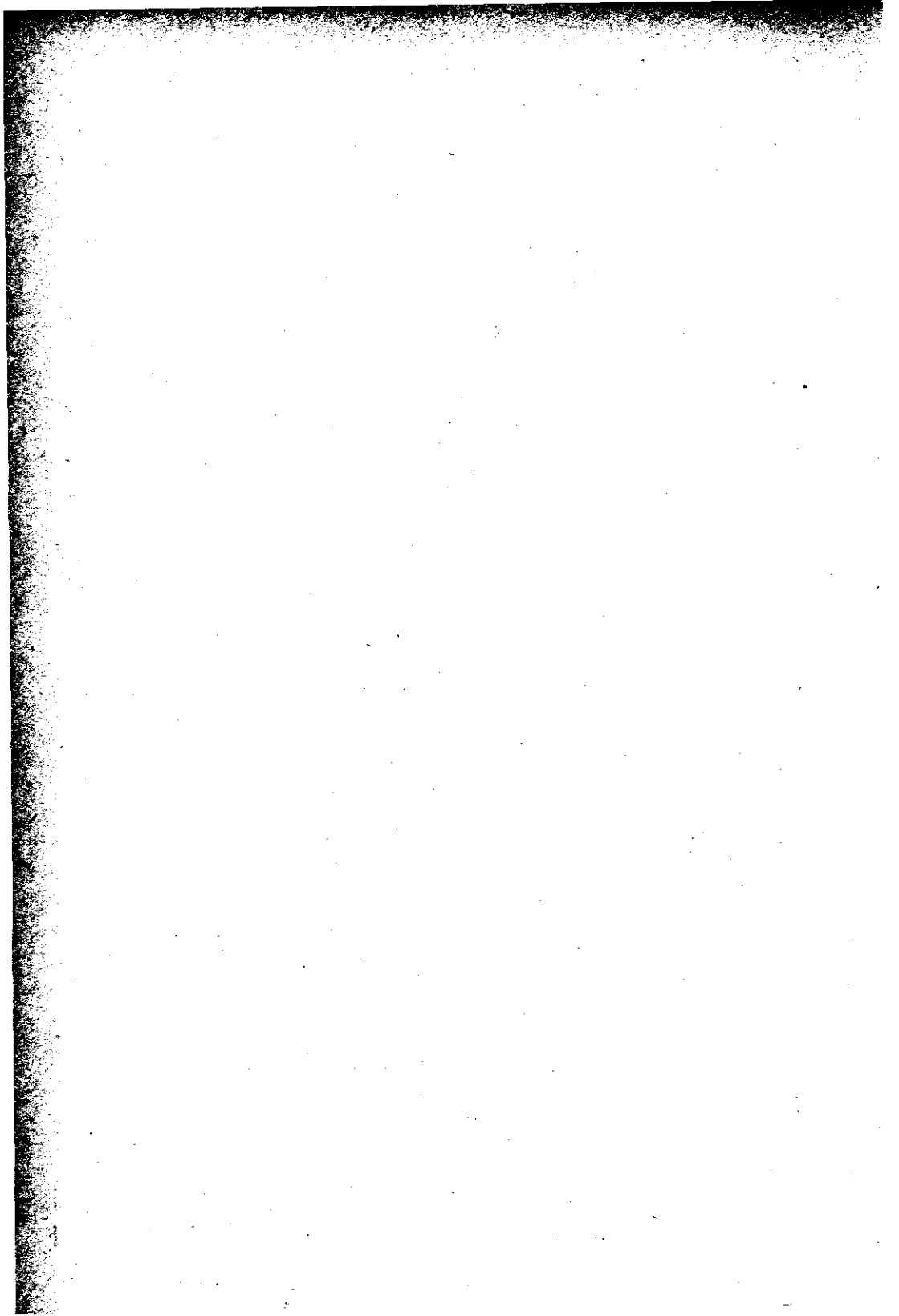
Em conclusão, prevenimos aos amigos que as respostas que tenham de ser dadas a esta circular, consultas ou quaisquer outras comunicações políticas, deverão ser dirigidas ao presidente e secretário, abaixo assinados, para manter a correspondência entre os clubes e os republicanos de todas as partes da Província até a assembléia, quando reunida na Capital aceitar outro qualquer alvitre.

Itú, 19 de abril de 1873.

O presidente do Clube Republicano de Itú, João Tibiriçá Piratininga.

O secretário, João Tobias de Aguiar”.

O fruto imediato desse conclave foi a fundação do Partido Republicano Paulista, hoje incorporado à galeria da nossa História, como gloriosa relíquia de uma época nacional. E os frutos remotos, dessa memorabilíssima assembléia, sabem-no os Senhores, tanto ou mais quanto eu, se concretizaram na República, ora em idade cinquentenária, engalanada com justa ufania, no tempo pelo transcurso dessa data e no espaço territorial da Nação, pelas realizações materiais de um regime de liberdade — causa direta do engrandecimento e do progresso, da nossa Pátria, a República dos Estados Unidos do Brasil!



CENTENÁRIO DO DR. GUMBLETON DAUNT (1)

Edmur de Sousa Queiroz

Ao me ser transmitido pelo meu jovem amigo acadêmico Ricardo Gumbleton Daunt o convite para dizer algumas palavras alusivas ao centenário do nascimento de seu ilustre avô, senti-me seduzido pela idéia de contribuir com meu esforço para a justa homenagem a essa individualidade, uma das de mais singular destaque da sociedade campineira dos tempos idos; penetrei-me do desejo de vir mais uma vez assentar-me entre os cultores das ciências, letras e artes, que neste Centro se congregam sob a direção brilhante de Alberto de Faria, como outrora, quando presidia as suas sessões a vontade tenaz e a cultura poliforme de José de Campos Novais, de tal forma que esqueci por um instante a desvalia da minha pessoa e desproporção da minha palavra para com a magnitude da tarefa, e aceitei.

Passado o movimento de entusiasmo que ditou a irreflexão do gesto, em horas de ponderação e calma, eu bem quisera demitir de mim a responsabilidade assumida e transferir para mais robustos ombros o encargo honrosíssimo.

Era tarde, porém. A palavra estava dada, o Rúbicon

(1) N. da R. Conferência inédita realizada em sessão de 1º de setembro de 1918, do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas. A sessão foi aberta pelo Presidente do Centro, o acadêmico Alberto Faria, que convidou para presidí-la o Desembargador Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro, tendo este organizado a mesa da forma seguinte: Drs. Antônio Lobo, presidente da Câmara dos Deputados; Abeilard de Almeida Pires e Francisco Cardoso Ribeiro, Juizes de Direito da 1.a e 2.a varas; Afonso d'Escragnoille Taunay, representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Edmur de Sousa Queiroz, procurador da Fazenda Estadual, orador oficial, e Ricardo Gumbleton Daunt, neto do Dr. Ricardo, para servir de secretário. Estiveram também presentes: Drs. Tomaz Alves, pela Faculdade de Medicina de S. Paulo; Omar Simões Magro, pelo Prefeito e Câmara Municipal; Prof. Augusto Cesar, pela Faculdade de Direito de São Paulo; Jorge da Veiga, pelo Instituto dos Advogados de São Paulo; e pessoas da família do homenageado e da sociedade de São Paulo e Campinas.

transposto. E eis-me aqui, diante de vós, réu confesso da culpa de ter usurpado um posto que não me compete, fiando da generosidade do auditório o perdão da falta ou, sequer à admissão de circunstâncias atenuantes, como sejam o grande amor às tradições da minha cidade natal e a veneração por um dos vultos mais simpáticos dentre os que honram os seus gloriosos fastos.

Não é que a tarefa seja em si ingrata ou difícil.

A outro mais habil seria trabalho de somenos reproduzir com mão firme, perante os vossos olhos, o retrato moral daquela individualidade original, inconfundível, que foi o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e estudar a influência do benemérito campineiro durante quase meio século de sua existência passada entre nós, quasi meio século de continuo e pertinaz esforço em prol da sua pátria de eleição.

Os homens da nossa raça e do nosso sangue, que surgem normalmente no nosso meio, com a mesma educação que nós tivemos, alimentando os mesmos ideais que nos atraem, dotados das mesmas virtudes que nós são comuns, seguindo conosco os mesmos trilhos a que estamos avessos, como que se adaptam ao ambiente de que fazem parte, como que se misturam com os outros tipos contemporâneos, como que se fundem no quadro de que são um dos elementos componentes.

Torna-se então mister ao biógrafo um estudo sutil e perspicaz para descobrir e por em relevo o que eles têm de pessoal, de próprio, apto a crear a impressão individual e distinta.

Em relação ao homenageado de hoje, esse trabalho inicial acha-se por assim dizer feito por si mesmo; previamente, inconscientemente, a tradição fixou os contornos da sua figura que sobresaía no cenário da vida provinciana de meados do século passado, como, em meio às ondulações macias de colinas, os recortes nítidos de um rochedo cortando abruptamente a linha indecisa do horizonte.

Esse aspecto discordante da passagem leva mais depressa os olhares do observador, aguça mais a curiosidade do que a feição familiar do terreno circunjacente.

Daí a fidelidade com que na lembrança dos coevos vive o dr. Ricardo, nos seus gestos e no seu feitio pessoal. Sem que os seus méritos se apoucassem, mais depressa o esqueceriam seus concidadãos, se ele amenizasse as arestas vivas de seu carater, se ele transigisse facilmente com

às inovações dos impacientes, se ele se deixasse levar pelo corrente das opiniões dominantes.

Como ele foi, no entanto, aferrado aos seus velhos princípios, a ponto de parecer retrógrado, avesso às faceis acomodações dos tibios e timoratos, a ponto de se supor áspero, inacessível às sugestões do meio, a ponto de ser tachado de excêntrico, independente, a ponto de se dizer dele que era o chefe de um partido do qual era o único soldado, acredito que evocá-lo, como faço neste momento, é fazê-lo surgir das sombras do passado, como uma realidade tangível e presente aos olhos dos que o conheceram e na imaginação dos que só sabem dele o que vive na tradição.

Alto, magro, o nariz afilado e adunco, os olhos pequenos e azues, acurvado ao peso dos anos, o andar compassado e grave, a fala cantada e exótica dos que afizeram os órgãos vocais à pronúncia britânica.

Era assim, se não mentem as minhas reminiscências infantis, o invólucro material daquela grande alma que passou pelo mundo por muitos incompreendida, comprazendo-se, talvez, no mistério em que envolvia e que desnor-teava aos que tentavam decifrá-la.

Não serei eu quem tente devassar os arcanos psicológicos desse ente que zelosamente os recatava ante os que o cercavam. Meu empenho será apenas apanhar alguns dos raios que transluziam através da barreira que ele antepunha entre o seu íntimo e o mundo, e que iluminavam docemente numerosos passos da vida do estrênuo lutador que ele foi.

Antes, porem, cumpre remontar ao passado, não só dele, mas também da família e da raça de que provinha, sem o que ainda mais incompleto me sairia o retrato moral que pretendo esboçar.

Todo homem, com os seus defeitos e com as suas virtudes, é o resultado das gerações de que surgiu.

A vida confia ao berço as qualidades acumuladas pela raça através dos séculos, em suas lutas e suas vicissitudes, para que, aproveitando-as e desenvolvendo-as, a criança que se faz homem, por sua vez a transmita à sua descendência, constituindo um elo dessa cadeia interminável que liga cada ser aos mais remotos antepassados e se prolonga pelo futuro afora.

Quanto mais robusta a geração antecedente, quanto mais rico o patrimônio que ela deixa como um le-

gado sagrado, mais fortemente imprime ela no depositário o apego à preciosa herança que lhe é fideicometida.

É assim que se manifesta o instinto de conservação das raças, não menos imperioso que o instinto de conservação individual.

Não há povo nenhum que aspirando a viver e a prosperar olhe com desprezo ou indiferença o seu passado e que relegue ao esquecimento os exemplos dos maiores.

Foi assim a nação romana no período da sua força e da sua glória, é assim a nação britânica, de rija e forte envergadura, são assim todos os povos que não pareçam fadados a rolar pelo plano inclinado da decadência em busca de um destino fatal e inglório.

Eis porque o dr. Ricardo, rebento de uma geração de fortes e de bravos, cultuava com um afeto que a muitos se afigurava exagero e até ridículo, as tradições de sua família nobilíssima e, com se ter tornado um brasileiro entre os que melhor souberam ser, nunca desviou os olhos de sua formosa e desditosa pátria, eis porque, um dos primeiros na terra de Pedro Taques, seu espírito se inclinou aos estudos genealógicos, áridos na aparência, mas de tão fecundos resultados, a que mais tarde não se dedignaram a dedicar longas horas de paciente aplicação, os Azevedo Marques, os Mendes de Almeida, os Moretzsohn, os Silva Leme.

É que ele provinha de uma dessas raças de qualidades fortes e viris, apuradas em ásperos conflitos e mantidas com indômita energia através de todos os perigos e mau grado a violência dos tufões que as embateram sempre.

Nele vivia e afirmava a sua vontade firme de subsistir, a alma de um grande povo!

As lutas acérrimas contra os saxônios, entremeiadas de sangrentas guerras internas enchem a história da Irlanda na Idade Média. Foi nesse meio que viveram e se enrijeccaram os antepassados do dr. Ricardo Daunt, entremeiando as aventuras de caçadas com os perigos dos combates, ora tomando parte nas contendias da época, como aconteceu durante a guerra das duas Rosas, em que tomaram o partido dos Lancaster, ora ocupando elevados cargos como membros do Parlamento, ora presos ou desterrados por amor das suas crenças políticas ou religiosas, ora sofrendo o martírio como se conta de um deles, John O'Connor Kerry que teria sido torturado pelos soldados fanáticos de Cromwell.

Vemos um dos portadores de nome ilustre dos O'Connor figurar entre os companheiros de Simão Bolívar, o

propugnador da independência das colônias espanholas da América do Sul, outros emigraram, coagidos por duras contingências, para a América do Norte, sempre guiados pelos supremos ideais de justiça e de liberdade, sempre varonís e insubmissos ante as imposições da força.

Essas circunstâncias, que de relance deixo consignadas, faltando-me tempo e competência para as relatar mais miudamente, fornecem ao psicólogo a chave que explica a feição combativa e enérgica do carater do dr. Ricardo.

Esse era, entretanto, o seu traço mais saliente, o que ele voltava de preferência àqueles que o contrariavam e provocavam, não era o que constituía o fundo de seu temperamento. Porque, em essência, o dr. Ricardo era um bom, quase me afoitaria a dizer, um sentimental.

É um fato comumente observado que aos homens apraz aparentar justamente o contrário de que são na realidade.

O perverso dá à voz um tom de suavidade e brandura, o timorato procura se impor pela bravata e pela fanfarroada, o falso disfarça o veneno, dos seus designios sob o bico da piedade, o ignorante alardeia ciência, o sábio se confessa ignorante, o sensível antepõe ao coração que ele sabe vulneravel, um escudo de orgulho e de repulsa.

Quanto a mim, o dr. Ricardo pertencia a esta última classe de homens. Compreendi-o perfeitamente ao ler uma carta da sua progenitora, d. Ana Dixon Raines a seu irmão Isaac Dixon Raines, que acabava de se formar pela Universidade de Oxford, carta essa que Estevão Leão Bourroul traduziu e publicou no seu livro que denominou "Ensaio biográfico do dr. Ricardo Gumbleton Daunt", no qual tenho ido buscar os mais importantes elementos para este despretencioso estudo.

Nessa carta se retrata uma alma cheia de piedade e de doçura, a par de uma clara inteligência e fortaleza de ânimo.

Dir-se-ia que a alma do filho dessa mulher superior acolheu os conselhos e os ideais expressos nessas linhas e por eles se formou, tanto se ajusta o que ele foi na vida com o que a sua extremosa mãe queria que ele fosse.

Vejamos o que ela escreveu ao seu irmão:

"... O interesse que tomo por teu bem me estimula a escrever-te; e como sei que a tua índole é docil e afetuosa, espero a impressão dos meus conselhos será duradoura, e que com desvanecimento sempre te verei, não só muito aperfeiçoado nos dotes da inteligência e dos conhecimentos científicos,

senão também fortalecido em todos os princípios de virtude que nossa querida e inolvidavel mãe com tamanha solícitude nos inculcava.

E adiante:

“A quem muito se dá, muito será exigido”, diz o Evangelho. Lembremo-nos com santa ufania que nós descendemos de sangue immaculado e de solares iluminados pela fé inconcussa de heróicos avoengos.

Contra grandes faltas não é que eu venho pre-munir-te, porque sei que não hás de cometê-las; venho sim aconselhar-te que fujas das faltas que o mundo considera veniais, mas que põem em perigo a pureza das nossas almas e produzem lágrimas de remorsos...

Sobre religião eu adoto idéias que os terrores do martirio não me poderiam constranger a abandonar, porque me são mais caras que a própria existência...

Não dês ouvidos àqueles que escarnecem da piedade e devoção, porque ela é o talismã da felicidade...

E terminando:

“A maior prova de amor fraterno que me poderás dar será o ler e reler esta carta, e se acontecer que eu morra antes de ter tempo de instilar em meus filhinhos os mesmos sentimentos aqui expressos, tu lhes mostrarás esta carta quando eles tiverem discernimento, incutirás neles os meus princípios, e lhes dirás, ainda que eu com a mais viva anciedade anelasse a hora de seu nascimento para estreitá-los em êxtases de amor ao meu peito, todavia meu desejo e minha prece quotidiana eram que antes quisesa vê-los mortos a meus pés do que manchados com a nódoa do pecado capital”.

O escrito que acabo de ler é datado de 18 de fevereiro de 1818. A 30 de agosto desse mesmo ano, faz hoje um século e poucos dias, nascia o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, no castelo de Kilcaskan, condado de Corck, na Irlanda.

Privado em tenra idade dos cuidados maternos, seu tio Isaac Dixon tomou a si a educação da precoce criança, que aos nove anos de idade manifestava notavel adiantamento. Matriculado ainda muito moço, na Faculdade de Medi-

cina de Edimburgo, cujo curso completou depois de dar brilhantes provas dos seu talento e amor ao estudo, formou-se no ano de 1841.

Frequentou ainda, a-fim-de se aperfeiçoar nos conhecimentos a que ia dedicar a sua vida, as Faculdade de Medicina de Paris e de Viena.

Entrando na vida prática, clinicou em Londres em companhia do dr. Buckland.

Desde a idade juvenil do nosso biografado, do mesmo passo que a sua inteligência se robustecia com os conhecimentos armazenados, despontava no seu carater aquella firmeza de princípios, coerência e coragem das opiniões, que, causadores no decurso de sua existência de um grande número de atritos, constituem um dos seus maiores titulos de glória.

Em consequência de incompatibilidades políticas ou quiçá também movida daquela curiosidade que, segundo o escritor português, leva o homem a espiar por cima do muro do vizinho e a descobrir a América, resolveu o moço irlandês expatriar-se e ir tentar fortuna sob céus de outras terras.

Parece que alimentou por algum tempo o desejo de se estabelecer nas Índias Orientais. Entretanto, a 11 de janeiro de 1842, vemo-lo obter do Governador do Cabo da Boa Esperança a autorização para exercer a medicina nessa colônia inglesa.

Não foi longa a sua permanência nesse lugar, pois no ano de 1843 habilitou-se perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para exercer a sua nobre profissão no Brasil.

Em fevereiro do ano de 1845 Campinas o acolhia com a tradicional hospitalidade que é um dos traços mais simpáticos desta linda cidade, a quem o recém-chegado pagou a boa acolhida na moeda do talento, e da dedicação ao bem público.

No mesmo ano da sua chegada deixou-se o dr. Ricardo vincular à nova pátria por laços ainda mais poderosos do que os da nacionalidade, que não tardam a adotar, pois contraiu casamento com a exma. d. Ana Francelina de Camargo, que lhe foi esposa dedicada e extremosa durante quarenta anos.

Desse consórcio provêm personalidades ilustres muitos dos quais infelizmente já não pertencem ao número dos vivos.

Foram eles: Haroldo Prado de Camargo Daunt, o sacerdote culto e virtuoso; Torlogo O'Connor Pais de Camargo

Daunt, advogado nesta cidade, cujos serviços e munificência imperial premiou com a Ordem da Rosa; Monsenhor Ferrug O'Connor de Camargo Daunt, que se distinguiu na tribuna sagrada e no magistério, alma de eleição, inteligência cultivadíssima, cujo passamento, como a dos outros nomeados, abriu um claro impreenchível na sociedade campineira; dr. Briano O'Connor de Camargo Daunt, católico fervoroso, brilhante promessa que morte prematura não permitiu se cumprisse; Fernando Achiles de Santa Maria de Camargo Warren; Cornélio O'Connor Ortiz de Camargo Daunt, também roubado muito cedo ao convívio da amizade e ao culto da ciência; dr. Rogério O'Connor Lopez de Camargo Daunt, advogado e magistrado de probidade impoluta, que desapareceu dentre os vivos deixando aos herdeiros de seu nome, a par de brilhante inteligência, uma vontade tenaz, de que um deles deu tão brilhantes provas levando a comemoração de hoje, e *last not least* as senhoras Donas Alicia O'Connor de Camargo Dauntre, dotada de excelsas virtudes entre as quais se destaca o grande culto à memória do seu progenitor que ela soube incutir nos mais descendentes, de inclito varão, e Winifrida do Owlpen de Camargo Dauntre, que igualmente se distingue pela prática da virtude e pela piedade filial.

Ao chegar aqui o dr. Ricardo, havia apenas 3 anos que a vila de S. Carlos, pela Lei n. 181 de 5 de fevereiro de 1842 fora elevada à categoria de cidade com o nome de Campinas.

A pequena povoação que dava por certo uma pálida idéia da formosa e movimentada cidade de hoje, com suas casas espaçadas baixas, de largos beirais, providas de rótulas por onde espiaavam as recatadas donzelas e em cujas ruas sem calçamentos se cruzavam carros de hoí com os anacrônicos banguês, a cidade em formação, sem iluminação, sem imprensa, não servida por estradas de ferro, abrigava uma população de hábitos patriarcais, porem de espírito ativo e independente, progressista e arrojado; da qual deviam surgir mais tarde aquelas inteligências ardentes de batalhadores que tanto fizeram pela vitória dos ideais republicanos.

O reinado destinado a baquear algumas dezenas de anos mais tarde, achava-se em ensaios.

Liberais e conservadores se degladiavam, valentemente, traduzindo cada grupo por maneira diversa seu modo de encarar o bem do país. Havia poucos anos que o governo central conseguira debelar o movimento revolucio-

nário provocado pela lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o código do processo criminal, com a qual não se quiseram conformar aquêles. As indústrias, a lavoura, principalmente a de café, o comércio, começavam a proporcionar aos habitantes a fortuna que é a condição indispensável para o progresso intelectual e para o desenvolvimento das artes e da ciência.

Já que toco neste ponto, deca minhã farei referência ao gosto que o ilustre médico sempre revelou de destrinçar genealogias e apurar ascendências. Ele era levado nesta inclinação do seu espírito indagador, pela convicção da transmissão aos descendentes das qualidades dos progenitores, verdade muito comezinha mas que cumpre repetida quando se vê desconhecê-la e desprezá-la a prática.

Na intuição desse fato biológico se fundam sem dúvida as preocupações nobiliárquicas que muita gente increpa ao dr. Ricardo como uma verdadeira mania ou como uma excentricidade.

Assim as boas como as más qualidades se transmitem de pais a filhos na interminável cadeia das gerações.

Que muito, é pois, que aquêles que contam em sua árvore genealógica nomes de personagens distintos pelo saber e pela virtude, se comprazam em por em relevo e dar a conhecer aos contemporâneos o fato que os nobilita e constituem um penhor da sua própria superioridade?

Esse esforço de conhecer e dar publicidade aos méritos de antepassados, longe de ser uma mania ridícula ou censurável é um título que recomenda o indivíduo ao respeito dos concidadãos.

Entre as famílias que o acolheram no seu seio e às quais o dr. Ricardo passou a prestar os seus serviços mais como amigo do que como profissional, contavam-se os Ferreira Penteado, cujos chefes, os barões de Itatiba, foram os fundadores da escola Ferreira Penteado, confiada ao zelo do Padre Fergo, os Souza Aranha, os Pacheco e Silva, os Teixeira Nogueira, os Campos Sales, nome indissolúvelmente ligado à história do Brasil republicano, Ramos de Azevedo, a quem tanto deve a arquitetura de São Paulo, nome sempre lembrado por quem quer que contemple o magestoso templo que é a glória de Campinas, e entre outros, as duas irmãs Tereza Miquelina do Amaral Pompêo e d. Ana Cândida Pacheco e Silva, almas cândidas e boas, que, neste momento, pairando nesta sala, talvez animem o neto que vos fala a

bendizer a memória do que lhes foi, por um largo trato de tempo, amigo dos mais dedicados.

Foi neste meio que o médico recém-chegado iniciou a sua profissão de clínico e a sua carreira devotada ao progresso moral e intelectual desta terra.

Identificado com a nacionalidade que adotou cinco anos após à sua chegada, ele em breve, sem descurar o exercício da profissão, tomou parte na discussão de todos os problemas sociais e políticos que na sociedade embrionária urgiam por uma solução.

Levado pela sua índole e pelo seu temperamento, teve logo o partido conservador (saquarema), como um dos seus mais fortes defensores. Grangeando pelo talento e pelo esforço a estima pública, já no ano de 1854, menos de dois lustros após a fixação de seu domicílio em Campinas, vemos o dr. Ricardo tomar parte nos debates da Assembléa Legislativa da Província, como um dos 36 deputados eleitos para esse período legislativo, posto conquistado legitimamente pelo voto popular em seguida a um renhido pleito.

Esse fato, por si só, afirma com mais eloquência os méritos do dr. Ricardo do que as palavras encomiásticas que eu pudesse alinhar. Basta dizer que ele se assentava ao lado de Carneiro de Campos, que foi conselheiro de Estado e senador do Império, dr. Antônio Joaquim Ribas, jurisconsulto notável e lente da Academia de Direito, dr. Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha, talentoso orador, dr. José Inácio Silveira da Mota, mais tarde senador por Goiaz, e outros não menos distintos. Presidia então os destinos da Província o notável político dr. José Antônio Saraiva, imortalizado pela lei de 9 de janeiro de 1881, que garantiu a liberdade do voto.

Os jornais da época refletem as paixões partidárias que incendiam os ânimos nesse remoto período da nossa história.

Saquaremas e liberais mutuamente se atacavam usando dos métodos clássicos de discussão os quais, longe de vencer e reduzir o adversário, mais e mais o irritam, induzindo-o a recorrer às retaliações pessoais, e a enveredar para um terreno pouco digno de homens de elevada estrutura moral.

Não os censuremos, antes busquemos na sinceridade de suas opiniões e na dor das feridas produzidas pelas armas do adversário, momentaneamente transformado em inimigo, a explicação, senão a desculpa das atitudes extremas, que bem disse um escritor que "A virtude mais rara nas lutas das idéias é a moderação".

Era natural que o dr. Ricardo, combatente sempre encontrado na estacada, discutidor temível que brandia os argumentos em largos volteios de espada com a mesma facilidade com que desferira a farpa ponteguda da ironia que se ia cravar na pele, fosse também alvo predileto de cutiladas e que para ele escolhessem os adversários na sua aljava as setas mais empenhadas de sarcasmo.

Estas agressões têm algo de interessante para o nosso estudo, pois mostram quais eram os pontos que os liberais julgavam mais vulneráveis no conservador que os enfrentava. Para julgar o valor do homem faz-se mister não somente conhecer os encômios de amigos como também verificar as censuras de que ele se tornou passível, que com muita graça disse um grande poeta que, não só nos devem ser gratos os amigos que nos mostram o que valemos, como os inimigos que, arguindo os nossos erros, nos apontam o caminho do dever.

Um jornal do tempo, o Ipiranga, cuja coleção desse ano ligeiramente compulsei, depara-nos curiosos exemplos desse gênero de ataque. E folgo de reconhecer e deixar consignado que a honorabilidade pessoal, o caráter e a ilustração do dr. Ricardo nunca foram objeto de contestação. Assunto predileto dos ironistas contrários era o seu físico pouco favorecido pela natureza, a sua fala estrangeirada, sua voz fanhosa, sua mania nobiliárquica, sua qualidade de irlandês, suas excêntridades. Lord Batata, beato absolutista, irlandês mentecapto alucinado, eram epítetos com que mais comumente o mimoseavam. É verdade que, em represália a algum ataque mais ferino desferido na sua "algaravia luso-inglesa" vemos um insofrido clamar que ele seria "intrigante, covarde, hipócrita, se não fora um louco varrido".

O mofineiro teve a cautela de atenuar a injustiça e o despropósito da increpação com a condicional que torna romba a arma da agressão insólita.

Outro reproduziu visando o dr. Ricardo, uns versos de Gregório de Matos:

"Desses beatos fingidos
Cabisbaixos, encolhidos,
Por dentro fatais maganos.
Que sendo na casa uns anjos
Fazem do vício alarde,
Deus me guarde."

Vê-se bem como era inócua a arguição como essas setas

partiam do arco sem violência, como batiam sem força na armadura brunida de aço de fina têmpera do seu carater. A coragem, o desassombro, o ar de desafio com que o deputado "pela Irlanda" se collocava na vanguarda da peleja afirmando à face do mundo as suas crenças de católico militante e as suas opiniões políticas tornavam inócuas as inep-tas insinuações, aliás desacompanhadas de uma referência qualquer a fato positivo.

Essas e outras manifestações de cólera provocavam-lhe um sorriso, ele achava-lhes tanta graça como nós, neste momento em que rememoramos alguns lances dessas remotas lutas.

Num outro exemplar do "Ipiranga" encontram-se os seguintes rasgados elogios, ao "descendente dos faraóis" cuja voz era "um eco longinquo da harpa de Erin" a esmeralda dos mares: "o grande filho de Erin" é nobre como a própria nobreza; Orador como Mirabeau; Escritor como Rousseau; adivinho como Nostradamus, ou mademoiselle Lenormand; filósofo como Pascal ou Malebranche; político como Machiavelli. Valoroso como quatro Alcides. Na "Galeria Parlamentar", série de artigos em que eram postos a ridiculo diversas figuras conspícuas do partido contrário ao "Ipiranga", que era liberal, encontra-se um retrato do dr. Daunt, que posta de lado a sua feição caricatural, bem pode dar uma idéia desse homem que nunca permitiu ao Daguerre fixar os seus traços fisionômicos:

Estatura elevada — fronte larga e arqueada como a de Guizot, magro pelas vigílias e locubrações contínuas, pálido como se fosse a marmórea estátua da ciência, com o nariz adunco e pontudo, verdadeiro bico de águia, os olhos azues onde luzem os raios da eloquência e onde ao mesmo tempo há o ligeiro sombreado da reflexão, do cálculo e da meditação profunda...

Confessemos que, mesmo visto através da lente pejorativa dos adversários não parecia tão feio, esse "descendente em linha reta do último faraó do Egito e de uma princesa Scita", cuja preocupação era "converter o auditório à religião da autoridade e da aristocracia".

Não me furto ao prazer de reproduzir um soneto que saiu publicado no "Ipiranga" de 5 de maio de 1855 sob o título "Hieroglifos" e subtítulos "A Nariseida, Primeiro Nariz." Em nota explica o autor: Estes hieroglifos foram acha-

dos entre os papiros de um presidente de uma provincia egipçiana — o patriarca Josué XXVI

Fidalgo fanfarrão que sobre a mesa
 Espreguiça papiros de linhagem,
 Não é um fidalgote Abencerragem,
 Mas longe faz brotar sua nobreza
 Três ascendentes tem na realeza,
 O próprio Egáz Muniz teve por pagem,
 Até ser filho mostra — na contagem,
 Do leão de S. Marcos de Veneza

Estava assinado: —

The Faraó Blatant gums.

Pelo tom das verrietas e versalhadas que tinham por objeto o "irlandês" parece impossível que um elogio, o reconhecimento de algum mérito, transparecesse na folha que tinha tomado a empreitada de o deprimir. Entretanto, num assomo de franqueza, numa confissão tanto mais honrosa para ele quanto o elogio vem envolto nas habituais considerações depreciativas, publicou o "Ipiranga", data de 24 de fevereiro, num artigo intitulado "Escola de meninos" e em estilo candente de indignação:

"... Não podemos ler sem asco e magoada indignação no "Correio Paulistano" de 19 do corrente que o sr. Gumbleton foi nomeado membro da comissão de redação. Não contestamos a ciência do sr. Gumbleton, mas é inegavel que não conhece a língua nacional, e se rarissimos são os brasileiros que na assembléia saibam falá-la e escrevê-la corretamente, o que não se deve esperar de um estrangeiro que a não tem estudado que fala como todos vêm excitando por seus barbarismos e erros de pronúncia a hilaridade dos ouvintes?"

Este "não contestamos a ciência do sr. Gumbleton" vale por uma apoteose, a-pesar-de vir de envolta com uma linguagem desabrida, bem calculada para tocar numa corda sensível do irlandês deputado, como o chamavam.

O autor do artigo bem sabia que a peor das injúrias uma das poucas, talvez, que faziam perder a sua calma habitual, era para ele a negação da sua qualidade de cidadão brasileiro.

A prova deste acerto dera-a ele durante uma sessão da assembléia provincial do ano anterior.

O deputado Manuel Eufrazio de Toledo discutia com

calor um ato da presidência da província, apartado pelo dr. Ricardo.

Num dado momento, o orador observou;

“Sr. Presidente, continuando sempre o nobre deputado a dar-me apartes menos favoráveis, hei-de calar-me, hei-de sofrê-lo sempre com resignação? Creio, pois, que o nobre deputado devia medir seus passos nesta casa, porquanto, querendo acabrunhar, ludibriar a um paulista, a um brasileiro, este paulista, este brasileiro tem o direito de defender a si e aos que forem ofendidos pelo nobre deputado”.

Ao que o dr. Ricardo ergueu-se e exclamou com força:

“E eu também não sou brasileiro? Sou tão bom ou melhor do que o nobre deputado!”

Frase digna do escritor que tinha por hábito sobrepor ao nome que assinava, mesmo dos que publicava em jornais estrangeiros, o qualificativo de “brasilian citizen” ou “cidadão brasileiro”...

Um compatriota do Graccho, não pronunciaria com mais orgulhoso entono o “civis romanus sum!”

Passemos por alto sobre as diatribes de contemporâneos.

Deixemo-los negar conhecimentos da língua de Camões ao exímio médico que ostentava uma erudição sólida e variada, à qual não eram estranhos a filosofia, a história, as ciências naturais, e a quem eram familiares o latim, grego, alemão, inglês, celta, francês, russo, espanhol, ao habitante de uma pequena cidade do interior de São Paulo aceito como membro de numerosas sociedades científicas de Paris, de Buenos Aires, da Holanda, de seu país de origem e da sua pátria de adoção.

Concedamos que ele acentuava erradamente as vogais e que nunca pôde resolver o árduo problema da pronúncia dos nossos rr, no qual embica a maioria dos estrangeiros que aprendem a nossa língua depois de homens feitos, pequenos senões que podem ser confessados sem marear os alevantados méritos que gregos e troianos lhe reconheciam, para encarar numa rápida digressão, a maneira com que à guiza de galhofa, se procurava meter a riso a ufanía com que o “descendente de reis” se referia aos seus avoengos.

É balda antiga deste democrático país tratar com soberano desprezo o respeito às tradições de família e lançar à

conta de estulta vaidade a piedosa conservação dos nomes, dos feitos, das virtudes dos maiores.

Para esses iconoclastas das cousas respeitaveis do passado, cada homem vale por si mesmo, e é agir com bom senso e com superioridade relegar ao esquecimento, como fruto de preconceito e do atraso, como um verdadeiro atentado contra a igualdade perante a lei prometida e garantida pela Constituição, as distinções honoríficas, os títulos, e brazões de que se gloriavam os antigos.

Nada há de mais contrário à natureza das cousas, nada há de mais anti-científico do que essa vã tentativa de fazer tábula rasa do passado e de encarar o individuo em si mesmo, sem relação com as suas origens e com os seus antecedentes familiares.

A igualdade perante a lei é sem dúvida, uma grande conquista do espirito humano, sem ser uma descoberta do progresso moderno, pois há séculos que o Cristianismo vem proclamando a igualdade dos homens perante Deus. Mas o principio de igualdade tem de ser entendido em termos habeis.

Ela não existe nem no terreno estritamente legal nem na esfera moral de modo absoluto e incondicionado. Dentro da ordem jurídica a personalidade humana é tratada de modo diverso conforme a sua condição e de acordo com os seus atos.

Na aplicação da lei tem-se em vista a idade, o sexo, as condições pessoais, a fortuna ou a pobreza, a inocência ou o crime, o vicio ou a virtude, a saude ou a moléstia, a ciência ou a ignorância.

O preceito legal não abrange de modo idêntico e uniforme a crença e o adulto, o homem e a mulher, o rico e o pobre, o bom e o culpado, o são ou o enfermo, antes procura se amoldar às circunstâncias e às infinitas modalidades da existência humana.

Se assim é quanto às rígidas disposições do direito, o que não se poderá dizer do membro da sociedade encarado pelo prisma da moral, quando chamado a prestar contas dos seus atos perante o tribunal severissimo da opinião?

Infeliz daquele que não pode apresentar uma folha corrida limpa e escorreita, em cujo passado se depara uma nódoa não lavada. O tribunal inexoravel, que não se deixa burlar nem iludir pelas alicantinas e pelos sofismas, lavra a sua sentença e a cumpre inexoravelmente.

Mas tambem, quanta honra, quanta glória não advem para o que passa sem pecha pelo exame rigorosissimo, para os que exibem atos meritórios que os recomendem ao res-

peito dos censores, para os que se elevam pela prática do bem e pelos dons da inteligência.

Essa nobreza ele nunca desmentiu quer no exercício da sua clínica, quer nos vários cargos públicos nos quais o investiu a confiança dos governos, ou o voto popular, quer nas variadas iniciativas de ordem científica, patriótica ou religiosa às quais prestou o seu concurso, o que quer dizer, foi um homem completo como profissional, como cidadão, como incansável estudioso e como católico.

A solidez dos seus conhecimentos da ciência que professava era auxiliada por uma notável intuição, sem a qual aqueles não raro falham no momento angustioso de uma crise, naquelas horas em que as probabilidades de vida ou de morte se equilibram na balança e o desfecho depende do golpe-de-vista do clínico, iluminará como um raio o caminho a seguir, abrindo novas perspectivas de luta e de vitória.

O que o tornava, porem, mais simpático era a sua filantropia, o espirito de caridade, o desinteresse com que ele prestava os seus serviços a quem quer que deles necessitasse.

Vivem ainda na memória de pessoas do seu tempo, em carater anedótico, altamente significativo, exemplos que documentam este asserto. Ainda há poucos dias ouvi da boca de um campineiro de velha estirpe que certa vez, chamado para socorrer uma senhora gravemente enferma, ele, sem se negar, a atender, obtemperou que, achando-se por sua vez doente e preso ao leito, só iria se o carregassem. De fato carregado pelos fâmulos para um carro, foi ele à casa de onde partira o chamado, e carregado voltou.

De outra feita, foi procurado por uma alma caridosa que se empenhava para que ele fosse socorrer um pobre preto velho que sofria de atroz moléstia. "Ora". respondeu o ilustre médico com aquela sua pronúncia tão característica, "não vale a pena me incomodar para ver um preto"... O bondoso mensageiro, desgostoso e quiçá magoado com a resposta foi ter com um colega do recusante, e conseguiu levá-lo para junto do humilde catre do pobre desamparado. Qual não foi o seu espanto quando encontrou lá o dr. Ricardo, desvelando-se para minorar os sofrimentos daquele preto velho, pelo qual não valia a pena incomodar-se o ilustre facultativo...

Conta-se também que tendo ele conseguido restituir à saúde a mulher de um abastado fazendeiro, este lhe foi pessoalmente pedir a conta, recebendo a seguinte resposta "Você

é um homem incontentavel! Alem de ter a sua senhora sã, ainda quer conta!"

Era assim o homem, era assim o médico. Ocupou vários cargos, entre os quais o de inspetor da Instrução Pública no distrito escolar de Itú, suplente de juiz municipal e de Orfãos do termo de Campinas (de 1871 a 1874) juiz de paz da freguezia de Santa Cruz. A 7 de janeiro de 1887, tomou assente na edilidade da cidade de seu domicílio.

De como ele tomava a sério as suas funções dão um irrecusavel atestado os anais da Câmara Municipal. Nos seus variados e múltiplos conhecimentos hauria ele elementos para a discussão dos problemas que interessavam o bem público. *Aliás*, quer como vereador, quer como simples cidadão, nunca se alheiou aos grandes interesses do povo, pugnou sempre por eles, esforçando-se, num labutar incessante, para obter a melhoria das suas condições materiais e morais.

É de lastimar que não se tenha tratado de colecionar a copiosissima correspondência que ele mantinha com os vultos mais conspícuos da política nacional e tambem que ninguém se tenha dado o trabalho de reunir os numerosos artigos que ele espalhou pela imprensa, quer estrangeira, quer nacional, versando neles, com sinceridade profunda e superioridade de vistas, os principais problemas sociais então mais em foco. Quantos preciosos ensinamentos, fruto de uma inteligência amadurecida pelo estudo e pela meditação, que ele espalhava às mãos cheias como um milionário pródigo da sua fortuna, não ficariam por esse imperdoavel descuido perdidos para a posteridade.

Tive em mãos, já sem tempo para as aproveitar neste modesto trabalho, algumas cartas recebidas pelo dr. Ricardo, em resposta às que ele escrevia, versando os assuntos mais variados de genealogia, heráldica, religião, medicina, etimologia, legislação, administração, política, obras de beneficência, e de propaganda religiosa, assinadas muitas delas por personalidades eminentes, como o dr. André Augusto de Pádua Fleuri, Diretor da Academia de São Paulo, d. Antônio Joaquim de Melo, dr. Cândido Barata, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dr. Cesário Mota Júnior, Secretário do Interior, Alencar Araripe, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, presidente da provincia em 1881, José Vieira Couto de Magalhães, presidente da provincia no ano de 1889. J. B. de Lacerda, diretor do Museu Nacional e Laboratório de Fisiologia Experimental, João Mendes de Almei-

da, dr. Joaquim de Paula Souza, Barão Homem de Melo, Barão de Piratininga, Conde de Iguassu e muitos outros.

Algumas das cartas que lhe foram endereçadas são interessantes pela ingenuidade com que os autores querem por ao serviço de seus interesses pessoais, a propósito de heranças, etc. os apontamentos genealógicos do dr. Ricardo. Um deles invoca a ciência do linhagista para conseguir provar o seu direito à herança fantástica de 400.000 contos jacentes na Escóssia, da qual eram herdeiros os Bueno da Ribeira, os Pires, Camargos, Proenças, etc.

Os officios do Instituto Histórico contêm quase todos agradecimentos por ofertas feitas pelo dr. Ricardo ao mesmo Instituto, com a declaração do apreço com que foi recebida um dia a "preciosa edição, tão rara quanto curiosa" de uma obra antiga, depois "o exemplar do catecismo da doutrina cristã escrito nas linguas portuguesa e brasileira", mais tarde "o importante donativo de manuscritos".

Uma das cartas de Alencar Araripe explica quais as exigências necessárias para ser aprovado o braço da Cidade de Campinas, da sua lavra. Muitas dessas cartas tratam de assuntos concernentes à Obra de Santa Infância, ao Óbolo de S. Pedro, denotando o espirito de verdadeira caridade cristã pelo qual o destinatário pautava a sua conduta. Seriam elas um elemento precioso para quem, com mais vagar, se dispusesse a estudar a personalidade do dr. Ricardo, a influência que ele teve no seu meio, as variadas preocupações do seu espirito e o modo pelo qual ele encarava os fatos sociais e politicos contemporâneos.

No escasso tempo que me resta, não ousou sequer aflorar o assunto que oferece margem para quem, com mais competência, queira desenvolvê-lo numa meritória reconstituição histórica de fatos da sociedade daqueles tempos, através de uma inteligência e de um carater como o do dr. Ricardo.

Que é esse o valor dos homens preeminentes. Eles como que encarnam as aspirações, as tendências de uma época, como que se constituem os portavozes da alma coletiva que anseia por se manifestar e que se julga feliz quando encontra um intérprete fiel.

O que eles pensaram, o que eles disseram assume então um valor extraordinário, não já por constituir o pensamento, a palavra de um homem, mas por ser a expressão luminosa das idéias que vibravam no seio das multidões, em estado latente e confuso.

Não há quem, familiarizado com a individualidade que

em rápidos traços procurei delinear, lhe negue como homem representativo que ele foi, sincero preito de admiração e de respeito ainda que, colocando-se em campo adverso, combata as suas teorias e negue a verdade de suas doutrinas, pois, como dizia Lamartine, só são irreconciliáveis o crime e a virtude. Os homens honrados têm um terreno comum de patriotismo e de honra, onde podem sempre se encontrar.

Não negarei que ele nem sempre foi ouvido, que a sociedade escolheu em muitos pontos caminho diverso do que era por ele indicado. Ele julgava que era cedo para libertar os escravos, e fez-se o 13 de maio; era monarquista, e fez-se a República; era partidário da aliança do trono e do altar, e fez-se a separação da Igreja e do Estado.

Será lícito concluir-se desses e doutros casos em que ele divergiu da direção dada à Política Nacional que ele fosse um retrógrado, um inimigo do progresso? Seria temerário afirmá-lo.

Toda a sua vida de abnegação, de desinteresse, de patriotismo, constitue um protesto veemente contra tal incriação que porventura se lhe faça.

O que é verdade é que ele era um conservador, por indole, pela sua educação filosófica, pelas qualidades da velha raça à qual pertencia e que repontavam em toda a sua conduta.

Os homens da sua envergadura não retardam a marcha da humanidade para a frente. São antes um freio e um corretivo aos excessos dos impacientes, dos insofridos, que em vez de esperarem o lento e seguro atuar dos fatores do aperfeiçoamento, querem por assim dizer, agarrar o progresso pelos cabelos e se iludem supondo que é possível a natureza dar saltos contra as leis inelutáveis que regem os destinos humanos.

Se lograssem aceitação as soluções que ele preconizava, não há duvidar, o ano de 1888 não teria visto raíar a aurora da redenção dos escravizados. Mas estes, providos de uma educação baseada em sãos princípios, teriam iniciado mais tarde a sua vida de cidadãos com uma consciência mais nítida de seus deveres e com um sentimento mais profundo da sua dignidade; o movimento revolucionário não teria arrebatao a coroa do imperador magnânimo e liberal, mas a República não teria enlutado a nossa história nas convulsões que por alguns anos abalaram os alicerces da nossa nacionalidade e o mundo político não teria sofrido a infiltração de teorias que nos enfraqueceram e desmoralizaram, não se

proclamar a Igreja livre no Estado livre, mas a família, constituída sobre as sólidas bases da moral cristã, não apresentaria os sintomas alarmantes que encham de espanto e de tristezas os espíritos mais ponderados e clarividentes.

Diga a justiça imparcial se à derrota em tal terreno acarreta glória ou vitupério!

Para ser-se bem sucedido no teatro do mundo, disse Bentham, "é preciso ardil e intriga; aquele que souber importunar, mentir, ligar, conforme a ocasião, a audácia à baixeza e variar os seus embustes, terá êxitos que nunca sonharia o homem virtuoso, inimigo de artificios, e que procura conservar sempre a honra em todas as ocasiões."

Ele sabia disso, e preferiu arrostar impavidamente, em muitas conjuncturas, os motejos e as negações das turbas, que não raro abandonam os seus verdadeiros amigos que ralham e censuram, para escutar os vis que as lisonjeiam. Para estes os faceis louros que a posteridade arranca, para aqueles os aplausos e a glorificação da história justiceira.

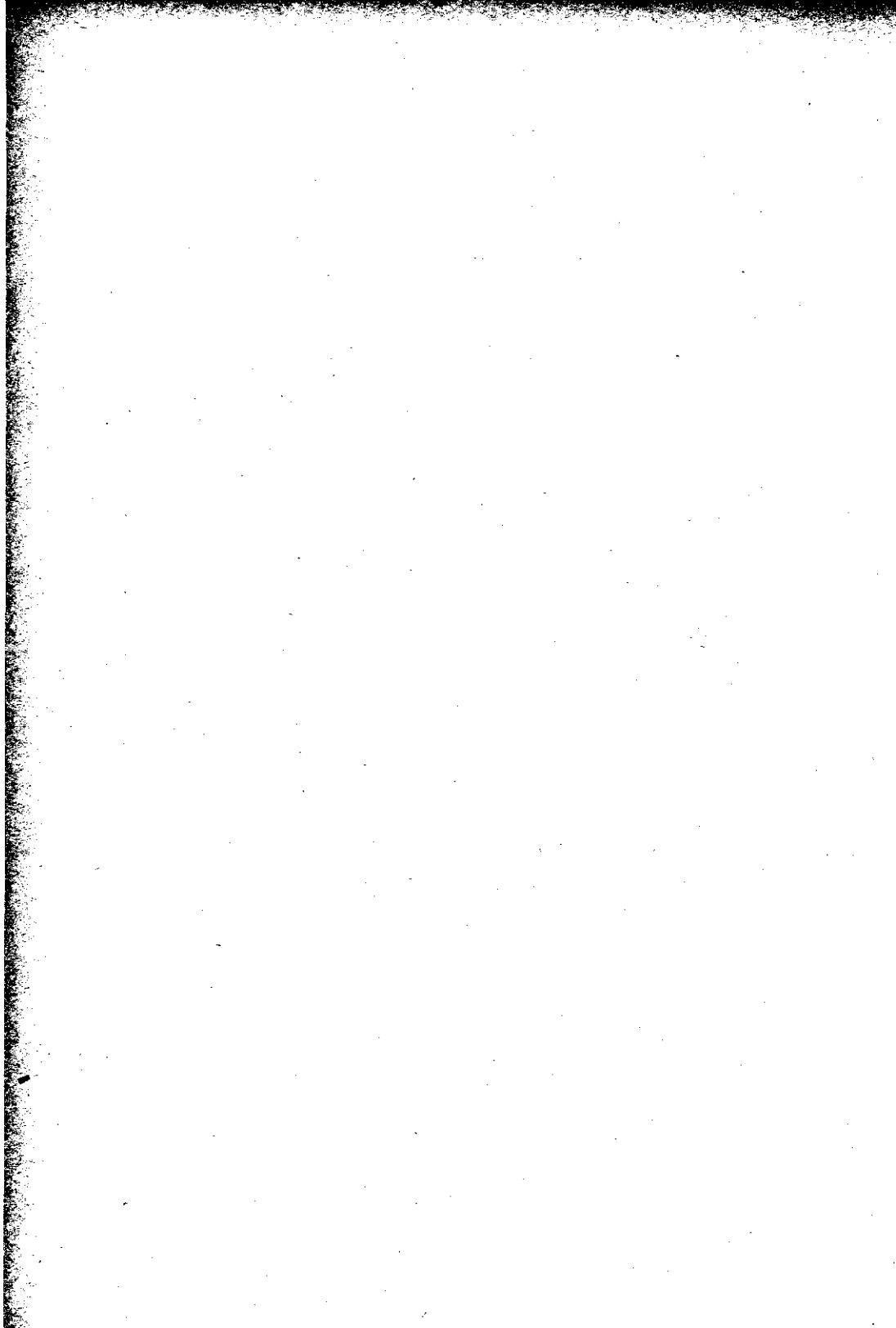
Essa justiça ele já teve, logo após a sua morte, na inscrição do mármore levantado sobre seu túmulo e que resume numa síntese admiravel muito mais eloquente do que tudo que eu possa ter dito, o que foi esse homem, esse cidadão, esse católico.

O dr. Ricardo Gumbleton Daunt e d. Ana Francelina de Camargo, sua esposa. Unidos viveram, e agora, unidos dormem um sono longo mas não eterno. Também unidas essas duas almas puras, benfazejas, nobilíssimas, descansam no seio de Deus. A gratidão do povo ao apóstolo da ciência, ao cidadão exemplar, ao cristão sem medo e sem mancha, erige este monumento de perpétua saudade.

E agora, cem anos depois que ele abriu os olhos para o mundo e vinte e cinco anos depois ele os cerrou para sempre, essas belas e justas palavras são ratificadas solenemente nesta assembléa em que se acham representadas a cidade de Campinas, que ele tanto amou, por seus órgãos legítimos, o clero, por seus mais elevados representantes, a intellectualidade brasileira, pelo que ela tem de mais culto, o patriotismo, pelo que ele tem de mais fervoroso, a mocidade pelo que ela tem de mais entusiástico, a alma feminina pelo que ela tem de mais puro e delicado, a piedade filial pelo

que ela tem de mais sagrado, o passado, que é a saudade, pelos cabelos brancos dos velhos, o futuro que é a esperança pelo fulgor dos olhos dos moços, e como se tudo isso não lhe bastasse à apoteose, até a Augusta Senhora exilada da pátria mas não dos corações, Isabel a Redentora, símbolo de uma era e de instituições que se foram, se associa a esta homenagem de amor e de civismo ao lado dos representantes dos Poderes políticos do Estado Republicano, e honra insigne e rara, o Soberano de uma das mais poderosas nações do mundo, no meio das preocupações do grave momento histórico que a humanidade atravessa, dignou-se enviar também a sua palavra de aplauso e de assentimento, que há pouco ouvimos.

Senhores, o espírito ao qual neste momento, chegam nos espaços em que se livra, as harmonias de tantas vozes, as palpitações de tantas almas, admiração de tantas inteligências, as bênçãos de tantos corações, pode sorrir com o sorriso doce do justo que recebe o galardão dos seus feitos, e dizer: Imortalidade, és minha!



PORTUGAL E A CIVILIZAÇÃO

TITO LÍVIO FERREIRA

I

Há três séculos, no ano da graça de 1640, depois de sessenta anos de domínio espanhol, Portugal sacode, num gesto de exaltado civismo, o jugo político de seus dedicados opressores. Para logo d. João IV envia, aos soberanos europeus, embaixadas portadoras da notícia da restauração da independência da Pátria. Secretariada por dr. Antônio de Sousa Macedo, a mais notável delas rumou para a Inglaterra, por se tratar de potência importante e, principalmente, porque a ilha, por esse tempo, já exercia indisfarçável preponderância nos negócios do continente. O memorial apresentado ao governo de sua majestade constitue admirável peça, escrita em vinte e quatro horas. Nela o habil secretário expõe, documenta e justifica as razões da insurreição portuguesa, além de fundamentar, de maneira brilhante, os direitos incontestes do representante da Casa de Bragança ao trono do Mestre de Aviz.

Após a sua apresentação em Londres, esse precioso documento foi publicado em italiano, pelo jurisconsulto e historiador genovês João Batista Birago Avogadro. Sousa Macedo filia a linhagem de d. João IV a d. João I, prova a sua escolha pelos restauradores e defende os direitos do rei de Portugal, concluindo: "... per non fare come li Castigliani, li quali vogliono mostrare tocate al re D. Filippo il Regno per mille vie, fondandosi, in esse Decimo, Duodecimo e Vigesimo Nepote di tal Ré, di tal Infante, di tal Principe, con intervensione di molti bastardi il che se può essere diritto bastante, senza risguardo delli parenti piú prossimi, certo il Ré di Castiglia non solamente é Ré de Portogalo, mas di tutto il Mondo. Perché in tal modo non vi é Principe, da chi non discenda. E forse in questo deve fondarsi il voler-esser Ré universale. Se pure non stima esserlo per testamento de Adamo, come dissero alcuni".

Esse final é saboroso. Os advogados do rei de Espanha demonstrariam, por dedução e parentesco, ser o seu soberano im-

perador do Universo. Se o não julgassem, implicitamente, rei universal, por algum testamento ou codicílio de Adão, conforme disseram. E para tanto bastava muito pouco: papel, tempo e tinta.

Ora, a luminosa argumentação do emérito defensor da causa portuguesa revigora, em toda a linha, o conceito de Frederico Loliés, quando afirma: "Portugal foi, cerca de cem anos, o portaestandarte do mundo civilizado". Porque houve, é certo, nesse país quem estudasse, nas diversas províncias do direito, com antecipação de mais de dois séculos, as instituições jurídicas mais tarde consagradas pelo uso. Essa obra civilizadora expediu-se através das universidades da Europa, em cujas cátedras professavam eminentes educadores portugueses. E daí Michel de Montaigne dizer nos "Essais": "En cela Andreas de Goveanus (André de Gouveia) nostre principal, comme en toutes autres parties de sa charge, fut sans comparaison le plus grand principal de France..."

André de Gouveia, mestre de Montaigne, foi diretor do colégio de Guienne, a convite do reitor da Universidade de Bordéus. Marçal de Gouveia e Antônio de Gouveia, irmãos do precedente, ilustraram o nome da pátria nas universidades onde professaram. E Diogo de Gouveia, tio dos outros, doutor em teologia pela Universidade de Paris, chegou a reitor dessa Universidade.

Famoso jurisconsulto do século XVI e professor de filosofia em Paris, Antônio de Gouveia notabilizou-se pela sua memorável discussão com Ramus, sobre a dialética de Aristóteles. Esse debate levou o Parlamento de Paris a proibir, por édito, a venda em toda a França dos livros de Ramus, além de cassar-lhe o direito de ensinar filosofia.

Outros sábios portugueses dilataram o nome da pátria nas cátedras das mais afamadas universidades europeias.

Na Universidade de Paris lecionaram Humanidades: Diogo de Gouveia, André de Gouveia, Marçal de Gouveia, Antônio de Gouveia, Antônio Pinheiro; d. João Fróis (mais tarde cardeal); d. Pedro Sardinha, frei Gaspar Reis, frei Jorge de S. Tiago, frei João da Cruz, frei Duarte, d. frei Diogo Soares de Santa Maria; Medicina: Diogo Silva.

Na Universidade de Montpellier ensinaram Medicina: Fernão Mendes, Lázaro Ribeiro, André Lourenço Ferreira. Este foi ainda cancelário da mesma Universidade, membro do Conselho de Henrique IV e seu físico-mor.

Na Universidade de Poitou, lente de Humanidades: Marçal de Gouveia; na de Avinhão, de Leis: Antonio de Gouveia, que viera da de Tolosa; na de Bordéus, de Filosofia e Teologia: d.

frei Francisco Soares Vilhegas; na de Tolosa, de Medicina: Pedro Vaz Castelo, Francisco Sanches; na Universidade de Lovaina, de Medicina: Felipe Montalto; de Teologia: frei Antônio de Sena; frei Luiz de Sotomaior, que passou depois para a Universidade de Alcalá; frei Agostinho da Graça; de Controvérsia: d. frei Diogo Soares de Santa Maria, que veio da Universidade de Paris; na Universidade de Sapiência Romana, de Cânones: Jorge Calhandro; de Instituta: Paulo Calhandro (filho do antecedente); Gabriel Falcão; de Teologia: Gregório Nunes, Francisco da Costa, Diogo Seco; de Retórica e Lógica: João Vaz da Mota; de Retórica e Filosofia: Manuel Constantino; de Humanidades: Tomaz Correia, que passou depois para a Universidade de Bolonha, Aquiles Estaço; de Controvérsia e História Eclesiástica: frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, que professou depois Filosofia Moral na Universidade de Piza; de Filosofia Martinho Mesquita, Gabriel da Fonseca, Filipe Eliano; de Leis: Diogo Lopes de Ulhoa, Bento Pinhel; de Medicina: Jorge de Moraes, Rodrigo da Fonseca, Estevão Rodrigues de Castro, que depois passou para a Universidade de Pádua; de Filosofia Moral: frei Francisco de Santo Agostinho; de Leis: Estevão das Neves Caldeira; de Medicina: Rodrigo Fonseca; na Universidade de Turim, de Medicina: Pedro de Barros; na Universidade de Ferrara, de Medicina: João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano); de Leis: Luiz Teixeira; na Universidade de Bolonha, de Escritura: frei Luiz de Beja; de Cânones: Manuel Rodrigues Navarro, frei Álvaro Pais; de Retórica: Tomaz Correia; na Universidade de Saragoça, de Teologia: frei Pedro de Alverca; na Universidade de Sevilha, de Anatomia: Dionísio Velho; na Universidade de Lérida, de Teologia: frei Agostinho Osório; na Universidade de Valladolid, de Cânones: frei Serafim de Freitas; de Teologia: frei Nicolau Coelho do Amaral; de Escritura: frei Gaspar de Melo; na Universidade de Ossuna, de Medicina: Afonso Nunes de Castro; de Escritura: frei Alberto Coelho; de Teologia: frei Pedro de Abreu; na Universidade de Barcelona, de Teologia: frei Pedro Tostado; na Universidade de Salamanca, primeiro lente de grego, em Salamanca e em toda a Espanha: Aires Barbosa; de Humanidades: Manuel de Oliveira, Manuel de Azevedo, Francisco Martins, Gaspar Alvares da Veiga; de Filosofia: João Soares de Brito, Sebastião Gomes de Figueiredo, Agostinho Nunes; de Retórica: Francisco Homem de Abreu, João Fernandes, que depois passou para a Universidade de Alcalá; de Astrologia: Gabriel Gomes; de Matemáticas: Rafael Nogueira; de Medicina: Luiz Lemos, Duarte Fernandes, Francisco Fernandes, Ambrósio Nunes; de Instituta: Jerônimo de Milão Fragoço;

de Cânones; Fernão Aires de Mesa; de Teologia: frei Diogo Fernandes, frei Luiz de S. Francisco, Belquior Cornejo, Vasco Rodrigues, Miguel da Costa, Pedro Margalho, d. João Altamirano, Alvaro Gomes, que veio da Universidade de Lutécia; de Leis: Manuel da Costa, d. Francisco de Puga, Ascenço Gomes, Antônio Gomes, Amador Rodrigues, Francisco Caldeira Febo, Aires Barbosa.

Larga é a contribuição dos portugueses para o progresso e para a cultura da Humanidade. Navegadores, sábios, educadores, escritores, poetas e prosadores dilataram pelos quadrantes do espaço e do pensamento, o nome de Portugal, imortalizando-o.

E, assim, esse pequeno povo constituiu a pátria grande e preparou, com o potencial de sua civilização, a grandeza de outros povos.

II

D. JOÃO

Magnífico e majestoso em seu conjunto severo e sóbrio em suas linhas mestras, o belo edifício da civilização portuguesa se ergue entre duas batalhas: a de Aljubarrota e a de Alcacer-Kibir. De 1385 — a data da primeira, a 1578 — a data da segunda, decorrem 193 anos. Assinala uma o início do governo construtivo de D. João I, o Mestre de Aviz; a outra demarca a derrocada fragorosa da monarquia portuguesa, com o perecimento de d. Sebastião, o Desejado. Aljubarrota é a ante-manhã prenunciadora de um dia cheio de trabalhos, de guerras e de realizações, para atingir Alcacer-Kibir, em cujo ocaso melancólico se apagam, no seio sangrento das areias africanas, cerca de dois séculos de um passado imponente.

Em sua formidável jornada, o Mestre de Aviz lança, através do tempo e do espaço, a trajetória assombrosa de seu povo, com esboçar-lhe a curva ascendente de uma civilização em marcha. Tal o seu objetivo. Nele se revela a organização notável de um plano refletido, onde se conjugam, se entrosam e se integram todos os anseios virís de uma raça caldeada no entrechoque das guerras seculares. Consubstanciados se acham esses anseios, no ímpeto retilíneo com que o monarca se atira ao combate e se projeta na história. É porque um grande ideal o anima: alicerçar o futuro da pátria, na força, no prestígio e na prosperidade.

Para despertar no fundador da dinastia de Aviz, a vontade forte de crear uma forte nação, contribue, poderosamente, o famoso jurisperito, doutor João das Regras. Um mês antes de D. João I ser eleito rei, quando se reúnem as Cortes de Coimbra,

o laureado pela Universidade de Bolonha, alto e bom som declara: — Portugal não quer, de maneira alguma, ser castelhano. Não quer e não há de ser, afirma repetindo. E convence, com a sua dialética incisiva, a golpes de lógica cerrada, os indecisos, os indiferentes e os cépticos.

Aclamado rei pela vontade popular, D. João I não descansa. Empreende, para logo, com a cooperação imperiosa de Nuno Álvares Pereira, a conquista de Portugal. Traçam, este e aquele, com os seus montantes, as fronteiras da pátria, delimitando-a. Enquanto o Mestre de Aviz e o Condestavel pelejam, duramente, nos campos de batalha, a-fim-de expulsar os castelhanos para o interior de Espanha, João das Regras labuta nos domínios do direito e elabora para os portugueses, uma legislação social em conformidade com os usos e costumes da época. E os três, rei, condestavel e legislador, com as armas da força e da lei, temperam, na forja viva dos combates, o futuro de uma raça predestinada a transformar completamente, a fisionomia medieval e civilizadora da velha Europa, com entreabrir-lhe um novo ciclo econômico, social, jurídico e expansionista.

Em função de seu destino de soberano eleito pela vontade explícita do povo, D. João I cumpre religiosamente o mandato que lhe fora outorgado pelos súbditos: torna a pátria independente e dá-lhe, com gesto ousado e firme, o sentido-exato do verdadeiro rumo histórico. Encontra o Mestre de Aviz, em seu filho, d. Henrique, o Navegador, o espírito ávido de realizar, no campo econômico, a autonomia do reino, e no domínio religioso o expansionismo da Fé Católica. Prolonga-se, objetivamente, a grande obra empreendida. Manifesta-se, em toda a plenitude, o gênio realizador da raça. E o plano coordenado pela vontade conciente do rei, não sofre solução de continuidade. O infante prossegue no rumo delineado pela inteligência do Mestre de Aviz. Identificados como se acham pelo mesmo ideal, o setor de ambos se toca e se dilata. Visam o engrandecimento de Portugal, bem português. Desenha-se, na alta e clara visão de ambos, a perspectiva grandiosa do soberbo futuro reservado a esse povo, em cuja alma vibram alertas de heroísmo cavalheiresco. Movem-se essas duas figuras de seu tempo, no meio ambiente propiciatório. Ai são colhidos pelas linhas de força do renascentismo, caracterizadas pela evolução social, religiosa, econômica e humanística do fim da Idade Média. Essas linhas, de força positiva e ascendente, atingem o ponto mais alto da escalada. Situa-se nessa altura, o governo faustoso de D. Manuel, o Afortunado. Pouco depois começa o declínio. Este chega em linhas quebradas de fraqueza. E a descida é progressiva e contínua. Os traços bem acentuados dessa

trajetória dirigida, traçada pela vontade robusta e operante desses rudes batalhadores, revelam, na sua estrutura, o potencial de energia, de audácia, de intuição e de inteligência desse povo conciente de seu destino e de sua finalidade histórica.

Enorme é o esforço e a sinergia consumidos nesse trabalho gigantesco. Portugal é português. Portuguesa é a sua civilização. Realiza a unidade política. Adquire prosperidade econômica. Atinge a plenitude estética e o desenvolvimento cultural. Cerca de um século é suficiente, depois da fase preparatória, para vencer essa jornada luminosa.

Tiveram os portugueses, após a vitória de Aljubarrota, em D. João I e em D. Henrique, no rei e no infante, as duas forças máximas, condutoras de Portugal à posição avançada de porta-estandarte da civilização europeia. Mantem-se, nesse posto, com bravura e galhardia, combatendo. Esgotadas as reservas de energia moral, espiritual, cívica e econômica, a decadência caminha. E a imprevidência, a inhabilidade e a fraqueza de D. Sebastião levam o escol de sua terra e de sua gente, à derradeira aventura: o desastre de Alcacer-Kibir.

Perdera-se, no fundo remoto dos tempos, o sentido augusto da voz imperativa de João das Regras: — Portugal não quer ser castelhano! Chega o momento indesejado. Recolhem os espanhóis, com a morte de D. Sebastião, a sucessão da monarquia portuguesa. Todavia, no recesso da alma lusíada, a voz de outrora, como um toque de sentido, ressoará ainda: — Portugal não quer ser castelhano!

III

ESCOLA DE SAGRES

Descendência da mais alta linhagem espiritual e moral, os filhos de D. João I revelam, ao longo da vida, as qualidades de inteligência e de caráter, de iniciativa e de audácia, determinantes de uma raça e de um destino. Formam a guarda avançada, condutora da mocidade patricia. Em primeira plana, porem, se alteia o enérgico e sereno perfil do fundador da dinastia. Entre o rei e os infantes há o contacto direto, a unidade perfeita, o prolongamento de ação e de pensamento. Desse notável equilíbrio onde pai e filhos guardam a distância social, identificada no respeito destes por aquele e na atenção daquele por estes, resulta a hierarquia familiar e a disciplina alicerçada no respeito mútuo e na estima recíproca. Dessa conformidade entre o rei, os infantes e o povo, parte a idéia, força unificadora da expansão marítima, religiosa e colonial, concretizada no Império Português.

Metódico, refletido e conciente, D. João esboça, em linhas fortes e precisas, o programa nacionalista. Consubstancia na alma portuguesa, o ardor impetuoso, a necessidade de ação e os sonhos de aventura e de glória, dispersos no substrato social, com atar a tradição e a continuidade. E prepara a síntese da raça predestinada a realizar o seu mais alto destino.

D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando, eis a descendência masculina do Mestre de Aviz. O primeiro será o sucessor do rei, por morte deste. Humanista e legislador, D. Pedro introduz a imprensa no reino. De regresso de suas longas viagens, traz para D. Henrique, os mapas de Valseca e um exemplar do famoso e raro Livro de Marco Polo, escrito em fins do século XIII. D. João fez-se frade, D. Fernando, o Santo, em cujo espírito místico vive a idéia da cruzada contra o infiel, perde a vida em Marrocos, martir voluntário dos mouros.

Dessa estirpe ilustre, é D. Henrique o continuador da grandiosa obra de nacionalismo iniciada pelo Mestre de Aviz, entre o ocaso da Idade Média e o amanhecer da Renascença. O mundo medieval vai desaparecendo. Surge das névoas do futuro, a Idade Contemporânea. O Infante funda a Escola de Sagres. Conduz Portugal ao gesto heróico de quebrar o círculo geográfico em que a Europa se comprime. E realiza, assim, a maior façanha de todos os tempos.

Conquistada a terra pelo rei, começa a conquista do oceano pelo infante. Em 1833, D. João consolida a estrutura social da nação, unificando-a. Trinta e três anos depois, em 1418, D. Henrique instala no Cabo de São Vicente, onde giram os ventos e batem as ondas, a Escola de Sagres. Portugal e o Atlântico se defrontam. Tenebroso e terrível, envolto no mistério verde das vagas viajoras, o oceano exerce, nas imaginações inquietas, o prestígio envolvente das águas em perpétuo movimento. Voltados para o mar, os portugueses sentem-lhe a atração maravilhosa. E têm o pressentimento, utilitário e prático, de que as suas energias elaboradas através do tempo e das lutas, vencerão o oceano e os continentes remotos.

Acabada a independência de Portugal, necessário se torna fazer-lhe a autonomia econômica. O espírito comunal e corporativo das populações nucleadas, adquire o rumo exato. Perde o primitivo sentido rural, cujas raízes mergulham no passado e na terra. O anseio nativista de existir, de avançar, de criar e de enriquecer, domina a consciência coletiva. Solitário no promontório, D. Henrique medita. O povo cresce. Condensa-se nos campos. Reflue para as vilas e cidades. Pequena é a terra para as atividades dos seus habitantes. O comércio e a indústria prosperam. Biparte-se

o problema político: é social e econômico. Correlacionam-se. Escasseia o numerário. Portugal e Europa sofrem de anemia financeira. Contudo, o intercâmbio do oriente com o ocidente, vai avolumando. Trazidas através da Arábia e do Mediterrâneo as mercadorias da Índia fabulosa, rumam para os mercados de Veneza e de Gênova. Estes corolários levam D. Henrique a por em equação o problema de várias incógnitas. Para resolvê-lo conta com a solidariedade cooperante de sua gente. Reune agora, em Sagres, nessa varanda aberta para o mar, o escol dos sábios de seu tempo e de várias terras. Matemáticos, geógrafos, cosmógrafos aí professam. Asceta da Idade Média, D. Henrique prepara, na manhã da Renascença, a transição do mundo que morre, para o mundo que surge, com ativar as inteligências abertas aos mais avançados conhecimentos científicos. Seus pensamentos se constroem no ciclo infinito dos raciocínios lógicos e positivos. Informa, indaga, pesquisa, compara e conclue. Sagres, sob a sua orientação, é uma Escola Naval impar. Revela, na sua organização, e no seu funcionamento, o gênio de um homem empreendedor e de um sábio experimentado. A curiosidade científica, a propagação religiosa e o expansionismo pátrio o empolgam. Não segue, porém, a improvisação apressada. Pelo contrário. Estuda, observa, sistematiza. Espírito analítico apoia-se na técnica experimental e na síntese científica. E desse longo e dirigido esforço, dessa preparação inteligente e perseverante, resultam o desenvolvimento marítimo, a dilatação da Fé Católica e a grandeza do imperialismo português.

Debruçados sobre cartas marítimas e portulanos, instrumentos de náutica e mapas de continentes, os mestres da Escola de Sagres aperfeiçoam os homens capazes de devassar os segredos do mar oceano. Trabalhados pelo ideal, pela vontade e pela experiência, ei-los, mais tarde, ao serviço da Pátria, da Religião e da Humanidade, encontradiços pelas estradas econômicas do globo.

Antes de morrer, em 1433, D. João contempla, entre orgulhoso e desvanecido, as jornadas primeiras dos alunos de Sagres. A marinharia das descobertas movimentada-se. Ocupa em 1419 a Ilha da Madeira e o arquipélago dos Açores em 1431. Prossegue a sua derrota oceânica. Em 1469 D. Henrique deixa de viver, entreparando. Sagres continua. Sobrevive ao creador. Cada vez mais avança o caminho marítimo rasgado nas ondas, pelas naus portuguesas em cujas velas brancas refulge, em vermelho vivo, a Cruz de Cristo.

Pela sua ousadia, destemor e heroísmo, os conquistadores dos mares assombram os homens dos continentes. Consolidam a

Pátria, a Monarquia, a Religião e o Império. Transformam a fisionomia social, política e econômica das populações européias. Atingem os postos mais avançados da civilização, com universalizar o nome de Portugal. E colocam nas mãos abertas do Velho Mundo, o Mundo Novo ambicionado.

IV

A ERA MANUELINA

O maravilhoso Portugal do século XVI resplandesce, faiscante de luzes, na dadivosa Era Manuelina. Ela situa, na perspectiva do tempo, o ciclo glorioso das navegações. Recorta, na claridade forte da época, o perfil marcante do rei D. Manuel, o Venturoso. E assinala, no espaço contínuo, a jornada oceânica e portentosa, desse povo, onde o tumultuar heróico dos superhomens da Índia se confunde com o tumultuar confuso dos mercados internacionais, num vozear áspero e opulento.

D. Manuel sucede, quase ao findar do século XV, ao bisneto do Mestre de Aviz, D. João II, em cujas mãos potentes se enfeixa o poder absoluto, com extinguir os privilégios dos fidalgos. Criterioso, enérgico e decidido, D. João II enobrece o povo e humilha a nobreza, abatendo-a. Não lhe perdoam semelhante agravo. Procuram eliminá-lo. Coagido, recorre à violência. Mantem, com força opressiva, o seu prestígio de rei e o prestígio da realza. Concita os bronzeados marinheiros de Sagres a prosseguirem pelos mares afora, sem correr o risco de engano ou desvio da rota preestabelecida. Está sempre alerta, em seu infra-consciente, a intuição do caminho da Índia. Vence, com esses homens afoitos e afeitos a todos os perigos, a todos os revezes, a todos os triunfos, o cabo Tormentório. Contornado o continente africano, a rota do Oriente se lhe afigura livre e desatada. Apresta a expedição de Vasco da Gama. Morre antes de vê-la, no rumo desejado, velejando. Cabe a D. Manuel a glória de assistir-lhe a partida alvoroçada e rumorosa. E todos os preparativos para esse movimentado e suntuoso ciclo manuelino provêm da combatividade cavalheiresca desse povo, expressão imortal de uma raça, onde se fundem, se agitam e se exaltam nobres sentimentos, feitos de energia creadora, de abnegação sublime, de sacrifício sobre humano.

Descoberto o caminho da Índia, Portugal se transforma, para logo, num forte Império. Torna-se a metrópole econômica do mundo. É a primeira potência européia. Admirado pela riqueza, faz-se respeitar pelo poderio naval e militar. Domina os mares

e assombra os continentes. Estende agora a sua esquadra de duzentas naus, por três oceanos, cruzando-os. Culminam, em toda a plenitude, as máximas realizações da nação susserana, depois de um século de trabalho persistente, de vontade inquebrantável, de supremo heroísmo.

Revezam-se, na arrancada mística e vitoriosa, os condutores desse povo cheio de fé e de bravura. É o Mestre de Aviz, o libertador; D. Henrique, o Navegante; Gil Eanes, o devassador do Atlântico; Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, a revolução geográfica; Duarte Pacheco Pereira e Álvares Cabral, o Brasil; Afonso de Albuquerque, o Império do Oriente. E todos contribuem, com entusiasmo, para consolidar a unidade e a autonomia da pátria, e envolver, em luxo asiático, o senhor da conquista e do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, el-rei D. Manuel, o Venturoso.

As cortes estrangeiras recebem agora, com respeito e admiração as embaixadas portuguesas. Todavia, a embaixada de D. Manuel ao Papa, constitue, por sem dúvida, o maior acontecimento desses tempos, tal é o seu esplendor, a sua riqueza e a sua magnificência. Deslumbra, extasia, ofusca, a descrição do cintilante préstito. Abrem a comitiva o tigre e o elefante indianos. Todo coberto de pérolas, o embaixador Tristão da Cúinha avança no meio das chamejantes dalmáticas dos arautos e dos reis de armas portuguesas. A cavalo, as murças vermelhas sobre as opas roçagantes de brocado, os doutores Pacheco e João de Faria respondem, em latim escultural, às palavras cortezes dos cardiais romanos. Eletrizado, aturdido, ofegante, o povo da Cidade Eterna, de Roma, cérebro e coração do mundo, expande o seu ruidoso entusiasmo, aclamando: "Portugal! Portugal!".

Assim, desse rude povo de agricultores e marinheiros, em cujo humus biológico germina uma consciência viva e comum, surge o ciclo épico dos descobrimentos, para concretizar, na Era Manuelina, todos os sonhos da alma humana, lampejantes de heroísmo e de cultura. É porque nas energias dinâmicas da raça, o ideal anseia por atingir a forma suprema da realidade. Realidade consubstanciada no gênio intuitivo e emocional dos imaginários dos artistas do buril, da pena e do pincel, para glorificar o ritmo agitado e fluorescente desse povo, e imortalizá-lo na forma serena da pedra, no colorido luminoso da tela, na expressividade sóbria da literatura. Porisso gravam na pedra silenciosa da Batalha dos Jerônimos, do Convento de Cristo, da Torre de Belem, do Paço da Ribeira, todo o eloquente resplendor do momento histórico, reproduzido na original desharmonia do gótico flamejante manuelino. E nesse fenômeno social se observa o desen-

volvimento estético, científico e artístico dos conhecimentos humanos, aplicados em revelar, na beleza das forças, a harmonia da vida.

Todos os motivos marítimos sugerem obras de arte. Cor-dalhas, calabres, vergas, algas, frutos, monstros, sereias, grifos, centauros, hipocampos, madreporas, quilhas se unem, se entrelaçam, se enroscam na lioz dourada, em pilastras, em colunas, em capitéis, em nervuras de abóbadas. E, por toda parte, esferas armilares, cruzes de Cristo, sugestões do mar e do Oriente. Naves, janelas geminadas, ogivas e arcos mestres esplendem em rendilhas de pedra, florescem em altos relevos animados, estremecem na fuga das arquivoltas inspiradas, sorriem na alma luminosa das rosáceas coloridas. Essa arquitetura senhorial caracteriza o estilo manuelino. Evoca o ciclo heróico das descobertas. O culto do belo desperta os naturalistas imaginários da Renascença. Com que ardor eles trabalham, cream e animam, com toda a sua alma, nutrida na sociedade humana, essas concepções de beleza, serena e sublime. Levantam nos castelos, nas fortalezas, nos palácios, nas igrejas e nos conventos, flechas, agulhas, coruchéus, ameias, torres, alcáçovas, torreões, onde todos os estilos se conjugam, todas as expressões da arte se fundem, para contar, pelos séculos afora, a glória imortal de D. Manuel.

Com o labor voluptuoso dos ornamentistas da pedra, os pintores, os ourives e os iluministas revelam o seu talento e a sua emoção, no embevecimento com que trabalham. Em retábulos e painéis, os "primitivos" refugiam-se na sua arte extreme de influências destoantes, para representar, na luz, na paisagem, no colorido próprios, cenas sociais, históricas, marítimas e religiosas. O estilete dos iluminadores morde os pergaminhos, matizando-os. Identificam-se as almas na beleza, na luminosidade, na técnica, para surpreender, no ciclo manuelino, o sentido nacionalista de uma arte, de uma época, de uma escola. E daí as ciências, as letras e artes exercerem, nos períodos de prosperidade econômica, a sua função social, eminentemente socializadora.

Notável centro de cultura artística, Lisboa reúne a mais estupenda e a mais rica floração intelectual desse tempo. Celebra, nesse momento histórico e social de um povo, a consciência coletiva da raça, a vibrar na angústia exaustiva de um minuto construtivo. A literatura se forma nos ritmos da alma contemporânea e estiliza, no clima espiritual de cada inteligência, a emoção estética da Era Manuelina. Artistas da palavra escrita, lavram, modelam, afeiçoam a língua bárbara, feita no campo e no mar, golpeada, viva e flagrante. Ei-la no teatro de Gil Vicente, na

prosa de Bernardino Ribeiro, na poesia de Garcia de Rezende, nas crônicas de Damião de Góis e de João de Barros.

Para essa estrutura social, política e artística, D. Manuel elabora a organização judiciária, codificada nas **Ordenações Manuêlinas**. Remata, assim, com o direito ao serviço da justiça, o edifício munificente de seu esplêndido reinado.

O clarão da arejada espiritualidade portuguesa ilumina a Europa. Todas as forças vivas da pátria se fundem, na mais forte expressão de seu equilíbrio, de sua harmonia e de sua unidade, para, com a solidariedade unitária das glórias comuns, formarem o potencial magnífico do Império Português. Todo esse poderio une três oceanos, crea três impérios e faz desse pequeno país lusiada, a grande metrópole internacional. E assim, por esse pórtico deslumbrante, Portugal, senhor dos mares e de continentes de além-oceano, entra na História da Civilização, para dar audiências de heroísmo e de beleza aos demais povos da Europa.

V

O HUMANISMO PORTUGUÊS

Homens de pensamento e homens de ação, os portugueses reúnem admiravelmente, quando floresce a Renascença, o talento de bem conquistar ao talento de bem escrever. Poetas e prosadores, humanistas e soldados, mercantes e homens de letras, aliam, nessa fase heróica, o gênio marítimo, o gênio guerreiro e o gênio artístico. Aventura e arrojo, coragem e destemor, bravura e cavalheirismo são as características raciais desses superhomens da África, da Ásia e do Brasil. Distinguem-se também pela sua unidade espiritual. Tornam-se notáveis nos centros culturais da velha Europa. E levam, pelos quadrantes do mundo, com a sua gente, a civilização da sua terra.

Vencidos pelo resplendor de suas próprias glórias, encantados pelas satisfações da vida, esses homens comungam, na alegria de viver, o pão da Beleza, através da literatura, das artes, das ciências e de todos os interesses e atividades intelectuais. Permite-lhe, a sua unidade social, penetrar o sentido estético e humano do movimento renascentista. E aí, nas letras mais humanas (*humaniores litterae*), se alçam, batidos por esse intenso clarão de espiritualidade, os valores culturais da síntese portuguesa.

O engrandecimento da pátria e o engrandecimento das artes, das ciências e das letras se processam por igual, nessa radiosa manhã da Renascença. Já os antecessores de d. João III, substituto de d. Manuel, o Afortunado, praticaram e protegeram as

boas-lettras, incentivando-as. Cultores da inteligência, os reis medievais portugueses trocam, por vezes, o montante pela pena. Escrevem entre duas batalhas, uma canção, uma crônica ou um romance. E daí arder, cada vez mais alta, a chama da intelectualidade portuguesa.

D. João III continua a obra portentosa de seus antecessores, sem abandonar os pesados encargos de sua brilhantíssima corte. Nesta se exaltam e se aprimoram a graça, a elegância, a espiritualidade e a fidalguia, tão em voga nas requintadas cortes européias. Agora o nacionalismo e o humanismo se confundem. E ambos se integram na consciência da nação, para lhe dar o sentido universalista.

Para além de Macau, nos confins do Ocidente, o gênio marítimo dos homens do Oriente causa admiração e respeito. Possui agora o Império Português fortalezas na Índia, balcões de comércio no golfo pérsico e na Etiópia. Orientada, com patriotismo e critério, pelos conselheiros do rei, a política econômica e colonial obedece a uma diretriz ponderada e firme. Avisada e sábia, ela conquista e domina possessões na África e na Índia e coloniza o Brasil.

Concluída a conquista oceânica, os portugueses se preparam para os árduos combates espirituais. E vencem com galhardia, em todos os domínios da inteligência.

O movimento humanístico emociona as almas, arejando-as. Ele exprime, expande e enobrece o pensamento e a cultura. Revivem, nas Universidades européias, as belezas da arte e do espírito imortal dos gregos e dos latinos. E a exuberância dos labores intelectuais se afervora em todos os setores da inteligência.

Creada em 1377, a Universidade de Lisboa recebe também o influxo dessa evolução de alta profundidade estética e educativa. Todas as forças-sociais e todas as energias morais concentram-se, no gosto da sobriedade e na plenitude da expressão, para o desenvolvimento do vigor, da agudeza e da sensibilidade, consubstanciados na realeza do espírito humano. No entanto, a vida comercial de Lisboa perturba, de maneira visível, "a quietação das ciências". Regorgitam praças e ruas. Esse bulício inquieto distrai os estudantes, com desviá-los das aulas. É necessário transferir a Universidade para outro sítio. O lugar escolhido é Coimbra. A paisagem serena e a tranquilidade ambiente das margens bucólicas do Mondego constituem o clima propício para o expansionismo da cultura portuguesa. Concluída a mudança, d. João III institue o "estudo geral e a universidade muito copiosa e de muitas cadeiras e muitos lentes, assim de sagrada escritura e teológica, como de cânones e leis, medicina, filosofia, artes, lati-

nidade e grego", narra o cronista. O rei confia então a André de Gouveia, humanista, educador e teólogo emérito, o encargo de reorganizar os programas universitários, e de convidar, para lecionar na Universidade, os melhores mestres da França, da Itália e da Espanha. André de Gouveia exerce, por esse tempo, o cargo de reitor da Universidade de Guienne, em Bordéus. Michel Montaigne frequenta esse estabelecimento de ensino; é discípulo do grande educador. Mais tarde, quando o genial humanista francês escreve *Les Essais*, não esqueceu o mestre, com fazer-lhe justiça: "**Andreas de Goveanus (André de Gouveia) fut sans comparaison le plus grand principal en France**". E para substituí-lo em Guienne são escolhidos dois eruditos portugueses: João da Costa e Diogo de Teive.

Diogo de Gouveia, sobrinho de André de Gouveia, vai suceder o tio, mais tarde, na reitoria de Coimbra. Da família Gouveia destaca-se, porem, Antônio de Gouveia, literato de acurado gosto e filósofo insigne. A convite de Francisco I, da França, refuta os argumentos empregados pelo famoso Ramus, para combater a filosofia de Aristóteles. Vence, brilhantemente, o antagonista. Sanciona o rei de França a vitória do talento e da cultura. E proíbe por édito especial, ao vencido, o exercício de sua profissão de mestre, na cidade de Paris.

Mecenas do Espírito, d. João III protege o erudito, o cientista o filósofo, o filólogo e o artista. Eles revelam através da emoção estética, o clima cultural do humanismo português, a quem as belas letras devem a ductilidade e a clareza soberana da forma, onde estuam, cheias de vigor, a ousadia e a concisão da idéia.

A erudição entusiasta conduz os homens à produção intelectual. Assim D. João de Castro dá à publicidade, respectivamente, em 1533, em 1539 e em 1541, três importantes obras de viagens. Três roteiros onde se conjugam a observação, a ciência e a arte literária do autor: Narra o primeiro desses livros, na ordem cronológica, a viagem realizada pelo marinheiro ilustre, de Lisboa a Goa. Descreve o segundo, a continuação da rota, de Goa a Diu. E contem o terceiro, a narrativa da travessia do mar Roxo.

Cosmógrafo do reino, Pedro Nunes inventa o nônio. Publica o célebre **Tratado da Esfera**. Discutida pelos mestres, no alto de suas cátedras, essa obra valiosa é compendiada para os estudantes das Universidades européias. O eminente sábio inicia o estudo náutico da loxodromia. E tem ainda a intuição das cores do espectro solar, decompondo-as. Garcia da Orta descreve, pela primeira vez, o cólera asiático. O ensaio sobre ciências econô-

micas, de Mendes de Vasconcelos, é o primeiro impresso na Europa. Com idéias adiantadas, mesmo em relação aos tempos de hoje, Francisco José de Almeida escreve o **Tratado de Educação Física**. Precursor de Francis Bacon e de Newton, o notabilíssimo Antônio Luiz dá a lume, vinte e um anos antes do primeiro e cento e dois anos antes do segundo, o seu famoso livro: **De Occultis Proprietatibus**. Nesse trabalho o autor demonstra conhecer as teorias do equilíbrio universal dos corpos. E Francisco de Holanda, conviva de Miguel Ângelo e de Sebastiano del Piombo, com seu livro "**Tratado de Pintura Antiga**", revela a cultura estética da antiguidade.

Tipo completo do cavaleiro andante, Amadis de Gaula inicia o ciclo vitorioso dos Amadis. Bernardim Ribeiro e Jorge Montemaior florescem no límpido estilo pastoril. Palpita a sensibilidade artística do poeta Crisfal. Fernão Mendes Pinto ultrapassa o notável **Livro de Marco Polo**, com a sua vívida obra **Peregrinação**, através do extremo Oriente. Antônio Ferreira apresenta a primeira tragédia clássica publicada na península ibérica. Freme o gênio de Gil Vicente. Ele inaugura o teatro da crítica social. Mais tarde esse gênero teatral há de immortalizar Molière. Brilha o renascentismo italianizante e modernista de Sá de Miranda. Vibra o saber humanístico de D. Jerônimo Osório. "Homero da grande epopéia das glórias portuguesas", Fernão Lopes descreve, com magistral vigor, os feitos imortais de sua terra e de sua gente. Damião de Góis, Diogo do Couto, Castanheda e João de Barros impregnam suas narrativas históricas do "novo espírito de vivacidade e de impulso sagrado, que preparou os materiais para a majestosa fábrica dos "**Lusíadas**", depõe Teófilo Braga. Esplende, em toda a sua majestosa amplitude, a formosa cultura humanística de Luiz Vaz de Camões. A sua obra universal, **Os Lusíadas**, guarda em toda a sua magnificência, equilibrada e harmoniosa, a beleza, latejante e viva, do heroísmo glorioso dessa raça predestinada pela divina graça, para unir, por laços econômicos, três continentes remotos, e para civilizar, através do pensamento social e humanístico, nações européias.

No século seguinte, Francisco Rodrigues Lobo, Francisco Manuel de Melo, Padre Antônio Vieira, Padre Manuel Bernardes e Frei Luiz de Sousa, clássicos bilingues, escrevem tanto em português como em espanhol. Contudo, realizam o milagre de manter o espírito lusíada independente do espírito castelhano. E levantam, bem alto, o predomínio do idioma camoneano, exaltando-o.

Todavia, quando o humanismo se dilata pelo continente

europeu, o escol dos sábios de Portugal vai fecundar os seminários das Universidades de Paris, Bordéus, Montpellier, Salamanca, Saragoça, Alcalá, Barcelona, Bélgica, Bolonha, Roma, Piza, Ferrara, Pádua, Turim, Tolosa e Valladolid.

Helenista famoso, latinista admiravel, Aires Barbosa é o primeiro mestre a ensinar, na Espanha, o grego. Doutorado pelas Universidades de Paris e Lovaina, Aquiles Estaço torna-se helenista de renome. Funda uma biblioteca em Roma, onde ocupa na Universidade da Sapiência, a cátedra de grego. Autor de síntese negativista, **Quod nihil scitur**, Francisco Sanchez pontifica nas Universidades de Montpellier e Tolosa. Lecionam latim, na Universidade de Paris, Diogo de Teive e Pedro Fernandes Nova. Reitores da Universidade de Gueienna, os Padres Vilhegas e João Bernardes da Costa revelam seus talentos humanísticos. Latinista exímio e arqueólogo distinto, alma radiante da graça renascentista, André de Rezende é ouvido, com louvores, na Universidade de Lovaina. Como se vê, é prodigioso o impulso intelectual dos portugueses, levado a todos os centros científicos da Europa. Eméritos educadores, três humanistas portugueses merecem a destacada honra de ser eleitos, por unanimidade, reitores da Universidade de Paris, isto é, da Universidade do Mundo. E recebem, respectivamente, essa investidura dignificante: Guilherme de Gouveia, em 1530; Álvaro da Fonseca, em 1538 e Diogo de Gouveia, o Moço, em 1548.

Portugal desvenda ao Mundo novos Mundos, com o gênio ousado de sua marinharia, enquanto o gênio de seus humanistas espalha do alto das cátedras universitárias da Europa, os tesouros do saber, da cultura e da ciência.

Como a Grécia de outrora, a França de hoje ensina o mundo a pensar, através da claridade luminosa de seu espírito universal. Todavia, quando a França, a Itália e a Espanha iam a Portugal pedir-lhe professores, para as suas Universidades, foram os sábios portugueses que ensinaram essas nações a pensar. Estremeceem as almas, na manhã renascentista. Vibrani, em toda a sua plenitude, tocadas pela beleza da Graça e revividas pela graça da Beleza. E nesse momento Portugal dissemina pelo Mundo os lusiadas, gloriosos semeadores da Cultura e da Civilização.

VI

O MOSTEIRO DA BATALHA

Síntese do gênio português, o mosteiro da Batalha imortaliza a vitória de Aljubarrota. Ergue-se na tranquilidade in-

ponente da paisagem ondulada. Concentra, no rendilhado maravilhoso da pedra, o espírito místico e aventureiro da nação em marcha. Evoca, na ousadia viril de suas linhas harmoniosas, a vitória da fé, da energia e da bravura. Exalta, no majestoso conjunto, a vontade sobrehumana de um povo, a audácia crescente de uma raça, o impulso coeso da gente sôfrega de autonomia. E esplende, na pedra trabalhada, nos altivos coruchéus, nas lanceoladas ogivas, no vôo radioso dos arco-botantes, na glória luminosa e triunfal da vitória do povo, conquistada no campo da batalha.

Todo um século de história se abre na porta gótica da igreja, para se fechar na porta árabe das Capelas Imperfeitas. Soberbo e sóbrio, perfila-se no limiar o austero vulto de Nunálvares. Está ali como sentinela, avançada e alerta, de um futuro flamejante. E na outra porta, como guarda heróica de uma época refulgente, alteia-se a figura imperial de Afonso de Albuquerque, vigilando. Humanas e vividas, ressurgem, no interior do monumento, as três épocas reis da centúria gloriosa. Palpitam na Capela do Fundador, D. João I, na rotunda octogonal de D. Manuel, o Venturoso, e na Casa do Capítulo, Mestre Afonso Domingues. Equilibrado e estético, esse conjunto suntuoso aproxima, unifica e funde, num todo perfeito, a alma cavalheiresca desses reis e desse povo, enobrecendo-o.

Estruge ainda, no sossegado silêncio desse interior majestoso, o turbulento e confuso tropear da batalha, travada entre adversários desiguais. D. João I de Portugal, com um punhade de bravos, defronta, sob a claridade copiosa do sol ardente, a cavalaria arrogante e numerosa de D. João I de Castela. Resolvem os reis, no campo de guerra, o secular pleito dinástico, e jogam a sorte dos povos aguerridos. Nunálvares conduz, na primeira arrancada, a vanguarda portuguesa. Esmagadas pela furiosa pressão da cavalaria adversária, fletiam já as alas do Condestavel, quando entra o rei na segunda fase do combate. Arrasta, no seu ímpeto incisivo, os cavaleiros da reserva, exortando-os. Projeta-se no mais aceso da luta. Leva de vencida os inimigos estupefatos. Este passo, Júlio Dantas o narra: "... e palpitante de vitória, roto de armas, negro de sangue e pó, o rei de Portugal — finalmente rei! — com uma bravura que espantou a França, que assombrou a Inglaterra, que Washington exaltou, que Froissart, deslumbrado, pintou nas suas crônicas, varre o campo inteiro, espalha em volta de si o terror e a morte, atira aos corvos e aos cães, como um festim, a flor da cavalaria de Castela, emancipa uma pátria, salva um povo".

Conquista esse grande rei, com a sua terrível bravura, a

coroa que lhe há de cingir a fronte, dominadora e trigueira. O povo o aclama e o consagra. Portugal cerra a página aberta por Afonso Henriques, nesse distante século XII. Entreabre-se agora, no poente medieval o madrugar promissor do ciclo heróico da pátria portuguesa. E a luz do entardecer se dilue na manhã luminosa. Se o fundador da monarquia portuguesa não consegue, inteiramente, a independência desejada, o Mestre de Aviz realiza agora essa memorável façanha. Um só anseio os empolga. E ambos derramam, pela autonomia da terra sagrada, o sangue dadivoso, fremente e fecundo.

Vai começar, nesse momento, o arrojado labor desse povo conciente de sua missão civilizadora. Humana e objetivista, o alerta das almas arejadas pela vitória, se projeta no foco da consciência nacional, robustecendo-a. Assim os portugueses se atiram, numa investida sublime, pelas estradas econômicas do mundo. E, batidos de sol, ofegantes de glória, resplandescentes de fé, ei-los a elaborar, na Escola de Sagres, embalados pelos rumores profusos do mar tumultuoso, o futuro da nacionalidade. Consubstancia-se, num século de realizações estupendas, toda a epopéia civilizadora dos Lusíadas. Esta vive, respira, humaniza-se nas navegações e nos descobrimentos, nas conquistas e nas colonizações, no expansionismo da raça e no domínio absoluto da Língua Portuguesa.

Plantado, por esses poucos bravos, o marco inicial do novo rumo, a marcha continua. Ninguém pode, nesse momento decisivo para uma pátria, deter a avançada triunfal. Com a cruz vermelha de Cristo, aberta nas velas enfunadas, esse povo parte para a conquista dos mares e das terras longínquas. E revela mundos e crea impérios.

Reposa, na imortalidade, o Mestre de Aviz. Na Capela do Fundador o seu túmulo se ergue. Estrondeia ainda, no arco das abóbadas, o vozear da multidão cavalheiresca de Aljubarrota, o confuso tropel da "arraia-miuda", o ululante clamor dos "ventres ao sol", na desvairada vertigem do combate. Exaltam o rei valoroso, immortalizam a pátria surpreendida e glorificam a bravura da gente portuguesa.

Adiante surgem as Capelas Imperfeitas. Representam bem o expansionismo da raça, através dos quadrantes do globo. Revela-se aqui, em toda a sua grandeza, o sentido civilizador e cristão da prodigiosa obra de Portugal. Ficam para trás, no tempo e no espaço, os combativos companheiros do Mestre de Aviz. Diferente multidão cerca D. Manuel, o Venturoso. Mareantes, sábios, arautos, homens de armas, capitães, governadores, vice-reis, mercadores formam essa turba, multicolor e movi-

mentada. As Capelas Imperfeitas conjugam as três etapas grandiosas da nacionalidade: a independência, a expansão e a riqueza. E nelas se fundem, em toda sua estrutura, as causas sociológicas, determinantes desse esforço repetido, onde latejam o fervor religioso e a elegância, cavalheiresca e aventureira, da gente portuguesa.

Eis agora a Casa do Capítulo. No travejamento audacioso desse larço de abóbada se animam e se unificam todos os milagres da fé, do idealismo, da certeza e da energia da raça, identificados no gênio creador de Afonso Domingues, o arquiteto cego. Sete anos dura esse arrojado trabalho. Com as trevas nos olhos, o construtor dirige, luminosamente, o serviço confiado à sua inteligência. O fecho da abóbada constitue um desafio das forças da inércia, atirado ao esclarecido engenho do mestre arquiteto. Colocado sobre os andaimes, o artista acompanha os trabalhos, tateando-os. A intuição, a vontade e a clarividência pulsam, ritmicamente, nos movimentos sinérgicos de Afonso Domingues. Diversas tentativas falham. No larço final as pedras desabam. Não desanima o arquiteto. Recomeça. Empolga-o a certeza do triunfo. Concentra, no tope da abóbada, toda a força de seu talento. Realiza enfim o maior sonho de sua vida. As pedras se ajustam, se juntam, se apertam, se fundem no encontro perfeito das forças juxtapostas e equilibradas. O imortal arquiteto da Casa do Capítulo descansa. E deixa as pálpebras cair sobre os olhos vasios de claridade, nesse minuto supremo de suprema afeição.

Erguido pelo grande Afonso Henriques, o mosteiro de Alcobaca demarca a arrancada medieval do povo ávido sempre de sua independência. Linhas severas e rígidas dão-lhe o aspecto de enorme esforço entreparado. Ressalta, no seu conjunto, a penetrante impressão do que foi, no afastado século XII, o primeiro impulso para atingir, no século XIV, a emancipação definitiva. Sua arte não é nacional. No entanto guarda, na sua estrutura, a alma combativa desse povo construtor. Todas as forças sociais colaboraram para o seu levantamento. O espírito de Afonso Henriques se une, por cima dos séculos, ao espírito de D. João I. Ambos comungam, com o povo, o mesmo ideal de liberdade. E então se fundem, no mesmo potencial de força, de harmonia e de unidade, para servir a Deus e servir a Pátria. Alcobaca é, portanto, o ponto de partida. Assinala, na severidade medieval de suas linhas sóbrias, a origem francesa. No entanto, símbolo de fé católica e de esperança pátria, ela encerra o anseio do povo, desse povo em cujo humus, vivo e fecundo, latejam os altos sonhos da humanidade.

Santa Maria da Vitória, a maravilhosa igreja da Batalha, perpetua a peleja de Aljubarrota. No arremesso triunfal de suas linhas, o mosteiro revela, no exterior, a influência gótica francesa. Todavia no interior se humaniza a mais pura expressão da arte portuguesa. Obra prima da arquitetura sagrada, constitui, no século XIV, o mais expressivo e o mais perfeito monumento erguido na Europa. E o equilíbrio e a harmonia do seu conjunto grandioso, ressaltam na beleza estética de suas linhas arquiteturais.

Alcobaça recorda a plebe de Afonso Henriques. O mosteiro da Batalha lembra a gente de D. João I. E ambos immortalizam. duas batalhas, dois reis e um povo. Esse povo elabora nas suas células históricas, a grandeza da pátria, dilatando-a. Vigilante e valorosa, a "gens" de Alcobaça e de Aljubarrota, animada pelo sopro creador do mais vivo idealismo, constrói a civilização portuguesa. Todo esse esforço, comum e objetivista, toca o apogeu, na era manuelina. E então, d. Manuel para glorificar essa obra de tantas gerações, levanta o Convento dos Jerônimos, às portas de Lisboa, sobre o Tejo e sobre o mar.

Falam esses monumentos de pedra, dos lavradores, dos guerreiros, dos navegantes, dos colonizadores, dos gênios e das almas, em marcha para a glória e para a immortalidade. E na sua grandeza serena e sugestiva, viverá, através dos séculos, a bravura e o heroísmo dos Lusíadas, empenhados em propagar por todos os quadrantes da terra, a Civilização Cristã e o Império de Portugal.

VII

OS LUSÍADAS

Heroísmo cavalleiresco e aventureiro é a característica marcante e provectora do povo português. Com ela a comunidade medieval congrega a raça, o território e a língua, para formar a unidade nacional, integrando-a. Do século XII ao século XV opera-se, lenta e progressivamente, através das liberdades municipais, das organizações corporativas, da tradição pátria, da continuidade familiar e da fé católica, o movimento de conjunto, em cujo potencial se condensam todas as forças vivas do povo, em pleno exaltamento, objetivo e expansionista. Essa evolução dirigida se processa com mais intensidade, ao longo do século XV. Prenuncia, com firmeza, vigor e tenacidade, a síntese gloriosa do gênio lusíada, em toda a sua florescente e fecunda plenitude. Então o clima espiritual da Renascença completa, com o acurado

labor dos humanistas, o ciclo maravilhoso das atividades nacionais dos super-homens portugueses. Influenciadas pelas grandes descobertas, a literatura, as ciências e as artes se impregnam do mundo grego, heleno e cristão, iluminados pelo brilho e riqueza de fantasia e batidos pelos ventos marítimos dos quadrantes ensolarados. Assim a civilização portuguesa atinge o auge de sua suntuosidade. E Portugal assume, pelo poderio, pela riqueza e pela cultura, o posto de vanguardeiro da Europa, com universalizar-se.

Surge, em começos do século XVI, o poeta, cujo alto poder de expressão, de cristalina bravura e de ardente patriotismo, personificaria o ideal da raça portuguesa. E' Luiz Vaz de Camões. Depois de cinco anos de estudos na Universidade de Coimbra, Camões abandona "os saudosos campos do Mondego", pelo campo ameno que "tu, claro Tejo, regas tão sereno". Aparece em Lisboa. Mas não pode viver "sem vós, ninfas do Tejo e do Mondego". Ingressa na corte cerimoniosa do senhor Dom João III, quando este envida esforços para colonizar a nossa terra, pelo sistema de capitánias. Descoberto havia cerca de meio século, o Brasil era pobre. Os aventureiros não fazem escala em nossos portos. Cortam de largo as águas do Atlântico. Rumam para a Índia longínqua. E daí convergirem, para lá, todas as esperanças e todos os navegantes.

No entanto Camões veste a farda. Soldado, embarca para a África. Anseia esquecer em combate com os mouros, as amarguras do coração inquieto. Arrasta-o, a essa aventura, o seu espírito belicoso. Regressa dos areais africanos. Tempos depois deixa Lisboa para seguir, como navegador, a rota dos mares tumultuosos. Para ele a ação é irmã do sonho. E' inevitável a sedução envolvente da Índia fabulosa. Procura-a. Contagiado pelos fenômenos econômicos da época não foge ao tempo nem ao destino. Nem conta o poeta navegar ao arrepio das ambições dominantes no momento. O oceano coalha-se de naus abarrotadas de ouro, de especiarias e de seda. E quantas vezes nas cristas chaméjantes das ondas se desfazem, em novelos de espuma, árdüos desejos e loucas fantasias. O poeta desembarca em Goa. Segue depois para Macau. De 1553 a 1567, quatorze anos, andeja por essas terras distantes. Regressa afinal. Batido pelo inverno da penúria, passa algum tempo em Moçambique. Minguam-lhe os meios para prosseguir na volta. Facilitam-lhe os amigos o dinheiro preciso para continuar a viagem de retorno. Alquebrado e pobre, ei-lo enfim no solo pátrio. Rondam-lhe os dias a miséria e a desgraça. A amargura envolve-lhe a alma esfarrapada pelos ventos ásperos da vida. Todavia, a alma acrisolada pelo sofri-

mento, não esmorece. Soldado, marinheiro e, poeta, emocionado e vencido pela grande epopéia nacional dos portugueses, "resumindo o pensamento de seu tempo, Camões nos **Lusíadas**, dedicados aos descobrimentos da Índia, lança com pincel divino os lineamentos principais das nobres recordações da idade média", depõe Alexandre Herculano. Antes, porém, de esculpir **Os Lusíadas** no alto relevo das estâncias imortais, o épico soffre-lhes a rudeza e a glória de seus feitos grandiosos, para depois insuflar-lhe o espírito creador, humanizando-os. Para isso ele escande, no endecassilabo heróico, o culto místico da pátria gloriosa, trabalhada pela destemerosa gente, que "novos mundos ao mundo irão mostrando". Europa, Ásia, África, América e Oceania rasgam a moldura magnífica de seus panoramas vivos, para neles se movimentarem, com desembaraço, os super-homens da raça de que orgulhosamente descendemos. Nessa penosa e paciente caminhada por alheias terras, "sobolos rios que vão por Babilônia..." soa-lhe bem, na alma e no coração, onde palpita o nobre ideal de "ternura heróica", o nome de Portugal. Afigura-se-lhe grande a terra pequenina. Do mais extremo Oriente ao mais fundo Ocidente, o nome da pátria se expande, aos poucos dominando. E através dos territórios descobertos ou conquistados, os bravos lusíadas sobrepõem, ao linguajar do gentio, a nossa "português casta linguagem", que a gente "com pouca corrupção crê que é Latina".

Para Oliveira Martins o poema camoneano não pertence à Humanidade; constitue, por sem dúvida, sagrado patrimônio de um povo. Todavia esse povo realiza, por divino milagre de intuição, o mais alto sonho da humanidade: o expansionismo colonial, através dos mares tenebrosos. Transfunde-se em ação ardente, o anseio lendário da grei impulsionada pelo sonho da época, em cujo bojo rumorejante, referve e rutila, em todo o seu claro esplendor, a seivosa energia da alma nacional. Daí a epopéia oceânica, ultramarina e colonizadora, onde arfa, em haustos profundos, pródiga da mais varonil audácia, do mais leal heroísmo, do mais profundo esforço coletivo, uma era inteira, construída pelo povo e pelo povo eternizada. E' todo esse idealismo comum, luminoso de glória, se projeta e se incorpora na velha alma da humanidade, remoçando-a.

Camões supervisiona a universal grandeza da pátria, enobrecida pela arrancada memorável. Ela vive no espírito da coletividade, no espírito lusíada, no coração de Portugal. Cristalinizada na memória popular, a epopéia se alça, através da síntese maravilhosa de claridade, no simbolismo imponente dos **Lusíadas**. Sobre a tarde promissora, onde as meias-tintas do crepúsculo me-

dieval se fundem com as luzes da manhã renascentista, escrevem os portugueses, na angústia de um momento, soberba e fulgurante página da História da Civilização. O épico surpreende, no âmage de sua alma, o ressoar oceânico das façanhas gloriosas, realizadas pela sua aventureira gente. Camões dialoga com a pátria.

Forja, em seguida, o verso épico para exaltar a sinergia expansionista nacional, universalizando-a. A vida humana se projeta, com vigor, no plano mais subido, onde perpassam navegadores e poetas, políticos e soldados, geógrafos e cronistas, aventureiros e apóstolos, reis e povos, à luz meridiana do instante mais insigne do tempo. Colhidos no auge da unidade pátria, ei-los a assombrar o mundo, com os seus cometimentos lendários, presentes sempre numa atmosfera de estética, de cultura e de emotividade. E nesse labor, épico e lírico, pleno de amor à grandeza do homem e à essência das cousas, o poeta pela graça de Deus levanta, nos *Lusíadas*, o monumento nacional dos portugueses, com céus, mares e continentes de todo o orbe, por onde transitaram e sofreram os heróis, reveladores da Índia e das Américas.

Para Montesquieu, Camões, "*dont le poème fait sentir quelque chose des charmes de l'Odyssee*", funde, pela universalidade de seu gênio, o espírito luminoso de Homero e o talento altíssimo de Vergílio: "Camões é o mais completo artista do Renascimento", afirma G. le Gentil. (*Camoens-Introduction*). F. Schlegel sintetiza: "Camões não se limita nos *Lusíadas* a cantar o Gama e descoberta da Índia, a dominação e as proesas dos portugueses nesse continente: seu poema contém, além disto, tudo o que a história antiga de sua pátria apresenta de nobre, de grande, de cavalheiresco e de comovedor, ordenado em um todo. Esta epopéia compreende toda a poesia de uma nação. De todos os poemas heróicos dos tempos antigos e modernos nenhum há tão nacional e com tamanha intensidade. Jamais, desde Homero, poeta algum foi amado e honrado de seu povo, tanto quanto Camões".

Os *Lusíadas* são, para Edgard Quinet, em *Génie des Religions*, o canto de aliança do Ocidente e do Oriente. Porque "encontrareis ali, por toda a parte, escreve ele, uma alma profunda como a do oceano, e que, à semelhança deste, une duas praias. Sentireis em cada verso que o navio da Humanidade aborda plagas há tanto separadas; respirais brisas novas que enchem a vela do pensamento humano e os céus dos Trópicos miram-se debruçados na onda mais pura do Tejo". E resume: "Tudo, até essa língua portuguesa, tão marcial e tão nobre, tão retumbante como terna, tão rica de vogais maravilhosas, representa um comentá-

rio e uma tradução natural entre o gênio do Ocidente Europeu e o gênio da Ásia Oriental...”

Com esse idioma, feito no campo e no mar, fremente de sonoridades e de belezas, palpitante de ousadias e de ternuras, o gênio de Luiz Vaz de Camões consubstancia, nos **Lusiadas**, o mais perfeito “Breviário da Raça”. Emocionados e embevecidos, vós portugueses e nós brasileiros, contemplamos a epopéia dinâmica vivida por esse Portugal cavalheiresco e aventureiro, onde respiram, latejam e rutilam as poderosas energias raciais, identificadas nas idéias, nos sentimentos, no sangue e na ação realizadora. E nela pulsa, em todo o seu potencial, a língua esbelta de Camões, a nossa língua que, agora e sempre, “florescia, falava, cantava, era ouvida e vivia”.

O MAPA DA LINHA VERDE E A QUESTÃO ACREANA (1)

LUIZ FILIPE DE CASTILHOS GOICOCHEIA

Desde há um ano justo — Senhores do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO — ansiava por esta oportunidade. Queria, de viva voz, atestar a todos e a cada um, o reconhecimento que lhes fiquei devendo pelos votos dados ao meu nome, na sessão de 5 de outubro de 1938, para a admissão no quadro dos sócios correspondentes deste colendo sodalício.

A investidura — crede — recebi-a com profundo desvanecimento; tomei-a como a melhor paga ao esforço feito até então para conhecer e fazer conhecido nosso passado; conservo-a como incentivo para mais e melhor trabalhar na História do Brasil e para a História do Brasil, não falta pendor, talvez nem como historiador no sentido corrente, aquele dos estudiosos que se afana em procura das causas para poder explicar os efeitos dos fenômenos sociais, mas, apenas, como individualista, exaltando os homens-expressões, os homens-representativos — Heróis e Gênios — que balisam as Idades, servem de fanais às Épocas, consignificam o valor dos povos, emprestam seus nomes para assinalar os episódios culminantes, decisivos, da vida da Humanidade, e, com isso, como esteta, cantando a beleza dos gestos impositivos, a excelsitude dos ideais que norteiam à marcha, avante dos aglomerados humanos.

De qualquer forma não estarei fora da História, seja a *laudatione* dos romanos, seja a *eucómion* dos gregos, seja a crônica em moda nos últimos séculos ou a que apetece nos tempos que correm, aligeirada, flexível, humana.

Não importa, de resto, o padrão da História quando não fuja ela à verdade que se deseja, à realidade que se ambiciona.

O que se faz mister é que o escritor tenha compreendido o

(1) Conferência proferida, na sede do Instituto, no dia 13 de outubro de 1939.

drama e os seus actores, haja se integrado na hora que passou, sentido as vibrações dos homens em ação no pretérito.

Wagner, o músico doublé de filósofo, afirmava viver com os pés na terra e a cabeça no círculo dos sons...

O historiador necessita semelhante capacidade para ser ve-raz: viver a existência vegetativa no presente e respirar e pal-pitar no passado, só no passado.

Assim procuro fazer para ser digno de tão desvanecedora companhia como é a vossa.

Senhores! Eu vos disse de minha gratidão por me haverdes acolhido e do grande desejo que alimentava de poder, em pessoa, dizer desse sentimento.

Entendi que o melhor meio de o fazer seria o de vos dar a conhecer trabalho meu, recente, sobre a questão que Oliveira Lima disse haver sido a mais grave de quantas teve o Brasil a sustentar, aquela do domínio político sobre as terras extremadas da Amazônia, região fabulosa, "a última página do Gênesis" no dizer de Euclides da Cunha, "o inferno verde" da qualifica-ção de Alberto Rangel, o Acre desse fascinante, quasi lendário Plácido de Castro, dos nordertinos tenazes, fortes como gigan-tes, estoicos como se foram orientais, **impávidos como eles mes-mos.**

Por esse trabalho ireis avaliar o quanto de bravura se fez precisa para que esse rincão da pátria voltasse a ser nosso, fosse reivindicado para a soberania da bandeira verde-amarelo, fosse incluído, de novo, na carta geográfica do Brasil.

De qualquer forma, porem, recebei-o, a esse trabalho, como homenagem à vossa bondade e como segurança do meu sincero apreço ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, templo de sabedoria, escola de patriotismo, lar para os nunes tute-lares da nossa raça, âmbito propício às lembranças daqueles vul-tos trismegistos que construíram a pátria de todos nós, que alar-garam em caminhadas formidáveis, que lhe fixaram as raias em lutas temerosas, que a civilizaram, enriqueceram, elevaram à al-tura das velhas pátrias da Europa e acima das velhíssimas pá-trias da Ásia e da África.

Ao vos prestar homenagem também me inclino ante às me-mórias dos homens que cultuais, tivessem sido aqueles espan-tosos Bandeirantes que desarrumaram a geografia do Continen-te ou aqueles que em defesa do Brasil se alongaram até longe das fronteiras ou aqueles que organizaram a nação, bateram-se pela independência e pela liberdade, sacrificaram-se, em suma, para que nós, na atualidade, possamos estadear o orgulho de ser-mos parte de nação soberana, civilizada como as que melhor o forem, viril nas suas atitudes em face das outras nações, virgem

de opróbrios, com mentalidade sadia porque sem despeitos e sem apetites subalternos.

Era o que vos tinha a dizer antes de iniciar minha palestra.

A questão acreana foi um prélio de gigantes. Desde que foi suscitada até que foi derimida, deu ensanchas para a manifestação de valores humanos incomuns. Estadistas, diplomatas, geógrafos e astrônomos, internacionalistas e políticos, historiadores e guerreiros, tiveram oportunidade vastas para se fazerem ouvir, depondo ou opinando, sugerindo ou agindo. Ela tem início no governo Prudente de Moraes, em 1897, e finaliza na presidência Rodrigues Alves, em 1903. Carlos de Carvalho, Dionísio de Cerqueira, Olinto de Magalhães e Rio Branco são os Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil que por força do cargo procuram dar-lhe solução, só o conseguindo o último. Rui Barbosa e Lopes Gonçalves intervêm na controvérsia como eminências em Direito Internacional. Assiz Brasil, Ministro diplomático em Washington, e Eduardo Lisboa, representante brasileiro em La Paz, além de outros, esmeram-se nas negociações atinentes ao caso. Lauro Muller, Lauro Sodré, Alcindo Guanabara, Paulo de Frontin, Serzedelo Correia, Bernardo de Mendonça, Paula Freitas e João Lúcio d'Azevedo, parlamentares uns, outros cientistas, outros ainda, publicistas, alongam-se no alinhar de razões de toda ordem. Dionísio de Cerqueira, Taumaturgo de Azevedo, Costa Azevedo (Barão de Ladário), von Hoonholtz (Barão de Teffé), Cunha Gomes e Luiz Cruls, opinam como demarcadores. Na própria região em litígio os acreanos lutam com armas na mão, ora sob a chefia de José Carvalho e Joaquim Vitor da Silva, ora às ordens de Gentil Norberto e Rodrigo de Carvalho, mais para diante conduzidos por Orlando Correia Lopes e Assiz Marinho, e, finalmente, organizados e dirigidos por Plácido de Castro, que os leva à vitória decisiva sobre as tropas bolivianas de ocupação.

A questão, em última análise, foi em torno à posse de terras que dizem na bacia amazônica, cortadas pelos rios Acre, Purús e Iaco, e que haviam permanecido em abandono até 1877, quando a elas chegaram os primeiros povoadores, todos brasileiros, tangidos pelas secas nas províncias do Nordeste.

A descoberta dessas terras, aliás, tivera lugar em 1852, por um brasileiro Manuel Urbano da Encarnação — cuja viagem foi seguida, em 1857, por João Rodrigues Cameté e em 1861 por João da Cunha Correia.

Guiados somente pelo instinto de aventura ou pela necessidade imediata de ganho, não cogitaram os pioneiros sobre a soberania da região, se brasileira, se boliviana ou peruana. Os bandeirantes e os adelantados também nunca tiveram em conta

a letra dos ajustes políticos referentes às terras que perlongavam e se apossavam.

O fato é que com rapidez incrível, mercê da riqueza da região em florestas de seringueiras, foi povoada uma área que não será demais calcular em 200.000 quilômetros quadrados, porque se estendendo do rio Madeira à serra de Contamana, da foz do Pauhini, no Purús, às nascentes do Tahuamanu, afluente do Orthon.

O governo do Brasil, oficialmente, não conhecia até onde tinham chegado suas avançadas rumo Sudoeste.

O governo boliviano, nem oficialmente nem oficiosamente, tivera conhecimento da penetração brasileira na região que em suas cartas é assinalada como **Departamento do Madre de Dios**. A melhor prova disso reside na declaração feita pelo Ministro boliviano, D. Francisco Vellarde em 28 de julho de 1886, por ocasião de conferência que pronunciou na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em presença de D. Pedro II, de que o rio Aquirí ou Acre ainda não havia sido descoberto, mas que o seria em breve...

Quanto ao Brasil basta consultar a carta do Amazonas contida no **ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL**, de Cândido de Almeida, impresso em 1868, em a qual carta não figuram o rio Acre e os mais do sistema. Tem-se, nessas condições, que a região começada a povoar pelos nordestinos brasileiros em 1877 estivera até então total e absolutamente desconhecida e só seria habitada por selvícolas.

O abandono em que estava, todavia, não poderia prevalecer para seu aglutinamento por um Estado qualquer, fosse o Brasil a Bolívia, se houvesse uma delimitação das respectivas soberanias.

Essa delimitação, entretanto, nunca pudera ser feita, embora as tentativas que se haviam sucedido, umas às outras, a partir de 1834, quando o general boliviano D. Mariano Armaza, no Rio de Janeiro, procurou entendimentos nesse sentido. Falhou essa tentativa e falharam outras, ora na capital brasileira, ora em Sucre e em La Paz. Em 1841 frustra-se a missão confiada ao então Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, como, mais para diante, porque em 1863, também não consegue bom êxito a embaixada da chefia do Ministro Rego Monteiro.

E' em 1867, no dia de 27 de março, que o Plenipotenciário Lopes Neto e o Chanceler boliviano D. Mariano Muñoz, em La Paz de Ayacucho, assinam o primeiro tratado de limites entre o Império do Brasil e a República da Bolívia.

Por esse ajuste, na parte referente à zona da borracha, isto é, do rio Madeira para oeste, a linha divisória seria, *mutatis mu-*

tandis, a mesma que havia sido pactuada entre Portugal e Espanha em 1750 e em 1777. E', pelo menos, o que dizem os textos respectivos.

No artigo VII do Tratado de Madrid foi estipulado que:

“Baixará (a fronteira) pelo álveo desses dous rios, já unidos, até á paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Marañon, e da boca do dito Mamoré; e deste aquella paragem continuará uma linha Leste-Oeste até encontrar a margem Oriental do Javary que entra no das Amazonas pela sua margem Austral..”

O artigo XI do Tratado de Santo Ildefonso consigna o seguinte:

“Baixará a linha pelas aguas desses Guaporé e Mamoré, já unidos com o Madeira, até á paragem situada em igual distancia do Rio Marañon ou Amazonas e da bocca do dito Mamoré; e desde aquella paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Rio Javary...”

No artigo 'II do Tratado de Ayacucho, está mais explícita a divisa, em razão do conhecimento que já havia do Madeira para o sul:

“...baixará por este rio (Verde) até a sua confluencia com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o Madeira. Deste rio para o oeste seguirá a fronteira por uma parallela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10° 20', a encontrar o Javary.”

Retenha-se a circunstância de no último dos textos transcritos já haver referência à posição astronômica do local (margem esquerda do rio Madeira) de onde partiria a linha leste-oeste a encontrar o Javari: 10° 20' de latitude sul.

A esse dispositivo, porem, os contratantes ajuntaram uma condicional que, por curiosa, vale ser conhecida:

“Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte d'aquella linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude (10° 20') por uma recta, a buscar a origem principal do dito Javary.”

Ninguém sabia, entretanto, na data do Tratado (1867), onde nascia o Javari. Os demarcadores portuguezes e espanhóis, en-

carregados de dar realidade às raias convencionadas em 1750 e 1777, não haviam devassado esse rio senão até à altura de $5^{\circ} 30'$ (latitude sul) tendo partido de sua foz no Solimões, cuja posição é de $4^{\circ} 21' 09''$. A expedição Soares Pinto — Paz Soldán, composta por elementos da Comissão Mista Brasileo-Peruana, chefiada respectivamente por Costa Azevedo e Francisco Carrasco, em 1866, o que vem a ser um ano antes do Tratado com a Bolívia, fora obrigada a abandonar os trabalhos na posição de $6^{\circ} 50'$ (estimativa do geógrafo peruano Paz Soldán depois da morte do Comandante brasileiro Soares Pinto).

Deve ser dito, além do mais, que nem os geógrafos portugueses de 1787 e nem os expedicionários brasileiros e peruanos de 1866, fizeram o levantamento do rio até onde estiveram, isso porque, uns e outros, estavam apenas encarregados da simples exploração no sentido técnico.

É digna de atenção, pois, a circunstância de no Tratado de 1867 ter sido feita menção a uma paralela, tirada da margem esquerda do Madeira, na latitude sul de $10^{\circ} 20'$ a encontrar o Javari.

Isso quer dizer, noutras palavras, que se considerava o Javari como nascendo na mesma latitude do Madeira; do contrário não haveria lugar para qualificar a linha a ser tirada de um para outro rio como paralela.

A condicional completiva ao artigo 2.º — Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude ($10^{\circ} 20'$), por reta, a buscar a origem principal do dito Javari — não tem grande força, figura como uma hipótese, ocorreu como recurso a qualquer dos contratantes e foi aceito pelo outro. Seria, ao tempo, apenas uma nuga.

A verdade, todavia, é que o Tratado de 1867 entrou em vigor imediatamente. A fronteira seria aquela que foi ajustada entre Filipe Lopes Neto e Mariano Muñoz. A demarcação, no terreno, viria mais tarde.

Dez anos depois da vigência do Tratado, aliás, é que começou a penetração brasileira justamente nas terras compreendidas entre as linhas das duas hipóteses, isto é, entre $10^{\circ} 20'$ e até onde fosse o Javari. Pura e simples obra da fatalidade.

Em trabalhos anteriores, sobre demarcação da fronteira do Brasil com os países limítrofes, assinali o fato de não terem os emissários de Espanha e de Portugal conseguido marcar, no terreno, as divisas combinadas pelos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, em 1750 e 1777, respectivamente.

De fato, só depois da independência é que se cogitou, a valer, na construção da moldura que enquadra o país, primeiro constatrando as raías com cada um dos Estados que se formaram na América do Sul, e depois demarcando-a.

José da Costa Azevedo, futuro Barão de Ladário, na época Capitão-Tenente, é nomeado em 1861 para estabelecer os lindes com a República do Perú, convencionadas em 1851. Nas instruções que lhe foram dadas figurava a exploração do rio Javari, desde sua foz no Solimões até suas nascentes, onde estivessem elas, porque constituia o curso daquele rio a divisa da República com o Império.

Motivos que não vêm ao caso, agora, impediram-no de levar a efeito essa exploração nos primeiros anos de sua estada na Amazônia (1861 a 1864).

Em 1865, quando novamente nomeado Comissário do Brasil para a mesma fronteira, foram-lhe reiteradas as instruções que continham a obrigação de fazer conhecido o Javari.

Vale informar, nesta altura, que da correspondência trocada entre a Secretaria de Estado e o Comissário Costa Azevedo, se infere que ali se imaginava nascer o rio na latitude sul de 10° 20'...

Quando, em 1866, no mês de outubro, a partida organizada com elementos das comissões brasileira e peruana para devassar o Javari, chegou à altura de 6° 50', foi atacada e massacrada pelos Mayorunas.

Continuou, dess'arte, a ignorância sobre as nascentes do rio. Em 1867, não obstante esse desconhecimento, foi assinado o Tratado de Limites com a República da Bolívia, em o qual também o Javari (principalmente as suas nascentes) representaria papel decisivo.

Não se tratava mais, portanto, apenas do Brasil e do Perú, mas igualmente do Brasil e da Bolívia.

O rio ganhara importância. Nas suas nascentes terminaria o domínio soberano do Perú e começaria o da Bolívia. O do Brasil se exerceria sobre as terras que comessem na margem direita dele e sobre o território ao norte da linha geodésica a ser tirada do seu manadoiro de águas até ao começo do Madeira.

Qual, porem, a posição astronômica desse principio do Javari? Ninguém sabia; ninguém poderia saber. Os portugueses só tinham atingido à latitude de 5° 30' e os brasileiros e peruanos a 6° 50'.

E' em 1874 que Antônio Luiz von Hoonholtz, Capitão em substituição a Costa Azevedo, intenta novamente a exploração do curso d'água que se ia fazendo famoso. Intenta e leva-a a

efeito numa penetração ousada, sempre hostilizado pelos selvagens e sempre castigado por vicissitudes de todo o gênero.

O resultado de seu trabalho, porem, constituiu uma formidável decepção para os teóricos. A fonte principal do rio ele a encontrou na altura de $7^{\circ} 1' 17''$ de latitude meridional e $74^{\circ} 8' 27''$ de longitude oeste de Greenwich.

No que disse com a fronteira com o Perú a importância era relativa.

O fato porem, é que já estava em vigor o Tratado com a Bolívia, e essa posição da nascente principal junto ao paralelo de 7° , era grave, gravíssima mesmo.

Ninguém todavia, parece ter compreendido essa gravidade imediatamente.

Em 1896, Taumaturgo de Azevedo e Juan Manuel Pando, aquele Comissário do Brasil e este da Bolívia, encontram-se em Caquetá, localidade do Estado do Amazonas, no rio Acre, para efetuarem a demarcação da linha de limites entre os dois domínios políticos.

Faziam 20 anos que começara o povoamento brasileiro das terras marginais ao rio Acre, Purús, rio Tarauacá, Juruá. Chandless e Iaco e de uma infinidade de outros cursos d'água com menor importância.

Com o povoamento da região crescera a exportação da goma elástica pelos portos de Manaus e de Belem.

Era um novo mundo que defrontava os dois demarcadores.

Pando certamente, exultou, porque esse mundo inimaginado estava ao sul da linha divisória, pertencendo portanto à Bolívia.

Os sentimentos de Taumaturgo foram diversos, compreendendo, como compreendeu, que os brasileiros haviam desbravado e industrializado um território de outra soberania.

Enquanto o boliviano anuncia para La Paz a *trouville* magnífica, verdadeiro presente dos Deuses, o brasileiro padecia mortificações cruéis e escogitava nos meios para transformar a realidade com que se defrontava.

Tudo estava preso à posição, nascia o Javari $7^{\circ} 1' 17''$ — tanto a alegria do boliviano como a máguia do brasileiro. A linha geodésica, de fato, que fosse traçada entre os dois extremos conhecidos ($10^{\circ} 20'$ no Madeira e $7^{\circ} 1' 17''$ no Javari), deixaria ao sul, isto é, com a República da Bolívia, uma área calculada por Taumaturgo de Azevedo em 5.870 léguas quadradas. Essa área era o território já conhecido como o ACRE, onde não havia um só boliviano e estavam enraizados profundamente cerca de 30.000 brasileiros.

Em março de 1897 o Comissário brasileiro, depois de se informar bastante, denunciou como errada a localização da nas-

cente do Javari pelo Barão de Teffé e pelo Capitan de Fragata D. Guillermo Blake. Lembrou, ainda, uma melhor interpretação do artigo 2.º do Tratado de 1867. Citou as opiniões de Paz Soldán, geógrafo peruano, de Juan Manuel Pando, demarcador boliviano e de Costa Azevedo, demarcador brasileiro, todos acordos em que o rio brotava ao sul, senão aos 10º 20" (paralelo do Madeira) mas talvez a 8º ou 8º 30' a 9º ou 9º 30'...

Qualquer posição mais meridional melhoraria a inclinação da linha de limites.

Chegou ao extremo de citar informações dos moradores de Javari.

O seu grito de protesto marcou o início da questão, "a mais grave de todas que tivemos a sustentar", na opinião de Oliveira Lima.

A denúncia de Taumaturgo de Azevedo fez compreender a situação que a muitos pareceu inelutável.

E' aí que se começa a examinar melhormente o Tratado de 1867 e que vem à baila o Mapa da Linha Verde, conquanto no referido ajuste não houvesse menção a esse ou a qualquer outro documento cartográfico.

Serzedelo Correia sugere como interpretação à letra do Tratado (Artigo 2.º) que a fronteira seguisse pelo paralelo de 10.º (do rio Madeira) e dessa latitude seguisse, por uma reta, até encontrar a cabeceira principal do Javari.

Toda a gente, aliás, opina na questão que engravece sempre. Os exegetas procuram interpretar o Tratado; os matemáticos alinham cifras; os diplomatas exumam velhas cartas e velhos documentos.

No meio da grita generalizada ouve-se e lê-se continuamente referências à linha verde de um célebre mapa, a qual linha verde seria fronteira a ser traçada de acordo com o Tratado, isso porque nesse mapa o Javari desceria até ao paralelo de 10º 20'.

Ninguém, entretanto, exhibe essa carta ou declara tê-la visto com os próprios olhos.

Enquanto isso a questão vai se processando violenta e perigosamente até à solução que lhe deu o Barão do Rio Branco, em 1903, com o Tratado de Petrópolis, sem, que, todavia, o mapa aparecesse para elucidar ou explicar o Tratado de Ayacucho, uma vez que se dizia e escrevia haver ele servido ao diplomata Lopes Neto para o ajuste de 1867.

Ainda em 1910, defendendo os direitos do Estado do Ama-

zonas sobre o Território do Acre, na sua maior obra de Advogado, Rui Barbosa escreveu a propósito:

“Mas nem uns nem outras constam de parte algumas; a não ser que se queira elevar à altura de prevalecer a tudo o que existia e a todos os que haviam creado tradição no assunto a lenda fugaz da linha verde, que, desmoralizada, hoje, totalmente com as revelações do Barão do Rio Branco, se dissipou no seu mistério, sem jamais ter sido vista por ninguém.”

“Alega-se que, nas instruções do ministro de estrangeiros Cansanção de Sinimbu, em 1860, ao nosso ministro residente em La Paz, João da Costa Rego Monteiro, acompanhavam o projeto de tratado cartas explicativas, na terceira das quais se tirara do Madeira ao Javari uma linha verde, a qual, dizia Ponte Ribeiro: “é a que regulará por último, se as nascentes do Javari não alcançarem até à linha encarnada ou alguma das intermediárias”. “Mas onde se acha esse mapa? Que sinais de autenticidade nos certificam a existência desse documento? Se realmente existiu, que laço de relação jurídica o incorpora no tratado de 1867 como o seu complemento elucidativo? Está ele no corpo da convenção? Se não está, encontrar-se-á, sequer, no arquivo da nossa chancelaria?”

Rio Branco, aliás, justificando o Tratado de Petrópolis perante o Congresso, a-fim-de obter sua aprovação assim se manifestou sobre o mapa misterioso:

“Tenho lido que durante as negociações em La Paz, nos primeiros meses de 1867, o nosso plenipotenciário, Lopes Neto, apresentava mapas desenhados sob a direção de Duarte da Ponte Ribeiro, nos quais já figurava a linha oblíqua; mas disso não achei vestígio algum na correspondência oficial”.

Nos dias que correm é Artur Cesar Ferreira Reis, em a QUESTÃO DO ACRE, quem faz menção ao mapa da linha verde, isso num tom de dúvida sobre sua existência: “mapa que dizia existir no Arquivo do Ministério do Exterior... mapa que teria servido ao nosso plenipotenciário em La Paz para o Tratado de 1867...”

O Mapa da Linha Verde, entretanto, a-pesar-de todas as negativas e dúvidas, existe e sempre existiu. Rio Branco não o encontrou porque não quis encontrá-lo; Rui Barbosa não o viu porque não lho quiseram mostrar. Os que se referiam a ele é

que estavam certos, certíssimos. Ele é o último de uma série de três cartas organizadas em 1860 pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e pelo Major graduado do Estado Maior de 1.^a classe, Isaltino José Mendonça de Carvalho.

O primeiro da série projeta a fronteira com a Bolívia desde a Baía Negra até à ponta da Serra dos Limites; o de número dois, indica a linha a seguir desde a ponta da Serra dos Limites até à foz do rio Paraguá; o terceiro alcança da foz do Paraguá, no Guaporé até à boca do Javari, no Solimões.

Este último, que é o que interessa por ser o da linha verde, mede 0,640 x 0,560. A legenda consigna o seguinte: "Mappa de huma parte da fronteira do Brasil com a Republica da Bolívia — Organizado pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho — Janeiro de 1860 — Escala de Latitude de 20 léguas e grao — Escala de Longitude de 20 léguas o grao". Ostenta, ao demais, os fac simile das assinaturas dos dois organizadores.

Demonstra seu exame, como traçado principal, o curso do rio Amazonas, desde o sítio em que recebe as águas do Madeira até que com o nome de Solimões recebe o Ucayale, em frente à vila da Nauta. Mais para o norte, vê-se o Japurá, desde a foz do Apaporis até o desague no Solimões, junto à povoação de Ega. O Javari, riscado à tinta carmim, desce desde Tabatinga, na altura aproximada de 4° 8' 30" de latitude sul e 308° 5' de longitude, até 10° 20' de latitude sul e 305° 40" de longitude. Na primeira parte do curso do rio, até à altura de 5° 30' há esta indicação: "Fronteira conhecida do Império com a República do Perú".

Verifica-se, ainda, tiradas da margem esquerda do rio Madeira, na confluência do Mamoré com a Beni (10° 20'), quatro retas que encontram o Javari; a mais ao norte, em tinta verde, na latitude 5° 30'; a seguinte, do norte para o sul, na latitude de 7° 5'; em tinta amarela; a terceira, igualmente em tinta amarela, na latitude de 8° 40'; a quarta, finalmente, na latitude de 10° 20'. Esta última, em tinta vermelha, traz a indicação: "Linha de Fronteira".

Os rios Jutai, Juruá, Tefé, Coari e Purús, afluentes do Amazonas pela margem direita, exibem-se como traços acessórios, mal definidos, linhas hesitantes que o Major Isaltino de Carvalho colocou sem nenhuma convicção quer quanto à posição, quer quanto ao volume.

Somente o Madeira, o Guaporé e o Mamoré têm seus cursos demonstrados com segurança, assinaladas os tributários em ambas as margens de cada qual, apontadas as localidades que balizam uns e outros.

No que diz com o relevo do solo, apenas a Serra Beral de Parecís, vinda do leste, no paralelo de 12º, que toma para o nordeste até o paralelo de 8º 10', de onde desce à perpendicular buscando o paralelo de 9º, quando termina inconsequente, absurda, porque **ex-abrupto**.

O mais que existe na carta em exame, digno de menção, é a linha Apaporis-Tabatinga, em vermelho, como a demonstrar o limite com o Perú.

Esse o famigerado MAPA DA LINHA VERDE, descrito nas suas características principais.

Conhecida a existência do mapa tido como uma fantasia dos patriotas exaltados pela Questão Acreana processada entre 1897 e 1903, vale examinar o pensamento de um dos seus autores, o futuro Barão da Ponte Ribeiro, na época Conselheiro de Estado, figura das mais dignas de nossa história diplomática, conhecedor como poucos dos negócios políticos internacionais.

O mapa, aliás, de cousa alguma valeria sem a explicação para aquelas linhas verde, amarela e vermelha, tiradas do Madeira ao Javari, formando como que um leque de penas coloridas.

Ponte Ribeiro, porem, nô-las explica à saciedade, com clareza e com franqueza. Ouçamo-lo:

“A Fronteira (do Império com a Bolívia) continua pelo meio deste rio (Guaporé) e do Mamoré até a confluência deste com o Beni, atravessa o Madeira no Paralelo 10º 20', pouco mais ou menos, e corre por ele para Oeste a encontrar o Rio Javari: Baía que vai indicada com linha encarnada.

“A faixa (sic) Verde que se vê neste mapa tirada desde o Madeira ao Javari, mostra a direção que deverá ter a Fronteira, se este último rio não vier mais do Sul, porque até esse lugar foi ele examinado pela Comissão de Limites em 1787, como consta dos Diários e Planos que levantarão em grande escala para dar a conhecer o seu curso.”

A explicação de Duarte da Ponte Ribeiro faz prova:

- 1.º) Que os demarcadores de 1787 exploraram o Javari só até ao paralelo sul 5º 30';
- 2.º) Que já em 1860 (data da confecção do mapa) havia sido aventada a hipótese da fronteira correr da confluência do Beni com o Mamoré, onde

começa o Madeira ($10^{\circ} 20'$) por uma reta a buscar a nascente principal do Javari, onde se achasse ela, caso não descesse até $10^{\circ} 20'$;

3.º) Que a fronteira pelo paralelo de $10^{\circ} 20'$, era outra hipótese.

O que se não compreende é o que no mapa haja sido riscado o paralelo de $10^{\circ} 20'$ como sendo a fronteira entre as duas sobe-ranias.

Para isso era necessário que alguém, geógrafo ou piloto, tivesse penetrado o Javari até essa posição geodésica, quando, é o próprio Duarte da Ponte Ribeiro quem informa, os portugueses, em 1787, não ultrapassaram o paralelo de $5^{\circ} 30'$.

O mapa, nessas condições, ao menos no que se refere ao curso do Javari, foi organizado uma hipótese, mera hipótese.

Verdade é, todavia, que ele foi destinado a servir de elemento subsidiário às negociações encetadas em 1860 pelo diplomata Rego Monteiro, então acreditado junto ao governo boliviano.

Fracassadas essas negociações, em 1863, não será absurdo conjecturar que tanto o mapa em estudo, como as instruções de que era subsídio, tivessem vigorado para as negociações de 1867, levadas a bom termo por Filipe Lopes Neto.

Isso, naturalmente explica a condicional completiva ao artigo 2.º do Tratado de Ayacucho: "Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude ($10^{\circ} 20'$), por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari..."

Essa condicional, quase com as mesmas palavras, foi sugerida por Duarte da Ponte Ribeiro nas instruções datadas de 22 de março de 1860: "A faixa verde que se lê neste mapa tirada desde o Madeira ao Javari, mostra a direção que deverá ter a Fronteira, se este último rio não vier mais ao Sul, porque até esse lugar: ($5^{\circ} 30'$) foi ele examinado pela Comissão de Limites em 1787..."

E' também verdade, porem, que o mesmo Duarte da Ponte Ribeiro, noutros papéis, escritos depois da confecção do Mapa da Linha Verde, declarou que o Javari haveria de brotar umas 40 leguas abaixo do lugar onde estiveram os demarcadores lusos ($5^{\circ} 30'$). Isso importou em dizer que estimava as nascentes do rio fadado a tamanha notoriedade, na latitude de $7^{\circ} 30'$ sul. Sabido, hoje, que esse manadoiro d'água está a $7^{\circ} 6' 55''$, não se pode deixar de assinalar a circunstância como demonstração inequívoca da grande acuidade que exornava a personalidade do vulto respeitabilíssimo de nosso passado.

Se a simples descrição do mapa da linha verde e a referência à letra das instruções redigidas por Duarte da Ponte Ribeiro,

não bastasse para afastar qualquer idéia de que o mapa houvesse sido engendrado para apossar-se o Brasil de terras que lhe não pertenciam, haveria a citar um outro trecho das explicações para a inteligência das três cartas geográficas de 1860.

“Na coordenação deste mapa buscou-se assinalar a fronteira pelos pontos a que o Brasil pode mostrar direito consignado em tratados ou em virtude de posses adquiridas, abandonando-se como insustentáveis as antigas pretensões de estendê-la...”

Temos, dess'arte, que o Mapa da Linha Verde, embalde o Barão do Rio Branco não tê-lo encontrado no arquivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e o Conselheiro Rui Barbosa não ter conseguido prova de sua existência, existe porque sempre existiu depois de 1860, quando foi organizado por Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho, destinado a ilustrar as instruções ao Ministro brasileiro na capital boliviana, João da Costa Rego Monteiro.

Bem examinadas as cousas, porem, chega-se à conclusão de que esse mapa, e os mais da série, não possuía nenhum valor probante, porque só encerrava hipótese nas suas linhas imprecisas. Simples debuxo para as negociações a serem encetadas. A região nele retraçada, estava, a bem dizer, virgem do homem civilizado ou tido como tal, visto que só pelos cursos de alguns rios do sul tinham viajado exploradores.

Nenhum mal haveria, portanto, que fosse ele estadeado aos olhos de toda gente, como o terá sido aos olhos dos contratantes do Tratado de Ayacucho, de 1867.

Diante dele não se modificariam os dados do problema da posse daquelas longes terras do Setentrião, tão distantes do Brasil como da Bolívia, uma vez que esse problema não era de geografia, porque era essencialmente político.

A incompreensão disso é que gerou a chamada Questão Acreana. Procurava-se resolver dentro de rigorismo científico o que devera encontrar solução em interpretação humana de fenômenos sociais, qual o da emigração dos nordestinos para terras sem dono ou senhor.

Restabeleçam-se os termos da equação e não se chegará a outro resultado.

Ao ter lugar a independência dos povos sul-americanos aos reis europeus, caducaram automaticamente todos os tratados, convenções ou ajustes entre os mesmos soberanos, sobre terras do Continente, mormente porque, à parte do Brasil, todos os ou-

tros povos se constituíram em nações independentes umas das outras, criando novos países.

Outro princípio diretor, pois, haveria de surgir, como surgiu, para a divisão do território.

Era o *uti-possideti: ita-possideatis* do Direito Romano que se renunciava, isto é, a posse pelo ocupante de fato.

Quando se sabe que o Acre Setentrional, desde 1852, havia sido descoberto por brasileiros, e que seu povoamento, também por brasileiros, começara em 1877, não havendo nele um só boliviano que fosse, não seria admissível que outro Estado senão o Brasil, o incorporasse à sua soberania.

“Desde que o Brasil o começou a possuir, ninguém mais o possuiu. Antes que o Brasil começasse a possuí-lo, não o possuiu ninguém.”

Ocorreu, no transe, segundo Rui Barbosa, um caso de apropriação *jure occupantis*, uma vez que o Brasil reunia as condições “de explorador, colonizador, organizador, administrador os três elementos da ocupação: o descobrimento, o uso e o estabelecimento.”

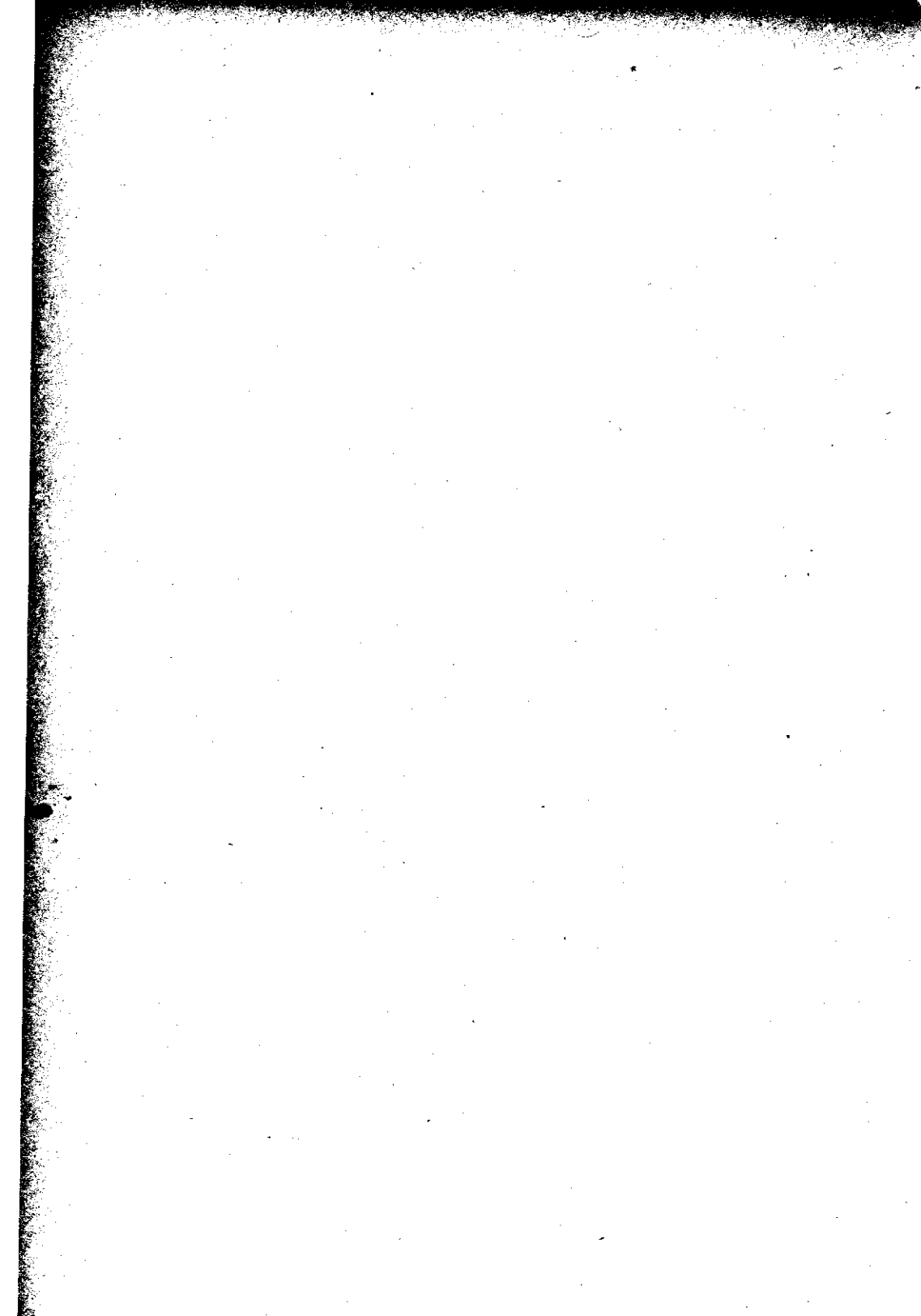
A presença do Mapa da Linha Verde, ou de qualquer outro, na ocasião, seria supérflua, desnecessária, elemento gracioso, inoperante em face da realidade nua e crua do fato consumado.

Aquelas terras, de resto, como acentuaria o Barão do Rio Branco, eram dependência geográfica do Brasil...

O MAPA DA LINHA VERDE, à vista do que foi exposto, não possuía como não possui, nenhum valor. E', hoje apenas, uma curiosidade histórica, como foi, ao tempo em que se debateu a questão de limites do Brasil com a Bolívia, um fantasma que todos queriam ver, de quem toda gente falava, mas cuja presença se temia.

Não obstante ele, Plácido de Castro e Rio Branco, reivindicaram o Território do Acre para o Brasil.

Apesar dele, Duarte da Ponte Ribeiro, seu autor intelectual, continua no pedestal de grandeza como geógrafo e como diplomata, porque grande patriota brasileiro, embalde português de nascimento.



O MONUMENTO A AMÉRICO VESPUCCI

Eduardo Jacobina.

“E como a Historia he um agro, e campo, onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional e Instrumental, quem pastar o seu fruto, convertello-ha em forças de entendimento, e memoria para uso de justa e perfeita vida”.

Barros, Dec. III. Prólogo.

Leio nos jornais que: — as coletividades italianas de S. Paulo e Santos, por meio de subscrição pública, vão oferecer à cidade de Santos um monumento destinado a perpetuar a glória de um dos mais ilustres navegadores, Américo Vespucci; — e leio também que esse mesmo Vespucci é apresentado como precursor de Cabral na descoberta do Brasil!

Afigura-se-me que a erecção dum monumento a Vespucci em nosso País, onde vive um Povo em cujas veias corre o mesmo sangue que correu nas veias de Gil Eannes, Diogo Cam, Diogo d'Azambuja, Bartolomeu Dias, Duarte Pacheco Pereira e Vasco da Gama, é um destempero se não for uma afronta às nossas origens.

A existência desse monumento será, não é excessivo dizê-lo, uma afronta às nossas origens, à nossa cultura e à nossa probidade.

Que a Europa, na ocasião ignorante dos fatos, se tenha deixado iludir por um impostor fraudulento, vá; mas que nós brasileiros, quatro séculos e meio depois, ratifiquemos a monstruosa iniquidade e recompensemos a mentira e a deslealdade! Não!

Depois! supor um dissídio para explicar: que tendo Hojeda explorado para o Norte, Vespucci tenha seguido para o Sul assim descobrindo o Brasil; é mostrar completa ignorância da organização daquelas células nacionais que enxa-

meavam da Mãe-pátria a conquistar novos mundos. Por tentarem abandonar Fernão de Magalhães, o seu almirante, foram: Luiz de Mendoza e Gaspar Quexada, esquartejados, depois de morto o primeiro, ainda em vida o segundo. E Alonso de Hojeda, um dos mais indomáveis caracteres daquela época de homens de ferro, era lá homem contra quem um Vespucci se insurgisse ficando com vida?

Já é tempo, e de sobra o é, de arrancarmos às gralhas as penas de pavão.

As notícias das viagens e descobrimentos de Vespucci só nos chegaram por entremedio do próprio Vespucci e escritas de seu próprio punho: memórias e cartas aos Medici, seus patronos, a Pier Soderini e a René II duque de Lorraine et du Bar. Nesses papéis ele se enaltece e exalta e procura diminuir os navegantes espanhóis em cuja companhia navegara e se apresenta também como requestrado pelo Rei de Portugal para o comando de expedições: o que é grande mentira pois o Visconde de Santarem, respondendo a uma consulta que em 1826 lhe fazia Navarrete sobre as explorações de Vespucci, dizia que: nem nos documentos das Chancelarias originais de D. Manuel, 1495 a 1503, inclusive; nem nos 82.902 documentos do Corpo Cronológico, nem nos 6095 documentos reunidos no chamado Corpo das Gavetas, nem ainda nos numerosos maços de cartas de reis, príncipes e outros personagens, depositados nos arquivos reais encontrara menção ou vestígio de Vespucci. Disse ainda Santarem: que na coleção de Manuscritos da Biblioteca de Paris, também as investigações não lograram encontrar rastro de Vespucci. —

Capistrano, sob cuja égide tentam colocar agora a erecção do monumento diz em seu Descobrimento do Brasil:

“algumas considerações bastarão para mostrar que não se pode incluir Vespucci e Hojeda entre os descobridores do Brasil”..... “O que, porem, daí não pode deixar de concluir-se é: 1.º — quão pouca confiança merecem, isolados, os escritos de Vespucci, pois nas mãos de Humboldt dão-nos uma viagem à América do Sul; nas mãos de Varnhagen dão-nos uma viagem à América do Norte”. —

Bouillet no seu *Dicionário de História e Geografia* sob o título Américo Vespucci, escreve:

“Americ Vespuce disputou a Colombo a gloria de haver descoberto o continente; segundo suas Me-

morias, elle teria feito sua primeira viagem em 1497, antes d'aquella em que Colombo descobriu a Terra Firme, o que se deu em 1498; segundo os historiadores hespanhoes elle só fez essa viagem em 1499 e nunca fez outra. O Snr. Vde. de Santarem recentemente (1842) publicou um trabalho: Pesquisas historicas sobre a descoberta do Mundo Novo, e principalmente sobre as pretendidas descobertas de Americo Vespucci, onde elle demonstra a fraude d'este impostor”.

D'Avezac na critica que fez das idéias de Varnhagen sobre este assunto diz:

“Duas cartas somente das escriptas por Vespucci foram impressas em vida do autor. A primeira, uma das dirigidas a Medici, appareceu em Paris, 1503. — Depois, em 1507, appareceu em Saint-Dié com endereço errado de René II, duque de Lorraine, a tradução franceza da carta a Soderini; as duas viagens hespanholas formam o assumpto da primeira metade d'esta longa carta. Se em vida de Vespucci chegou em Hespanha algum exemplar d'ellas, devemos crer que elle foi julgado apocrypho ou inexactamente impresso, por aquelles que honravam com sua estima o cosmographo florentino e que sabiam da verdade dos factos; mas elle tornou-se a origem de apreciações muito severas dês que se poudé suppôr que eram bem, em todo seu contexto, obra realmente de Vespucci”.

Las Casas, contemporâneo e amigo de Vespucci, assim se exprime:

“Fiz o possível, a principio, para pôr em duvida que Americo tivesse voluntariamente commettido esta negação tacita da prioridade do Almirante nesta descoberta, afim de se lh'a attribuir a si mesmo; é que não havia examinado sufficientemente o que depois recolhi dos proprios escriptos de Americo e de outros documentos d'esse periodo que possuo ou que encontrei. Agora digo que houve de parte de Americo mentira e maldade nessa tentativa de usurpar contra toda justiça a honra que cabia ao Almirante, enganando assim o mundo fora de Hespanha onde, por falta de quem conhecesse a ver-

dade das cousas, ninguem havia que o pudesse contradizer e rectificar”.

Herrera (cronista maior) historiógrafo real de Castela, escrevendo a sua História das Índias à luz dos mais autênticos documentos partilhava da indignação de Las Casas.

Foram, no século XVIII, os florentinos Bandini, Canovai e Bartolozzi, que, por espirito de vaidade de campanário, tentaram representar Vespucci como o leal e glorioso émulo de Colombo. Opinião esta defendida entre nós por Adolfo Varnhagen que para sustentar esta sua tese: modifica, corta, mutila os testemunhos que a contradizem e faz d’Avezac perguntar:

“...é respeitavel o texto em o qual se julgam necessarias e licitas taes modificações? e pode-se ser bem recebido, quando após essa operação metaplastica, se traz a narrativa de Vespucci como o typo a que se deve reduzir o testemunho dissidente de Hojeda? Tal emprehendimento não assustou as convicções de nosso douto confrade; assim como elle reformou os enunciados chronologicos de Vespucci para a terminação da viagem, elle reforma os enunciados geographicos de Hojeda para o começo d’ella. Nem fallemos do logar exacto do velho mundo, ponto de partida da travessia: Hojeda partiu directo das Canarias, Vespucci não tocou nas Canarias e foi da Ilha do Fogo (Cabo Verde) que partiu; nosso confrade não perdeu tempo com este detalhe”. —

E pouco antes dissera d’Avezac:

“... (Varnhagen) limitou-se a expor, com uma série de argumentos mais ou menos concludentes, que elle denominou “provas”, — as theorias florentinas de Canovai e de Bartolozzi, habilmente ligadas entre ellas, e completadas engenhosamente por aproximações de maravilhosa desenvoltura”. —

Mais adiante, d’Avezac aludindo às inexatidões de Vespucci, diz:

“...erros severamente classificados como mentiras por Las Casas, Herrera, Muñoz, Navarrete, Santarem e muitos outros”.

E mais ainda:

“M. de Varnhagen, que professa grande fé na sinceridade do navegador florentino admite entretanto que suas narrativas não são isentas de inexatidões”.

E continua d’Avezac:

“A. de Humboldt diz que as viagens de Vicente Pinzon e a de Diogo de Lepe são as únicas d’esse tempo que offerecem em paralelo com a segunda navegação de Vespucci, a circumstancia essencial de ter acostado o novo mundo ao sul do Equador; seguindo-se depois uniformemente para noroeste, ao longo da costa alem de Paria. É pois uma destas viagens que serviu de typo a narração mais ou menos fiel da segunda viagem de Vespucci”.

Ora, o quidam que usa deste processo, de fabricação de colchas de retalhos, para fabricar as narrativas, de suas imaginárias viagens, com as quaes possa “épater” o seu antigo condiscipulo e gonfaloneiro Pier Soderini e o seu patrão Pier Francesco de Medici, é exactamente aquilo que d’Avezac não quis escrever, e os franceses denominam “un fumiste”.

Humboldt que procura atenuar tanto quanto possivel o seu juizo critico sobre o florentino escreve:

“mas que (Vespucci) pela jactancia manifestada em seus escriptos ao gonfaloneiro Pier Soderini, a Pier Francesco de Medici e ao duque René II de Lorraine, chamou infelizmente sobre si proprio, mais de que merecia. a attenção da posteridade”.

E argumentando em favor da nenhuma probabilidade de seus descobrimentos, acrescenta:

“Americo entrou para o serviço do Estado como piloto mayor, no anno mesmo em que se iniciou o processo; elle viveu ainda quatro annos em Sevilha durante a instrução d’esse processo no qual se tratava de saber quaes eram as partes do Novo Continente às quaes Colombo, antes de outrem, havia aportado. Os mais miseraveis rumores nelle tiveram ingresso e foram rebuscadas testemunhas em todos os portos de Hespanha; Moguer, Palos, Sevi-

Iha quasi sob os olhos de Americo e de seu sobrinho... entretanto esse homem, ao qual obras espanhadas em Allemanha, em França e em Italia attribuiam um desembarque em Paria em 1497, não é citado a comparecer, pelo Fiscal, no processo começado em 1508 e que se prolongou por 19 anos; nem mesmo nomeado quer como antecessor quer como contradictor de Colombo”.

E procurando temperar a dureza de seu julgamento sobre o lado moral da questão acrescenta:

“Tendo tido de novo, ha alguns mezes, ocasião de consultar o manuscripto raro de Bartholoméu Las Casas, quiz inserir nesta longa nota, sobre um assumpto tão incompletamente tratado até hoje, argumentos de que não me pude servir no meu Exame Critico. A convicção que então exprimi não foi abalada: Quando a denominação d’um grande continente, geralmente adoptada e consagrada pelo uso de varios seculos, tem o aspecto de um monumento da injustiça dos homens, é natural o se attribuir a causa d’essa injustiça àquelle que parece mais interessado em commettel-a. — O Estudo dos documentos provou que nenhum factó certo appoia esta supposição, e que o nome da America originou-se em paizes afastados, em França e Allemanha, por concurso de incidentes que parecem afastar até a suspeita de influencia da parte de Vespucci: ahi pára a critica historica. O campo sem limite das causas desconhecidas ou das combinações moraes possíveis não é do dominio da historia positiva.

Um homem durante longa carreira gosou da estima dos mais illustres entre seus contemporaneos, ascendeu, por seus conhecimentos em astronomia nautica, distinctos para o tempo em que vivia, a um emprego honroso; esta concurrencia de circumstancias fortuitas lhe deu uma celebridade que, durante trez seculos, tem pesado sobre sua memoria, fornecendo razões que aviltam seu character. Uma tal posição é bem rara na historia dos infortunios humanos: é o exemplo d’uma mancha moral crescendo com a illustração do nome. Valia a pena investigar o que, nessa mistura de sucessos e desgraças, pertence ao proprio navegante, aos acasos

da redação precipitada de seus escriptos ou a amigos estouvados ou perigosos”.

Ai Humboldt procura diluir a mácula sobre o carater de Vespucci enunciando o fato, conhecido aliás dele não se ter aproveitado de seu cargo de registador das novas terras descobertas para batizá-las, ele mesmo, com o seu próprio nome. Ele de fato não as batizou, mas por sua jactância, por suas mentiras interessantes, por ser ele “latino” eloquente”, como escreveu Las Casas, fez com que o “homem obscuro” de Humboldt, o criado do Duque de Lorena, Waldseemüller, em sua Cosmografia, as batizou como: Terras de Américo. E a injustiça se consumou.

Tambem o julgamento de Humboldt, sobre os conhecimentos de Vespucci em astronomia náutica, é por demais benevolente. Vespucci, como Colombo, era, nesses assuntos, duma ignorância só igualada pela sua filáucia e arrojo em ostentar sabença. Isto mesmo deixarei provado no decorrer deste pequeno estudo. O fato de ter sido, por Isabel a Católica, feito Piloto Maior não prova ter sido ele: piloto, ou grande. Vemos todos os dias governos collocarem em cargos de responsabilidade as mais formidaveis nulidades! Menos ainda prova, o conceito em que o tinham, Colombo e Soderini. De Colombo ocupar-me-ei em breve; e Soderini parece ter sido o tipo acaciano acabado, subindo as alturas como as bolhas sobem. Um espirito digno de crédito, julga-o irresponsavel e eu creio em Machiavel:

“La notte che mori Pier Soderini
L'alma n'andó dell'inferno alla bocca.
E Pluto le gridó: anima sciocca!
Ch' inferno? va nel limbo dei bambini”.

O fato do Continente, descoberto, não; mas divulgado ao mundo, por Colombo, ter sido por circunstâncias fortuitas denominado América, faz pensar que realmente existe uma justiça imanente das cousas!

Colombo, aventureiro sem escrúpulos, ignorante e ávido de dinheiro e honrarias, furta a Portugal a noticia da descoberta dessas novas terras ao ocidente; de posse dela, incapaz de compreender o que ela significava e mais incapaz ainda de compreender a alma portuguesa, tenta com ela bater moeda junto do Rei D. João II. Repellido, vai a Castela,

onde a Fortuna o ajudou, e morre, Duque de Verágua e Marquês de Jamaica, deixando aos seus herdeiros, milhões, que foram disputados entre eles e a coroa de Castela, já então arrependida do contrato mercantil e leonino que assinara! Mas não logrou legar ao Continente, que tão intempestiva e inescrupulosamente desvendara ao mundo, o seu nome! Por cima da avidez e inescrupulosidade pairava alto a Justiça Imanente das Cousas! Um outro aventureiro, mas "latino" ou mais ladino, furtou-lhe esta última honra!

Discordo da opinião de Humboldt sobre o saber náutico de Vespucci. Nem Vespucci, nem Colombo souberam jamais determinar uma latitude e muito menos uma longitude. Eles nunca entenderam o esferóide terrestre, nem a situação nele, das terras por eles mesmos visitadas. Morreram ambos, um em 1512 e outro em 1506, com a inarraigável convicção de que essas terras faziam parte do extremo oriental do continente asiático; e que eles haviam dado um quinau aos portugueses, aí aportando pelo Ponente. Desta convicção, partilhada pelo genovês e pelo florentino, Humboldt dá, nos tomos IV e V de seu Exame Crítico, provas do próprio punho deles. Colombo a 12 de junho de 1494, fez, em Cuba, toda a maruja de sua esquadilha jurar: estarem certos da possibilidade de irem por terra, de Cuba até à Espanha (que esta tierra de Cuba fuesse la tierra firme al comienzo de las Indias y fin à quien en estas partes quisieram venir de España por tierra) e que quem quer, após o juramento, ouzasse um dia afirmar o contrário, receberia cem chibatadas e teria a língua arrancada em expiação do perjúrio.

Em 7 de junho de 1503, na Jamaica, escrevendo aos soberanos espanhóis, ele lhes representa a costa de Verágua como fazendo parte de Ciguara d'Asia, na vizinhança do Ganges e lhes manifesta a esperança de aí encontrar cavalos ajaezados doiro.

Os conhecimentos de astronomia tanto do florentino como do genovês são facilmente aquilatados pelos conceitos deles mesmos emanados. Assim, em Canovai, vemos Vespucci opinando sobre os métodos de determinação da longitude dum ponto pelas oposições e passagens da Lua, dizer: que as *vantagens* que esses métodos ofereciam, provinham: "del corso più leggier de la luna". O Dr. Gurgon de Molière também explicava aos seus ouvintes boquiabertos diante de tanta ciência: que o ruibarbo empregava-se como purgante em virtude das qualidades purgativas que possuía. Igualmente Colombo relatando sua quarta viagem escreveu:

“Não ha senão uma maneira infallivel para a navegação, é a dos astrônomos; aquelle que a entende pode se dar por satisfeito. Os resultados que ella assegura equivalem a uma *visão prophetica*. Nossos pilotos ignorantes não sabem mais onde se encontram, dêz que deixam de ver terra por alguns dias. Eles são incapazes de encontrar os paizes que eu descobri. Para navegar é necessario compas y arte, isto é, a bussola e a sciencia, que é a arte dos astrônomos”.

Estas duas citações se equivalem e revelam o mesmo grau de incapacidade, ignorância e filáucia, muito adequadas para “épater” os meios ignorantes tambem a que elas se destinavam: os Soderini e *et-coetera*.

Em data de 8 de julho de 1500, Vespucci escrevendo a Medici pontificava:

“A razão pela qual eu dou 16 légoas e dois terços para cada gráo é que segundo Ptolomeu e Alfragan a terra tem de redondo 24000 milhas que valem 6.000 légoas, as quaes repartidas pelos 360 grãos dão para cada gráo 16 légoas e dois terços; e esta relação a verifiquei muitas vezes com o ponto dos pilotos, e a achei verdadeira e boa”.

E, para não ficar atrás em imposturice, Colombo escreveu à margem do seu volume do *Imago Mundi*:

“Saibam que muitas vezes, nas minhas navegações ao sul de Lisboa para a Guiné, cuidadosamente determinei a rota como costumam pilotos e marinheiros e ainda tomei a altura do Sol com o quadrante e outros instrumentos, numerosas vezes; e de acordo com Alfragan achei que a cada grau respondiam 56 milhas e dois terços; e que por conseguinte é a esta medida que se deve dar fé. Então pode-se afirmar que a volta da terra pelo equador é de 20.400 milhas; e foi isto mesmo que achou mestre José médico e astrólogo, e vários outros especialmente para isto enviados pelo sereníssimo Rei de Portugal. E qualquer pessoa isto mesmo pode verificar por meio das cartas maritimas medindo, ao oeste de Lisboa, toda a terra do norte ao sul em linha reta, o que pode ser feito começando em In-

glaterra ou em Irlanda e indo direito ao sul até Guiné”.

A impostura tanto do florentino como do genovês é evidente nos dois casos! Alferghany, estropeado para Alfragan, transcreve, no seu pequeno Tratado da Esfera, o resultado médio das duas medições feitas em seu tempo, por ordem de Almamoun, Califa filho de Haroun-al-Rachid, e que foi de 56 milhas e dois terços de milha para o grau. Ptolomeu dava para a volta da terra 180.000 estádios o que dava para o grau 62 milhas e meia. Usando a mesma unidade, a usada pelos portugueses e espanhóis no século XV, as 16 léguas e dois terços de Vespucci equivalem a 66 milhas e seis décimos, número muito diferente tanto do de Ptolomeu: 62 milhas e meia, como do de Alfragan: 56 milhas e dois terços. Tanto é verdade que mais depressa se apanha um mentiroso de que um coxo.

Por outro lado os cosmógrafos do rei de Portugal, D. João II, não concordavam, nessa época, com as dimensões do globo nem de Ptolomeu nem de Alfragan. O maior deles e que maior confiança do rei merecia: Duarte Pacheco Pereira dava ao grau médio 18 léguas ou 72 milhas e os outros davam ao grau o comprimento adotado no Tratado de Tordesilhas em 1494: dezessete léguas e meia ou 70 milhas. Esta era a medida oficial portuguesa ao morrer em plena mocidade D. João II.

E é simplesmente admirável que difira apenas de 6 e 6 décimos por cento da medida rigorosa que os instrumentos modernos permitiram fazer. E mais admirável ainda: a medida de Duarte Pacheco Pereira tem um erro apenas de quatro por cento!

Duarte Pacheco determinara com exatidão a latitude de S. Jorge da Mina; Colombo a determina com erro de 5 graus, e erra em 14 graus na determinação da latitude de Cuba por ele mesmo descoberta.

O genial genovês, de uma observação mal feita da altura da Polar, ao transpor a linha de declinação nula, nesse tempo a cerca de cem milhas ao oeste dos Açores, conclue que:

“o globo é mais protuberante no hemispherio occidental, e os navios, approximando-se da linha marítima, onde a agulha se dirige exactamente para o Norte, se acham insensivelmente elevados a uma menor distancia do ceu. É esta elevação (cuesta) que causa o refrescamento da temperatura”.

Vemos quão certo era o julgamento de Barros quando em sua Dec. I o chama fantástico:

“El-Rey, pôrque via ser este Christovão Colombo homem falador, e glorioso em mostrar suas habilidades, e mais phantastico, e de imaginações com sua Ilha Cypango, que certo no que dizia, dava-lhe pouco credito”.

Era por ser pouco “certo no que dizia”, que em seu jornal de bordo, em Cuba a 1 de novembro de 1492 se lê:

“Tenho diante de mim e bem perto Zayto y Quinsay del Gran Can (Zaitoun e Quinsay de Marco Polo, II, 77)”.

Como podia ele conciliar as descrições de Marco Polo com o aspecto da terra e dos homens nus que ele via vagar pela praia? Fantástico e de imaginações!

Como Colombo, nunca Vespucci exerceu comando algum em naus portuguesas. Mas o processo tortuoso que ele usava para se dar importância junto de seu patrão Medici e seu amigo Soderini ressalta dos seguintes trechos da carta em que ele narra, a este último, a expedição de 1501.

“Apresentando-me a El-Rei D. Manoel, mostrou elle grande prazer com a minha chegada, e rogou-me que fosse com trez naos suas, que estavam a pique a descobrir terras novas... ..E porque a minha intenção era navegar para o Sul pelo mar Atlantico. partimos...”.

Por aí sem que explicitamente ele o diga, era ele o chefe supremo das três naus. Mas não! ao narrar a cena de antropofagia nas costas do Brasil, surge, não se sabe de onde, o Capitão-mor, da esquadra, acusado então de não ter consentido no desembarque dos homens que queriam ir à terra vingar a morte do companheiro! E foi pela repetição de processos, a este idênticos que as terras desvendadas ao mundo por Colombo receberam o nome de América! E vamos nós agora consentir na comemoração, pelo bronze, da mentira e da imposturice?

Não quero perder a oportunidade de desenvolver aqui algumas idéias, que me são caras, sobre este periodo, das navegações e descobrimentos, tão cheios de glórias para portugueses e para nós, seus netos, brasileiros.

Disse aqui acima que Colombo havia furtado ao Portugal a notícia da descoberta do novo continente; e que incapaz de o que quer que fosse compreender, e muito menos a alma portuguesa; indigestado com a leitura de Marco Polo e de Pierre d'illy, pretensioso e ignorante, e ignorante da mais perigosa espécie: o meio instruído; encasquetou-se-lhe no cérebro doente que as terras, do continente descoberto por Pedro Correia da Cunha, o primogênito de Bartolomeu Perestrelo, ou talvez mais modernamente por Pedro Vaz da Cunha, o Bisagudo, pertenciam à Asia e que os tontos portugueses, com o seu tonto rei à testa, nada compreendiam e que a ele estava destinada a glória de descobrir ao mundo esta verdade, dando ao orgulhoso Portugal um quinau.

Em toda grande mentira há uma pequena verdade. Entre as inúmeras, múltiplas e desabusadas mentiras de Colombo, mentiras todas divulgadas por ele próprio para se atribuir qualidades e importância que não possuía, está a do seu casamento em Portugal com d. Filipa Moniz Perestrelo, nascida do segundo casamento de Bartolomeu com d. Isabel Moniz. Nunca se encontrou um só documento que pudesse dar indícios deste casamento.

Se ele se tivesse realizado a fortuna de Colombo, em Portugal, estaria assegurada e outro teria sido seu destino!

Moniz-Perestrelo-Cunha, unidas entre si por laços consanguíneos eram três famílias da mais alta fidalguia portuguesa e não iriam casar sua filha com o roto, quasi mendigo, tecelão de Génova; irmão e protegido do conhecido riscador de cartas geográficas, em Lisboa, Bartolomeu Colombo!

Moniz fora o aio de Afonso Henriques; Cunha era o Bisagudo a quem D. João II deu o comando de vinte velas para ir restabelecer, no Senegal, o poderio de D. João Bemmoij; e Cunha foi igualmente o chefe da embaixada a Leão X em 1514; e de Perestrelo diz Barros:

“entre os quaes foi uma pessoa notavel chamada Bartholomeu Perestrello, que era Fidalgo da casa do Infante D. João”.

Este Infante era irmão do rei D. Duarte e de D. Henrique o Navegante, Duque de Vizeu. Entretanto esta mentira prova que ao menos da ucharia e da copa do palácio dos Perestrelo-Cunha, Colombo se aproximou; e foi aí que ele surpreendeu o segredo entre os antigos escudeiros da família, companheiros dos Fidalgos em suas aventureiras viagens.

Que a descoberta do continente americano foi devida a

Perestrelas e Cunhas, muito anteriormente à notícia que dele nos dá em 1498 Duarte Pacheco, é para mim fato fora de dúvida.

A Portugal interessava, em primeiro lugar, a descoberta do caminho para os Índias, para assegurar-se do comércio das especiarias. As terras ao ocidente lhe serviriam, conseguido o primeiro desideratum, como excelentes e mesmo indispensáveis bases navais para garantia desse comércio. Por muito mais próximas foram elas logo descobertas mas, se divulgada, a notícia do descobrimento traria a Europa ávida sobre elas e os fracos recursos do pequeno Portugal não lhe permitiriam, sem grande sacrifício, fazer frente aos dois problemas. Os fatos, de sobra, o demonstraram. Daí a política de D. João II, muito sábia, de segredo para as descobertas ao ocidente.

Já antes de 1476 (batalha de Toro) Afonso V, enterrado na sua louca empresa de reunir a sua a coroa de Castela, havia entregado ao príncipe D. João os negócios da conquista e colonização iniciados pelo Navegante. Da existência nesse período de fatos guardados secretos di-lo sobejamente tanto as cortes de Évora como J. de Barros. Quando, morto Afonso V passou o príncipe a ser D. João II, as cortes reunidas em Évora, 1481, representaram ao Rei contra a exportação dos belos ducados portugueses, por genoveses e florentinos que abundavam no reino:

“nunca vos fizeram proveito salvo roubar-vos de moedas d’ouro e prata, e descobrir vossos segredos da Myna e Ilhas”.

Barros em Dec. I diz:

“... põem sabemos na voz commum serem mais cousas passadas e descobertas no tempo deste Rei (Afonso V) do que temos escripto: assi como uma Ilha, que ainda hoje por nós não he sabida, e foi achada no anno de quatro centos e trinta e oito annos; e por não parecer estranho o que digo, trarei um testemunho em que entram muitas testemunhas desta verdade”.

Ao findar o ano de 1489, surge, inopinadamente na história portuguesa, um personagem, enigmático e torvo, de quem nunca se falara antes; do qual nunca se falou depois: Pero Vaz da Cunha, por alcunha bisagudo; o mesmo a que alude em carta, datada de Porto Seguro, abril 1500; dirigida

a D. Manuel, o cosmógrafo da esquadra de Cabral: Johaness Emeneslau. E foi este o caso.

Nos últimos meses desse ano, chega a Portugal um Príncipe, negro Jalofó, expulso de sua soberania por um parente ávido e poderoso. Pedía ao Rei português auxilio contra seus inimigos. Nessa época já era importantissimo o "resgate" de ouro e pimenta nessa região entre o Senegal e o Gâmbia. Em Portugal converteu-se o Jalofó ao cristianismo e ao receber as águas purificadoras do batismo, teve como padrinhos: D. João II e D. Leonor de Lencastre, a Rainha de Portugal; e ficou o negro Jalofó chamando-se D. João Bemoij. Continua Barros:

"Assi que com estes fundamentos, e outros de muita prudencia, mandou El Rey fazer a Armada de vinte caravellas que dissemos, a capitania da qual deu a Pero Vaz da Cunha, d'alcunha Bisagudo, em que foi muita e luzida gente, assi d'armas, como officiais, para a obra da fortaleza, e para a conversão dos barbaros alguns Religiosos, o maioral dos quaes Mestre Alvaro Frade da Ordem de S. Domingos, e seu Confessor, pessoa muito notavel em vida, e letras. Mas parece que aquelles póvos não tinham merecido a Deos o mérito do Baptismo; porque entrando Pero Vaz em o rio Çanagá, com aquelle grão poder, que espantou a todolos barbaros da terra, estando já na obra da fortaleza, (a qual segundo dizem foi elegida em máo logar por razão das cheias do rio) dentro em seu navio matou Bemoij ás punhaladas, dizendo que lhe ordenava traição. Alguns affirmam que Pedro Vaz neste caso foi enganado, e que mais condenou á morte D. João Bemoij começar alguma gente adoecer por ser logar doentio, que elle Pedro Vaz mais temeu que a traição, como quem havia de ficar na fortaleza, depois que fosse feita.

Com a morte do qual Príncipe Pedro Vaz se tornou a este Reyno, do qual caso El-Rey ficou muito descontente, e por aquella vez cessaram os seus fundamentos da fortaleza..."

Para que, por D. João II, fosse dada a um homem a capitania de semelhante empresa era necessário que seus méritos e serviços passados fossem de grande e real valor. Como explicar o silêncio sobre esses serviços? como explicar a indulgência do Rei que não puniu tão grande crime?

Evidentemente entre o Rei e o Fidalgo havia alguma cousa secreta: e o Rei, em sua consciência, reconhecia, em Pero Vaz, grandes atenuantes para a sua irritação. Se Pero Vaz houvesse descoberto o continente americano austral e sacrificasse, à razão d'Estado, sua glória e seu interesse, outra não seria a atitude de D. João II.

E como explicar que onze anos decorridos, é exatamente em poder deste misterioso Fidalgo que Mestre Johanes diz a D. Manuel, existir a carta onde está desenhado o continente austral americano que oficialmente estava sendo então descoberto?

“Quanto señor al sitio desta terra mande vossa alteza traer um mappa mundy que tyene Pero Vaz Bisagudo e por ay poderá ver vossa alteza el sytyo desta terra en pero a qual mappa mundy non certifica esta terra ser habytada e no es mappa mundy antiguo e allyhallara vossa alteza escrita tambyen la myna”.

E o depoimento claro, insofismavel de Duarte Pacheco Pereira, que foi em 1498 mandado por D. Manuel para que a experiência, mestra da sabedoria, os desenganasse dum vez se havia ou não, o afamado continente do lado do oeste.

“E além do que dito he, ha experiencia que he madre das cousas, nos desengana e de toda duvida nos tira... em 1498... d'onde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte occidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde he achada e navegada hua tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella, que se estende a setenta graaos de ladeza da linha equinocial contra o pólo arctico... e do mesmo circulo equinocial outra vez e vay alem de vinte e oito graaos e meio de ladeza contra o pólo antarctico e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura que de uma parte nem da outra nem foi visto nem sabido ho fim e cabo d'ella... — ...indo por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em deante por vinte e oito graaos de ladeza contra o polo antarctico he achado nella muito e fino brazil...”

Ora Colombo, que morreu (e Vespucci tambem) jurando que Cuba era a extremidade da península de Malaca, afirmava a existência dessas terras, pelas informações co-

lhidas nos papéis de Perestrelo, os quais, dizia ele, D. Isabel Moniz lhe havia confiado. H. Vignaud afirma que sobre as informações que Colombo havia recebido da existência da terra que ele procurava, Las Casas nos diz que se ouviu essa história da própria boca de Colombo, e que diversas particularidades, bem atestadas, com efeito mostram que ele não ocultava ter informações sobre a ilha que ele procurava. E Fernando Colombo, a propósito da célebre rusga, entre o Almirante e Martim Alonso, para que Colombo abandonasse o rumo de leste-oeste ao longo do 28.º paralelo, para seguir o de S. O. afirmava que mesmo sem esta mudança de rumo o Almirante tocaria a terra:

“porque elle (Almirante) sabia, que seu compromisso, por que lhe haviam dito, ia da Tramontana ao Sul”.

Perguntar-se-á, e com razão, como ignorava D. Manuel a existência deste imenso continente, cousa sabida por outros e que até indiscretamente chegou aos ouvidos de Colombo?

D. João II, o maior rei português, adorado pelo seu povo, servido com lealdade sem par, por uma elite de Fidalgos de grande inteligência, viveu em sua vida íntima a mais atroz das tragédias. Contra ele, que adotara por emblema o pelicano, que, diz a lenda, abre com o bico o peito para dar o sangue a beber aos filhotes; e o mote: — pola Ley e pola Grey —, conspiravam defendendo os direitos do feudalismo; o concunhado, Duque de Bragança e o cunhado Duque de Vizeu, irmão da Rainha D. Leonor, e de D. Manuel. Obtidas provas documentais suficientes contra Bragança fê-lo julgar pelos tribunais do reino e decapitá-lo. Contra Vizeu as provas eram insuficientes, os tribunais não o condenariam: matou-o ele próprio com sua régia mão. — A Rainha esposara a causa do irmão e do cunhado, aliou-se ao irmão restante, que tinha 14 anos no momento do sangrento drama, e juntos com a convivência do judeu João do Porto, médico da rainha, envenenaram o Rei, em plena mocidade, aos 43 anos de idade. Pensara D. João II, após a morte do herdeiro de D. Afonso que se havia casado com D. Isabel, filha de Isabel a Católica, pensara em legitimar o filho D. Jorge, tronco dos Duques de Aveiro e que houvera da formosa Senhora D. Ana de Mendonça para quem Garcia de Rezende compusera as lindas trovas que começavam com os famosos versos:

Tendes tanta gentileza
 Tanto ar na fala e rir
 Que quem, vos, Senhora, vir
 Nunca sentirá tristeza!

D. Manuel, o segundo herdeiro do trono foi assim criado longe dos negócios do reino, em uma atmosfera de desconfiança e ódio. E isto, tudo explica e esclarece.

Aquí é o momento de chamarmos a atenção para um fato que me parece não ser bem conhecido, e cujas consequências não são compreendidas.

Portugal, no século XV não se atirou à empresa das navegações e descobrimentos, aventureira e atabalhoadamente como a Espanha (que nele foi buscar seus navegantes de valor: Solis e Magalhães) e outros países europeus! Portugal foi para estas empresas longamente preparado pela índole do seu povo e pela sabedoria de seus príncipes. D. Fernando, o Formoso, igualmente notável pela inteligência como pela figura, já no século XIV orientava — o seu reino para os seus destinos.

Por meio de um imposto especial sobre o comércio creava uma caixa de seguros marítimos. Reduzia, de metade, os direitos de importação para os gêneros trazidos por navios nacionais; o que fez se multiplicar o número de navios portugueses. Aos que queriam construir navios dava-lhes o direito de tirar madeiras das matas reais. Os materiais para construções navais não pagavam direitos, assim como os navios construídos fora do Reino, para nacionais. — Isentou também de direitos a exportação dos gêneros do primeiro carregamento de navios novos. E mais ainda, emprestava dinheiro aos armadores, para o seu comércio, ficando interessado no dízimo de seus lucros, liquidados duas vezes por ano.

Depois veio o período do Infante D. Henrique, e chegamos finalmente a D. João II, admirável creador de Navegadores, de Fidalgos e de Fidalgos-navegadores! Dele diz Oliveira Martins:

“De maravilhoso engenho, subida agudeza, de memoria viva e experta”.

Isabel a Católica que o olhava com assombro só o denominava: “El Hombre” e considerando-o o tipo do perfeito Rei exclamava: “Tal haga Dios e mis hijos” e quando soube de sua morte murmurou: — “Agora murió el hombre que yo tenia en mayor estimacion”.

Garcia de Rezende, o seu Pagem da Escrivania, des-

mentindo o "il n'y a pas de grand homme pour son valet de chambre" assim o descreve:

"... tam yseno, que nunca nenhum cuydou que o poderia governar, nem fazer que fizesse o que não devia, e desta ysençam, que elle sempre quiz ter, o tinham por seco de condiçam os grandes e principais, que cuydavam que muyto valiam, que dos outros, e da gente meãa, e dos povos foy grandemente amado e querido".

e em o Cancioneiro Geral:

Tinha livros em que escrevia
serviços, merecimentos,
e nunca distribuia
sem ver a quem mais devia
e os mais justos e isentos;
muitas vezes deu officios
commendas e beneficios
a homens mui descuidados,
e delle bem alongados,
por serem bons os servicios.

.....
Com lisonjeiros mui pouco folgava
eram os seus conselhos mui sãos.
mostrava-se humano aos que eram meãos
a grandiosos e vãos desprezava.

Ai está o homem a quem ainda há quem queira censurar por ter infligido a Colombo, em 1484, "il gran rifiuto". Pois se ele dispunha dos melhores navegadores do mundo! Se já em vida do Navegante, os portugueses se serviam de astrolábios e quadrantes em suas navegações. Quando Vespucci e Colombo para determinação das coordenadas geográficas, dos pontos em que aportavam, não sabiam se servir senão da altura da polar sobre o horizonte, D. João II já fizera construir para uso de seus pilotos tábuas de declinações e ascensões retas dos astros, com que eles determinavam, com admiravel precisão, as latitudes!

A astronomia náutica era no século XV, uma ciência portuguesa que eles vinham de longa data aperfeiçoando, passando pelos dois Faleros, por João de Lisboa e Diogo Ribeiro e culminando com Pedro Nunes. Este creou o seu "nonius" primeiro dispositivo que se inventou para medir arcos com aproximação de segundos; e que só no século

XVII foi substituído pela invenção, mais cômoda, de Pierre Vernier. Nunes dava em seu trabalho *De Crepusculis*, publicado em 1542 a solução dum problema interessante: achar o dia do ano em que o crepúsculo é o mais curto; problema que Jacques Bernouilli, que viveu no fim do século XVII, confessava haver procurado resolver, por muito tempo, em vão.

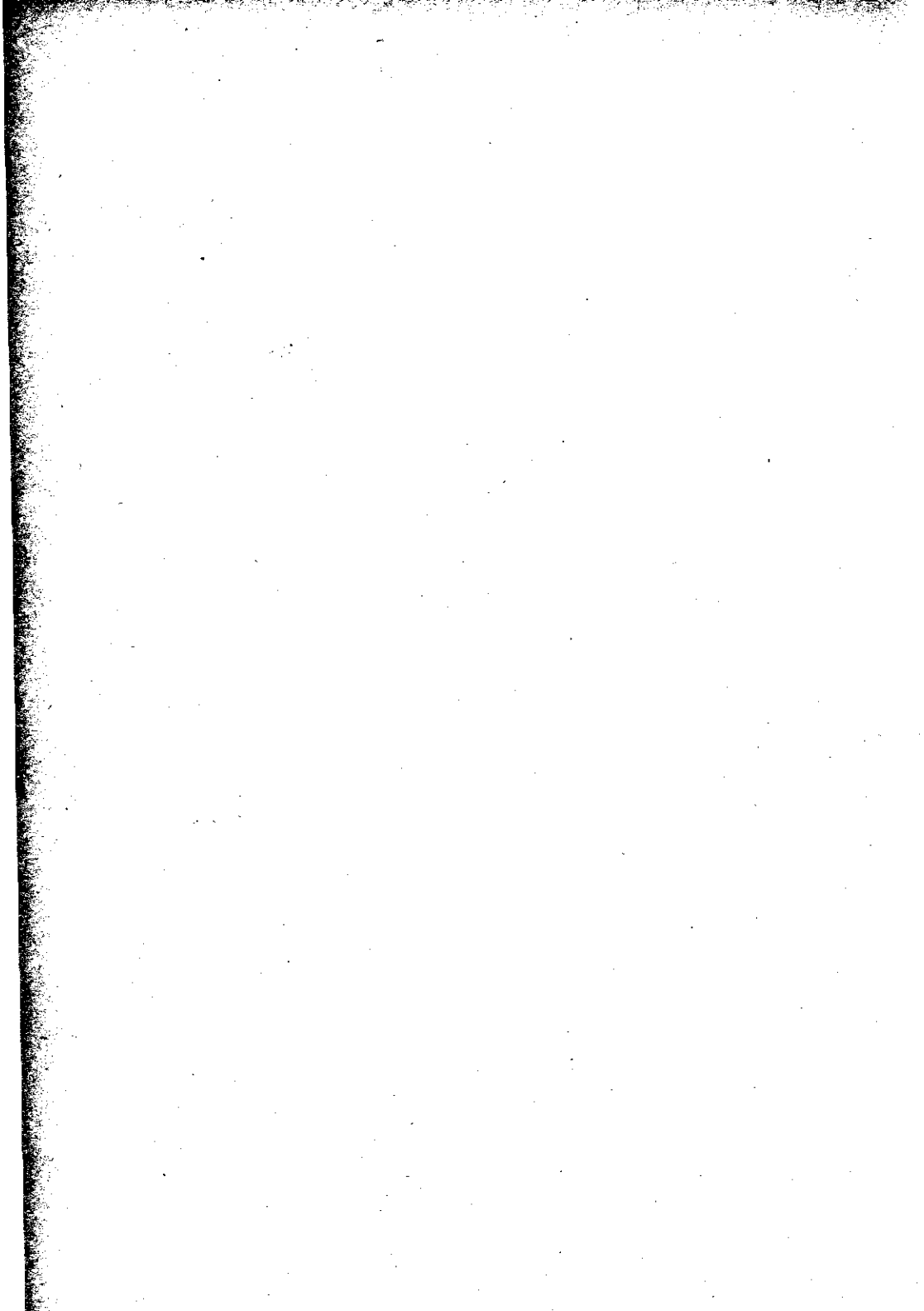
E pela primeira vez no mundo, no seu tratado *Arte atque ratiõne navigandi* (1546, Coimbra), fez investigações sobre a curva de dupla curvatura util às navegações e chamada loxodromia.

Em summa, de tudo que aquí ficou muito rapidamente esboçado, se verifica e se conclue: que os únicos e verdadeiros navegantes e pilotos dos séculos XV e XVI, eram os portugueses; que Américo e Colombo eram dois aventureiros ignorantes e inescrupulosos a quem a Fortuna até hoje tem bafejado; que em 1484 a terra que se chamou América já estava descoberta e cartografada por portugueses. Prova-o as afirmações de Cristovão Colombo, o testemunho de Duarte Pacheco Pereira, a carta de Johanes Emeneslau e o tratado de Tordesilhas.

Não podemos nem devemos, portanto, nós brasileiros anuir com a erecção de um monumento a Vespucci, considerado como grande navegante e muito menos como descobridor do Brasil.

Se quiser a coletividade italiana substituir o monumento a Vespucci por um monumento a Leonardo da Vinci, estarei de acordo e baterei palmas.

Este por ser mais que homem, por ser divino, pertence à Humanidade inteira!



DR. JOÃO DABNEY DE AVELAR BROTERO

DADOS BIOGRÁFICOS

Viagem às Ilhas dos Açores no ano de 1847

Frederico de Barros Brotero

O Dr. João Dabney de Avelar Brotero nasceu na cidade do Rio-de-Janeiro no dia 24 de dezembro de 1826 e foi batizado em março de 1827 na Igreja da Candelária, sendo padrinhos, o Marquês de São João da Palma e Nossa Senhora; filho do Conselheiro dr. José Maria de Avelar Brotero e de sua mulher d. Ana Dabney. Deixou o Rio de Janeiro em companhia de seus pais para a cidade de S. Paulo no dia 1 de fevereiro de 1828, chegando a Santos no dia 6 e ao lugar de destino no dia 12 do mesmo mês.

Matriculou-se no primeiro ano jurídico em 1842 e formou-se em 1846. Pela primeira vez saiu de S. Paulo a 20 de fevereiro de 1847 para visitar seus parentes maternos na Ilha do Faial (arquipélago dos Açores) que constituíam a família aí radicada por seu avô John Bass Dabney, o qual, por dilatados anos exerceu o cargo de consul Norte-Americano em dito arquipélago e casado com D. Roxa Lewis Dabney.

Nas Ilhas, pouco se demorou; nos últimos dias da visita chegou mesmo a arrepender-se da viagem e profunda nostalgia dele se apoderou.

Explica-se facilmente. A ampla e folgada liberdade que gozava em S. Paulo, no meio de estudantes e colegas, foi substituída, bruscamente, por um teor de vida mais severo, ao redor de um pessoal, não diremos mais polido, pelo menos mais cheio de etiquetas e cerimônias.

A família Dabney emigrou da Inglaterra para os Estados Unidos, por motivos religiosos; pertencia a um grupo dissidente que preferiu emigrar do que submeter-se; não sabemos se fazia parte dos passageiros da "Mayflower", mas temos certeza que emigrou em 1645. Até à época da viagem do dr. João conservavam os mesmos princípios rígidos e

intransigentes de protestantes e puritanos, incompatíveis com seu temperamento acostumado às sugestivas cerimônias da liturgia romana. A esse respeito conservamos duas interessantes cartas por ele dirigidas à sua Mãe e que serão oportunamente publicadas. Teve a delicadeza de jamais deixar transparecer seu tédio; de todos despediu-se comovido, tomou passagem no brigue americano "Harbinger" e rumou para Boston.

Operou-se radical mudança de cenário. A excursão pelos Estados-Unidos foi útil e proveitosa. Viajou, visitou Universidades, bibliotecas, museus, colégios, não dispensando um asilo de alienados. Conheceu a vida noturna de Nova York, seus teatros, galerias de quadros, monumentos e até a famosa prisão de Sing-Sing a qual visitou detalhadamente sempre acompanhado pelo General Sandford, amigo da família, em cuja residência, dias depois, assistia a uma concentração de 5 mil milicianos e a um desfile de 144 lojas maçônicas (*free masons* e *Old-Fellows*). Descreveu o pasmo que lhe causou a primeira locomotiva que viu e a sensação que experimentou ao encetar a primeira viagem em caminho-de-ferro, luxo introduzido em S. Paulo 20 anos depois. Deteve-se alguns dias em Filadélfia, em Baltimore e chegou finalmente na capital política do país, em Washington. Levava, não, cartas triviais de recomendação, mas carta imperial apresentando-o à Legação; servia como Encarregado de Negócios o Comandante Felipe José Pereira Leal, antigo oficial de marinha, a quem tece os mais rásgados elogios; sua esposa o acolheu com aquela afabilidade e meiguice tão características da Mulher brasileira; no segundo dia já era pessoa de casa.

Sucederam-se as apresentações ao corpo diplomático; travou relações de camaradagem, principalmente, com o Ministro português, Sr. Figanieri, nascido no Rio-de-Janeiro, que suspirava por um parceiro de voltarete. Afinal, no dia 15 de novembro de 1847, em companhia do sr. Leal, realizou-se a visita, previamente designada, ao Chanceler, Secretário de Estado, Mr. Buchanan. Ótima impressão, o Secretário manifestou não só, profundos conhecimentos sobre o Brasil, como se interessou pelo desenvolvimento das relações comerciais e financeiras com seu país. No fim de uma hora foram afinal, introduzidos em Casa Branca "White House" e apresentados ao Presidente da República, Mr. Polk com quem se entretiveram animadamente.

Das duas eminentes personalidades, melhor juízo formou do primeiro.

Para um moço de 21 anos, recém-diplomado por uma Faculdade provinciana, este convívio em meio social tão elevado, convenhamos, é prova de precocidade intelectual ou de sólida cultura.

Desta excursão guardamos carinhosamente o seu diário de viagem, onde ele, dia a dia, além de comentários fiéis e sensatos, anotava seus passeios, visitas e outros detalhes; tudo publicaremos, se possível, nesta *Revista*.

Regressou para o Brasil a bordo da barca "Katleen", até Santos. Chegou em S. Paulo a 18 de fevereiro de 1848 e três dias depois, a 21, tomava posse do cargo de promotor público da comarca da Capital.

Nesse mesmo ano recebeu o diploma de deputado provincial; filiou-se ao partido liberal. Tomou o grau de Doutor em setembro de 1851 e no ano de 1855 e 56 desempenhou o mandato de deputado suplente na Assembléa Geral Legislativa. Foi nomeado lente da Faculdade de Direito de Recife por decreto de junho de 1855 e removido para S. Paulo em junho de 1856.

Sua carreira política devia continuar; assim, foi distinguido pelo povo paulistano com o honroso diploma de vereador à Câmara Municipal, recebendo de seus companheiros de edilidade a alta investidura de seu presidente. Em 1857 o governo imperial o escolhe para o elevado cargo de presidente da província de Sergipe, do qual toma posse a 5 de agosto de 1857 e exerce até 7 de março de 1859.

O último ato de carreira ascencional na vida pública foi a nomeação por carta imperial de 31 de janeiro de 1859 para presidente da província da Paraíba, cargo que não aceitou. Regressou a S. Paulo a 15 de abril do mesmo ano e não mais gozou de boa saúde, até que em 9 de agosto caiu de cama, para nunca mais se levantar. Faleceu a 1.º de setembro de 1859.

Está sepultado no cemitério da Consolação, na rua em frente à entrada principal, em um dos primeiros túmulos à direita, túmulo encimado por elegante coluna com inscrições latinas, mandado levantar, dizem alguns, que por um grupo de estudantes, outros, que por amigos e sócios, de sociedades das quais fazia parte.

Na beira do túmulo o mavioso poeta Bittencourt Sampaio, um dos maiores talentos poéticos de sua geração, proferiu célebre soneto, transcrito, na íntegra, pelo dr. Vainpré na sua obra sobre a Academia e do qual guardamos o

original, do próprio punho do poeta, por ele gentilmente oferecido à família do extinto.

Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos sobre a Província de S. Paulo*, a ele refere-se elogiosamente.

Em sessão da Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo do dia 1.º de março de 1860 foi aprovada a *Memória* sobre o ano de 1859, elaborada pelo dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, que assim se exprime sobre o falecido colega:

“O anno de 1859 registrou mais uma perda fatal para esta Faculdade com o passamento do dr. João Dabney de Avelar Brotero que exhalou o derradeiro alento de uma vida tão brilhantemente trilhada em o dia 1.º de setembro. Dir-se-hia que a fatalidade nos persegue. Hontem lamentavamos a sentida morte do nosso distincto collega dr. Rodrigues dos Santos, e já tão de prompto nova magua nos preme o coração. O fallecido dr. Brotero cortado tão em flor ás vividas esperanças que o acalentavam, tinha sabido grangear as geraes sympathias e sua morte despertou inextinguivel saudade. A dor que causou tão infausto acontecimento é o maior elogio que podemos fazer desse robusto talento que estacou ex-sangue no meio da carreira atochçada de glorias que o futuro lhe amostrava.

A Faculdade de Direito de S. Paulo cobriu-se de dó; e em signal de sua legitima tristeza esta Congregação mandou que cerrassem-se as aulas por trez dias, e tomou luto por egual tempo”.

Infelizmente alem de suas cartas e do diário de viagem, poucos trabalhos deixou; a sua advocacia impedia de tratar de assuntos teóricos e literários. Encontramos pareceres e discursos na sessão da Assembléa Provincial de 1848; discursos na sessão de 1856 na Câmara dos Deputados Gerais, um sobre fixação de forças, outro sobre nova divisão territorial do Brasil. (Volume de 1856 págs. 31 e 107).

Guardamos em nosso arquivo apenas dois trabalhos de ordem jurídica. Um contendo as teses que para obter o grau de Doutor se propôs a defender. Folheto impresso em 1851 na *Tip. Liberal* de J. M. de Azevedo Marques, S. Paulo. Vamos destacar as seguintes teses para dar amostra de seu estilo:

“Direito Publico Universal. — A unica origem da legitimidade de um governo é a delegação da nação. — As formas mais adequadas para a manifestação desta delegação e suas condições, não podem ser definidas pela sciencia: dependem das circumstancias de cada paiz — Nas monarchias constitucionaes representativas o veto absoluto do monarcha pode destruir o equilibrio e harmonia dos poderes publicos.

Economia Politica. O augmento dos capitaes, a divisão do trabalho, e o emprego das machinas são as principaes causas que dão incremento á produção da riqueza. — A facilidade, rapidez, e multiplicidade das permutações concorrem eficazmente para dar energia e extensão ao trabalho — Os direitos protectores, em certas circumstancias, podem vantajosamente ser estabelecidos”.

O segundo trabalho consiste no “Relatório com que foi aberta a 1.^a sessão da duodécima legislatura da Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Excelentissimo Presidente doutor João Dabney de Avelar Brotero. Baía, Tip. de A. Olavo da França Guerra. Rua do Tira-Chapéu n. 3. 1858.”

Este relatório constitue uma synthese de todos os conhecimentos necessários a um bom administrador. Vamos mencionar os assuntos ali tratados; Tranquillidade Pública, diz o seguinte:

“A divergencia das parcialidades politicas é ainda, infelizmente, acompanhada pela manifestação de odios pessoas que geram algum embaraço á administração, mas nada tem de perigoso contra a tranquillidade publica. E é de crer que o progresso lento, mas seguro, da nossa civilização, e a continuação da politica grandiosa de tolerancia e concordia proclamadas pelo Governo Imperial, reduza enfim as nossas lamentaveis discórdias politicas áquillo que constitucionalmente deve ser, isto é, a luta pacifica das idéas em substituição aos odios e paixões partidarias. No exercicio do cargo com que me honrou Sua Magestade o Imperador, tenho feito timbre de traduzir praticamente esse generoso e patriotico pensamento que domina a politica do Governo Imperial”.

A seguir trata o Relatório: Segurança individual-Administração da Justiça-Saude Pública-Vacina-Carestia de gêneros alimentícios.

A respeito desta carestia diz o Relatório:

“A Provincia de Sergipe passou no anno proximo passado por um transe bem doloroso. Os gêneros de que se compõe principalmente a alimentação do povo, subiu a um alto preço.

A progressiva alta nos preços respectivos indica uma alteração entre a demanda e a offerta; por outra, ha escassez de produção em relação ás necessidades do consumo. Não se pode attribuir a alta de taes preços nem ao monopólio, nem a uma alteração sensível no valor da moeda.”

Força Pública-Cadeias-Culto Público-Cemitério-Hospitais-Estatistica. Sobre tão relevante assunto diz:

“Não é possível legislar e administrar sem os soccoros da estatistica. No exercicio de vossas funções sentireis a mesma difficuldade que, como administrador tenho sentido, embaraçado a cada passo pela ignorancia dos factos, os quaes, aliás, registrados, comparados, observados e moralizados habilitariam para legislar e administrar com certeza, e não vagamente; com conhecimento de causa e não por informações fundadas em dados, que pela ansiedade e urgencia da occasião são mal collegidos, falsos, ou inexactos.”

Instrução Pública-Obras públicas gerais-Arrecadação e fiscalização das rendas públicas-Secretaria do Governo-Indústria-Instituições de créditos-Vias de comunicação-Comercio e Navegação Empresas-Objetos diversos.

Finalmente, última informação: sempre se mostrou infenso ao casamento, conservou-se celibatário. A família consistia nos pais e nos irmãos; hoje os sobrinhos cultuam a sua memória com orgulho e veneração.

1847

A 20 de fevereiro saí de São Paulo em companhia de meu mano Rafael, do sr. Manuel José Clarâmpio, Carneiro e João de Aguirre Camargo, às 5 horas da manhã. Chega-

mos a vila de S. Bernardo às 8 horas e aqueles senhores aí se demoraram, e eu segui viagem para Santos, aonde cheguei, felizmente às 4 horas do mesmo dia. Fui hospedado em casa do sr. Ramon Però, que me tratou com aquela obsequiosidade que já me havia mostrado nas outras ocasiões em que em sua casa me havia hospedado. No dia seguinte encontrei-me com o sr. Manuel de Queiroz Teles, que tinha de vir em minha companhia para Santos e que se atrasara.

No dia 22 do mesmo mês embarquei-me na barca a vapor "Paranapitanga", Cap. Francisco de Paula Guedes Alcanforado e às 5 horas começamos a viagem para o Rio-de-Janeiro. O sr. Queiroz veio comigo até à Barra, e aí despedi-me dele. Dos passageiros, apenas um era meu conhecido, o sr. Leopoldo Nóbrega de Oliveira Campos, sobrinho do meu amigo e colega Campos, porem imediatamente travei relações com o italiano Rafael de tal, cuja vida, segundo ele conta, é assaz singular, pois por motivos políticos sofreu várias perseguições, tendo sido condenado à morte três vezes. Também vinha o sr. Elias Aires do Amaral com quem travei relações e o sr. Guimarães, de Campinas.

A 24 às 11 horas da manhã chegamos à cidade do Rio-de-Janeiro. Logo que desembarquei fui em companhia do sr. Antônio de Paiva Azevedo para a sua casa, porem logo na tarde do mesmo dia resolvi a ir me hospedar no Hotel da Itália. Neste hotel estava já hospedado o sr. Manuel Joaquim da Silva, com quem principiei a ter relações. Demorei-me no Rio-de-Janeiro até o dia 15 de março.

A 15 de março embarquei-me na barca Nacional "Maria Segunda". Cap. Antônio Germano Soares, e propriedade de Bernardo José da Silva. Veio em minha companhia um tio, João Luiz Dabney, que se achava no Rio, e que não gozava saúde. Às 9 horas pouco mais ou menos principiamos a navegar do Rio com o destino do., para as ilhas dos Açores. Nos primeiros dias navegamos com terra à vista e com bonança e finalmente a 18 perdemos de vista a ponta de Cabo Frio. Na noite de 20 para 21 sobreveio um vento bastante forte que causou durante todo o dia 21 bastante incômodo por causa dos formidaveis balanços; porem hoje, 22, o mar está chão e temos vento em popa. Achamo-nos a 22 graus e 26' de latitude Sul e 37 graus e 47' de longitude, Oeste de Greenwich. Tenho passado bem até agora e meu tio melhor de suas moléstias.

A noite de 22 para 23 esteve magnífica, porem desde então começou o tempo a tornar-se péssimo, constantes

aguaceiros enegrecem o horizonte, há muita chuva e vento N.E. e algumas vezes calma. A noite de 28 para 29 (hoje) esteve muito melhor e o vento começou a favorecer-nos. Ontem, 28, estávamos a 14 gr. e tantos minutos de Long. Temos **bordejado com direção N. 1/4 de N.O. e E.S.E.; quase sempre nestes dias temos tido pouco pano porque os aguaceiros têm constantemente nos obrigado a ferrar algumas velas. Temos conservado harmonia entre os passageiros e nenhuma outra ocorrência notavel tem havido.**

Dia 23.....	21 gr. 27' 3"	de Lat. S. e 35 gr. 8' Long. O.
24.....	19 gr. 58'	34 gr. 23'
25.....	18 gr. 14'	33 gr. 35'
26.....	16 gr. 17'	33 gr. 52'
27.....	15 gr. 21'	34 gr. 33'
28.....	14 gr. 51'	34 gr. 41'

Estas têm sido as nossas latitudes e longitudes nestes seis dias, por elas vê-se qual a velocidade de nossa derrota e o seu rumo — o que tem-se inclinado para O. No dia 29 estiveram 5 navios à vista, dois dos quais eram baleeiras americanas. A 30 estávamos a 13 gr. e 19' de Lat. S. e 33 gr. 29' de Long. O. — Venta ainda N.E. com algumas variações e continuamos a bordejar. O tempo está bom e parece que se terminarão os aguaceiros que temos tido, e que são comuns nas alturas entre os Abrolhos e Baía.

Durante o dia 31 continuou a soprar vento N.E., porem o tempo estava magnífico, especialmente à noite durante a qual presenciámos o eclipse da lua.

Estiveram à vista vários navios, um dos quais, (uma Barca) içou sua bandeira a qual era Norte Americana. A tarde apanhou-se a bordo um enorme peixe. Morreu na mesma noite, a criança que havia nascido a bordo oito dias antes. No dia 1.º de abril ao 1/2 dia estávamos a 13 gr. e 43' de Lat. e a 32 gr. 25' de Long. O; e a razão de havermos perdido em Lat. foi o termos bordejado com direção de SE. e ESE.

A 2 de abril estávamos a 13 gr. 48' de Lat. S. e 32 gr. 4' de Long. O.

A 3 de abril, Sábado-de-Aleluia, pudemos com prazer exclamar "Aleluia" porque mudou o vento, e tornou-se mais favoravel logo pela manhã; porem à tarde sobrevieram aguaceiros e à noite, calma.

Avistamos um navio americano baleeiro, o qual mandou seu escaler a nosso bordo buscar refrescos porque ti-

nhiam a bordo o escorbuto. Estavam a três anos fora do Estados Unidos e a oito meses tinham saído das ilhas Sandwich.

Levaram de nosso bordo algum tabaco, a baleeira chamava-se "Eugene" e estava alguma cousa avariada, pois-que despregava-se-lhe o cobre da quilha, e um raio havia-lhe partido o mastro da gata. Iam para um porto próximo de Nova York.

A 5 de abril teve lugar o memoravel picão do nosso piloto Jacinto que durante esse dia e o seguinte conservou-se com a pancada na mola (segundo sua própria expressão). A 5, 6, 7 e 8 deste mês gozamos excelente tempo e tivemos bom vento; porem no fim da semana, ao aproximar-nos da linha sofremos novamente os aguaceiros que nos haviam aflitos entre os Abrolhos e a Baía. Igualmente voltaram-nos as calmas. A 8 do mês, meu tio foi atacado de febre, reumatismo etc., e ainda hoje (11) acha-se enfermo. Eis as nossas Latitudes e Longitudes durante esta semana:

A	5.....	10 gr.	e 9'	Lat. S.	e 31 gr.	40'	Long. O.
	6.....	8 gr.			31 gr.	22'	
	7.....	6 gr.	15'		31 gr.	5'	
	8.....	4 gr.	9'		31 gr.	5'	
	9.....	2 gr.	7'		32 gr.	21'	
	10.....	1 gr.	35'		32 gr.	5'	

N.B. a 7 avistamos as ilhas de Fernando de Noronha). (Foi a 8).

A 11 calma e péssimo tempo: Lat. 1 gr. e 29' Long. 32 gr. e 5.

A 12, 13, 14 e 15, calmas constantes e horrivelmente atradoras.

A 16 estávamos a 26, de Lat. S. e a 30 de Long. Aguaceiros constantes e finalmente um tempo desastroso para nossa viagem. Finalmente, a 15 apareceu algum vento depois de tanta calma, porem infelizmente veio vento N. A 16 navegamos com bom tempo, vento N. NNE, Lat; O gr. 26' Long. 30 gr. 13 e 12.

A 17 muita chuva, todo o horizonte carregado, vento N. e NNE. Lat. 0 gr. e 8'. Long. 29 gr. e 42.

A 18 o mesmo tempo continuou e igualmente o vento N. o qual não devia ser esperado em esta altura. Lat. N. 2 gr. Long. 29 gr. e 34'.

Portanto no dia 17 para o dia 18 passamos a linha Equinocial com 34 dias de viagem do Rio-de-Janeiro. A Equinocial apresentou-se-nos com um terrivel séquito de incômo-

dos: aguaceiros, horizonte carregado, vento contrário e inesperado etc., porem o calor não foi excessivo.

A 19 continuou a atmosfera e o horizonte carregados, chuva e vento, variavel, pois tivemos NNE. ENE., E., e NE; Lat. 29° e 24" N. e Long. 29 gr. e 50'.

A 20 melhorou o vento pois soprou de leste, mas ainda continuou o horizonte escuro. Lat. 1 gr. 16' N. e Long. 30 gr. e 7'.

Tivemos de lamentar a morte de um passageiro de proa, natural da ilha do Faial.

A 21 vento ENE., e NE., atmosfera carregada e alguns aguaceiros; Lat. 2 gr. e 50', Long. 31 gr. e 10'.

A 22 posto que continuasse ainda o horizonte algum tanto carregado, e alguns aguaceiros, o tempo melhorou e a noite, que já a 21 havia sido sofrivel, tornou-se boa; vento NNE. e NE., fizemos rumo de NO.NNO.; Lat. 4 gr. e Long. 32 gr. e 44'.

Durante o resto do mês de abril tivemos uma riquissima viagem, e parece que se tem compensado assaz o mau tempo que sofremos até a Equinoxial. Tivemos durante este tempo brisas frescas de ENE., NE. e E. e mesmo na Latitude de Serra Leoa onde esperava-se calmaria e aguaceiros tivemos brisas frescas e ótimo tempo. A 23 de abril estávamos em Lat. 5 gr. e 54 e Long. 4 gr. e 15. Rumo NNO. e vento NE. Nos seguintes dias até 30 de abril fizemos a seguinte derrota:

Dias	Rumo	Vento	Long.
24	NO 1/4 N.	NNE. Lat. 7 gr. e 23'	35 gr. e 53'
25	NNO	NE. Lat. 9 gr. e 35'	37 gr. 11'
26	N 1/4 NO.	NE. Lat. 11 gr. 36'	39 gr. 15'
27	NNO até N.	NE e ENE. Lat. 13 gr. 55'	40 gr. 30'
28	N.	ENE. Lat. 16 gr. 20'	41 gr. 28'
29	N.N.1/4 NE	ENE. Lat. 18 gr. 52'	42 gr. 11'
30	(até o meio dia)	variavel. Vento E. Lat. 21 gr. e 18'	Long. 32 gr. e 49.

Os rumos que seguimos até 28 não foram exatamente os que vão mencionados acima, mas com mais ou menos variação para O.

A 28 suscitou-se uma questão desagradavel entre mim e o Cap. a qual, felizmente, não teve sérias consequências. Durante estes últimos dias temos tido riquissimos dias e magnificas noites e o calor desapareceu completamente.

A 30 começamos a ver algum sargaço e do meio dia para a tarde mudou o tempo e caíram bastantes aguaceiros, os

quais continuaram no dia 1 de maio, bem com a briza fresca de E. e ENE. Nos seguintes dias até 4 continuamos a derrota com bom tempo e com briza de E. e ENE. e foram as seguintes as nossas latitudes e longitudes.

1 de maio	Lat. N. 23 gr. 42'	Long. 43 gr. 34'
2 " "	Lat. 26 gr. 05'	Long. 44 gr. 08'
3 " "	Lat. 28 gr. e 28'	Long. 44 gr. 51'
4 " "	Lat. 30 gr. 19	Long. 45 gr. 24'

Durante o dia 4 acalmou-se a briza e ficamos ao meio dia em calma a qual continuou durante o resto do dia 4 e no dia 5. Esta calma, todavia, não foi completa e sempre soprou alguma aragem de E. e de ESE. Do dia 5 para 6 principiou algum vento ONO. o qual no dia 6 acalmou e andamos des-governados por algumas horas em perfeita calma. A 7 tivemos vento bonançoso N. e NNE;.

As nossas latitudes e longitudes foram as seguintes nesses dias:

A 5	Lat. 30 gr. e 47	Long. 45 gr. e 28
6	Lat. 30 gr. e 18	Long. 44 gr. e 58
7	Lat. 32 gr. e 02	Long. 43 gr. e 33
8	Lat. 33 gr. e 18	Long. 40 gr. e 36

Nos seguintes dias até 14 tivemos sempre ou quase sempre, mau tempo e ventos nimiamente inconstantes e variaveis, porem dominando mais ou menos a N. e NE.

Aumentou sensivelmente o frio e o termômetro chegou a 60 graus (Fahrenheit) o que para quem vinha dos climas tórridos, já era frio assaz sensível. Tivemos quase todos os dias navios à vista e principalmente a 13 estiveram três à vista, entre os quais uma "Polaca" que nos acompanhou por três dias e içou um sinal que não foi entendido à bordo, o qual consistia na bandeira espanhola a meio mastro e immediatamente a mesma bandeira por baixo da francesa igualmente a meio mastro. A 13 pela manhã soprou ótimo vento ONO., de maneira que navegamos todo aquele dia com todo o pano, cutelos fora, varredouras, etc. A noite refrescou sensivelmente o vento e a meia noite sobreveio um violentissimo furacão o qual durou toda a noite e durante o dia 14. A princípio deixou-se o navio correr unicamente com um pano; porem às 6 horas do dia 14 pôs-se o navio à capa e assim ficamos até meia noite. Então julgou-se que o navio não poderia mais sustentar a capa e tornamos a deixar ir correndo o navio, soprando sempre ONO. fortíssimo. No dia 15

pela manhã abrandou o vento e mudou-se para NO, e fomos continuando a velejar esperando avistar terra a barlavento, porem às dez horas sem se esperar avistou-se a ilha de São Miguel a sotavento. A razão deste engano foi alteração no cronômetro, de sorte que houve erro na longitude. A ilha avistada do lugar em que a viamos apresenta uma costa excepcionalmente alta e posto que esteja coberta de nevoeiro vê-se distintamente. Eis aqui as nossas latitudes e longitudes nos dias que se seguiram de 8 até 14 pelo cronômetro às 9 horas, isto é, uma hora antes de se avistar S. Miguel e bem assim a latitude estimada do mesmo dia às mesmas horas:

Dias	Vento	Latitude	Longitude
9	NNE.	34 gr. 56'	36 gr. 35'
10	N e NO.	36 gr. 31'	33 gr. 44'
11	var. e calmo	37 gr. 06'	33 gr. 05' e 50"
12	ESE. e ENE.	37 gr. e 45'	32 gr. 08'
13	OSO. e ONO.	38 gr. 00	27 gr. 30'
14	(isto é a 14 astronômico)		
15	ONO	38 gr. e 15'	26 gr. 45' (N.B. às 9 horas)

Durante todo o dia 15 continuamos a navegar ao longo da costa, gozando da pitoresca perspectiva de uma ilha belamente cultivada e de várias pequenas povoações. A 16 avistamos a cidade de Ponta Delgada, que fica na parte S. da ilha e é a sua capital. Ao meio dia estávamos próximos ao ancoradouro, porem sobreveio um forte temporal SSO. que nos obrigou a passar ao largo.

Durou o temporal durante toda a noite do dia 16, porem na manhã do dia seguinte abonçou o tempo e fundamos depois de uma viagem de 63 dias. Desembarquei imediatamente no escaler da Alfândega, em companhia do Cap. e do Sobrecarga; apenas cheguei ao cais fui encontrado pelo sr. Tomaz Evelyne (Ecline) que me conduziu para sua casa e me apresentou a toda sua família, inclusive o sr. Irving pai e filho. Depois do jantar passei por toda a cidade em companhia dos meus recentes amigos Robert Irving e do *young Stanley*. Tivemos já na manhã do mesmo dia, ido ao lugar denominado Mãe-de-Deus donde se goza de uma riquíssima perspectiva e de tarde vimos a Igreja Matriz, a qual é uma Igreja assaz acieada; a de S. Francisco, a qual é igualmente bela; vimos o exterior do Convento da Esperança, palácio do Barão da Fonte Bela, ornado por um lindo frontespício. Logo depois fomos à Fortaleza a qual me pa-

rece assaz espaçosa e que examinamos com minuciosidade. O resto da tarde foi empregado num belo passeio a Quinta do Comendador Lauriano F. da Câmara Falcão, a qual é arranjada com muito bom gosto. A cidade é assaz extensa e tem, segundo o que me disseram, 16 mil habitantes, porem edificada muito irregularmente e as casas são geralmente de muito mau gosto, sendo particularmente desfeizadas pelos portais de pedra negra. Vim a noite dormir à bordo aonde achamos o nosso amigo Jacinto (piloto) excessivamente "grogório". No dia seguinte (18) voltei para terra em companhia dos dois passageiros de ré que comigo haviam feito a viagem do Rio-de-Janeiro. Depois de visitar o meu obsequioso amigo o sr. Ecline e a meu tio João, que havia desembarcado no antecedente dia e a familia do Irving, vim fazer um almoço de café com leite no Hotel Inglês próximo ao cais, o qual é sofrível. Depois alugamos burricos e fomos à quinta do Barão da Fonte Bela em companhia do pequeno Stanley. Esta Quinta denominada "Botelho", cujo proprietário chamava-se antes de ser titular, Morgado Jacinto Inácio de Medeiros, dista uma légua da cidade e é verdadeiramente magnifica. Tem dois lindos tanques onde existem belissimos cisnes brancos e pretos e vários pontos-de-vista agradavelmente silvestres. Voltando desta Quinta viemos aprear dos burricos em casa do sr. Ecline. O modo de andar sobre estes animais é singularissimo, e totalmente diferente da maneira porque nós nos utilizamos dos cavalos ou bestas, porque os jumentos não trazem freios e quem os conduz não é o próprio cavaleiro, porem um rapaz que vai atrás com uma vara. Este governa os jumentinhos por meio da sobre-dita vara e por meio de certas vozes, certos gritos desusados e exquisitos. Todos estes jumentinhos tem seus nomes como os cães e acodem ao chamar-se pelo nome, e servirá de eterna memória que o burriquinho que pela primeira vez montei chamava-se "Pimpão". Igualmente não se usa de estribos, nem selas porem sim da albarda ou andilha. Jantei em casa do sr. Ecline e aí passei a tarde. Veio falar-me um vizinho, o sr. Jerônimo de tal Trajano, Brasileiro, e ex-Tenente de nossa armada, o qual perguntou-me por S. Majestade o Imperador e sua A. Família e por outras novidades do Brasil. Queixa-se este sr. de haver tido injustamente sua baixa em consequência dos distúrbios políticos de 1831.

Despedi-me de meu tio e de todos os meus novos amigos desta cidade, e vim para bordo à noite. A 19 pelas 10 horas levantamos o ferro e saímos do ancoradouro de S. Mi-

guel, quero dizer, de Ponta Delgada. A ilha de São Miguel é hoje a mais rica e a mais importante das ilhas Açores e uma das mais belas jóias da Coroa de Portugal.

Diz-se que a cidade de Ponta Delgada é a terceira cidade de todo o Reino, posto que se isto for assim, bem feias serão as cidades portuguesas.

Exporta-se de S. Miguel uma porção enorme de cereais como o trigo, milho, fava, etc., porem o ramo mais importante do comércio desta ilha é a exportação de laranjas. Esta exportação se faz em escala tão elevada que disse-me o sr. Eclíne que no presente ano realizaram-se neste comércio os lucros enormes de 60 contos de réis, o que mostra um capital imenso empregado neste tráfico. Também se fabrica algum vinho para o consumo, o qual tem a bondade de ser fraquíssimo, e porisso poder se tomar em grande quantidade. Porem sem dúvida o que mais abrilhanta a cidade de Ponta Delgada são as magníficas Quintas que a rodeiam. A água é abundante e magnífica e a ilha é fartíssima. O porto é péssimo e exposto a todos os ventos, o que obriga a frequentes levantares; sua latitude é de 37 gr. 45' e 3", e longitude 25 gr. e 36'.

Durante os dias 19, 20, 21 e 22 velejamos entre as ilhas com maus ventos e parecendo que não poderíamos chegar à Terceira, dirigimo-nos ao Faial, e a 22 estávamos à vista do Pico e Faial, porem mudando o vento voltamos para o nosso primitivo destino e a 23 de manhã aportamos na cidade de Angra do Heroísmo. Durante a viagem de S. Miguel para a Terceira tivemos alem dos antigos companheiros, mais três Padres que recentemente se haviam acabado de ordenar em S. Miguel; mais o dr. Feio em cuja companhia vieram também dois jovens Michaelenses, Alexandre Leite da Gama e Antônio Borges de tal, os quais assaz nos agradaram ensinando-nos o patriótico hino da Maria da Fonte (A. D. Medeiros).

A 23, dia de nossa chegada, não quis desembarcar por causa do muito mau tempo. Despedimo-nos de nossos antigos companheiros de viagem, Sebastião Gonçalves Ferreira e sua mulher d. Carolina.

A aparência da cidade, vista do mar é triste e melancólica, porem tendo desembarcado no dia 24 conhecemos que é muito mais regularmente construída do que a Ponta Delgada, posto que muito mais pequena em extensão, riqueza e importância. Fomos correr a Fortaleza toda, em companhia de Antônio ou Inácio Dias de Medeiros, o qual

tambem havia vindo conosco na Barca de S. Miguel. Encontramos as ruas cheias de folias do Espírito Santo e as casas embandeiradas, pois desembarcamos no dia da 1.^a oitava da Páscoa do Espírito Santo, entretanto a cidade nos pareceu triste. Jantamos num Hotel e aí fui visitado em nome de uma senhora de Francisco Martins. A tarde fomos ver o arrabalde de S. Pedro e subimos a colina sobre a qual se está edificando um monumento à memória do sr. d. Pedro primeiro. Aí ouvimos ao longe a lindíssima banda de música do castelo tocar a Maria da Fonte e encontramos o meu jovem amigo michaelense Alexandre.

A 25 saímos da Terceira e partimos para o Faial; ainda tivemos mui longa viagem e finalmente *post tantos tantos-que labores*, fundeamos na baía do Faial no Domingo 30 de maio às 3 horas da madrugada. Desembarquei às 7 horas num escaler de meu tio Carlos, tendo ido a bordo um meu primo buscar-me e no cais fui encontrado pelo meu tio, que me conduziu para a sua casa. Fui na mesma manhã ver a "Bagatelle House", aonde residem alguns meus tios e tias. Tendo chegado justamente na véspera da partida da escuna "Thetis" para o Rio, aproveitei o acasião para escrever para casa. A tarde dei um passeio a Porto Pinho, aonde encontrei numeroso povo que vinha do Monte de N. S. da Guia aonde havia-se feito nesse dia uma grande função.

Tendo atualmente de me despedir da Barca "Maria Segunda", aonde passei 76 dias, devo consagrar-lhe uma lembrança. A Barca tinha sido Americana com o nome de "Júlia" e atualmente é brasileira e propriedade de Bernardo José da Silva. O capitão Antônio Germano Soares é assaz polido e urbano, tratou-me sofrivelmente. O sobrecarga, Jacinto Borges Machado Asse, posto que às vezes grosseiro, é do Faial e muito conhecido da familia e tratou-me com distinção. O piloto Jacinto Apolinário Romano, grotesca e singular personagem, nimamente amigo do "grogório", tratou-me sempre com grande consideração na qualidade de Car.: Passageiros da ré eram: Sebastião Gonçalves Ferreira e sua mulher d. Carolina, ele da Terceira e a Senhora, brasileira; Carlos Vieira Goulart e José Maria de Bittencourt ambos do Faial.

A 31, mau tempo, cerração, aguaceiro. Fui apresentado ao Presidente da Junta e mais pessoas do Governo Civil. O interior da cidade da Horta não corresponde à linda perspectiva que apresenta quando é vista do mar, entretanto possui algumas casas bem construidas. Saiu para o Rio-de-

Janeiro a escuna "Thetis", a qual fez-se de vela ao 1/2 dia, pouco mais ou menos.

1 de junho — Mau tempo, atmosfera neblinosa; não foi possível ainda sair da cidade e ir ver os arrabaldes; entrou à tarde uma barca inglesa chegada da Serra Leoa. A noite tive o prazer de ouvir lindíssima música italiana cantada magnificamente pela minha prima Webster Dabney. A sua voz e estilo de cantar assemelha-se notavelmente a da sra. Maria, do Teatro S. Pedro.

2 de junho — Ainda continua o mau tempo, porem pude ir à tarde dar um passeio aos arrabaldes da cidade. Fui ao vale dos Flamengos, sumamente pitoresco, posto a atmosfera carregada e nebulosa não permitiu que gozásemos perfeitamente da bela perspectiva.

3 de junho — O tempo conserva-se miseravelmente triste. Fui jantar com minhas tias em Bagatelle House. E fui assistir a novena de Santo Antônio na Igreja do mesmo nome. A concorrência de povo é enorme, porem a reunião é miseravelmente desfeitada pela estranha maneira que as mulheres desfiguram-se, escondendo os seus rostos debaixo dos denominados, gabuxos.

Chegou de Gibraltar a escuna de meu tio Guilherme, a qual trouxe notícias de Portugal as quais eram aqui anciadamente esperadas.

Miséria e Imoralidade — A população nesta ilha consiste quase toda atualmente de mendigos. Não só ela é sempre pobre mas atualmente a escassez da batata, do trigo, milho, reduziu-a à mais intensa miséria. Os corredores da casa de meu tio estão sempre entulhados por pobres e pelas ruas existem enxames de miseráveis que ao passar vem pedir esmola. A par da sua miséria está a imoralidade de seus hábitos; chega a tal ponto, que segundo me dizem, um velho não pode cultivar seu campo, porque os que são mais moços furtam-lhe todos os seus frutos. Eles não tem idéia alguma da justiça e probidade, pois são totalmente ignorantes e a sua religião é nenhuma. Parece que os antigos conventos, embora perniciosos em muitos respeitos, todavia aumentavam em alguma cousa o respeito pelas leis, porem hoje a Religião consiste unicamente em assistir missa; o povo não tem nenhuma instrução moral ou religiosa, de maneira, que isto juntamente com o estado de penúria em que vive o torna semelhante a uma horda de ladrões e mendigos.

4 de junho — Meu tempo. À tarde fui passear a cavalo

a Santo Amaro e aos Flamengos em companhia de meu primo Samuel. À noite entrou do Rio-de-Janeiro o brigue "Casualidade" com 60 dias de viagem e uma escuna de Lisboa. Não recebi carta nenhuma.

5 de junho — Pesaroso por não ter recebido cartas do Rio, passei uma manhã triste, mais triste do que o costume. À tarde em companhia de minhas tias fui dar um meio agradável passeio ao Porto Pinho e depois em redor do morro da Guia. Entrou uma escuna da Terceira.

6 de junho — Domingo. Posto que houvesse na matriz missa solene e sermão eu não fui às Igrejas de manhã. Porém à tarde voltei à novena de S. Antônio na Igreja do mesmo nome. A Igreja estava tão cheia que me não foi possível entrar. Nenhuma seriedade observei no culto, as pessoas de consideração não foram e nas salas próximas à Igreja e nos corredores do convento todos estavam com seus chapéus na cabeça, passeando, conversando, etc.

7 de junho — Escusado é dizer que o tempo continua péssimo. Entrou uma fragata inglesa de Lisboa para Madeira e S. Miguel.

À tarde saí para pagar algumas visitas.

8 de junho — Entrou um brigue de Bordeaux, cujo Capitão (Williams) veio almoçar conosco. O Comandante da fragata inglesa foi hoje à sessão da Junta Governativa pedir-lhe em nome do Governo Português e Inglês para que prestassem obediência ao Governo da Rainha; porém os membros da Junta responderam que aderiam firmemente à causa do Porto. E com efeito parece que esta resolução não é mal tomada, porque no mesmo dia entrou um barquinho da Terceira que traz notícias sumamente favoráveis à Junta Governativa do Porto. O Comandante da fragata inglesa "Thetis", o sr. Codrington, filho do Almirante do mesmo nome que se distinguiu em Navarino, jantou conosco e igualmente o médico de bordo e mais dois oficiais, os quais passaram a tarde e a noite em nossa casa. Estes Senhores e a nossa família parece que tratam de resolver o problema interessante, de estando juntos, passar o tempo mais tristemente possível.

Je m'ennuie horriblement, e nem ao menos tenho a quem dizer como Luiz 14 "ennuions nous ensemble".

9 de junho — Belo dia, o primeiro que vi no Faial sem a cerração que tão triste torna aqui os dias. À tarde assaz me entretí em companhia de minhas primas, do *young John Davis*. À noite os oficiais da fragata estiveram em nossa casa.

Entretive-me a conversar com o jovem guarda marinha Birghmann o qual é Católico, esteve a bordo da fragata brasileira "Constituição" em Inglaterra, e conheceu alguns brasileiros, entre os quais um filho do Conselheiro Montezuma.

10 de junho — Ao 1/2 dia embarquei num escaler de meu tio Carlos em companhia do mesmo, do primo Samuel e do sr. Dart e fomos a-bordo da fragata, tendo embarcado o Comandante, o Capelão, o Médico e oito ou dez Guardas Marinha, fomos para a ilha do Pico. Desembarcamos no lugar denominado Areia Larga e depois fomos à povoação de Madalena. Nada mais triste e melancólico do que a aparência desta ilha. Ela compõe-se de um montão de pedras negras e a verdura do campo é inteiramente imperceptível por causa dos pequenos muros das vinhas. Estas são plantadas e cultivadas de um modo muito singular: entre pequenos muros compostos de pedras soltas as quais servem para abrigar as parreiras do sol. À noite fui a uma partida em casa do sr. Manuel Terra.

11 de junho — Ainda continuo a receber visitas; tem sido enorme o número de pessoas que me tem procurado, pode se dizer que tenho gozado do privilégio dos Monarcas que, quando chegam a qualquer parte são cumprimentados por todas as pessoas distintas; porem infelizmente não gozo do privilégio de não pagar visita nenhuma. À tarde conservei-me só no meu quarto; nunca tive saudades tão vivas de S. Paulo e da alegre, faceta e alguma cousa libertina, vida que eu passava na minha Paulicéia. É excessivamente monótona a vida que passo aqui; a única distração que tenho é a conversação, e essa mesmo não me é sumamente agradável, porque pouco prazer tenho em falar em língua inglesa e com Senhoras deploravelmente sérias. Sou coacto a estar um dia inteiro de gravata e casaca em meio de gente estranhamente grave; eu, que era acostumado a passar os dias e noites em manga de camisa, e muito à minha vontade no meio de 6 ou 8 rapazes jocosos e joviais, entre os quais algum meu predileto... Ah! Paulicéia, Paulicéia, quem me dera bem depressa voltar para debaixo de teu azulado e brilhante céu...

À noite estivemos em companhia do dr. Borrvalho, membro da Junta Governativa desta ilha e tive ocasião de ouvir uma descrição do miseravel estado da ilha. A actual colheita de batatas falhou inteiramente; o povo que já não possui nada, pois vendeu tudo quanto tinha para se nutrir de milho comprado por alto preço na falta de batata vê-se inteira-

mente destituído de recursos. Nem mesmo possui a ilha o milho suficiente para nutrir-se, de maneira que o único recurso é distribuir o Governo, milho gratis.

Mas a Junta, composta de homens timoratos, ignorantes, hesita em empregar os fundos que possui, na compra de cereais, como propõe o dr. Borralho.

O povo já está reduzido a tal miséria que se nutre de raízes silvestres, que lhes dilaceram as entranhas e causam disenterias perigosas. A Junta acaba de proibir o fornecimento dos navios estrangeiros que aqui costumam refrescar. Esta medida vem dar um golpe fatal no último recurso que tinha a ilha, pois na falta da laranja e no descrédito do vinho, a única riqueza da ilha consistia em fornecer refrescos e numerosos baleeiros que aqui vinham em sua procura.

12 de junho — Os dias tristonhos e enublados parece que desapareceram; hoje a manhã esteve sofrível. Empreeguei a manhã em pagar visitas. À noite fui ver a iluminação e fogos em Santo Antônio.

13 de junho — Posto que houvesse em Santo Antônio grande função eclesiástica, eu não fui à Igreja. À tarde fui a Bagatelle e à noite ouvi bela música sagrada, cantada pela minha prima. Visitei ao Goulart, meu companheiro de viagem do Rio para as ilhas.

A 14 de junho o tempo esteve assaz claro. Chegou o vapor "Trent" de West-Indies e com destino à Inglaterra. Fui a-bordo e tivemos ocasião de fazer o contrabando de charutos. É enorme o navio, conduzia 70 passageiros e oferece imensas comodidades.

A 15 nada de novo; mau tempo.

A 16 idem.

A 17. O aborrecimento em que passo o meu tempo quase que me leva a, num acesso de desesperação, escrever: nada de novo, mau tempo. Os dias passam-se uns depois dos outros, todos iguais em monotonia.

18 de junho — Hoje e hontem entretive-me a copiar meus apontamentos sobre a viagem do Rio-de-Janeiro para os Açores.

A 20, Domingo, fui à Igreja da Matriz e assisti a festa de Santa Rosália. A Igreja é espaçosa e bela, posto que não seja igual as de S. Miguel e Terceira. À tarde fui a Santo Amaro; o jardim que outrora era coberto por laranjeiras, hoje não tem nenhuma, porque o inseto as destruiu. A pessoa que guarda o jardim, filho de um mestre Aurélio, foi para a América aprender a sua arte de jardineiro e aí ena-

morou-se de uma senhora de mui boa educação e família e conseguiu casar-se com ela, o que torna sua vida singularmente romântica.

A 21. Dirigi-me à audiência do Juiz de Direito e fui apresentado ao Juiz.

A 23, véspera de S. João passei a noite em casa do sr. Oliveira. A 25, meu tio Guilherme e sua mulher retiraram-se para a ilha Terceira; a 26 fui ao lugar denominado Pilar, donde se goza riquíssima vista. A 28 à tarde, embarquei-me na chalupa "Quilha de Ferro" pertencente a meu tio Guilherme e primo João B. Dabney e partimos com destino à ilha de S. Miguel. Foram companheiros: meu primo João, sua senhora, prima Roxa, Manuel Maria Brum Terra, Cap. Graça e alguns outros.

A 30 desembarcamos às 11 horas em Ponta Delgada, jantamos em casa do sr. Ivens; eu fui dormir em casa do sr. Hickling.

A 1.º de julho jantamos todos em casa do sr. Hickling e à tarde fomos ver a quinta de um inglês em que existe um curioso subterrâneo.

Até o dia 18 passeios e mais passeios nas Furnas, Caldeiras, Alagoa, Pico da Vigia, Sanguinol, Tambores, quinta do sr. Harvey, Dart etc. A 18 estive com Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo (?) e com um judeu, Isaac que viajou por todo o Brasil. A 19 às seis horas partimos para o Vale das Furnas, passando pela Pedra dos Galegos, lugar da Maia. Porto Formoso e Ribeira Grande, aonde jantamos. Chegamos à cidade às 6 da tarde.

A 20 jantamos em casa do Ivens e à tarde dei um belo passeio à quinta do Belem que pertenceu aos Jesuitas e hoje é dos herdeiros do Barão de Laranjeiras. Vimos também o princípio de uma máquina a vapor para serrar e para moer. A 21 fui ao jardim de um inglês fabricante de cerveja; é o *rendez-vous* de muitos rapazes que vão passear, conversar e tomar cerveja. A 22 fui numa comitiva de 18 pessoas ao lugar chamado Ribeira Quente. Vi as caldeiras e uma freira que nos mostrou uma multidão de pequenos presepes ou cousa que o valha, feito por ela e representando várias passagens da escritura. A 25 fiz algumas visitas e à tarde fui percorrer o palácio do Barão da Fonte Bela. Chegaram dois vapores de guerra ingleses com ordens de Lisboa para a Junta.

A 24 chegou mais um navio de guerra inglês. À noite fui a uma partida em casa do sr. Hunt, consul inglês; aí encontrei com o sr. Pedro Joice o qual conversou sobre o

Rio-de-Janeiro e sobre a viagem que fez em companhia de Antônio Carlos, Vergueiro, Feijó, etc. Visitou-me o consul brasileiro Manuel José Ribeiro.

A 25 fomos ao lugar chamado Capelas e ali fomos esplendidamente hospedados pelo sr. Amorim. Chegou um brigue de guerra francês; a Junta demitiu-se e publicou um manifesto.

A 26 fomos de manhã ver o antigo colégio dos Jesuitas, que hoje serve de residência a Nicolau Maria. Homem riquíssimo, velhinho realista e singular. Fomos depois ver o jardim, o local da futura casa de José do Canto, o qual sendo filho segundo enriqueceu-se pelo casamento com uma sra. Taveira. Chegou a chalupa "Quilha-de-Ferro". A noite conversei com um advogado (rábula) cujo nome adiante mencionarei, que é um homem assaz inteligente e razoavel. Regalei-me de ouvi-lo falar contra esta corja de morgados das Ilhas. Diz ele que trabalhou na confecção da obra *O que é o Código Civil?*

A 27 fomos ver, à tarde, a lindíssima quinta do Botelho, pertencente ao Barão da Fonte Bela; já lá havia estado na outra vez que toquei em S. Miguel, porem não julguei mal empregada a volta, pois que a quinta é mui digna de se ver.

A 28 empregou-se o dia em visitas; eu apenas fui à tarde à casa do consul brasileiro Manuel José Ribeiro; a sua habitação é lindissimamente situada; domina uma magnífica vista.

A 29 fui obrigado a ir com a familia e mais 8 ou 10 pessoas, ao cume da Serra d'Água do Pau, aonde jantamos debaixo de uma barraca. Do alto da montanha ouvimos as salvas de toda a esquadra, que festejava o aniversário da segunda revolução francesa; é singular que os franceses intervindo contra a revolução portuguesa, festejem a sua própria. Consta-me que o Comandante francês pedindo licença ao Governo da Ilha para fazer aquele festejo, declarou que tinha muito pesar em fazer aquele pedido, ao mesmo tempo que a lei da obediência lhe não permitia apoiar a revolução em Portugal.

A 30 chegou a fragata portuguesa trazendo noticias da próxima reação. Fiz as minhas despedidas e à noite fomos à casa do consul brasileiro Manuel José Ribeiro onde ouvimos a um cantor português, Rangel.

No dia 31 fomos à vinha do sr. Tomaz Ivens, — Quinta do Popolo — e aí jantamos. À tarde fomos ver uma grande

coelheira do dr. Botelho, contendo 300 e tantos coelhos. Voltamos à noite.

No dia 1.º de agosto escrevi uma carta para casa a qual pretendo que vá por via de Pernambuco, para aonde está a sair um brigue. À tarde recebi uma visita de um Jacinto Lopes que me disse que era guarda-mor da Alfândega no Faial no tempo que meu Pai desembarcou ali.

Segunda-feira 2 de agosto embarcamos na chalupa "Quilha-de-Ferro". Cap. Figueira, às 5 horas da tarde e partimos para o Faial, despedindo-nos da bela e alegre ilha de S. Miguel. Foram companheiros da família, Manuel Terra, o Governador do Faial: Santa Rita, o Cap. do Porto, dr. Borrallho e sua família e um judeu, Salomon de tal.

Ancoramos no Faial no dia seguinte 3 de agosto, depois de uma viagem de 26 horas; desembarcamos às 10 horas da noite; ao chegar a casa recebi a agradável notícia de ter recebido cartas de S. Paulo, posto que sentisse por outra parte já se ter ido embora a Barca Maria 2.ª.

A 4 de agosto fomos à tarde para o Pico aonde tivemos uma partida em casa dos Terras.

A 5 voltei para o Faial de manhã; escrevi para casa (para os manos). Meu tio Carlos mostrou-me alguns papéis concernentes à negócio de família. Pesei-me a tarde, tinha 163 libras (74 kl. e 800 gramas).

A 6 conclui a descrição do Val das Furnas e porisso tudo quanto projetava escrever sobre as Ilhas. Fui de manhã visitar o dr. Botelho e à tarde estive com o Goulart, companheiro de viagem do Rio. Li os papéis concernentes à avaliação e partilha dos bens de meu avô e à noite tive uma longa conversação sobre o mesmo assunto com meu tio Carlos. Convenço-me que ele está perfeitamente bem intencionado e que há inteira boa-fé de sua parte.

A 7 tocou no Faial um vapor americano, de guerra, que vai para Gibraltar é de um novo sistema, porque não tem rodas e move-se por um parafuso a que chamam parafuso de Arquimedes; é o primeiro que vi desta natureza. As tias Olívia e Ema vieram do Pico e os Officiais estiveram aquí quase todo o dia. Escrevi a meu Pai e à minha Mãe; à noite o meu tio Carlos mostrou-me cartas de meu Pai... tivemos uma longa conferência sobre negócios e sobre minha residência em Boston. Ah! famosa bestialidade que fiz em sair para fora do Império.

A 8 (domingo), fomos à ilha do Pico, ao lugar denominado Areia Larga, em companhia dos officiais da Corveta

Americana; aí jantamos e à tarde fomos ao lugar denominado Madalena. Entre os oficiais, o Commissário (pursher), Mr. Welch agradou-me pelo seu gênio simples e profundo conhecimento dos homens.

Mr. Welch é alguma cousa misântropo, porem pensador e filósofo. Conversamos sobre a atual guerra entre os Estados-Unidos e o México e concordamos que ela era importante por ser prova evidente que uma nação pode se defender e até mesmo fazer a guerra de invasão, sem ter exércitos permanentes. Concordamos que era admiravel a prontidão com que aparecem voluntários para as linhas do exército pois que mesmo em tempo de Napoleão na França eram precisas as bárbaras leis de conscrição para obter soldados, enquanto que na América eles aparecem em grande porção. A razão é (diz ele) o desejo de ganhar popularidade e de ser eleito membro do Congresso e outros cargos de eleição popular. Diz mais que durante os 20 anos seguintes, os assentos no Congresso serão ocupados por heróis da presente guerra, o que será um mal.

Observou tambem quanto era conveniente que as capitais fossem longe das grandes cidades, sumamente populosas; conversamos tambem sobre Mr. Walker, o ministro das Finanças na América e disse-me que é um dos mais insignes talentos no seu ramo, pois apesar das despesas da guerra

9 de agosto. — Fomos a-bordo da fragata Americana; o crédito público não sofreu e a renda aumentou em 6 milhões. Enfim, posto que primos e primas julgassem Mr. Welch vulgar, nunca conversei com pessoa que em tão poucas palavras me desse tanta informação e que parecesse conhecer tão bem aos homens.

Voltamos ao Pico à tarde, vindo a familia em dois escaletes, os quais correram a ver quem venciam em velocidade. O tempo estava magnifico e tive muito prazer.

9 de agosto. — Fomos a-bordo da fragata Americana; o seu nome é "Princetown", Cap. Inglis; é movida por vapor, pelo parafuso de Arquimedes. Neste mesmo vapor havia acontecido uma desgraça: estava a bordo o Presidente da República e várias pessoas de consideração, deu-se fogo a uma enorme peça de artilheria, a qual pesava 5 toneladas e meia e lançava balas de 150 libras de peso; a peça arreventou e causou a morte do Ministro da Marinha do Estado e a outras várias pessoas. Mr. Welch me deu uma carta de introdução para Mr. Walker, secretário particular de Mr.

Polk, o Presidente da República. Em geral os oficiais foram muito obsequiosos e polidos.

Ao despedir-nos, 120 marinheiros subiram pelas enxárcias e nos saudaram com triplices "hurras". O vapor é de força de 250 cavalos. (O Trent era de 600) construído em Filadélfia e construído inteiramente num novo sistema.

N. B. Enviei às 8 da noite para a casa do Correia, Cap. da "Casualidade", as minhas cartas para o Brasil e um caixote contendo livros e papéis. Deus os leve a seu destino.

11 de agosto — Foi-se para o Brasil o brigue "Casualidade" Cap. Correia. Chegou um brigue de guerra inglês e uma escuna francesa; ao anoitecer corre o boato que o "Harbinger" está à vista. Este boato é posteriormente desmentido. A prima Roxa e Miss Webster passaram o dia no Pico com as tias e esteve cá o sr. Mariano de Oliveira.

12 pela manhã aparece o "Harbinger", o vapor de West-Indies e mais outro vapor de guerra inglês. Escrevi a meu pai uma carta que enviei por Lisboa pela escuna "Amizade". Tia Ema, prima Roxa e Miss Webster, vieram do Pico pois a chegada do Harbinger, dos vapores, do brigue de guerra inglês etc. tornam o Faial mais interessante do que costuma ser. O vapor inglês é o "Sidon", o brigue francês é o "Cygne". Os oficiais passaram aqui a tarde. O Conde da Chamberlain, Comandante Francês cantou vários duetos com a prima Sara e lindamente. À noite ouvimos a leitura do diário de prima Clara, que está na América. O tempo é péssimo, sinto-me lânguido e abatido.

A 13 de manhã fui ver a fragata inglesa "Sidon". Voltando para terra ouço que o "Amélia" está à vista. Chegaram numa baleeira o sr. Nyle e filha; o sr. Nyle é casado com uma irmã do sr. Hackling, vice-consul americano em S. Miguel. Chegou o "Milheiro Primeiro" trazendo de Lisboa as autoridades cabralistas expulsas pelo povo na ocasião dos pronunciamentos pela causa do Porto. À noite houve em casa uma partida a que assistiram os oficiais dos navios de guerra.

A 14 amanhece fundeado o "Amélia". E eu não tenho cartas... Ah!... famosa bestialidade que eu fiz de sair para fora do Império... Nem de casa, nem dos amigos, nenhuma linha... maldita a hora em que me determinei a vir para estas ilhas de eterna e negra memória em toda minha vida. Se nunca, para o futuro, me acontecer, lembrando-me dos anos precedentes, ter saudades deste infame tempo que passei no Faial, cumpre olhar para estas linhas. Se o futuro

não for mais agradável, cumpre-nos suicidar; isto está assentado. Fui de manhã ver os dois pequenos filhos do Jerônimo que comigo vieram do Brasil. À vista destes dois inocentes e lindos pequenos acalmei um pouco a raiva e desesperação que me mordiam o coração.

A tarde embarquei-me juntamente com as tias Ema e Olivia e fui para o Pico.

15 de agosto — Domingo — Amanheci na ilha do Pico; aqui o ar que se respira é mais puro, mais balsâmico do que na detestada ilha do Faial. De manhã os pequenos e as tias cantam hinos sagrados, acompanhados pela flauta de tio Frederico. A casa em que estou não possui toda essa multidão de insignificantes e desprezíveis enfeites que o orgulho inglês chama "confort", e que se diz não haver em nenhuma língua significado que lhe corresponda; porém em compensação tem certas importantes conveniências que eu soube apreciar devidamente como o meu quarto inteiramente independente e não devassado. À noite tivemos visitas do Faial.

16 de agosto — Fui coacto a vir do Pico para o excomungado Faial a-fim-de suportar a massada magna de ir a trepar num morro no cume do qual existe um buraco chamado Caldeira, e que dizem ser a melhor beleza desta estulta ilha. Para lá me atirei nas costas de um jumento em companhia do primo Samuel, primas e Miss Webster e Mr. Allen e Eliza Nyle. Depois de imensas dificuldades chegamos ao cume do morro e eu esperei, enquanto os outros, possuídos de uma ambição maníaca e bestial foram ao fundo voltando depois, as mulheres esfogueadas, vermelhas deitando a alma pela boca, etc. Regressamos à noite, poucas vezes na vida tendo sentido tanto mau humor e raiva.

17 — Voltei para o Pico; aqui ao menos estou fora do abominável Faial. A tia Ema é a única pessoa da família que tem coração e está no Pico.

A 18 — No Pico; são estes os dias mais deleitosos que tenho tido desde que desembarquei nestes infames ilhéus; leio os *Jornais do Comércio*, que obtive por intermédio do sr. Felix (empregado na casa Relva), tomo banho de mar em companhia dos pequenos primos e enfim acho-me muito à minha vontade. À tarde fui pescar numa lancha com o Antônio Garcia.

A 19 (Quinta-feira) Ainda no Pico, cheio de contentamento por me ver longe do aborrecido Faial; à tarde fui

visitar a Antônio Garcia e vi a sua sra., a qual foi grande amiga de minha Mãe.

A 20. Continuo a ler os jornais brasileiros, a tomar banho de mar; à tarde fui pescar com tio Frederico, seus filhos e o primo James.

A 21 — Fomos ao Lageado e ao Cachorro; almoçamos em casa de um sr. Siqueira e jantamos em casa de Sergio Augusto Ribeiro, consul francês; foi a excursão mais agradável que tive desde que cheguei às ilhas. O Governador Pamplona, o dr. Medeiros e o consul francês são portugueses menos imbecis do que os outros faialenses e gozei muito desta excursão.

A 22 — Domingo — Continuo no Pico; à tarde fui ao encontro do povo que vinha de uma novena de um lugar denominado Rosário.

A 23, preparávamos para ir a um lugar chamado Carmo, quando chegou a família do Faial. Meu tio Carlos encheu-me de pavor e consternação dizendo-me que a ilha do Faial ainda tem muitas belezas que me cumpre ver!!

Oh! Deus!! valei-me!!

A 24 de agosto assisti às vindimas. A tarde fui ao Carmo.

A 25 — Não há remedio, cumpre voltar para a detestada ilha do Faial...

Embarquei-me às 9 horas e vim para a cidade da Horta na mencionada ilha; à tarde voltei para o Pico com os primos e primas e à noite, pelas 10 horas regressei para o Faial.

A 26 de manhã sai à rua a caça de algum português para conversar, como não achei tal bicho, voltei para casa, deitei-me e dormi. Oh! famosa bestialidade que eu fiz vindo para estas ilhas!! O "Harbinger" há de sair, há de sair... quando Deus quiser. O Comandante de um navio de Guerra Francês, que está fundeado nesta baía, mr. Lacour, jantou cá e passou a tarde e a noite conosco.

27 de agosto, Sexta-feira. De manhã fui ao banho em Porto-Pinho com os primos e primas; torci um dedo do pé. À tarde tentei dormir, porem nada mais pude fazer que lamentar a falta de um aposento não devassado. À noite, o serão esteve ainda mais horrorosamente insípido do que nunca. Sai sozinho, ou digo, em companhia de um ruim charuto e fui para perto do mar ver as ondas quebrar-se contra a praia. Oh! famosa bestialidade que eu fiz em cá vir. Oh! horrivel tempo. O "Harbinger" há de partir, há de partir... quando Deus quiser. Tenho sofrido todos estes dias uma tola dor de dentes; acabaram-se as maravilhosas

“gotas-egípcias” e devoro em silêncio este incômodo que se vem ajuntar a outros tantos motivos de desesperação.

28 de agosto. Sábado. Dia 190 da peregrinação, contando-a desde a partida de S. Paulo e 163 desde a partida do Rio-de-Janeiro. De manhã não tendo em que me entreter, fiz a conta dos dias de minha viagem a qual deu o resultado que acima se vê — 190 dias —. E quanto proveito? Maçada e mais maçadas. Estando a sair o brigue “Amélia” para S. Miguel e Lisboa escrevi uma carta para meu Pai por via de Lisboa. À noite estive conosco o Comandante francês; é um homem de inteligência e coração e o serão não foi tão horrroso como de costume. (À tarde sai a cavallo: Rod).

29 Domingo — Dia 191 da Peregrinação. Ouvi missa na Igreja do Colégio; assisti ao embarque das autoridades revolucionárias a bordo do “Amélia”. Fui ao Pico aonde jantamos todos da família e voltamos à noite.

30 de agosto — 2.^a feira — Dia 192... Tencionava ir a-bordo do “Sylph”, baleeira, porem não encontrei o sr. Alen, quando cheguei à Relva. Grande é o número de baleeiras que aparecem neste porto no verão; todos os dias há 4 ou 5. À tarde tivemos a companhia do Comandante francês; fui percorrer vários armazens sitos perto do “Morro Queimado” e pertencentes a meu tio Carlos.

31 — Dia 193 — O sr. Nyle e sua filha partiram para S. Miguel no vapor francês; fui a-bordo e vi todo o vapor, tudo existia no maior asseio, posto que o vapor seja velho e de 2.^a ou 3.^a ordem; por uma baleeira vieram cartas da América e por elas constou a funesta morte de mr. Stackpole. À tarde conservei-me em casa ou antes, saí a passeio aos jardins.

1 de setembro, 4.^a feira — Dia 194 — setembro e ainda no Faial...

A tia Ema veio do Pico com seu filho James; a manhã passou-se de tal maneira, que já hoje (2 de setembro) não me lembro o que fiz, pois reduz-se a “nada”, ou “Zero”. À tarde continuação da interrompida... (ilegível).

2 de setembro. Dia 195. Fui à bordo do “Harbinger” vê-lo. Voltando para casa tive a fortuna de encontrar o dr. Davis, médico inglês, com quem foi me possível entreter uma conversação. Parece que decididamente o Harbinger há de fazer-se de vela no Domingo. À tarde fiz algumas visitas.

3 de setembro. Dia 196. Fui ao Pico com a tia Ema e lá

fiz algumas visitas de despedidas. O Harbinger sai decididamente no Domingo e eu tenho que arranjar-me para a viagem, fazer grande número de visitas e uma comprida cópia de avaliações, etc. Sinto-me acabrunhado e debil.

A 4 de manhã saí com tio Carlos e fiz algumas visitas de despedidas e à tarde com as primas com o mesmo fim. Está decidido que o Harbinger sai no Domingo 5, porisso despedi-me nesta tarde de todo Faial. A noite esteve toda a família junta e tivemos música, cantando a prima Sara, Roxa e Miss Webster.

A 5 Domingo. De manhã copiei uma avaliação concernente à herança de J. B. Dabney e depois fiz visita de despedida ao Goulart, meu companheiro na viagem do Rio-de-Janeiro e ao sr. Maciel. Fui visitado pelo Governador-Militar, Pamplona. À tarde tudo estava pronto para a partida, mas não havendo vento ficamos ainda no Faial. À noite ouvimos música sagrada cantada pelas primas. A 6 tudo está pronto para a partida e sopra uma magnífica brisa de leste. Conversei com meu tio Carlos sobre a viagem na América, recebi várias cartas de introdução para Boston, Ohio, New York e recebi igualmente 107 peças de 5 francos, 100 dólares ou pesos, para alguma despesa extraordinária que seja necessária na América.

Ao 1/2 dia embarquei-me no brigue Harbinger com a sra. Webster. Toda a família nos acompanhou a-bordo; é sempre triste e melancólica uma despedida, especialmente quando é provavel que a separação seja "para sempre".

Mas ainda é mais melancólico despedir-nos de pessoas de quem temos recebido tantas provas de amor e afeição como eu recebi no Faial. Assim, posto que no Faial passasse dias não felizes ou contentes, todavia senti-me realmente comovido ao despedir-me de meus tios e tias. Adeus, pois óh Faial, adeus terra em que eu pudera passar dias felizes — se jamais a felicidade pode ser a minha partilha...

A CATEQUESE DOS INDIOS BOROROS NOS SERTÕES DE MATO-GROSSO (1)

Padre Antônio Colbacchini.

Exmo. Snr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Exmos. Senhores.

O atencioso convite do exmo. snr. Presidente dr. José Torres de Oliveira, dando-me a inesperada e grande honra de achar-me perante tão seletto auditório, neste lugar de onde emanam os mais suaves perfumes da ciência, confunde-me e aterroriza-me; pois a palavra de um obscuro missionário não poderá certamente, entre o esplendor de tão preclaras inteligências, irradiar luz mais viva... Não olhando, porem, ao meu nada, mas sim à vossa delicada e afetuosa simpatia, atrevo-me a dizer-lhes algo que apresente à vossa mente, na sua realidade, o famoso aborigene, o indomável filho da floresta, o selvagem. Infelizmente a ciência, que estuda o índio, a sua vida e a sua alma, foi desvirtuada por lamentáveis mistificações e invenções, reduzindo assim a poucas e incertas, as noções etnográficas acerca das múltiplas tribus selvícolas que habitam a vastidão soberba do *hinterland* brasileiro. Para bem entender o índio e a sua psicologia, não é suficiente uma rápida penetração pelo sertão bravo, é preciso entrar amigavelmente na taba do índio, viver da sua vida, vibrar das suas ânsias... É preciso conviver na selva, como filho da selva e não por pouco tempo, mas sim por longos anos. Só assim será possível penetrar por pouco que seja, na sua alma, sentir as vibrações do seu coração.

Mas, conhecer um índio ou uma tribo de selvícolas, não é conhecer a todas; embora as semelhanças fisionômicas apareçam claramente, as afinidades étnicas são múltiplas. O índio não é um só, não é uma só tribo, não forma uma só nação

(1) Conferência pronunciada em sessão do Instituto, realizada no dia 12 de fevereiro de 1940.

de uma só língua e uma só tradição. Do norte ao sul, das praias do oceano aos rios caudalosos, nas matas e sertões intermínios do maravilhoso planalto central, as tribus indígenas se multiplicam e tão profundamente se distinguem entre si, que tomam nomes diversos; mais ainda, entre si são inimigos e se odeiam até à morte, porque amigo é só aquele que fala a mesma língua, cultiva a mesma tradição.

A morfologia classifica os selvícolas do Brasil em quatro grupos: CARAIBA — GÊ — ARUAQUE — e TUPI. A esses agrega-se o grupo ALÓFILO — que inclui as tribus que não pertencem linguisticamente a nenhuma das outras. No verdadeiro coração do Brasil, na zona caracterizada pelo DIVORTIUM AQUARUM, parece ter-se fixado o grupo GÊ com as tribus dos CAIAPÓS, subdividida em vários ramos, que habitam as terras do médio e baixo Xingú e Araguaia. Dominam no alto Xingú e na mesopotâmia entre o Coluene e Rio das Mortes, os CAIANOS ou CHAVANTES, comumente ditos. No curso médio do rio Araguaia, encontram-se os CARAJÁS e os JAVAÉS, que fazem uma só tribu de língua e costumes semelhantes e vivem exclusivamente nas vastas praias do rio, enquanto que, no alto Araguaia e no Planalto Divisor das águas do norte e do sul, habitam os BOROROS.

Dos BOROROS, destes índios cuja fama lendária transpôs os séculos, tendo-me sido possível estudá-los em longa e íntima convivência, entendo algo dizer nesta despreziosa conferência. As coordenadas geográficas que encerram a tribu dos BOROROS, são: De 15.º a 18.º de latitude sul até 52.º e 56.º de longitude leste Greenwich, isto é: o alto Paraguai e seus afluentes, o Jaurú e Cabaçal, de direita; o São Lourenço à esquerda atingindo ao norte o Rio das Mortes e a leste as duas margens do alto Araguaia.

Não há inicialmente BOROROS. Há ORARIMUGUDOGUE ou BOE. BORORO não é nome de gente; eles não se chamam BORORO, mas sim BOE, o que quer dizer povo, raça, gente. ORARIMUGUDOGUE é o nome nacional, mas eles mesmo quase não o usam porque preferem chamar-se BOE, apelido que os distingue de todos e quaisquer selvícolas. Incoerentemente dão-se nomes desconhecidos dos próprios apelidados. Quem denomina o povo é ele mesmo.

ORARIMUGUDOGUE vem de: ORARI — peixe pintado — MUGU — habitar e DOGUE — sufixo indicando o plural.

Desta tribu dos BOROROS muito foi dito. Por longos anos resistiram, esses selvícolas, contra a progressiva invasão do civilizado e defenderam heroicamente, palmo a palmo, a

terra do seu *habitat*. Era uma guerra sem trégua. O índio enfurecido andava errante pela vastidão dos sertões de leste do Mato-Grosso, semeando por toda a parte desolação e morte. O ilustrado acadêmico exmo. snr. D. Francisco de Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, referindo-se a esses temidos índios disse: "... acirrava-se contra os civilizados a animosidade secular dos BOROROS..."

Alastravam-se as incursões pelo vasto círculo que vai das vertentes do Rio das Mortes aos baixadões imensos do Cuiabá e São Lourenço: era a onda selvagem, marulhando até mesmo às vizinhanças da Capital, na fúria do ódio e das represálias. Sentado sobre a pele do branco trucidado, como sobre o couro mosqueado do jaguar, o guerreiro bárbaro recebia, em cerimoniais festivos, as honras que o sagravam benemérito da tribo. E ainda hoje, quem percorre na zona de leste, o nosso espigão central, estupendo *DIVORTIUM AQUARUM*, onde se emaranham os mais altos manadeiros do Amazonas e do Prata, topa, a cada passo, na desolação das taperas, o atestado vivo dessas tropelias, que transformaram em sepulcrários trágicos a doce região das águas nascentes.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Os ORARIMUGUDOGUE são divididos em duas partes ou secções, que se distinguem com o nome de TUGAREGUE (fortes) uma, e TCHERAE (fracos) a outra. O significado desses dois nomes, fortes e fracos, apresenta a idéia de que em tempos remotos, talvez pré-históricos, a tribo se formara da fusão de dois povos, um mais forte que venceu, outro mais fraco que foi vencido. Com o tempo fundiram-se e formaram um só, conservando a distinção nominal que rege e governa ainda hoje as relações sociais da tribo. Cada uma destas partes é subdividida em sete CLÁS (estirpe, dinastia); cada clã ou dinastia, pretende sua origem de um animal. Este animal é o TOTEM e dá o nome ao CLÃ. Por exemplo: A anta é o TOTEM de um CLÃ. O nome indígena da anta é KI: o CLÃ que pretende sua origem da anta (KI) se chamará dos KIE (E — sufixo que indica o plural) e assim os sete CLÁS ou dinastias dos TUGAREGUE e dos TCHERAE.

A base de toda lei social entre os BOROROS é o totemismo. O eixo sobre o qual se engonçam as leis matrimoniais, as festas, as caças, os ritos fúnebres e idéias religiosas, será sempre esta divisão totêmica. Todo CLÃ tem nomes, cantos, adornos de seu uso reservado, com as penas de determinada

cor de determinados pássaros; uma espécie de brasão que o distingue dos demais e forma uma unidade fixa. Os homens como as mulheres pertencem ao CLÁ no qual nascem. O CLÁ é hereditário, mas em linha materna. A mãe é considerada a raiz da descendência; os filhos pertencem à secção e ao CLÁ da mãe, tanto que se por acaso viesse a faltar a descendência feminina de um CLÁ, este ficaria extinto. Disto aparece claro como nesta tribu vigora a instituição social do matriarcado que coloca a mulher em uma posição privilegiada, com direitos de precedência nas relações sociais e na convivência familiar. Dos 14 CLÁS que formam a Tribu dos BOROROS, 7 constituem, como disse, a parte chamada dos TUGAREGUE (fortes) e 7 dos TCHERAE (fracos). Esta divisão é de grande valor e de essencial importância na constituição da família que obedece a duas leis. A primeira, proíbe severamente aos homens e às mulheres da mesma parte ou fátia, qualquer relação sexual e o matrimônio. Esta lei obriga as mulheres de uma fátia a procurar marido na outra. Uma mulher TUGAREGUE somente poderá unir-se em matrimônio com um homem TCHERAE e viceversa. A segunda lei não admite, em público, qualquer simples relação entre os homens de uma fátia e as mulheres de outra; fica, por força desta lei, proibido entre os homens e mulheres em público, qualquer gesto, palavra, sorriso ou olhar. Uma mulher deve cobrir o rosto ou tapar os olhos quando tiver por acaso de se encontrar com um homem de fátia oposta. Estas leis são sumamente importantes, porque regulam as relações entre os dois sexos e estabelecem as regras e os impedimentos do matrimônio.

O pedido de matrimônio deve partir sempre da moça e é cerimônia que se desenvolve muito privadamente. A jovem que deseja saber se aquele que lhe despertou a simpatia, lhe quer realmente bem e a deseja como esposa, pede à mãe ou à irmã ou à mais próxima parente que vá levar à casa do moço, em uma esteirinha como bandeja ou tableiro, umas frutas ou comestível qualquer, sempre, porem, de natureza vegetal, com estas palavras dirigidas à mãe, irmã ou parente: "Minha filha manda isto para... (e dirá o nome do moço) porque lhe quer bem e quer viver em sua companhia". A mulher que leva o presente e o recado coloca-o perto do fogo, que sempre arde em toda habitação de índio, e retira-se sem mais palavras. As pessoas presentes nada dirão também. Esta é a forma protocolar do pedido; semelhante é a resposta. Mais tarde, mas no mesmo dia, o jovem assim presenteado

pedirá à sua mãe, irmã ou tia, que vá dar a resposta, restituindo a bandeja. A resposta será negativa se a devolver tal qual a recebeu; afirmativa se a entregar vazia. Esta cerimônia não é, porém, o consentimento definitivo; é somente uma espécie de noivado, e por iniciativa sempre da moça se repetirá mais vezes a cerimônia sobredita, prolongando-se isto por um tempo indeterminado. Quando um moço entender dar o definitivo consentimento à moça para iniciar a sua vida conjugal, um belo dia irá em procura da caça que sabe ser mais apreciada pela moça. Voltando, pede à mãe que prepare bem a caça trazida e a leve à casa da noiva. Desta forma a jovem recebe a última e definitiva palavra de seu escolhido; como porém é ela quem deve dar o último e definitivo sim ou não, se entender receber em sua casa o moço como esposo, ficará com o presente que lhe foi enviado. Aprontará o lugar, fará arder novo fogo, e estenderá uma nova esteira sobre a qual ficará sentada, esperando a chegada do noivo, que, a qualquer hora da noite, mui silenciosamente, irá a ela: caso contrário, mandará devolver o presente tal qual o recebeu, o que será definitiva negativa e cortada toda e qualquer relação.

Como se vê pelo exposto, na tribo dos BOROROS, o matrimônio embora sujeito à leis e formalidades é, contudo um negócio exclusivamente privado. Em absoluto é eliminada qualquer cerimônia social e festiva; depende unicamente da vontade dos contraentes. A poligamia entre os BOROROS não existe e os raríssimos casos de bigamia são altamente reprovados.

Como no matrimônio, assim em toda e qualquer contingência da vida, leis e normas particulares, conservadas pela tradição, regem e governam os BOROROS nas suas múltiplas atividades. A localização e construção do aldeamento, a posição da casa, as recíprocas relações, tudo está regulamentado. O BORORO não planta, não cultiva, tudo é de todos: as florestas, os rios, as campinas imensas, a natureza é o seu tesouro; tudo o que encerra, sua propriedade. Da natureza, o índio assimila a vida, nela nasce, cresce e morre, recebendo dela tudo quanto precisa e deseja. Os homens dedicam-se à caça e à pesca, como necessidade que a vida impõe e como sagrado dever; as mulheres, aos afazeres da casa, à procura de frutas, de batatas e qualquer alimento vegetal. Embora tudo seja de todos e propriedade de todos, seja o que as matas, os rios e as terras possuem e oferecem, contudo é reconhecida e respeitada a posse, a propriedade individual do

primeiro ocupante. A caça é quase sempre coletiva. Dez, vinte ou mais homens se fatigam em procura da fera ou do animal em vista; um deles chegará primeiro a flechar o animal. A ferida será mais ou menos grave, não sempre, porém, mortal, e o animal fugirá e todos o perseguirão, não importando o tempo e a fadiga. Uma vez morto, a quem pertencerá o animal? Ao primeiro que o ferir compete o direito de propriedade que todos respeitam e ninguém contesta, embora outros se tenham fatigado muito mais para alcançar e matar o animal. O proprietário do animal tem, porém, a obrigação de repartir a carne em tantos pedaços quantos foram os que tomaram parte na caçada. Na mesma forma, indo as mulheres pelas florestas e pelos campos à procura de frutas, a primeira que chegar à planta que tem a fruta desejada, é a dona, a colheita é sua e lhe pertence por completo, embora as outras trabalhem com ela para colher. Depois, sua obrigação é repartir com as companheiras. Se acaso não lhe fosse possível a colheita naquele momento ou acabá-la, então amarrará em roda do tronco, uma tira de qualquer vegetal e com este sinal é mantida a sua propriedade e ninguém tocará a fruta daquela planta. Os adornos, os enfeites da pessoa e das armas nos dias comuns, como nos de festa, seguem sempre as normas traçadas pelas antigas tradições. As leis, porém, que regem os seus costumes, os cantos, as festas, na alegria como na tristeza, em paz ou em guerra, são uma continua manifestação de sua idéia religiosa que os acompanha do nascimento à morte e além. Os acontecimentos individuais e coletivos, todo e qualquer ato da vida, todo fenômeno que a natureza apresenta, tudo se encerra, e concentra na:

IDÉIA RELIGIOSA

Agnósticos sobre a origem do mundo e dos seres todos que o habitam, não se preocupam disto, nem da causa e fator primo da própria origem e existência; estão, porém, profundamente convencidos da imortalidade da alma, a que chamam AROE. Segundo a idéia deste povo selvagem, a alma é um espírito imortal que pode viver separado do corpo em que habitou; pela morte a alma separa-se do corpo e entra no reino dos AROES (espíritos). Admitem uma certa espécie de metempsicose, isto é, a alma pode por um tempo indeterminado, não para sempre, entranhar-se à vontade em animais dos quais deseja e apetece os alimentos. Será, porém, uma encarnação transitória; deverá, depois, reduzir-

se no lugar que lhe compete ou ao poente ou ao oriente, conforme o seu procedimento sobre esta terra, quando unida ao corpo. A idéia religiosa fundamental e primitiva dos BOROROS, é o culto às almas, isto é, o culto dos antepassados. Nesta tribo não se encontram atos religiosos individuais; todo ato religioso é sempre coletivo. A primeira manifestação religiosa apresenta-se na maternidade. Esta manifestação religiosa consiste na importância que todos da tribo prestam aos sonhos auspiciosos ou nefastos da mãe, nas noites antecedentes e próximas ao nascimento da criança. Se for um sonho de mau augúrio, a mãe é obrigada a matar ou a mandar matar por outra mulher (nunca o pai ou homem qualquer) o seu filhinho. É convicção entre os BOROROS que quem nasce após um sonho nefasto traz consigo o mal visto no sonho e portanto é necessário que pereça um, o último vindo, para salvar a todos. Esta lei obriga rigorosamente e este fato deve ser considerado como manifestação religiosa não só dos pais da infeliz criança, mas de toda a tribo; é um dever social ao qual são obrigados por força da lei tradicional, pela qual o indivíduo desaparece perante a coletividade. Não se deve, porém, pensar, apesar disso, que o sentimento de amor materno se tenha extinguido nessa tribo, pois, pelo contrário, os pais se mostram extremamente carinhosos para com os filhos, pelos quais fazem qualquer sacrifício, podendo se observar a profunda dor que experimentam quando os filhos adoecem ou morrem.

O nascimento de uma criança é sempre acompanhado de várias práticas religiosas. Poucos dias depois do nascimento, a criança será enfeitada com as penas das cores da própria dinastia e CLÁ, com um cerimonial todo particular, pelo chefe mais cotado receberá o nome, sendo apresentado ao Sol, ao nascer. Se a criança é do sexo masculino, na mesma hora de ser apresentada ao sol nascente e receber o nome, lhe será também furado o lábio inferior, e, no pequeno furo, introduzido um ossinho que mais tarde será substituído por outro maior e enfeitado. Os homens quasi sempre levam este distintivo ou adorno no lábio inferior, sendo esse adorno denominado OCUA-TADDAU (cousa que está no lábio).

Como principal idéia religiosa, que se insinua em todo ato da vida social, há o culto dos mortos; assim, a mais solene manifestação de religiosidade entre os índios é dada na ocasião da morte e das cerimônias fúnebres. Quando um

BORORO, homem ou mulher, entra em agonia, os parentes o metem à festa, pondo-lhe pelo corpo o lacre vermelho do Urucú, enfeitando-o com penas e plumas e começam um canto triste e compassado. A alma está para abandonar o corpo; o BORORO está para se juntar às almas de seus antepassados. Uma vez constatada, a morte é anunciada a todos os da aldeia com um grito agudíssimo da mulher mais próxima do parente morto. Apressadamente todos os parentes se reúnem na cabana do falecido e inicia-se uma das cenas mais bárbaras da vida selvagem. Todos os homens e mulheres aproximam-se do cadáver e encurvados sobre o mesmo, com gritos, lamentos e lágrimas, recortam-se com um pedacinho de concha todo o próprio corpo, fazendo escorrer copioso sangue que cai sobre o defunto. A intensidade da dor pela morte é provada pela quantidade de sangue derramado sobre o corpo nu do finado. Concluída esta primeira parte do cerimonial, envolvem o defunto em uma esteira e o levam para o BAEMANAGEGEU (casa maior), choupana maior que as outras e construída no meio da praça do aldeamento, reservada aos homens e às cerimônias fúnebres, cantos, dansas e festas. Ao por-do-sol, no dia da morte, o corpo é levado à sepultura preparada no meio da aldeia. A sepultura tem uma profundidade apenas suficiente para que acima do corpo fiquem poucos centímetros de terra.

Todos os dias os parentes encharcam com água a terra que cobre o defunto, tornando assim mais rápida a decomposição. Depois de uns 15 dias, desenterram o morto e assim como está o levam à mais próxima lagoa ou poço de água. Lavam e limpam com grande cuidado todos os ossos, os tingem de urucú, os enfeitam com penas e os colocam em uma cesta. No meio de gritos agudos voltam à aldeia e inicia-se a segunda parte dos ritos fúnebres, que se prolonga seguidamente três dias e três noites com cantos, cerimônias e ritos diversos, renovando a cena horripilante de se recortarem o corpo, avermelhando de vivo sangue as palhas daquela cesta. Ao por-do-sol do terceiro dia, a mulher mais próxima parente do defunto, leva a cesta, carregando-a às costas, à morada do morto e a pendura em um pau adrede preparado no meio da casa e assim fica até ao nascer-do-sol. A essa hora, alguns moços vão retirar a cesta e, correndo, apressadamente a levam a uma lagoa de águas profundas. Ai mergulham a cesta até o fundo amarrando-a ao pé de uma longa vara previamente cravada no meio das águas. Assim ficam encerrados os ritos fúnebres. Do finado

não se dirá mais palavra, será proibido pronunciar seu nome. Separado dos vivos entra no mundo dos mortos, no reino dos AROES (alma). A lembrança dele não será mais pessoal, mas coletiva. O morto vai, assim, iniciar a sua nova vida, a vida do além. O BORORO acredita firmemente que a alma irá, na outra vida, para um lugar de conformidade com as suas ações. Irá para o lugar que lhe compete. Se em vida agiu corretamente, se operou o bem, a alma irá para o levante; se pelo contrário, se comportou mal, seu lugar será o poente, onde, em castigo de seu mau proceder, padecerá sede e fome, frio e calor. As almas que vão para o lugar onde nasce o sol, embora passando bastante bem, sentirão sempre falta de alguma coisa, portanto não serão plenamente felizes. Assim, encarna-se temporariamente em animais ou aves, para satisfazer o desejo de frutas ou carnes, também não é felicidade, porque não deixaria de ser fatigante e penoso conseguir as carnes ou as frutas que tanto apetece. Esta é a razão pela qual os BOROROS, conservam religiosamente o culto aos mortos, recordam constantemente os antepassados e procuram aliviar-lhes os sofrimentos e satisfazer-lhes os desejos. Mas, a esta idéia religiosa fundamental dos BOROROS, associa-se uma segunda, que consiste na crença da existência de espíritos malfazejos que mandam desgraças, doenças e a morte. Esta crença apoderou-se tão fortemente do índio, que, em qualquer fenômeno natural que tenha algo de extraordinário, ele logo julga ser efeito de espírito, ao qual dá o nome de Bope, (coisa ruim).

Como destes espíritos maus o BORORO tem medo e verdadeiro terror, usa de todo cuidado para não irritá-los e, ao mesmo tempo deseja, especialmente em certas ocasiões, saber qual o estado de ânimo e as intenções deles em relação a uma pessoa ou coletividade BORORO. Para este fim existe na tribo dos BOROROS um indivíduo chamado BARI, cujo ofício é ser intermediário entre os BOROROS e os espíritos ou seres ultra-mundanos. O BARI não é escolhido entre os demais por particulares merecimentos ou atos de valor; seu ofício não é hereditário. Todo indivíduo homem (caso raríssimo mulher) pode ser BARI, mas não porque o quer, escolhendo por si mesmo este ofício. Ser BARI é uma vocação que se manifesta por meio de extravagâncias nos sonhos, nas visões de cousas estranhas, nas comunicações com um ser ultra-mundano que chamam WAIRE (espírito) a respeito de cousas que hão de acontecer. O indivíduo assim chamado, se der o consentimento de

servir e de submeter-se aos espíritos que chama, será definitivamente BARI. Na tribo dos BOROROS, o BARI não é um só; são muitos. Onde há BOROROS, muitos ou poucos, há BARI. O prestígio de que o BARI goza, e a fé que todos lhe prestam, é ilimitada. A principal prerrogativa do BARI é de se por em relação com o espírito e de curar as doenças pela influência do mesmo. Para chamar o espírito, invocá-lo, para saber o futuro e operar curas, o BARI usa grandes e prolongados ritos, acompanhados por tremores impressionantes de toda a pessoa. Neste estado de convulsões é que o BARI desempenha o seu ofício e as suas atribuições. Uma das atribuições que assume grande importância perante os índios, nesses indivíduos chamados BARI, é a de curar as enfermidades e aliviar as dores físicas. O BARI é o médico da tribo. Na mentalidade do selvícola, as doenças e os males, quaisquer que sejam, são obras dos espíritos maus. Estes são a causa de todo mal que aflige a humanidade, os grandes malfeteiros. Acredita o índio que a dor, a doença e a morte, têm sua origem em um corpo estranho, que pela ação maligna do espírito penetra no organismo de forma misteriosa e a dor, que se determina em uma ou outra parte do corpo, indica o lugar onde se acha. Esse tal corpo estranho pode ser visível e palpável ou não. Somente o BARI, pela intervenção do espírito invocado em altos gritos e berros, poderá descobrir e indicar a qualidade do corpo estranho metido dentro do inferno, extrai-lo e mostrá-lo, se material ou visível, ou expulsá-lo, se invisível e extra-material. Seja em um caso em outro caso, sendo necessária a pessoa que está relacionada com os seres ultra-terrenos para descobrir a causa do mal e eliminá-la aplacando a ira do espírito que o causou, na mente do índio forma-se o conceito de que todo o mal físico doença e morte, é devido à maléfica ação dos espíritos que, por qualquer falta cometida voluntária ou involuntariamente, ofendidos e irados em castigo penetram no corpo dos indivíduos para devorá-lo. Quando uma pessoa morre, o índio não dirá: "morreu" mas BOPE URECO que quer dizer: "a cousa ruim (espírito) a comeu".

Outra personagem que goza de grande prestígio entre os BOROROS, é a que chamam AROETTA ARARI, que quer dizer: o caminho das almas. Isto é: o meio pelo qual as almas dos antepassados se comunicam com os vivos. A este indivíduo as almas se manifestam, ou por meio de sonhos ou por uma cerimônia de invocação, entram momentanea-

mente no corpo do AREOTTA ARARI e por meio dele falam e predizem o futuro. Fenômenos todos que se unem e identificam com os do BARI, que é regido e iluminado pelos espíritos, que não são as almas de antepassados. Portanto, dois indivíduos que representam dois sistemas religiosos que se unem e combinam, embora em pleno antagonismo entre si. O BOPE (espírito mau) é inimigo do AROE (alma) e viceversa, porque o BOPE, um ou muitos, é espírito que nunca habitou como gente mortal desta terra. O AROE (alma) ao contrário, é exclusivamente espírito que teve corpo que passou um tempo sobre esta terra. É difícil explicar estas duas cousas que se fundem em uma e se conservam distintas, mas o mais estranho é que a estas idéias religiosas — ao culto dos mortos e à existência de espíritos maléficis — os BOROROS unem uma terceira, que é o conjunto de práticas inócuas e indiferentes em si, mas que assumem um poder extraordinário e preter natural na mão de uma pessoa com o fim de causar um mal a uma outra. Acreditam os BOROROS na existência de potências diversas que animam todos os seres da natureza, especialmente vegetais. O poder que emana, conforme uso que se fizer da planta, folha ou galho ainda que pequeno, ou parte dele, produzirá o bem ou o mal e influirá fatalmente na vida. É uma folha, uma raizinha, um talinho qualquer que nada tem em si de nocivo, mas que se transforma, na mão de quem o quer usar para determinado fim, em uma força maligna que traz as peores consequências. A esta espécie de ANIMISMO os BOROROS prestam todo crédito e o indicam com o nome genérico de DJORUBO.

CIVILIZAÇÃO, ARTES, INDÚSTRIAS

Segundo a idéia e mentalidade nossa, civilização não existe na tribo dos ORARI. O índio BORORO, como outros do Brasil Central, possui as prerrogativas todas do homem primitivo; a sua vida é de selvagem, como outrora o homem das primitivas épocas. O BORORO cristalizou-se na milenária tradição, que guarda e conserva como o seu mais precioso e sagrado patrimônio. Não se veste; e do vestido nenhuma necessidade tem, nem para amparar sua nudez. Na construção de sua casa o BORORO não procura conforto ou comodidades, mas o que somente possa protegê-lo mal e mal das chuvas e dos raios ardentes do sol. Poucas folhas de palmeiras adaptadas sobre alguns paus são suficientes para

formar a sua casa que, aliás, servirá só por algum tempo, talvez somente por poucos meses. Não é agricultor; não planta, nada cultiva; vive do que a natureza lhe oferece. A sua ocupação preferida, pela necessidade mesma da vida, é a caça ou a pesca. Nisto o BORORO põe toda a sua alma. A caça pode ser individual ou coletiva; neste último caso é sempre precedida de cantos, que duram do por-do-sol aos primeiros clarões da madrugada. O BORORO caça perseguindo o animal; sua única arma é o arco e a flecha, que usa admiravelmente. A única arte e indústria do BORORO é, para os homens, fabricar as próprias armas e, para as mulheres, as vasilhas de barro para cozinhar os alimentos e guardar água em casa, e as cestas (BAKITÉS) nas quais guardam as próprias cousas e as levam quando se transporta de um lugar para outro. O índio prepara as flechas e o arco de seu uso pessoal. Põe neste trabalho toda a atenção e toda a arte. Toma também o máximo cuidado em não perder ou estragar seu arco e flecha, que lhe custa muito tempo de trabalho. Os BOROROS sabem a quem pertence a flecha e à primeira vista indicam o dono, e isto porque toda flecha, entre as duas penas do leme, leva as cores distintivas do CLÁ do individuo que a fabricou.

CONSTITUIÇÃO FÍSICA

O índio BORORO na sua constituição física é sempre perfeito. Aleijados ou imperfeitos de nascimento não se encontram, e isto, não porque os BOROROS tenham o costume de sacrificar e eliminar os que nascem defeituosos, mas porque realmente não se dão estes defeitos de nascença. O homem é sempre mais alto do que a mulher: a sua altura média é de 1m80; o corpo agil e elegante, embora musculoso. A altura média da mulher é de 1m60; são mais corpulentas, mas conservam uma linha estética que dá ao corpo uma relativa elegância. As características do BORORO são todas do tipo ou raça mongolóide, e estes traços se distinguem particularmente nos homens. Os sentidos da vista e do ouvido são finísimos. A grande distância distinguem nitidamente qualquer objeto e ouvem qualquer som ou ruído. Um fato singular destes índios é o de articular qualquer palavra por meio do assobio, e isso de uma forma tão perfeita, que com toda a facilidade falam entre si e comunicam qualquer cousa a notável distância. A base dessa linguagem é a acentuação da palavra transmitida pelo assobio. Usam parti-

cularmente desse meio fônico, quando andam pela floresta em caçadas ou incursões, porque, dizem, o assobio ouve-se a maior distância e mais nitidamente do que a palavra.

CAPACIDADE INTELECTUAL

O BORORO é intelectualmente adiantado. Apesar do seu estado primitivo, as suas faculdades intelectuais são relativamente desenvolvidas. A arte e o esmero com que fabricam suas armas e adornos, denotam um grau de civilização e progresso atingido em remotos tempos e desaparecido por fatores ignotos. Prova, também, do desenvolvimento intelectual dessa tribo, é o complicado sistema mitológico e sua organização social.

Extraordinária e numerosíssima é a nomenclatura da fauna e da flora.

Para indicar os números usam os dedos da mão e não sabem passar além; dirão assim: "uma mão e mais outra," ou "as mãos e um pé", ou "os dois pés e as duas mãos". Numa quantidade maior do que podem representar as mãos e os pés, dirão: "MACAGURAGA" (muito). Distribuem o tempo em dias, meses e anos, contando, pelo sol, pela lua e as estações. Um sol ou dois, três, etc. são um, dois, ou três dias. Uma, duas ou mais luas, indicam os meses e as estações, os anos; mas uma verdadeira idéia do tempo estes índios não a possuem.

A distinção das cores é admirável, distinguem até as mínimas variantes. Entretanto, são cinco somente os nomes básicos das cores: KIGADDU (branco), CUDJAGU (vermelho), TCHÓ (preto) CAGORI (Roxo), CAWARU (azul), ECU (amarelo). Singular é que estes índios que nascem, vivem e morrem entre o verde das matas, das campinas e dos rios, não possuem um nome que indique esta cor. Chamam o verde CAVARU-ECU (azul-amarelo). Onde porem, aparece mais a inteligência desta tribo, e deixa entrever um grau de civilização adquirida e desaparecido, é a Língua.

Alguem talvez julgue que o índio, na sua mentalidade primitiva, não possa se exprimir tão bem na sua língua como nós na nossa. Esta é uma suposição errada. O índio sabe exprimir exatamente o seu pensamento com as palavras de sua língua tanto como nós.

Se na sua mentalidade primitiva, não sabe exprimir os conceitos abstratos, ele os exprime com perifrases; por exemplo, amor, o indicam neste modo: IT-A-I-DU, cuja tradução é: EU-TU-EU-DOU, isto é: ME DOU A TI. Realmente a lin-

gua dos ORARI é relativamente pobre em palavras simples mas riquíssima em palavras compostas em perífrases que sinteticamente descrevem o objeto nas suas principais propriedades. A língua dos BOROROS é rica em vogais, mas pobre em consoantes. Faltam as consoantes: F — L — S — Z. As sílabas são formadas de uma só vogal ou de uma só consoante, seguida de uma vogal. As sílabas são todas abertas e terminam com uma vogal; isto torna a língua dos ORARI muito doce, suave e eufônica. À noite logo após o por-do-sol o chefe, ou da porta de sua casa ou do meio da maloca onde se reúnem os homens costuma falar para todos o ouvirem. Comunica as ordens para o dia seguinte, dá notícias, avisa, repreende, aconselha. É o pai que fala aos filhos, é o mestre aos discípulos.

Quando os BOROROS falam entre si usam a forma comum simples e suave, mas quando erguem a voz para falar em público usam uma oratória especial. Falam apressadamente e compassadamente ao mesmo tempo, com acentuação particular que torna o discurso mais impressionante. Vou dar um exemplo: “Meus filhos, meus irmãos, minhas irmãs, vós todos, prestai atenção à minha palavra. Eu, vosso chefe, falo assim para vós. Hoje os homens foram caçar e foram felizes, voltaram com muita caça e nós estamos alegres porque temos muito que comer “—” ITORE-COGURE-IMANA-MAGUE-I VIE-MAGUE-MAGUE-ITUIE-MAGUE-TA VIA-PAGADA - INADARUDJI - IMI - TAGUI - MIDJERA - INAGO - INNO-TAE - ANDJIRE-IME - EMERURE - BOE-BIRIGODURE - EI - CODDE - ETAREGODURE - BAREGUE - AVADO - TABO - TCHEGUI - REMA - TCHE - EGARE - NURE - THE - GUE - CURITCHIGA-CODDE.

Os pronomes pessoais subjetivos, adjetivos e possessivos são usados em uma só forma, seja para o masculino, seja para o feminino. Os pronomes pessoais subjetivos são: I (eu); A (tu) U (ele para o singular); no plural TCHE (nós) forma exclusiva; PA (nós) forma inclusiva; TA (vós) e E (eles). Os pronomes pessoais subjetivos precedem o verbo. Os pronomes adjetivos e possessivos precedem sempre o nome. Os adjetivos qualificativos são pospostos ao nome. Exemplo do primeiro caso: ITAURÁ (minha cabeça); IKERA (minha mão); I NAIGA, (meu arco); I TUGA (minha flecha) etc. No segundo caso: o nome toma a enclítica RE e o pronome demonstrativo “U”, exemplo; MOTU (BONITO) MOTURE-U (adjet.) PEMEGA-bom (nome) PEMEGARE-U, bom (adjetivo). — Os verbos são simples, em geral

de uma ou duas sílabas como: BI (morrer); TU (ir); RE (Correr); MAGU (falar); MERU (andar); MAKU (dar); Os verbos apresentam sempre em todos os modos, tempos, números e pessoas a mesma forma invariável. O verbo tem indicativo com os três tempos: presente, passado e futuro e é sempre precedido pelo pronome pessoal. Há também o imperativo e o gerúndio, a forma ativa e passiva.

A língua dos BOROROS entra no número das monossilábicas, mas apesar dos nossos longos anos de convivência com estes índios, o estudo que fizemos de sua língua está ainda longe de ser completo; contudo será sempre uma modesta contribuição à ciência para elucidar os pontos obscuros da etnografia brasileira e esclarecer o não menos obscuro problema da origem do homem neste solo. Como na admirável construção da língua encontra-se um fator de grande relevo e importância no estudo de etnografia indígena, assim também nos cantos que os índios usam em múltiplas ocasiões de sua vida, temos uma insondável fonte de pesquisas etnográficas. Como outras tribus indígenas, também os ORARI conservam nos cantos o uso de uma língua antiga, conservada pela tradição, que é de todo diferente da falada. Todos os cantos, com todas as numerosas e caprichosas repetições de versos, são religiosamente transmitidos de geração em geração pela tradição oral. Trabalho paciente e constante dos velhos de iniciar os moços e lhes ensinar os cantos e cerimônias tradicionais. Os homens cantam em coro, algumas vezes as mulheres acompanham, sempre uma oitava acima. O canto no seu conjunto é triste e monótono. Traduz profunda tristeza e viva impressão, particularmente quando é acompanhado pelas mulheres. Basta assistir uma só vez a estes cantos, para se convencer com que profundo sentimento religioso são executados. Não há cantos profanos e o índio que canta conserva um aspecto religioso e austero; compenetrado em si mesmo, não olha, não fala com ninguém, parece esquecer-se do mundo exterior. Os cantos são invocações, recordações, lendas e mitos que ligam a vida dos índios com os AROE (almas dos antepassados); é a manifestação exterior do sentimento religioso que une estes índios às suas tradições.

Exmos. senhores, nesta minha despreziosa conferência acabo de traçar perante a vossa imaginação, em um compatível sintetismo, a tribu dos ORARIMUGUDOGUE ou comumente apelidados BOROROS, na originalidade de sua vida e de seus costumes. São leves e modestas pinceladas

no grande quadro dos estudos etnográficos das tribus indígenas do Brasil, mas suficientes para fazer salientar particularmente duas cousas essencialmente importantes: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL e A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA.

Procura a ciência lóbrigar por entre as brumas da misteriosa antiguidade, a origem dos povos que desde tempo imemorial habitam o continente americano. A constituição social dos BOROROS parece dar-nos um vislumbre. A tribu, desde os tempos que se perdem na fábula, está dividida em duas partes que se distinguem com o nome de TUGAREGUE que indica os fortes e TCHERAE, os fracos. Esta divisão e o significado destes dois nomes fortes e fracos, apresentam a idéia de que em tempos bem remotos e já esquecidos, a tribu se formara da fusão de dois povos; um forte e vencedor subjugou um outro mais fraco e o tornou seu escravo. Com o tempo os dois povos confundiram-se e formaram um só, conservando a distinção nominal pela qual ainda hoje vigoram as leis que regem as relações sociais da tribu. Deste fato os BOROROS não sabem dar explicação; a mesma tradição perde-se em fantásticas suposições, mas conserva nos BOROROS a convicção de que outrora eram uma nação forte e numerosa que uma grande guerra exterminou; que possuíam tudo quanto nós civilizados temos; que viviam como nós em casas grandes e cômodas e que sabiam muitas cousas como nós e ainda mais, mas depois de ter-se guerreado muito uns com os outros para possuir maior território onde pudessem caçar e pescar à vontade, veio IÁ BOE, uma grande cousa, que não sabem explicar, pela qual perderam tudo e ficaram reduzidos ao estado atual. Conservam religiosamente também uma lenda na qual contam que em antigos tempos, as águas impelidas pelas grandes chuvas foram crescendo tanto, que inundaram e invadiram a terra toda até os montes, dando morte a tudo. Só numa parte mais alta as águas não entraram, ficando na orla. Nessa parte, que ficou seca, salvou-se fugindo da invasão das águas, um só homem; aos assobios angustiosos do solitário chamando os companheiros appareceu uma cervá... tudo o mais tinha desaparecido! Do forçado conúbio do homem com a cervá vieram os filhos que pouco a pouco refizeram a tribu que conservou a sua divisão social. Talvez seja um atrevimento ligar estes fatos, trazidos pela milenária tradição indigena, com a hipótese aliás tão discutida de uma antiga civilização desaparecida em tempos que precederam às mais antigas páginas da história, por fatores

desconhecidos. Como também apresentar a suposição que os primeiros habitantes do solo brasileiro possuíam civilização superior aos que sobrevieram em épocas posteriores. Pelos longínquos e pálidos vislumbres da pre-história e pelo que as sagradas páginas da Bíblia contam e afirmam, temos a certeza de um medonho cataclisma que subverteu a face da terra e a não hipotética suposição de continentes que as águas enguliram e os oceanos encobrem misteriosamente. Os vestígios mais antigos até hoje encontrados das épocas primordiais no solo brasileiro, acusam a presença do homem no princípio da época quaternária e mesmo na terciária como alguns afirmam, portanto muito antes da época atual. Onde parece mostrar-se os maiores vestígios dos tempos pre-históricos e na região do Planalto Central em grande parte ainda desconhecida, porque inexplorada. Falta descobrir algum resto de vasto continente desaparecido, encontrar alguma relíquia dos seus habitantes. Uma vez achado algo que nos diga positivamente da existência da terra, de seus habitantes e da civilização por eles atin-gida, aparecerá claro como os poucos que se salvaram da violenta comoção telúrica que desabou sobre os continentes naquelas remotas épocas, reduzidos à miséria, separados, pela vastidão das águas que formaram o oceano, dos seus semelhantes, sem meios de readquirir a perdida civilização, pouco a pouco a esqueceram, reduziram-se a viver com as feras na selva, voltaram ao estado do homem primitivo, tornaram-se os selvagens que ainda hoje habitam os sertões inexplorados do Brasil Central.

Parte não menos importante no estudo etnográfico de uma tribo indígena, é a constituição da família. Já indiquei as leis que regulam as relações sexuais, o matrimônio, e como a mãe é considerada a raiz da descendência, pertencendo os filhos à secção e ao CLÃ (Totem) da mãe, vigorando, portanto, na tribo dos BOROROS, o matriarcado. Este nome não indica que a coletividade destes índios seja um agrupamento de homens e mulheres, que vivem promiscuamente ao livre capricho dos instintos sensuais, sem leis e normas que regulem as relações sexuais. Um povo, portanto, onde a paternidade não é reconhecida individualmente, mas sim coletivamente; onde não há família, isto é, pai, mãe, filhos; onde os filhos conhecem somente a mãe, porque a tribo, e não o individuo, assumiu a responsabilidade da paternidade. Não é absolutamente, segundo a perspectiva desses conceitos, que entre os BOROROS vigore a

instituição social do matriarcado. A organização social destes índios considera a mulher, pelos direitos fisiológicos e biológicos, como base da família. Deste princípio vê-se que a descendência segue a linha materna e que os filhos, por direito natural pertencem à dinastia da mãe e ao CLã da mesma. Em virtude disto, a mulher, entre os BOROROS, goza de privilégios e direitos que a colocam em uma posição de proeminência nas relações sociais e na convivência familiar. Assim é que a casa, embora construída pelo homem, é propriamente da mulher e pertence a ela e à filha. sem limite de tempo, ao passo que os filhos, chegando à puberdade, devem sair da casa materna, reservada só às mulheres.

O pedido de matrimônio e a última palavra de consentimento devem partir da moça e ser transmitidos ao moço por meio da mãe ou parente mais próximo. No campo matrimonial é a mulher que predomina; o próprio pai, embora acompanhe e possa manifestar o seu parecer, não entra. Em tantas e diversas cousas da vida social, a mulher tem a precedência; até à última. O primeiro grito que anuncia a morte de uma pessoa é dado por uma mulher, parente mais próxima do finado; a cesta que contem os ossos, após todas as longas cerimônias é levada por uma mulher à casa do moço e desta casa sairá para o lugar definitivo. O BORORO pensa que, como a criança ao nascer é recolhida por uma mulher e assim entra na casa da mãe, desta mesma casa deve sair para ir à sua última morada.

Apesar da constituição do matriarcado, o pai não perde a sua natural posição de chefe da família e a sua paterna autoridade. Ao pai compete o dever de zelar pelo bem-estar de sua família: sustentar, proteger e defender a mulher e os filhos. Por sua parte, a mulher e os filhos devem prestar consideração e obediência ao pai. De fato, os filhos reconhecem a autoridade do pai e obedecem, e a mulher presta ao marido atenciosa consideração. Vai ao encontro do seu esposo quando este volta da caça; recebe o que ele traz, prepara e cozinha a comida, atende aos afazeres domésticos, procura que nada falte ao marido e aos filhos, mostrando sempre todo amor. O pai também não deixa de manifestar o seu amor e carinho à esposa e aos filhos, pelos quais está sempre pronto a enfrentar qualquer fadiga e sacrifício. Assim é constituída a família entre os BOROROS.

Uma parte muito importante salienta-se na organização dos BOROROS, e que é a sua moralidade, ou melhor, as leis

que regem e regulam as relações entre os dois sexos e que estabelecem as regras para o matrimônio. São leis traçadas pelos antigos, vindas de remotos tempos, transmitidas pelas tradições e conservadas como sagrado patrimônio da tribu. Qualquer infração a estas leis é acremente e fortemente censurada e reprovada. O respeito e a obediência a estas leis conservam a moralidade neste povo selvagem que vive nos braços da natureza e da mesma recebe todo o seu vigor e beldade. Dizem e afirmam os velhos BOROROS, que antigamente havia maior respeito às leis da tribu e maior morigeração do que atualmente. Por causa disto, os BOROROS eram então, fortes, robustos, resistentes a duras e longas fadigas; corajosos enfrentavam as feras e, travando luta corpo a corpo com elas, as venciam; agora não é mais assim. Lamentam os velhos da tribu que hoje tudo isso vai desaparecendo, e, fato singular de extraordinária importância psicológica, atribuem a degradação física e moral da tribu à inobservância às leis, ao abuso das relações sexuais pelo contacto das tribus com os civilizados. É uma verdade esta, que nós infelizmente constatamos e amargamente lamentamos. Os airosoz filhos das selvas, felizes, alegres, fortes e sadios nos braços da mãe natureza, não o são mais; perder a felicidade, a alegria e a saúde, quando caem nos braços daquela falsa civilização, com a qual pseudos civilizados entendem incorporá-los à nossa sociedade. Lastimável incompreensão e imperdoável delicto é contaminar a beleza pura e sã desta gente saudavel, querendo revesti-la daquela falsa civilização, que não só lhe tira a paz e o sossego de uma vida simples e morigerada, mas, ao cabo de poucos anos, a fará desaparecer dos magníficos recantos ainda virgens do solo brasileiro.

A largos traços apresentei, nesta minha despretensiosa conferência, a originalidade da vida e de costumes dos indios BOROROS, entre os quais decorreram mais de trinta anos de minha vida. Como disse, são leves pinceladas no grande quadro dos estudos etnográficos das tribus indígenas do Brasil. Sobre os trabalhos e a ação regeneradora da Missão Salesiana entre esses selvícolas, digo somente que, após fadigas e sacrificios inúmeros, vencida a secular animosidade e ódio contra os civilizados, à sombra da paz; protegida pelo símbolo da Religião e pela bandeira da Pátria, os BOROROS se educam e se regeneram, sentem-se unidos a nós pelo laço da mesma nacionalidade e religião, e se ufanam de ter sido incorporados à sociedade civil. Não há mais

tristes taperas, nesta longa estrada que atravessa o sertão leste, entre Cuiabá e Goiaz.

Não existe mais assombro de traição pelos recantos daqueles rios de águas cristalinas e das florestas em flor. Não estão mais os destacamentos militares para guardar o inhóspito, pavoroso sertão, e proteger os viajantes que se atrevem por aquelas solidões. O sossego e tranquilidade da ordem e da paz, fazem prosperar as fazendas inúmeras e os ricos garimpos que vão se multiplicando por aquelas zonas diamantíferas. Lá, onde reinavam soberanas a tristeza e a morte, reinam agora o progresso e a vida. Os filhos da floresta unem-se aos da culta e civil sociedade e, neste conúbio de paz e de amor, sempre mais esperançoso, sorri o futuro.

Eis o que se encontra presentemente no planalto do Mato Grosso, outrora tão duramente contestado pela enérgica e bárbara resistência do selvagem BORORO.

Terminarei estas modestas notas etnográficas sobre os índios BOROROS, manifestando o meu mais profundo reconhecimento ao exmo. sr. Presidente e ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, assim como às personalidades aqui presentes, pela grande honra e imerecida distinção que me foi conferida, de algo dizer sobre os nossos aborígenes, neste cenáculo da ciência onde se glorificam os astros de nobreza moral e as grandes obras que passam aos pósteros das páginas da História pátria.

Evocando neste momento os feitos gloriosos dos heróicos e destemidos bandeirantes, que desta Capital partiam impávidos, lançando-se à conquista de terras desconhecidas, avançando com fantástica coragem pela vastidão medonha dos sertões sem fim, asseguro-vos, exmos. senhores, que à sombra da luz viva e fulgurante desses gloriosos pioneiros de integra brasilidade, o humilde bandeirante de Cristo, embrenhando-se pelas selvas inhóspitas do Brasil Central, levará o espírito da mais pura brasilidade aos corações e às inteligências dos mais legítimos filhos da Pátria — AOS AUTÓCTONES BRASILEIROS!

TAPIRAPÉS — “CHAVE” DO RONCADOR (1)

ROBERTO C. POMPILIO.

O fracasso das diversas expedições que buscaram atingir a serra do Roncador e tudo que em torno dessa serra se tem escrito, povoando-a de lendas, envolvendo-a em mistério, muito contribuíram para aumentar cada vez mais o interesse que essa região sempre me despertou no decorrer de meus estudos sobre o Brasil Central. Procurando conhecer os principais motivos que determinaram tais insucessos, notei que, na maioria dos relatos e descrições desses exploradores, são mencionadas quase sempre as mesmas dificuldades de ordem natural a que as circunstâncias deram a forma de gigantescos obstáculos a tolher-lhes os passos, a enfraquecer-lhes o ânimo.

É sabido que o curso dos rios foi sempre o caminho preferido pelos que procuram penetrar nossos sertões; porquanto, além de tornar muito menos trabalhosa a viagem, mantem melhor assegurada a subsistência, embora dificulte o transporte de animais de carga, de grande utilidade quando a penetração passa a ser feita por terra. Entretanto, os que procuraram aproximar-se do Roncador, subindo o rio Xingú, lutaram com tantas dificuldades e perderam tanto material, na “zona das cachoeiras”, que não se sentiram com ânimo para enfrentar, depois, a segunda etapa: a pé, através do mato.

Outros, partindo de Cuibá, desceram o rio Manso, até ao ponto onde ele tem o nome de rio das Mortes. Ali deixaram as canoas e, em número reduzidíssimo, penetraram no sertão, rompendo a mata virgem; procurando atingir a serra pelas cabeceiras do Xingú. Era enorme a distância a ser percorrida, através de uma região inteiramente desconhecida e infestada de índios bravios. Além disso, a comitiva era pequena, sem tropa de carga e material suficiente para enfrentá-los. O regresso se impunha, antes de ser atingido o objetivo visado. Os que insistiram em prosseguir, nunca mais voltaram...

Partindo de S. Paulo, fartamente equipada e precedida de muita publicidade, uma expedição, composta de mais de 30 pes-

(1) Trabalho lido em sessão do Instituto de 5 de junho de 1940.

soas, propunha-se chegar ao Roncador, descendo o Araguaia até à foz do rio das Mortes e subindo esse rio até ao ponto onde ele mais se aproxima da serra, e atingi-la, depois de curta caminhada, pelo serrado. Regressaram logo sem melhores resultados que as fantasias escritas em torno dessa viagem e inútil massacre dos índios Chavantes, que provocou tão justo e enérgico protesto junto ao Governo Federal, por parte do grande sertanista brasileiro, General Cândido Mariano Rondon.

Num esforço sobrehumano, a vanguarda da "Bandeira Anhanguera", em 1937, atingiu os últimos contrafortes da ponta Sul da serra do Roncador, onde, por assim dizer, a serra morre, formando um chapadão desnudo. Essa expedição partiu também de Leopoldina, porem desceu o Araguaia somente até Cocalinhos. Dalí seguiu a pé, conduzindo uma tropa reduzida de cargueiros magros e sobrecarregados. Atravessou o rio Cristalino, varou o cerradão, atravessou o rio das Mortes e enfiou-se pelo mato, até encontrar os últimos contrafortes do Roncador. A falta de recursos para invernar ali impôs-lhe regresso imediato.

O curso principal do rio das Mortes é orientado, mais ou menos, na direção Sudoeste, e grande parte do mesmo corre paralela ao Araguaia, onde se despeja, um pouco abaixo da ponta Sul da ilha do Bananal. Segundo os melhores cartógrafos, a parte central da serra do Roncador fica muito mais ao Norte e, estendendo-se para o Sul, vem morrer próximo ao baixo rio das Mortes. Depois, começa a serra Azul, indicada nos mapas da região como uma sucessão de montes e chapadas que se estende ao longo da margem esquerda do alto rio das Mortes e que tem sido muito confundida com a serra do Roncador. Alguns morros podem ser vistos por quem sobe esse rio, tal a sua aproximação. A expedição Oliveira Borges, em 1933, teve ocasião de assiná-las e, até, de fotografar alguns.

Estudando o curso do Araguaia, cheguei à conclusão de que talvez fosse possível aproximar-me mais facilmente da serra do Roncador descendo esse rio e subindo um seu afluente, cujas vertentes mais se avizinham daquela serra, ou seja, alcançá-la pelo lado do Araguaia. O único rio em tais condições me pareceu ser o Tapirapés, indicado nos mapas como tendo sua nascente próxima à parte central da serra do Roncador. Procurei confrontar tantos mapas quanto me foi possível consultar e as divergências entre eles eram tão pequenas que cada vez se firmava mais minha convicção de que **pelo Tapirapés eu me aproximaria mais do Roncador do que por qualquer outro caminho.**

A confirmação dessa suposição encontra-se nas notas que se seguem. Dei-lhes a forma de roteiro, na esperança de que um



"CROQUIS" DO PERCURSO DA EXPEDIÇÃO TAPIRAPÉS
DESDE SÃO PAULO

asseguram alimentação sadia e variada. Água excelente e muito clara, sobre um leito de areia fina.

O rio, às vezes, alarga-se até 100 metros, formando praias de areias muito brancas; às vezes, divide-se em canais cuja largura não vai além de 15 metros e cujas margens, de barrancos a-prumo, são cobertas de florestas ou mato sujo, numa faixa de 100 a 200 metros. Depois, o campo, a perder de vista, ou o cerrado ralo, onde a caça é abundante.

Acampamos, de preferência, nas ilhotas formadas pelo bancos de areia, que o rio, muito baixo, deixa inteiramente a descoberto. É uma medida de prudência e maior proteção contra os índios Chavantes, que, em suas incursões pelas "gerais" (1) chegam até às margens do Tapirapés.

Do terceiro ao quinto dia, encontramos marcos assinalando o ponto de onde voltaram outras expedições, e, pelas inscrições neles gravadas, nos foi possível saber o nome de alguns de seus componentes, na maioria estrangeiros, aliás conhecidos. Um deles publicou um livro criticando muito nossa terra e nossa gente, e onde contesta categoricamente a existência da serra do Roncador, que não tem culpa dele ter voltado dali sem avistá-la — cerca de 100 kms. distante dos seus primeiros contrafortes.

No sexto dia, divisamos, ao longe, num estirão do rio, uma segunda cruz, também orientada rumo Leste-Oeste. Erguida à margem esquerda, num trecho onde o campo se estende até ao rio. Ali os Dominicanos deixaram seu último marco. Um pouco mais adiante, nosso guia Carajá pôs fogo no campo, para indicar aos índios Tapirapés a nossa aproximação. Esse fogo, posto naquele lugar, é percebido pelos índios a muitas léguas distante e eles consideram o aviso como aproximação de amigos tori (brancos) que os vêm visitar.

No fim do oitavo dia, chegamos a um ponto onde o Tapirapés se bifurca. Recebe um pequeno afluente em sua margem esquerda e é cortado um pouco acima por um "travessão" — pedras afloradas à superfície e dispostas em sentido transversal ao leito do rio.

E' ali o ponto terminal de nossa viagem fluvial, através de uma região inteiramente selvagem e deserta, onde muitas vezes foi preciso arrastar as canoas, devido à pouca profundidade do rio, ou abrir a machado a passagem vedada com a queda das árvores arrancadas dos barrancos pela força das enchentes.

(1) Nome com que os nativos de Goiás e Mato-Grosso designam o sertão bruto.

Deixamos as canoas ocultas no mato sujo da margem direita e começamos a viagem a pé, através do campo, rumo Noroeste. Mais uma vez, era nosso guia um missionário da União Evangélica Sul-Americana, com base em Macauba, na ilha do Bananal, além de um índio Tapirapés que vive naquele posto e que também nos serviu de intérprete juntos aos de sua tribo.

Seguimos a trilha dos Índios Tapirapés que costumam vir da aldeia para pescar tartarugas na margem do rio.

É necessário levar provisão de água para consumo de um dia, além de alguns mantimentos, se bem que a caça seja, em geral, fácil e abundante.

Devé-se sair com a primeira luz da madrugada.

À sombra de um grande faveiro, perto da margem do rio, fincamos um marco orientado no nosso rumo.

Depois de quatro léguas de caminhada, chegamos a um lago denominado "Tucunaré", devido à grande quantidade deste peixe que ali se encontra.

A região que atravessamos é campo: inteiramente plana e coberta de vegetação rasteira e muito fálhada. Poucos arbustos espalhados aqui e ali, destes que comumente crescem nos cerrados ralos; retorcidos e mirrados, de folhagem pobre, não oferecem sombra. Nenhuma árvore de grande porte. Estamos em fins de agosto; o sol queima à vontade.

Nossa posição geográfica é entre 10 e 11 graus de latitude Sul por 51 e 52 de longitude Oeste de Greenwich. Mais cinco léguas de campo sempre rumo Noroeste.

Após três léguas de marcha, avista-se, à direita, um morro isolado e de forma cônica. Logo adiante, uma pequena cadeia de montanhas, disposta em arco. Chega-se, então, a uma floresta alta porém limpa que se atravessa numa extensão de duas léguas, sempre pela trilha dos índios. Além dessa mata, estende-se um vale de terras muito férteis e boas aguadas, terminado ao Oeste por um pequeno rio, além do qual o horizonte é fechado por outra mata.

Nesse vale, os índios Tapirapés têm sua aldeia e suas roças: é a **ALDEIA DO CAMPO**.

Dali avistam-se, há 1/4 de légua, três pedras perfeitamente semelhantes, embora de tamanhos diferentes. Têm essas pedras a forma de cubos, porém com a parte de cima abaulada. Estão dispostas em fila: a maior, a média e a menor, guardando entre si proporções exatas.

Vistas de longe, parecem talhadas pela mão do homem, e não obra da natureza.

Vaçando o riozinho em frente à Aldeia, atravessando o cerrado, depara-se com uma pequena serra. Dali, em direção ao poen-

te, avista-se, ao longe, confundindo-se com as brumas, uma serra muito alta que se estende em direção Norte-Sul e que os Tapi-rapés dizem coberta de imensas florestas e povoada de índios muitos bravos e em grande número. E' a serra do Roncador, o divisor de águas entre o Araguaia e o Xingú, cuja posição geográfica é geralmente indicada nos mapas entre 10 e 12 graus de latitude Sul e 53 de longitude Oeste de Greenwich. (2)

Contam os TAPIRAPÉS que, já passadas muitas luas, tendo a aldeia crescido muito, resolveram dividir a tribo: uma parte ficou sendo a "ALDEIA DO CAMPO", e a outra atravessou o riozinho, varou o cerrado e estabeleceu-se à distância de um dia, em direção à serra que se avista dali. Fundou-se assim a ALDEIA DO MATO. Ergueram-se cabanas circulares, cobertas de folhas de burití. Plantaram-se roças.

Quando a roça cresceu e estava no ponto de colheita, vieram os índios que habitam OUTRA SERRA MUITO ALTA, LÁ MAIS PARA O POENTE. Lutaram. Os homens foram mortos — vencidos pela superioridade numérica do inimigo, que devastou as plantações, incendiou a aldeia e levou prisioneiras mulheres e crianças. Poucos escaparam, para juntar-se novamente à ALDEIA DO CAMPO.

Uma expedição com base na Aldeia dos Índios Tapirapés poderá tentar a exploração da serra do Roncador, com maiores probabilidades de êxito, desfazendo, talvez, muitas lendas que em torno dela se têm creado.

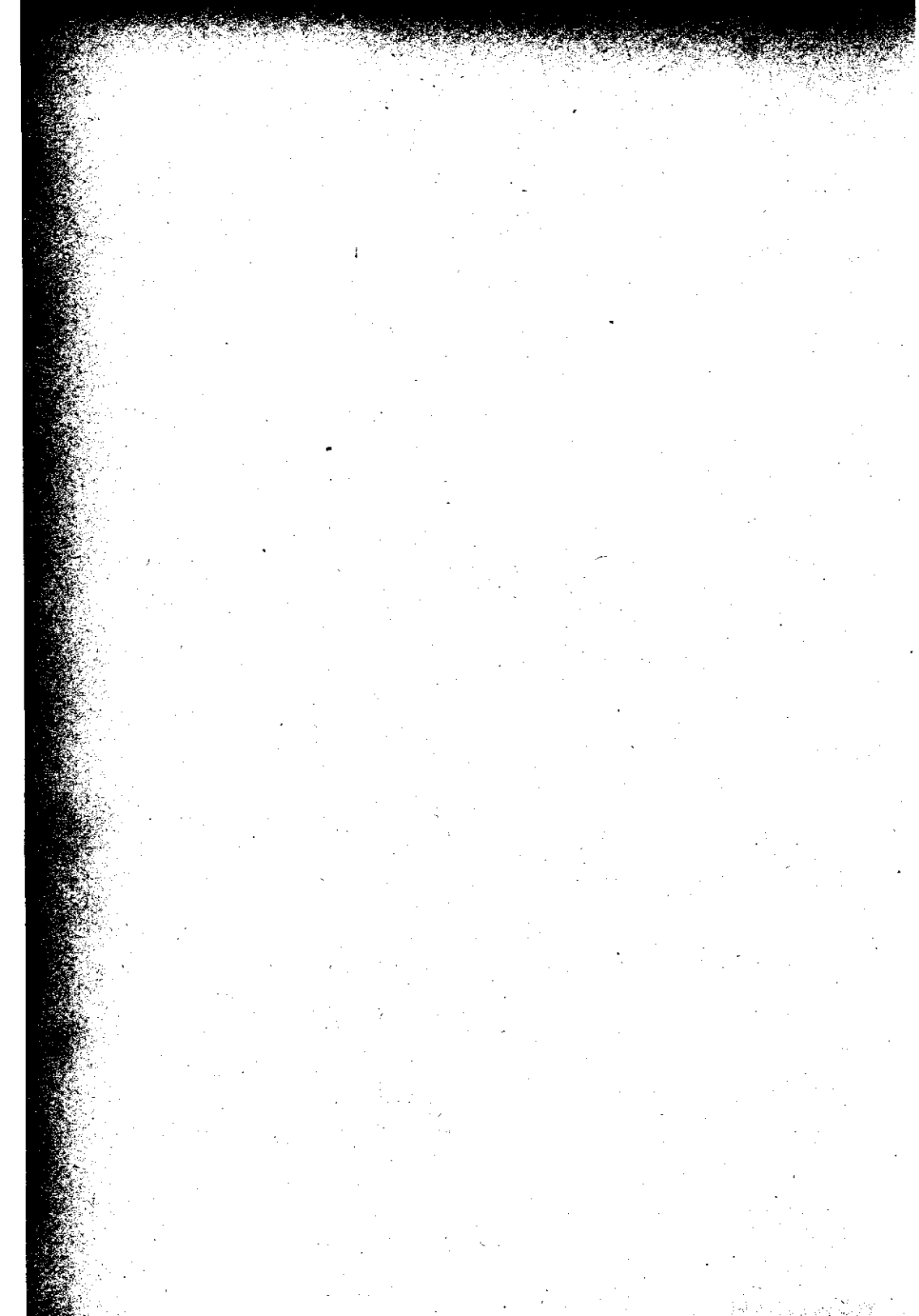
Dali, a SERRA poderá ser alcançada pelo centro, e não pelos flancos, indicado nas cartas do Brasil Central como "zona pouco explorada".

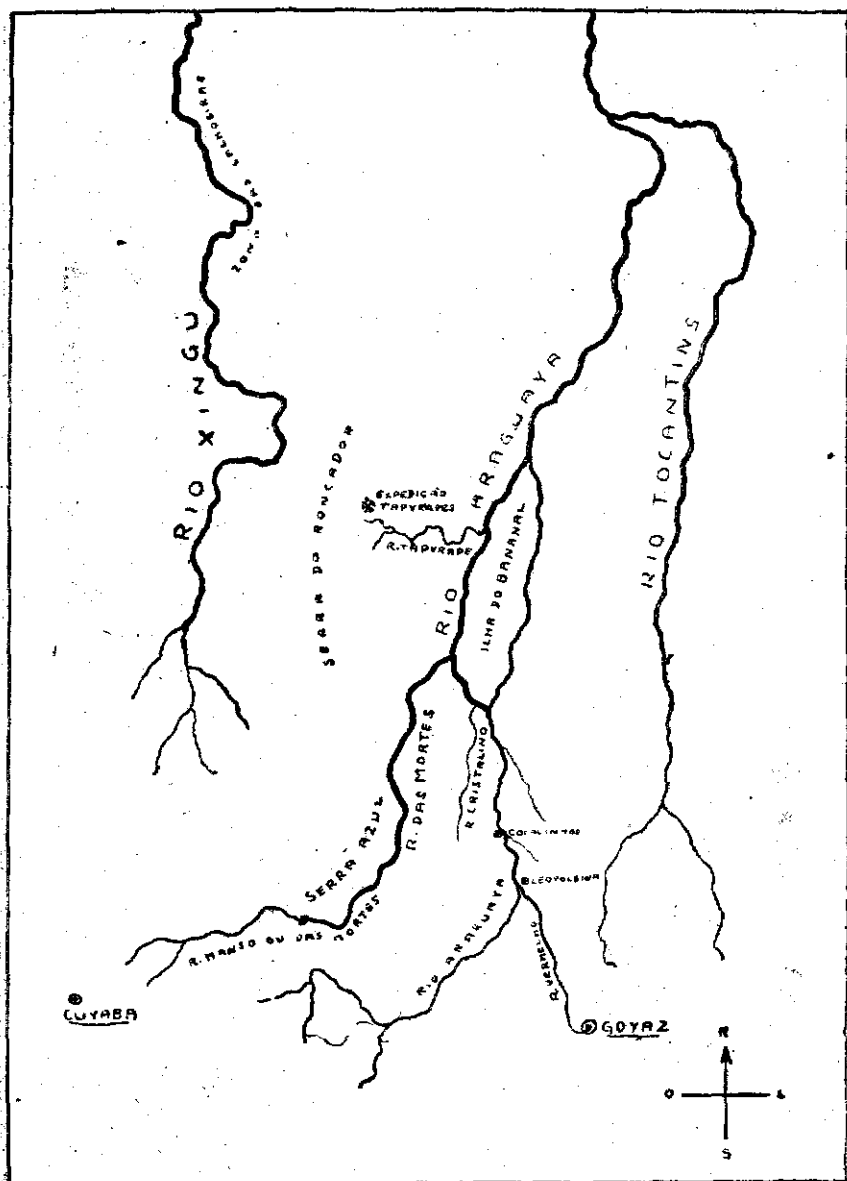
O caminho até à Aldeia dos Tapirapés, e mesmo um pouco mais além, já é conhecido. Aqueles índios são de índole pacífica e acolhem de bom grado os que deles se aproximam como amigos. Guardo dessa gente as melhores recordações. Receiam, temem mesmo, os índios que habitam o RONCADOR, mas, estariam dispostos a auxiliar uma expedição numerosa e bem preparada, pondo-lhe à disposição seus melhores guias, reforçando-a com seus mais valentes guerreiros.

Nossa pequena expedição, composta apenas de oito pessoas, não estava aparelhada para ir mais adiante. Aliás, Tapirapés era o nosso objetivo, e este fora atingido satisfatoriamente. O

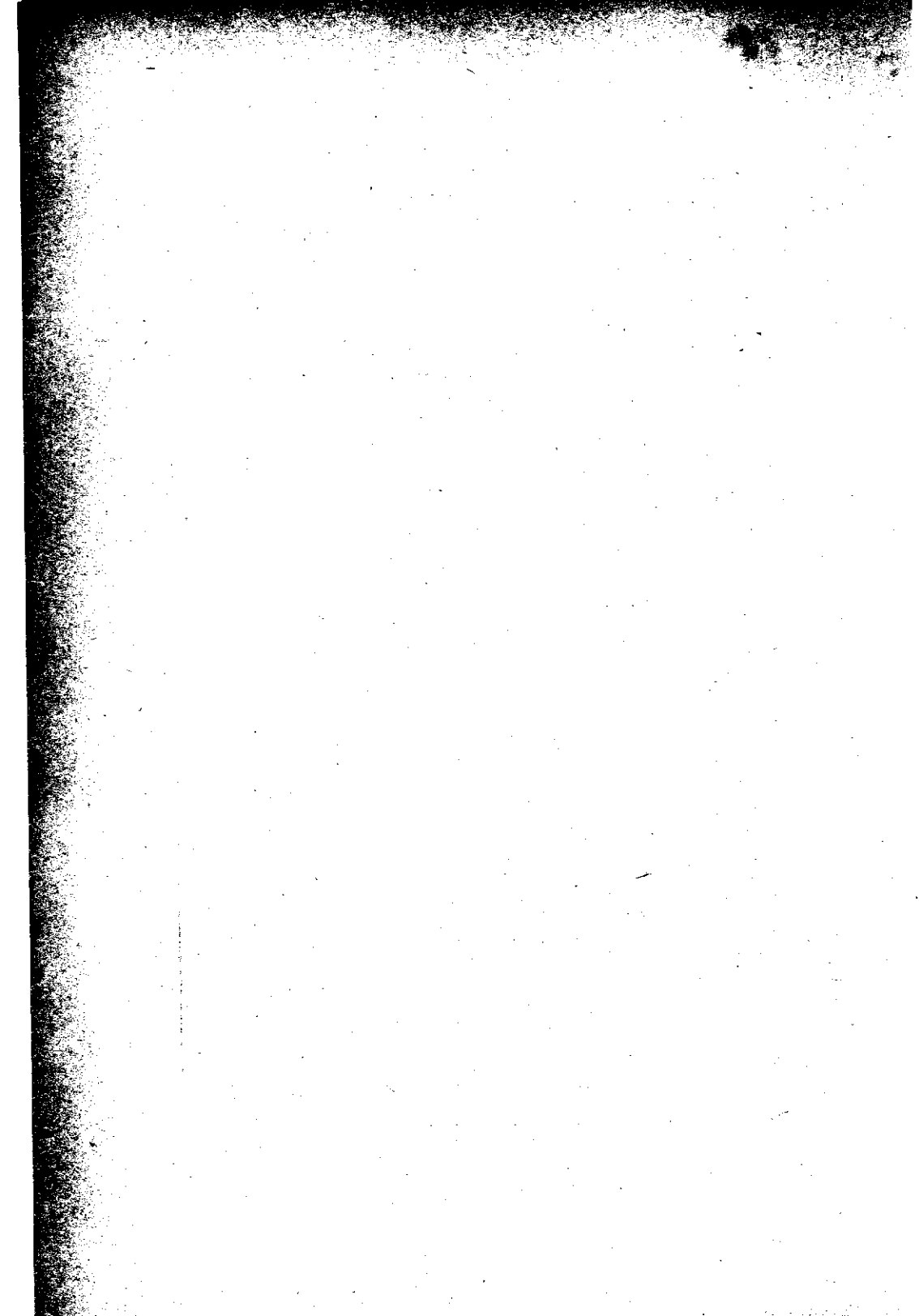
(2) Grande Atlas "STIELER", Dr. Hermann Haak (Brasil do Norte, fls. 108). — Mapa da América do Sul, edição de 1937, Sociedade Geográfica Americana. — Mapa do Brasil, J. Carneiro da Silva e Pedro Voss, edição de 1938. — Mapa do Brasil, Barão Homem de Melo, parte especial, 23.a edição, 1909. — E muitos outros.

que dali observei e que se acha toscamente resumido nas notas que venho de transcrever, me deu a firme convicção de que Tapirapés é a "chave" do Roncador: Se eu não tiver oportunidade de utilizá-la, conforme meu desejo, estou certo de que não faltará aos brasileiros de S. Paulo, que tanto têm contribuído para o desbravamento de nossos sertões, ânimo bastante para a realização de mais esse empreendimento.





"CROQUIS" MOSTRANDO A REGIÃO ATINGIDA PELA
 "EXPEDIÇÃO TAPIRAPES"



B A U R Ú

Um documento interessante — A primeira escritura de doação de terrenos sobre os quais foi fundada a cidade de Baurú.

ANTÔNIO DE ALMEIDA CINTRA

O fac-simile adiante reproduz a primeira escritura de doação de terrenos sobre os quais fora edificada a cidade de Baurú, e fora lavrada por instrumento particular de 21 de março de 1885 por José Jacinto de Moraes, a rogo do doador Antônio Teixeira do Espírito Santo.

Esses terrenos haviam sido adquiridos por Antônio Teixeira por compra que o mesmo fizera do primitivo possuidor João Batista Monteiro, conforme declarou no Registo feito perante o Vigário de Botucatu, a 16 de maio de 1856; havendo Teixeira vendido grande parte dos mesmos a Felicíssimo Antônio de Sousa Pereira, ficando essa parte conhecida sob a denominação de Fazenda "Baurú e Batalha". O restante de tais terrenos e sob a denominação de "Fazenda das Flores" continuou pertencendo a Antônio Teixeira do Espírito Santo; havendo sido inventariada na comarca de Lençóis, em 1876 por falecimento de Marcelina, mulher de Teixeira, tendo este na data acima referida feito doação da legítima de cem mil réis sobre a avaliação efetuada no inventário a São Sebastião e ao Divino Espírito Santo.

Da parte alienada a Felicíssimo Antônio de Sousa Pereira e também inventariada na comarca de Lençóis, por falecimento da mulher deste, várias doações foram feitas de terrenos contíguos aos doados por Antônio Teixeira e para o mesmo fim. Nas divisões judiciais a que se procedeu dos imóveis já nomeados ficaram as doações referidas concretizadas em uma só gleba com a área equivalente a um milhão e oitocentos e trinta e nove metros quadrados.

Afastado o distrito de paz de Baurú mais de oito léguas da sede da comarca, que era a de Lençóis, ficavam os terrenos aludidos constituindo parte integrante do município de Fortaleza até o ano de 1896. Nesse ano em uma das sessões da Câmara

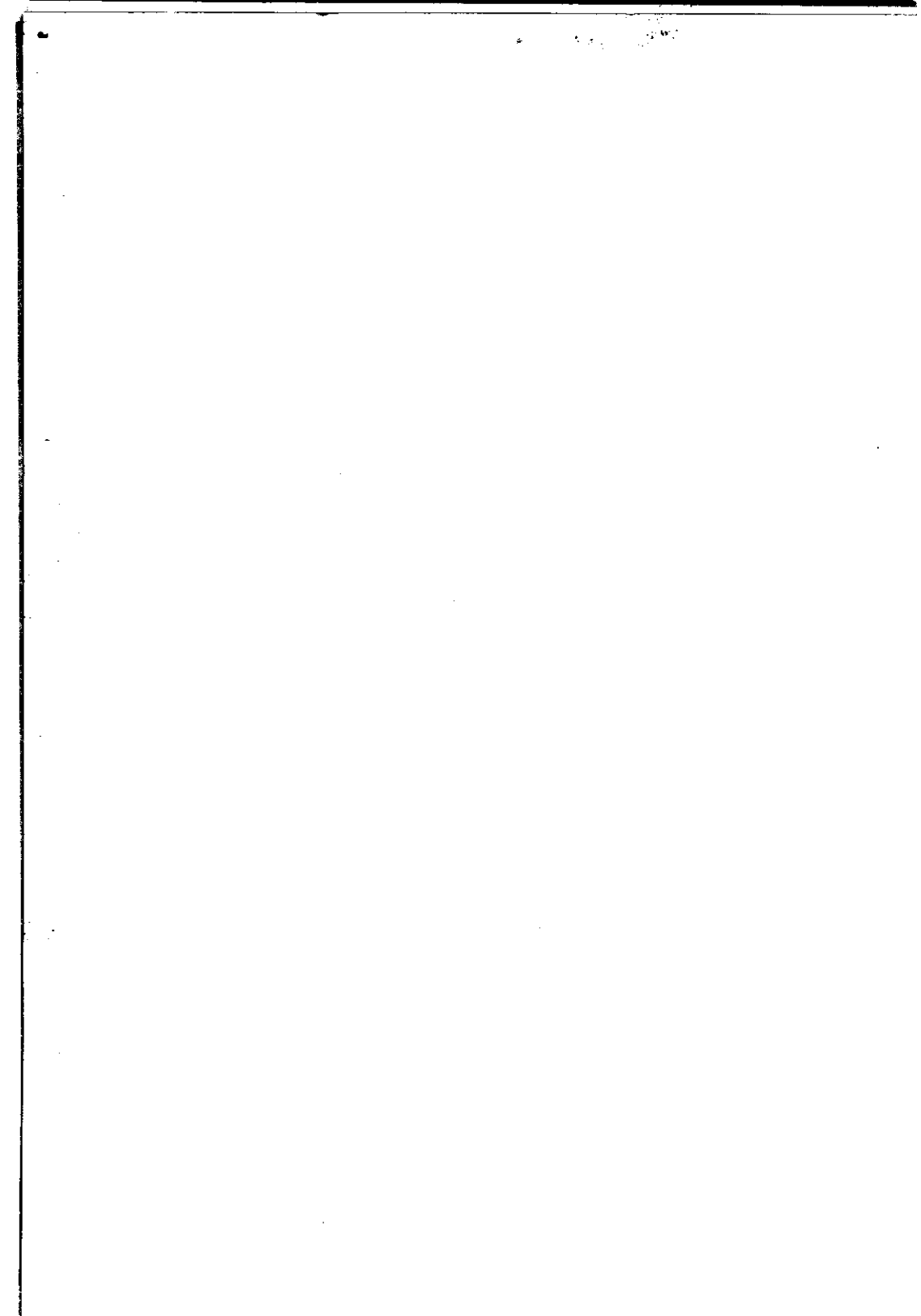
Municipal de Fortaleza, tendo deixado de comparecer um dos vereadores desta Vila, ficaram em maioria os representantes do distrito de Paz de Baurú, que se prevaleceram do ensejo para nessa ocasião promulgar uma lei transferindo a sede do município aludido para a Vila de Baurú; o que, efetivamente fizeram, tendo os próprios vereadores transportado em seus alforques o arquivo municipal.

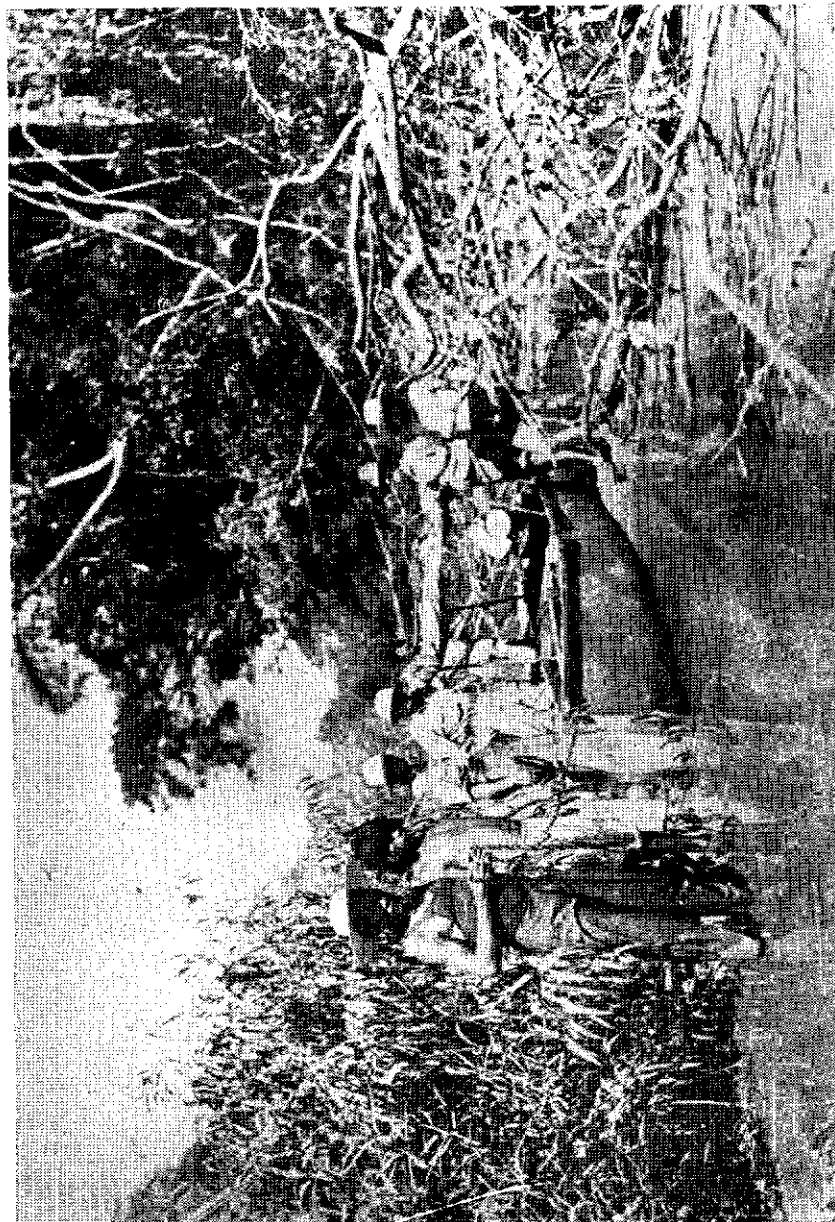
O Governo do Estado ciente desse fato, ratificou a mudança aludida, promulgando a Lei de 1.º de agosto de 1896 criando o município de Baurú, que no ano de 1910 foi elevado à categoria de comarca com a mesma denominação.

Com a construção quase simultânea das estradas de ferro: Sorocabana, Paulista e Noroeste do Brasil, enorme surto teve a cidade de Baurú, que se fez do dia para a noite, tendo sido invadida por uma chusma de ádvenas, que se foram apoderando dos terrenos da Paróquia, o que igualmente havia sido feito pelas três Companhias de estradas de ferro.

A Paróquia de Baurú proprietária dos referidos terrenos, deles não podia dispor; pois, se bem que houvesse entrado em entendimento com as Companhias Noroeste do Brasil e Paulista, que adquiriram os terrenos por elas ocupados, não encontrou essa mesma boa vontade no Governo do Estado e nos demais usurpadores de tais terrenos. Assim, estando a Paróquia necessitada de numerário para construir a Igreja Matriz e o edificio do Centro Católico, alienou seus direitos sobre os mencionados terrenos ao autor destas linhas, que imediatamente intentou contra o Governo do Estado e todos os ocupantes dos terrenos aludidos, ação reivindicatória, a qual foi julgada procedente; havendo o Governo do Estado pago o valor equivalente ao terreno ocupado. Com os demais ocupantes, após o vencimento das causas reivindicatórias, organizei a sociedade civil "Cintra & Cia.", da qual fazem parte somente meus filhos; tendo esta sociedade feito contrato de aforamento sobre os referidos terrenos com os vencidos.

Estes terrenos estão hoje quase todos edificadas, excedendo a mais de três mil o número de foreiros dessa sociedade, pois a cidade de Baurú tem crescido extraordinariamente, com mais de vinte vilas contíguas aos terrenos foreiros; sendo que somente a Vila Falcão tem mais de dez mil habitantes, sendo igualmente prósperas as Vilas "Seabra", "Santo Antônio", "Cardia", "Souto", "Santa Teresinha" e muitas outras.





SUBINDO O RIO TAPIRAPÉ — Fotografia tirada num ponto onde o canal se achava obstruído pela queda de árvores da margem, obrigando-nos a um desvio



OS ÍNDIOS GUAIACÍS OU ATCHÉS

Recortes do meu Diário

PAULO MAYBACH

A primeira vez que o mundo civilizado soube da existência dos Índios Atchés, foi em 1692, quando o Jesuita P. Sepp, de sua redução Yapeyuá escreveu ao superior que: "tiene unos Indianos ce viven en los montes y ce son mui peligrosos, porcé unos comen los otros, y viven siempre como los animales, y ce no tomen los S.S. sacramentos, y ce a si mismo llaman Atché. Ya mandé mis hombres al monte y ce fueran muertos en combate con los Atchés, los cuales fueran comidos por los selvagens". No correr dos anos, vários cientistas e sertanistas procuraram desvendar o segredo que cobre estes selvícolas. As informações que estes homens transmitiram ao mundo civilizado, pecaram pela falta de exatidão. Conta por exemplo o Dr. Bertoni, que poudé aproximar-se aos Atchés, e que poudé observar, por meio dum telescópio a vida destes índios, em suas aldeias. O Etnólogo alemão, Ch. Seifert, tendo chefiado uma comissão de estudos, financiada pelo Instituto de Ciências Naturais, em Leipzig (Alemanha), que percorreu a bacia do rio Paraná, diz em seu livro: *Indianer-Forschung* (Pesquisas sobre Índios) que os Atchés são os índios que têm mais perfeita organização social. Em outro trecho cita a organização da família destes selvícolas, traçando romances de amor, todós cor-de-rosa. Fala ele dum povo altivo, de estatura alta e de tez levemente bronzeada. Por esta descrição devo julgar que, ou o sr. Ch. Seifert, assim como o Dr. Bertoni, nunca viram um índio Atché, ou propositalmente quiseram lesar a verdade sobre estes índios, porque minhas próprias observações me levaram, durante o longo tempo que vivi entre estes índios, observar justamente o contrário, do que afirmam os acima citados cientistas.

Seguem algumas pequenas extrações do meu diário:

Em agosto de 1933, atravessei o rio Uruguai, a uns 300 kms. acima de São Xavier, à pesquisa de plantas medicinais. Segui sempre nas margens do rio Chafariz, afluente do Uruguai. No

décimo dia, no meio da serra de São José, encontrei inesperadamente vestígios de índios, um acampamento recém-abandonado, ainda com o fogo aceso. Estranhei de não encontrar índios, pois as tribus, que até então conhecia, não fugiam do contacto com o homem branco, mas pelo contrário, o procuravam. Procurei pelos rastros a direção que eles tinham tomado, e concluí, pelo zigue-zague dos mesmos, que os índios tentavam iludir-me. Se inicialmente não estranhei a presença de índios, pois estou acostumado a encontrar selvagens em minhas viagens pelos sertões, despertou a estranha atitude destes, minha curiosidade, e resolvi descobrir a que tribo ou povo pertencem. Procurei durante três dias, e cruzei o mato em diversas direções, sem encontrar mais o mínimo vestígio dos Bugres. A falta de víveres e outros materiais obrigou-me a desistir para o momento de minha intenção, e retirei-me para as margens do Uruguai, onde tinha meu acampamento efetivo. Munido do necessário para uma longa marcha, acompanhado por dois caboclos, Antônio e Leandro, pus-me a procurar novamente o grupo de índios. Ao cabo de 12 dias encontramos vestígios recentes de Bugres, e como meu peão Antônio era mestiço guaraní e afamado caçador, nutri a esperança de encontrar em pouco tempo os fugitivos. Contrariamente a outros índios, estes sempre fugiam à nossa aproximação, e resolvi então usar de violência, se de outro modo não fosse possível entrar em contacto de forma mais viável. Já tínhamos caminhado 18 dias sempre para o norte, e já estávamos em território brasileiro, pois já tínhamos atravessado o Rio Peperiguassú, quando, estando nós no cume d'uma cordilheira, ouvimos batidas de machado, e Antônio logo percebeu que estas eram de machado de pedra. Avançamos cautelosamente e na baixada, repentinamente encontramos um grupo de índios, que se denunciavam pela fumaça de seu fogo e os murmúrios. Combinei então o plano de ataque com meus companheiros, mas tive de esperar até à madrugada, pois a noite já tinha caído sobre a selva. Retiramo-nos algumas centenas de metros, e esperamos o amanhecer. A noite era clara, era véspera de lua cheia, e sobre nós se estendia, como um manto protetor, a vegetação. Deitados, com as bocas encostadas no chão, sem proferir uma só palavra, esperamos pacientemente o clarear do dia. A noite era calma, e o silêncio só interrompido de vez em quando pelo choroso grito de uma coruja, ou o cricriar dos grilos. Sentia eu dentro de mim uma sensação esquisita de alegria, talvez porque estava em vésperas de descobrir o grande segredo dum povo, até então ainda não conhecido. O homem que vive

muitos anos em estreito contacto com a natureza, tem uma percepção dos acontecimentos, que o homem dos grandes centros civilizados não possui. Sente uma coisa, que é inexplicável, sabe quando o espera um perigo ou uma alegria. Pois eu sentia alegria, apesar da perigosa situação em que nos achávamos, em frente d'alguma coisa desconhecida. Os primeiros pássaros se mexiam e a Estrela "darve", como o caboclo chama a Venus, vinha apontando sobre a serra. Julguei o momento oportuno, para atacarmos o acampamento. Cautelosamente aproximamo-nos, e, caminhando sobre uma palmeira derrubada pelos índios no dia anterior, conseguimos à distância de uns dez metros dos selvagens, que dormiam a sono solto, e já podíamos ouvir as respirações dos índios que dormiam. De repente um silvo, que tanto eu conhecia, e uma flecha se cravou a meus pés. Dei então o sinal de avançar, detonando um revolver, e correndo, tropeçando, e caindo saltamos para o acampamento, Antônio, que chegou primeiro, tinha agarrado uma menina pequena. Leandro travou luta com uma mulher, que procurou entrar pelo taquaral a dentro, arrastando consigo o furioso Leandro. De homens nem o menor vestígio. Intervim, e conseguimos trazer a mulher, ainda jovem e robusta, para o meio do acampamento. Era esta de estatura baixa, de mais ou menos 18 a 20 anos de idade, e mãe da menina, que Antônio segurava pelos braços. Procurei fazer-me compreender em guaraní e em outros dialetos indígenas, mas a mulher não me compreendia. Por meio de sinais conseguimos que ela chamasse seus companheiros. Apareceu então mais um menino de seus 12 anos, e ouvimos o gemido dum homem, atrás duma moita de taquara. Deixei meus companheiros e procurei atrás duma grande árvore, onde encontrei um índio, que tinha a perna fraturada, no terço superior do fêmur. Era este homem de estatura baixa, medindo apenas 1 m. 58 cms., de cor escura, cabelos muito duros, e exalava um cheiro desagradável, proveniente dum suco de planta, com que se tinha untado. A custo soube que foi ele que tinha atirado a flecha, julgando que alguma fera tivesse rodeado o acampamento. Quando eu detonei o tiro, ele tinha procurado esconder-se na mata, ficando com o pé esquerdo preso entre duas raízes, o que ocasionou a fratura. Soube que seus companheiros, em número de três, conseguiram escapar. Mandei, depois de ter feito o primeiro curativo, que meus peões levassem o índio, até à margem do rio Peperiguassú, onde construimos uma jangada, que nos facilitou alcançar no sexto dia meu acampamento. Só chegamos lá com o índio e o menino, pois a mulher, aproveitando um momento de descuido, já na primeira noite tinha se evadido, levando consigo

a menina. Enquanto eu tratava a perna do Bugre, este e o menino, me ensinaram a língua atché, e após poucas semanas, restabelecido meu cliente, novamente excursionei, acompanhado pelos dois índios, para o sertão do vale do Paraná, desta vez entrando em contacto definitivo com os Atchés, entre os quais permaneci durante quase cinco anos. Esta segunda excursão não deixa de ter seus detalhes e episódios interessantes. Soube pelo Caya-mini-gy (gato-do-mato) como se chamava o índio, que o povo dos Atchés não vive em aldeias, mas sim em pequenos grupos nômades, sempre no sertão mais cerrado, procurando evitar o mais possível o contacto com outros índios, e especialmente os Guaranís, que são seus mais ferozes inimigos. Tudo isto pude mais tarde verificar por minhas próprias observações. Observei que os Atchés existem em toda a bacia do Alto Paraná, tanto em territórios brasileiros como argentinos e paraguaios, e vêm povoando este sertão, até o rio Ivenheima, no Estado do Paraná. Alem destes, ainda completamente selvagens, existem na referida zona outras tribus, já semi-cultivadas. Em fins de outubro de 1933, depois de ter-me fornecido de tudo o mais necessário, acompanhado por Caya-mini-gy e o menino, que, como não tinha nome, eu chamei de Rodolfo, iniciei minha segunda excursão. Levei comigo uma barraca, uma vitrola, cobertores, uma dúzia de gaitas de boca, uma caixa com colares de vidro, uma dúzia de espelhos, e mais uma infinidade de objetos pequenos para presentes, assim como bastante material fotográfico, e para meu uso, algumas conservas e sal. Assim supercarregados, marchamos pelo sertão a dentro, e no terceiro dia assistí à primeira aventura. Estávamos acampados à beira dum riacho, quando Caya-mini-gy e Rodolfo de-repente se levantaram e segundo fortemente o ar pelas narinas, deram sinais de alegria. Imediatamente Caya-mini-gy afastou-se, e ao cabo de duas horas, já noite escura, voltou acompanhado por uma mulher. Esta estava coberta por todo o corpo por uma espessa camada de barro. O índio então contou-me, que, tendo farejado a presença de Atchés, foi procurá-los, e que encontrou um grupo deles, os quais convidou para acompanhá-lo. Cépticos e desconfiados, como são por natureza, eles não quiseram seguí-lo, mas, contou-me ele, ao menos conseguí roubar a mulher de Cary-gy. Era a índia um verdadeiro montão de barro, pois tinha ela tomado um banho à moda atché, isto é rolado num barreiro. A minha pergunta, se o Cary-gy não vem reclamar os seus direitos sobre a mulher, respondeu-me que, quando aquele encontra um pau podre no mato, que contenha bastante Coró (Larvas), a mulher de algum outro, menos felizardo, irá viver com ele. Se meu companheiro

ENTRE OS ATCHÉS



ficou contente com a posse da mulher, não menos o fiquei eu, pois já éramos três, para levar a carga, e a mulher, Cary-gy (Tatú) representava para meus ombros um grande alívio, visto o menino ser fraco, para carregar grande peso. Assim marchamos mais dois dias, até encontrarmos um riacho em terreno mais ou menos plano, e que me parecia ser o lugar próprio, para levantar meu acampamento. Depois de levantada a barraca, e instalado mais ou menos comodamente, fiz tocar ininterruptamente a vitrola. O efeito foi satisfatório, e já no segundo dia apareceram alguns índios, atraídos pela música. Presenteei-os com espelinhos, sal, e outros objetos, e já após uma semana, estive rodeado por nada menos de 200 Atchés, entre homens, mulheres e crianças. Mandeí então o Caya-mini-gy, que tinha aprendido o uso de roupas, acompanhado por mais três índios, buscar no meu acampamento na beira do Uruguai, as poucas ferramentas que lá tinha. Os índios não usavam roupas, nem ao menos tangas. Eram completamente nus, e só pareciam vestidos após terem tomado seu banho de barro. As mulheres eram objeto de caça, e algumas de empréstimo. Vi índios pedir a mulher do outro emprestada, como nós pedimos um guarda-chuva a um amigo. Os filhos não conheciam seus pais, pois estes, ou melhor, a mãe, tratava do filho, até que este por si pudesse procurar os alimentos, abandonando-os então. As crianças de ambos os sexos viviam sem dar incômodo aos pais, e alcançando as meninas a idade de mais ou menos 9 para 10 anos, algum índio se apossava dela, vivendo matrimonialmente com ela, até que outro, mais forte ou mais astuto, a tomava para si. Usavam como armas, arcos e flechas e macetas. Eram exímios atiradores de flechas, e na distância de 50 passos, acertavam infalivelmente um alvo do tamanho duma pequena moeda. Com o regresso de Caya-mini-gy, ensinei-lhe o uso de ferramentas, e fiquei estupefato como aprendiam com tanta facilidade. Fi-los derrubar o mato em redor do meu acampamento, e em pouco tempo já construíam pequenas cabanas, se bem que não as ocupassem para morar e que mesmo nas noites tempestuosas passassem dormindo debaixo das árvores. Se bem que eu não tivesse nenhum auxílio, conseguí pouco a pouco comprar ferramentas, panelas, roupas, sementes e outras cousas, e os índios, depois de dois anos plantavam e usavam roupas, e o que é mais importante, constituíam família. Infelizmente, quando já meus amigos estiveram em franco progresso, numa época em que estive ausente, alguns indivíduos brancos acharam aquela comunidade ideal, ensinando-lhes o uso do álcool, contaminando-os com doenças venéreas, e hoje talvez não haja mais um único Atché que não esteja

doente ou perdido pelo alcool. Quando a última vez estive na minha concentração, que denominei Felizópolis, só encontrei ainda alguns índios, e estes mesmos, doentes.

Trouxe-os para o Brasil, onde, na margem esquerda do rio Uruguai, onde possuo pequena propriedade, os instalei. Hoje, apenas dois anos em contacto com a civilização, eles falam regularmente o português, moram em casinhas construídas por eles, usam roupas e trabalham na agricultura. Uma menina, que hoje deve estar com 8 anos, fala alem do português, o alemão que minha senhora ensinou. Na proximidade, isto é a uns 30 kls. dali existe uma tribo de Guaiacis, já bastante civilizados, e os meus Atchés já entraram em contacto com aqueles. Receiando que meus índios se misturem com outras raças, indígenas ou mesmo com brancos, e pretendendo eu manter alguns indivíduos desta raça, puros, mandei construir uma casa bem grande, onde concentrei meu índios. Entre os Guaiacis vivem diversos indivíduos brancos. Conheço, entre estes, um bacharel em ciências jurídicas e sociais, um judeu alemão, que ainda em 1922 era assistente jurídico, junto à Sociedade das Nações, em Genebra. Este vive hoje misturado com os índios, e jogou de si a civilização e toda cultura. Vive constantemente embriagado, rodeado por 3 ou 4 índias. Além deste, outros brancos, na maior parte, indivíduos criminosos refugiados, levam aos índios os males da civilização, a embriaguez, a mentira, o jogo e muito especialmente as doenças venéreas. Nosso índio brasileiro, sendo bem guiado, torna-se em pouco tempo um membro útil à sociedade, mas em contacto com indivíduos da tèmpera dos acima citados, ele desaparecerá em breve, e nos próximos tratados sobre a História natural do Brasil, os historiadores terão de escrever, que: há anos viviam nos sertões brasileiros, diversas tribus de índios. — Os governos da América do Norte, México, Chile Venezuela e outros, formaram, ou melhor, designaram certas regiões de seus territórios, como parques nacionais, mantendo naquelas regiões, tribus de índios em seu estado natural, e creio que o Brasil devia fazer o mesmo. Se eu tivesse o necessário capital, e a respectiva licença do governo federal, formaria uma concentração de índios para manter puro um pequeno número de indivíduos da raça original brasileira.

As fotografias juntas mostram: O grupo de índios Atché, que mantenho na minha propriedade, no Rio Grande do Sul, faltando três mulheres, que no momento de tirar a fotografia, tinham-se ausentado com minha senhora. O índio de barba, ao meu lado, é Caya-mini-gy, o primeiro Atché que encontrei. A menina entre os dois índios é Nday-gy (Borboleta), que fala

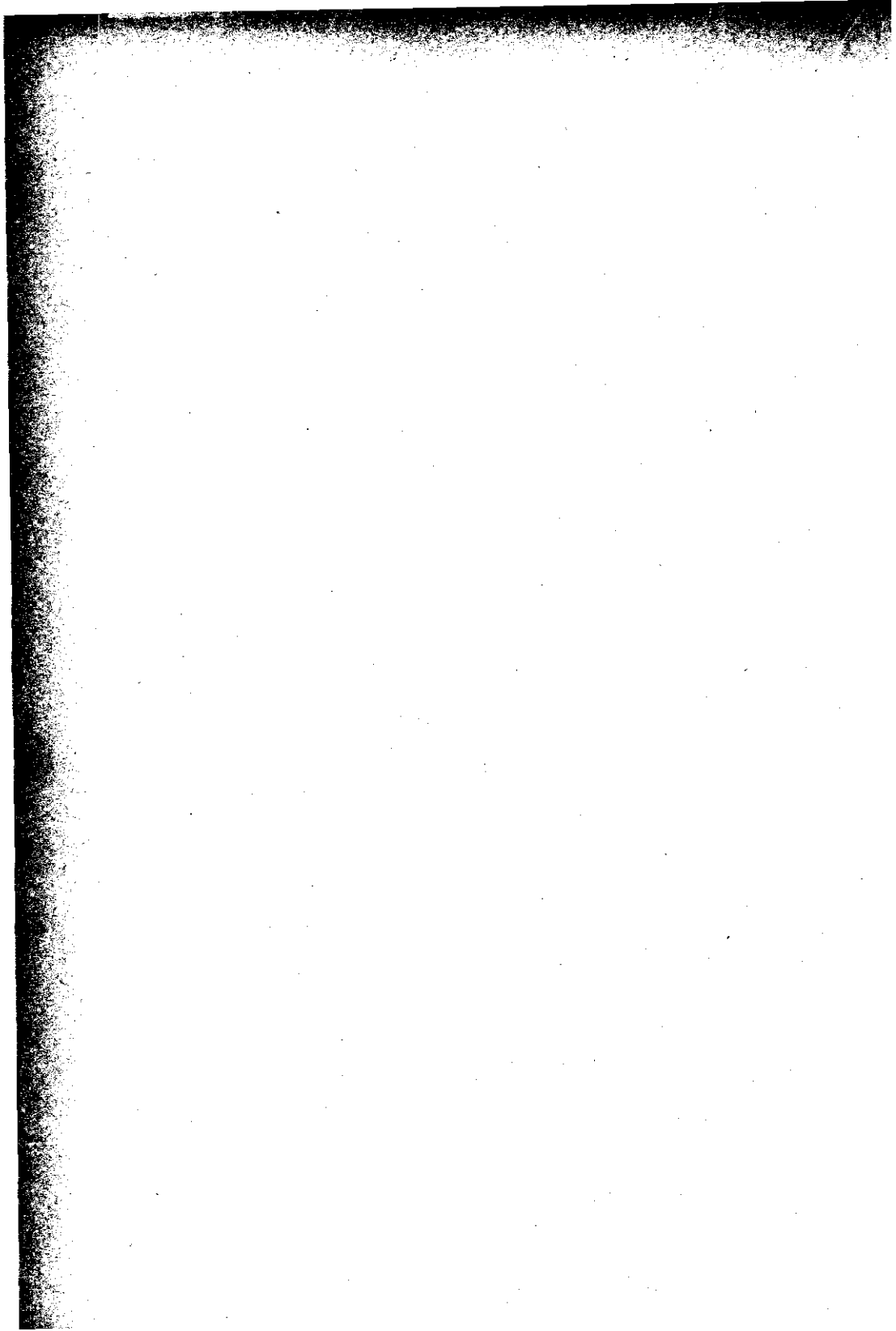
ficou contente com a posse da mulher, não menos o fiquei eu, pois já éramos três, para levar a carga, e a mulher, Cary-gy (Tatú) representava para meus ombros um grande alívio, visto o menino ser fraco, para carregar grande peso. Assim marchamos mais dois dias, até encontrarmos um riacho em terreno mais ou menos plano, e que me parecia ser o lugar próprio, para levantar meu acampamento. Depois de levantada a barraca, e instalado mais ou menos comodamente, fiz tocar ininterruptamente a vitrola. O efeito foi satisfatório, e já no segundo dia apareceram alguns índios, atraídos pela música. Presenteei-os com espelinhos, sal, e outros objetos, e já após uma semana, estive rodeado por nada menos de 200 Atchés, entre homens, mulheres e crianças. Mandeí então o Caya-mini-gy, que tinha aprendido o uso de roupas, acompanhado por mais três índios, buscar no meu acampamento na beira do Uruguai, as poucas ferramentas que lá tinha. Os índios não usavam roupas, nem ao menos tangas. Eram completamente nus, e só pareciam vestidos após terem tomado seu banho de barro. As mulheres eram objeto de caça, e algumas de empréstimo. Vi índios pedir a mulher do outro emprestada, como nós pedimos um guarda-chuva a um amigo. Os filhos não conheciam seus pais, pois estes, ou melhor, a mãe, tratava do filho, até que este por si pudesse procurar os alimentos, abandonando-os então. As crianças de ambos os sexos viviam sem dar incômodo aos pais, e alcançando as meninas a idade de mais ou menos 9 para 10 anos, algum índio se apossava dela, vivendo matrimonialmente com ela, até que outro, mais forte ou mais astuto, a tomava para si. Usavam como armas, arcos e flechas e macetas. Eram exímios atiradores de flechas, e na distância de 50 passos, acertavam infalivelmente um alvo do tamanho duma pequena moeda. Com o regresso de Caya-mini-gy, ensinei-lhe o uso de ferramentas, e fiquei estupefato como aprendiam com tanta facilidade. Fí-los derrubar o mato em redor do meu acampamento, e em pouco tempo já construíam pequenas cabanas, se bem que não as ocupassem para morar e que mesmo nas noites tempestuosas passassem dormindo debaixo das árvores. Se bem que eu não tivesse nenhum auxílio, conseguí pouco a pouco comprar ferramentas, panelas, roupas, se- mentes e outras cousas, e os índios, depois de dois anos plantavam e usavam roupas, e o que é mais importante, constituíam família. Infelizmente, quando já meus amigos estiveram em franco progresso, numa época em que estive ausente, alguns indivíduos brancos acharam aquela comunidade ideal, ensinando-lhes o uso do alcool, contaminando-os com doenças venéreas, e hoje talvez não haja mais um único Atché que não esteja

doente ou perdido pelo alcool. Quando a última vez estive na minha concentração, que denominei Felizópolis, só encontrei ainda alguns índios, e estes mesmos, doentes.

Trouxe-os para o Brasil, onde, na margem esquerda do rio Uruguai, onde possuo pequena propriedade, os instalei. Hoje, apenas dois anos em contacto com a civilização, eles falam regularmente o português, moram em casinhas construídas por eles, usam roupas e trabalham na agricultura. Uma menina, que hoje deve estar com 8 anos, fala alem do português, o alemão que minha senhora ensinou. Na proximidade, isto é a uns 30 kls. dali existe uma tribo de Guaicís, já bastante civilizados, e os meus Atchés já entraram em contacto com aqueles. Receiando que meus índios se misturem com outras raças, indígenas ou mesmo com brancos, e pretendendo eu manter alguns indivíduos desta raça, puros, mandei construir uma casa bem grande, onde concentrei meu índios. Entre os Guaiaciés vivem diversos indivíduos brancos. Conheço, entre estes, um bacharel em ciências jurídicas e sociais, um judeu alemão, que ainda em 1922 era assistente jurídico, junto à Sociedade das Nações, em Genebra. Este vive hoje misturado com os índios, e jogou de si a civilização e toda cultura. Vive constantemente embriagado, rodeado por 3 ou 4 índias. Alem deste, outros brancos, na maior parte, indivíduos criminosos refugiados, levam aos índios os males da civilização, a embriaguez, a mentira, o jogo e muito especialmente as doenças venéreas. Nosso índio brasileiro, sendo bem guiado, torna-se em pouco tempo um membro útil à sociedade, mas em contacto com indivíduos da tèmpera dos acima citados, ele desaparecerá em breve, e nos próximos tratados sobre a História natural do Brasil, os historiadores terão de escrever, que: há anos viviam nos sertões brasileiros, diversas tribus de índios. — Os governos da América do Norte, México, Chile Venezuela e outros, formaram, ou melhor, designaram certas regiões de seus territórios, como parques nacionais, mantendo naquelas regiões, tribus de índios em seu estado natural, e creio que o Brasil devia fazer o mesmo. Se eu tivesse o necessário capital, e a respectiva licença do governo federal, formaria uma concentração de índios para manter puro um pequeno número de indivíduos da raça original brasileira.

As fotografias juntas mostram: O grupo de índios Atché, que mantenho na minha propriedade, no Rio Grande do Sul, faltando três mulheres, que no momento de tirar a fotografia, tinham-se ausentado com minha senhora. O índio de barba, ao meu lado, é Caya-mini-gy, o primeiro Atché que encontrei. A menina entre os dois índios é Nday-gy (Borboleta), que fala

alem de atché, o português e o alemão. A fotografia foi tirada durante a construção da casa, onde concentro estes índios de raça pura. Como não pretendia demorar-me em São Paulo, não trouxe comigo meus trabalhos sobre Etnologia indígena, medicina indígena e observações de meteorologia nos sertões brasileiros. Mandei buscá-los porem, e depois de organizá-los, terei o maior prazer de oferecer meus trabalhos ao egrégio Instituto Histórico e Geográfico, junto com grande material fotográfico.



REMINISCÊNCIAS DO DISTRITO DE CAMPINAS EM BAIRRO, FREGUESIA E VILA (*)

PELO
DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT (*)

A-pesar-do **Almanaque de Campinas** no primeiro tomo conter uma interessante notícia da criação da freguesia, extraída do Livro do Tombo da Matriz da Senhora da Conceição, restam alguns fragmentos de tradição acerca desses tempos que ali não foram incorporados, e que, a-pesar-da sua trivialidade, não deixam de possuir interesse para os curiosos.

Nos primitivos tempos, os jundiaianos que exploraram este lado de seu território, deram ao distrito, que medeia entre o Bairro da Rocinha e o rio de Atibaia, o nome de bairro do Mato-Grosso, em razão da frondosa floresta secular, que o cobria e que se estendia além até os campos que mereceram ao atual Moji-Mirim o nome de Moji-dos-Campos, cuja área descoberta decerto facultou ali a formação da povoação com antecedência a tal sucesso em Campinas, sendo o primeiro estímulo em ambos os casos o fato de serem pousos para os viajantes de Goiás e Cuiabá, permitindo Moji melhores acomodações para o descanso, ou mesmo invernada das tropas.

Nessa época, a jurisdição da estola de Jundiaí estendia-se até o rio Atibaia; e tal era a tortuosidade do caminho, que se reputava estar a barranca deste rio distante quatorze léguas da Matriz, e apesar desta distância, conduziam-se a Jundiaí os corpos de quem por cá morria; notando-se que era isto mui repugnante tarefa em relação aos falecidos de picadas de cobras, que então abundavam, por serem tais cadáveres de mui pronta decomposição ou putrefação.

Além de jundiaianos que se aventuravam até este bairro,

(*) Trabalho publicado: a) no Almanaque Literário de São Paulo, IV, 179-191, 1878 e V, 34-45, 1879; no Catálogo da 1.ª Exposição Regional do Município de Campinas, dez., 1885; c) na Rev. do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, II, 122-134, 1904.

entravam, para nele se fazerem de perdidos e esquecidos, os fugitivos do recrutamento, e aqueles que tinham questões a deslindar com a justiça e a quem faltavam padrinhos. Como fugidos do recrutamento, pode-se apontar o avô de uma família Lima, que mora na beira da antiga estrada de Belem, hoje Itatiba — que correu do largo do Palácio, em São Paulo; e o avô da família — Ortiz — moradora na Rocinha.

Avidos de recursos espirituais, e desejando aproveitar do não infrequente trânsito de sacerdotes que procuravam as minas de Goiás, estes primitivos moradores tentaram e realizaram a edificação de uma pequenina capela feita de barrotes e paus roliços e coberta de sapé; estando à testa do serviço F. Pedroso, vindo da Parnaíba, onde cometera um homicídio, e neste serviço trabalhou, puxando barrotes nos ombros, Luiz Antonio Carvalho Banhos.

Este Carvalho era moço, e filho de um lavrador que morava nos extremos limites do atual município de Indaiatuba, encostado ao então território jundiaiano.

Sendo designado para o serviço militar no memorável recrutamento a que se procedia em Itú, ele refugiou-se no bairro de Mato Grosso, que já se começava a chamar —as Campinas, por motivo que oportunamente darei, e ali foi protegido pelo referido Pedroso.

Passado tempo, e apertando-lhe as saudades do pai, assentou ele numa noite de procurar a casa paterna. Infelizmente, choveu; e no outro dia capitães de mato que vigiavam o sítio do velho Luiz de Carvalho Banhos, deram com o rastro de pegadas de pé de homem vindo do lado do mato; conheceram que o filho viera, cercaram a casa, e levaram o moço a Itú donde, seguindo para o sul, regressou depois de longos anos de militança.

A então estrada de Jundiá às minas de Goiás passava por onde era depois o sítio da Samambaia e chácara de D. Maria Fausta; e alcançando o lugar depois conhecido por Campinas-Velhas, tomava pelo caminho que corre em frente da chácara hoje do dr. Sampaio Peixoto, até cair na atual estrada do Taquaral, ou de Moji-Mirim.

No lugar — Campinas Velhas — formaram uma clareira onde se fizeram os primeiros ranchos, e onde descansavam os viandantes.

Nessa época, o único lugar onde se encontrava verdura para alimentação de animais de carga e de montaria era no sítio hoje ocupado pela cadeia e a Matriz Velha, ou de Santa Cruz, à qual por isto chamaram de Campina.

Aquí traziam as tropas à tarde e recolhiam-as pela madru-

gada para seguir viagem. O acesso era, porem, muito difficil, pois que, excetuando este ponto, e os sítios mais elevados das Campinas-Velhas e a fronteira do terreno da Estação, o terreno sobre o qual se edificou ao depois as primeiras casas da actual povoação em um brejo ou tremedal que até hoje forma o subsolo de grande parte da cidade, em prejuizo de sua salubridade.

Existia, porem, uma estreita vereda que vinha ladeando os terrenos do antigo Cambuizal e Misericórdia, e desembocava em algum ponto próximo à actual cadeia, e por aí se alcançava o lugar da pastagem de onde a nascente povoação recebeu o nome de Campinas.

O primeiro sítio de cuja posse foi lavrador de alguma importância, do qual tenho noticia, é uma parte do antigo bairro das Anhumas, que abrangia a fazenda que ao depois foi do sargento-mor Antonio Ferraz de Campos, sogro do sargento-mor José da Rocha Camargo, que já em 1737 era cultivado por José de Sousa Antunes, ascendente de todos os campineiros do apelido de Sousa; cujo sítio se descreve como situado à beira do caminho que vai da vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá às minas de Goiaz, pois, então, nem sombra de povoação mais vizinha havia.

Este José de Sousa, foi sobrinho carnal de um Gabriel de Sousa, que jazeu sete anos em prisão no Paraguai, e depois poudo voltar a Itú, sua terra, tendo sido preso quando fora em uma expedição de caça de índios em território das missões do Paraguai (ou alem como se pretendeu) do qual foi chefe Manuel de Campos Penteado, de quem se relata que fora o homem mais obeso até então conhecido na capitania, e que era parente deste Sousa.

Ficando generalizado o conhecimento da produtividade das terras de Campinas, começou em aumento de imigração de lavradores, e entre estes, veio de Taubaté, cidade então mui florescente, Francisco Barreto Leme, casado, com familia, que sittiou-se no lugar denominado Taquaral.

Crescia proporcionalmente o sentimento da necessidade da organização da povoação e do distrito de que era centro, que já contava mais de quatrocentos fogos, e de dotá-la com a regular administração dos sacramentos que pela distância de Jundiá, estavam praticamente foram do alcance destes povos.

Começou-se então a solicitar dos poderes competentes o alvará de creação de pia batismal e creação de freguesia.

Nesta questão, papel importante necessariamente coube ao pároco de Jundiá, cujo domínio se pretendia retalhar; e, opon-

do-se ele ao projeto com verdadeiro assanhamento, conseguiu atrapalhar por algum tempo a realização da vontade popular.

Em uma das informações por este pároco, prestadas ao ordinário, diz ele, que de todos os signatários do primitivo requerimento, só o primeiro deles possuía bens de valor, e que este negava haver assinado; sendo as mais pessoas miseráveis, sem recursos no presente para sustentar um pároco, e sem esperanças de um futuro mais favorável.

Nunca pude saber quem era este único abastado, pois o requerimento não se encontrava mais no Livro do Tombo, quando pela primeira vez o examinei, e por uma descrição que de certo documento me fez o finado José Teodoro da Costa Machado, estou certo que ficou em poder de pessoa da família Costa Machado, moradora em Santa Bárbara, e lá perdeu-se irreparavelmente.

Desconfio, porém, que o reverendo pároco foi fácil naquilo que asseverou, pois não podia isto ser exato em relação a Barreto Leme, homem de teres, que até dotou a fábrica da nova paróquia com o patrimônio de um quarto de légua de terreno, que se começou a medir desde um córrego dito de Barbosa, do lado do bairro de Santa Cruz, seguindo na direção da saída para Jundiá e Itú; e não consta de outro morador de então igualmente potentado.

Tendo lido esta informação do pároco de Jundiá no Livro do Tombo da matriz de Campinas, com outros vários documentos atinentes ao mesmo assunto, os fiz copiar e fiz presente da cópia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; o que foi providência acertada porque dali a pouco precisando de novo consultar este livro (que naquele tempo andava extravariado) achei-o com falta de várias folhas no princípio, nas quais estavam compreendidas aquelas que fizera copiar.

Venceram-se assim os obstáculos, e em setembro de 1774 foi a paróquia inaugurada, e a pia levantada, havendo missa cantada com benzimento da matriz provisória ereta no lugar onde hoje se acha a cadeia, visto que não fora possível de, com tempo, concluir o edifício que devia ficar definitivamente servindo.

Entre os sacerdotes que assistiram, estavam frei Antônio de Pádua Teixeira, que tendo servido de guardião do convento Franciscano de Itú, fora encarregado pelo bispo (o grande D. frei Manuel da Ressurreição) com o cargo de vigário e creador da nova paróquia, e o padre Antônio Ribeiro do Prado Siqueira, vigário colado de Moji-Mirim, sacerdote ilustrado, filho de Parnaíba, que já visitara a Europa, tendo ido depois de ordenado beijar a mão a seu tio e benfeitor, o grande paulista pa-

dre Angelo Ribeiro do Prado Siqueira (autor de dois livros acéticos, e Missionário Apostólico), a quem veio encontrar na cidade de Tuy, na Galiza, cercado de veneração do bispo e do povo e com ele regressou ao Brasil.

O padre Prado depois renunciou a vigararia de Moji, e residiu por algum tempo em Campinas, sendo sem dúvida um elemento de civilização e moralidade para a nova povoação.

Por último, ele retirou-se ao Salto de Itú como capelão e lá jaz enterrado.

Frei Antônio Teixeira era mineiro, e logo, vendo que terra de promessa era Campinas, escreveu à sua família, naquela capitania, convidando-a a vir.

Aceitaram o convite os seus pais e irmãos, e estabeleceram-se, uns aqui, outros em Itú; vindo a falecer seus pais em Campinas, e são o tronco da família Teixeira; tendo vindo também os pais do finado notável campineiro Antônio Manuel Teixeira, de quem mais se dirá oportunamente.

Após algum tempo, frei Teixeira recolheu-se a Itú e foi sucedido como pároco pelo reverendo padre Bernardo José de Sampaio, de nobre família ituana, irmão do pai do sr. barão de Indaiatuba, e da primeira mulher do capitão Francisco de Paula Camargo.

Depois, sucedeu pela segunda vez frei Antônio e depois deste ainda voltou o padre Bernardo, e estes tiveram vários sucessores, vigários encomendados, e até proximamente ao fim do século XVIII foi colado o padre Joaquim Gomes, de quem é impossível não fazer-se menção em qualquer notícia desta terra.

O vigário frei Antônio teve um irmão, padre José Teixeira, que foi logo nomeado vigário da vara, e tomou a si a direção dos serviços necessários para a conclusão da atual matriz; no que, sendo auxiliado pelo povo em geral, o foi muito especialmente por José Francisco de Moraes, de quem existe um filho com oitenta e tantos anos de idade — o sr. capitão Manuel Joaquim de Moraes.

O padre vigário da vara (como era conhecido) chegou a conseguir a criação de uma torre na referida matriz, hoje de Santa Cruz, mas como a caipora por muito tempo acompanhou empreendimentos desta ordem em Campinas, a torre veio abaiar numa tarde, em tempo de chuva, e não se tratou mais de elevar outra.

Encontrei velhos que referiram com admiração a paciência do padre à vista da destruição do ornato da igreja, em cuja construção ele tanto se empenhara.

Foi prosperando o distrito cada vez mais e já entravam a adquirir sítios membros de famílias importantes de distritos mais velhos, cujo clima ou terreno era inferior.

Assim veio da Cutia o capitão José de Camargo Pais, que havia servido de ouvidor pela lei em São Paulo no processo do músico Caetano, dramatizado pelo Dr. Paulo do Vale, com seus filhos (entre os quais o capitão-mor Floriano) e mais parentes; o padre Joaquim Duarte; o capitão Francisco de Paula Camargo; estes últimos de Itú; de Parnaíba, já esterilizados com o longo plantio do algodão, e, ao depois, capitão-mor João Francisco de Andrade, o pai do sr. José Fernandes de Oliveira e seu primo Cláudio Fernandes de Abreu e outros muitos.

Do lado de São Paulo, entre outros, o capitão Raposo, João Monteiro, alferes Antônio José de Matos, etc., etc.

De Santo Amaro, os pais do sr. Reginaldo de Moraes e outros muitos; e assim de Itú muitos; de S. João de Atibaia; de Minas Gerais muitos, e sobretudo artistas hábeis.

Entre os paulistas que se estabeleceram em Campinas em fins do século XVIII destaca-se o vulto notável de Pedro Gonçalves Meira, ituano, que tendo-se ilustrado por viagens ao sertão, e residência em Mato-Grosso (então mais adiantado do que S. Paulo) foi atraído à nascente povoação como oferecendo campo à sua atividade empreendedora.

Foi ele quem construiu o primeiro sobrado — aquele que faz esquina no pátio do Rosário e rua Direita; e então, desejando beneficiar a sua imediata vizinhança, encetou a edificação de uma igreja no lugar onde existe hoje o vasto sobrado que foi edificado pelo finado José Francisco de Paula.

Este passo ofendeu o então pároco que alegou a incompatibilidade do terreno para tal edifício por estar ainda lodoso e infiltrado d'água, vestígio do antigo brejo.

Brigou-se muito, e a-pesar-de ser Meira sogro do prestante cidadão Inácio Caetano Leme, de quem é filha a veneranda esposa do sr. Domingos Teixeira Nogueira, foi pela autoridade vedada a projetada edificação.

Meira teve a sorte de todos que inoportunamente sobressaem às mediocridades que dominam moralmente as sociedades:

Desgostos e contrariedades lhe foram proporcionados; e com grande prejuizo do progresso de Campinas, ele recolheu-se a seu sítio em Indaiatuba, e depois a Itú onde faleceu.

Convem consignar o fato que ele em Indaiatuba (então bairro de Itú, ocupou carro de passeio puxado a quatro burros, sendo este o primeiro carro de condução de pessoas de que tenho notícia de Jundiá para o interior.

Foi ele irmão de Joaquim Gonçalves Bicudo que lhe sobreveio longos anos e residia em Indaiatuba, e era notavel como tendo feito com cilindros de madeira o primeiro engenho horizontal para cana, que houve na provincia, — como versadissimo na língua indigena e mui conhecedor das virtudes das plantas medicinaes do país.

Foi ele tambem um dos últimos paulistas que foram buscar índios ao mato, a-pesar-da severissima proibição que havia.

As taipas da projetada igreja se conservaram em pé por muitos anos, e o cercado que formaram foi o primeiro cemitério de Campinas, onde foram enterrados escravos e pessoas humildes.

Os primeiros enterramentos foram feitos — primeiro na matriz provisória e no pátio em frente; — segundo, na matriz permanente e em extensão grande do pátio.

O último corpo sepultado na Matriz, o foi em 1846.

No último decênio do século de que se trata, a população do distrito e mesmo da sede da freguesia, era grande; e como as casas na sua quase totalidade (havia todavia exceções) eram de frentes estreitas, uma porta e uma janela, ou quando muito, duas; na mesma extensão de rua, cabia um número de casas sem comparação maior de que é o caso agora.

Eram poucas de taipa, e a maior parte de barrotes, e muitas eram cobertas de sapé.

Na construção, só por exceção, era o ferro empregado.

Os pregos, eram de guarantã; as fechaduras, de madeira.

Nesse tempo, o jornal de um official carpinteiro era de sessenta a oitenta réis.

Os brasileiros, e os homens do interior especialmente, tinham então maravilhosa habilidade para suprir de recursos próprios quaisquer necessidades.

Todos os sentidos estavam aperfeiçoados pela obrigação imposta de prover a si mesmo com todo o necessário.

Operações cirúrgicas, e sobretudo amputações, que o serviço da moagem da cana em engenhos verticais tornava de mui frequente necessidade, eram feitas com felicidade por vários curiosos, e especialmente pelo guarda-mor Teixeira, pai do finado Antônio Manuel Teixeira.

Os engenhos de cana eram em grande número. Já homens de posição em S. Paulo tinham ou comprado terras, ou tirado sesmaria, e as cultivavam por sócios ou administradores; e a importância do distrito forçou ao governo de conceder sua elevação aos foros de vila, o que teve lugar em 1798; apenas 26 anos depois que após extrema luta poude o distrito obter ser

paróquia, e quando realmente sua lavoura era tão limitada que os direitos chamados de Estanque foram arrematados em Jundiá por 12\$300 na primeira arrematação em 1775, em cuja ocasião serviu de fiador do arrematante Domingos da Costa Machado, português, que em segundas núpcias havia casado com D. Maria Barbosa, filha do fundador da povoação, Francisco Barreto Leme.

Este Domingos, foi pai da primeira criança batizada na pia da nova freguesia, o major Domingos da Costa Machado, de quem a viuva ainda vive, irmão paterno do major Domingos, foi José Francisco de Moraes, de quem já se falou.

Não é sem interesse notar que a morada urbana de Francisco Barreto Leme, foi a casa hoje n. 3 da rua do mesmo nome — entre as casas do major Azevedo e D. Ana de Campos Pais.

Como em Campinas nunca houve índios administrados, a língua usada era exclusivamente a portuguesa, o que não sucedia nos distritos de mais antiga ocupação, como Porto Feliz (Araritiguaba), onde de portas a dentro não se falava senão guaraní. Profundo conhecedor desta língua foi um genro de Barreto Leme, Sebastião de Sousa Pais, que morreu com cem anos, em memória de alguns que ainda vivem.

O primeiro Domingos da Costa também viveu mais de cem anos, continuando a existir depois de haver atingido tal decrepitude que era carregado em braços.

E' muito de lastimar que pela ignorância que então havia quanto às qualidades de terrenos, e pela preferência que se dava às terras roxas, embora baixas, muitos dos primeiros povoadores de Campinas ficaram tão mal arranchados que suas famílias caíram em relativa pobreza e obscuridade.

Nesses primeiros tempos, o tronco estava colocado no pátio da matriz.

Já o distrito atraía a atenção de um advogado mineiro, formado em Coimbra, Dr. José Barbosa dos Santos, que morava em casebre no pátio da matriz; teve terras de cuja propriedade a família foi esbulhada depois de sua morte; e além do que a respeito — mais adiante terei de contar dele. Ele mal escapou ser pronunciado pela morte de um ituano (Fabiano Machado) morador em chácara no caminho que vai para as Cabras, pois na véspera da pronúncia e expedição do mandado de prisão, descobriu-se que o homem fora morto pelos próprios escravos. Eu vi uma neta deste doutor a mendigar vintens pelas ruas de Campinas.

Má estréia teve, pois, aqui a advocacia.

Nesse tempo abundavam todos os animais de caça, e igualmente as onças, tendo-me contado uma senhora octogenária, que alcancei, filha de João Monteiro, que nos primitivos tempos de abertura de sítio nas margens do Atibaia, na distância de 2 léguas e meia da povoação, ouvia-se todas as noites o miar de onças.

Quando este Monteiro escolheu o terreno (que obteve por sesmaria) ele, por falta absoluta de caminho, embarcou em canoa no Atibaia no caminho das Cabras e assim foi explorando o terreno margeando o rio.

Duas espécies de pássaros, então abundantes, desapareceram do distrito, — a Anhuma que deixou recordação no nome do bairro do melhor terreno, e a Tapeuna, que era utilíssima como devoradora de insetos e pequenos reptis.

Como prova que Campinas já tinha elementos para gozar do privilégio de foro, referirei que o capitão Francisco de Paula Camargo serviu em Jundiá no cargo de juiz de orfãos, e recorda-se que tão ativo era que partia de madrugada de sua fazenda, na Ponte Alta, umas três e meia léguas além de Campinas, ao lado de Mojí-Mirim, dava audiência em Jundiá e vinha ceiar em casa.

Passarei agora a dar notícias tradicionais que se me tem referido em relação ao período que começa com a inauguração da vila de São Carlos, em 1798.

Tendo crescido assim rapidamente em importância a freguesia de Campinas, já contando mais de sessenta homens bons, aptos para os cargos públicos ou republicanos como então eram chamados, para os distinguir da massa; os seus habitantes, afinal, em data de 16 de novembro de 1797, foram atendidos pelo capitão-general — o malfadado Pilatos (Antônio Manuel de Castro Melo e Mendonça), apenas excedido nos anais paulistas, no rigor de seu desapiedado despotismo pelo presidente Tavares Bastos, que então baixou uma provisão ordenando a ereção da freguesia em vila; porem em honra de um príncipe recém-nascido e que pouco viveu, mudou o nome para São Carlos, que o município conservou até 1842, quando tornando-se a vila em cidade, se deu a esta o nome primitivo da povoação.

A provisão recebeu execução a 12 do mês de dezembro, assistindo as autoridades de Jundiá, e neste dia teve lugar a eleição dos oficiais da Câmara que deveriam entrar em exercício no dia 1.º de janeiro de 1798, e foi designado o lugar do pelourinho e da cadeia.

O lugar de primeiro juiz ordinário do novo conselho coube, e merecidamente, ao nobre capitão José de Camargo Pais

(pai do capitão-mor Floriano) que já em São Paulo havia ocupado cargos da república (linguagem de então), e como ouvidor pela lei, havia assistido ao processo do músico Caetano, cujo infortúnio foi dramatizado pelo Dr. Paulo do Vale.

Não tardou que o júbilo dos novos vilanos fosse nublado, e teve lugar um sucesso que agourou a procelosa vida que por longo tempo devia perturbar a esperada felicidade municipal.

Tratava-se de preencher o importante posto de capitão-mor. Na escolha intervinha o elemento popular, fato que estranharão muitos incuriosos sábios de hoje. O conselho mandava ao capitão-general uma lista tríplice, da qual este tirava o nome que merecia preferência.

Se alguma vez o executivo procurava e obtinha falsificar a expressão da vontade popular na organização da lista, não foi senão a antecipação de semelhante marcha em tempos de parlamentarismo constitucional.

Foi o que tentou o capitão-general, quanto à formação da primeira lista para o lugar de capitão-mor de São Carlos, e a que com um civismo (hoje difícil de encontrar) resistiu com denodada valentia o senado da Câmara.

Entre os então moradores do novo município, contava-se o sargento-mor Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, oriundo de uma nobre família dos Algarves, e pertencente a vários troncos de apurada nobresa da capitania.

Este distinto paulista era homem de grande cultivo literário, e convivera desde moço com os capitães-generais e com a melhor sociedade da capital. Residia em Jundiá (antes de sua mudança para São Carlos) onde possuía um sobrado (que depois veio a pertencer ao sr. José Pereira de Queiroz) em cujo quintal cresceu o primeiro pé de cafezeiro, conhecido a este lado de São Paulo, presente a ele do capitão-general.

Sobre o sargento-mor Raimundo queria pois o capitão-general que recaísse a eleição do conselho, a-fim que o pudesse escolher.

Com tal desejo, porem, não se importaram os distintos cidadãos que compareceram à Câmara. Já a família Teixeira Nogueira (irmãos do primeiro vigário frei Antônio), mineiros, e ocupando elevada posição social, e já casados em São Paulo, fez valer a sua popularidade, e apresentou como candidato o muito inteligente e empreendedor capitão Filipe Neri Teixeira, cujo nome com aqueles de outros dois cidadãos de menos aptidão, e com a exclusão do nome do sargento-mor Raimundo, formou a lista tríplice enviada ao governo.

O capitão-general anulou a proposta e ordenou que fosse

reformada. Isto fez a Câmara, incluindo sempre o nome do capitão Filipe, excluindo aquele do amigo de s. excia.

Continuou por algum tempo este jogo de troca de anulações e de novas propostas entre o irado capitão-general e os heróicos representantes do povo de S. Paulo, até que s. ex. pôs termo ao conflito, mandando presos para a barra de Santos os cidadãos que na ocasião ocupavam os cargos do conselho, a quem ele agregou, como maior criminoso, o presumido acessor da Câmara, o Dr. José Barbosa da Cunha (fundador do foro de Campinas), e aceitando de seus sucessores uma lista em que não vinha nem um e nem outro dos nomes que coligiram, e desta ele tirou, para capitão-mor, o capitão que foi de ordenanças em Parnaíba, João Francisco de Andrade; e nomeou para sargento-mor o cunhado deste (alferes na Cutia) e ao depois capitão-mor Floriano de Camargo Penteado.

A prisão dos membros da vereança foi de alguns meses, porem aquela do sempre encaiporado acessor, foi de dois anos e meio.

Deste advogado eu vi uma neta pedir esmolas de vintens pelas ruas de Campinas!

Serenada esta tempestade, e sob o governo mais brando do general Horta, o município continuou a prosperar e gozou de regular sossego até o começo da luta que resultou na separação do então reino do Brasil daquele de Portugal.

Poucos são os fatos a rememorar deste intervalo.

Nessa época era numerosa a população do município, devido isto ao número de agregados que os proprietários toleravam em seus terrenos, e cujos descendentes quasi todos se foram emigrando para o sertão, depois que a cultura do café abriu os olhos dos proprietários ao valor real de suas terras.

Durante anos deste período existiu um relógio de sol no pátio da igreja matriz, fato que abona muito a civilidade dos costumes dos menores, pois posteriormente nem por oito dias seria por estes respeitado um objeto desta ordem.

Pessoa fidedigna contou-me que nessa época trouxeram em rede o corpo de um caipira para ser recomendado na igreja, e depois sepultado. Descansaram o corpo à porta da igreja até vir o sacristão e o padre, quando o suposto morto voltou do letargo em que estava, e horrorizado com seu estado de sepultando correu pelo pátio afora amortalhado, como viera da roça.

Em 1812, foi o tenente-coronel Joaquim de Camargo Aranha nomeado pela Câmara, administrador das obras da nova matriz, por falecimento do capitão Filipe Neri Teixeira, o primeiro diretor.

Não faltavam nesse tempo os meios de instrução primária e secundária em S. Carlos. Os sacerdotes eram numerosos e vários deles se dedicavam ao ensino. Entre estes, primava o padre Diogo Antônio Feijó, que para cá viera de Parnaíba, e em sua chácara ensinava as humanidades e a filosofia.

A medicina e a cirurgia eram exercidas por Experientes, dos quais o primeiro lembrado era de Minas, como foram alguns de seus sucessores e por ex-ajudantes de cirurgia do exército, e licenciados do proto-medicado, algumas destas duas últimas classes como o insigne cirurgião paulista Francisco Alvares Machado, e o não menos insigne médico mineiro Cândido Gonçalves Gomide, se havendo instruído na escola anatômico-cirúrgica, então existente em São Paulo, dirigida pelo delegado do físico-mor do reino e pelos cirurgiões-mores do exército.

Tendo tocado neste assunto, seria o cúmulo da injustiça deixar de mencionar o nome do respeitável clínico Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, cujos vastos conhecimentos científicos e literários, e cujos arrojados sentimentos políticos tornaram-no uma das notabilidades brasileiras.

Filho de Santos, de lá veiu em março com seus pais, que possuíram em Campinas um engenho de cana, sendo seu pai notável pintor, cujas obras se veem na Matriz de Itú, e dificilmente seriam igualladas hoje. Pai e filho morreram em Campinas. A irmã do cirurgião Patrício empregava-se no ensino de meninas e mereceu a confiança de muitos chefes de família.

Circunstâncias especiais de seu nascimento, e a perda de seu único filho varão tornaram Patrício misântropo e monomaniaco. Em represália a um atentado imputado a ele, foi afinal assassinado em seu cafezal, encerrando assim uma existência tornada infeliz por nímia cultura intelectual, e habilitação a uma posição social superior àquela que os preconceitos da época lhe permitiam gozar.

O primeiro doutor em medicina que habitou Campinas, estabeleceu-se aqui no período a que se refere nossa crônica, e foi este o Dr. Melo Franco, homem formado em Göttingen, casado com uma senhora hanoveriana, nobre, de cujo consórcio teve vários filhos. Era este médico, filho de outro do mesmo nome, que foi médico do paço e autor de um livro sobre hygiene.

Os primeiros artistas — carapinas — ourives, seleiros, etc., eram quase todos mineiros, ou ituanos. O ofício de pedreiro se limitava ao serviço de reboco, não se empregando pedra ou ti-

jolo nas construções, e existindo mui poucas braças de ruas calçadas.

Importante melhoramento na indústria açucareira foi a introdução do maquinismo horizontal para a moagem de cana por cilindros de ferro.

O primeiro engenho deitado que trabalhou em Campinas, foi da fazenda do prestimoso lavrador Joaquim José dos Santos Camargo, que mandou vir da Baía o mestre não havendo em São Paulo quem fizesse a obra.

Em Indaiatuba já tinha havido um destes engenhos em ponto pequeno, feito por Joaquim Gonçalves Bicudo, quase o último dos paulistas dos tempos heróicos; porem os cilindros eram de pau, e por ele mesmo confeccionados.

Este Bicudo foi irmão de Pedro Gonçalves Meira. Tinha sido bandeirante; era versadíssimo no conhecimento das virtudes medicinais das plantas indígenas, e perfeito mestre da língua guaraní.

Os senhores de engenho nesse tempo tiveram em grande desprezo a cultura do cafeeiro, que reputaram ser um ramo apenas de quitanda, não obstante a boa aceitação que em pontos da província do Rio de Janeiro esta nova lavoura tinha adquirido.

Em Campinas, os primeiros pés foram plantados pelo tenente-coronel Antônio Francisco de Andrade, mas o plantio do arbusto tomou mais sérias proporções às mãos do falecido pai do sr. Barão dos Três Rios, Francisco Egídio de Sousa Aranha, a instâncias de seu sogro e tio, coronel Joaquim de Camargo Aranha.

O desfavor com que certos lavradores, então muito importantes, receberam esta cultura, influiu desastrosamente sobre a fortuna e condição social de seus descendentes, assim como fez a falta de conhecimento da qualidade das terras em relação às famílias de muitos dos primeiros povoadores.

Para o fim deste período, tratamos da época incluída do reinado de D. João VI, — fez-se a atual cadeia e paço da Câmara, cuja primitiva construção importou em 1:400\$000 sendo o encarregado o então procurador da Câmara, Bento de Abreu, precedendo à construção grande conflito quanto à escolha do lugar; um partido querendo edificá-la em terreno do conselho na rua hoje do General Osório, fazendo esquina no largo do Rosário, de cuja pretensão tiveram de retroceder.

Nos primeiros anos desse período, depois da vinda da rainha e família real ao Brasil, teve lugar a edificação de uma série de ranchos de taipa para pouso dos viandantes, desde S. Paulo até

Goiaz. Coubê um destes a Campinas, sendo situado no largo de Santa Cruz, e só mui recentemente foi demolido.

Foi uma instituição humanitária, e satisfazia necessidades da viação da época. Pelo governo, foram cedidos alguns paramentos e alfaias que haviam pertencido à Companhia de Jesús e ainda existem várias peças na sacristia da matriz, da atual paróquia da Conceição.

Durante a regência de D. João, foi que vieram a São Carlos onde se aboletou um na fazenda de cada um dos principais lavradores, os casais de ilhéus que o governo da rainha mandou vir dos Açores para ensinar processos aratórios e aperfeiçoamentos de lavoura aos proprietários paulistas!!

O único resultado prático que me consta desse tentamen civilizador, foi que os ditos casais logo ficaram senhores de bons quinhões de terras à custa dos patronos.

O governo recomendava as doações, e os proprietários, quer para se verem livres dos incômodos hóspedes preceptores, quer levados pelo espirito de docil submissão à vontade de tudo quanto é governo, foram cedendo cortes de sítios a gosto e a contento destes ilhéus. Uma qualidade teve esta gente, e foi a de custar a morrer.

Salvas raras exceções, todos ficaram nonagenários, vários eu conheci que completaram cem anos; e um, Bernardo dos Santos Carnaxildes, viveu 114 anos.

Chegamos agora à época da retirada do rei para Lisboa, inicia-se aquí uma época tormentosa na vida pública campineira, que perdurou por largos anos.

Com a efervescência do período da chamada independência, acharam-se em frente um do outro em S. Carlos, o partido Corcunda que queria a desligação dos dois reinos, mas não queria a comédia do constitucionalismo, — o partido exaltado, e que queria ser patriota por excelência, que aderiu à causa das cortes revolucionárias e ultra-liberais de Lisboa, — e o partido moderado, ao qual pertencia Feijó, os prestantes cidadãos Alferes Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme, (filho do paulista do mesmo nome de que já se tratou), major Miguel Ribeiro de Camargo, capitão Francisco de Paula Camargo, etc. Membro notavel do primeiro, foi o tenente-coronel Pedro Taques de Almeida, homem instruido, neto do grande cronista Pedro Taques, mas muito engenhoso e excêntrico.

Este cidadão teve durante alguns anos vida muito amargurada, sofrendo mil pirraças e contrariedades, acontecendo-lhe ser num domingo à tarde arrastado sobre o chão por soldados desde a sua morada, na rua Luzitana, até à cadeia, por ordem da auto-

ridade, que era o exaltado cirurgião-mor Tomaz Gonçalves Gomide.

Existe também um assento no livro mais antigo da guarda nacional de São Carlos em que na ocasião do primeiro alistamento, foi declarado que o tenente-coronel Pedro Taques não era alistado como guarda nacional, por ser indigno de fazer parte da sociedade brasileira!

Cito este revoltante escândalo para dar uma idéa do estado dos ânimos por muitos anos, a datar de 1820.

Todavia não obstante tal exacerbação de espírito e a guerra que mui diretamente lhe foi aberta, o capitão-mor Andrade não sofreu violência alguma como a quase totalidade dos capitães-mores sucedeu.

Foi ele acusado ao governo provisório; este ordenou uma sindicância confiada a pessoas amigas e ficou ele vitorioso confundindo os contrários. Teve ele um velho e constante amigo no governo, o grande paulista padre João Gonçalves Lima, vigário de Parnaíba, e padrinho do padre Feijó. Eis o que o salvou.

Durante todo o tempo decorrido entre a retirada do rei e o malgrado movimento de 1842, Campinas foi um dos principais centros de exaltação política. Aquí tinham ramificações as sociedades secretas que pululavam no império, e muito especialmente aquela dos Invisíveis que tamanha parte teve em promover os sucessos que levaram o sr. D. Pedro I a abdicar.

Não é pois, de admirar que o projeto do apelo às armas em 1842 achasse aquí muita aceitação entre os liberais, posto que o elemento saquarema e português era também bastante forte para garantir às autoridades o exercício de suas funções na povoação.

Ao governo coube a posse da vila, mas grandes forças se conservaram em várias fazendas de importantes lavradores à espera do sinal da reunião. Não poucos campineiros foram a Sorocaba incorporar-se à força principal destinada a conquistar a capital.

Resolvendo os chefes do movimento em Campinas medir suas forças com as do governo, foram reunindo seu povo no sítio conhecido pelo nome de Venda Grande, na estrada da Limeira, distante cerca de uma e meia légua de Campinas. Ali as tropas do governo prontamente as assaltaram, sem deixalhes o tempo preciso de se organizar, de modo que a vitória foi fácil e inglória. Grande atraso ao município foi a consequência imediata desta última e mal planejada manifestação da moralidade e das recordações da antiga quase independência paulista contra a centralização e a corrupção carioca democrática. Vários

chefes de família tiveram de homisiar-se por um prazo assaz longo. Outros sofreram prisão e muitos vexames, sofrendo a lavoura todos os prejuizos naturais de tal estado de cousas.

Um fato que vou relatar mostrará a brutalidade e a selvageria dos agentes do governo do Rio de Janeiro.

Comandava a mesquinha artilheria paulista no infeliz combate da Venda Grande um paulista da mais apurada nobreza — Amaral e Camargo — por nome Boaventura Soares do Amaral. Era capitão de 2.^a linha e durante anos militou nas campanhas do sul contra os castelhanos.

Melhor do que ele ninguem conhecia a impossibilidade de lutar com vantagem com o governo, porem preso por sentimentos exagerados de gratidão ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ele acudiu ao chamado deste, aceitou o comando das peças, e marchou como o paciente ao cadafalso.

Houve debandada dos provincianos, mas o capitão Boaventura não cuidava em si, — recusou abandonar seu posto, e quando se viu cercado pelo inimigo quis constituir-se prisioneiro de um official cujo camarada d'armas fora no sul, a-fim-de assim obter a garantia de sua vida. Ele ofereceu sua espada ao referido official, e o infame, rindo-se, virou as costas deixando o paulista à mercê da tropa.

Prenderam-no, e no ato propositalmente feriram-no, levando-o para a casa da antiga fazenda que era sobrado. Aí atiraram-no a uma cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio.

Infelizmente ignoro o nome do official que fez o asqueroso papel narrado, mas consta-me que morreu lazarento.

Este capitão Boaventura Soares do Amaral era homem de carater mui elevado, e um tipo de antigo paulista.

O estabelecimento do correio em Campinas data do ano de 1822, mais ou menos. Por muito tempo foi o serviço da remessa e distribuição das cartas feito gratuitamente, sendo o primeiro encarregado o benemérito brasileiro adotivo Bento José de Abreu. Passados anos, foi remunerado, porem mal, e em todo o período de que se trata era instituição muito acanhada.

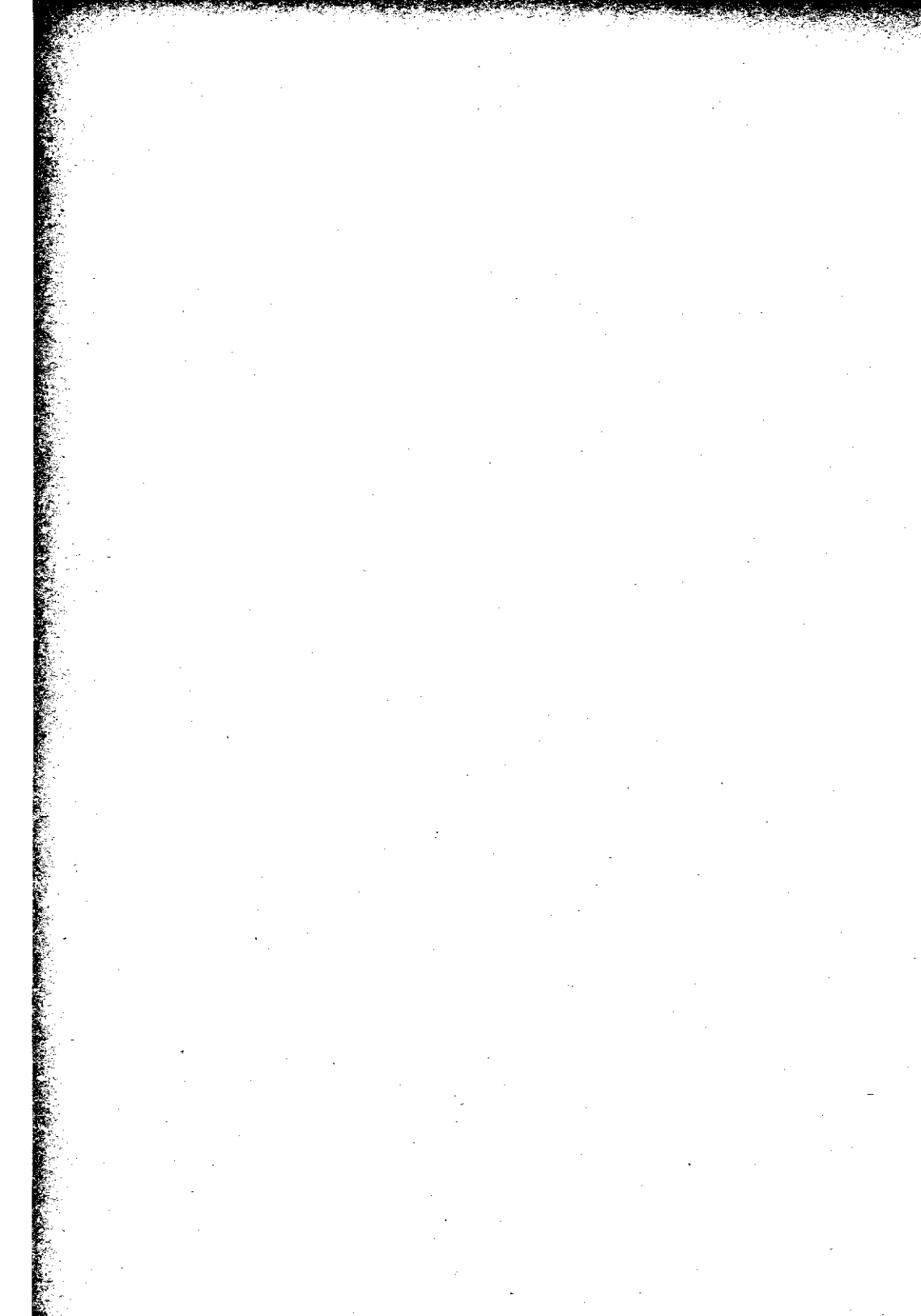
No começo, o correio não seguia em direitura para S. Paulo, mas reunia-se em Itú com o correio de Sorocaba e de lá partia.

Durante o reinado das cortes em Lisboa, quando o povo ituano exigiu ao sr. D. Pedro de Bragança a sua permanência no Brasil, como seu defensor perpétuo, e instituiu a federação das vilas, esta de São Carlos esposou a causa, cujo estandarte fora hasteado por Itú, collocando-se em opposição ao grupo-repu-

blicano português da capital, e nomeou para seu delegado no conselho das vilas coligadas o preclaro cidadão reverendo Dr. Miguel Arcanjo Ribeiro de Camargo.

Dou aqui por encerrados os apontamentos sobre o passado e o desenvolvimento deste município, que prometi. De época posterior à elevação a cidade não é conveniente ainda tocar, por ser história por demais contemporânea. Não peço desculpa pelo desalinho, e por alguma confusão na ordem cronológica que caracterizam este escrito. Não é trabalho voluntariamente feito, mas sim realizado em obediência a instância à qual não pude furtar-me de atender. Vai sem que eu pudesse rever uma única linha, pois a pressa e as atrapalhações de minha vida profissional pelo tempo que absorvem, e o cansaço que resulta, me inutilizam para quase tudo o mais que requer atenção séria e contínua.

Campinas, 29 de julho de 1879.



BANDEIRANTES NO OCIDENTE

Cônego Luiz Castanho de Almeida.

Dedico estas páginas singelas ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nas pessoas de seus Presidentes, de honra — o exmo. sr. dr. Afonso d' E. Taunay, que mas inspirou e sem o qual nada se pode escrever sobre as Bandeiras, e efetivo, o exmo. sr. dr. José Torres de Oliveira, benemérito entre os que mais o sejam no estudo e no amor às cousas paulistas; e bem assim na pessoa de seu secretário, o genealogista amavel e cultissimo conhecedor do nosso passado, dr. Carlos da Silveira.

Sorocaba, maio de 1940.

FERNÃO DIAS FALCÃO

Natural de Parnaíba, Fernão Dias era filho de Antônio de Almeida Cabral e Maria da Silva Falcão, por esta neto de Francisco Fonseca Falcão, loco-tenente da capitania vicentina, e por aquele descendente dos Leme e dos Moreira Cabral.

Veio a residir em Sorocaba, casando-se com Lucrecia Pedroso de Barros, filha do capitão-mor Tomé de Lara e Almeida e sua 1.^a mulher Maria de Almeida Pimentel. Capitão de ordenanças, sargento-mor, juiz ordinário, ei-lo, enfim, capitão-mor de Sorocaba durante 9 anos.

O governador Baltasar da Silveira mandou-o, então, crear a vila de Pitangui e aplacar os ânimos. Aí levantou o pelourinho e foi o 1.^o juiz ordinário.

Voltando a Sorocaba já maduro a tratar de sua fazenda, foi tentado pelo ocidente, sul de Mato Grosso, aonde seguiu acompanhado pelo filho Antônio de Almeida Falcão.

Este illustre sorocabano, Antônio, é de cerca de 1693, o primogênito. O segundo filho, José, que havia de fixar-se no Cuiabá, foi batizado em Sorocaba aos 9 de agosto de 1695

por frei Pascoal de Santo Estevão, sendo padrinho o parente próximo João Martins Claro, o pai dos irmãos Artur e Fernão Pais de Barros, ainda não nascidos. Em 1708 era-lhe batizado o filho Pedro (1). Em 1712 sendo padrinho Antônio, jovem bandeirante e filho, foram batizados 19 inocentes "vindos do sertão". Pascoal Moreira também trouxe escravos. Ainda em 1715 permanecia junto à sua numerosa família (10 filhos). Daí em diante perdemos-lhe o traço: é que, tanto como Pascoal Moreira, já se fizera rumo ao sul de Mato-Grosso, cremos que levando consigo Antônio e José. Em 1718, comandando 130 homens, Fernão Dias Falcão socorre a Pascoal Moreira que diz: "neste arraial do Carandá, estando eu e os mais sem pólvora, sem chumbo, sem ferramenta, sem termos nenhuma resistência e com este socorro ficamos remediados de tudo... e logo fez o dito capitão-mor as suas entradas ao gentio bravo e ficaram as minas desinfestadas... e logo foi o dito capitão-mor eleito para nos reger"... (2)

Não há dúvida que o Falcão foi o 2.º na chegada ao Coxipó, mas o primeiro nos grandes serviços que prestou.

Permanece obscuro o trecho seguinte em que o velho Pascoal Moreira relembra a eleição de Falcão para capitão-mor regente, pois entre o socorro de 1718 e aquela votação (1.º de novembro de 1720) medeou uma longa viagem de ida e volta a Sorocaba. É verdade que o bom velho escrevia em 1723, um ano antes de morrer. Estaria fraco de memória?

Fernão Dias Falcão deve ter chegado a Sorocaba no tempo em que seu amigo Antônio Antunes Maciel alcançava São Paulo, núncio da boa nova.

Sorocaba transformou-se num centro de bandeiras e povoamento.

Falcão tinha todos os requisitos de um chefe. Além disso, homem honrado. Preparou tudo, desde os escravos até os instrumentos de minerar, as cargas de sal e fazendas, as munições de boca e de guerra. Emprestou dinheiro a muita gente. Em 25 de abril de 1719 recebeu certidão da Câmara sorocabana, de como se achava em viagem para o Cuiabá, levando 40 negros entre os quais iam carpinteiros, alfaiates, ferreiros, 64\$000 em 6 arrobas de pólvora, etc. Nota curiosa: um escravo dele era barbeiro em Sorocaba, em 1714... (3)

(1) Não mencionado em Silva Leme.

(2) "Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo", t. IV, pg. 16.

(3) Livro de Batismos.

Já não era capitão-mor de Sorocaba, porem continuava todo poderoso. Só partiu depois de maio, de 1719, quando apareceu a última vez em atos paroquiais.

A gente fica pensando que o grande socorro a que se referia a memória cansada de Pascoal Moreira era este de 1719; mal se compreende que com tanta força, então, voltasse ainda a povoado o capitão-mor a buscar outra monção. E que fez daquela?

Nessa interpretação lógica, o Falcão apareceu a 1.^a vez no Coxipó em 1719 e foi levar um auxílio solicitado por Pascoal por meio de Antônio Antunes, a quem aliás, emprestou dinheiro para o acompanhar.

Assim levou um ano inteiro a limpeza dos índios, com a exploração e roças, para, a 1.^o de novembro de 1720, com pasmosa ingratidão do povo para com Pascoal Moreira, mas sobrando-lhe qualidades, ser eleito o capitão-mor regente de Cuiabá, ainda Coxipó.

Ainda uma vez tornou a povoado.

Era em 1723. Vinha visitar a família, trazer os primeiros quintos de ouro, conversar com o governador, legalizar a eleição de capitão-mor regente e organizar novo despovoamento de Sorocaba e São Paulo. Desavindo com os Lemes que o elegeram e agora tramavam com Sebastião Fernandes do Rego o serem nomeados em lugar dele, só em 27 de abril de 1724 foi nomeado por D. Rodrigo Cesar de Menezes para o cargo que merecera. Nesse interim, tinha-se passado a tragédia dos irmãos Leme, tão conhecida. Fernão trouxera cerca de 12.000\$000 em ouro para si. (1)

Depois de julho de 1724 é que o capitão-mor regente Falcão e o superintendente das minas João Antunes Maciel partiram para o Cuiabá a exercitar os importantes cargos: Dom Rodrigo, ainda nesse mês, passava ordens às Câmaras para que ninguém partisse sem apresentar-se em Camapuã aos dois chefes. (2)

Falcão levava carta de Dom Rodrigo a Pascoal Moreira Cabral.

Ano de 1725: esperava-se Dom Rodrigo, a quem as falcatruas do Juiz Godinho prendiam em São Paulo. Os paia-guás judiaram dos viajantes desse ano.

A 16 de julho de 1726 partia de Araritaguaba Dom Ro-

(1) Segundo A. d'E. Taunay, "Anais do Museu Paulista", t. VI.

(2) Arquivo Público, "Papéis Avulsos de Sorocaba".

drigo com uma grande frota de canoas, chegando a Cuiabá a 15 de novembro. E em 1.º de janeiro de 1727 era por ele erigida a vila do Bom Jesús do Cuiabá, erguendo-se o pelourinho e dando os vivas do estilo o capitão-mor Falcão.

Em 1727 e 1728 despovoou-se Cuiabá pelas brigas do governador com o ouvidor. Uns aprofundavam para o oeste — à descoberta dos parecís — outros desandavam o caminho dos rios, morrendo nos barrancos, de fome ou às mãos dos paiaguás. Houve até intervenção sobrenatural numa custódia da igreja, onde estava exposto o Santíssimo, a qual por si se voltou, segundo a piedosa tradição. É o ano do roubo das 5 arrobas de ouro dos quintos reais, transformadas em chumbo. O ano seguinte é o da chegada da imagem do Bom Jesús, feita em Sorocaba. E o cronista não se referiu mais a Falcão. É incrível como lhe não pode ao menos mencionar o ano da morte, escrevendo tão próximo dos fatos.

Segundo Silva Leme, em 1738 era o Falcão inventariado em Sorocaba. E segundo uma informação do padre Pedro Domingues Pais, no 1.º livro do Tombo em 1747, o Fernão ausentara-se para o Cuiabá, "onde morreu com alguns bens". A viúva, conforme o genealogista, aturou até 1760, em Sorocaba.

O capitão-mor Falcão era protetor da capela de Nossa Senhora da Conceição, de Brás Teves, demolida antes de 1700, na foz do Sarapuí no Sorocaba. E como juiz de orfãos, resíduos e ausentes, emprestou aos bandeirantes em viagem para o Cuiabá os 425\$000 daquele patrimônio. (1)

Silva Leme tem razão para dizer que o inventário foi em Sorocaba. A lista de inventários processados no Cuiabá desde 1735 não contem o nome de Falcão. (2)

Dom Antônio Rolim de Moura, 1.º governador mato-grossense, escrevera ao provedor dos defuntos e ausentes do Cuiabá que suspendesse o pagamento das esmolas e sufrágios deixados em testamento por Fernão Dias Falcão. Alguem reclamou à Corte e em 1753 o secretário Diogo de

(1) Cf. "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo", 1938, art. de nossa autoria.

(2) "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de Mato-Grosso", t. 25-28.

Mendonça Corte Real ordenava ao governador que deixasse cumprir as disposições do testamento.

O Rolim de Moura obedeceu, mas justificou a medida anterior, dizendo que as esmolas eram em restituição pela escravização dos índios e que o confessor, não sabendo a quem dirigir as esmolas por eles não serem vivos, resolvera que ficava bem deixá-las a usos pios. O Rolim fazia-se Teólogo, dizendo que ainda haveria, na aldeia de Santa Ana, descendentes dos índios lesados por Falcão em sua liberdade. A pendência mostra-nos, contudo, José Pais Falcão assistindo à morte do pai e ouvindo-lhe dos lábios que nunca escravizasse índios e nem os procurasse, "porque o que com eles havia praticado era o que maior pendor lhe fazia na consciência". "Este homem, diz dom Antônio, fez muitas entradas ao sertão, e muita parte delas ou todas no distrito do Cuiabá, fazendo nestas entradas as violências e roubos que nelas praticam os sertanistas". É o que se pode ver na *Rev. do Inst. Hist. de Mato-Grosso*, pág. 138, tomos 25 a 28, sobre o fim melancólico de Falcão.

A primeira geração dos descendentes de Fernão Dias Falcão conta com José Pais Falcão, sorocabano, proprietário do engenho e Lavras dos Cocais, tronco de ilustres famílias matogrossenses, e que em 1763 auxiliara com 30 homens armados o conde de Azambuja ameaçado pelos espanhóis na fronteira; com Antônio de Almeida Falcão, que após haver acompanhado o pai nos primeiros tempos do Cuiabá tornou a Sorocaba e em 1753, aos 75 anos de idade, levou por terra os marcos da comissão de limites às Sete Quedas, e deixou entre outros um filho que também esteve em Cuiabá; com Tomé de Lara, Pedro e Fernando, falecidos estes dois últimos no Cuiabá; com Gertrudes de Almeida, casada com Matias de Madureira, tronco dos capitães-mores Madureira, padre Manuel de Madureira S. J., dr. Cláudio de Sousa, etc., podendo consultar-se o 2.º tomo da Genealogia de Silva Leme.

Infelizmente não se conservou tradição do lugar em que residiu em Sorocaba a família de Falcão, tendo nós apenas a certeza de que possuiu terras muito próximas aos Moreira Cabral, se é que não eram as mesmas (por compra) e que passaram aos Madureiras no Itapeva (com a capela do Pópulo) e campos de criar junto ao Ipanema, isto documentado por um esfacelado 1.º livro de Notas.

PASCOAL MOREIRA CABRAL

Infância de Pascoal Moreira Cabral

Em 1655 (1) veio à luz do mundo, no território que seria em 1661 o termo da vila de Sorocaba, um menino que havia de trazer muito acrescentamento à coroa restaurada dos Braganças, e cujo nome, em tudo igual ao do pai, ficaria indelevelmente unido à história do Brasil na expansão para oeste, sobrepujando o primeiro Pascoal Moreira Cabral, também bandeirante de prol, mas fixado nas fraldas do Ipanema, o ponto mais avançado do povoamento ao ocidente de Piratininga.

Após as duas tentativas de povoação, no Araçoiaba, em 1599 e no Itavovú em 1611, graças a Dom Francisco de Sousa, antes governador-geral do Brasil na Baía, depois governador da Repartição do Sul no Rio, um núcleo de autênticos bandeirantes, de Parnaíba e de São Paulo com passagem em Parnaíba, veio levantar suas casas de morada na paragem do Sorocaba, que o seu instinto geográfico percebera ser o melhor centro de entradas para o oeste misterioso e o sul, por onde a maioria deles havia passado nas jornadas que culminaram com a destruição do Guairá, em 1630.

Entre os povoadores vindos então ou talvez já anteriormente, estava Brás Teves, o primeiro vizinho mais próximo de Baltasar, com uma casa de morada sete léguas para o ocidente, na foz do Sarapuí com o Sorocaba. O capitão Brás Esteves Leme, em nome mais comprido, era legítimo mameluco, filho natural de pai homônimo, da brilhante estirpe dos Lemes, e de uma índia, o qual morrera em 1636 no Jaraguá, donde extraiu muito ouro. Dai que o motivo de sua mudança para o sudoeste do Araçoiaba seria a sede do ouro e de minas, porém já em aliança com a pecuária e a lavoura, elementos fixadores. Não esqueçamos o número de escravos carijós necessários a essa triplíce empresa, os quais o audaz mameluco fora caçar com as suas próprias mãos no recôndito das selvas.

Ao invés do pai, o nosso Brás Teves tinha esposa legítima, Antônia Dias e, à imitação do pai, 14 filhos de escravas índias — era o João Ramalho de Sorocaba.

Sua 5.^a filha legítima, dona Mariana Leme, casara-se com

(1) Data deduzida do falecimento, com 70 anos de idade, em 1725: é aproximação.

o coronel Pascoal Moreira Cabral em Parnaíba, onde moravam os pais deste, Pedro Álvares Moreira Cabral e Sebastiana Fernandes, filha reconhecida de André Fernandes; ou em São Paulo, segundo o nascimento dos primeiros filhos que o genealogista Silva Leme julga paulistanos. Aproximadamente em 1649.

Infelizmente só se tem a certeza da existência de Brás Teves em Sorocaba a 21 de abril de 1660, embora se saiba com deduções adotadas por Silva Leme que em 1654 vieram com Baltasar os seus genros, entre os quais outro vizinho de Brás Teves, Diogo Mendonça do Rego, e, em segundo lugar, existem estas duas afirmações no Livro do Tombo: "que Brás Teves era dos primeiros povoadores e que estes vieram em 1646, "corenta e seis".

Donde a afirmação com que iniciamos esta biografia não possuir umã prova peremptória como um argumento matemático, mas uma base sólida moralmente, o máximo de verdade que possa obter-se. Aos mais escrupulosos concederemos de boa mente que Pascoal podia ter vindo com cerca de três anos de idade, já andando, à terra em que atingiu o uso da razão.

Onde, se não na fazenda de Brás Teves, no Sarapuí, nasceu ou veio morar pequenino o nosso herói? Os pais mudaram-se para a fazenda do Itapeva, rio acima, antes de 1679, ano em que fundaram, aí nessas matas do Itupararanga, a capela de Nossa Senhora del Pópulo. Como, porem, esse mesmo ano é o da morte de Brás Teves e o início do desbarato de sua capela da Conceição, é razoavel que seja também o da mudança da 2.^a geração para o Itapeva. Idade da capela, idade da casa grande.

Ora, aquela fazenda do Sarapuí veio depois a fazer parte do município de Tatuí, creado em 1844; porisso, ao desenharmos as armas dessa cidade em 1925, o historiador das Bandeiras lembrou, num escudete com as armas de Cuiabá, (1) a vida do menino que depois haveria de ser o descobridor daquelas minas.

A infância de Pascoal, cujo batismo só pode ter ficado nos livros de São Paulo (2) ou de Parnaíba, embora nada

(1) "Anais do Museu Paulista", t. VII, pág. 487 e seg.

(2) Procuramos, durante três horas, no livro correspondente a 1655, existente no Arquivo da Cúria Metropolitana, em S. Paulo; o fracasso foi completo, mas os técnicos de livros desbotados e antigos — e os há nequela instituição, não disseram a última palavra.

impedisse que um sacerdote viesse à fazenda *per transenam* antes da criação da freguesia sorocabana, passou-a, portanto, nestes dilatados campos belíssimos, de águas tão puras, tapetados de relva e semeados, como canteiros de imenso jardim, da palmeira que os índios denominaram indaiá, colinas muito suaves, balizadas ao oriente pela serra do Itapeva (depois São Francisco) e interrompidas a meio pelo Araçoiaba, ponto de referência avistado desde a serra de Ibiticatú, caminho do Guairá.

Com 30 casais em 1661, casa da Câmara, igreja de Nossa Senhora da Ponte e dois padres beneditinos construindo o seu convento, Sorocaba era bem um oásis de vida civilizada na solidão e já começava a atrair viajantes, com a mira nos currais de gado e nos negócios das entradas em que o pobre carijó descido das selvas era a mercadoria.

Pascoal aprendeu a ler e a escrever, ou em casa, ou com um dos padres beneditinos que por contrato deviam dar aulas de latim e cantochão aos infantes de Sorocaba, alumniados pela instrução, quando o reinado das trevas já havia um século era combatido pelos jesuítas, primeiros mestres-escola do Brasil.

Que a sua gente era possuída de bons sentimentos cristãos nem se duvida, para lhos instilar na alminha tenra: o avô materno, Brás Teves, fundara na barra do Sarapuí o templo mais entrado para o sertão naquela época, em honra da Conceição, padroeira lusitana; o avô paterno era genro do padroeiro fundador de Santana de Parnaíba, André Fernandes, e o pai viria a fundar Nossa Senhora do Pópulo no Itapeva. O título do Pópulo, único em toda a extensão do Brasil, era talvez uma herança de família, alguma imagem presenteada por um religioso amigo, que de Roma teria trazido uma cópia.

Será preciso dizer que o meio influiu na formação do nosso bandeirante? Esse rio grosso de águas e tranquilo no seu deslizar para o poente, que ele via todas as horas frente ao terreiro da fazenda de Brás Teves, era o mesmo que murmurava um convite sob a ponte na vila sorocabana, e uma e duas léguas atrás furava em ribombar solene o granito de Itupararanga sob as florestas seculares. E se já o conhecia em três pontos, porque não ouvir-lhe a voz cantante que dizia: vem! Que digo? Quanta vez não lhe passaram sob os olhos canoas vindas da embocadura no Tietê! Imaginar-se pode a alegria com que um dia alcançou em canoa esse gran-

de rio que podia ter conhecido em Itú ou Parnaíba, na visita aos parentes Fernandes ou Moreira.

O infinito ondulado dos campos a seguir sempre para o sudoeste, e onde já passavam as primeiras boiadas, abertos e convidativos, era uma atração para os sonhos do adolescente.

Havia também a voz do sangue, Leme e Cabral pela raça portuguesa, e o guarani muito próximo, da avó paterna e bisavó, mãe da avó materna, e do sexto avô, Tibiriçá.

A voz do Oeste

Em 1697 tem Pascoal Moreira Cabral, o filho, 24 anos de idade e já fizera mais de uma viagem ao interior, aprendendo, traquejando-se. Morreu Brás Teves. Do terreiro limpo da nova capela do Pópulo abre-se-lhe diante um panorama esplêndido: a vila de Nossa Senhora da Ponte, o Aragoiaba, à esquerda deste os ramos longínquos da Ibiticatú, à direita e ao fundo o vale do Tietê. Recorda-se das viagens anteriores, coordena as notícias dispersas ouvidas de velhos sertanistas e dos servos carijós, traça roteiro na mente, no chão, no papel. E parte mais uma vez.

É a hora da mocidade. O velho ficaria tocando o seu pequeno povo de carijós a plantar a mandioca e o milho e o algodão e a criar o gado na campanha reiuana, onde as lagoas do Tinga e do Ipatinga estavam a espelhar o azul do céu, quando o não cortavam níveas garças. Já próximo ao crepúsculo, os pensamentos se lhe carregam de eternidade. Relembra as correrias do Sertão, mal necessário. E faz testamento. Deixa a sua capela o patrimônio de dois casais de escravos, com uma condição, porem: não os botassem ao sertão.

De 1680 a 1690, voltamos ao Cabral filho, gente de Parnaíba e Sorocaba e São Paulo faz assento fixo nas margens do Miranda, sul do atual Mato-Grosso, fronteiras com os castelhanos do Paraguai.

Com que fim? Para a escravização do gentio e para comerciar de contrabando com os vizinhos espanhóis. Esta última suposição é confirmada pelo pedido que em 1688 fizeram a El-Rei os moradores de Sorocaba, para uma entrada na Vacaria, entreposto comercial com os castelhanos, o que lhes foi negado, até melhor informação. O ouvidor do Rio,

Tomé de Almeida Oliveira, havia inculcado aos sorocabanos o proveito que tirariam comerciando com Xerez e Vila-Rica, falando até em recompensas régias, o que lhe foi estranhado. (1). Consequência deste comércio contínuo, viria fatalmente um povoado: ainda em 27 de outubro de 1694 iria parar às mãos do secretário de Estado um papel anônimo demonstrando as conveniências de fundar-se povoação no sítio já chamado dos Paulistas, entre o Paraná e o Paraguai, para completar a recente fundação da Colônia do Sacramento. Só em outubro do ano seguinte, o Conselho Ultramarino opinou contra essa oportunidade, negando semelhança com os motivos que levaram o Governo à fundação da Colônia, defensável por mar. Não há dúvida que se trata, se não do mesmo lugarejo e ranchos sobre o Miranda, ao menos de uma expansão extra-oficial para o oeste em direção que por pouco não desceu até à atual Entre-Rios, movimento no qual *pars magna* foi Pascoal Moreira Cabral, pouco tempo antes. Quase um século depois, dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão compreenderia, enfim, a razão dos paulistas em fortificarem-se naquelas bandas, ordenando a fundação do Iguatemi e a reabertura de uma estrada seguindo as passadas, ainda ecoantes de glória, dos avós bandeirantes. Era tarde, um decreto não crea um espírito novo e com homens acorrentados não se recuam meridianos. Passou-se ainda um século e a democracia de Pedro II, nessas mesmas solidões onde o guia Lopes era rei, sofria a invasão dos filhos e netos dos castelhanos e guaranis republicanos; não porem, sem escreverem-se com o sangue páginas imortais que revivem a Grécia e não desmentem as virtudes da raça de gigantes.

Quando se pergunta qual mérito seria maior em Pascoal Moreira, se a fixação dos castelhanos à distância, 10 anos seguidos, se a descoberta do Cuiabá, a resposta é que em ambos os eventos ele serviu como poucos à sua Pátria.

Era, aliás, uma resistência continuada desde a destruição do Guairá, num mesmo sentido, que aqueles paulistas simples não compreendiam de todo: a fixação dos limites pelos fatos, gerando um futuro *Uti possidetis* para os tratados definitivos. Rechassados do atual Paraná em 1629, ficam

(1) "Documentos Interessantes", v. 53, pág. 38; idem, pág. 47, documentação valiosa devida a Basílio de Magalhães.

os zelosos sacerdotes no atual sul-mato-grossense, fundando as reduções dos Itatins, já em novembro de 1648 atacados pelos "portugueses de San Pablo". Nessa mesma ocasião André Fernandes, bisavô de Pascoal, já entrado em anos, ameaçava Talavera e o governador de Vila Rica (a do Paraguai) sugeria ao de Assunção a troca de jesuitas por franciscanos, mais estimados pelos paulistas. Na ação contra a aldeia de Boiboi dos Itatins, e já referida, morreu o jesuita Alonso Arias com 12 pobres índios. E outro padre dizia, contando o ataque, que o "duque de Bragança fez a Tavares (Antônio Raposo) mestre-de-campo para conquistar estas terras e fazer passo para o Perú e que vem agora com muita gente", e que André Fernandes tomava o rumo de Maracajú com pequena escolta.

Eram apenas 180, entre brancos e tupis os atacantes de Boiboi, entre os quais três castelhanos moradores em São Paulo. Diogo de Escobar Osório, governador da Assunção, reuniu gente armada para contra-atacar os portugueses e escrevia ao "mestre-de-campo, cabo ou que fosse" que não devia fazer guerra a pacíficos vizinhos, e cristãos, e se tivera alguma queixa contra alguém, a comunicasse a ele, governador, que em último caso recorreria às armas.

Ainda em 1676 os paulistas de Francisco Xavier Pedroso haviam saqueado Vila Rica del Espírito Santo, mas don Juan Andino, governador paraguaio, saiu-lhes em perseguição, rehavendo 40 das famílias apresadas. O abade Maserati, embaixador espanhol em Portugal, reclamou em vão à Corte Bragantina, cujo Príncipe, aliás, se achava caçando em Salvaterra. Voltaram os castelhanos a insinuar que Roque da Costa, governador-geral, viesse a São Paulo castigar os insolentes. Que aliás, preparavam 900 homens brancos e 4000 tupis para nova investida e, assim, mais uma vez as armas concedidas aos índios e entregues lhes voltavam às mãos, em legitima defesa. (1)

Era exagero: preparava-se oficialmente a fundação da Colônia e chegou-se a proibir os paulistas fazerem entradas, para aumentarem o exército de Manuel Lobo. As intenções deste também foram encobertas até a última hora, parecia

(1) Estamo-nos abeberando em A. d'E. Taunay, "Anais do Museu Paulista", t. V.

que descesse a fundar uma povoação no interior. Informações de sumo interesse levou-as ao governador paraguaio, em outubro de 1679, João de Peralta. Este fora trazido da Vila Rica, destruída em 1632, ainda criança de peito. Agora criminoso em São Paulo, resolvera fazer como João de Mongelos, voltar à pátria. Para isso embarcara-se na Candelária (Itú) em março, numa das seis canoas que vieram trazer munições e víveres aos mamelucos, que tinham suas roças no distrito da despovoada Gerez. Sabia que em 1678 tinham saído de S. Paulo para "maloquear" índios Francisco Pedroso, que já estava alem-Paraguai, Antônio Antunes e Manuel de Campos com poucos índios (poucos, acrescentamos, porque D. Manuel Lobo lá estava precisando deles). O Peralta não chegou ao reduto do Gerez, mas escapando-se com um filho de 21 anos, outro de 14 e outro de 7 e passando pela última Vila Rica despovoada desde 1676, atingira Assunção, com cartas de Amaro Gauto espanhol e Francisco Barbosa de Abreu. Fugia à morte o mísero e levava cicatrizes; e os filhos, paulistas de nascimento, seguiam-lhe a sorte, com os pés sangrando e a roupinha em trapos. De tudo o que (graças à economia de A. de Taunay que, com uma verba diminuta, fez copiar esses documentos) se depreende um fato importantíssimo: os portugueses de São Paulo (incluídos os parnaibanos e sorocabanos) mantinham já em 1679 e, certo, algum tempo antes, um arraial onde obrigatoriamente se reuniam para plantar, colher e receber "refrescos" (auxílios todos os anos) no lugar onde foi Gerez, sobre o Mboteteu, hoje Miranda.

Era o centro das correrias, que faziam até Santa Cruz de la Sierra. Aí operou em cerca de 10 anos o nosso então jovem Pascoal Moreira Cabral. Na sua luta contra os jesuitas achavam aliados nos castelhanos muitas vezes; no contrabando, por que não? Por esse lado, sempre tiveram fronteiras abertas o Brasil e o Paraguai. O próprio Peralta diz que Alonso de Vilalva tangia gado de Vila Rica (onde crescera o número dele) a vender a Gerez. Negociava-se também em bestas, tabaco e erva-mate, que foi vício no planalto antes do café. E vinham moedas de prata castelhanas, sempre apreciadas até sob D. João VI.

Em 1675 o ouvidor do Rio, Pedro de Unhão, prendera Juan de Mangelos, "castelhano de nação", que falsificara moedas com cunho falso. Talvez perdoado por D. Manuel Lobo para ir à Colônia, preferira o Mangelos sertanizar e, segundo D. Luiz Antônio de Sousa, se passara para o Para-

guai pelo Avinheima e Iguatemi. Data dessa ocasião, cerca de 1682, o famoso episódio de Pedro Leme da Silva, o torto, que nas campanhas da Vacaria desabusou um chefe castelhano. Sendo Pedro Leme morador em Sorocaba é possível que o arraial onde rastou o papel desbragadamente e ripostou ao inimigo fosse o mesmo de seu parente Pascoal Moreira. A data de 1678 combina melhor com a estadia de Pedro Leme anteriormente em 1679 e 1680 e março de 1682 na vila sorocabana. Chefiavam aquela célebre bandeira os moradores de Sorocaba Brás Mendes e Pedro Domingues Pais, aquele como imediato, na opinião de Taunay, o que deve ser confirmado pela idade de ambos, sendo muito jovem o Mendes. A existência deste em Sorocaba, assinando em 1677 um papel sobre catequese de índios, um papel que encontramos avulso no Arquivo Público do Estado, confirma o milésimo preferido de 1678, ao passo que reafirma o ideal dos bandeirantes na Vacaria: descer selvagens, que o padre Antônio Barreto de Lima, ainda não vigário doutrinava e pedia, porisso, à Câmara 2\$000 *per capita*.

É bem certo que todos esses dados esparsos receberam um acréscimo definitivo, quando, com a continuação da cópia dos documentos espanhóis de Sevilha, pode o dr. A. de Taunay afirmar a existência por bem dez anos, e localizada às margens do Miranda desse entrincheiramento levantado pelas bandeiras do oeste, e no qual, com o velho André de Zuniga, aparece o nosso Pascoal Moreira Cabral. Foi uma revelação, nesse sentido que a ação bandeirante de Pascoal ganhou 40 anos de lutas e glórias, tanto como ganhou a história do *Uti possidetis* escrita não no papel mas no solo conquistado.

A presença de André de Zuniga, já velho, nesses lugares, veio por em relevo um, até então, soldado desconhecido do bandeirismo. O nome Zuniga e a procedência parnaibana e sorocabana da gente que desde 1676 talou o atual sul de Mato-Grosso, acarreta outra interessante conclusão: nalguns dos homens é a voz do sangue que os chama para essas regiões donde vieram os avós castelhanos, segundo Taques sempre confirmado pelos novos documentos, entre 1630 e 1634, com passagem e parada pela Vacaria. Aliás o próprio Baltasar Fernandes, numa dessas entradas, casara-se em 2.as núpcias com a guairenha Maria de Zuniga. André de Zuniga, neto e genro do Fundador, norteava as atividades daquele pugilo de valentes para o velho caminho do Guairá.

Na impossibilidade de uma estatística minuciosa, con-

tentamo-nos com a mais que provavel predominância dos moradores de Sorocaba nestas correrias, enquanto os de Itú, Parnaíba, e S. Paulo com os de Mogi e Taubaté começam a ser atraídos para as Minas Gerais e, depois, os Goiazes. Os próprios parnaibanos como eram os Sutil, Falcão e Moreira, transplantados para Sorocaba, renovam energias e aqui fazem a base, o centro da expansão para o oeste.

Falamos em caminhos.

Havia dois: o do Tietê, e o do Paranapanema, o do Tietê começando em Ararituaba, descia o Amhembí e o Paraná e subia o Pardo, se se tratava da Vacaria, ou continuava ao salto do Guairá e até subia o Paranapanema, antes da destruição do Guairá. A gente de Sorocaba preferiu muitas vezes atingir o Tietê pelo rio Sorocaba que só tinha uma cachoeira e era margeado por algu'as matas onde abundavam os paus para canoas. O Paranapanema era atingido com 14 ou 15 dias de caminho de terra, pela serra de Botucatú, e descendo o rio em embarcações e subindo o Paraná para alcançar a Vacaria. Não há a menor dúvida de que esta jornada foi a preferida desde que houve reduções até no Paranapanema. É o velho peabirú, caminho pre-colonial dos guaranis do Paraguai aos tupis do litoral e um ramo dele alcançava o de Cananéia aos campos de Curitiba e cabeceiras do Iguassú. Quem subir com um bom óculo de alcance ao Araçoiaba pode ver *in-loco* a veracidade desse asserto. O mapa será outro adminiculo, mas prenotando-se que até o ponto de embarque no Paranapanema se pode caminhar pelos campos (atualmente de Sorocaba, Itapetininga, Guareí, Angatuba, Bonsucesso, Avaré, e, após algum trecho de matas os Campos Novos).

As expedições de há um século, do barão de Antonina, concluíram pela praticabilidade da navegação do Paranapanema. A publicação recente de um precioso inédito de Teodoro Sampaio traz-nos algo de pessimismo, pelas maiores dificuldades encontradas pelo saudoso engenheiro, historiador e tupinólogo. Mas as documentações são unânimes a respeito dessa via de penetração, e não era menos difícil o Tietê.

A-pesar-de já usado o caminho do Tietê neste fim de século 17 que estudamos, ele teve a preferência, contudo, quando já não eram simples entradas, mas as enormes monções do Cuiabá, fazendo de Ararituaba um dos lugares mais sagrados da Pátria.

Escravidão e mineração

O 1.º livro de batismos de carijós de Sorocaba trouxe-nos agradável *confirmatur* de cor local aos estudos em que Tournay tanto se elevou. Chamou-nos logo a atenção a nomenclatura dos donos de escravos vermelhos, todos bandeirantes de nomes conhecidos. Em seguida, o número de adultos trazidos a batismo num só dia. Enfim, as datas. Exatamente a década 1684-1694.

Dai em diante, rareiam os adultos descidos da mata. Um ou outro reaparece em 1700 e poucos, e, enfim, em 1730 e tantos, reflexo das lutas contra os paiaguás.

Note-se, porém, que o ano de 1684 é o de maior resultado para os bandeirantes da Vacaria. Em janeiro de 1685, após o necessário preparo doutrinal, foram batizadas as maiores turmas de 30 a 50. André de Zuniga, o mais feliz, fizera a sua última caçada, é o que apresenta 53 adultos e crianças filhas destes numa só vez. O sertanista entregou a alma a Deus aos 3 de janeiro de 1687.

Imediatamente em número, Diogo Domingues Vidigal é o sertanista mais rico, pois no dia seguinte, 1.º de fevereiro, batizou 31 peças. Equivalente a ele, só o cap.-mor Martin Garcia Lumbria. Estes são, na aparência, os chefes da expedição.

Porquanto nesse mesmo ano aparecem outros batismos de infiéis, mas em número escasso, três ou quatro, de Brás Domingues Vidigal, Manuel Bueno da Fonseca, Domingos Ribeiro, Gonçalo Freire de Andrade, Gaspar Afonso, Henrique da Cunha Bueno, Pascoal Moreira Cabral, o velho, etc. Nem todos estes precisariam ter ido ao sertão, evidentemente.

Não parece provável a ida do velho Pascoal.

Quanto à estadia do 2.º Pascoal no Miranda a ser confirmada pelos livros paroquiais, aparece claramente como dono de escravos trazidos à pia, com o distintivo, "o moço", porém não como grande proprietário de servos, mas de uma dezena, no máximo. Isso explica-se por não ser ele um fazendeiro dono de casa (era solteiro) e também por que não era o chefe das entradas. Temos o direito de opinar que, já então, se preocupasse mais com a mineração, enquanto os outros encorrentavam índios; porque o pai se interessava por minas, e ainda se vê hoje, no Itapeva, o grande poço para exploração da prata, visitado em 1803 por Martin Francisco.

Nos anos seguintes diminue a "extração". Já se fora o tempo em que o dote de casamento para a filha do bandeir-

rante eram 100 peças! cada uma no valor de 100 patações! Anotemos alguns nomes de senhores: Fernão Pais de Barros, Antônio de Oliveira Falcão, Salvador Moreira, Diogo Domingues de Faria, Antônio de Sousa Brandão, João Leme da Silva, Antônio Dias (a viuva de Brás Teves), José Bernardes, Manuel Pereira Pavão...

Com este último hospedou-se em 1688 o padre Belchior de Pontes, S. J. batizando-lhe alguns adultos em missão, e rebatizando um, que na ocasião do batismo primeiro não estava bem doutrinado.

Era vigário dessa gente toda o padre Pedro de Godói da Silva, tipo de vigário bandeirante, que em 1679 sucedera ao 1.º pároco João de Rochas Pedroso, irmão do primeiro capitão-mor sorocabano. Succeder-lhe-ia em 1692 o pe. Barreto de Lima, ex-catequista e, pois, talvez versado no tupi.

Alguns dos indígenas tiveram a menção da origem: "da Aldeia-nova", coisa muito vaga, na verdade, mas porque não significaria o arraial do Miranda?

A 25 de julho de 1683 o nosso Pascoal Moreira rendeu o tributo que toda a gente pagava então, à natureza, trazendo à pia o filho Francisco, apadrinhado pelo primo Pedro Álvares Moreira. Filho de uma serva da casa de seu pai. E, enfim, a 19 de novembro de 1691 foi batizado José, outro filho dele e uma serva. Esses dois extremos mostram, digamos ainda uma vez, que Pascoal Moreira e os sorocabanos não moravam continuamente na Vacaria, aonde iam quase todos os anos, como, mais tarde, seus netos iriam todos os anos ao Viamão, no tempo das feiras.

Em 5 de novembro de 1690 faleceu o cel. Pascoal Moreira Cabral, após receber os últimos sacramentos. Foi enterrado na capela-mor de São Bento, frente à porta da sacristia. O irmão, o alcaide-mor Jacinto, jazia na mesma capela, da banda do Evangelho, desde 3 de fevereiro do mesmo ano.

Agora Pascoal Moreira Cabral pensa em constituir família. Foi buscar esposa a Itú, onde se consorciou com Isabel de Siqueira Cortes, parnaibana, em 1729, segundo o genealogista Silva Leme; Moreira de Godói segundo o Arquivo Paroquial.

E antes de passarmos a outro capítulo devemos ainda lembrar outra bandeira sorocabana agindo nos campos da Vacaria. Estamos ainda em 1680: Antônio Jerônimo Ferraz de Araujo, Gabriel Antunes e André de Frias subiram o Paraguai, atravessando-o na direção dos Chiquitos, Santa

Cruz de la Sierra. Os castelhanos resistem e matam quase todos os paulistas, escapando o Antunes que foi levado em ferros a Assunção, e Jerônimo que, voltando a Sorocaba, não quis saber de sertão.

Jerônimo era paulistano, os pais moravam em Cotia, e ele casou-se em Sorocaba aos 8 de outubro de 1684 com Maria Riquelme de Gusmão, filha de André de Zuniga.

Há uma certa confusão nas datas e Taunay julga que se trata de uma das 24 bandeiras capitaneadas por Manuel de Campos Bicudo. Jerônimo foi homem de governo em sua terra adotiva. Era sobrinho de um abade beneditino de S. Paulo. Faleceu a 13 de junho de 1736.

Francisco Dias Mainardi é outro morador de Sorocaba que deixou seu nome na Vacaria, cerca de 1680, e descendentes em Sorocaba, entre os quais João Dias Mainardi, 1.º filho.

Pascoal Moreira, casado, não voltaria tão cedo ao sertão. Silva Leme descobriu apenas um filho, o 3.º Pascoal, e que viria a ser genro de Bernardo Antunes de Moura; com o último descendente Bernardo de Moura, cerca de 1760 em Sorocaba. Porém a 1.ª filha foi Mariana, batizada a 29 de março de 1693. Outra filha.....foi batizada a 26 de março de 1694, e Maria, a 26 de julho de 1700.

Depois perdemo-lo de vista. A ausência vai até 1710, onde aparece como padrinho. Em 20 de julho de 1712 batizasse-lhe o filho Tomé, que o tio Tomé Moreira batizou em casa em perigo de vida.

Em 1715 apadrinhou um casamento. Enfim, em 1716 é a partida definitiva para a descoberta do Cuiabá.

Nesse interregno, os livros paroquiais nos autorizam uma ou outra entrada no sertão. E em autoridade já impressa, por eles confirmada, temos a bandeira do capitão Salvador Moreira, morador de Parnaíba, que a 28 de julho de 1690 estava no arraial da Vacaria e o escrivão Antônio Álvares Maciel lhe fez um auto de como o capitão Brás Moreira, de Sorocaba, se revoltara contra o chefe e parente, prometendo-lhe dar contas só em povoado de dois negros (índios) que votara à bandeira por línguas. Está em letras de forma tudo isso no tomo 24 de *Inventários e Testamentos*, e aí vem a 1.ª vez (acaso) empregada a palavra bandeira. 1690. O capitão Braz era irmão de Pascoal, e em 1692 apareceu com 15 escravos à pia, em Sorocaba. Muitos homens de Sorocaba estavam nessa bandeira.

Em 1698 há a tentativa oficial de Gaspar de Godói Co-

laço, à qual Taunay ajunta a de Amaro Fernandes Gauto, morador de Itú e castelhano. Em 3 de março de 1698 recebera Gaspar — criminoso de morte — o perdão tácito com a patente de tenente-general da jornada da Vacaria, e com o fito de descobrir minas de prata. A 1.º de junho de 1698 partia a expedição por um dos dois caminhos já conhecidos e esteve no Maracajú.

É interessante notar como, antes de assinar essa provisão, estivera Artur de Sá e Menezes em fevereiro em Sorocaba, hospedado em casa do capitão-mor Tomé de Lara e Almeida, irmão aliás de Lourenço Caetano Taques, o moço, que o aposentava em São Paulo, ambos da facção dos Pires, e ambos hospedeiros também do bispo Dom Alarcão, em 1684. É evidente que o governador procurava reforço de gente prática daqueles sertões. Diogo de Almeida Lara recebeu 310\$755 para os aprestos da bandeira: era da mesma família. Nessa estadia em Sorocaba ganhou Artur de Sá o afilhado Artur Pais de Barros, futuro desbravador dos sertões, filho de João Martins Claro e Inacia Pais.

Essa história de minas de prata vinha desde D. Francisco de Sousa, 1599; e fr. Pedro de Sousa em 1680-1681 veio do Rio com um Jorge Pereira, marreões e 40\$000 para procurar a prata de que Luiz Lopes de Carvalho, capitão-mor de Itanhaem e Sorocaba, levava pequena amostra. De Lisboa não aprovaram a despesa; e os sorocabanos não permitiram a frei Pedro a exploração. Apoiado no capitão-mor o frade voltara às minas em 1684, afundara 105 palmos, e nada de prata. De Lisboa negaram os índios que o Carvalho pedia a S. Paulo, e deram ordem de regresso ao frade minerador. O próprio engenho de ferro do capitão-mor a enchente o levou.

Alem do que já se conhece sobre esse benemérito locotenente do donatário de Itanhaem, vimos no Arquivo Público do Estado um papel em que ele concede sesmarias em Sorocaba em 1677, inclusive uma ao capitão-mor local Belchior de Rochas Pedroso, a começar na ponte (já existia) e outra (nesse tempo) concessão de terras foi dada pela Câmara a Pedro Dias Ratão na rua "que se começa de Diogo Domingues Vidigal". Donde se vê que os bandeirantes não natos em Sorocaba, cedo se transportaram para cá, a iniciar os seus temerosos "reides".

Aquela menção a fr. Pedro de Sousa e às minas fazia-se necessária, porque, do torneio de frase dado ao simples envio de cartas régias a Pascoal Moreira o 1.º e seu irmão o

alcaide-mor, pelos que escreveram após o Taques sem o atual documento citado, transparece que só então, 1680, se transplantaram os dois Moreira a Sorocaba numa bandeira de mineração. Ora, nenhuma palavra sobre ambos no relato do principal interessado. Cai também a idéia de que o reverendo frade trinitário fora enviado especial com cartas do Príncipe D. Pedro II aos dois graudos. Se a Corte não apoiou o gasto de 40\$000! E as cartas? O Taques fez um cabedal enorme dessas letras da real mão, simples circulares nos mesmos termos gerais de agradecimento. Enfim, Pascoal morava na serra de São Francisco (Itapeva) e Jacinto criava o seu gado à direita do Ipanema, até Bacaetava; e, certo, ajudaram com escravos o Carvalho já empobrecido. Em fevereiro de 1684 o bispo D. Alarcão esteve no Araçoiaba assistindo às experiências. Foi o 1.º bispo (do Rio) que crismou sorocabanos, certamente esses mesmos homenzarrões de severo porte tornados cordeirinhos. Deixou um "J" e "Bispo", nos livros paroquiais, por lembrança.

Tudo isso prejudicou Sorocaba que se despovoava pelo Brasil maior. A vila decaía rapidamente. Em 1695, abril, até os dois beneditinos quiseram abandonar esse vilarejo onde só se tratava de armar bandeiras e procurar minas. À tarde, dado o toque de rebate, os poucos homens acompanharam o capitão Miguel Garcia Lumbria ao Convento, dando altos brados contra os padres que se encolhiam timidamente, arranjando-se a coisa com um "ficamos", desde que até o vigário Carvalho ameaçava abandonar o povo se os frades o deixassem. O pai de Miguel, Martim Garcia, exercitou então a autoridade de capitão-mor de Itanhaem com jurisdição em Sorocaba, onde morava.

Cuiabá

Em 1716, pois, seguiu viagem para os campos da Vacaria, muito batidos de sorocabanos, o nosso Pascoal Moreira Cabral. Em 20 anos, os bandeirantes de Sorocaba não tinham de todo perdido o contacto com a terra mato-grossense, e de quando em vez, em 1704, 1710 por ex., apareciam "pagoins dos certos" a batismo. Tudo indica que os futuros tropeiros foram a esse tempo conhecer os caminhos das Gerais (1) na sede do ouro que empobreceu o Brasil.

(1) P. ex. os Sutil, cf. inventário de Isabel Sutil no Arq. Públ.

Restavam, contudo, alguns abencerragens com os olhos postos na imensidão do ocidente e viviam muitos dos que, no período anterior, haviam feito do Miranda como o seu sítio da roça. A triste vitória do africano sobre o carijó em resistência aos trabalhos da mineração, desvalorizava aos poucos as peças vermelhas que, se mercado tivessem, ainda eram as fazendas de lavar e criar, isto é, S. Paulo e parte do Rio nunca os ricos povoados de Minas, cujos escravos podiam deitar na pia o ouro de sua carapinha, construindo com o seu suor e para si igrejas que os ricos calções-de-couro não conseguiram deixar-nos.

Temos para nós que o encontro do Anhangóera-Velho e de Manuel de Campos Bicudo no centro do atual Mato-Grosso, em busca da sonhada terra dos Martírios, influiu na direção dupla que tomaram as bandeiras que depois alcançaram Cuiabá e os Goiazes. A Sorocaba, predestinação geográfica, coube o manter aceso o fogo sagrado desse culto ao ocidente. E opinamos que o instinto de escravização era em segundo lugar, em dependência da sede do ouro. Acontecia que povos inúmeros povoavam a mesopotâmia e o divisor das águas do Brasil central, defendendo os tesouros do subsolo. Lutar com eles e tomar cativos era, aos mineiros, uma necessidade. Razão tem o Historiador máximo das *gesta paulistarum pro Brasilia* em encerrar o ciclo da caça ao índio com a descoberta das minas, não se preocupando com os episódios colaterais da escravidão vermelha vencida pelos tumbeiros de África.

Em 1718 a bandeira de Pascoal Moreira encontra-se nos Xaraiés com a de Antônio Pires de Campos. Estava exausta, a primeira, com dois anos de sertão — sobe um rio, desce outro, sempre internando-se a noroeste. Foi, pois, alegre o encontro. Pires de Campos sobe até à boca do Coxipó no Rio Cuiabá e traz centenas de escravos.

Pascoal Moreira quer imitá-lo, sobe também o Cuiabá, passa além da tapera do Pires, Coxipó acima até o Motuca e sofre o revés de que resultou a descoberta do ouro. Pois, parando para tratar dos feridos, atentou no cascalho das margens.

Ouro, enfim!

Aquela mísera gente ali ficou fascinada, muitos para nunca mais voltarem a São Paulo, inclusive o chefe.

Estava-se em começo de 1719. Mal brilhou ouro no fundo do primeiro prato de estanho, e Antonio Antunes Maciel inicia, por conta de todos, a viagem a S. Paulo para dar a

notícia e amostras do descoberto e buscar reforços em vives e gente. A 3 de setembro já estava em Sorocaba.

Os que ficam começam a socavar, num delírio mui compreensível. É só colher à mão o fulvo metal que o mundo adora. Fazem-se os primeiros ranchos. É mister dividir as terras e evitar brigas: a 8 de abril de 1719 fazem a primeira reunião cívica e o arraial recebe um guarda-mor eleito pelos povoadores, o próprio Pascoal Moreira Cabral, posto em que seria confirmado pelo governador de São Paulo, Dom Rodrigo Cesar de Menezes, em 1723. A ata foi escrita pelo escrivão da bandeira Manuel dos Santos Coimbra e assinada por ele, por Pascoal e Simão Rodrigues Moreira, Manuel Garcia Velho, Baltasar Ribeiro Navarro, Manuel Pedroso Lousano, João de Anhaia Lemos, Francisco de Siqueira, Ascenso Fernandes, Diogo Domingues, Manuel Ferreira, Antônio Ribeiro, Alberto Velho Moreira, João Moreira, João Ferreira de Mendonça, Antônio Garcia Velho, Pedro de Góis, José Fernandes, Antônio Moreira, Inácio Pedroso, Manuel Rodrigues Moreira, José da Silva Pais.

Dessa ata constava que oito homens brancos morreram, e que o descobrimento novo tinha por invocação Nossa Senhora da Penha de França, no ribeirão Coxipó. Outra ata do mesmo dia enumera os direitos do capitão-mor feito guarda-mor regente: "guardar todos os ribeiros de ouro, socavar, examinar, fazer composições com os mineiros e botar bandeiras, tanto aurinas como aos inimigos bárbaros, tirar autos contra aqueles que forem régulos... e nenhum se recolherá até que volte o nosso enviado, o capitão Antônio Antunes".

Convertido de todo ao ciclo do ouro, já em 24 de junho seguinte o guarda-mor Pascoal botou uma bandeira "a descobrimento do ouro, adonde foi por guarda-mor Manuel Garcia Velho", descobrindo boa pinta em dois ribeiros.

Não é fácil encontrar todos os sorocabanos da lista de 1719.

Há ali nomes de Taubaté, S. Paulo, Itú, Cotia e Parnaíba, a crer nos apelidos de família; parece que alguns saíram estropiados. José Fernandes, nascido em Parnaíba, morava em Sorocaba, aonde veio a morrer em 1750, viuvo de Isabel Dias falecida em 1739. João Moreira é o João Moreira Cabral — pensamos — casado com Clara Domingues. Manuel Ferreira vivia em 1726 no Cuiabá (1.º livro de Notas Cartório de Sorocaba) e foi morador sorocabano. Ele voltou ao seu sítio no Ipanema, onde estava um ano antes; casado com Maria Domingues Moreira. O sítio era meia légua rio

abaixo, frente ao morro. Diogo Domingues é o Diogo Domingues Vidigal já nosso conhecido desde 1684, quando esteve com Pascoal na Vacaria. Porque outro, Diogo Domingues de Faria era morto desde 9 de fevereiro de 1690, e jazia, na 1.^a matriz de Sorocaba “junto à nave do coro para a banda da pia de batizar” (Livro de Óbitos). O Vidigal enviuvava de Ana Maria em 1694. Era velho como Pascoal e tinha nas costas 40 anos de bandeirismo. Voltou à terra depois de 1719, mas em 1726 embarcava-se de novo, levando negócios de Maria Domingues a procurar (1.^o Livro de Notas, no Arq. Público). Não morreu em Sorocaba e o ano em que organizada foi a última leva, 1726, marca a monção que no ano seguinte muito sofreu dos paiaguás, no Paraguai.

Quanto ao Faria, não era menos sertanista. Dirimindo quaisquer dúvidas, o assento de óbito diz claramente: filho de Amaro Domingues e Catarina Ribeiro. O mesmo que em 1659 estava no sertão da Baía, com Domingos Barbosa Calheiros, na guerra contra os bárbaros! Sorocaba, ninho de águias! Era sogro do cap.-mor Martim Garcia, Matias Cardoso de Almeida, pai de Pedro Domingues e Brás Mendes Pais, nomes de prol. Os Domingues, os Moreiras, os Garcia, os Antunes eram todos aparentados. Tudo mostra a procedência da bandeira de Pascoal Moreira: de moradores de Sorocaba. É preciso dizer, porem, que o clã dos Domingues veio por Santo Amaro e Cotia, não por Itú. Idem, pensamos, os Moreiras. Antônio Ribeiro deve ser Antônio Ribeiro Garcia, marido de Maria Domingues, fundador da capela de S. Antônio, fins de 1690.

Outros nomes talvez não sejam de moradores de Sorocaba. Melhor: é São Paulo inteiro de então que se deixa levar na esteira do sol poente, de reflexos dourados...

Entretanto corria o país a fama do ouro do Cuiabá. Mostrando que sabia escrever e redigir, Pascoal enviou uma carta ao governador, com a amostra. Homem feliz, o infatigável Azevedo Marques, viu letras de Pascoal Moreira, “dando conta da descoberta”, no livro de Ordens de 1722, Secretaria do Governo (1). Parece-nos que a data seria 1718, fins do ano, o que levaria o cronista paulistano ao esquisito lapso de dar como a 8 de abril de 1718 a eleição do guardamôr em Cuiabá, escrevendo de memória, depois, um milésimo que foi o da descoberta, não o da reunião política. Esse

(1) Cf. Apontamentos interessantes.

escrever de lembrança o fez acrescentar a lista da eleição com Fernão Dias Falcão, Antônio Pires de Campos, Domingos Rodrigues do Prado, Aleixo Garcia, os irmãos João e Lourenço Leme, os irmãos João e Antônio Antunes Maciel.

Veja o leitor que estes foram ao Cuiabá, mas não todos são da primeira hora companheiros de Pascoal.

Antônio Pires de Campos, deixando a sua tapera no Coxipó 14 léguas da atual Cuiabá, onde é a capela de S. Gonçalo, em 1718, roçou apenas pela bandeira de Pascoal, aguçou-lhe o apetite com a visão sinistra dos coxiponés acorrentados e zarpou para o povoado, porque já sentia falta de tudo.

Quem chegou nessa crítica situação com suprimento de víveres e gente foi Fernão Dias Falcão, mas voltou a povoado preparar nova bandeira mais numerosa, quase na esteira de Antônio Antunes Maciel. Nem ele, nem este, pois, assinaram ata em 1719, abril, o mês justamente em que estavam em povoado (Sorocaba), aprontando grande expedição.

Quanto aos irmãos Leme, nem se fala. É quase certo que não foram dos primeiros descobridores. Com o seu gênio, os pobres... eram elemento indesejável num grupo social em marcha para o sonho, no meio de atrozes agruras, sob a autoridade que havia mister incontrastada de um chefe único.

Assim chegamos à reunião de 6 de novembro de 1720, importantíssima, cujo conhecimento devemos a Azevedo Marques corrigindo Taques e os outros, como observa Taunay. Fernão Dias Falcão chegara com a sua bandeira. E, reunida gente de novo, foi ele nomeado ou eleito cabo maior, com a jurisdição equivalente à de Pascoal. Para não o desgostarem a este, conservaram-lhe o título, quase honorífico: "E praticaram de conservar o seu guarda-mor Pascoal Moreira Cabral de seus descobrimentos".

Os primeiros que assinam este documento são os irmãos Leme, João, Lourenço e Pedro. A lista está em Azevedo Marques, que a copiou da Secretaria do Governo de S. Paulo. Poucos destes novos moradores foram certamente de Sorocaba, sendo muitos de S. Paulo e das vilas e povoados da chamada hoje zona da Sorocabana.

Era, contudo, Sorocaba o ponto de reunião de homens e material para essa segunda bandeira. E continuou a ser. Em 1720 houve várias bandeiras, desastrosas muitas pelo desconhecimento dos caminhos. O primitivo arraial de Pascoal

Moreira era na foz do Coxipó no Cuiabá, São Gonçalo Velho. Em 1720 os novos povoadores foram subindo o Coxipó até à Forquilha, onde ficou a capela de Nossa Senhora da Penha de França e os Padres Jerônimo Botelho e André dos Santos Queiroz celebram as primeiras missas. Em 1721 e 1722 foi a descoberta de Miguel Sutil nas margens do Cuiabá, onde ficou a definitiva povoação, com o nome de Bom Jesus do Cuiabá, celebrando a 1.^a missa frei Pacifico dos Anjos.

Pascoal Moreira, como Falcão tivesse voltado a Sorocaba, arrecadou os primeiros quintos de ouro para El-Rei, montando a 4 arrobas a remessa de 1723, pelo padre André dos Santos Queiroz.

Em 1724 chegou Fernão Dias Falcão com carta de Dom Rodrigo a Pascoal Moreira, agradecendo-lhe os trabalhos. Dizia-lhe que partia em julho ao Cuiabá e "seria portador dos papéis de V. Mercê, que remeti a El-rei Nosso Senhor, como também de mais alguma mercê, pois me não descuidei de por na real presença os bons serviços e merecimentos de Vossa Mercê".

Com efeito, leu Washington Luiz o pedido que a D. João V fizera Pascoal em 1722, 15 de julho. Alegava o nosso velho sorocabano que fizera muitos descobrimentos, com trabalhos, ruína da fazenda, morte de um filho, morte de 15 brancos e alguns escravos. Que estava pobre, com mulher, um filho e duas filhas. E pedia apenas que o Rei, "sem nenhum outro mandado que o impedisse naquela conquista o confirmasse como guarda-mor e o nomeasse capitão-mor regente das minas. Veio a carta a informar, e D. Rodrigo achou que Pascoal estava velho e "pouca disposição tinha para tal incumbência".

"Se bem que corajoso — diz Washington Luiz, — cheio de valor pessoal, era um homem sem maldade, era um bom; mas o arraial precisava de um forte. E os irmãos Lemes chefiaram em 1720 a eleição de Falcão e obtiveram a confirmação de D. Rodrigo, que ainda o protegia.

Será que Pascoal Moreira (1), bandeirante audaz nos caminhos traiçoeiros da selva, tinha fracas as mãos — trêmulas do serviço de El-Rei — no governar liberdades humanas e conter paixões desencadeadas? O que não fize-

(1) Citação de D. Manuel de Flores, de 1752, em Juan Francisco de Aguirre (de 1782), dá a Pascoal Moreira Cabral a naturalidade de Sorocaba, conforme gentilmente nos comunicou o Exmo. Sr. Dr. A. d'E. Taunay.

ram em Cuiabá os famosos régulos? Vencer corredeiras empedradas e cachoeiras retumbantes, é, para muitos, mais fácil do que domar tempestades roncando nos peitos de súbditos revéis. Por muito favor lhe deram, a 25 de julho de 1725, a confirmação de guarda-mor, em carta régia que só encontrou uma sepultura rasa e sem epitáfio no chão da matriz, hoje catedral do Bom Jesús do Cuiabá; falecera em novembro de 1725. As filhas vivas, duas, eram das três que enumeramos. O outro filho que descobrimos morreu com poucos dias de vida, Tomé. Uma, Isabel Moreira faleceu em Sorocaba a 22 de julho de 1723.

MIGUEL SUTIL DE OLIVEIRA

Miguel Sutil de Oliveira, natural de Sorocaba, foi o primogênito de Sebastião Sutil de Oliveira e sua primeira mulher Margarida Fernandes, filha de Miguel Garcia Carasco e Ana Barbosa. Esta tivera por pai o audaz sertanista Domingos Barbosa Calheiros.

Sebastião era filho de João Sutil e este do português Francisco Sutil de Oliveira e Isabel da Costa que por Inez Camacho fora neta de Domingos Luiz, o Carvoeiro, fundador de Nossa Senhora da Luz em São Paulo. (1). Por sua vez, Ana Camacho, mãe de Inez, descendia de João Ramalho e, pois, de Tibiriçá. (2).

O casamento dos pais de Miguel Sutil de Oliveira foi cerca de 1674, podendo provisoriamente adotar-se a data de 1675 para o nascimento do primogênito, de quem nunca se saberá apoditicamente a naturalidade por não haver livro de batismos antes de 1679 em Sorocaba.

Apenas com 15 anos de idade, em 1690, casou-se Miguel Sutil em Parnaíba com Ascença de Pinho, filha de Manuel Franco de Brito e Maria da Rocha do Canto.

Ana Barbosa falecera a 22 de fevereiro de 1696, deixando por testamenteiros ao esposo e a Sebastião Sutil, o pai de Miguel e que em Sorocaba continuaria residindo, casando-se 2.^a vez com Luiza Corim e 3.^a vez com Maria Fogaça de Almeida.

Irmãos inteiros de Miguel: João, Antônio, Francisco, Sebastião, Maria, Ana e Isabel. Idem, filhos de Luiza Corim: João e Sebastião, mais Gertrudes, batizada em 1708 e

(1) Genealogia Paulistana, Silva Leme, tomo I, página 60.

(2) Origens da família Antunes Maciel, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. S. Paulo, vol. XXXV, pág. 48, por Américo de Moura.

não mencionada no genealogista. Idem, de Maria Fogaça: Joana, Sebastião, Felipe, Antônio, José, Isabel, Ângela. (1)

Por João Lourenço Corim, o nosso Miguel foi tio do famoso Sarutaiá, Salvador de Oliveira Leme, que atingiu o século 19, morrendo em 1801.

Por Filipe, seria Miguel Sutil o tio de Filipe Fogaça de Oliveira, que se sacrificaram no povoamento do Iguaçu, com o cunhado Manuel Gomes de Carvalho.

Estava na massa do sangue dessa gente o bandeirismo.

Miguel Sutil andou certamente bandeirando em Curitiba, onde estavam lavras do Sutil; porque após o nascimento do filho Sebastião em 1697 e depois de 1702 nada se encontra a respeito dele até 11 de março de 1712, quando toma dinheiro emprestado, pertencente ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, 17\$280 a 6 e 1/4 %. Estava pobre, pois.

Alimentamos a hipótese de haver o Miguel andado também pelas Minas do Ouro, porque Francisco Sutil, que em 1717 aparece em Sorocaba com o título de capitão, esteve longos anos em Minas Gerais. Em 1713, falecendo Isabel Sutil, a última irmã inteira de Miguel e Francisco, ainda — estava este nas Minas, e em 1715 ainda aí continuava, com 2000 cruzados da irmã.

É possível que Miguel tenha aprendido nas Gerais a arte da mineração.

Casara-se em 11 de fevereiro de 1715, com Inez de Moraes, o filho homônimo de Miguel Sutil e não consta geração deste casal, parecendo que a descendência legítima do descobridor parou aí. Dissemos legítima, porque duas filhas naturais de Miguel, oriundas do Paranapanema, se casaram em Sorocaba, cerca de 1740. E do filho que descobrimos, Sebastião, só sabemos o batismo.

Provavelmente a própria casa paterna, que possuía em comum com Sebastião Sutil, foi a que em 1706 Antônio Rodrigues Penteadado, capitalista da época, arrematou por 1700. (2)

Em 1720 provavelmente foi a partida de Miguel Sutil para o Cuiabá, se é que não foi em 1719, na grande bandeira de Fernão Dias Falcão, que movimentou toda Sorocaba.

Talvez fosse em outubro de 1721, quando por servir a

(1) Silva Leme, *ibidem*.

(2) 1.º Livro de Notas de Sorocaba, no Arq. Púb. de S. Paulo.

S. M. e a Rodrigo Cesar o capitão Francisco Sutil partiu para essa jornada com cartas do último a Pascoal Moreira.

Não foi ele um chefe. Era pobre, um soldado da fortuna, com poucos escravos carijós e o camarada João Francisco Barbudo.

Em outubro de 1722 saiu o felizardo sorocabano da Forquilha, arraial da Penha, para uma roça que havia principiado no Cuiabá. Aí mandou dois índios a tirar mel, os quais chegaram alta noite ao rancho, com 23 granetes de ouro, pesando 120 oitavas. “Naquela noite, diz o primeiro cronista de Cuiabá — não dormiram o Francisco e um camarada europeu chamado João Francisco, por alcunha o barbudo. Apenas raiava a luz do dia, quando já o Sutil, camarada e índios que consigo trazia, estavam postos a caminho seguindo o famoso meleiro que tão boas colmeias tinha achado. Guiados por ele, chegaram ao lugar onde se acha a vila, sítio da capela de Nossa Senhora do Rosário... onde logo foram vendo ouro sobre a terra, apanhando-os às mãos sem cavar.”

Recolheram-se pela tarde aos seus ranchos, o Sutil com meia arroba de ouro, a maior parte dele cavado em seixos, e o camarada João Francisco Barbudo com duzentos e oitenta oitavas... No segundo dia regressaram para o arraial Coxipó e fizeram público o descoberto, ao que se seguiu despejarem todos o arraial e mudarem-se para este sítio, a que chamaram Lavra do Sutil, pois consta ser a maior mancha que se tem achado em todo o Brasil... avaliou-se tirar deste lugar o melhor de quatrocentas arrobas de ouro. (1)

Assim Sorocaba estava representada por seus dois filhos, Pascoal e Sutil, na 1.^a fundação do Cuiabá no Coxipó e na 2.^a no atual lugar.

Mas o Miguel Sutil de Oliveira não se demorou muito nas suas minas. O que ele ambicionava era o ouro. Nem tirou sesmarias como tantos outros. Justamente dois anos depois estava ele na terra natal.

Quem nada parou no Cuiabá foi o capitão Francisco Sutil, que a 17 de julho de 1722 morria em Sorocaba de “morte apressada”, certo, sem saber da riqueza do irmão. (2)

É, pois, muito certo que numa das monções de 1723 ou de 1724 Miguel Sutil arrumou todo o seu ouro (3:500\$000 só o produto do 1.^o dia) e encetou a viagem de volta.

(1) Crônica de Cuiabá, in Rev. Inst. Hist. Geogr. de S. Paulo, Tomo IV.

(2) Livro de Óbitos.

Cuiabá começava a sofrer os vexames dos irmãos Leme e Sutil estava enfiado de ouro. Demais, aprazia-lhe o clima fresco das campinas do sul, em vez daquele forno de Cuiabá. Em 1.º de janeiro de 1724 já estava na terra.

No dia 12 de outubro de 1724 transformou-se, de súbito, em contratador dos dois rios, Itapetininga e Paranapanema,

José Homem da Costa, que no juizado ordinário de Sorocaba obtivera por (?)0\$000 os dois contratos, logo em abril passara os direitos do Itapetininga a João Lopes da Cunha por 110\$000 e, nesse 12 de outubro, a Miguel Sutil os do Paranapanema. O feliz descobridor contara-lhe em cartório 200\$000. Com o que o ilhéu que era o Homem da Costa veio a ganhar 220\$000 sem trabalho, entre 2 de abril e 12 de outubro de 1724.

Em cada um dos rios o contratante manteria canoas e gente, cobrando 70 réis por pessoa, 40 réis por carga de negócio, e 4 vintens por cabeça de cavalo, boi ou vaca (de Curitiba: ainda não havia o caminho e os muares do Viamão).

Miguel Sutil, já viuvo, transportou-se de fato para o Paranapanema, onde deixou as filhas mamelucas a que nos referimos. Naturalmente o motivo da preferência era ainda a sede do ouro, que sempre havia algum naquela zona. O vizinho do Tapitininga era-lhe, aliás, o amigo João Lopes da Cunha que lhe fora fiador em 1712.

A prova de que fez mudança para o sul está no fato de que a 1.º de janeiro de 1724 passou a Antônio Rodrigues Penteado, por 130\$000, a escritura da casa de corredor e dois lances que estava a cair em parte, e fora do irmão defunto, Sebastião.

Como era pobre o rico Sutil! O mesmo livro, de 1724, no-lo mostra a dever 66\$000 a Brás Mendes Pais! (1)

Não saberíamos dizer se, passados os 3 anos, Miguel Sutil arrematou os direitos de passagens.

Em 1748, 22 de fevereiro, ei-lo na matriz de Sorocaba, casando-se com Ana Vieira, filha de Francisco Machado e Ana Pereira.

Aos dezoito de agosto de mil setecentos e cinquenta e cinco, no bairro do Itanguá onde residia, a uma légua da vila, entregou Miguel Sutil a alma a Deus, com um testamento que não se cumpriu por falta de dinheiro. "Foi se-

(1) 1.º Livro de Notas, de Sorocaba, Arq. Públ. de S. Paulo.

pultado onde pedia (ao pé do altar do Rosário) e recomendado sem música pelo padre Domingos Machado Torres. O sobredito teria de idade cem anos mais ou menos". (2)

Era o último dos bandeirantes do Cuiabá.

OS IRMÃOS ANTUNES MACIEL

Ao iniciar este capítulo, não podemos ter mão em nós que não mencionemos o nome do ilustre dr. Américo Brasileiro Antunes de Moura, que deslindou os principais fatos e as ligações do sangue destes bandeirantes sorocabanos, gloriosos quanto os que mais o sejam.

O capitão João Antunes Maciel, casado com Joana Garcia, filha de Miguel Garcia Carrasco e Ana Barbosa Calheiros, transplantou-se de São Paulo para Sorocaba por volta de 1682, com os sogros.

O capitão João Antunes assistiu ao *fervet opus* das partidas e monções para Mato-Grosso e parece haver tomado parte, já adiantado em anos, numa delas, a de 1728, em que morreu e trouxeram-lhe os ossos a povoado, sendo sepultados na matriz, capela-mor, aos 8 de novembro de 1728.

Os cinco filhos homens de João Antunes Maciel foram notáveis bandeirantes: Miguel, Gabriel, João, Antônio e Filipe.

O capitão Miguel Antunes Maciel casou-se em 1701 em Sorocaba com Maria Pais Domingues, viuva de Paulo Moreira. Resume em si o bandeirante e o futuro tropeiro, criador e negociante de animais nos campos de Curitiba e Sorocaba. Em sua terra natal ou de adoção ocupou os cargos de governo, foi juiz ordinário em 1724. Ainda em dezembro de 1726 estava em povoado, tendo comparecido a cartório para arrumar seus negócios.

Em 1727, cerca de setembro, desceu mui provavelmente o Sorocaba até o Tietê, em vez de embarcar-se em Ararita-guaba, chefiando com Antônio Lobo uma bandeira para o Cuiabá. Já no rio Paraguai pereceu com o companheiro às mãos dos ferozes paiaçuás. Venderam ambos bem cara a vida, desde a manhã pelejando até duas horas da tarde, primeiro a fogo e depois a arma branca, enquanto os pretos e índios assistiam nas margens, espavoridos, a brutal tragédia. Seus restos mortais lá ficaram nas solidões, cimentando com sangue valente os alicerces da grande pátria.

(2) 1.º Livro de Óbitos, de Sorocaba.

O capitão-mor regente Gabriel Antunes Maciel teve o título quando, em 1723, substituiu em Sorocaba a Fernão Dias Falcão. Tinha estado em Cuiabá um dos primeiros. Em 1721 o conde de Assumar lhe dava licença para abrir caminho de Sorocaba até o Cuiabá, partindo dos campos de Botucatu, idéia impossível de realizar-se. Em 1728, quando lhe morria o pai, descobriu os sertões do alto Paraguai Diamantino. Em 1730 salvou-se valentemente dos paiaaguás, na matança que estes fizeram ao ouvidor Lanhas Peixoto e seus companheiros.

Em 1733 era rogado pelo governador conde de Sarzedas para chefiar a expedição contra os paiaaguás. Pedia um seguro para chegar a São Paulo (algum processo o molestava). Arranjou muitos sorocabanos para esta heróica façanha, foi nomeado cabo, comandante era o português — só por o ser — Manuel Rodrigues de Carvalho, e a 30 de agosto a grande tropa, como então se dizia, desceu o Tietê no Araritaguba. Os chefes não se combinaram muito bem, Gabriel tinha mais pressa. Em 26 de dezembro ainda Gabriel estava em Camapuã, sendo a separação dos chefes a causa de mais de um historiador julgar serem duas as expedições. E antes de abril de 1734 o cabo, “um paulista valeroso” e mais de 60 pessoas — muitas de Sorocaba — haviam, mais uma vez, derramado o sangue para construir uma pátria melhor. Dona Maria Pais, sua viúva, morreu aos 4 de maio de 1748.

O te.-cel. João Antunes Maciel nasceu em São Paulo em 1674. Em 1709 tomou parte ao lado dos portugueses, que representavam a ordem legal, nos acontecimentos do rio das Mortes. Em 1711 era guarda-mor das minas de São João e São José d'El-Rei, e em 1713 tenente-coronel. Pelo primeiro casamento com Luzia Lemê de Almeida, em 1700, foi o te.-cel. João Antunes genro do capitão-mor sorocabano Tomé de Lara e Almeida. Pelo segundo, em 1720, com Maria Pais Domingues, foi genro de Domingos Soares Pais e Maria Leite da Silva.

Em 1723 tomou parte com os seus comandados sorocabanos na rumorosa prisão dos irmãos Lemes. E em 1724, antes de julho, e com o mesmo Falcão despedia-se de sua terra para sempre, feito provedor e intendente das minas. Segundo Beaurepaire Rohan, em 1727 veio comandando a tropa que trazia os quintos. Nessa ou noutra viagem semelhante morreu de morte natural. Em 15 dias — à bandeirante — o fogo sobre o cadáver à flor da terra consumia as carnes, e lá veio o tenente-coronel pelo caminho dos rios a dormir o

último sono na capela-mor da matriz, onde foi recomendado pelo vigário Pedro Domingues a 2 de junho de 1727. Somente Antônio e Filipe não morreram em viagem.

O coronel Antônio Antunes Maciel parece ter sido sorocabano de nascimento. Genro de Brás Mendes, pelo casamento com Maria Pais Domingues em 1711. Cresceu entre homens que haviam estado na Vacaria, e, ainda moço, aventurou-se naquelas regiões. Daí o feliz encontro com Pascoal Moreira no Coxipó em 1718 e a sua não menos feliz incumbência de vir a São Paulo em busca de recursos e a anunciar ao governador a descoberta do ouro. Em 6 de novembro de 1720 devia estar de novo no Cuiabá presente à eleição do cabo-mor. Quando as minas decaem, torna a Sorocaba, onde tem grande fazenda com numerosa escravaria. É o que se pode chamar um bandeirante feliz e rico. Em 1733 escapou à morte na expedição de seu mano Gabriel contra os paia-guás. Faleceu pouco antes de 1745 ou nesse ano, talvez em viagem.

Filipe Antunes Maciel também chamado capitão, é sorocabano legítimo, casado com Antônia Dias Pais; teve, na epopéia do Cuiabá, lugar menos saliente, pois era companheiro de Antônio Antunes em 1719. Faleceu em Sorocaba, aos 31 de junho de 1759, pobre, aos 70 anos de idade, sem testamento.

Anotemos agora o que nos parecer digno disto. Em 30 de julho de 1718 foi batizada uma filha de Miguel Antunes Maciel — Maria — e foi padrinho Gabriel Antunes Maciel que, pois, não era o núncio do ouro, como alguns pensaram. Aos 5 de junho de 1718 era batizada Maria, filha de João Antunes e 1.^a mulher, Maria de Almeida; portanto já em setembro de 1717 o tte.-cel. estava de volta de Minas, a não ser que tivesse lá residido com a esposa; o que se confirma com o fato de em 7 de junho de 1717 haver ele apadrinhado na pia ao sobrinho Antônio, filho de Miguel. Doutra parte, em 28 de fevereiro de 1717, batizava-se Antônio, filho do capitão Antônio Antunes e Maria Pais. Temos assim que a partida da bandeira de Pascoal Moreira com Antônio Antunes aproxima-se de 1717, pouco mais ou menos. Encontramos também João Antunes, o moço, em 1714, o que prova como se viajava rapidamente, então. Um assentamento de batismo em que Antônio Antunes foi padrinho, a 1.^o de dezembro de 1718, de seu sobrinho João filho de Brás Mendes, o moço, nos leva ao seguinte raciocínio: Em 1717 parte Antônio Antunes para Cuiabá ou junto com Pascoal Moreira ou

comandando outra bandeira. Estão juntos em começos de 1718; antes de junho ele precisa ter partido com a notícia dou-rada, para estar em São Paulo antes de dezembro. E entre dezembro e abril de 1719 preparavam-se os sorocabanos para a 1.^a grande bandeira que seguia em socorro do Cuiabá já descoberto, na qual ia por chefe Fernão Dias Falcão, e em que voltava Antônio Antunes Maciel com o sogro Brás Mendes e o irmão Gabriel e outros. De forma que, ao tempo que de Sorocaba partiam socorros, em Cuiabá se lavrava a 1.^a ata de governo, e, caso interessante, os livros paroquiais fixam a chegada da maior notícia que jamais houve até então: o ouro de Cuiabá. A partida dos primeiros bandeirantes após a descoberta em 1718 não foi, pois, em 1720 como dizem as crônicas matogrossenses e sim em 1719, como descobriu Antônio de Toledo Piza, e como indiretamente se colhe dos livros paroquiais e do Tombo, de Sorocaba. O engano dos matogrossenses se explica pela importante tropa dos irmãos Lemes, que é de 1720, provavelmente.

OS IRMÃOS ARTUR E FERNÃO PAIS DE BARROS

Achava-se em Sorocaba, em fevereiro de 1698, o general Artur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro. Vinha, certamente, dar uma espiada às minas de prata sonhadas por Dom Francisco de Sousa cem anos antes e cuja lembrança reviveram, havia pouco, Luiz Lopes de Carvalho e frei Pedro de Sousa. Oficialmente estava em São Paulo e, pois, em Sorocaba, a-fim-de organizar a expedição à Vacaria de que foi chefe Gaspar de Godói Colaço.

Hóspede em Sorocaba do capitão-mor Tomé de Lara e Almeida, o sogro de Falcão e Antônio Antunes, viveu o governador numa atmosfera saturada de bandeirismo. Aí arranjou um compadre: João Martins Claro.

Este português de Miranda do Douro, vindo a São Paulo com Dom Manuel Lobo que viera buscar socorro para a fundação da Colônia, casou-se com Inácia Pais de Barros, viuva de Brás Leme de Barros, e filha natural de Fernão Pais de Barros e uma creoula pernambucana.

Fernão tinha casa em São Paulo onde hospedou a Manuel Lobo, de quem era soldado o Martins Claro. E fazenda em Araçariguama. Seu nome aparece em Sorocaba em 1685 batizando índios adultos do sertão: talvez buscados pessoalmente.

Basilio de Magalhães descobriu vários documentos pe-

los quais se resume o *curriculum vitae* de Martins Claro. O seu título de sargento-mor não o trouxera de Portugal, segundo acreditou Taques, mas recebera do governador em Sorocaba, naquele 1698. Seus préstimos à coroa, entre outros, foram a sustentação de uma viagem de um frade mercenário às minas, durante sete anos e o do prático de Castelo Branco, João Álvares Coutinho, durante 5 anos. Parecemos que esteve em Minas-Gerais, mas é de todo certo que explorou ouro na extensa região da capitania de Itanhaem (de Martim Afonso), pois o infeliz D. Rodrigo esteve primeiro no sul e, além disso, Martins Claro pediu sesmaria à beiramar e tinha currais em Sorocaba, tudo na capitania de que ficou sargento-mor.

Rastreamos-lhe a existência, em Sorocaba, desde 1694. Em 26 de agosto de 1700 teve enterro solene uma "mãe Joana", de sua casa.

Aos cinco filhos mencionados por Silva Leme (1): Catarina, casada com Cristovão Monteiro de Carvalho; Joana, casada com Mateus de Matos Cardoso, Maria casada com o Tte. José Silva Preto, Ana casada com Domingos Nogueira Homem e Luzia casada com José de Borba Gato, devemos acrescentar, pois, Artur batizado em Sorocaba em fevereiro de 1698, afilhado de Artur de Sá que o levou à pia, e Fernão, batizado também em Sorocaba a 12 de janeiro de 1700, sendo padrinho Sebastião Sutil de Oliveira e Jerônima de Almeida. (2). O sacerdote era outro personagem envolvido na mineração da zona até Iguape, o padre Antônio Carvalho.

Como se vê, Artur e Fernão tiveram um berço bandeirante dos mais típicos.

E é só o que pudemos descobrir de novo a seu respeito, sendo o resto história sabida.

Sairam de Cuiabá depois de 1728, quando os cuiabanos por sua vez se fizeram bandeirantes. Os selvagens do oeste eram, agora, os mansos parecis. Em 1731, diz o cronista, "continuando-se neste ano a conquista do gentio parecí, donde eram trazidos muitos indivíduos desta nação que como escravos se vendiam, chegaram a esta vila, vindos do dito sertão, o licenciado Fernando Pais de Barros, seu irmão Artur Pais, e seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro, todos naturais de Sorocaba, e apresentaram um

(1) Gen. Paul., III. 501.

(2) 1.º Livro de batismos, de Sorocaba.

cruzado de ouro de amostras das minas de Mato Grosso (2). Em 1732 eles, o sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu e muitos povoadores foram fazer as suas roças; em 1734 partiu para lá o padre André dos Santos Queiroz, o mesmo que em 1721 viera de Cuiabá a São Paulo feito trombeta a anunciar o ouro, e foi erguida a capela de Santa Ana. Estava fundada a depois Vila-Bela e cidade de Mato Grosso, futura capital da capitania, às margens do Galera e do Guaporé, hacia amazônica, o ponto mais longínquo habitado, então, para o oeste, do território brasileiro.

Pouco mais se sabe dos irmãos Pais de Barros. O pai morrerá-lhes em Sorocaba a 22 de maio de 1725 e fora levado a enterrar a Itú. Muito pobre. Inácia faleceu antes de 1745. Agora, como é que o 2.º João Martins Claro aqui citado e o Pinheiro eram sobrinhos dos irmãos Artur e Fernão, fica aos decifradores de enigmas o descobrir.

VARIOS BANDEIRANTES EM SOROCABA

Domingos Barbosa Calheiros em fevereiro de 1685 possuía 6 índios infiéis a batizar, da grande leva de André de Zuniga e Pascoal Moreira, do Miranda. Era morto em 1686, fora de Sorocaba. Aqui se casou Jacinto Barbosa, seu filho natural, em 1686, e logo lhe morreu a este a mulher Isabel Leme.

Miguel Garcia Carrasco casado fora com Ana Barbosa Calheiros que morreu aos 12 de fevereiro de 1696, e era filha de Domingos.

A sua trajetória em Sorocaba foi um bruxoleio de última hora. É o valente que guerreou na Baía os selvagens bárbaros em 1659, partindo de Santos com 200 homens brancos e muitos escravos.

Diogo Domingues de Faria, que acompanhou o Calheiros nesta viagem, veio a residir em Sorocaba. Em 1685 foi dos audazes escravagistas do Miranda (1). Era natural de São Paulo, e "morreu no sertão", como bom bandeirante, aos 18 de julho de 1696. Só de uma feita trouxera 30 "serviços" à pia de batizar.

O capitão-mor Martim Garcia Lumbria, loco-tenente de Martim Afonso na capitania vicentina, era genro de Diogo Domingues Faria. Exerceu aquele cargo de 1692 mais ou

(2) Cf. *Crônicas do Cuiabá*, IV vol. da R. I. H. e G. S. Paulo.

(1) Livros de batismos de escravos.

menos a 1696. Em 1695 acalmou o povo sorocabano que com o seu filho, capitão de ordenanças Miguel Garcia, batia a dez horas à porta do mosteiro beneditino a obrigar a permanência dos assustados padres na vila que ameaçavam abandonar.

É moralmente certo que acompanhou o sogro a Vacaria, pois só de uma feita batizou, em 1685, 6 inocentes e 30 adultos, quasi tantos como os de André de Zuniga, o chefe da bandeira. (1) Pouco antes, 1681, foi sócio com Manuel Fernandes de Abreu (o filho de Baltasar) e o alcaide-mor Jacinto Moreira num primitivo engenho de ferro no Ipanema. Isto vem sendo afirmado até à documentação descoberta por Basílio de Magalhães, segundo a qual parece que, ao menos no que se refere a frei Pedro de Sousa, este só cuidou de prata, e com infelicidade. E teve inimigos em Sorocaba.

Foi muitos anos capitão-mor local em Sorocaba. Morreu fora, entre 1714 e 1715.

Miguel Garcia Lumbria, filho do capitão-mor Martim, casado em 1686 com uma irmã do Pascoal Moreira, descobridor do Cuiabá, morreu em 15 de julho de 1721, enterado na matriz.

Seria este, talvez, em 1694 o descobridor do ribeiro chamado de Miguel Garcia no Itatiaia. (2) Nos números 4 e 5 da *Rev. Inst. Estudos Genealógicos de S. Paulo*, vêm vários Garcia Lumbria mineiros. O Pouso Alto, mineiro, foi batizado por uma bandeira deste Miguel Garcia. Sua mulher Sebastina Moreira morreu pobre e já viuva a 5 de agosto de 1739.

Jerônimo Ferraz de Araujo, natural de São Paulo, filho do portuense Manuel Ferraz de Araujo, (irmão de fr. Jerônimo do Rosário, abade beneditino em São Paulo) e de Verônica Dias Leite (dos Lemes) moradores na Acútia, casou-se em Sorocaba com Maria Riquelm de Gusman, filha de André Zuniga e de Cecília de Abreu, aos 8 de outubro de 1684. Segundo A. de Taunay (*Hist. Geral das Bandeiras*, tomo VI) esteve cerca de 1680 na bandeira de Manuel de Campos Bicudo em 1679 com André de Frias Taveira e Gabriel Antunes, na direção de Santa Cruz de la Sierra. O fato é que nunca saiu mais de Sorocaba, onde foi

(1) Taunay. *Hist. Geral das Bandeiras*.

(2) Basílio de Magalhães: *Expansão geográfica do Brasil Colonial*.

vereador e juiz várias vezes, morrendo a 13 de junho de 1736, sem testamento, por pobre.

Diogo Domingues Vidigal, sobrinho de Diogo Domingues de Faria. Em 1677 residia em Sorocaba, e foi concedido um terreno na "rua que se começa de Diogo Domingues Vidigal" (Papéis avulsos no Arq. Púb.). Parece-nos ter ido à Vacaria em 1684. Esteve no Cuiabá. Casado em 1704 com Joana Fernandes, que morreu em 1736, deixando-o viuvo.

André e Luiz de Magalhães, pai e filho, do Rio de Janeiro, estiveram na Bandeira de 1684.

Brás Moreira Cabral, irmão de Pascoal, em 1691 e 1692 esteve na Vacaria com Salvador Moreira. Era sorocabano.

Francisco Sutil de Oliveira, irmão inteiro de Miguel, era sorocabano, provavelmente. Casado em Parnaíba com Ana Fogaça. Esteve mineirando nas Gerais, pelo menos entre 1713 e 1715 e com muitos cabedais. Faleceu a 19 de janeiro de 1722, em Sorocaba, de morte apressada.

Francisco Sutil Cid era morador de Itú, 1701. Um filho, Domingos, morreu-lhe em Sorocaba em 1701. Teria explorado Goiaz em 1665 (Basilio de Magalhães, *Expansão do Brasil Colonial*, 126). Cide é a grafia dos nossos livros.

Manuel Bueno da Fonseca parece ter ido ao sertão em 1684, pelo número de índios. Foi juiz ordinário de Sorocaba em 1690. Genro de Diogo Domingues Vidigal.

André de Zuniga, natural do Guairá, segundo o termo de óbito e genro de Baltasar, André de Zuniga transportou-se de Parnaíba para Sorocaba na comitiva do sogro fundador cerca de 1646 ou 1654, conforme duas valiosas opiniões: a do Padre Pedro Domingues (que escrevia em 1747) e a de Silva Leme. Cecília de Abreu era a sua mulher.

Fez-se notável no acampamento de sorocabanos à margem do Mboteteú, fronteira sul de Mato-Grosso, cerca de 1682 até 1693 e talvez começos de 1694.

Em 1684 (1) trouxe a Sorocaba o produto daquelas correrias: índios, homens, mulheres e crianças. Era, aí, companheiro de Pascoal Moreira Cabral, o 2.º e possivelmente o capitão, que é o título dos livros paroquiais.

Falecendo em 3 de janeiro de 1687, enterrado na matriz, deixou viuva Cecília de Abreu que morreu em 28 de setembro de 1698, natural desta.

(1) 1.º Livro de batismos de escravos.

Filhos do casal: Maria Riquelme de Gusman, natural de Sorocaba, casada desde 8 de outubro de 1684 com Jerônimo Ferraz de Araujo. Cristovão de Zuniga que em 9 de janeiro desse ano se casara com Custódia Moreira.

Pedro Leme da Silva (*el tuerto*) filho de Domingos Leme da Silva e Francisco Cardoso, veio com seus pais residir em Sorocaba. Em que pese ao emérito genealogista Silva Leme que o fez morador de Itú, ele passou a maior parte de sua existência em Sorocaba, só se mudando para Itú nos últimos anos; morreu em 1717.

Esteve na Vacaria, em data que só pode ser anterior a março de 1682, quando já se achava em Sorocaba, e lá retrucou palavras ásperas ao espanhol que reivindicava para o seu rei aquelas terras. Grande alma a deste caolho e coxo!

O nome inteiro de sua mulher era Domingas Gonçalves de Tabora (Livros paroquiais de Sorocaba). Leonor, sua filha, aqui nasceu, batizando-se aos 24 de janeiro de 1683.

Brás Mendes Pais, que com Pedro Domingues chefiou bandeira na Vacaria ao tempo do conhecido episódio do Torto, era paulistano. Vindo a povoado, em Sorocaba se casou, a 28 de abril de 1687 com Maria Moreira, filha do 1.º e irmã do 2.º Pascoal Moreira Cabral.

Em 1677 já residia em Sorocaba, onde assinou uma justificação sobre catequese de índios pelo pe. Antônio Barreto (Arqu. Púb.). Segundo Azevedo Marques, teria ido ao Cuiabá entre os primeiros, logo após a chegada de Antônio Antunes Maciel, seu genro; e parece que lá estava em 1723 recebendo cartas de Dom Rodrigo, sobre os irmãos Leme. Voltou.

Faleceu bem pobre e velho (por falecer na roça onde não havia capacidade de celebrar missa) a 4 de dezembro de 1736, 54 anos depois do episódio no sul de Mato-Grosso.

Roque Lopes do Amaral, casado com Violante de Peralta, morava em Sorocaba onde, em 1685, se casou sua filha Beatriz, sorocabana, com Manuel de Godói Moreira, também aqui nascido, e filho dos paulistanos José de Godói Moreira, já morto e Maria Ferreira.

Era pernambucano, como faz fé o seu assento de óbito.

Em 25 de junho de 1648 esteve ele no sertão, em lugar desconhecido, na bandeira de Antônio Domingues (Cf. Alfredo Ellis *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, pág. 218). As duas hipóteses do historiador citado adquirem foros de verdade com mais duas probabilidades: o Roque era pernambucano, teria gosto em fazer parte da 2.ª leva

paulista ao Nordeste, e, doutro lado o nome da mulher e a longa residência em Sorocaba autoriza a direção da serra de Maracajú.

Foi também, por Ana Roiz de Peralta, sogro do sorocabano Garcia Roiz de la Penha.

Domingos Leme da Silva, o pai de Pedro *el tuerto* e avô dos "irmãos Leme" em Sorocaba casou em 1679 com Maria de Abreu, filha de Manuel Rodrigues Bazerano e neta materna de Baltasar Fernandes. Muito moço, em 1641, andou na bandeira de Fernão Dias pelo Rio Grande, segundo Alfredo Ellis, no mesmo livro citado.

Alonso Peres Calhamares, assinalado por Alfredo Ellis na bandeira de Lázaro da Costa em 1615, entre os carijós do sul, é talvez o mesmo que já falecido em 1680 é dado como esposo de Maria Vitória, de São Paulo, quando em Sorocaba se casou o filho João Peres Calhamares com Marta, filha natural de Brás Esteves.

O capitão Antônio Domingues Galera estava no sertão de Minas ou Goiaz (assim pensa Alfredo Ellis) em 1681. Era morador em São Paulo. Mas seu filho Pascoal Gonçalves veio casar-se em Sorocaba, no ano de 1686, com Ana Maria, de Torales, sorocabana, filha de Antônio Oliveira Falcão e Ana Rodrigues de Torales. Haverá correlação entre um Brás Galera sorocabano e o ribeirão Galera de Mato-Grosso?

Matias de Madureira Calheiros esteve no Cuiabá após a fundação. Sucedeu os Moreira Cabral no Itapeva e dele descendem os últimos capitães-mores sorocabanos. Era paulistano. Morreu de morte rápida aos 20 de setembro de 1739.

André Mendes, casado com Francisca Leme, morreu pobre em 1739.

Bento Fogaça Sutil (Silva Leme chama-o Fogaça de Oliveira) foi assassinado a tiros de espingarda a 4 de julho de 1740.

Francisco Correia de Lemos morreu em 1742. Era de Itú.

Nesse ano morreu outra pobre, viuva de João Moreira Cabral, por nome Clara Domingues.

O paulistano Domingos Luiz do Passo, ao falecer em 1739, deixava a liberdade e a espingarda ao carijó Miguel: o direito e a força.

Margarida Gomes, mulher de João Luiz do Passo, ítuano, morreu em 1729.

Amaro Vicente, marido de Maria Luiz do Passo, morreu em 1734.

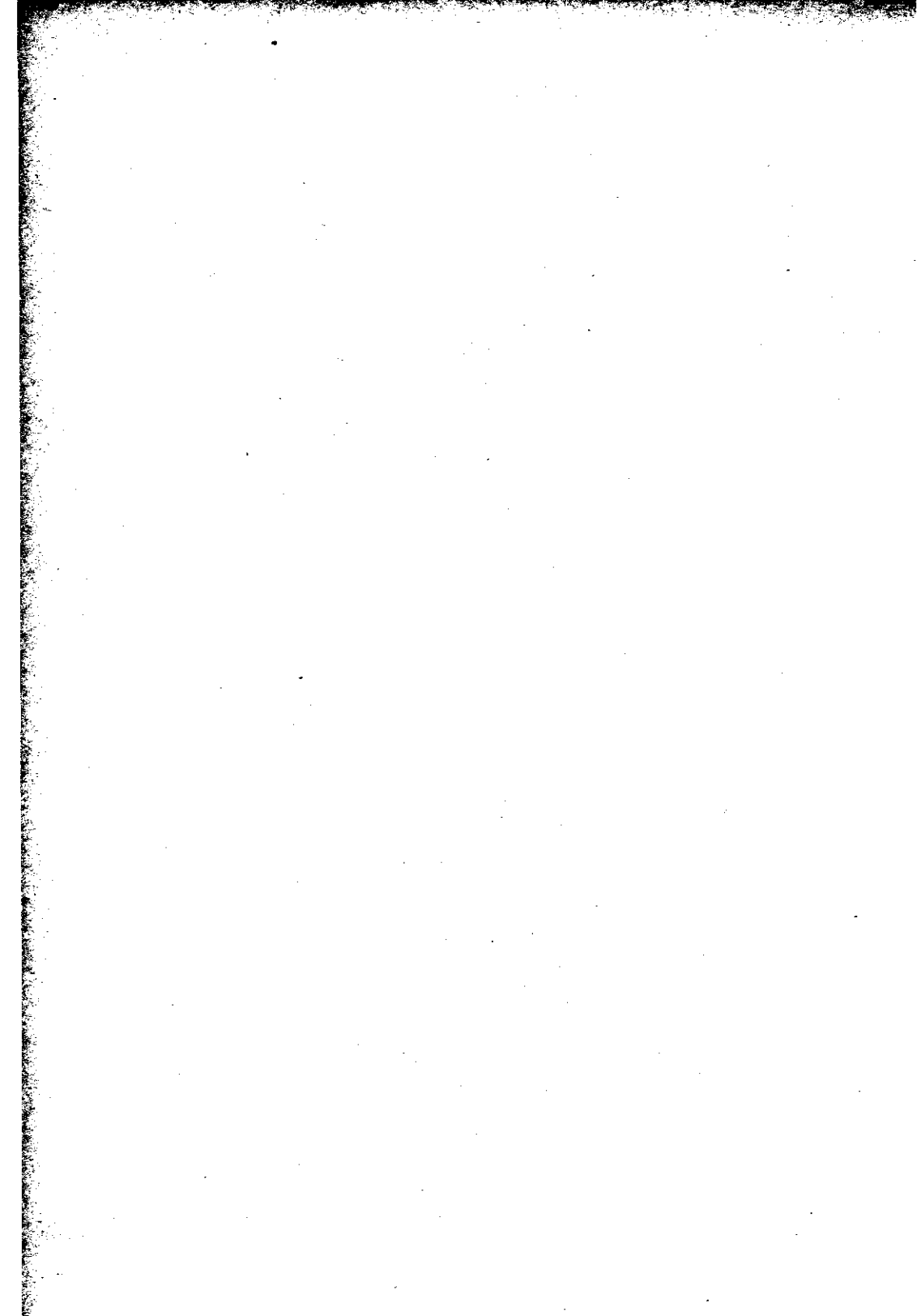
Os Vidigal tinham ao menos um ramo da família em

Cananéia, donde era natural, Manuel Coelho Vidigal, falecido em Sorocaba a 3 de março de 1727.

Era de Moji um Manuel Garcia Molano, falecido em 1731.

A mulher de Diogo Domingues Vidigal era Joana Fernandes de Oliveira, falecida em 1736, 7 de setembro.

Manuel Antônio do Prado, filho de Lourenço Henriques do Prado e Mariana Silva era natural do Caeté, e cerca de 1724 se casou em Sorocaba com Maria Almeida, filha de João Bicudo Proença e Sebastiana Almeida.



LISTA DA VILA DE TAUBATÉ

que contem 3.546 pessoas

(Ano de 1765)

BENEDITO MARCONDES

A história de Taubaté apresenta interesse invulgar, dado o papel que a terra de Jaques Felix desempenhou não só no Vale do Paraíba, como também na zona das Minas-Gerais. Taubateanos de todas as classes deixaram traços nas numerosas localidades mineiras, que fundaram, ou por onde andaram, de maneira, que essa irradiação taubateana no centro-sul do Brasil faz da história de Taubaté uma brilhante página da história de São Paulo e do Brasil.

Benedito Marcondes, amanuense da Secção Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, taubateano de nascimento e de coração, desejoso de concorrer para o desenvolvimento da história de sua terra, copiou, com todo o carinho, o primeiro recenseamento das Ordenanças de Taubaté, de 1765, da série anual de censos, tão bem iniciada por determinação do capitão-general governador Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus.

Nesse trabalho censitário, muita curiosidade encontram os estudiosos com que satisfaçam as justas exigências do seu espírito pesquisador. Nem a outra coisa visou Benedito Marcondes, o cuidadoso copista do interessante documento aqui reproduzido.

1765

Lista dos Officiaes, Soldados e mais
pessoas, que pertencem a V.^a de Thaybathé,
dég hé Cap.^{am} mór Bento Lopes de Leão

De id.^e de 64 ã Cap.^{am} mór Bento Lopes de
Leão cazado com Possue 4 mil cruz.^{os}

	Roza da Silva de id. ^o de 65 ã	
	Filha	
	Anna de id. ^o de 48 ã	
	Sargento Mór não há	
De id. ^o de 35 ã	Ajudante Fran. ^{co} Thomaz Camillo cazado com	Possue 30\$000
	Rita Maria de Jezus, de id. ^o de 24 ã	
	Filhos	
	Jozé de idade de 7 ã	
	Alexandre de 5 ã	
	Joaquim de 3 ã	
	Anna de 6 mezes	
De id. ^o de 70 ã	Cap. ^{am} da Comp. ^a da V. ^a João Ferr. ^a Torres Viuvo	Possue Nada
	Filhos	
	Jozé de idade de 22 ã	
	Joaquim de 10 ã	
	Vicente de 7 ã	
	Anna de 15 ã	
De id. ^o de 24 ã	Alferes Jozé Montr. ^o de Andrade Soltr. ^o	Possue 70\$000
De id. ^o de 25 ã	Sarg. ^{to} do N. ^o Antonio Fran. ^{co} da S. ^a Soltr. ^o	Possue 12\$800
De id. ^o de 51 ã	Sarg. ^{to} supra Antonio de Souza Pacheco cazado com	Possue Nada
	Anna Ribr. ^a de idade de 44 ã	
De id. ^o de 36 ã	Cabo da primr. ^a Esquadra Fran. ^{co} Ferr. ^a Albernâs, Solteiro . .	Possue Nada
De id. ^o de 55 ã	Euzebio da Cunha, viuvo	Possue 10 mil cruz. ^{os}
	Filhos	
	Miguel de idade de 21 ã	
	Francisco de 16 ã	
	Anna de 12 ã	
	Margarida de 9 ã	
	Francisca de 7 ã	
De id. ^o de 27 ã	João Jozé da Silva, Solteiro	Possue Nada
De id. ^o de 25 ã	Francisco Ferr. ^a Moraes, Sapatr. ^o soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^o de 61 ã	Guilherme Moreira Cabral, cazado com	Possue 220\$000
	Maria Portes del Rey de id. ^o de 58 ã	
	Filhos	

	Francisco	de idade de	23	ã	
	Guilherme	de	19	ã	
	Manoel	de	15	ã	
	Jozé	de	13	ã	
	Rita	de	26	ã	
	Catharina	de	25	ã	
De id.º	de 49	ã	Christovão João de Mend.ª Sa-		
	patr.º	de	...	Possue	Nada
	cazado com	Izabel Ferr.ª	Albernâs de		
	id.º	de 52	ã		
De id.º	de 62	ã	Pedro Gonçalves Solteiro	Possue	400\$000
	Jacinto Antonio Carmo	cazado com	...	Possue	Nada
	Maria Francisca	de id.º	de 27	ã	
	Filhos				
	Francisco	de idade de	2	ã	
	Maria	de	8	ã	
	Anna	de	7	ã	
	Francisca	de	4	ã	
De id.º	de 53	ã	Lourenço da Cunha Prado	ca-	
	zado com	...	Possue		Nada
	Leocadia de Toledo	de id.º	de 38	ã	
	Filhos				
	Antonio	de idade de	6	ã	
	Jozé	de	4	ã	
	Ignacio	de	2	ã	
	Gertrudes	de	18	ã	
	Anna	de	10	ã	
	Bernardina	de	8	ã	
De id.º	de 46	ã	João Vaz de Toledo	Solteiro	
	Possue		Nada
De id.º	de 38	ã	Bento da Costa Lemos, Pedr.º		
	cazado com	...	Possue		Nada
	Anna Joaquina	de id.º	de 25	ã	
	Filha				
	Maria	de idade de	2	ã	
De id.º	de 38	ã	Antonio Coutinho Cordr.º	sol-	
	teiro	...	Possue	1.000\$000	
	Filho				
	Antonio	de idade de	13	ã	
De id.º	de 37	ã	Ignacio Vieira de Almeida	caza-	
	do com	...	Possue	200\$000	
	Maria da Comceyção	de id.º	de 30	ã	
	Filhos				

	Luiz	de idade de	8 ã	
	Francisco	de	6 ã	
	Ignacio	de	1 ã	
De id. ^o de	33 ã	Timotheo Pires de Godoy, caza-		
	do	com	Possue	Nada
		Maria Luiza de Jezus, de id. ^o de 19 ã		
		Filhos		
	Antonio	de idade de	4 ã	
	Ignacio	de	2 ã	
De id. ^o de	34 ã	Antonio Moreira Portes, cazado		
	com	Possue	30\$000	
		Anna Maria de id. ^o de 27 ã		
		Filhos		
	Joaquim	de idade de	5 ã	
	Maria	de	1 ã	
De id. ^o de	40 ã	Venancio Benevenuto, cazado		
	com	Possue	10\$000	
		Brigida Antonio de id. ^o de 25 ã		
		Filhos		
	Manoel	de idade de	11 ã	
	Anna	de	8 ã	
	Maria	de	2 ã	
De id. ^o de	58 ã	Antonio de Souza Pereira, caza-		
	zado com	Possue	100\$000	
		Maria da Silva de id. ^o de 32 ã		
De id. ^o de	39 ã	Ignacio de Carvalho da Silva,		
	cazado com	Possue	80\$000	
		Escolastica da Trindade de id. ^o de 27 ã		
De id. ^o de	36 ã	Manoel George, cazado com ..		
		Possue	8\$000	
		Maria Pedroza de id. ^o de 18 ã		
De id. ^o de	32 ã	Cabo da 2. ^a João Fran. ^{co} Sobral,		
	Sapatr. ^o cazd. ^o com	Possue	35\$000	
		Maria Leyte de id. ^o de 22 ã		
		Filhos		
	João	de idade de	8 ã	
	Maria	de	5 ã	
De id. ^o de	47 ã	Jozé Roiz Lima, Carapina, caza-		
	zado com	Possue	Nada	
		Anna da Silva de id. ^o de 40 ã		
		Filhos		
	Joaquim	de idade de	13 ã	
	Jozé	de	12 ã	
	Manoel	de	7 ã	

	Anna	de	11	ã	
	Thereza	de	1	ã	
	Izabel	de	4	ã	
	Rita	de	2	ã	
De id.º	de 40	ã	Ricardo de Masc.as Castel Branco Soltr.º	Possue	150\$000
De id.º	de 65	ã	Francisco Cordeiro de Castilho, cazado com	Possue	Nada
			Ignacia Maria de id.º de 35		
			Filhos		
	Maria	de idade de	26	ã	
	Anna	de	22	ã	
De id.º	de 38	ã	João Francisco Vieyra, cazado com	Possue	300\$000
			Anna Maria de idade de 23		
			Filhos		
	Maria	de idade de	4	ã	
	Jozé	de	1	ã	
De id.º	de 42	ã	Antonio João da Silva soltr.º	Possue	Nada
De id.º	de 49	ã	Antonio de Padua Mor.a, cazado com	Possue	Nada
			Maria da Silva de id.º de 33		
			Filhos		
	Leonardo	de	13	ã	
	Anna	de	22	ã	
	Maria	de	20	ã	
	Quiteria	de	18	ã	
	Izabel	de	16	ã	
	Angela	de	14	ã	
	Margarida	de	3	ã	
De id.º	de 41	ã	Cypriano Gomes Veiga, cazado com	Possue	4 mil cruz.ºs
			Maria Magdalena de id.º de 35		
			Filhos		
	Anna	de idade de	10	ã	
	Maria	de	8	ã	
	Francisca	de	5	ã	
	Clara	de	5	ã	
	Antonio	de	2	ã	
De id.º	de 50	ã	João Barboza do Prado, cazado com	Possue	Nada
			Anna Francisca de id.º de 30		
			Filhos		

	Jozé	de idade de 10 ã	
	Anna	de 7 ã	
	Maria	de 4 ã	
De id.º	de 35 ã	Francisco Manoel Per. ^a , cazado	
	com	Possue	401\$000
		Maria Alves de id.º de 19 ã	
		Filho	
		Ignéz de idade de 1 ã	
De id.º	de 63 ã	Antonio Gomes Botelho, cazado	
	com	Possue	Nada
		Brigida Maria de id.º de 52 ã	
		Filha	
		Anna de idade de 13 ã	
De id.º	de 30 ã	Manoel Franco, solteiro	Possue Nada
De id.º	de 41 ã	Francisco da Rocha Per. ^a , cazado	
	com	Possue	Nada
		Maria Francisca de id.º de 26 ã	
		Filhos	
		Jozé de idade de 4 ã	
		Maria de 2 ã	
De id.º	de 36 ã	Junipero Gonçalves Loureiro	
	cazado com	Possue	Nada
		Maria Bernardina de id.º de 20 ã	
		Filho	
		Joaquim de idade de 2 mezes	
De id.º	de 82 ã	Victoriano Correa Nunes cazado	
	com	Possue	200\$000
		Violante de Siqueira de id.º de 70 ã	
		Filhos	
		Jozé de idade de 40 ã	
		João de 16 ã	
		Rita de 14 ã	
De id.º	de 53 ã	Manoel Soares Lima cazado	
	com	Possue	Nada
		Maria Francisca de Jezus de id.º de 39 ã	
De id.º	de 36 ã	Antonio de Arruda cazado com	
	Possue	20\$000
		Maria da Silva de id.º de 50 ã	
De id.º	de 49 ã	João Garcia de Miranda, cazado	
	com	Possue	Nada
		Francisca Correa de id.º de 53 ã	
De id.º	de 59 ã	Pedro Martins cazado com	
	Possue	12\$800
		Cypriana Correa de id.º de 40 ã	

Filhos

Ignacio de idade de 13 ã
 Salvador de 9 ã
 Antonio de 8 ã
 Joanna de 19 ã
 Maria de 15 ã

De id.º de 44 ã Estanislao de Almeida cazado com Possue 25\$600

Catharina da Silva de id.º de 30 ã

De id.º de 40 ã Francisco Bicudo cazado com Possue Nada

Maria do Rozario de id.º de 28 ã

Filhos

Maria de idade de 11 ã
 Anna de 5 ã
 Jozé de 2 ã

De id.º de 60 ã Miguel Pereira cazado com Possue 70\$000

Maria da Luz de id.º de 50 ã

De id.º de 28 ã Cabo da tercer.ª Manoel de Olivr.ª Neves Cazd.º Possue 40\$000

Anna Joaquina de id.º de 22 ã

De id.º de 30 ã Ignacio Pereira solteiro Possue Nada

Amaro Teixr.ª Bitancort cazado com Possue Nada

Maria Pedroza de id.º de 40 ã

Filhos

João de idade de 7 ã
 Joaquim de 3 ã

De id.º de 52 ã Manoel Pedreira Lapa Soltr.º Possue 800\$000

De id.º de 55 ã Lourenço Dias cazado com Possue 300\$000

Maria Pedroza de id.º de 20 ã

Filha

Maria de idade de 1 ã

De id.º de 57 ã Jozé Gonçalves Viãna, cazado com Possue Nada

Quiteria de Alleluia de id.º de 31 ã

Filhos

Joaquim de idade de 11 ã
 Placido de 9 ã
 Jozé de 5 ã
 Jozefa de 15 ã

	Escolastica de 14 ã	
	Brigida de 13 ã	
De id. ^e de 40 ã	João Fernandes Solteiro Sapatr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 35 ã	Antonio Cardozo, Soltr. ^o Alfayate	Possue Nada
De id. ^e de 35 ã	Antonio Luiz Gonçalves cazado com	Possue 40\$000
	Eugenia Pires de id. ^e de 30 ã	
	Filhos	
	João de idade de 3 ã	
	Thereza de 5 ã	
	Ursula de 1 ã	
De id. ^e de 28 ã	Antonio Cardozo Valente, cazado com	Possue 20\$000
	Maria de Jezus de id. ^e de 25 ã	
	Filhos	
	Ignacio de idade de 4 ã	
	Ana de 2 ã	
De id. ^e de 26 ã	Antonio Nogueira, Carapina — Soltr. ^o	Possue 20\$000
De id. ^e de 40 ã	Jeronymo Angelo dos Santos cazado com	Possue 300\$000
	Maria Thereza de id. ^e de 33 ã	
	Filho	
	Antonio de idade de 4 mezes	
De id. ^e de 38 ã	Pedro Pacheco de Olivr. ^a , Sapatr. ^o — Soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 26 ã	Ignacio Leyte cazado com	Possue Nada
	Ignacia Correa de id. ^e de 19 ã	
	Filha	
	Maria de 8 mezes	
De id. ^e de 44 ã	Domingos Carvalho dos S. ^{tes} Basto cazado	Possue Nada
	Maria Roíz de id. ^e de 46 ã	
	Filhos	
	Angelo de idade de 20 ã	
	Anna de 17 ã	
De id. ^e de 42 ã	Bernardo Alves de Alm. ^{da} cazado com	Possue Nada
	Florencia Alves de id. ^e de 27 ã	
	Filhos	
	Pedro de idade de 12 ã	
	Bernardo de 9 ã	

	Francisco	de	7	ã	
	Maria	de	3	ã	
	Antonio	de	1	ã	
De id. ^e de 56	ã	Jozé Garcia Roza	cazado com		
		 Possue		250\$000
		Maria Roza	de id. ^e de 53	ã	
		Filhos			
	Jozé	de idade de	25	ã	
	Francisco	de	29	ã	
	Antonio	de	17	ã	
	João	de	16	ã	
	Joaquim	de	14	ã	
	Magdalena	de	28	ã	
	Anna	de	23	ã	
	Roza	de	18	ã	
	Felippa	de	19	ã	
	Maria	de	10	ã	
De id. ^e de 61	ã	Jozé de Goys Camacho,	cazado		
		com Possue		20\$000
		Andreza Moreira	de id. ^e de 44	ã	
		Filhos			
	Antonio	de idade de	15	ã	
	Anna	de	11	ã	
	Anna	de	6	ã	
De id. ^e de 32	ã	Cabo da quarta Vicente Ferr. ^a			
		da S. ^a , cazado com Possue		40\$000
		Francisca X. ^{er}	de id. ^e de 34	ã	
		Filhos			
	Anna	de idade de	13	ã	
	Domingos	de	8	ã	
	Genoveva	de	6	ã	
De id. ^e de 28	ã	Joaquim Alves dos Santos	caza-		
		do com Possue		100\$000
		Maria Ramos	de id. ^e de 20	ã	
		Filho			
	Feliciano	de idade de	1	ã	
De id. ^e de 40	ã	Wenceslao de Amaral Silva,	ca-		
		zado com Possue		Nada
		Anna Ferreira	de id. ^e de 20	ã	
		Filhos			
	Anna	de idade de	8	ã	
	Maria	de	6	ã	
	Francisca	de	3	ã	
De id. ^e de 43	ã	Caetano Leme do Prado,	Ferrei-		

ro, cazado com	Possue	20\$000
Ignacia Nunes do Prado, de id. ^e de 37 ã		
Filhos		
Lucio	de idade de 14 ã	
Antonio	de 9 ã	
Joaquim	de 4 ã	
Magdalena	de 18 ã	
Maria	de 7 ã	
Margarida	de 6 ã	
Anna	de 2 ã	
De id. ^e de 30 ã	Jozé Francisco Tosta, Soltr. ^o . .	
.....	Possue
De id. ^e de 46 ã	Antonio Bueno da S. ^a Alfayate	20\$000
.....	Possue
	Filha	Nada
	Gertrudez de idade de 7 ã	
De id. ^e de 45 ã	Mathias da Silva e Aguiar, ca-	
	zado com	Possue
	Maria Roza de idade de 50 ã	50\$000
De id. ^e de 36 ã	Ildefonso Barboza do Prado,	
	ferreiro, cazado com	Possue
	Ursula Leyte de idade de 20 ã	60\$000
	Filha	
	Anna de idade de 3 ã	
De id. ^e de 38 ã	Francisco Bicudo Rangel, ferr. ^o ,	
	cazado com	Possue
	Antonia Francisca de id. ^e de 33 ã	20\$000
	Filhos	
Joaquim	de idade de 6 ã	
Francisco	de 5 ã	
Antonio	de 3 ã	
Mariana	de 12 ã	
Maria	de 8 ã	
Francisca	de 7 mezes:	
De id. ^e de 55 ã	Manoel Joaquim, cazado com —	Possue
	50\$000	
	Ignacia Moreira de idade de 38 ã	
	Filha	
	Maria de idade de 14 ã	
De id. ^e de 45 ã	João Monteiro Portella, cazado com —	
	Possue 300\$000	
	Margarida da Silva de idade de 32 ã	
	Filha	
	Anna de idade de 14 ã	

- De id.^o de 45 ã João Leyte de Miranda, cazado com —
 Possue 40\$000
 Anna Correa de idade de 40 ã
 Filhos
 Manoel de idade de 12 ã
 Antonio de 7 ã
 João de 2 ã
 Francisca de 14 ã
 Anna de 16 ã
 Izabel de 4 ã
- De id.^o de 40 ã Jozé de Queirôz Solteiro — Possue 50\$000
- De id.^o de 32 ã Gabriel de Araujo Torres, cazado com —
 Possue nada
 Margarida da Silva de id.^o de 20 ã
 Filhos
 João de idade de 2 ã
 Maria de 3 ã
- De id.^o de 60 ã Jozé Fernandes, ferreiro, Soltr.^o — Possue nada
- De id.^o de 79 ã Manoel Vieyra de Amores, cazado com —
 Possue nada
 Ignacia Ferr.^a de idade de 56 ã
- De id.^o de 97 ã Francisco de Albuquerque, cazado com —
 Possue nada
 Feliciano Guedes de id.^o de 65 ã
 Filho
 Manoel de idade de 12 ã
- De id.^o de 75 ã Luiz de Souza Portugal, cazado com —
 Possue nada
 Jacintha Fernandes de id.^o de 20 ã
- De id.^o de 80 ã Roque Fernandes Vianna, Viuvo — Possue 70\$000
- De id.^o de 67 ã Domingos da Costa Reys, cazado com —
 Possue nada
 Anna Francisca, de id.^o de 40 ã
 Filhos
 Francisco de idade de 14 ã
 Jozé de 10 ã
 Maria de 20 ã
- De id.^o de 59 ã Antonio Vieyra Delgado, cazado com —
 Possue nada
 Angela Cardoza de id.^o de 59 ã
 Filhos
 Estevão de idade de 25 ã

- | | | | | |
|---------------------|--|-------------|---|-------------|
| | Salvador | de | 13 | ã |
| | João | de | 10 | ã |
| | Manoel | de | 6 | ã |
| | Maria | de | 16 | ã |
| | Joanna | de | 15 | ã |
| De id. ^e | de 19 | ã | Antonio Vieira Ramos, cazado com — | |
| | Possue nada | | | |
| | Anna de Jezus, de idade de 20 ã | | | |
| De id. ^e | de 22 | ã | Cabo da quinta João Carlos da Silvr. ^a , | |
| | Soltr. ^o — Possue nada | | | |
| De id. ^e | de 50 | ã | Jeronymo Fernandes, cazado com — | Possue nada |
| | Anna de Freitas de idade de 46 ã | | | |
| | Filhos | | | |
| | Jozé | de idade de | 16 | ã |
| | Andre | de | 14 | ã |
| | Anastacio | de | 2 | ã |
| | João | de | 4 | ã |
| | Anna | de | 30 | ã |
| | Maria | de | 20 | ã |
| | Francisca | de | 12 | ã |
| De id. ^e | de 40 | ã | Manoel Francisco de Alvr. ^a , cazado com — | |
| | Possue nada | | | |
| | Ignacia Maria de idade de 24 ã | | | |
| | Filho | | | |
| | Ignacio de idade de 2 ã | | | |
| De id. ^e | de 38 | ã | Antonio Jozé de Toledo, cazado com — | |
| | Possue 100\$000 | | | |
| | Magdalena Fran. ^{ca} de idade de 26 ã | | | |
| | Filhos | | | |
| | Alexandre | de idade de | 9 | ã |
| | Maria | de | 7 | ã |
| | Anna | de | 3 | ã |
| De id. ^e | de 45 | ã | João Ribeiro de Freitas, cazado com — | |
| | Possue nada | | | |
| | Izabel Correa de idade de 41 ã | | | |
| | Filhos | | | |
| | Thomé | de idade de | 18 | ã |
| | Maria | de | 22 | ã |
| | Roza | de | 21 | ã |
| | Margarida | de | 14 | ã |
| | Anna | de | 9 | ã |
| | Francisca | de | 6 | ã |
| | Catharina | de | 4 | ã |

- Francisco de 2 ã
 De id.^e de 58 ã Clemente de Toledo Piza, cazado com —
 Possui 70\$000
 Marinha Garcia de idade de 48 ã
 Filhos
 Lourenço de idade de 27 ã
 Domingos de 23 ã
 Jeronymo de 20 ã
 Pedro de 18 ã
 Simeão de 11 ã
 Ignacio de 8 ã
 Maria de 29 ã
 De id.^e de 40 ã Manoel Correa Moreira, solteiro — Possui
 100\$000
 De id.^e de 20 ã Manoel de Arruda, cazado com —
 Roza Maria de idade de 20 ã
 Filhos
 Salvador de idade de 2 ã
 Quiteria de 2 mezes
 De id.^e de 49 ã Bartholomeo Fernandes Viãna, cazado
 com — Possui 25\$600
 Bernarda de Souza de id.^e de 49 ã
 Filhos
 Salvador de idade de 28 ã
 Joaquim de 4 ã
 Thereza de 9 ã
 Anna de 5 ã
 De id.^e de 89 ã Antonio Pio Ferr.^a, cazado com — Possui
 nada
 Maria Pedroza de idade de 88 ã
 Filha
 Izabel de idade de 55 ã
 De id.^e de 36 ã Antonio Correa Sant Iago, cazado com —
 Possui 500\$000
 Joanna de Olivr.^a, de idade de 31 ã
 De id.^e de 26 ã Antonio Cordeiro—Possue 200\$000
 De id.^e de 60 ã Jozé de Araujo Cintra, cazado com —
 Possui 6\$000
 Angela de Souza de id.^e de 45 ã
 Filhos
 Antonio de idade de 22 ã
 Lourenço de 6 ã
 Ignacia de 16 ã
 Roza de 11 ã

	Anna	de	4	ã	
De id.º	de 35	ã	Salvador da Silva,	cazado com	— Possue nada
	Brigida	Ribeira,	de id.º	de 32	ã
	Filhos				
	Francisco	de idade	de	5	ã
	Jozé	de		2	ã
	Maria	de		9	ã
	Escolastica	de		3	ã
	Leonor	de		2	mezes
De id.º	de 60	ã	Bento Cardozo de Moraes,	cazado com	— Possue nada
	Elena	Cardoza	de id.º	de 50	ã
De id.º	de 31	ã	Cabo da Sexta esquadra Romão Rodrigues	Portes,	cazado — Possue 10\$000
	com	Andreza	Vr. ^a	de idade	de 27
	ã	Manoel	Leão,	cazado com	— Possue nada
De id.º	de 40	ã	Anna Moreira	de idade	de 35
	ã	Filhos			
	Antonio	de idade	de	20	ã
	Maria	de		16	ã
	Ignacia	de		10	ã
	Margarida	de		3	ã
	Gertrudes	de		2	ã
De id.º	de 33	ã	João Arruda,	cazado com
	Possue Nada
	Catharina	do Rozario	de id.º	de 30	ã
	Filhos				
	Miguel	de idade	de	7	ã
	João	de		3	ã
	Antonio	de		2	ã
De id.º	de 60	ã	Francisco Ribeiro Maciel,	cazado	
	com	Possue 3\$200
	Maria	da Conceição	de id.º	de 40	ã
	Filhos				
	Salvador	de idade	de	7	ã
	Francisco	de		6	ã
	Miguel	de		3	ã
	Maria	de		5	ã
	Anna	de		2	ã
De id.º	de 45	ã	Caetano Jozé de Azevedo,	caza-	
	do com	Possue Nada
	Quiteria	Guedes	de id.º	de 30	ã
	Filhos				

	Joze de idade de 3 a	
	Catharina de 10 a	
De id. ^e de 38 a	Jacinto Barboza de Larcon, solteiro	Possue Nada
De id. ^e de 36 a	Manoel Rodrigues Garcia, cazado com	Possue 4\$000
	Maria Pedroza de id. ^e de 40 a	
	Filhos	
	Joanna de idade de 7 a	
	Francisco de 6 a	
	Angelo de 3 a	
De id. ^e de 20 a	Salvador Tavares, cazado com	Possue Nada
	Maria do Rozario de id. ^e de 19 a	
De id. ^e de 60 a	Francisca da Cunha Portes, Viuva	Possue 8 mil cruz. ^{os}
De id. ^e de 64 a	Francisca da Cunha Roza, soltr. ^a	Possue Nada
	Filhos	
	Jozé de idade de 36 a	
	Manoel de 14 a	
De id. ^e de 60 a	Vicencia Ferreira, Solteira	Possue 3\$200
De id. ^e de 44 a	Joanna Pedroza Leme, cazada com	Possue Nada
	Manoel Jozé auz. ^{te}	
De id. ^e de 34 a	Maria da Assumpção, Solteira	Possue Nada
De id. ^e de 50 a	Joanna Rodrigues, Solteira	Possue Nada
De id. ^e de 30 a	Ignacia Maria de Andrade, Solteira	Possue Nada
De id. ^e de 43 a	Izabel Francisca Bicuda, Viuva	Possue Nada
De id. ^e de 98 a	Anna Morcira, Solteira	Possue Nada
De id. ^e de 60 a	Maria Monteiro, Solteira	Possue Nada
De id. ^e de 70 a	Messia Correa, Solteira	Possue Nada
De id. ^e de 38 a	Francisca Maria, Solteira —	Possue Nada
	Filho	
	Luiz de idade de 11 a	
De id. ^e de 90 a	Maria Garcia da Cunha, soltr. ^a	Possue Nada
De id. ^e de 30 a	Anna Ferrreira, Viuva	Possue 60\$000

Filho		
Ignacio de id. ^e de 15 ã		
De id. ^e de 50 ã	Albina de Siqueira, solteira ..	Nada
 Possue	
Netos		
	Jozé de idade de 14 ã	
	Alexandre de 12 ã	
	Felizardo de 7 ã	
De id. ^e de 70 ã	Joanna de Oliveira, solteira ..	Nada
 Possue	
Filho		
Ignacio de idade de 25 ã		
De id. ^e de 44 ã	Ignacia da Conceyção, solteira	Nada
 Possue	
De id. ^e de 42 ã	Maria de Jezus, Solteira	Nada
De id. ^e de 30 ã	Gertrudes de Jezus, solteira	Nada
 Possue	
De id. ^e de 32 ã	Catharina Marianna de Sigr. ^a , Viuva ..	Nada
 Possue	
Filhos		
	Romualdo de idade de 11 ã	
	Luciano de 9 ã	
	Ana de 5 ã	
De id. ^e de 30 ã	Josefa de Almeida, Solteira ..	Nada
 Possue	
Filha		
Rita de idade de 5 ã		
De id. ^e de 70 ã	Delfina do Nascimento, Viuva	Nada
 Possue	
Neto		
	João de idade de 12 ã	
De id. ^e de 50 ã	Dorothea Cardoza, Viuva ...	Nada
 Possue	
Filhos		
	Ignacio de idade de 16 ã	
	Catharina de 9 ã	
	Maria de 6 ã	
De id. ^e de 40 ã	Catharina Bicuda Lima, Viuva	Nada
 Possue	
De id. ^e de 60 ã	Maria Rodrigues, Viuva	Nada
 Possue	
Filha		
Antonia de id. ^e de 35 ã		
De id. ^e de 65 ã	Maria Leyte, Viuva ..	20\$000
De id. ^e de 90 ã	Andreza de Castilho, Viuva ..	

De id.º de 54 ã	Maria Romeira da Silva	Possue	Nada
	Filhos	Possue	4\$000
	Jozé	de idade de 18 ã	
	Jozé	de 16 ã	
	Luiz	de 11 ã	
	Salvador	de 10 ã	
	Maria	de 14 ã	
De id.º de 51 ã	Ignacia Ferreira de Andrade,		
	Viuva	Possue	8\$000
	Filho		
	Francisco	de idade de 35 ã	
De id.º de 53 ã	Maria da Conceição,	Viuva	Nada
		Possue	Nada
De id.º de 56 ã	Messia Pedroza,	Viuva	Nada
	Filhos		
	Joaquim	de idade de 15 ã	
	Maria	de 28 ã	
	Anna	de 26 ã	
	Antonia	de 24 ã	
	Izabel	de 14 ã	
De id.º de 70 ã	Francisca Leme,	Viuva	Nada
	Filho		
	Dom.ºs	de idade de 30 ã	
De id.º de 65 ã	Maria Benta,	Viuva	Nada
De id.º de 64 ã	Maria de Aguiar,	solteira	Nada
De id.º de 60 ã	Catharina de Aguiar,	solteira	Nada
		Possue	Nada
De id.º de 38 ã	Thereza Maria de Jesus,	Solteira	Nada
		Possue	Nada
De id.º de 40 ã	Roza de Aguiar,	Solteira	Nada
De id.º de 30 ã	Ignacia Maria,	Solteira	Nada
	Filhos		
	Melquiades	de idade de 12 ã	
	Benjamin	de 9 ã	
	Synforiana	de 16 ã	
	Anna	de 3 ã	
	Maria	de 1 ã	
De id.º de 40 ã	Francisca do Rozario,	Soltr.ª	Nada
		Possue	Nada
	Filhos		
	Fran.º	de idade de 6 ã	
	Anna	de 12 ã	
	Gertrudes	de 8 ã	

	Felisberto	de	2	ã	
	Antonio	de	1	ã	
De id. ^e de 28	ã Florinda	Cardoza, soltr. ^a	Possue		Nada
	Filhos				
	Ant. ^o	de idade de	19	ã	
	Luis	de	13	ã	
De id. ^e de 27	ã Anna	Pedroza, soltr. ^a	Possue		Nada
	Filhos				
	Fran. ^{co}	de idade de	6	ã	
	Maria	de	5	ã	
	Anna	de	3	ã	
	Clarã	de	7	mezes	
De id. ^e de 20	ã Thereza	Maria de Jesus, soltr. ^a	Possue		Nada
	Filhos				
	Gaspar	de idade de	1	ã	
	Elena	agregada de	11	ã	
	Antonio	Irmão de	15	ã	
De id. ^e de 65	ã Maria	felix da Roza, soltr. ^a	Possue		Nada
	Pessoas que contem esta lista 512				
	Comp. ^a , do Cap. ^m Ant. ^o Jozé da Motta				
	Do bayrro de Unna da Estrada Geral				
	de Pindamg. ^a thé a Estrada de Jozé				
	Correa Marzagão.				
De id. ^e de 33	ã O Cap. ^m	Ant. ^o Jozé da Motta	Possue		300\$000
	Cazado com				
	Maria Anna de Tolledo de id. ^e de 23				
	ã Filhos				
	Claro	de id. ^e de	4	ã	
	Ant. ^o	de	2	ã	
De id. ^e de 25	ã Alferes	Felix Correa Leine	Possue		80\$000
	Cazado com				
	Anna Maria de Tolledo de id. ^e de 16				
	ã Filho				
	Felix	de id. ^e de	1	ã	
De id. ^e de 63	ã Sarg. ^{to}	do Num. ^o Estacio	Ant. ^o		
	Cazado com Possue				
	Rita Maria de id. ^e de 45				
	ã Filhos				
	Vicente	de id. ^e de	25	ã	
	Ellenna	de	18	ã	
	Ign. ^{ca}	de	15	ã	
	Escollastica	de	6	ã	

De id. ^o de 39 ã	Catharina de 5 ã	
	Sarg. ^{to} Supra-Lour. ^{co} da Sylva,	
	Carap. ^a , cazado com	Possue 25\$600
	Maria Vieyra de id. ^o de 32 ã	
	Filhos	
	Joaq. ^m de id. ^o de 4 ã	
	Fran. ^{ca} de 6 ã	
	Theodora de 2 ã	
De id. ^o de 35 ã	Cabo da 1. ^a Esquadra-Ign. ^{co}	
	Coelho, Cazd. ^o com	Possue Nada
	Maria Albernas de id. ^o de 38 ã	
	Filhos	
	Caetano de id. ^o de 7 ã	
	Ign. ^{co} de 1 ã	
	Anna de 3 ã	
De id. ^o de 50 ã	Jozeph Corr. ^a Marzagão, caza-	
	do com	Possue 800\$000
	Catharina da Silva de id. ^o de 35 ã	
	Filho	
	Jozé de id. ^o de 6 ã	
De id. ^o de 50 ã	Ant. ^o dos Santos, cazado com	
	Possue 50\$000
	Thareza Portes de id. ^o de 29 ã	
	Filhos	
	Joaq. ^m de id. ^o de 10 ã	
	Jozeph de 2 ã	
	Maria de 12 ã	
	Anna de 7 ã	
	Izabel de 4 ã	
	Fran. ^{co} de 6 mezes	
De id. ^o de 44 ã	Fran. ^{co} Dias Pires, Sapateiro,	
	cazado com	Possue Nada
	Maria da Lus de id. ^o de 30 ã	
	Filhos	
	M. ^{el} de id. ^o de 15 ã	
	Jozeph de 13 ã	
	Joaq. ^m de 6 ã	
	Margarida de 10 ã	
	Anna de 4 ã	
	Roza de 1 ã	
De id. ^o de 42 ã	Ignacio Jaques da Sylva, cazd. ^o	
	com	Possue Nada
	Izabel Rodrigues de id. ^o de 37 ã	
	Filhos	

	Fran. ^{co}	de id. ^e de	4 ã	
	Ign. ^{ca}	de	7 ã	
De id. ^e de	31 ã	Pedro de Alcantra	Azd. ^o , soltr. ^o	
			Possue	Nada
		Irmãos		
	Joaq. ^m	de id. ^e de	20 ã	
	M. ^{ei}	de	19 ã	
	Ant. ^o	de	17 ã	
	Athanazio	de	14 ã	
	Maria	de	25 ã	
	Fran. ^{ca}	de	23 ã	
	Anna	de	21 ã	
De id. ^e de	50 ã	Salvador de Freitas,	cazado com	
			Possue	Nada
		Domingas do Prado	de id. ^e de 40 ã	
		Filhos		
	Salvador	de id. ^e de	18 ã	
	Jozeph	de	14 ã	
	Antonio	de	9 ã	
	Joaq. ^m	de	4 ã	
	Maria	de	20 ã	
	Antonia	de	11 ã	
	Catharina	de	7 ã	
	Maria	de	5 ã	
De id. ^e de	20 ã	Salvador Correa Leme,	cazado com	
			Possue	Nada
		Ign. ^{ca} do Prado	de id. ^e de 22 ã	
		Filhos		
	Gaspar	de id. ^e de	1 ã	
	Anna	de	3 ã	
De id. ^e de	50 ã	Bernardo Rodrigues do Prado,	caz. ^o com	
			Possue	Nada
		Thomazia Rodrigues	de id. ^e de 40 ã	
		Filhos		
	Joam	de id. ^e de	25 ã	
	Reginaldo	de	23 ã	
	Salvador	de	7 ã	
	Angela	de id. ^e de	2 ã	
	Maria	de	20 ã	
	Anna	de	17 ã	
De id. ^e de	15 ã	Fran. ^{co} de oLiv. ^a Gil,	soltr. ^o —	
			Possue	Nada
De id. ^e de	65 ã	Ignacio Jaques Albernás,	cazd. ^o com —	
			Possue	Nada

Marta da Sylva de id. ^e de 65 ã		
Filhos		
	Domeciano de id. ^e de 25 ã	
	Manoel de 22 ã	
	Anna de 20 ã	
De id. ^e de 30 ã	Fran. ^{co} Pr. ^a do Prado, soltr. ^o —	
 Possue	Nada
De id. ^e de 42 ã	Bartholomeu da Sylva Camg. ^o , cazd. ^o com	Possue Nada
	Anna Ribeyra de id. ^e de 22 ã	
Filhos		
	Joam de id. ^e de 9 ã	
	Luis de 2 ã	
	Liberata de 2 mezes	
De id. ^e de 32 ã	Antonio Fran. ^{co} da Motta, cazd. ^o com	Possue Nada
	Roza da Sylva de id. ^e de 20 ã	
De id. ^e de 30 ã	Antonio Glz cazado com	Possue Nada
	Thareza Rodrigues de id. ^e de 31 ã	
Filhos		
	Jozé de id. ^e de 18 ã	
	Ignacio de 6 ã	
De id. ^e de 34 ã	Cabo da 2. ^a João Roiz Vr. ^a , ca- zado com	Possue Nada
	Ign. ^{ca} Maria de id. ^e de 20 ã	
Filho		
	Carlos de id. ^e de 2 ã	
De id. ^e de 42 ã	Fran. ^{co} Caetano de oLvr. ^a , cazd. ^o com	Possue Nada
	Clara Maria de Jezus de id. ^e de 31 ã	
Filhos		
	Manoel de id. ^e de 5 ã	
	Pedro de 1 ã	
	Maria de 7 ã	
	Ing. ^{ca} de 4 ã	
De id. ^e de 25 ã	João Fran. ^{co} de oLivr. ^a soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 59 ã	Antonio dos Santos Vianna, cazd. ^o com — Pintor	Possue Nada
	Clara Maria de Jezus de id. ^e de 51 ã	
Filhos		
	Fran. ^{co} de id. ^e de 19 ã	
	Vicente de 11 ã	
	Dom. ^{os} de 8 ã	

	Joanna	de	30 ã	
	Maria	de	28 ã	
	Anna	de	25 ã	
	Margarida	de	19 ã	
	Elenna	de	17 ã	
	Maria	de	12 ã	
	Clara	de	18 ã	
De id.º de 44 ã	Roque Bicudo da Motta, cazd.º			
com	Possue			50\$000
	Marianna de Jezus de id.º de 50 ã			
	Filhos			
	Antonio	de id.º de	15 ã	
	Manoel	de	9 ã	
	Maria	de	12 ã	
	Anna	de	8 ã	
De id.º de 35 ã	João Gonçalves, cazado com			
.	Possue			150\$000
	Ign.ª Rodrigues de id.º de 40 ã			
De id.º de 50 ã	Antonio Gil de Sigr.ª, cazado			
com	Possue			12\$800
	Maria de Moraes de id.º de 36 ã			
	Filhos			
	Miguel	de id.º de	18 ã	
	João	de	. . .	
	Fran.º	de	. . .	
	Fran.ª	de	12 ã	
	Joana	de	3 ã	
	Anna	de	2 ã	
De id.º de 50 ã	Luis Pinto, cazdo com . . Possue			50\$000
	Rita Pedroza de id.º de 24 ã			
	Filhos			
	Antonio	de id.º de	3 ã	
	Pedro	de	2 ã	
	Anna	de	2 mezes	
De id.º de 50 ã	Domingos Rodrigues, cazd.º com			
.	Possue			Nada
	Maria de Miranda de id.º de 54 ã			
De id.º de 50 ã	M.ª da Sylva Montemor, cazd.º			
com	Possue			Nada
	Margarida Corr.ª Bicuda de id.º de 48 ã			
	Filhos			
	Jozeph	de id.º de	25 ã	
	Joanna	de	19 ã	
	Fran.ª	de	17 ã	

De id. ^e de 70 ã	Fran. ^{co} de Sales Gil, cazado com	Possue	10\$000
	Maria Bicuda de id. ^e de 60 ã		
	Filhos		
	Fran. ^{co} de id. ^e de 21 ã		
	Fran. ^{ca} de 40 ã		
	Catharina de 26 ã		
De id. ^e de 37 ã	Antonio Dias Martins, cazd. ^o	Possue	Nada
	com		
	Roza Maria de id. ^e de 27 ã		
	Filhos		
	Joam de id. ^e de 6 ã		
	Dom. ^{os} de 4 ã		
	Euzebio de 1 ã		
De id. ^e de 40 ã	Manoel Rodrigues Moraes, cazd. ^o	Possue	12\$800
	com		
	Anna Maria Bicuda de id. ^e de 39 ã		
	Filhos		
	Antonio de id. ^e de 12 ã		
	Fran. ^{co} de 6 ã		
	Jozeph de 4 ã		
	Catharina de 18 ã		
	Ign. ^{ca} de 15 ã		
	Margarida de 12 ã		
De id. ^e de 18 ã	Antonio Miz soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^e de 31 ã	Antonio de Gois da Costa, cazado com	Possue	Nada
	Ign. ^{ca} Bicuda de id. ^e de 33 ã		
	Filhos		
	Antonio de id. ^e de 3 ã		
	Anna de 5 ã		
De id. ^e de 40 ã	Antonio Corr. ^a da Roza, cazd. ^o	Possue	Nada
	com		
	Maria Madalena de id. ^e de 29 ã		
	Filhos		
	Antonio de id. ^e de 8 ã		
	Fran. ^{co} de 4 ã		
	Anna de 12 ã		
	Maria de 6 ã		
De id. ^e de 30 ã	Estevão Roiz Côelho cazado com	Possue	10\$000
	Rita Fran. ^{ca} de id. ^e de 35 ã		
	Filha		
	Anna de id. ^e de 7 ã		

De id. ^o de 22 ã Miguel Pinto do Prado cazd. ^o com	Possue	12\$800
Maria Pacifica de id. ^o de 25 ã Filhos		
Jozeph de id. ^o de 3 ã Maria de 6 mezes		
De id. ^o de 20 ã Manoel da Sylva Corr. ^a Cazd. ^o com	Possue	Nada
Izabel Rodrigues de id. ^o de 19 ã		
De id. ^o de 60 ã Ignacio Teixr. ^a , Viuvo	Possue	Nada
De id. ^o de 50 ã João Martins de Siqr. ^a , cazd. ^o com	Possue	12\$000
Margarida de Souza de id. ^o de 22 ã		
De id. ^o de 26 ã Fran. ^{co} de Freitas Machado, cazd. ^o com	Possue	Nada
Joanna da Sylva de id. ^o de 25 ã		
De id. ^o de 92 ã Paschoal Pr. ^a de Alvarg. ^a , soltr. ^o	Possue	Nada
Filhos		
Manoel de id. ^o de 16 ã Quiteria de 35 ã		
.	Possue	38\$000
De id. ^o de 39 ã Cabo da 3. ^a — Paulo Carv. ^o Cou- to, cazd. ^o com	Possue	Nada
Maria Pinto de id. ^o de 37 ã Filhos		
Antonio de id. ^o de 16 ã Jozeph de 11 ã Manoel de 8 ã Joaq. ^m de 6 ã Fran. ^{co} de 2 ã João de 1 mes Maria de 14 ã Anna de 15 ã		
De id. ^o de 69 ã Mathias Rodrigues Subr. ^o , cazd. ^o com	Possue	Nada
Roza de Çena de id. ^o de 50 ã Filho		
Manoel de id. ^o de 14 ã		
De id. ^o de 24 ã Antonio Barreto Leme, cazd. ^o com	Possue	20\$000
Maria Branca de id. ^o de 22 ã		
De id. ^o de 18 ã Manoel Corr. ^a soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^o de 54 ã Antonio Dias da Costa, cazado		

com	Possue	Nada
Ignacia Pereira de id. ^o de 35 ã		
Filhos		
Antonio de id. ^o de 18 ã		
Fran. ^{co} de 8 ã		
M. ^{el} de 3 ã		
Jozeph de 1 ã		
Maria de 16 ã		
Fran. ^{ca} de 12 ã		
Anna de 7 ã		
De id. ^o de 25 ã Roberto da Sylva Leme Cazd. ^o		
com	Possue	Nada
Joanna do Prado de id. ^o de 20 ã		
Filha — Anna de id. ^o de 3 mezes		
De id. ^o de 31 ã Salvador Rodrigues Ramos Cazd. ^o		
com	Possue	Nada
Maria Jozeph de id. ^o de 33 ã		
Filha — Maria de id. ^o de 6 ã		
De id. ^o de 33 ã João Rodrigues de Morais Cazd. ^o		
com	Possue	Nada
Catharina Pedroza de id. ^o de 25 ã		
Filhos		
Ign. ^{co} de id. ^o de 7 ã		
Joaq. ^m de 5 ã		
Jozeph de 2 ã		
Ellenna de 4 ã		
De id. ^o de 36 ã Antonio Rodrigues de Morais Cazd. ^o com	Possue	12\$800
Maria Magdalena de id. ^o de 30 ã		
Filhos		
Jozeph de id. ^o de 8 ã		
Joaq. ^m de 6 ã		
Ign. ^{co} de 1 mez		
Maria de 10 ã		
De id. ^o de 19 ã Fran. ^{co} Rodrigues de Morais Cazd. ^o com	Possue	Nada
Maria Joseph de id. ^o de 22 ã		
De id. ^o de 30 ã Jeronimo Felis Corr. ^a Cazd. ^o com	Possue	30\$000
Anna de Jezus de id. ^o de 28 ã		
Filhos		
Fran. ^{co} de id. ^o de 3 ã		
Maria de 7 ã		
De id. ^o de 30 ã Manoel Nunes da Sylva Cazd. ^o		

com	Possue	Nada
Maria Glz de id. ^o de 25 ã		
Filhos		
Joaq. ^m de id. ^o de 5 ã		
Manoel de 1 ã		
Anna de 4 ã		
De id. ^o de 26 ã Jozé de Moraes Bragança Cazd. ^o		
com	Possue	12\$800
Anna de Arruda de id. ^o de 22 ã		
Filhos		
Jozeph de id. ^o de 3 ã		
Jozeph de 1 ã		
De id. ^o de 28 ã João de Moraes Bragança Cazd. ^o		
com	Possue	13\$000
Roza de Jezus de id. ^o de 25 ã		
Filhos		
Anna de id. ^o de 3 ã		
Maria de 1 mez		
De id. ^o de 38 ã Gonçallo Fran. ^{co} de Moraes		
Cazd. ^o com	Possue	23\$000
Escollastica Maria de id. ^o de 30 ã		
Filhos		
Antonio de id. ^o de 3 ã		
Anna de 7 ã		
Ellenna de 5 ã		
Fran. ^{ca} de 2 ã		
De id. ^o de 46 ã Salvador Cordr. ^o Gil Cazd. ^o com		
.	Possue	30\$000
Maria da Sylva de id. ^o de 36 ã		
Filhos		
Antonio de id. ^o de 12 ã		
Joaq. ^m de 10 ã		
Fran. ^{co} de 15 ã		
Anna de 7 ã		
Quiteria de 5 ã		
Maria de 2 ã		
De id. ^o de 28 ã Jozeph Rodrigues — Viuvo		
.	Possue	Nada
De id. ^o de 19 ã Antonio Pires Cazado com		
.	Possue	Nada
Ign. ^{ca} Maria de id. ^o de 18 ã		
De id. ^o de 60 ã David do Prado Corr. ^a cazado		
com	Possue	21\$000
Maria Rapoza de id. ^o de 40 ã		

Filhos

	Jozeph	de id. ^e de 14 ã	
	Diogo	de 6 ã	
	Maria	de 18 ã	
	Margarida	de 11 ã	
	Roza	de 3 ã	
	Catharina	de 1 ã	
De id. ^e de 39 ã	Jozeph Cubas de Freitas	Cazado com	Possue Nada
	Maria da Costa	de id. ^e de 46 ã	
De id. ^e de 19 ã	Cabo da 4. ^a — Fran. ^{co} Roiz Chaves Soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 47 ã	Ign. ^{co} Garcia cazado com	Possue Nada
	Gertrudes de Jezus	de id. ^e 32 ã	

Filhos

	Manoel	de id. ^e de 10 ã	
	Fran. ^{co}	de 3 ã	
	Magdalena	de 20 ã	
	Ing. ^{ca}	de 13 ã	
	Anna	de 6 ã	
De id. ^e de 50 ã	João Baptista Garcia	solteiro	Possue Nada
De id. ^e de 38 ã	Francisco de Alvarenga Chaves	cazado com	Possue 200\$000
	Maria Vieira	de idade de 30 ã	

Filhos

	Jozé	de id. ^e de 10 ã	
	Joaq. ^m	de 4 ã	
	Fran. ^{co}	de 2 ã	
	M. ^a	de 7 ã	
	Anna	de 6 ã	
De id. ^e de 24 ã	Furtuozo de Alvarenga	soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 23 ã	Fran. ^{co} Xavier de Loyola	soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 60 ã	Lourenço Rodrigues do Prado	Cazd. ^o com	Possue 400\$000
	Barbara Anna	de id. ^e de 39 ã	

Filhos

	Luis	de id. ^e de 18 ã
	Jozeph	de 13 ã
	Ignacio	de 10 ã
	Joaq. ^m	de 2 ã

	Anna	de	9	ã	
	Maria	de	6	ã	
	Izabel	de	4	ã	
De id. ^e de	42	ã	Manoel Gil de Syqr. ^a	Cazado com	
..	Possue
	Anna Ribeyra	de id. ^e de	62	ã	Nada
	Filhos				
	Jozeph	de id. ^e de	12	ã	
	Salvador	de	10	ã	
De id. ^e de	30	ã	João Rodrigues Furtado	cazado com	
..	Possue
	Maria Magdalena	de id. ^e de	38	ã	200\$000
	Filhos				
	Magdalena	de id. ^e de	8	ã	
	Maria	de	1	ã	
De id. ^e de	30	ã	Antonio Machado	cazado com	
..	Possue
	Anna Ribeyra	de id. ^e de	30	ã	Nada
	Filhos				
	João	de id. ^e de	10	ã	
	Ant. ^o	de	8	ã	
	Joaq. ^m	de	3	ã	
	Maria	de	5	ã	
	Anna	de	7	ã	
	Fran. ^{ca}	de	1	mez	
De id. ^e de	18	ã	Manoel Ribeyro	cazado com ..	
..	Possue
	Antonia Fran. ^{ca}	de id. ^e de	26	ã	Nada
De id. ^e de	23	ã	Lourenço Leme da Costa	cazd. ^o com	
..	Possue
	Antonia Frr. ^a	de id. ^e de	16	ã	Nada
	Filhos				
	Bernarda	de id. ^e de	3	ã	
	Magdalena	de	2	ã	
	Ign. ^{ca}	de	6	mezes	
De id. ^e de	26	ã	Salvador Machado	cazado com	
..	Possue
	Maria da Sylva	de id. ^e de	16	ã	Nada
	Filha				
	Maria	de id. ^e de	6	mezes	
De id. ^e de	33	ã	Pedro Pereyra Barros,	Carap. ^a Cazd. ^o com	
..	Possue
	Quiteria da Sylva	de id. ^e de	24	ã	Nada
	Filhos				

	Felisberto	de id.º de	5 ã	
	Pedro	de	2 ã	
De id.º de	37 ã	Antonio Alvares Cabral	cazd.º	
	com	Possue	Nada
		Angela Machado	de id.º de 34 ã	
		Filhos		
	Antonio	de id.º de	9 ã	
	Estevão	de	4 ã	
	Fran.º	de	5 ã	
	Maria	de	12 ã	
	Maria	de	6 ã	
	Ellenna	de	3 ã	
De id.º de	16 ã	João Antunes	— Solteiro	Possue Nada
De id.º de	30 ã	Antonio Jozé da Silva	cazd.º	
	com	Possue	Nada
		Quiteria da Sylva	de id.º de 20 ã	
De id.º de	43 ã	Estevão Nunes da Costa	cazd.º	
	com	Possue	100\$000
		Antonia de Jezus	de id.º de 37 ã	
		Filhos		
	Francisco	de id.º de	8 ã	
	Lucio	de	3 ã	
	Manoel	de	1 mes	
	Maria	de	15 ã	
	Catharina	de	13 ã	
	Maria	de	11 ã	
	Anna	de	7 ã	
	Angela	de	5 a	
	Maria	de	2 ã	
De id.º de	44 ã	Manoel Miz da Costa	cazd.º com	
	Possue	Nada
		Floriana Maria	de id.º de 43 ã	
		Filhos		
	Jozeph	de id.º de	12 ã	
	Ant.º	de	7 ã	
	Maria	de	15 ã	
De id.º de	47 ã	Fran.º Alvares Corr.ª	cazado	
	com	Possue	Nada
		Thareza Garcia	de id.º de 30 ã	
		Filhos		
	Joaquim	de id.º de	3 ã	
	Maria	de	10 ã	
	Catharina	de	7 ã	
De id.º de	58 ã	Diogo Barboza Rego	cazado com	

.....	Possue	200\$000
Catharina de oLivr. ^a de id. ^e de 53 ã		
Filhos		
Diogo	de id. ^e de 22 ã	
Catharina	de 24 ã	
Maria	de 12 ã	
De id. ^e de 27 ã	Ignacio Barboza soltr. ^o ..	Nada
De id. ^e de 25 ã	João Garcia soltr. ^o	Nada
De id. ^e de 40 ã	Cabo da 5. ^a M. ^{el} P. ^{to} da Fon. ^{ca}	
cazd. ^o com	Possue	Nada
Ellenna da Costa de id. ^e de 28 ã		
Filhos		
Salvador	de id. ^e de 2 ã	
Jozeph	de 1 ã	
De id. ^e de 32 ã	Domingos da Sylva Rego cazado	
com	Possue	40\$000
Angela de Jezus de id. ^e de 22 ã		
Filhos		
Joaq. ^m	de id. ^e de 3 ã	
Diogo	de 1 ã	
Anna	de 5 ã	
De id. ^e de 16 ã	Jozeph Corre Leme — Soltr. ^o	
.....	Possue	Nada
De id. ^e de 56 ã	Ignacio Bicudo Corr. ^a , cazado	
com	Possue	Nada
Maria Dias de id. ^e de 44 ã		
Filhos		
Antonio	de id. ^e de 5 ã	
João	de 2 ã	
Ellenna	de 20 ã	
Maria	de 16 ã	
Anna	de 12 ã	
Magdalena	de 3 ã	
De id. ^e de 19 ã	Domingos Correa, Cazado com	
com	Possue	Nada
Joanna Corr. ^a de id. ^e de 13 ã		
De id. ^e de 25 ã	Manoel Leme Soltr. ^o ..	Nada
De id. ^e de 37 ã	Antonio de Freitas Machado,	
cazd. ^o com	Possue	Nada
Ellenna da Sylva de id. ^e de 25 ã		
Filhos		
Fran. ^{co}	de id. ^e de 7 ã	
Amaro	de 5 ã	
Alexr. ^e	de 2 ã	

	Luis	de	1	ã	
	Anna	de	4	ã	
De id.º de 32	ã	João de Almd.ª	Telles, Caz.º		
com	Possue			Nada
	Quiteria de Freytas	de id.º de 30	ã		
	Filhos				
	Manoel	de id.º de 7	ã		
	Joaq. ^m	de id.º de 6	ã		
	Salvador	de 4	ã		
	Anna	de 2	ã		
De id.º de 35	ã	Francisco de Freytas Machada			
—	Soltr.º	Possue		Nada
De id.º de 22	ã	Jozé Alvares Corr.ª	cazado com		
	Possue			Nada
	Joanna Pires	de id.º de 20	ã		
De id.º de 62	ã	Miguel de Freitas Machado,			
	Cazd.º	com	Possue	Nada
	Fran. ^{ca} do Prado	de id.º de 50	ã		
	Filhos				
	Andre	de id.º de 24	ã		
	João	de 25	ã		
	Salvador	de 15	ã		
	Miguel	de 18	ã		
	Manoel	de 14	ã		
	Luis	de 12	ã		
	Maria	de 13	ã		
	Margarida	de 10	ã		
De id.º de 60	ã	Manoel da Crus, Cazado com			
	Possue			Nada
	Marta de Jezus	de id.º de 40	ã		
	Filhos				
	Joaquim	de id.º de 19	ã		
	Antonio	de 15	ã		
	Ignacio	de 8	ã		
	Maria	de 12	ã		
De id.º de 55	ã	Francisco Baptista Gil, Cazd.º			
com	Possue			Nada
	Anna Ribeyra	de id.º de 52	ã		
	Filhos				
	Angelo	de id.º de 14	ã		
	Daniel	de 11	ã		
	Izidoro	de 8	ã		
	Ellenna	de 19	ã		
	Ignacia	de 17	ã		

	Anna	de	9 ã	
	Ursula	de	6 ã	
De id.º de 51 ã	Salvador do Prado Martins ca- zado com Possue			15\$000
	Bernarda de Cenna de id.º de 50 ã			
	Filhos			
	Miguel	de id.º de	18 ã	
	Fran.º	de	16 ã	
	Joanna	de id.º de	20 ã	
	Ellenna	de	17 ã	
	Maria	de	12 ã	
De id.º de 22 ã	Jozeph de Freitas Leme Cazd.º com Possue			Nada
	Maria Pedroza de id.º de 16 ã			
De id.º de 22 ã	Cabo da 6.ª — Ant.º Corr.ª do Prado, soltr.º Possue			Nada
De id.º de 59 ã	Jozé do Prado Martins Cazd.º com Possue			20\$000
	Gertrude Roza de id.º de 38 ã			
	Filhos			
	Jozeph	de id.º de	11 ã	
	Manoel	de	5 ã	
	João	de	3 ã	
	Maria	de	13 ã	
	Margarida	de	10 ã	
De id.º de 40 ã	Francisco Rodrigues do Prado Cazd.º com Possue			10\$000
	Maria de Assumpção de id.º de 24 ã			
	Filhos			
	Jozé	de id.º de	11 ã	
	Leandro	de	16 ã	
	João	de	10 ã	
	Ant.º	de	5 ã	
	Thareza	de	17 ã	
	Fran.ª	de	2 ã	
De id.º de 33 ã	João da Motta Paes Cazado com Possue			30\$000
	Maria de Anunciação de id.º de 25 ã			
	Filhos			
	Jozeph	de id.º de	6 ã	
	João	de	2 ã	
	Anna	de	4 ã	
De id.º de 30 ã	Felipe Ribr.º de Toledo Cazd.º com Possue			12\$800

Izabel Fran. ^{ca} de id. ^o de 19 ã		
Filhas		
Anna	de id. ^o de 4 ã	
Maria	de 2 ã	
De id. ^o de 48 ã	Luiz da Sylva Rego Cazado com	
..... Possue	6\$400
Quiteria de Souza de id. ^o de 30 ã		
Filhos		
Jozeph	de id. ^o de 11 ã	
Joaq. ^m	de 1 ã	
Anna	de 15 ã	
Maria	de 13 ã	
Margarida	de 9 ã	
Magdalena	de 5 ã	
Fran. ^{ca}	de 3 ã	
Catharina	de 2 ã	
De id. ^o de 49 ã	João Vieyra da Cunha cazado com	
..... Possue	20\$000
Maria Mor. ^a de id. ^o de 30 ã		
Filhos		
Manoel	de id. ^o de 4 ã	
Fran. ^{co}	de 2 ã	
Joanna	de 5 ã	
De id. ^o de 52 ã	Pedro Ayres Correa — Soltr. ^o	
..... Possue	60\$000
De id. ^o de 50 ã	Pedro Peyxoto da Sylva — Carapina — Cazd. ^o com	
..... Possue	100\$000
Maria da Fonceca de id. ^o de 48 ã		
Filhos		
Manoel	de id. ^o de 18 ã	
Jozeph	de 9 ã	
João	de 7 ã	
Joaq. ^m	de 3 ã	
Anna	de 16 ã	
Joanna	de 10 ã	
Maria	de 5 ã	
De id. ^o de 35 ã	Manoel Jozé — Soltr. ^o — Serrador	
..... Possue	Nada
De id. ^o de 38 ã	João Custodio Cazado com	
..... Possue	Nada
Maria do Rozario de id. ^o de 35 ã		
Filhos		
Joaq. ^m	de id. ^o de 11 ã	
Jozeph	de 9 ã	

	Jeronimo	de	7 ã	
	Anna	de	5 ã	
	Maria	de	3 ã	
De id.º	de 20 ã	Jozé Frr. ^a	da Sylva	— Soltr.º
	Possue
				Nada
De id.º	de 24 ã	Luis Fran. ^{co}	de Moraes	— Soltr.º
	Possue
				Nada
De id.º	de 26 ã	Joaquim de Pina	cazado com	
	Possue
				8\$000
				Maria Clara de id.º de 15 ã
De id.º	de 90 ã	Salvador de Barros	— Viuvo	
	Possue
				Nada
De id.º	de 37 ã	Manoel da Pax	cazado com	
	Possue
				Nada
				Clara Francisca de id.º de 26 ã..
				Filhos
				Joam de id.º de 10 ã
				Fran. ^{ca} de 12 ã
				Dom. ^{as} de 7 ã
				Anna de 5 ã
				Margarida de 4 ã
				Quiteria de 2 ã
De id.º	de 23 ã	Jozé Alz	Coelho cazado com	
	Possue
				100\$000
				Anna Pedroza de id.º de 22 ã
				Filhos
				Fran. ^{co} de id.º de 2 ã
				Escolastica de 2 mezes
De id.º	de 60 ã	Sebastião de Barros	cazd.º com	
	Possue
				30\$000
				Marta Rodrigues de id.º de 40 ã
				Filhos
				João de id.º de 20 ã
				Maria de 19 ã
De id.º	de 30 ã	Quintiliano da Cunha	Gago,	
			Cazd.º com	..
			..	Possue
				16\$000
				Maria da Sylva de id.º de 24 ã
				Filhos
				Fran. ^{co} de id.º de 2 ã
				Maria de 4 ã
De id.º	de 28 ã	Antonio Dias Peres	Cazd.º com	
	Possue
				6\$400
				Fran. ^{ca} Nunes de id.º de 30 annos
				Filhos

	Jozé	de id. ^e de	4 ã	
	Anna	de	2 ã	
	Quiteria	de	6 ã	
De id. ^e de 26 ã	Fran. ^{co} Perera da Costa	cazado		
com	Anna Francisca	de id. ^e de 38 ã		Possue Nada
	Filhos			
	Manoel	de id. ^e de	6 ã	
	Liberato	de	7 mezes	
	Maria	de	3 ã	
De id. ^e de 32 ã	Miguel Gomes da Costa	Cazd. ^o		
com	Catharina Maria	de id. ^e de 34 ã		Possue Nada
	Filhos			
	Jozé	de id. ^e de	4 ã	
	Manoel	de	3 ã	
De id. ^e de 27 ã	Antonio Francisco da Costa			
Cazd. ^o com	Maria Dias	de id. ^e de 23 ã		Possue Nada
De id. ^e de 28 ã	Cabo da 7. ^a — Dom. ^{os} Garcia			
Veyga, Cazd. ^o com	Maria da Trin.de	de id. ^e de 22 ã		Possue Nada
	Filho			
	João	de id. ^e de	2ã	..
De id. ^e de 24 ã	Manoel Alz Coelho	Cazd. ^o com		
com	Izabel do Prado	de id. ^e de 30 ã		Possue Nada
	Filhos			
	Manoel	de id. ^e de	2 ã	
	Maria	de	5 ã	
De id. ^e de 33 ã	Fran. ^{co} Leite de oLivr. ^a Cazd. ^o			
com	María de Godois	de id. ^e de 18 ã		Possue Nada
	Filhos da 1. ^a m. ^{er}			
	Ant. ^o	de id. ^e de	12 ã	
	Manoel	de	8 ã	
	Venancio	de id. ^e de	5 ã	
	Thareza	de	10 ã	
	Magdalena	de	3 ã	
De id. ^e de 28 ã	Manoel Fran. ^{co} de Alvarenga			
Cazd. ^o com	Berediana de oLivr. ^a	de id. ^e de 29 ã		Possue 6\$000
	Filhos			
	Manoel	de id. ^e de	4 ã	

	Jozeph	de	2 ã	
	Joaq. ^m	de	1 ã	
De id. ^o de 48 ã	Fran. ^{co}	Martins	Cazado com	
			Possue	20\$000
	Ursula Pedroza	de id. ^o de 36 ã		
	Filhos			
	Domingos	de id. ^o de 11 ã		
	Joaq. ^m	de	5 ã	
	João	de	1 ã	
	Anna	de	13 ã	
	Maria	de	8 ã	
	Joanna	de	6 ã	
De id. ^o de 26 ã	Ellias Frr. ^a	Cazado com	Possue	Nada
	Escollastica Pedroza	de id. ^o de 23 ã		
	Filhos			
	Felisberto	de id. ^o de 3 ã		
	Maria	de	5 ã	
	Anna	de	8 mezes	
De id. ^o de 40 ã	João Mendes	Siqueira	Cazd. ^o	
	com		Possue	Nada
	Maria da Conceição	de id. ^o de 30 ã		
	Filhos			
	Fran. ^{co}	de id. ^o de 12 ã		
	Ellenna	de	6 ã	
	Anna	de	3 ã	
De id. ^o de 37 ã	João Miguel	Cazado com	Possue	Nada
	Maria Martins	de id. ^o de 22 ã		
	Filhos			
	Miguel	de id. ^o de 2 ã		
	Ign. ^{ca}	de	4 ã	
De id. ^o de 24 ã	Fran. ^{co}	Antunes do Prado	Cazd. ^o	
	com		Possue	Nada
	Clara de Jezus	de id. ^o de 35 ã		
De id. ^o de 40 ã	Domingos	de oLivr. ^a	digo	
	Vieyra, Cazd. ^o	com	Possue	12\$800
	Andreza Correa	de id. ^o de 35 ã		
	Filhos			
	Miguel	de id. ^o de 3 ã		
	Jozé	de	4 mezes	
	Izabel	de	9 ã	
	Maria	de	8 ã	
	Marta	de	6 ã	
	Anna	de	4 ã	
De id. ^o de 30 ã	Thomas	de Vila Nova	Cazd. ^o	

	com	Possue	50\$000
	Maria do Nascim. ^{to} de id. ^e de 24 ã		
De id. ^e de 23 ã	Fran. ^{co} de Sales Tour. ^o Cazd. ^o		
	com — Carap. ^a	Possue	Nada
	Quiteria dos Santos de id. ^e de 19 ã		
	Filho		
	Fran. ^{co} de id. ^e 1 ã		
De id. ^e de 65 ã	Fran. ^{co} Guedes de Azd. ^o Cazd. ^o		
	com	Possue	Nada
	Maria Garcia de id. ^e de 50 ã		
De id. ^e de 34 ã	Caetano Ribeyro Cazd. ^o com		
	Possue	Nada
	Maria Francisca de id. ^e de 24 ã		
	Filhos		
	Maria de id. ^e de 5 ã		
	Magdalena de 2 ã		
De id. ^e de 17 ã	Salvador Correa de Tolledo		
	Cazd. ^o com	Possue	Nada
	Quiteria de Jezus de id. ^e de 16 ã		
	Filha		
	Maria de id. ^e de 6 mezes		
De id. ^e de 45 ã	Bento Gil de Siqr. ^a Cazado com		
	Possue	Nada
	Anna Pires de id. ^e de 30 ã		
	Filhos		
	João de id. ^e de 11 ã		
	Manoel de 4 ã		
	Fran. ^{co} de 19 ã		
	Maria de 8 ã		
	Anna de 7 ã		
De id. ^e de 64 ã	Fran. ^{co} Lucino Sylva Cazd. ^o		
	com	Possue	600\$000
	Maria da Sylva de id. ^e de 44 ã		
	Filhos		
	Jozeph de id. ^e de 10 ã		
	Joaq. ^m de 8 ã		
	Manoel de 6 ã		
	Fran. ^{co} de 4 ã		
De id. ^e de 24 ã	Cabo da 8. ^a — Joze Luis de		
	Camg. ^o — Soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^e de 57 ã	Antonio Delg. ^o de Cast. ^o Cazd. ^o		
	com	Possue	Nada
	Catharina Dias de id. ^e de 52 ã		
	Filhos		

	Ant. ^o	de id. ^e de 17 ã	
	Jozé	de 15 ã	
	Magdalena	de 22 ã	
	Maria	de 9 ã	
De id. ^e de 60 ã	Manoel Velho Garcia	Cazado	
com		Possue	50\$000
	Ignacia Mor. ^a	de id. ^e de 22 ã	
	Filhos da 1. ^a m. ^{er}		
	Manoel	de id. ^e de 22 ã	
	M. ^a da 2. ^a m. ^{er}	de id. ^e de 2 ã	
De id. ^e de 70 ã	João Moreyra de Souza	Cazado	
com		Possue	400\$000
	Maria Ellena	de id. ^e de 56 ã	
	Filhos		
	Estevão	de id. ^e de 22 ã	
	Joam	de 17 ã	
	Maria	de 23 ã	
	Margarida	de 20 ã	
	Anna	de 14 ã	
De id. ^e de 27 ã	Salvador Mor. ^a	Cordr. ^o , soltr. ^o	
.		Possue	50\$000
De id. ^e de 65 ã	Manoel Machado Mag. ^{es}	Cazd. ^o	
com		Possue	Nada
	Violanta Bicuda	de id. ^e de 50 ã	
	Filhos		
	Manoel	de id. ^e de 14 ã	
	Fran. ^{co}	de 13 ã	
	Joam	de id. ^e de 12 ã	
	Salvador	de 6 ã	
De id. ^e de 86 ã	Manoel da Costa Braga	cazd. ^o	
com		Possue	50\$000
	Maria Bicuda	de id. ^e de 67 ã	
	Filhos		
	Felipe	de id. ^e de 33 ã	
	Luzia	de 42 ã	
De id. ^e de 59 ã	João Bicudo Corr. ^a	cazado com	
.		Possue	Nada
	Maria de Jezus	de id. ^e de 40 ã	
	Filhos		
	Fran. ^{co}	de id. ^e de 12 ã	
	Ign. ^{co}	de 10 ã	
	Sebast. ^{am}	de 8 ã	
	M. ^{el}	de 6 ã	
	Anna	de 2 ã	

De id. ^e de 50 ã	Matheus Martins Viuvo	Possue	Nada
	Filhos		
	Manoel	de id. ^e de 19 ã	
	Fran. ^{co}	de 9 ã	
	João	de 5 ã	
	Izabel	de 21 ã	
	Anna	de 18 ã	
	Maria	de 17 ã	
	Quiteria	de 8 ã	
De id. ^e de 60 ã	Carlos Pais da Fon. ^{ca}	cazado	
com		Possue	Nada
	Fran. ^{ca} de Arruda de id. ^e de 50 ã		
	Filhos		
	Dom. ^{os}	de id. ^e de 19 ã	
	Andre	de 18 ã	
	Thomas	de 7 ã	
	Maria	de 14 ã	
	Maria	de 12 ã	
	Liberata	de 8 ã	
De id. ^e de 26 ã	João de Souza	Codr. ^o Cazd. ^o	
com		Possue	Nada
	Maria Bicuda de id. ^e de 20 ã		
	Filhos		
	Diogo	de id. ^e de 6 ã	
	Ant. ^o	de 4 ã	
	Quiteria	de 2 ã	
De id. ^e de 45 ã	Antonio de freitas de	Andr. ^e	
Caz. ^o com		Possue	10\$000
	M. ^a da Sylva de id. ^e de 24 ã		
	Filhos		
	Jozeph	de id. ^e de 8 ã	
	Maria	de 5 ã	
	Anna	de 2 ã	
De id. ^e de 36 ã	Dom. ^{os} Fran. ^{co}	Pim. ^{tel} cazado	
com		Possue	50\$000
	Maria Pedroza de id. ^e de 34 ã		
	Filhos		
	Ant. ^o	de id. ^e de 8 ã	
	Manoel	de 3 ã	
	Leonor	de 1 ã	
De id. ^e de 50 ã	João Garcia	Cord. ^o Cazado com	
.		Possue	500\$000
	Marta Barboza de id. ^e de 46 ã		
	Filhos		

	Fran. ^{co}	de id. ^e de 14 ã	
	Anna	de 7 ã	
De id. ^e de 19 ã	João Antunes Cordr. ^o	— Soltr. ^o	
	Possue Nada
De id. ^e de 34 ã	Cabo da 9. ^a	— Mig. ^{el} de Almd. ^a ,	
	Cazd. ^o com	Possue 50\$000
	Ign. ^{ca} da Sylva	de id. ^e de 20 ã	
De id. ^e de 32 ã	Amaro Glz Cazado com	Possue	Nada
	Maria da Sylva	de id. ^e de 24 ã	
	Filhos		
	M. ^{el}	de id. ^e de 2 ã	
	Anna	de 3 ã	
De id. ^e de 17 ã	Gonçallo Garcia	Soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 40 ã	Francisco Rodrigues	Furtado —	
	Soltr. ^o	Possue 12\$000
De id. ^e de 35 ã	Francisco Xavier da S. ^a	Cazd. ^o	
	com	Possue Nada
	Angela Cordr. ^a	de id. ^e de 34 ã	
	Filhos		
	M. ^{el}	de id. ^e de 16 ã	
	Fran. ^{co}	de 13 ã	
	Ant. ^o	de 6 ã	
	Mig. ^{el}	de 5 ã	
	Jozeph	de 3 ã	
	Anna	de 4 mezes	
De id. ^e de 48 ã	Miguel Rodrigues	do Prd. ^o	
	Cazd. ^o com	Possue 16\$000
	Maria Bicuda	de id. ^e de 47 ã	
	Filhos		
	Fran. ^{co}	de id. ^e de 24 ã	
	Angelo	de 13 ã	
	Ant. ^o	de 9 ã	
	Salvador	de 7 ã	
	Branca	de 6 ã	
De id. ^e de 35 ã	Estevão Raposo Barboza	Cazd. ^o	
	com	Possue 12\$000
	Maria de Jezus	de id. ^e de 36 ã	
	Filhos		
	Fran. ^{co}	de id. ^e de 12 ã	
	Pedro	de 10 ã	
	Estevão	de 4 ã	
	Mariana	de 8 ã	
	Barbara	de 7 mezes	
De id. ^e de 30 ã	Salvador Corr. ^a	do Prado Cazd. ^o	

com	Possue	Nada
Mariana da Fon. ^{ca} de id. ^e de 16 ã		
Filho		
Anna de id. ^e de 3 ã		
De id. ^e de 38 ã Estacio Ant. ^o Cazado com	Possue	Nada
Joanna do Prado de id. ^e de 30 ã		
De id. ^e de 22 ã Ignacio Barboza soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^e de 50 ã João Rodrigues Fernandes Cazd. ^o		
com	Possue	Nada
Antonia Camacho de id. ^e de 18 ã		
Filhos		
Mariana de id. ^e de 4 ã		
Escollastica de 3 ã		
Izabel de 2 ã		
De id. ^e de 46 ã João Homem Brazil — Viuvo		
.	Possue	Nada
Filha — Maria de id. ^e de 1 ã		
De id. ^e de 38 ã Pedro Frr. ^a Pontes Cazado com		
.	Possue	Nada
Maria Fran. ^{ca} de id. ^e de 34 ã		
Filhos		
João de id. ^e de 12 ã		
Fran. ^{co} de 6 ã		
Salvador de 3 ã		
Pedro de 2 ã		
Jozé de 1 ã		
De id. ^e de 32 ã Jozeph da Costa Cazado com		
.	Possue	10\$000
Maria Borges de id. ^e de 20 ã		
Filhos		
Ign. ^{co} de id. ^e de 10 ã		
Joanna de 8 ã		
Anna de 3 ã		
Dom. ^{as} de 2 ã		
De id. ^e de 55 ã Jozeph da Costa Chaves — Ca-		
zado com	Possue	Nada
Anna Mor. ^a de id. ^e de 26 ã		
De id. ^e de 65 ã Antonio Glz de oLvr. ^a cazado		
com	Possue	800\$000
Thareza de Jezus de id. ^e de 58 ã		
Mariana agregada de id. ^e de 24 ã		
De id. ^e de 23 ã Antonio de Sousa Barboza Ca-		
zado com	Possue	Nada
Joanna Correa de id. ^e de 21 ã		

Salvador Vicente auz. ^{to} — cazd. ^o com	Possue	16\$000.
Ellena da Sylva de id. ^e de 47 ã		
Filhos		
Amador de id. ^e de 19 ã		
Manoel de 15 ã		
Pedro de 9 ã		
Maria de 11 ã		
Genoveva de 7 ã		
De id. ^e de 35 ã Manoel Rodrigues da S. ^a Soltr. ^o	Possue	Nada.
De id. ^e de 26 ã Cabo da 10. ^a Esquadra — Fellipe Vr. ^a — soltr. ^o	Possue	100\$000
De id. ^e de 75 ã Fran. ^{co} Vieyra de Tolledo cazado com	Possue	300\$000
Maria da Concepção de id. ^e de 45 ã		
Filhos		
Dom. ^{os} de id. ^e de 16 ã		
Joaq. ^m de 12 ã		
Anna de 14 ã		
De id. ^e de 26 ã Ignacio Vieyra da Sylva cazado com	Possue	10\$000
Anna Jacinta de id. ^e de 19 ã		
De id. ^e de 23 ã João Vieyra da Sylva soltr. ^o	Possue	5\$000
De id. ^e de 20 ã Pantaleão Frr. ^a — soltr. ^o	Possue	10\$000
Jozé Garcia Pim. ^{tel} auz. ^{te}		
De id. ^e de 34 ã Gregorio da Sylva Cazado com	Possue	6\$400
Maria do Rozario de id. ^e de 33 ã		
Filhos		
M. ^{el} de id. ^e de 11 ã		
Jozeph de 7 ã		
Lino de 3 ã		
Joaq. ^m de 2 ã		
Catharina de 4 ã		
Angela de 1 ã		
De id. ^e de 40 ã Jacinto Mor. ^a — soltr. ^o	Possue	Nada.
De id. ^e de 16 ã Simão Coutinho — soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^e de 36 ã Manoel Correa Cazado com	Possue	10\$000
Agueda Lopes de id. ^e de 30 ã		
De id. ^e de 63 ã Paschoal de oLivr. ^a Cout. ^o Cazado com	Possue	150\$000

Getrudes de Jezus de id.^o de 51 ã
Filhos

Antonio de id.^o de 22 ã
Fran.^{co} de 21 ã
Laureano de 20 ã
Maria de 18 ã
Rozaura de 14 ã
Anna de 8 ã

De id.^o de 48 ã Carlos de Gois Cazado com ... Possue Nada
Anna Rodrigues de id.^o de 45 ã

Filhos

Matheus de id.^o de 28 ã
Manoel de 8 ã
Anna de 24 ã
Margarida de 22 ã
Agueda de 20 ã
Maria de 18 ã
Thareza de 7 ã
Maria de 3 ã

De id.^o de 27 ã João de oLivr.^a — soltr.^o Possue Nada
De id.^o de 25 ã Domingos de oLvr.^a — soltr.^o

... Possue Nada
De id.^o de 48 ã Antonio Mendes — soltr.^o Possue Nada

De id.^o de 33 ã Santiago da Cunha cazado com ... Possue 4\$000

Anna Antonia de id.^o de 15 ã

Filhos

Ant.^o de id.^o de 2 ã
M.^a de 4 ã

De id.^o de 40 ã Jacinto de Moraes — soltr.^o curtidor ... Possue Nada

De id.^o de 25 ã Domingos da Sylva Camargo — soltr.^o ... Possue Nada

De id.^o de 62 ã Domingos da Sylva Carriel cazado com ... Possue 16\$000

Luiza Rodrigues de id.^o de 70 ã

Filhos

Antonio de id.^o de 28 ã
Maria de 36 ã
Ellena de 26 ã
Anna de 20 ã

De id.^o de 56 ã João Teixr.^a cazado com Possue Nada
Rita Ribeyra de id.^o de 38 ã

Filhos

	Bento	de id. ^o de	8 ã	
	Fran. ^{co}	de	6 ã	
	Salvador	de	2 ã	
	Thomazia	de	22 ã	
	Maria	de	18 ã	
	Ellena	de	16 ã	
	Escollastica	de	10 ã	
	Joanna	de	12 ã	
De id. ^e de	60 ã	Antonio Lopes Cazado com	..	
		Possue
		Izabel de Syqr. ^a de id. ^e de	46 ã	16\$000
		Filhos		
		Ignacio	de id. ^e de	32 ã
		Antonio	de	30 ã
		Cypriana	de	20 ã
		Genoveva	de	14 ã
ABz. ^{te}	João de Syqr. ^a	Portes Cazd. ^o com	Possue	Nada
		Fran. ^{ca} Borges de id. ^e de	51 ã	
		Filho — Manoel de id. ^e de	15 ã	
De id. ^e de	50 ã	Gabriel Nunes Barboza Cazado		
		com	..	Possue
		Ignacia de Godois de id. ^e de	25 ã	Nada
		Filhos da 1. ^a m. ^{er}		
		Bartolameu	de id. ^e de	18 ã
		Jozé	de	12 ã
		Caetano	de	8 ã
		Branca	de	20 ã
		Ellena da 2. ^a m. ^{er} de	5 ã	
De id. ^e de	27 ã	Domingos Jozé de Castr. ^o Cazd. ^o		
		com	..	Possue
		Maria de Jezus de id. ^e de	17 ã	25\$600
		Filhas		
		Maria	de id. ^e de	3 ã
		Anna	de	1 ã
De id. ^e de	38 ã	Pedro Rodrigues Mor. ^a Cazado		
		com	..	Possue
		Anna de Gois de id. ^e de	30 ã	Nada
		Filha — Branca de id. ^e de	10 ã	
De id. ^e de	61 ã	Manoel Ferr. ^a Pedrozo Cazd. ^o		
		com	..	Possue
		Maria Cardoza de id. ^e de	24 ã	Nada
		Filha — Ignacia de id. ^e de	2 ã	
De id. ^e de	38 ã	Agapito Rodrigues Cazado com		

.....	Possue	Nada
Benta de Camg. ^o de id. ^e de 37 ã		
Filha — Anna de id. ^e de 14 ã		
De id. ^e de 50 ã Pedro Mor. ^a de Cast. ^o Cazado		
com	Possue	Nada
Francisca Leme de id. ^e de 44 ã		
Filhos		
Ant. ^o	de id. ^e de 7 ã	
Joaq. ^m	de 5 ã	
Maria	de 18 ã	
Anna	de 16 ã	
Margarida	de 13 ã	
Fran. ^{ca}	de 10 ã	
Catharina	de 2 ã	
Rita	de 6 mezes	
De id. ^e de 70 ã Jozé Montr. ^o — soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^e de 90 ã Manoel Gomes da Sylva Cazd. ^o		
com	Possue	100\$000
Maria Moreyra de id. ^e de 26 ã		
De id. ^e de 67 ã Antonia Cout. ^a de Peralta —		
Viuva	Possue	600\$000
Magdalena Agregada de id. ^e de 32 ã		
De id. ^e de 45 ã Maria Coutinha — Viuva	Possue	600\$000
Filhos		
Angelo	de id. ^e de 20 ã	
Felisberto	de 16 ã	
Joam	de 12 ã	
Antonio	de 6 ã	
Antonia	de 22 ã	
Anna	de 11 ã	
Maria	de id. ^e de 10 ã	
Maria	de 8 ã	
Joanna	de 5 ã	
De id. ^e de 40 ã Antonia Vieyra da Maya — Viu-		
va	Possue	Nada
Filhos		
Barbara	de id. ^e de 15 ã	
Elena	de 14 ã	
Anna	de 12 ã	
De id. ^e de 44 ã Quiteria Maria de Jezus — Viu-		
va	Possue	Nada
Filhos		
Thome	de id. ^e de 20 ã	
Manoel	de 16 ã	

	Jozeph	de	6	ã		
	Maria	de	10	ã		
	Anna	de	8	ã		
De id.º de 44	ã Domingas do Rozario	— soltr.ª				
	Possue				Nada
	Filhos					
	Roza	de id.º de	23	ã		
	Anna	de	15	ã		
	Clara	de	10	ã		
De id.º de 60	ã Catharina de Miranda	..			Possue	Nada
	Filha — Fran.ª	de id.º de	23	ã		
De id.º de 33	ã Catharina de Araujo	— Soltr.º				
	Possue				Nada
	Subr.ºs					
	Jozeph	de id.º de	25	ã		
	Luiz	de	20	ã		
	Bernardino	de	10	ã		
	Getrudes	de	2	ã		
De id.º de 60	ã Maria Francisca Leme	— Viuva				
	Possue				40\$000
	Filhos					
	Amador	de id.º de	20	ã		
	João	de	21	ã		
	Maria	de	35	ã		
	Margarida	de id.º de	25	ã		
	Anna	de	19	ã		
	Ant.ª	de	16	ã		
De id.º de 80	ã Mariana de Alm.ª	Prado —				
	Viuva	Possue				400\$000
De id.º de 50	ã Guiomar Corr.ª	— Viuva			Possue	Nada
	Filhos					
	Ign.º	de id.º de	19	ã		
	Jozeph	de	15	ã		
	Manoel	de	8	ã		
	Margarida	de	24	ã		
	Quiteria	de	20	ã		
	Mariana	de	13	ã		
De id.º de 55	ã Maria Paschoa de Miranda	—				
	Viuva	Possue				20\$000
	Filhos					
	Antonio	de id.º de	14	ã		
	Francisco	de	12	ã		
	Salvador	de	6	ã		
	Maria	de	24	ã		

	Anna	de	22 ã	
	Margarida	de	18 ã	
De id.º de 34 ã	Anna de oLiv.ª	—	Solteyra	
..	Possue	Nada
De id.º de 30 ã	Vicencia de oLiveira	—	Soltr.ª	
..	Possue	Nada
De id.º de 58 ã	Joanna da Sylva	—	Soltr.ª	
..	Possue	Nada
De id.º de 80 ã	Anna de Freitas	—	Viuva .. .	
..	Possue	Nada
De id.º de 50 ã	Roza de Faria	—	Viuva Possue	Nada

Filhos

	Jozé	de id.º de	18 ã	
	Ant.º	de	14 ã	
	Salvador	de	9 ã	
	Catharina	de	20 ã	
	Maria	de	16 ã	
	Francisca	de	12 ã	
	Anna	de	8 ã	
	Ign. ^{ca}	de	6 ã	
De id.º de 63 ã	Catharina Pires	—	Viuva .. .	
..	Possue	Nada
	Filho — João	de id.º de	18 ã	
De id.º de 30 ã	Margarida Perera	—	Viuva .. .	
..	Possue	Nada

Filhos

	Ant.º	de id.º de	10 ã	
	Catharina	de	12 ã	
	Anna	de	8 ã	
De id.º de 70 ã	Maria de oLiveyra Garcia	—	Viuva .. .	
..	Possue	200\$000

Filhos

	Ant.º	de id.º de	30 ã	
	Lour. ^{co}	de	28 ã	
De id.º de 38 ã	Mariana de Syqr.ª	—	Viuva	
..	Possue	Nada
	Filho — Reginaldo	de id.º de	18 ã	
De id.º de 46 ã	Thomazia Garcia Cardoza	—	Viuva .. .	
..	Possue	Nada

Filhos

	Jozeph	de id.º de	27 ã
	Gonçalo	de	25 ã
	Lourenço	de	10 ã
	Ignacio	de	8 ã

	Maria	de	31	ã	
	Michaela	de	29	ã	
	Marta	de	6	ã	
	Maria	de	3	ã	
	Engeitados				
	Luís	de	2	ã	
	Salvador	de	7	mezes	
	Brizida	de	5	mezes	
De id. ^o de	30	ã	Fellicia em caza de Feliz Corr. ^a		
 Possue				Nada
	Filhos				
	Ricardo	de	16	ã	
	Brizida	de	10	ã	
De id. ^o de	40	ã	Maria — Agregada de Salvador de Freitas		Possue
				Nada
De id. ^o de	24	ã	Maria da Sylva — Cazada — com Jozé Portes, abz. ^{te}		Possue
				Nada
De id. ^o de	50	ã	Anna Leyte de oLivr. ^a — Viuva		Possue
				Nada
	Filhos				
	Ellena	de id. ^o de	25	ã	
	Catharina	de	20	ã	
De id. ^o de	80	ã	Margarida Bicuda — Viuva ..		
 Possue				Nada
	Filhos				
	Miguel	de id. ^o de	54	ã	
	Maria	de	30	ã	
	Ign. ^{ca}	de	26	ã	
De id. ^o de	48	ã	Catharina Leite — Viuva		
 Possue				Nada
	Filhos				
	Jozé	de id. ^o de	14	ã	
	Miguel	de	21	ã	
	Ant. ^o	de	12	ã	
De id. ^o de	70	ã	Adriana — Viuva Possue		Nada
	Filha — Catharina de id. ^o de 20				
De id. ^o de	59	ã	Maria Andreza de Jezus		Possue
				Nada
	Filhos				
	Fran. ^{co}	de id. ^o de	32	ã	
	Felix	de	18	ã	
	Maria	de	30	ã	
	Anna	de	21	ã	
De id. ^o de	40	ã	Izabel de Faria — Viuva		

.....		Possue	Nada
Filhos			
Ant. ^o	de id. ^e de 26 ã		
Salvador	de 19 ã		
Maria	de 24 ã		
Quiteria	de 22 ã		
De id. ^e de 40 ã	Ignacia Agregada de Paschoal de oLivr. ^a	Possue	Nada
Filhos			
Angelo	de id. ^e de 6 ã		
Fran. ^{co}	de 3 ã		
De id. ^e de 40 ã	Maria de Godois	Possue	Nada
Filhos			
Fran. ^{co}	de id. ^e de 16 ã		
M. ^{el}	de 8 ã		
Jozeph	de 3 ã		
Catharina	de 11 ã		
Anna	de 10 ã		
Ign. ^{ca}	de 5 ã		
De id. ^e de 60 ã	Antonia Fortes dos Ouros	Possue	20\$000
Filhos			
Maria	de id. ^e de 30 ã		
Anna	de 25 ã		
De id. ^e de 39 ã	Joanna de Souza — Viuva ..	Possue	400\$000
Filhos			
Aulerio	de id. ^e de 19 ã		
Ant. ^o	de 15 ã		
João	de 10 ã		
Fran. ^{co}	de 9 ã		
Fabiana	de 11 ã		
Anna	de 8 ã		
Pessoas que contem esta Lista			1014
Lista do Bayro de Piracangagóa de Estrada de Jozé Correa Marzagão athé ade Ignacio Moreira, que se acha sem provimento de Cap. ^m e mais officiaes			
Pessoas			
De id. ^e de 30 ã	Antonio Corsino dos S. ^{tos} caza-do com	Possue	20\$000
Roza Ferr. ^a de Souza de id. ^e de 25 ã			
Filhos			
Antonio	de idade de 4 ã		

	Anna	de	3	ã	
	Antonio	de	2	ã	
	Elena	de	8	ã	
	Margarida	de	14	ã	
	Manoel	de	7	ã	
De id.º	de 26	ã	Salvador Corsino dos Santos,		
	cazado com	Possue		300\$000
			Luiza de Souza de id.º de 30	ã	
			Filhas		
	Maria	de idade de	3	ã	
	Margarida	de	2	ã	
	Anna	de	3	mezes	
De id.º	de 25	ã	Lino Manoel de Toledo, cazado		
	com	Possue		50\$000
			Maria da Purificação de Jezus de id.º de 21	ã	
De id.º	de 60	ã	João Paes da Fonseca, cazado		
	com	Possue		Nada
			Leonor Dias, de idade de 60	ã	
			Filhos		
	Gertrudes	de idade de	40	ã	
	Salvador	de	16	ã	
	Roza	de idade de	11	ã	
De id.º	de 71	ã	Antonio Pires Ferreira, cazado		
	com	Possue		160\$000
			Quiteria de Jezus, de id.º de 32	ã	
			Filhos		
	Jozé	de idade de	25	ã	
	Joaquim	de	7	ã	
	Zacharias	de	2	mezes	
	Anna	de	5	ã	
	Fé	de	3	ã	
De id.º	de 34	ã	Domingas da Silva — Solteira		
	Possue		Nada
			Filhos		
	Antonio	de idade de	10	ã	
	Agueda	de	2	ã	
De id.º	de 29	ã	Jozé Pinto Garcia — Solteiro ..		
	Possue		Nada
De id.º	de 55	ã	Jozé Moreira Cordeiro, cazado		
	com	Possue		120\$000
			Martha de Jezus de id.º de 51	ã	
			Filhos		
	Luiz	de idade de	20	ã	
	Andreza	de	16	ã	

De id.º de 45 ã	Ignacio Vr.ª da Cunha, cazado		
com	Possue	10\$000
	Francisca Mor.ª de Jezus, de id.º de 39 ã		
	Filhos		
	Francisco de idade de 22 ã		
	Anna de 4 ã		
	Joaquim de 7 ã		
De id.º de 32 ã	Maria Clara, Solteira ..	Possue	16\$000
De id.º de 45 ã	Valentim Ferreira Gil —	Viuvo	
	Possue	Nada
	Filhos		
	Ignacio de idade de 16 ã		
	Maria de 13 ã		
	Anna de 11 ã		
	Angela de 6 ã		
De id.º de 33 ã	Manoel Pinto de Souza, cazado		
com	Possue	128\$000
	Catharina Maria de Jezus de id.º de 28 ã		
	Filhos		
	Anna de idade de 6 ã		
	Joaquim de 4 ã		
	Maria de 3 ã		
	Manoel de 1 ã		
De id.º de 42 ã	Sebastiana Maria de Jezus —		
	Viuva ..	Possue	80\$000
De id.º de 44 ã	Manoel da Silva Lopes, cazado		
com	Possue	50\$000
	Maria da Conceção de id.º de 48 ã		
	Filhos		
	Antonio de idade de 14 ã		
	Ignacio de 7 ã		
	Julio de 2 ã		
	Barbara de 10 ã		
	Anna de 5 ã		
	Roza de 3 ã		
De id.º de 56 ã	Ignacio do Prado de Miranda,		
	cazado com	Possue	Nada
	Maria da Silva de id.º de 40 ã		
	Filhos		
	Domingos de idade de 19 ã		
	Ignacio de 13 ã		
	Antonio de 7 ã		
	Jozé de 5 ã		
	Pedro de 2 ã		

	Margarida de 16 ã	
	Anna de 1 mez	
De id.º de 30 ã	Miguel Pereira Barboza, cazado com	Possue Nada
	Maria Lopes da Silva de id.º de 20 ã	
	Filhos	
	Anna de idade de 10 ã	
	Pedro de 9 ã	
De id.º de 43 ã	João Barboza Moreira, cazado com	Possue Nada
	Ignacia Francisca de id.º de 49 ã	
	Filhos	
	Reginaldo de idade de 22 ã	
	Antonio de 16 ã	
	Francisco de 11 ã	
	Liberata de 18 ã	
	Anna de 6 ã	
	Catharina sua cunhada de 30 ã	
De id.º de 60 ã	Antonio de Souza, cazado com	Possue Nada
	Izabel Bicuda de id.º de 70 ã	
De id.º de 65 ã	Jozé Pereira Gonçalves, cazado com	Possue 300\$000
	Narciza Dias de Siqr.ª de id.º de 62 ã	
	Filha — Felippa de idade de 44 ã	
De id.º de 24 ã	Paschoal Gil de Siqr.ª, cazado com	Possue Nada
	Maria Nunes de Jesus de id.º de 20 ã	
	Filho	
	Egino de idade de 3 ã	
	Boaventura de 1 ã	
De id.º de 36 ã	Ascenso da Silva Leme, cazado com	Possue Nada
	Elena Francisca de id.º de 20 ã	
	Filhos	
	Antonio de idade de 13 ã	
	Maria de 1 ã	
De id.º de 50 ã	Sebastiana da Silva — Solteira	Possue Nada
	Filha — Anna de idade de 16 ã	
De id.º de 47 ã	Pio Manoel d'Almada, cazado com	Possue 40\$000
	Catharina do Prado, de id.º de 47 ã	
	Filhos	

	Andreza	de idade de 17 ã	
	Maria	de 9 ã	
De id.º de 38 ã	Salvador Correa Moniz, cazado com	Possue Nada
	Filhos		
	Jozé	de idade de 16 ã	
	Gregorio	de 13 ã	
	Antonio	de 11 ã	
	Anna	de 6 ã	
	Maria	de 3 ã	
	João	de 2 mezes	
De id.º de 34 ã	João da Silva Leme, cazado com	Possue 160\$000
	Victoria da Silva de id.º de 24 ã		
	Filha — Margarida de id.º de 2 ã		
De id.º de 28 ã	Francisco da Silva Gil, cazado com	Possue 10\$000
	Joanna de Aguiar de id.º de 28 ã		
	Filhos		
	João	de idade de 7 ã	
	Simão	de 1 ã	
	Escolastica	de 13 ã	
	Luiza	de 10 ã	
	Francisca	de 3 ã	
De id.º de 30 ã	Jozé da Silva Manso, cazado com	Possue 40\$000
	Anna Correa, de id.º de 16 ã		
De id.º de 74 ã	Salvador de Oliveira, solteiro	Possue Nada
De id.º de 64 ã	Antonio Fernandes, cazado com	Possue 40\$000
	Maria da Luz de id.º de 56 ã		
	Filha — Maria de idade de 25 ã		
De id.º de 78 ã	Antonio Garcia de Sigr.ª, cazado com	Possue 400\$000
	Clara Bicuda de idade de 60 ã		
De id.º de 60 ã	Manoel de Sigr.ª Antunes, cazado com	Possue 800\$000
	Paschoa Moreira, de idade de 50 ã		
	Filhos		
	Jozé	de idade de 11 ã	
	Joaquim	de 7 ã	
	Anna	de 14 ã	
	Maria	de 10 ã	

	Catharina	de	6	ã	
	Joanna	de	3	ã	
De id.º	de 60	ã	Sebastião	de Siqueira	Garcia,
	cazado	com	Possue	100\$000
			Maria	Moreira	de idade de 50
De id.º	de 26	ã	Salvador	Correa	da Silva, caza-
	do	com	Possue	100\$000
			Anna	Mor. ^a	de Cast.º de id.º de 27
			Filhos		
			Jozé	de idade de	2
			Manoel	de	1
De id.º	de 46	ã	David	do Prado	da Costa, caza-
	do	com	Possue	Nada
			Rozza	Pedroza	de Toledo de id.º de 44
			Filhos		
			Renovato	de idade de	16
			Deziderio	de	13
			Manoel	de	10
			Magdalena	de	20
			Maria	de	8
			Quiteria	de	5
			Anna	de	3
De id.º	de 61	ã	Jozé	Roiz	do Prado, cazado com
	Possue	Nada
			Izabel	Pedroza	de idade de 50
			Filhos		
			Maria	de idade de	20
			Escolastica	de	12
			Quiteria	de	6
			Bazilio	de	10
			Domingos	de	3
De id.º	de 24	ã	Ignacio	Moreira	de Toledo, caza-
	do	com	Possue	Nada
			Maria	da Conc. ^{am}	de id.º de 27
			Filho	— Manoel	de id.º de 3
De id.º	de 76	ã	Maria	da Conceyção	— Viuva
	Possue	50\$000
De id.º	de 76	ã	João	Correa	do Prado, cazado
	com	Possue	Nada
			Victoria	Francisca	de Jezus, de id.º de 30
			Filhos		
			Francisco	de idade de	6
			Anna	de	2
De id.º	de 44	ã	Jozé	Pedrozo	de Faria, cazado

com	Possue	Nada
Francisca de Jezus, de id. ^e de 33 ã		
Filho — Ignacio de idade de 2 ã		
De id. ^e de 26 ã Salvador Correa de Sigr. ^a —		
Solteiro	Possue	20\$000
De id. ^e de 40 ã Ignacia Leme da Costa, Viuva		
.	Possue	100\$000
Filhos		
Francisco de idade de 8 ã		
Mathias de 6 ã		
Maria de 10 ã		
Anna de idade de 12 ã		
Thereza de 2 ã		
De id. ^e de 36 ã João Felisberto de Andrade, ca-		
zado com	Possue	12\$800
Joãna Maria da Conc. ^{am} , de idade de 25 ã		
Filhos		
Ruy de idade de 6 ã		
Jozé de 5 ã		
Anna de 3 ã		
Antonio de 1 mez		
De id. ^e de 40 ã Gabriel Barboza Lamim, cazado		
com	Possue	Nada
Antonia Mor. ^a de Jezus de id. ^e de 28 ã		
Filhas		
Magdalena de idade de 11 ã		
Anna de 9 ã		
Gertrudes de 8 ã		
De id. ^e de 44 ã Maria Pedroza de Andr. ^{es} —		
Viuva	Possue	Nada
Filhos		
Antonio de idade de 16 ã		
Jozé de 14 ã		
João de 10 ã		
Salvador de 8 ã		
Francisco de 6 ã		
Felisberto de 4 ã		
Maria de 13 ã		
Anna de 22 ã		
Luiza de 18 ã		
Francisca de 2 ã		
De id. ^e de 53 ã Antonio da S. ^a Coutinho, caza-		
do com	Possue	400\$000
Quiteria Mor. ^a de Jezus de id. ^e de 56 ã		

Filhos

	Maria	de idade de 14 ã	
	Gonçalo	de 12 ã	
De id. ^e de 22 ã	Antonio Moreira de Andr. ^e , ca-		
	zado com	Possue	100\$000
	Anna Maria de Jezus de id. ^e de 18 ã		
De id. ^e de 65 ã	Anna Maria da Roza — Viuva		
	Possue	Nada

Filhos

	Serafino	de idade de 37 ã	
	Manoel	de 24 ã	
	Joanna	de 22 ã	
	Anna	de 20 ã	
De id. ^e de 26 ã	Matheos da Costa, cazado com		
	Possue	Nada
	Barbara Moreira de idade de 30 ã		
De id. ^e de 23 ã	João Moreira de Castilho, caza-		
	do com	Possue	100\$000
	Anna da Costa de id. ^e de 14 ã		
De id. ^e de 51 ã	Salvador Correa de Castro, ca-		
	zado com	Possue	12\$800
	Thereza Maria de Jezus de id. ^e de 50 ã		

Filhos

	Antonio	de idade de 20 ã	
	Maria	de 18 ã	
	Anna	de 16 ã	
De id. ^e de 56 ã	Verissimo de Souza, Cazado com		
	Possue	10\$000
	Maria de Sigr. ^a de Jezus de id. ^e de 43 ã		

Filhos

	Angela	de idade de 23 ã	
	Manoel	de 5 ã	
	José	de 2 ã	
	Antonio	de 1 ã	
De id. ^e de 46 ã	Paulo Rodrigues do Prado, Viu-		
	vo	Possue	Nada

Filhos

	Magdalena	de idade de 20 ã	
	Catharina	de 10 ã	
	Maria	de 12 ã	
De id. ^e de 38 ã	Maria Roiz Portes — Viuva . .		
	Possue	100\$000
De id. ^e de 61 ã	Constantino de Olivr. ^a de Aze-		
	vedo, cazd. ^o com	Possue	Nada

Bernarda Antunes Estrella de id.^e de 51 ã
Filhos

Miguel de idade de 10 ã
Jozé de idade de 7 ã
Ursula de 23 ã
Anna de 15 ã
Ludovina de 12 ã

De id.^e de 35 ã Francisco Vr.^a de Almeida, Ca-
zado com Possue Nada

Maria de JES de Azevedo de id.^e de 28 ã
Filhos

Anna de idade de 6 ã
João de 5 ã
Clara de 2 ã

De id.^e de 70 ã Thomê George, Cazado com ..
. Possue Nada

Maria Pinhr.^a de id.^e de 60 ã
Filho — Jozé de idade de 14 ã

De id.^e de 66 ã Francisco de Gusmão Guedes,
cazado com Possue 50\$000

Luzia Barboza de id.^e de 59 ã
Filha — Anna de idade de 26 ã

De id.^e de 54 ã Jozé Vas Pinto, Cazado com ..
. Possue 25\$600

Maria Alvres de id.^e de 44 ã . .
Filhos

Joaquim de idade de 10 ã
Jozé de 8 ã
Salvador de 4 ã
Antonio de 2 ã
Anna de 14 ã
Maria de 12 ã

De id.^e de 50 ã Antonio Correa de Toledo, Ca-
zado com Possue 30\$000

Maria da Conç.^{am} de id.^e de 40 ã
Filhos

Daniel de idade de 13 ã
Leonarda de 12 ã
Sebastiana de 21 ã
Liberata de 9 ã
Maria de 7 ã
Joanna de 2 ã

De id.^e de 30 ã Antonio Machado de Abreu, ca-
zado com Possue 50\$000

	Anna Frois Correa, de id. ^o de 25 ã	
	Filhos	
	Antonio de idade de 6 ã	
	Julio de 4 ã	
	Jozé de 2 ã	
De id. ^o de 18 ã	João da Costa Manço, Cazado com Possue	60\$000
	Porcina Maria de Jezus de id. ^o de 20 ã	
De id. ^o de 34 ã	Francisco Roiz de Faria, Cazado com Possue	25\$600
	Quiteria Maria de Jezus de id. ^o de 34 ã	
	Filhos	
	Anna de idade de 10 ã	
	Maria de 5 ã	
De id. ^o de 36 ã	Andreza Roiz da Faria — Viuva Possue	Nada
	Filhos	
	Francisco de idade de 10 ã	
	Anna de 16 ã	
De id. ^o de 42 ã	Jozé Pinto de Souza, cazado com Possue	50\$000
	Andreza Roiz de Jezus de id. ^o de 23 ã	
	Filhos	
	Manoel de idade de 8 ã	
	Antonio de 6 ã	
	Jozé de 2 ã	
	Joaquim de 1 ã	
	Anna de 4 ã	
De id. ^o de 44 ã	Ignacio Rodrigues Portes — cazado com Possue	30\$000
	Maria Magdalena da Motta de id. ^o de 24 ã	
	Filhos	
	Margarida de idade de 18 ã	
	Ignacia de 6 ã	
	Anna de 2 ã	
De id. ^o de 60 ã	Andreza Roiz de Olivr. ^a — Viuva Possue	50\$000
De id. ^o de 70 ã	Francisco, forro, cazado com Possue	Nada
	Francisca Antunes, de id. ^o de 60 ã	
	Filhos	
	Miguel de idade de 35 ã	
	Agostinho de 25 ã	
	Roza de 30 ã	

	Domingas de 28 ã	
De id.º de 38 ã	Ignacio de Almeida — cazado com	Possue Nada
	Jozefa Moreira de idade de 30 ã	
	Filhos	
	Francisco de idade de 10 ã	
	Jozé de 4 ã	
	Ignacio de 2 ã	
	Manoel de 1 ã	
	Joaquim de 1 mez	
	Elena de 9 ã	
	Anna de 6 ã	
	Antonio de 5 ã	
De id.º de 40 ã	José Dias, cazado com Anna Correa de idade de 35 ã	Possue Nada
	Filhos	
	Ignacio de idade de 9 ã	
	Salvador de 5 ã	
	Joaquim de 3 ã	
	Jozé de 1 ã	
	Francisca de 7 ã	
De id.º de 42 ã	Gabriel Pires, cazado com	
	Izabel Cardoza de idade de 25 ã	
	Filhos	
	Francisco de idade de 5 ã	
	Ignacio de 3 ã	
	Anna de 1 ã	
De id.º de 65 ã	Manoel Nunes de Abreu, cazado com	Possue Nada
	Anna Correa de idade de 47 ã	
De id.º de 80 ã	Maria Gomes do Espirito St.º — Viuva	Possue 600\$000
De id.º de 70 ã	Izabel Antunes — Viuva	Possue Nada
	Filhas	
	Gertrudes de idade de 27 ã	
	Francisca de 24 ã	
De id.º de 42 ã	Francisco Cubas de Faria, cazado com	Possue 16\$000
	Maria Mor.ª de id.º de 20 ã	
De id.º de 34 ã	Salvador Alves da Silvr.ª, cázado com	Possue Nada
	Maria Garcia de Jezus de id.º de 20 ã	
	Filhos	
	Maria de idade de 12 ã	

	Anna	de	10	ã	
	Jozé	de	6	ã	
	Joaq. ^m	de	1	ã	
	Mária	de	7	ã	
De id. ^e de 50	ã Antonia de Jezus — forra	Possue			Nada
	Filho — Francisco de idade de 16				
De id. ^e de 46	ã Manoel de Souza Friz, cazado				
com		Possue			Nada
	Francisca Maria, de id. ^e de 34				
	Filhos				
	Antonio	de idade de	12	ã	
	Manoel	de	7	ã	
	Maria	de	6	ã	
	Anna	de	4	ã	
	Thereza	de	3	ã	
	Francisca	de	2	ã	
De id. ^e de 25	ã Ignacio Francisco, cazado com				
.		Possue			Nada
	Clara Maria de Jezus de id. ^e de 26				
	Filho — João de idade de 1				
De id. ^e de 78	ã Fernando Pires — cazado com				
.		Possue			Nada
	Gertrudes da Luz de id. ^e de 33				
	Filhos				
	Maria	de idade de	6	ã	
	Joanna	de	3	ã	
	Antonio	de	2	ã	
	Francisco	de	1	ã	
De id. ^e de 30	ã Francisco Vr. ^a da Cunha, caza-				
do com		Possue			Nada
	Ignacia Maria de Jezus de id. ^e de 30				
	Filhos				
	Antonio	de	15	ã	
	Catharina	de	12	ã	
	Gertrudes	de	8	ã	
	Anna	de	6	ã	
De id. ^e de 40	ã João Vieyra de Amores, cazado				
com		Possue			80\$000
	Andreza de Jezus de id. ^e de 40				
	Filhos				
	Antonio	de idade de	20	ã	
	João	de	26	ã	
	Pedro	de	16	ã	
	Anna	de	12	ã	

De id. ^e de 45 ã	Ignacio Moreira da Silva, cazado com	Possue	200\$000.
	Francisca Guedes dos S. ^{tos} de idade de 26 ã		
	Filhos		
	Francisca de idade de 10 ã		
	Anna de 7 ã		
	Ignacia de 5 ã		
	Francisco de 1 ã		
De id. ^e de 60 ã	Jozé da Rocha do Canto, cazado com	Possue	60\$000.
	Martha de Godoy, de id. ^e de 58 ã		
De id. ^e de 39 ã	Francisco George de Godoy, cazado com	Possue	Nada.
	Anna Moreira de id. ^e de 25 ã		
De id. ^e de 58 ã	Pedro Fragozo Lopes — Solteiro	Possue	Nada.
De id. ^e de 51 ã	Salvador Roiz da Roza, cazado com	Possue	50\$000.
	Maria Antunes de idade de 40 ã		
	Filho — Salvador de idade de 1 ã		
De id. ^e de 60 ã	Maria Ferreira de Castilho, Viuva	Possue	60\$000.
	Filha — Maria de idade de 30 ã		
De id. ^e de 52 ã	Francisco da S. ^a Moreira, cazado com	Possue	50\$000.
	Maria da Silva de id. ^e de 28 ã		
	Filhos		
	Jozé de idade de 10 ã		
	Anna de 7 ã		
	Maria de 6 ã		
	Francisca de 4 ã		
	Catharina de 6 mezes		
De id. ^e de 70 ã	Jeronymo da Veiga Correa, cazado com	Possue	100\$000.
	Roza da Silva de idade de 58 ã		
	Filho — Pedro de idade de 24 ã		
De id. ^e de 70 ã	Francisco de Lima, cazado com	Possue	40\$000.
	Maria das Angustias, de id. ^e de 65 ã		
De id. ^e de 32 ã	Manoel Lopes de Leão, cazado com	Possue	Nada.
	Clara Maria de Jezus de id. ^e de 29 ã		
	Filhos		
	Maria de idade de 10 ã		

	Anna	de	8 ã	
	Clara	de	6 ã	
	Thereza	de	4 ã	
	Bento	de	1 ã	
De id.º de 25 ã	Jozé Vieira da Silva, cazado com			
 Possue			Nada
	Maria Mor. ^a de Jezus de id.º de 20 ã			
	Filhos			
	Fran. ^{co}	de idade de	4 ã	
	Maria	de	1 ã	
	Anna	de	3 ã	
	Pessoas que contem esta Lista			402
	Lista do Bayrro de Casapaba da			
	Estrada de Ign. ^{co} Mor. ^a thé a G. ¹			
	de S. Paulo, e desta the a Parayba			
	que se acha sem provim. ^{to} de Cap. ^m			
	E mais of. ^{es}			
	Pessôas q' nelle ASistem.			
De id.º de 61 ã	Miguel Rodrigues de Faria			
	Cazd.º com Possue		400\$000
	Maria Barboza de id.º de 30 ã			
	Filhos			
	João	de id.º de	14 ã	
	Miguel	de	10 ã	
	Fran. ^{co}	de	6 ã	
	Ign. ^{co}	de	4 ã	
	Anna	de	12 ã	
	Maria	de	9 ã	
	Thareza	de	4 ã	
	Catharina	de	2 ã	
De id.º de 63 ã	Jozeph de Moraes da Sylva,			
	Cazd.º com Possue		Nada
	Catharina Bicuda de id.º de 50 ã			
	Filhos			
	M. ^{et}	de id.º de	12 ã	
	Joaq. ^m	de	8 ã	
	M. ^a	de	19 ã	
	Anna	de	17 ã	
	Fran. ^{ca}	de	11 ã	
De id.º de 45 ã	Antonio de Alm. ^{da} Portes —			
	Soltr.º Possue		100\$000
De id.º de 15 ã	Domingos Dias — Soltr.º Possue			Nada
De id.º de 13 ã	Venancio Velho — Soltr.º Possue			Nada

De id. ^o de 11 ã	Adriano Rodrigues	Soltr. ^o	
..	Possue	Nada
De id. ^o de 60 ã	Serafino da Sylva auz. ^{te} , caza-		
do com	do com	Possue	Nada
	Anna de Unhate de id. de 63 ã		
	Filhos		
	Ant. ^o de id. ^o de 25 ã		
	Fran. ^{co} de 22 ã		
	M. ^{el} de 16 ã		
	M. ^a de 28 ã		
De id. ^o de 55 ã	João Rodrigues do Prado, caza-		
do com	do com	Possue	40\$000
	Maria de Gusmão de id. ^o de 38 ã		
	Filhos		
	Ign. ^{co} de idade de 12 ã		
	Andre de 16 ã		
	Jozeph de 6 ã		
	Fran. ^{co} de 4 ã		
	Ant. ^o de 1 ã		
	Maria de 13 ã		
	Ana de 8 ã		
	Antonia de 2 ã		
De id. ^o de 33 ã	Fran. ^{co} Frr. ^a Alvares —	Soltr. ^o	
..	Possue	25\$600
De id. ^o de 30 ã	Bento Alvares de olivr. ^a —		
Soltr. ^o	Soltr. ^o	Possue	19\$000
De id. ^o de 32 ã	Alexandre Portes, cazado com		
..	Possue	5\$000
	Quiteria Maria de id. ^o de 20 ã		
	Filha — Escollastica de id. ^o de 1 ã		
De id. ^o de 33 ã	Antonio da Cunha Guedes,		
Cazd. ^o com	Cazd. ^o com	Possue	24\$000
	Izabel Maria de id. ^o de 24 ã		
	Filhos		
	Maria de id. ^o de 7 ã		
	Anna de 3 ã		
De id. ^o de 38 ã	Pedro Antunes Cordr. ^o , cazado		
com	com	Possue	Nada
	Anna Morera de id. ^o de 36 ã		
	Filhos		
	Manoel de id. ^o de 10 ã		
	Francisco de 9 ã		
	Magdalena de 11 ã		
	Maria de 5 ã		

De id. ^e de 103 ã Pedro Paes Floriano — Viuvo	Possue	Nada
De id. ^e de 51 ã Pedro Paes Floriano, o mosso, cazado com	Possue	12\$800
Barbara Rodrigues de id. ^e de 32 ã		
Filhos		
Pedro	de id. ^e de 20 ã	
Antonio	de 7 ã	
Floriana	de 22 ã	
De id. ^e de 25 ã Antonio Rodrigues de Faria, ca- zado com	Possue	12\$800
Roza Maria de id. ^e de 17 ã		
Filho — Miguel de id. ^e de 3 ã		
De id. ^e de 42 ã Gaspar Leme, Cazado com	Possue	18\$000
Margarida Pires de id. ^e de 40 ã		
Filhos		
Gaspar	de id. ^e de 10 ã	
Joaq. ^m	de 8 ã	
Caetana	de 12 ã	
Anna	de 3 ã	
Maria	de 1 ã	
De id. ^e de 55 ã Antonio Cabral, Cazado com..	Possue	Nada
Catharina de Unhate de id. ^e de 30 ã		
Filhos da 1. ^a m. ^{er}		
Maria	de id. ^e de 30 ã	
Getrudes	de 25 ã	
da 2. ^a		
Ant. ^o	de id. ^e de 12 ã	
Joaq. ^m	de 6 ã	
Joanna	de 15 ã	
Maria	de 12 ã	
Roza	de 7 ã	
Fran. ^{co}	de 2 ã	
Catharina	de 6 mezes	
De id. ^e de 56 ã Guilherme Vieyra, Cazado com	Possue	20\$000
Catharina Rodrigues de id. ^e de 30 ã		
Filhos		
Jozeph	de id. ^e de 15 ã	
Fran. ^{co}	de 12 ã	
Anna	de 5 ã	
Maria	de 3 ã	

	Rafael de 1 ã	
	Ignacio de 2 mezes	
De id. ^e de 58 ã	Martinho Lopes, cazado com ..	
 Possue	Nada
	Maria Correa de id. ^e de 60 ã	
De id. ^e de 30 ã	Lourenço Jorge Bicudo, cazado	
	com Possue	Nada
	Anna Barboza de id. ^e de 20 ã	
	Filho — Antonio de idade de 6 mezes	
De id. ^e de 47 ã	Lourenço Rodrigues de Carv. ^o —	
	Viuvo Possue	Nada
	Filhos	
	Anna de id. ^e de 7 ã	
	Fran. ^{ca} de 6 ã	
De id. ^e de 40 ã	Marcelino Glz Cazado com ..	
 Possue	6\$400
	Ursula Perera de id. ^e de 31 ã	
	Filhos	
	Barm. ^{eu} de id. ^e de 6 ã	
	Fran. ^{co} de 3 ã	
	Bernardo de 1 á	
	Thareza de 16 ã	
	Maria de 8 ã	
De id. ^e de 32 ã	Jozeph Pires da Cunha cazado	
	com Possue	3\$200
	Jozepha Rodrigues de id. ^e de 32 ã	
	Filhos	
	Pedro de id. ^e de 7 ã	
	Anna de 9 ã	
	Fran. ^{ca} de 4 ã	
De id. ^e de 43 ã	Pedro Perera Maciel, Cazado	
	com Possue	Nada
	Luzia de Alm. ^a de id. ^e de 28 ã	
	Filha — Maria de id. ^e de 2 ã	
Di id. ^e de 23 ã	Miguel de Morais Cunha Cazd. ^o	
	com Possue	Nada
	Maria Cordr. ^a de id. ^e de 25 ã	
	Filho — Jozeph de id. ^e de 8 mezes	
De id. ^e de 28 ã	Domingos Lopes Cazado com	
 Possue	20\$000
	Ellenna Pais de id. ^e de 22 ã	
	Filha — Felicia de id. ^e de 1 ã	
De id. ^e de 40 ã	Manoel Rodrigues do Prd. ^o	
	cazd. ^o com Possue	Nada

Luzia Rodrigues de id. ^e de 31 ã			
Filhos			
	Maria	de id. ^e de 10 ã	
	Roza	de 7 ã	
	Margarida	de 3 ã	
De id. ^e de 31 ã	Hyeronimo Paes cazado com		
		Possue	Nada
	Lourença da Sylva de id. ^e de 26 ã		
	Filhos		
	Izidoria	de id. ^e de 7 ã	
	Maria	de ;4 ã	
	João	de 5 ã	
De id. ^e de 37 ã	Fran. ^o Ribeiro Garcia cazado		
	com	Possue	6\$000
	Jozefa Correa de idade de 30 ã		
	Filhos		
	Miguel	de id. ^e de 12 ã	
	Pedro	de 4 ã	
	Joam	de 3 ã	
	Ign. ^{ca}	de 15 ã	
	Ant. ^a	de 14 ã	
	Magdalena	de 6 ã	
De id. ^e de 31 ã	João Rodrigues da Sylva cazado		
	com	Possue	4\$800
	Margarida Dias de id. ^e de 24 ã		
	Filhos		
	Vicente	de id. ^e de 6 ã	
	Luzia	de 3 ã	
	Thareza	de 6 mezes	
De id. ^e de 40 ã	Manoel de Souza Manço cazado		
	com	Possue	60\$000
	Custodia Mor. ^a de id. ^e de 20 ã		
	Filhos		
	Jozeph	de id. ^e de 9 ã	
	Joaq. ^m	de 6 ã	
	Anna	de 3 ã	
	Maria	de 1 ã	
De id. ^e de 35 ã	Francisco Lino de Souza caza-		
	do com	Possue	30\$000
	Margarida Leme de id. ^e de 18 ã		
De id. ^e de 70 ã	Manoel Antunes Cordr. ^o — Viu-		
	vo	Possue	Nada
De id. ^e de 25 ã	Jozeph Leão cazdo com		10\$000
	Ellenna Garcia Rodrigues de id. ^e de 22 ã		

Filhos

Fran.^{ca} de id.^e de 6 ã
 Maria de 2 ã
 Izabel de 2 mezes
 De id.^e de 34 ã Antonio Vieyra da Sylva cazado
 com Possue Nada
 Joanna Ribeira de id.^e de 32 ã

Filhos

Jozeph de id.^e de 9 ã
 João de 7 ã
 Anna de 6 ã
 Fran.^{ca} de 4 ã
 Maria de 3 mezes
 De id.^e de 26 ã Roque Leme Barboza cazado
 com Possue Nada
 Roza Maria de id.^e de 20 ã
 f.o — Ant.^o de id.^e de 1 ã

De id.^e de 56 ã Athanazio Pires cazado com
 Possue Nada
 Lourença de Brito de id.^e de 45 ã

Filhos

Felipe de id.^e de 13 ã
 Luzia de 17 ã
 De id.^e de 25 ã José Vaz da Cunha cazado com
 Possu^e 12\$800
 Izabel Pires de id.^e de 24 ã

De id.^e de 60 ã Matheus Vás Cardozo cazado
 com Possue Nada
 Ellenna Pires de id.^e de 40 ã

Filhos

Paulo de id.^e de 13 ã
 Jozeph de 7 ã
 Miguel de 4 ã
 Francisca de 9 ã
 De id.^e de 32 ã Antonio Rodrigues Mor.^a cazado
 com Possue Nada
 Vallerianna Dias de id.^e de 34 ã

Filhos

João de id.^e de 1 ã
 Maria de 8 ã
 Escolastica de 6 ã
 Gertrudes de 3 ã
 De id.^e de 40 ã Antonio Frr.^a da Sylva cazado
 com Possue 7\$000

	Ignacia Garcia de id. ^e de 30 ã	
	Filhos	
	João de id. ^e de 12 ã	
	Manoel de 10 ã	
	Antonio de 9 ã	
	Pedro de 8 ã	
	Anna de 7 ã	
	Quiteria de 6 ã	
De id. ^e de 31 ã	Gabriel Rodrigues cazado com	
..... Possue	1\$280
	Getrudes Ródrigues de id. ^e de 27 ã	
	Filhos	
	Ign. ^{co} de id. ^e de 8 ã	
	Jozeph de 7 ã	
	Ricardo de 6 ã	
	Pedro de 2 ã	
De id. ^e de 60 ã	Bento de Gois cazado com	
..... Possue	40\$000
	Anna Maria de id. ^e de 33 ã	
	Filhos	
	Salvador de id. ^e de 15 ã	
	Anna de 20 ã	
De id. ^e de 34 ã	Fran. ^{co} Borges de Síqueira ca-	
zado com Possue	Nada
	Victoria Vás de id. ^e de 50 ã	
De id. ^e de 35 ã	Ignacio Correa cazado com	
..... Possue	Nada
	Ignocencia de Almd. ^a de id. ^e de 40 ã	
	Filhos	
	Venancio de id. ^e de 13 ã	
	Brizida de 14 ã	
De id. ^e de 40 ã	Salvador de Moraes cazado com	
..... Possue	Nada
	Maria Rodrigues de id. ^e de 38 ã	
	Filhos	
	Fran. ^{co} de id. ^e de 13 ã	
	Clemente de 8 ã	
	Ign. ^{co} de 6 ã	
	Mig. ^{el} de 5 ã	
	Maria de 20 ã	
	Joanna de 16 ã	
De id. ^e de 25 ã	Suterio Rabello cazado com ..	
..... Possue	Nada
	Ignacia Rodrigues de id. ^e de 23 ã	

De id. ^o de 32 ã	João Correa Soares cazado com	
.....	Possue 14\$000
	Izabel Gil de id. ^o de 20 ã	
	Filhos	
	Anna de id. ^o de 2 ã	
	Mig. ^{el} de 7 mezes	
De id. ^o de 37 ã	Antonio Jorge Bicudo cazado com	
.....	Possue 4\$000
	Thareza de oLivr. ^a de id. ^o de 30 ã	
	Filhos	
	Fran. ^{co} de id. ^o de 13 ã	
	Ignacio de 12 ã	
	Manoel de 7 ã	
	Domingos de 5 ã	
	Pedro de 3 ã	
	Caetano de 1 ã	
	Catharina de 10 ã	
De id. ^o de 30 ã	Lourenço Pinto Cazado com ..	
.....	Possue Nada
	Rita Getrudes de id. ^o de 25 ã	
	Filho — Bento de id. ^o de 1 mes	
De id. ^o de 52 ã	Pedro de Freitas Cazado com	
.....	Possue Nada
	Joanna Maria de id. ^o de 40 ã	
	Filhos	
	Fran. ^{ca} de id. ^o de 22 ã	
	Ign. ^{ca} de 15 ã	
	Maria de 11 ã	
	Maria de 1 ã	
De id. ^o de 60 ã	João Rodrigues Lobo Cazado com	
.....	Possue Nada
	Thareza de Alm. ^a de id. ^o de 45 ã	
	Filhos	
	João de id. ^o de 23 ã	
	Fran. ^{co} de 9 ã	
	Ign. ^{ca} de 18 ã	
	Anna de 15 ã	
	Quiteria de 8 ã	
De id. ^o de 30 ã	Thome Rodrigues Cazado com	
.....	Possue 12\$000
	Maria Ribeira de id. ^o de 19 ã	
De id. ^o de 28 ã	Antonio Rodrigues Cazado com	
.....	Possue Nada
	Anna da Cunha de id. ^o de 26 ã	

Filhos

	Fran. ^{co}	de id. ^e de	9 ã	
	Maria	de	10 ã	
	Izabel	de	1 ã	
	Brizida	de	3 mezes
De id. ^e de	42 ã	João Goncalves da Cunha Ca-		
	zado com	Possue	52\$000
		Francisca Ribera de id. ^e de	48 ã	

Filhos

	Ignacio	de id. ^e de	10 ã	
	Anna	de	16 ã	
De id. ^e de	35 ã	Manoel Rodrigues Perera cazado		
	com	Possue	Nada
		Antonia da Cunha de id. ^e de	30 ã	

Filhos

	Miguel	de id. ^e de	5 ã	
	Fran. ^{co}	de	2 ã	
	Maria	de	7 ã	
	Escollastica	de	4 ã	
	Maria	de	7 mezes	
De id. ^e de	30 ã	Domingos Pinto Rangel cazado		
	com	Possue	Nada
		Antonia de Moraes de id. ^e de	22 ã	

Filhos

	Manoel	de id. ^e de	1 ã	
	Anna	de	5 ã	
De id. ^e de	35 ã	Antonio Correa Leme Cazado		
	com	Possue	Nada
		Victoria de Siqueira de id. ^e de	33 ã	

Filhos

	Manoel	de id. ^e de	16 ã	
	Joaq. ^m	de	9 ã	
	Ant. ^o	de	7 ã	
	Fran. ^{co}	de	14 ã	
De id. ^e de	25 ã	Jozeph Vás da Cunha cazado		
	com	Possue	Nada
		Maria Vieyra de id. ^e de	23 ã	

Filhos

	Fran. ^{co}	de id. ^e de	5 ã	
	Pedro	de	3 ã	
	Angela	de	2 ã	
De id. ^e de	30 ã	Domingos Rodrigues Velho Caz-		
	d. ^o com	Possue	13\$000
		Ursula de Siqueyra de id. ^e de	20 ã	

	Filha — Anna de id.º de 2 ã	
De id.º de 27 ã	Antonio Pinto Rangel Cazado	
	com Possue	Nada
	Maria Rodrigues de id.º de 24 ã	
	Filhas	
	Anna de id.º de 4 ã	
	Margarida de 2 ã	
De id.º de 53 ã	Alexandre Pedrozo Cazado com	
 Possue	10\$000
	Julliana de Unhate de id.º de 43 ã	
	Filhos	
	Dom.ºº de id.º de 25 ã	
	Alxr.º de 22 ã	
	Manoel de 9 ã	
	Christovão de 6 ã	
	Pedro de 4 ã	
	Miguel de 2 ã	
	Margarida de 15 ã	
	Maria de 12 ã	
	Agregadas	
	Margarida de 16 ã	
	Jozefa de 18 ã	
De id.º de 60 ã	Manoel Marques Arzão Cazd.º	
	com Possue	Nada
	Joanna Garcia de id.º de 50 ã	
	Filhos	
	Jozé de id.º de 22 ã	
	Fran.ºº de 13 ã	
	Maria de 11 ã	
	Liberata de 8 ã	
De id.º de 50 ã	Manoel Pedrozo de Moraes	
	Cazd.º com Possue	Nada
	Roza Maria de id.º de 50 ã	
	Filhos	
	Jozé de id.º de 24 ã	
	Ant.º de 20 ã	
	Manoel de 18 ã	
	Pedro de 5 ã	
	Catharina de 15 ã	
	Maria de 14 ã	
	Maria de 12 ã	
	Agregada	
	Andreza de 20 ã	
De id.º de 40 ã	Angelo Manoel dos Santos Soltr.º	

De id. ^e de 50 ã	Bento Rodrigues Soltr. ^o	Possue	3\$200
	Irmãos	Possue	Nada
	Magdalena	de id. ^e de 30 ã	
	Antonio	de 19 ã	
	Verissimo	de 4 ã	
	Julliana	de 3 ã	
	Rita	de 2 ã	
	Leonor—agregada	de 18 ã	
De id. ^e de 23 ã	Manoel Rodrigues	Cazado com	
	Eufrazia de Jezus	de id. ^e de 14 ã	8\$640
De id. ^e de 35 ã	João Marques de Carv. ^o	Cazado com	
	Escollastica Pedroza	de id. ^e de 25 ã	Nada
	Filhos		
	Ant. ^o	de id. ^e de 6 ã	
	Salvador	de 2 ã	
De id. ^e de 30 ã	Jozeph Rodrigues Velho	Cazado com	
	Ellenna da Sylva	de id. ^e de 30 ã	Nada
	Filho — Pedro	de id. ^e de 3 ã	
De id. ^e de 88 ã	Jorge Perera Tinoco	cazado com	
	Izabel de Barros	de id. ^e de 60 ã	2\$000
	Filhos		
	Jozeph	de id. ^e de 17 ã	
	Vicente	de 16 ã	
De id. ^e de 24 ã	João Perera	Cazado com	2\$000
	Thareza Rodrigues	de id. ^e de 27 ã	
	Filhos		
	Ant. ^o	de id. ^e de 6 ã	
	Fran. ^{co}	de 4 ã	
De id. ^e de 60 ã	Narcizo Roiz	Cazado com	
	Catharina de Aguiar	de id. ^e de 40 ã	Nada
	Filhos		
	Ant. ^o	de id. ^e de 28 ã	
	Fran. ^{co}	de 11 ã	
	Maria	de 10 ã	
De id. ^e de 46 ã	Antonio de Godois	Cazado com	
	Custodia Rodrigues	de id. ^e de 36 ã	Nada
	Filhos		
	Ign. ^{co}	de id. ^e de 18 ã	

João	de	12	ã	
Fran. ^{co}	de	10	ã	
Ellena	de	11	ã	
Maria	de	9	ã	
Getrudes	de	7	ã	
Francisca	de	3	ã	
De id. ^o de 48	ã	Geraldo Correa Cazado com ..		
	 Possue		Nada
		Anna Paes de id. ^o de 30	ã	
		Filhos		
		Ant. ^o	de id. ^o de 14	ã
		Custodio	de	10
		Bonifacio	de	8
		Francisco	de	1
		Francisca	de	5
		Joanna	de	3
De id. ^o de 90	ã	João Preto de Aguiar Cazado		
		com	Possue	Nada
		Maria Paes de id. ^o de 60	ã	
		Filho — Pedro de id. ^o de 35	ã	
De id. ^o de 28	ã	Fran. ^{co} Soares Perera Cazado		
		com	Possue	5\$000
		Margarida Cabral de id. ^o de 26	ã	
		Filha — Thareza de id. ^o de 2	ã	
		Catharina, Agregada de id. ^o de 40	ã	
De id. ^o de 12	ã	Ricardo Cardozo—Soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^o de 60	ã	Antonio Pedrozo de Morais		
		Cazd. ^o com	Possue	17\$800
		Maria Antunes de id. ^o de 43	ã	
		Filhos		
		Gaspar	de id. ^o de 21	ã
		Fran. ^{co}	de	17
		Salvador	de	13
		Jozeph	de	2
		Maria	de	23
		Anna	de	18
		Catharina	de	15
		Maria	de	6
De id. ^o de 60	ã	João de Tolledo Piza Cazado		
		com	Possue	Nada
		Leonor Corr. ^a de id. ^o de 40	ã	
		Filhos		
		Jozé	de id. ^o de 6	ã
		Anna	de	8

	Theadora	de	4	ã		
De id.º	de 66	ã	Jozeph Machado da Cunha			
	Cazd.º	com	Possue		Nada
	Maria	de Souza	de id.º	de 50	ã	
	Filho	—	Joam	de id.º	de 30	ã
De id.º	de 24	ã	João Alveres da Sylva —	Cazado		
	com	Possue		Nada
	Joanna	Dias	de id.º	de 20	ã	
De id.º	de 60	ã	Christovão da Cunha Gago Ca-			
	zado	com	Possue		50\$000
	Antonia	Fran.ª	de id.º	de 38	ã	
	Filhos					
	Joaq.º	de	id.º	de 18	ã	
	Salvador	de		3	ã	
	M.ª	de		2	ã	
De id.º	de 56	ã	João Ant.º Garcia	cazado	com	
	Possue		Nada
	Anna	Mor.ª	de id.º	de 48	ã	
	Filhos					
	João	de	id.º	de 27	ã	
	Illario	de		20	ã	
	Luis	de		8	ã	
	Maria	de		28	ã	
	Antonia	de		25	ã	
	Ignacia	de		22	ã	
	Julliana	de		18	ã	
	Fran.ª	de		16	ã	
De id.º	de 66	ã	Salvador Rodrigues	Cazado	com	
	Possue		8\$000
	Clara	de Moraes	de id.º	de 50	ã	
	Filhos					
	M.ª	de	id.º	de 18	ã	
	João	de		3	ã	
	M.ª	de		11	ã	
De id.º	de 36	ã	Manoel Nunes	Cazado	com	
	Possue		6\$400
	Maria	de oLivr.ª	de id.º	de 25	ã	
	Filhos					
	Jozé	de	id.º	de 4	ã	
	Maria	de		7	ã	
	Joana	de		5	ã	
De id.º	de 60	ã	Marcelino de Souza	Cazado	com	
	Possue		Nada
	Maria	Mor.ª	de id.º	de 60	ã	

De id.º de 40 ã Sebastião de Souza Cazado com	Possue	Nada
.		
Monica Dias de id.º de 41 ã		
Filhos		
Manoel de id.º de 20 ã		
João de 10 ã		
Miguel de 6 ã		
Antonio de 5 ã		
Maria de 8 ã		
Francisca de 3 ã		
De id.º de 30 ã Antonio de Souza de Carv.º	Possue	24\$500
Cazado com		
Maria do Rego de id.º de 23 ã		
Filhos		
Andre de id.º de 4 ã		
Fran. ^{ca} de 3 ã		
De id.º de 36 ã Domingos da Costa Leite cazado	Possue	Nada
com		
Maria de Souza de id.º de 29 ã		
Filhos		
Jozeph de id.º de 2 ã		
Anna de 13 ã		
Maria de 6 ã		
Joanna de 5 ã		
De id.º de 24 ã João da Cunha Madeira cazado	Possue	Nada
com		
Brizida Corr. ^a de id.º de 38 ã		
Filha — Maria de id.º de 9 ã		
De id.º de 68 ã Ignacio Fernandes — Soltr.º . . .	Possue	6\$000
.		
De id.º de 44 ã Miguel de Barros cazado com	Possue	6\$400
.		
Ign. ^{ca} Vás de id.º de 38 ã		
Filhos		
Jozeph de id.º de 8 ã		
Maria de 5 ã		
Anna de 3 ã		
Maria de 2 ã		
De id.º de 32 ã Salvador Machado cazado com	Possue	Nada
.		
Maria de Siqueira de idade de 20 ã		
Filhos		
Ant.º de id.º de 2 ã		
Catharina de 4 ã		

De id. ^e de 41 ã Antonio Correa da Veyga Cazd. ^o com	Possue	Nada
Thareza Pedroza de id. ^e de 20 ã Filho — Jozeph de id. ^e de 1 ã		
De id. ^e de 70 ã Gaspar da Cunha Cazado com	Possue	Nada
Maria de Godois de id. ^e de 80 ã		
De id. ^e de 24 ã Ignacio da Castilho cazado com	Possue	Nada
Angela Vieira de id. ^e de 23 ã		
De id. ^e de 24 ã Estevão da Cunha Gago Cazado com	Possue	Nada
Angela Vieyra de id. ^e de 22 ã Filhos		
Maria de id. ^e de 8 ã Ign. ^{ca} de 5 ã Roza de 1 ã		
De id. ^e de 22 ã Antonio de Britto Dias Cazd. ^o com	Possue	Nada
Maria Corr. ^a de id. ^e de 16 ã		
De id. ^e de 80 ã Domingos de Syqueyra Cazado com	Possue	11\$000
Anna Dias de id. ^e de 50 ã Filhos		
Jozeph de id. ^e de 25 ã Pedro de 20 ã Domingos de 12 ã Magdalena de 26 ã Maria de 16 ã Ellenna de 16 ã		
De id. ^e de 43 ã Amaro Dias de Sigr. ^a cazado com	Possue	4\$000
Maria Garcia de id. ^e de 21 ã Filhos		
Illario de id. ^e de 6 ã Anna de 2 ã		
De id. ^e de 28 ã Jozeph Barboza de Lima cazado com	Possue	Nada
Maria do Amaral de id. ^e de 20 ã Filhos		
Maria de id. ^e de 5 ã Izabel de 3 ã		
De id. ^e de 24 ã Jozeph Correa Leme cazado com	Possue	2\$000

	Izabel Dias de id. ^e de 19 ã	
	F. ^a — Anna de id. ^e de 3 ã	
De id. ^e de 44 ã	Gaspar Correa de Moraes cazado com	Possue 25\$550
	Maria do Rozario de id. ^e de 47 ã	
	Filhos	
	Jozeph de id. ^e de 24 ã	
	Gaspar de 22 ã	
	Pedro de 6 ã	
	Fran. ^{co} de 5 ã	
	Salvador de 4 ã	
	Anna de 16 ã	
De id. ^e de 50 ã	Manoel Gomes Torres . .	Possue 103\$840
	Filho — Miguel de id. ^e de 18 ã	
De id. ^e de 40 ã	Miguel Dias — Soltr. ^o	Possue Nada
De id. ^e de 30 ã	Antonio Correa cazado com . .	Possue Nada
	
	Maria de Moraes de id. ^e de 25 ã	
	Filhos	
	Antonio de id. ^e de 6 ã	
	Maria de 8 ã	
	Magdalena de 4 ã	
	Andreza de 2 ã	
De id. ^e de 96 ã	Antonio Fernandes Cazado com	Possue 16\$000
	Benta Gil de id. ^e de 30 ã	
	Filhos	
	Jozeph de id. ^e de 10 ã	
	Maria de 16 ã	
	Anna de 5 ã	
De id. ^e de 84 ã	Sebastião da Fon. ^{ca} Pinto — Viuvo	Possue Nada
	Filhos	
	João de id. ^e de 25 ã	
	Antonia de 32 ã	
	Ignacia de 20 ã	
De id. ^e de 35 ã	Manoel Correa de Lima Cazado com	Possue Nada
	Francisca Pinta de id. ^e de 30 ã	
	Filha — Ignacia de id. ^e de 1 ã	
De id. ^e de 25 ã	Fellipe de Britto cazado com	Possue Nada
	Leonor Leme de id. ^e de 50 ã	
De id. ^e de 62 ã	Theodozio de Britto cazado com	

.....	Possue	Nada
Michaela de Almd. ^a de id. ^e de 60 ã		
De id. ^e de 26 ã Manoel de Souza Cazado com		
.....	Possue	Nada
Ellena Garcia de id. ^e de 30 ã		
Filhos		
Joaq. ^m de id. ^e de 7 ã		
Rita de 6 ã		
Izabel de 4 ã		
Maria de 2 ã		
De id. ^e de 30 ã Claudio Rodrigues Cazado com		
.....	Possue	6\$000
Ignacia Vieyra de id. ^e de 16 ã		
Filhos		
Lour. ^{co} de id. ^e de 4 ã		
Fran. ^{co} de 1 ã		
Joanna de 7 ã		
De id. ^e de 47 ã Domingos Ribr. ^o Portes — Fer-		
reiro — Cazd. ^o com	Possue	23\$660
Vitoria da Sylva de id. ^e de 46 ã		
Filhos		
Andre de id. ^e de 20 ã		
Fran. ^{co} de 11 ã		
Maria de 8 ã		
De id. ^e de 42 ã Bartholameu da Cunha Portes		
Cazd. ^o com	Possue	25\$000
Andreza Mor. ^a de id. ^e de 28 ã		
Filhos		
Jozeph de id. ^e de 3 ã		
Fran. ^{co} de 2 ã		
Anna de 5 ã		
De id. ^e de 52 ã Salvador João de Sigr. ^a Cazado		
com	Possue	12\$800
Fran. ^{ca} da Cunha de id. ^e de 55 ã		
Filho — Joaq. ^m de id. ^e de 19 ã		
De id. ^e de 40 ã Jozeph da Cunha de Moraes		
Cazd. ^o com	Possue	Nada
Anna de Almd. ^a de id. ^e de 25 ã		
Filhos		
Manoel de id. ^e de 5 ã		
João de 4 ã		
De id. ^e de 46 ã Fran. ^{co} da Sylva, Carapina, Ca-		
zado com	Possue	34\$000
Maria Rodrigues de id. ^e de 40 ã		

Filha — Anna de id. ^o de 15 ã		
De id. ^o de 67 ã	Gaspar Vás Guedes Cazado com	
.. Possue	102\$000
	Francisca Antunes de id. ^o de 66 ã	
	Filhos	
	Antonio de id. ^o de 32 ã	
	Gaspar de 22 ã	
	Brizida de 42 ã	
	Ignes de 35 ã	
	Magdalena de 33 ã	
	Joanna de 30 ã	
	Maria de 22 ã	
De id. ^o de 30 ã	Francisco da Mota cazado com	
.. Possue	4\$000
	Anna de Souza de id. ^o de 18 ã	
	Filhos	
	Ant. ^o de id. ^o de 2 ã	
	Joaq. ^m de 1 ã	
De id. ^o de 60 ã	Antonio de oLivr. ^a da Cunha ca-	
	zado com Possue	13\$200
	Izabel Bicuda de id. ^o de 51 ã	
	Filhos	
	Fran. ^{co} de id. ^o de 20 ã	
	Anna de 30 ã	
	Antonia de 19 ã	
De id. ^o de 30 ã	Antonio Fernandes Cazado com	
.. Possue	Nada
	Thareza Pires de id. ^o de 28 ã	
	Filhos	
	M. ^{el} de id. ^o de 4 ã	
	M. ^a de 5 ã	
	Anna de 2 ã	
De id. ^o de 36 ã	Manoel da Roza Cazado com	
.. Possue	15\$000
	Maria Rodrigues de id. ^o de 40 ã	
De id. ^o de 56 ã	Manoel Thomas dos Santos	
	Cazd. ^o com Possue	30\$000
	Roza de Lima de idade de 23 ã	
	Filhos da 1. ^a m. ^{er}	
	Fran. ^{co} de id. ^o de 16 ã	
	Manoel de 14 ã	
	Jozeph de 12 ã	
	Antonio de 8 ã	
	Joaq. ^m de 6 ã	

	Luiza	da 2. ^a m. ^{er} de 2 ã		
De id. ^e de 20 ã	Pedro Alexandre Cazado	com		
	Possue	Nada
	Ignacia Barboza	de id. ^e de 25 ã		
	Filha — Fran. ^{ca}	de id. ^e de 1 ã		
De id. ^e de 60 ã	Antonio de Souza Prado Cazado	com		
	Possue	12\$800
	Ellena de Gusmão	de id. ^e de 48 ã		
	Filhos			
	Manoel	de id. ^e de 13 ã		
	Domingos	de 11 ã		
	Anna	de 15 ã		
	Margarida	de 6 ã		
De id. ^e de 90 ã	Fellipa de Barros — Viuva ..			
	Possue	Nada
	Filhos			
	Fran. ^{co}	de id. ^e de 34 ã		
	Maria	de 12 ã		
	Jozeph	de 8 ã		
De id. ^e de 50 ã	Antonia Pires — Viuva		Possue	3\$800
	Filhos			
	M. ^a	de id. ^e de 12 ã		
	Anna	de 11 ã		
	Liberata	agregada de 48 ã		
De id. ^e de 23 ã	Anna da Sylva Soltr. ^a		Possue	Nada
	Ellenna da Sylva Soltr. ^a		Possue	Nada
De id. ^e de 46 ã	Francisca Leme Viuva		Possue	200\$000
	Filhos			
	Jozeph	de id. ^e de 14 ã		
	Antonio	de 23 ã		
	Joam	de 8 ã		
	Andre	de 7 ã		
	Thareza	de 15 ã		
	Joanna	de 11 ã		
De id. ^e de 50 ã	Catharina Maria de Jezus —			
	Viuva	Possue	200\$000
	Filhos			
	Jozeph	de id. ^e de 25 ã		
	Anna	de 18 ã		
De id. ^e de 40 ã	Jozepha da Cunha Soltr. ^a			
	Possue	Nada
	Filhos			
	Narcizo	de id. ^e de 25 ã		
	Joanna	de 22 ã		

De id. ^o de 80 ã	Izabel Bicuda	Possue	Nada
De id. ^o de 60 ã	Branca Pinta Soltr. ^a . .	Possue	Nada
De id. ^o de 43 ã	Jozepha Antunes	Possue	Nada
	Filhos		
	Salvador	de id. ^o de 13 ã	
	Jozeph	de 14 ã	
De id. ^o de 40 ã	Maria de Gusmão	Possue	Nada
	Filhos		
	Jozeph	de id. ^o de 4 ã	
	Ignes	de 10 ã	
De id. ^o de 35 ã	Getrudes de Jezus Soltr. ^a	Possue	Nada
De id. ^o de 40 ã	Rita de Jezus — Soltr. ^a	Possue	Nada
De id. ^o de 40 ã	Jozepha Soares — Viuva	Possue	Nada
De id. ^o de 22 ã	Catharina Soares	Possue	35\$000
De id. ^o de 25 ã	Brizida Pires Corr. ^a — Viuva		7\$000
		Possue	6\$000
De id. ^o de 23 ã	Maria Monis Collaça . .	Possue	
	Filhos		
	Anna	de id. ^o de 8 ã	
	Fran. ^{co}	de 6 ã	
	Thareza	de 3 ã	
De id. ^o de 40 ã	Roza de Moraes Floriana —		
	Viuva	Possue	Nada
	Filhos		
	Fran. ^{co}	de id. ^o de 20 ã	
	Bernardo	de 16 ã	
	Ign. ^{co}	de 14 ã	
	Ignes	de 28 ã	
	Maria	de 15 ã	
De id. ^o de 50 ã	Julliana de Moraes — Viuva		
		Possue	Nada
De id. ^o de 35 ã	Julliana de oLivr. ^a	Possue	Nada
	Agregados		
	Jozeph	de id. ^o de 20 ã	
	Ursula	de 40 ã	
De id. ^o de 70 ã	Thareza Rodrigues — Viuva		
		Possue	Nada
	Filhos		
	Izabel	de id. ^o de 33 ã	
	Domingas	de 36 ã	
	Anna	agregada de 7 ã	
De id. ^o de 44 ã	Juliana Antunes — Viuva		
		Possue	3\$200
	Filhos		

	Ant. ^o	de id. ^e de 25 a	
	Manoel	de 23 ã	
	Jozeph	de 12 ã	
	Guilherme	de 9 ã	
	Maria	de 16 ã	
De id. ^e de 68 ã	Marçella da Cunha	— Viuva	
.....	Possue	Nada
	Filhos		
	Maria	de id. ^e de 30 ã	
	Roza	de 16 ã	
De id. ^e de 60 ã	Catharina Paes Floriana	Viuva	
.....	Possue	Nada
	Filhos		
	Ant. ^o	de id. ^e de 25 ã	
	Maria	de 27 ã	
	Anna	agregada de 7 ã	
	Felipe	agregado de 6 ã	
De id. ^e de 32 ã	Roza de Almeyda de Moraes	— Viuva	
.....	Possue	Nada
	Filhos		
	Maria	de id. ^e de 10 ã	
	Getrudes	de 7 ã	
	Quiteria	de 8 mezes	
De id. ^e de 30 ã	Maria Barboza	— Soltr. ^a	Possue Nada
	Filhos		
	Jozeph	de id. ^e de 15 ã	
	Maria	de 8 ã	
De id. ^e de 40 ã	Anna da Crus	Viuva ..	Possue Nada
	Filha — Quiteria	de id. ^e de 20 ã	
De id. ^e de 40 ã	Martinha Paes Soltr. ^a	..	Possue Nada
	Filhos		
	Jozeph	de id. ^e de 16 ã	
	Rita	de 12 ã	
	Maria	de 6 ã	
	Margarida	de 4 ã	
De id. ^e de 50 ã	Jozepha Rodrigues	— Viuva ..	
.....	Possue	Nada
De id. ^e de 57 ã	Michaela de Jezus	— Viuva	
.....	Possue	Nada
	Filhos		
	Lour. ^{co}	de id. ^e de 20 ã	
	Joaq. ^m	de 11 ã	
	Antonio	de 3 ã	
	Pedro	de 4 ã	

Antonia	de	12 ã	
Sebastianna	de	14 ã	
Angela	de	9 ã	
De id.º de 50 ã	Izabel Paes Floriana — Viuva		Possue 37\$000
Filhos			
Margarida	de id.º de	26 ã	
Ign.º	agregado de	15 ã	
Manoel	agregado de	14 ã	
Antonio	agregado de	12 ã	
De id.º de 35 ã	Luiza de Almeйда de Moraes ..		Possue Nada
Filhos			
Jozeph	de id.º de	7 ã	
Catharina	de	14 ã	
Maria	Agregada de	11 ã	
De id.º de 47 ã	Faustina de Godois ..	Possue	Nada
De id.º de 39 ã	Rita de oLivr.ª Soltr.ª ..	Possue	Nada
Filhos			
Agost.º	de id.º de	23 ã	
João	de	15 ã	
De id.º de 30 ã	Clara Cardoza — Soltr.ª	Possue	Nada
Filhos			
M.º	de id.º de	16 ã	
Ricardo	de	12 ã	
Maria	de	10 ã	
De id.º de 40 ã	Pellonia Vieyra ..	Possue	Nada
De id.º de 45 ã	Izabel Rodrigues Soltr.ª	Possue	Nada
Filhos			
M.º	de id.º de	6 ã	
Ant.º	de	20 ã	
Fran.ª	de	10 ã	
Magdalena	de	8 ã	
De id.º de 35 ã	Bibiana de Almd.ª — Viuva ..		Possue Nada
Filhos			
Vicente	de id.º de	20 ã	
Ant.º	de	12 ã	
Fran.º	de	6 ã	
Bento	de	4 ã	
Genoveva	de	10 ã	
De id.º de 70 ã	Andreza Maria Viuva ..	Possue	Nada
De id.º de 80 ã	Maria Pires Furtada ..	Possue	Nada
De id.º de 50 ã	Antonia de Cast.º Viuva	Possue	Nada

Filhos

Mig.^{el} de id.^o de 14 ã
 Maria de 16 ã
 Rita de 11 ã
 Izabel de 8 ã

De id.^o de 40 ã Maria Barboza de Lima Viuva .. Possue Nada

Filhos

Ant.^o de id.^o de 8 ã
 Fran.^{co} de 6 ã
 M.^a de 16 ã
 Escolastica de 13 ã

De id.^o de 46 ã Felipa Mor.^a Soltr.^a .. Possue Nada

De id.^o de 65 ã Andreza de Castilho Viuva .. Possue Nada

Filhos

João de id.^o de 21 ã
 Maria de 40 ã
 Joanna de 38 ã
 Ursula de 28 ã

De id.^o de 30 ã Francisca Cardoza — Viuva .. Possue Nada

Filhos

Jozeph de id.^o de 6 ã
 Salvador de 4 ã
 Ignacio de 2 ã
 Luiza de 11 ã

De id.^o de 50 ã Domingas de Siqueira Viuva .. Possue Nada

Filhos

Fran.^{co} de id.^o de 14 ã
 Maria de 20 ã
 Joanna de 16 ã

De id.^o de 30 ã Anna Pedroza Viuva .. Possue 3\$200

Filhos

M.^{el} de id.^o de 22 ã
 Pedro de 8 ã
 João de 4 ã
 Maria de 13 ã
 Izabel de 11 ã
 Joanna de 2 ã

De id.^o de 68 ã Maria Cardoza Viuva .. Possue Nada

Filhos

Fernando de id.^o de 30 ã

	Francisca	de	32 ã	
	Francisca	de	31 ã	
	Quiteria	de	28 ã	
	Maria	de	20 ã	
De id. ^e de 80 ã	Felliciana Bicuda Viuva	Possue		12\$000
De id. ^e de 41 ã	Venturoza de Alm.d ^a Viuva	..		
	Possue		Nada
	Filhos			
	George	de id. ^e de	14 ã	
	Jozeph	de	8 ã	
	João	de	4 ã	
	Marcelina	de	10 ã	
	Liria	de	6 ã	
	Pessoas que contem esta Lista			753
	Lista do Bayrro da Parayba The Piracoama e Tremembé deq he Cap. ^m Fran. ^{co} de Godeois e Almeyda			
De id. ^e de 75 ã	Cap. ^m Fran. ^{co} de Godeois e Almd. ^a cazd. ^o com	Possue		400\$000
	Francisca das Chagas de id. ^e de 51 ã			
	Agregado			
	M. ^{el} Roiz	de id. ^e de	30 ã	
De id. ^e de 33 ã	Alferes-Fran. ^{co} Rodrigues Mor. ^a cazado com	Possue		200\$000
	Joanna Dias	de id. ^e de	16 ã	
	Filho			
	Ant. ^o	de id. ^e de	1 ã	
De id. ^e de 32 ã	Sargento do numero — M. ^{el} Fernd. ^{es} Mor. ^a — Soltr. ^o	Possue		6\$400
De id. ^e de 24 ã	Sargento Supra — João Felix de olivr. ^a Soltr. ^o	Possue		Nada
	Agregado			
	Bento Frz	de id. ^e de	30 ã	
De id. ^e de 40 ã	Cabo da 1. ^a Esquadra-Fran. ^{co} Cubas de Sigr. ^a cazado com	Possue		Nada
	Maria Montr. ^a de Andr. ^e de id. ^e de 25 ã			
	Filhos			
	Maria	de id. ^e de	4 ã	
	Jozeph	de	3 ã	
De id. ^e de 31 ã	Manoel Correa cazado com ..	Possue		16\$000
			
	Maria Pedroza	de id. ^e de	30 ã	
	Filhos			
	Pedro	de id. ^e de	6 ã	
	Raphael	de	2 ã	

	Getrudes	de	4 ã	
De id.º de 44 ã	Antonio Perera da Costa	cazado		
	com	Possue		Nada
	Antonia Monica	de id.º de 50 ã		
	Filhos			
	Floriano	de id.º de 17 ã		
	Manoel	de	15 ã	
	João	de	8 ã	
	Eugenia	de	20 ã	
	Maria	de	14 ã	
	Roza	de	6 ã	
De id.º de 46 ã	Ignacio Rabello	Cazado	com	
	Possue		Nada
	Marta de Jezus	de id.º de 30 ã		
	M. ^{el}	de	7 ã	
	Salvador	de	5 ã	
	Margarida	de	11 ã	
	Anna	de	4 ã	
	Maria	de	3 mezes	
De id.º de 35 ã	Salvador Fernandes	Cazado	com	
	Possue		4\$800
	Thareza Pedroza	de id.º de 18 ã		
	Filha			
	Fran. ^{ca}	de id.º de 1 ã		
De id.º de 25 ã	Manoel Cubas	cazado	com . .	
	Possue		Nada
	Jozefa da Sylva	de id.º de 21 ã		
	Filhos			
	Pedro	de id.º de 9 ã		
	Venceslao	de	6 ã	
	Aniceta	de	4 ã	
	Cornelia	de	2 ã	
	Pedro	de	2 mezes	
De id.º de 50 ã	Francisco Pires	cazado	com . .	
	Possue		Nada
	Maria da Conceipção	de id.º de 40 ã		
	Filhos			
	Jozé	de id.º de 19 ã		
	Ign. ^{co}	de	18 ã	
	Fran. ^{co}	de	15 ã	
	Diogenes	de	5 ã	
	Roza	de	24 ã	
	Thareza	de	17 ã	
	Catharina	de	12 ã	

	Anna	de	8	ã	
	Digna	de	6	ã	
De id. ^e de 61	ã Jozeph Montr. ^o	de S. Payo ca-			
	zado com	Possue		Nada
	Maria Leme	de id. ^e de 50	ã		
	Filhos				
	João	de id. ^e de 20	ã		
	Salvador	de	12	ã	
	Brizida	de	30	ã	
	Felipa	de	25	ã	
	Paula	de	23	ã	
De id. ^e de 41	ã Jozeph Correa da	Foncequa			
	cazado com	Possue		Nada
	Thareza Barboza	de Jezus de id. ^e de 28	ã		
	Filhos				
	Jozé	de id. ^e de 9	ã		
	Antonio	de	7	ã	
	Joaq. ^m	de	5	ã	
	Anna	de	13	ã	
	Ignacia	de	3	ã	
	Custantino	de	1	mes	
De id. ^e de 20	ã Manoel Correa	cazado com	..		
	Possue		Nada
	Anna Moreyra	de id. ^e de 19	ã		
	Filhos				
	M. ^{el}	de id. ^e de 4	ã		
	Silvestre	de	3	ã	
	Joam	de	2	ã	
De id. ^e de 50	ã Antonio Lopes Crasto	Soltr. ^o	..		
	Possue	100\$000	
De id. ^e de 7	ã Joam Correa	— Camarada		
	Possue		Nada
De id. ^e de 35	ã Salvador Correa da	Sylva Ca-			
	zado	Possue	6\$400	
	Maria Correa do Prado	de id. ^e de 26	ã		
	Filhos				
	Barm. ^{eu}	de id. ^e de 12	ã		
	Bernardo	de	7	ã	
	Cypriano	de	5	ã	
	Ant. ^o	de	3	ã	
	Vitoria	de	9	ã	
De id. ^e de 82	ã Estevão Cabral do Prado	cazado			
	com	Possue		Nada
	Anna Cordr. ^a	de id. ^e de 60	ã		

Filhos

	Estevão	de id. ^e de 35 ã	
	Fran. ^{co}	de 34 ã	
	João	de 25 ã	
De id. ^e de 28 ã	Policarpio Teixr. ^a Cunha caza-		
	do com	Possue	200\$000
	Antonia de Jezus de id. ^e de 18 ã		
	Filho — Silverio de id. ^e de 3 ã		
De id. ^e de 20 ã	Jorge de Miranda, soltr. ^o , agre-		
	gados ao dito	Possue	Nada
De id. ^e de 21 ã	Vicente de Miranda, soltr. ^o		
	Possue	Nada
De id. ^o de 50 ã	Jacinto Morera Cazado com . .		
	Possue	Nada
	Luiza Barboza de id. ^e de 48 ã		

Filhos

	Joaq. ^m	de id. ^e de 18 ã	
	Salvador	de 8 ã	
	Mecia	de 20 ã	
	Rita	de 12 ã	
	Ant. ^o	de 10 ã	
	Catharina	de 5 ã	
	Gertrudes	de 3 ã	
	Maria	de 1 ã	
De id. ^o de 86 ã	Antonio da Cunha Barros Caza-		
	do com	Possue	Nada
	Elena Rodrigues do Prd. ^o de id. ^e de 50 ã		

Filhos

	Gabriel	de id. ^e de 17 ã	
	Antonia	de 12 ã	
De id. ^e de 20 ã	Antonio Pedrozo de Morais ca-		
	zado com	Possue	80\$000
	Joanna Fran. ^{ca} de Jezus de id. ^e de 33 ã		
	Filho — Ign. ^{co} de id. ^e de 2 ã		
De id. ^e de 42 ã	João Luis do Prado Cazado com		
	Possue	Nada
	Maria Correa da Veyga de id. ^e de 22 ã		

Filhos

	Fran. ^{co}	de id. ^e de 3 ã	
	Ign. ^{ca}	de 4 ã	
	Manuela	de 2 ã	
De id. ^e de 80 ã	Jozeph Correa Viuvo . .	Possue	Nada
	Filho — Fran. ^{co} de id. ^e de 10 ã		
De id. ^e de 65 ã	Bonifacio Lopes de Tolledo Ca-		

zado com	Possue	Nada
Mecia Rapoza de id. ^e de 40 ã		
Filhos		
Nicacio de id. ^e de 17 ã		
Antonio de 7 ã		
Andre de 3 ã		
Julliana de 18 ã		
Catharina de 16 ã		
Izidoria de 14 ã		
Maria de 9 ã		
Francisca de 5 ã		
De id. ^e de 23 ã Vicente Rodrigues Cazado com		
.	Possue	Nada
Antonia de freitas de id. ^e de 20 ã		
filha — Thareza de id. ^e de 2 mezes		
Cabo da 2. ^a		
De id. ^e de 56 ã Francisco Dias da Sylva Cazado		
com	Possue	Nada
Maria de Jezus de id. ^e de 30 ã		
Filho — Joaq. ^m de id. ^e de 6 ã		
De id. ^e de 35 ã Estanislao Correa Soltr. ^o	Possue	6\$400
De id. ^e de 46 ã Miguel de Souza Cazado com . .		
.	Possue	Nada
Izabel Cardoza de id. ^e de 28 ã		
Filhos		
Ant. ^o de id. ^e de 8 ã		
Salvador de 7 ã		
Pedro de 6 ã		
Joam de 4 ã		
Anna de 12 ã		
Ign. ^{ca} de 6 mezes		
De id. ^e de 29 ã Domingos Correa Cazado com		
.	Possue	Nada
Joanna Correa de Alvag. ^a de id. ^e de 28 ã		
Filhos		
João de id. ^e de 14 ã		
M. ^{el} de 6 ã		
Mig. ^{el} de 3 ã		
De id. ^e de 49 ã Eugenio Correa Soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^e de 61 ã Lourenço Dias Morgado Cazado		
com	Possue	10\$000
Maria Ribeira de id. ^e de 59 ã		
Filhos		
Marcos de id. ^e de 21 ã		

	Joaq. ^m	de	19 ã	
	Jozé	de	9 ã	
De id. ^o	de 27 ã	Manoel Dias da Sylva	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Ellenna Ribera da Costa	de id. ^o de 17 ã	
		Filhos		
	Maria	de id. ^o	de 2 ã	
	Margarida	de	5 mezes	
De id. ^o	de 38 ã	Ignacio da Sylva Roza	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Izabel Nunes	de id. ^o de 26 ã	
		Filhos		
	Maria	de id. ^o	de 5 ã	
	Anna	de	3 ã	
	Roza	de	1 ã	
De id. ^o	de 22 ã	Salvador Correa Soares	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Anna Deuza da Sylva	de id. ^o de 20 ã	
		Filhos		
	Fran. ^{co}	de id. ^o	de 2 ã	
	Anna	de	2 mezes	
De id. ^o	de 35 ã	Antonio Rabello de Proença	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Rita Francisca de Jezus	de id. ^o de 34 ã	
		Filhos		
	Reginaldo	de id. ^o	de 1 ã	
	Anna	de	3 ã	
De id. ^o	de 51 ã	João de Campos Ribr. ^o	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Anna Dias de Sigr. ^a	de id. ^o de 36 ã	
		Filhos		
	João	de id. ^o	de 14 ã	
	João	de	5 ã	
	Fran. ^{ca}	de	19 ã	
	Antonia	de	10 ã	
De id. ^o	de 33 ã	Agustinho Pedrozo de Moraes	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Lzabel de Godois	de id. ^o de 17 ã	
De id. ^o	de 22 ã	Joaquim Nunes de Sigr. ^a	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Getrudes Pimenta	de id. ^o de 20 ã	
De id. ^o	de 50 ã	Miguel Nunes de Sigr. ^a	Cazado	
	com	Possue	Nada
		Maria de Gois	de id. ^o de 40 ã	

Filhos		
	Jozé	de id.º de 2 ã
	Jozefa	de 16 ã
	Anna	de 12 ã
	Maria	de 9 ã
	Catharina	de 6 ã
De id.º de 24 ã	Felis de Gois Cazado com
	Possue Nada
	Luzia Correa de id.º de 20 ã	
	Filho — Ignacio de id.º de 1 ã	
	Antonio Ribeiro de Freitas cazado	
com	Possue 5\$000
	Roza Maria de id.º de 35 ã	
Filhos		
	Jozé	de id.º de 13 ã
	Joaquim	de 11 ã
	Ignacio	de 9 ã
	Salvador	de 4 ã
	Manoel	de 3 ã
De id.º de 43 ã	Cabo da 3.ª Salvador Mor.ª ca-	
	zado com Possue 25\$000
	Anna Ribeira Leme de id.º de 25 ã	
Filhos		
	Manoel	de id.º de 2 ã
De id.º de 50 ã	Antonio de Almd.ª cazado com	
	Possue Nada
	Fran.ª Rodrigues de id.º de 48 ã	
Filhos		
	João	de id.º de 10 ã
	Anna	de 6 ã
	Maria	de 5 ã
De id.º de 25 ã	Manoel dos Reis Cabral cazado	
com	Possue 11\$000
	Catharina Roiz de id.º de 25 ã	
Filhos		
	Miguel	de id.º de 2 ã
	Anna	de a mezes
De id.º de 40 ã	Antonio Rodrigues da Cunha	
Cazd.º com	Possue Nada
	Catharina Frr.ª de id.º de 18 ã	
Filhos		
	Antonio	de id.º de 2 ã
	Anna	de 5 ã
De id.º de 24 ã	Custodio Rodrigues Cazado com	

.....	Possue	12\$000
Anna da Sylva de id. ^o de 23 ã		
Filha — Maria de id. ^o de 2 ã		
De id. ^o de 50 ã Fran. ^{co} Xavier Cazado com		
.....	Possue	130\$000
Jozefa Maria de id. ^o de 50 ã		
Filhos		
Angelo de id. ^o de 5 ã		
Angela de 3 ã		
De id. ^o de 53 ã Bonifacio Cardozo cazado com		
.....	Possue	Nada
Maria da Sylva de id. ^o de 60 ã		
Filhos		
Anna de id. ^o de 20 ã		
Thereza de 18 ã		
Florenca de 5 ã		
De id. ^o de 45 ã Bento Rodrigues Cazado com		
.....	Possue	4\$000
Maria Nunes de id. ^o de 46 ã		
Filhos		
Salvador de id. ^o de 12 ã		
Antonio de 8 ã		
Pedro de 7 ã		
João de 4 ã		
Catharina de 14 ã		
Anna de 9 ã		
Maria de 5 ã		
De id. ^o de 30 ã Ricardo Bicudo Correa Cazado com		
.....	Possue	2\$240
Roza Maria de id. ^o de 18 ã		
Filhos		
Ant. ^o de id. ^o de 2 ã		
João de 6 mezes		
Maria de 3 ã		
De id. ^o de 50 ã Verissimo de Siqueira Cazado com		
.....	Possue	200\$000
Francisca Mor. ^a de id. ^o de 30 ã		
Filhos		
João de id. ^o de 13 ã		
Ignacio de 9 ã		
Antonio de 3 ã		
Luis de 2 ã		
Manoel de 1 ã		
Magdalena de 15 ã		

Anna	de	4 mezes	
João Rodrigues do Prado	cazado com		
.....	Possue		200\$000
Maria Morera	de id. ^e de 46 ã		
Filhos			
Francisca	de id. ^e de 24 ã		
Ellena	de 23 ã		
Ignacia	de 20 ã		
Maria	de 17 ã		
De id. ^e de 40 ã	Bernardino Bicudo	cazado com	
.....	Possue		200\$000
Maria do Prado	de id. ^e de 28 ã		
Filhos			
Antonio	de id. ^e de 10 ã		
Joaq. ^m	de 7 ã		
Margarida	de 15 ã		
Maria	de 7 ã		
Antonia	de 4 ã		
De id. ^e de 45 ã	Pedro Dias Furtado Soltr. ^o	
.....	Possue		Nada
De id. ^e de 90 ã	Guilherme de Almd. ^a	cazado com	
.....	Possue		Nada
Maria Ribr. ^a	de id. ^e de 94 ã		
Filho — Felipe	de id. ^e de 28 ã		
De id. ^e de 60 ã	Felis do Prado	cazado com	
.....	Possue		Nada
Jozefa de Mendonca	de id. ^e de 70 ã		
Filhos			
Thome	de id. ^e de 30 ã		
Pedro	de 6 ã		
Catharina	de 9 ã		
De id. ^e de 65 ã	Francisco de Arruda Leme	cazado com	
.....	Possue		Nada
Maria de Olivr. ^a	de id. ^e de 62 ã		
Filha — Maria	de id. ^e de 20 ã		
De id. ^e de 26 ã	Manoel de Souza Leme	cazado com	
.....	Possue		Nada
Quiteria Bicuda	de id. ^e de 35 ã		
Filho — João	de id. ^e de 4 ã		
De id. ^e de 18 ã	Joze Rodrigues do Prado	Soltr. ^o	
.....	Possue		Nada
De id. ^e de 36 ã	Cabo da 4. ^a , Ant. ^o Pinto Guedes	Cazd. ^o com	
.....	Possue		12\$000
Francisca Roiz	de id. ^e de 28 ã		

	Filhos		
	Simão	de id. ^o de 5 ã	
	Maria	de 9 ã	
	Catharina	de 7 ã	
De id. ^o de 61 ã	Jozepeh Felix cazado com	Possue	Nada
	Felicia Roiz	de id. ^o de 57 ã	
	Filha --- Maria	de id. ^o de 17 ã	
De id. ^o de 38 ã	Salvador Vieyra da Costa cazado com	Possue	Nada
	Rita Maria	de id. ^o de 39 ã	
	Filhos		
	Joanna	de id. ^o de 11 ã	
	Francisca	de 8 ã	
	Escollastica	de 6 ã	
	Genebra	de 4 ã	
De id. ^o de 40 ã	Simplicio Thome Soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^o de 30 ã	Francisco Guedes cazado com	Possue	Nada
	Quiteria Rodrigues	de id. ^o de 20 ã	
	Filhos		
	Jozé	de id. ^o de 4 ã	
	Maria	de 2 ã	
De id. ^o de 43 ã	João Felix cazado com	Possue	Nada
	Izabel da Sylva	de id. ^o de 40 ã	
De id. ^o de 30 ã	Ignacio Felix cazado com	Possue	Nada
	Elena Paes	de id. ^o de 26 ã	
	Filhos		
	Joaq. ^m	de id. ^o de 2 ã	
	Francisca	de 4 ã	
De id. ^o de 50 ã	Pantaleão Felix Soltr. ^o	Possue	Nada
	Irmãos		
	Maria	de id. ^o de 30 ã	
	Anna	de 26 ã	
	Rita	de 21 ã	
De id. ^o de 60 ã	Domíngos Pires Cazado com	Possue	128000
	Anna Cabral	de id. ^o de 60 ã	
	Filhos		
	Miguel	de id. ^o de 27 ã	
	Maria	de 28 ã	
	Joanna	de 17 ã	
	Anna	de 20 ã	
De id. ^o de 58 ã	Domíngos de oLivr. ^a cazado com	Possue	Nada
	Bernarda Guedes	de id. ^o de 46 ã	

	Filhos — Maria de id.º de 13 ã	
De id.º de 30 ã	Salvador de Souza Cazado com	
 Possue	Nada
	Margarida Pedroza de id.º de 20 ã	
	Filhos	
	Salvador de id.º de 5 ã	
	Maria de 6 ã	
	Maria de 2 ã	
De id.º de 63 ã	Pedro de Souza Dias cazado	
	com Possue	2\$000
	Antonia Gonçalves de id.º de 48 ã	
	Filhos	
	Jozeph de id.º de 25 ã	
	Salvador de 16 ã	
	Maria de 20 ã	
	Catharina de 18 ã	
	Anna de 14 ã	
De id.º de 25 ã	Manoel de Souza cazado com	
 Possue	Nada
	Quiteria de Jezus de id.º de 20 ã	
De id.º de 51 ã	Ignacio do Amaral cazado com	
 Possue	Nada
	Pellonia da Veyga de id.º de 50 ã	
	Filhos	
	Fran.º de id.º de 15 ã	
	Anna de 18 ã	
	Maria de 14 ã	
	Ignacia de 9 ã	
De id.º de 40 ã	Querino Felix Cazado com ..	
 Possue	Nada
	Quiteria do Prado de id.º de 30 ã	
	Filhos	
	Ignacio de id.º de 12 ã	
	Francisca de 6 ã	
	Angela de 2 ã	
De id.º de 37 ã	Francisco da Costa Cazado com	
 Possue	4\$000
	Joanna de Siqr.ª de id.º de 25 ã	
	Filhos	
	Magdalena de id.º de 17 ã	
	Roza de 15 ã	
	Liberata de 10 ã	
	Maria de 5 ã	
	Manoel de 2 ã	

De id. ^e de 44 ã Manoel Pires cazado com	Possue	26\$000
Joanna Garcia de id. ^e de 30 ã		
Filhos		
Jozé de id. ^e de 5 ã		
Joanna de 2 ã		
Anna de 2 mezes		
De id. ^e de 47 ã Antonio Felix Cazado com	Possue	10\$000
Izabel de Souza de id. ^e de 37 ã		
Filhos		
Joaq. ^m de id. ^e de 17 ã		
Jozeph de 10 ã		
Manoel de 7 ã		
Floriano de 6 ã		
Salvador de 3 ã		
Margarida de 16 ã		
Anna de 1 ã		
De id. ^e de 70 ã João Sutil de oLivr. ^a cazado com	Possue	Nada
Izabel de oLivr. ^a de id. ^e de 50 ã		
De id. ^e de 25 ã Martinho Rodrigues Cazado com	Possue	Nada
Maria Francisca de id. ^e de 29 ã		
Filhos		
Thomas de id. ^e de 2 ã		
Joanna de 1 ã		
De id. ^e de 55 ã Lucas Perera de Castro cazado com	Possue	400\$000
Escollastica Pinhr. ^a de id. ^e de 29 ã		
Filhos		
Manoel de id. ^e de 2 ã		
Francisca de 3 ã		
Brizida, Subr. ^a de 12 ã		
De id. ^e de 70 ã Mathias Ferreyra Viuvo	Possue	Nada
De id. ^e de 56 ã Sabo da 5. ^a — João Ant. ^o da Costa cazd. ^o com	Possue	6\$400
Maria Pedroza de id. ^e de 50 ã		
Filhos		
Jozé de id. ^e de 24 ã		
Joam de 17 ã		
Leandro de 8 ã		
Barbora de 18 ã		
Maria de 16 ã		

De id. ^o de 33	Anna de 9	ã	Bras Bicudo Leme cazado com	Possue	Nada
	Rita Mendes	de id. ^o de 30			
	Filhos				
	João	de id. ^o de 16			
	Salvador	de 6			
	Antonio	de 7			
	Francisco	de 5			
	Manoel	de 3			
	Vericimo	de 4			
	Ignacia	de 14			
	Anna	de 4			
De id. ^o de 25	Salvador Mendes	cazado com	Possue	Nada	
	Agueda Pedroza	de id. ^o de 26			
	Filhos				
	Joaq. ^m	de id. ^o de 5			
	Salvador	de 4			
	Pantaleão	de 1			
	Salvador	de 2			
	João	de 2			
	Anna	de 3			
De id. ^o de 39	Amador do Prado	cazado com	Possue	Nada	
	Francisca das Neves	de id. ^o de 30			
	Filhos				
	M. ^{e1}	de id. ^o de 18			
	João	de 7			
	Amador	de 6			
	Lourença	de 13			
	Antonia	de 5			
	Marta	de 2			
De id. ^o de 40	Francisco Rodrigues	Porte Cazado	Possue	Nada	
com	Getrudes Correa	de id. ^o de 25			
	Filhos				
	Fran. ^{co}	de id. ^o de 5			
	Ant. ^o	de 3			
	Quiteria	de 9			
	Anna	de 7			
	Maria	de 2			
De id. ^o de 70	Salvador Fernandes	Cazado	Possue	2\$000	
com					

	Maria Mendes de id. ^e de 60 ã	
	Filhos	
	Vericimo de id. ^e de 23 ã	
	Antonio de 20 ã	
	Ignacio de 18 ã	
	Maria de 7 ã	
De id. ^e de 50 ã	João Antonio de Carv. ^o cazado	
com	Possue	Nada
	Maria Rodrigues de id. ^e de 30 ã	
	Filhos	
	Ant. ^o de id. ^e de 14 ã	
	Joaq. ^m de 6 ã	
	Jozeph de 2 ã	
	Anna de 8 ã	
	Maria de 7 ã	
	Magdalena de 6 mezes	
De id. ^e de 50 ã	Jozeph Perera da Roza Cazado	
com	Possue	100\$000
	Maria Nunes de id. ^e de 50 ã	
	Filhos	
	Antonio de id. ^e de 20 ã	
	Manoel de 14 ã	
	Fran. ^{co} de 12 ã	
	João de 10 ã	
	Roza de id. ^e de 8 ã	
	Maria de 4 ã	
De id. ^e de 25 ã	Jozeph Perera Roza o mosso,	
Cazado com	Possue	Nada
	Maria de oLivr. ^a de id. ^e de 24 ã	
De id. ^e de 25 ã	Martiniano Barboza cazado com	
.	Possue	Nada
	Fruginia Pedroza de id. ^e de 19 ã	
	Filho — Francisco de 6 mezes	
De id. ^e de 50 ã	Manoel João de Sigr. ^a cazado	
com	Possue	Nada
	Catharina Maria de id. ^e de 27 ã	
	Filhos	
	Maria de id. ^e de 7 ã	
	Anna de 3 ã	
	Salvador de 2 mezes	
De id. ^e de 25 ã	Jozeph Correa do Prado Soltr. ^o	
.	Possue	Nada
De id. ^e de 60 ã	Antonio Barreto Mor. ^a cazado	
com	Possue	100\$000

Antonia Luiza de id. ^e de 16 ã		
Filhos da 1. ^a m. ^{er}		
Ant. ^o de 14 ã		
Bernarda de 20 ã		
Colleta de 19 ã		
Eufrazia de 16 ã		
Anna de 12 ã		
Catharina de 10 ã		
Ursula de 8 ã		
Agueda da 2. ^a m. ^{er} de 6 mezes		
De id. ^e de 50 ã Bras da Sylva Cazado com ..	Possue	Nada
.....		
Maria Cubas de id. ^e de 30 ã		
Filhos		
Joaq. ^m de id. ^e de 7 ã		
Maria de 5 ã		
Genoveva de 4 ã		
Florida de 2 ã		
De id. ^e de 42 ã João Alvares Mor. ^a cazado com	Possue	60\$000
.....		
Getrudes Garcia de id. ^e de 52 ã		
Filhos		
Manoel de id. ^e de 18 ã		
Salvador de 8 ã		
Joam de 5 ã		
Marta de 20 ã		
Anna de 11 ã		
Genoveva de 3 ã		
De id. ^e de 34 ã Manoel Antonio Cazado com	Possue	Nada
Carap. ^a		
Thareza de Jezus de id. ^e de 31 ã		
Filhos		
M. ^{el} de id. ^e de 12 ã		
Miguel de 2 ã		
August. ^o de 1 ã		
Anna de 3 ã		
De id. ^e de 40 ã Cabo da 6. ^a — Thimoteo Pires	Possue	6\$400
— Soltr. ^o		
De id. ^e de 40 ã Bras da Costa Rabello Cazado	Possue	Nada
com		
Anna Rodrigues de id. ^e de 39 ã		
Filhos		
Ant. ^o de id. ^e de 15 ã		
Jozeph de 11 ã		

	Antonia	de	14 ã	
De id. ^o de 50 ã	Manoel Gil de Siqr. ^a	cazado		
	com		Possue	Nada
	Maria do Amaral	de id. ^o de 30 ã		
De id. ^o de 20 ã	João da Costa	cazado com		
			Possue	Nada
	Maria de Jezus	de id. ^o de 20 ã		
	Jaques Felix Cazado	com	Possue	14\$000
	Maria de Siqr. ^a	de id. ^o de 30 ã		
	Filhos			
	João	de id. ^o de 13 ã		
	Jozé	de 7 ã		
	M. ^{el}	de 2 ã		
	Maria	de 18 ã		
	Roza	de 16 ã		
	Anna	de 12 ã		
	Getrudes	de 10 ã		
	Clara	de 8 ã		
De id. ^o de 72 ã	Antonio Machado	cazado com		
			Possue	Nada
	Maria Garcia	de id. ^o de 40 ã		
	Filhos			
	Manoel	de id. ^o de 16 ã		
	Catharina	de 12 ã		
	Bernarda	de 9 ã		
	Branca	de 6 ã		
	Antonia	de 4 ã		
De id. ^o de 50 ã	Manoel Preto	Cazado com		
			Possue	Nada
	Maria de oLivr. ^a	de id. ^o de 40 ã		
	Filhos			
	Manoel	de id. ^o de 16 ã		
	Ignacio	de 14 ã		
	Antonio	de 12 ã		
	Mathias	de 11 ã		
	Fran. ^{co}	de 3 ã		
	Magdalena	de 15 ã		
	Catharina	de 6 ã		
De id. ^o de 28 ã	Miguel Dias Furtado	cazado		
	com		Possue	Nada
	Domingas de oLivr. ^a	de id. ^o de 43 ã		
	Filhos			
	Manoel	de id. ^o de 4 ã		
	Francisca	de 2 ã		

De id. ^o de 33 ã Ignacio Gonçalves Soltr. ^o	Possue	Nada
De id. ^o de 26 ã Francisco Rodrigues cazado com	Possue	Nada
Maria Francisea de id. ^o de 20 ã		
Filha — Anna de dous mezes		
De id. ^o de 48 ã João Antonio Mor. ^a cazado com	Possue	Nada
Leonor Pires de id. ^o de 38 ã		
Filhos		
Jozé de id. ^o de 11 ã		
Anna de 9 ã		
Catharina de 6 ã		
Bernarda de 2 ã		
De id. ^o de 25 ã Salvador Rodrigues cazado com	Possue	Nada
Domingas Ribr. ^a de id. ^o de 15 ã		
Filha — Anna de id. ^o de 4 mezes		
De id. ^o de 59 ã Manoel Barboza Viuvo Possue	50\$000	
Filhos		
Ignacio de id. ^o de 23 ã		
Maria de 22 ã		
Anna de 24 ã		
Maria de 21 ã		
Francisca de 15 ã		
Ignacia de 14 ã		
De id. ^o de 23 ã (*) Geniplo Garcia Soltr. ^o	Possue	30\$000
De id. ^o de 40 ã Miguel de Siqr. ^a cazado com	Possue	4\$800
Catharina Rodrigues de id. ^o de 31 ã		
Filhos		
Ant. ^o de id. ^o de 12 ã		
João de 10 ã		
Jozé de 8 ã		
Miguel de 6 ã		
Maria de 6 mezes		
De id. ^o de 46 ã Antonio Dias Morgado cazado com	Possue	6\$400
Maria Bicuda de id. ^o de 36 ã		
Filhos		

(*) Genipério.

	Thareza	de id. ^e de	4 ã	
	Maria	de	3 ã	
	Luiza	de	1 ã	
De id. ^e de	14 ã	Dionizio Dias Soltr. ^o	.. Possue	Nada
De id. ^e de	18 ã	Manoel Pires Alvr. ^a cazado com		
		.. Possue		Nada
		Getrudes Maria de id. ^e de	22 ã	
De id. ^e de	58 ã	Francisco Alz Ferr. ^a cazado com		
		.. Possue		80\$000
		Rita Ferrera de id. ^e de	42 ã	
		Filhos		
	Jeronimo	de id. ^e de	9 ã	
	Jozeph	de	7 ã	
	Anna	de	14 ã	
	Antonia	de	11 ã	
	Maria	de	6 ã	
	Francisca	de	4 ã	
	Joanna	de	3 ã	
De id. ^e de	50 ã	Manoel de oLivr. ^a Cardozo cazado com	.. Possue	12\$800
		Ezidiria da S. ^a de id. ^e de	30 ã	
		Filhos		
	M. ^{el}	de id. ^e de	16 ã	
	João	de	8 ã	
	Fran. ^{co}	de	3 ã	
	Anna	de	12 ã	
	Maria	de	3 ã	
	Magdalena	de	2 ã	
De id. ^e de	43 ã	Cabo da 7. ^a Manoel Teixr. ^a Cazado com	.. Possue	2\$000
		Maria da Rocha de id. ^e de	30 ã	
De id. ^e de	60 ã	Ignacio Lobo de olivr. ^a Cazado com	.. Possue	6\$000
		Maria Bicuda de id. ^e de	40 ã	
		Filhos		
	Dom. ^{os}	de id. ^e de	22 ã	
	Francisco	de	16 ã	
	Jozeph	de	8 ã	
	Maria	de	18 ã	
	Magdalena	de	12 ã	
De id. ^e de	52 ã	Ignacio Cabral cazado com	.. Possue	Nada
		Ellena da Cunha de id. ^e de	50 ã	
		Filhos		

	Jozé	de id.º de 20 ã	
	Ricardo	de 15 ã	
	Domingos	de 9 ã	
	João	de 3 ã	
	Ignacia	de 14 ã	
De id.º de 22 ã	Joam Cardozo Cazado com ..		
	Possue	Nada
	Francisca de Gois de id.º de 21 ã		
	Filhos		
	Martinho	de id.º de 1 ã	
De id.º de 58 ã	Salvador Correa cazado com		
	Possue	Nada
	Francisca Bicuda de id.º de 40 ã		
	Filhos		
	Andre	de id.º de 22 ã	
	Verissimo	de 20 ã	
	Antonio	de 2 ã	
	Maria	de 16 ã	
	Mecia	de 12 ã	
	Bernarda	de 8 ã	
	Antonia	de 5 ã	
De id.º de 34 ã	Silvestre Dias Denis Cazado com		
	Possue	4\$000
	Anna Frr.ª de id.º de 20 ã		
	Cunhado		
	Jozé de id.º de 14 ã		
De id.º de 25 ã	João Baptista Cazado com ..		
	Possue	Nada
	Roza Maria de id.º de 24 ã		
De id.º de 28 ã	João Váz Cazado com	Possue	3\$200
	Margarida Corr.ª de id.º de 25 ã		
	Filhos		
	Jozé	de id.º de 6 ã	
	Salvador	de 3 ã	
	Fran.º	de 3 mezes	
De id.º de 60 ã	Francisco Nunes Pr.ª Viuvo ..		
	Possue	12\$000
	Filhos		
	João	de id.º de 25 ã	
	Fran.º	de 18 ã	
	Pedro	de 12 ã	
	Andreza	de 20 ã	
	Margarida	de 16 ã	
	Catharina	de 13 ã	
De id.º de 25 ã	Manoel Sutil Solteiro ..	Possue	4\$000

De id. ^e de 60 ã	Balthazar da Rocha cazado com		
 Possue		Nada
	Anna Pedroza de id. ^e de 40 ã		
	Filhos		
	Andre de id. ^e de 20 ã		
	Luzia de 16 ã		
De id. ^e de 24 ã	Jozeph Dias de Olivr. ^a Soltr. ^o		
 Possue		Nada
De id. ^e de 26 ã	Cabo da 8. ^a Jeronimo Roiz da S. ^a		
	soltr. ^o Carap. ^a Possue		Nada
De id. ^e de 32 ã	Thome Francisco de Abreu ca-		
	zado com Possue		Nada
	Maria Alves de id. ^e de 34 ã		
	Filhos — Maria de id. ^e de 7 ã		
De id. ^e de 36 ã	Ludovico Dias Fernandes caza-		
	do com Possue		2\$560
	Andreza Bicuda de id. ^e de 38 ã		
	Filhos		
	Mig. ^{el} de id. ^e de 7 ã		
	Maria de 2 ã		
De id. ^e de 40 ã	Placido Gomes cazado com ...		
 Possue		Nada
	Ignacia Cardoza de id. ^e de 30 ã		
	Filhos		
	Antonio de id. ^e de 20 ã		
	Angelo de 16 ã		
	Manoel de 8 ã		
De id. ^e de 44 ã	Manoel Bicudo Cazado com ..		
 Possue		Nada
	Maria Magdalena de id. ^e de 33 ã		
	Filhos		
	Fran. ^{co} de id. ^e de 6 ã		
	João de id. ^e de 4 ã		
	Maria de 11 ã		
	Ignacia de 2 ã		
De id. ^e de 50 ã	Jozé Gomes de Sigr. ^a Cazado		
	com Possue		Nada
	Maria da Sylva de id. ^e de 41 ã		
	Filhos		
	Manoel de id. ^e de 24 ã		
	Caetano de 18 ã		
	Izabel de 30 ã		
	Liberata de 16 ã		
	Angela de 12 ã		
	Catharina de 8 ã		

De id. ^o de 80 ã Manoel da Cunha Cazado com	Possue	Nada
Anna Pedroza de id. ^o de 50 ã		
Filhos		
Barn. ^{eu} de id. ^o de 26 ã		
Antonio de 25 ã		
Vallerio de 22 ã		
Salvador de 12 ã		
Roza de 23 ã		
Catharina de 18 ã		
Thareza de 14 ã		
Maria de 6 ã		
De id. ^o de 28 ã Manoel Vieira Cazado com	Possue	Nada
Escolástica Mor. ^a de id. ^o de 30 ã		
Filhos — Leonor de id. ^o de 28 ã		
De id. ^o de 39 ã Jozeph Leme da Costa Cazado com	Possue	Nada
Narciza Corr. ^a de id. ^o de 26 ã		
Filhos		
João de id. ^o de 12 ã		
Fran. ^{co} de 6 ã		
Salvador de 2 ã		
Quiteria de 14 ã		
Francisca de 7 ã		
Anna de 3 ã		
Ignacia de 2 ã		
De id. ^o de 31 ã Gonçalo Dias Peres Cazado com	Possue	10\$000
Ignacia Gonçalves de id. ^o de 27 ã		
Filhos		
João de id. ^o de 1 ã		
Genoveva de 7 ã		
Maria de 5 ã		
De id. ^o de 80 ã Agustinho Ribeiro Quaresma Cazado com	Possue	Nada
Maria do Rozario de id. ^o de 60 ã		
Filhos		
Salvador de id. ^o de 23 ã		
Antonio de 2 ã		
Domingas de 29 ã		
De id. ^o de 24 ã Ignacio de Gois da Costa Soltr. ^o	Possue	4\$000
De id. ^o de 80 ã Matheus Leme da Costa Cazado com	Possue	35\$000

	Maria da Sylva de id. ^o de 40 ã	
	Filhos	
	Salvador de id. ^o de 18 ã	
	Jozeph de 16 ã	
	Matheus de 3 ã	
	Anna de 5 ã	
De id. ^o de 50 ã	Placido Nunes Cazado com ..	
..	..	Possue Nada
	Anna de Faria de id. ^o de 42 ã	
	Filhos	
	Pedro de id. ^o de 24 ã	
	João de 15 ã	
	Manoel de 11 ã	
	Maria de 26 ã	
	Ignes de 17 ã	
	Antonia de 16 ã	
	Angela de 9 ã	
De id. ^o de 43 ã	Cabo da 9. ^a Damazo Gonçalves	
	Cazd. ^o com ..	Possue 8\$000
	Maria da S. ^a de id. ^o de 30 ã	
	Filhos	
	Jozé de id. ^o de 11 ã	
	Salvador de 6 ã	
	Manoel de 3 ã	
	Domingos de 1 mes.	
	Maria de 7 ã	
De id. ^o de 46 ã	Albano Jozé Viuvo ..	Possue Nada
	Filhos	
	Ant. ^o de id. ^o de 23 ã	
	Pellonia de 18 ã	
	Anna de 14 ã	
De id. ^o de 33 ã	Pedro da Cunha cazado com ..	
..	..	Possue Nada
	Anna Nunes de id. ^o de 26 ã	
	Filhos	
	Ignacia de id. ^o de 11 ã	
	Izabel de 7 ã	
	Fran. ^{ca} de 5 ã	
	Antonio de 1 ã	
De id. ^o de 25 ã	Francisco Pedrozo Cazado com ..	
..	..	Possue 10\$000
	Francisca de Almd. ^a de id. ^o de 28 ã	
	Filho — Ant. ^o de id. ^o de 3 ã	
De id. ^o de 53 ã	Antonio Pires de Souza Cazado	
	com ..	Possue Nada

Quiteria de Jezus de id.^o de 30 ã

Filhos

Angelo de id.^o de 15 ã
 Manoel de 4 ã
 Salvador de 2 ã
 Maria de 10 ã
 Brizida de 3 ã

De id.^o de 60 ã Francisco de Almd.^a Cazado com Possue 4\$000

Anna Furtada de id.^o de 40 ã
 Filhos — Ignacia de id.^o de 14 ã

De id.^o de 40 ã Manoel Andre Cazado com Nada

Luzia Ribr.^a de id.^o de 23 ã

Filhos

Ign.^{co} de id.^o de 5 ã
 Maria de 3 ã
 Francisco Dias de oLivr.^a cazado com
 Maria Nunes de id.^o de 60 ã

Filhos

Izabel de id.^o de 26 ã
 Maria de 22 ã
 Roza de 18 ã
 Escollastica de 10 ã

De id.^o de 50 ã Jozeph Pires de Souza Cazado com Nada

Maria Vieira de id.^o de 60 ã
 Filha — Francisca de id.^o de 26 ã

De id.^o de 28 ã Antonio de Almd.^a Pires cazd.^o com Possue 12\$800

Joanna Fran.^{ca} de id.^o de 18 ã

De id.^o de 40 ã João Rodrigues de oLivr.^a cazado com Possue Nada

Ignacia Frr.^a de id.^o de 25 ã

Filhos

João de id.^o de 9 ã
 M.^{el} de 7 ã
 Mathias de 5 ã
 Escolastica de 2 ã

De id.^o de 56 ã Barbora Felix Viuva .. Possue 8\$000

Filhos

Magdalena de id.^o de 21 ã
 Quiteria de 23 ã
 M.^{el} de 19 ã

De id. ^e 20 ã Maria de Andrade Cazada com Possue	20\$000
Antonio Pires Abz. ^{te} Filha — Maria de id. ^e de 2 ã	
De id. ^e de 14 ã Anna Maria de Jezus .. Possue	Nada
De id. ^e de 50 ã Maria da Sylva Leme Viuva Possue	4\$800
Filhos	
Antonio de id. ^e de 16 ã	
Anna de 14 ã	
Ignacia de 12 ã	
De id. ^e de 40 ã Maria Rodrigues da Cunha Viu- va Possue	6\$400
Filhos	
João de id. ^e de 15 ã	
Maria de 17 ã	
De id. ^e de 74 ã Joanna de oLivr. ^a ... Possue	Nada
Filhos	
Theodozia de id. ^e de 35 ã	
Agueda de 25 ã	
Liberata de 20 ã	
Maria de 48 ã	
Ign. ^{co} de 30 ã	
De id. ^e de 100 ã Anna Leme Cabral Viuva Possue	Nada
De id. ^e de 30 ã Joanna Pedroza de Aguiar Viu- va Possue	4\$000
Filho — Francisco de id. ^e de 5 ã	
De id. ^e de 60 ã Anna Bicuda Viuva ... Possue	3\$000
Filhos	
M. ^{el} de id. ^e de 23 ã	
Ign. ^{co} de 20 ã	
Salvador de 18 ã	
Roberto de 10 ã	
Domingos de 8 ã	
Francisco de 6 ã	
Maria de 1 ã	
De id. ^e de 16 ã Thareza Sutil Soltr. ^a .. Possue	Nada
De id. ^e de 40 ã Luzia thenoria ... Possue	Nada
Filhos	
Jozé de id. ^e de 16 ã	
Fran. ^{co} de 14 ã	
De id. ^e de 28 ã Izabel Mor. ^a Bicuda Soltr. ^a Possue	Nada

De id. ^e de 16 ã	Vitoria Mor. ^a Bicuda Soltr. ^a ..	Possue	Nada
De id. ^e de 14 ã	Branca Rapoza Soltr. ^a ..	Possue	Nada
De id. ^e de 30 ã	Andreza Maria ..	Possue	Nada
De id. ^e de 16 ã	Jozepha de Asumpção Soltr. ^a	Possue	Nada
De id. ^e de 22 ã	Antonia Cardoza Soltr. ^a	Possue	Nada
De id. ^e de 51 ã	Maria Pais Soltr. ^a ..	Possue	Nada
De id. ^e de 37 ã	Roza Bicuda Soltr. ^a ..	Possue	Nada
De id. ^e de 47 ã	Antonia da Conceipção Viuva	Possue	Nada

Filhos

	Salvador	de id. ^e de 20 ã	
	João	de 15 ã	
	M. ^{el}	de 12 ã	
	Maria	de 10 ã	
De id. ^e de 70 ã	Barbora Ramos ..	Possue	Nada
	Filho — Fran. ^{co} de id. ^e de 15 ã		
De id. ^e de 75 ã	Arcangela Bicuda Soltr. ^a	Possue	Nada
De id. ^e de 50 ã	Anna Garcia Frr. ^a Viuva	Possue	30\$000

Filhos

	Jozé	de id. ^e de 21 ã	
	Andre	de 10 ã	
	Joaq. ^m	de 4 ã	
	Catharina	de 16 ã	
	Mecia	de 9 ã	
De id. ^e de 40 ã	Sebastiana de Almd. ^a	Possue	40\$000
De id. ^e de 80 ã	Violante de Siqr. ^a Viuva	Possue	Nada

Filhos

	Ign. ^{co}	de id. ^e de 30 ã	
	Maria	de 16 ã	
	Jozefa	de 32 ã	
De id. ^e de 60 ã	Guimar da Sylva ..	Possue	Nada

Filhos

	Leonor	de id. ^e de 8 ã	
	Lucrecia	de 5 ã	
De id. ^e de 50 ã	Anna de Siqueyra Viuva	Possue	Nada
De id. ^e de 25 ã	Maria da Conceipção ..	Possue	Nada

Filhos

	Anna	de id. ^e de 8 ã	
	Maria	de 7 ã	
	Ignacia	de 5 ã	
De id. ^e de 50 ã	Severina Montr. ^a Viuva	Possue	Nada

Filhos

	Joaq. ^m	de id. ^e de	8 ã	
	Salvador	de	7 ã	
	Maria	de	4 ã	
De id. ^e de	30 ã Maria Marques Soltr. ^a	.. Possue		8\$000
	Filhos			
	Anna	de id. ^e de	12 ã	
	Florida	de	8 ã	
	Agueda	de	6 mezes	
De id. ^e de	50 ã Maria Francisca Viuva	Possue		Nada
	Filhos			
	Ant. ^o	de id. ^e de	21 ã	
	Joana	de	9 ã	
	João	de	3 ã	
De id. ^e de	30 ã Roza Cardoza	Possue		Nada
	Filhos			
	Maria	de id. ^e de	13 ã	
	Luizã	de	7 ã	
De id. ^e de	64 ã Theodozia Vieira	Possue		Nada
	Filha — Anna	de id. ^e de	17 ã	
De id. ^e de	50 ã Arcangela Bicuda	Possue		4\$000
	Filhos			
	João	de id. ^e de	12 ã	
	Anna	de	16 ã	
De id. ^e de	30 ã Maria de Souza	Possue		Nada
De id. ^e de	45 ã Izabel Vieyra Viuva ..	Possue		Nada
	Filhos			
	Andre	de id. ^e de	20 ã	
	Antonio	de	16 ã	
	Clara	de	24 ã	
	Anna	de	18 ã	
	Roza	de	12 ã	
	Maria	de	8 ã	
De id. ^e de	65 ã Christina Teixr. ^a da Cunha Viu-			
	va	Possue		300\$000
De id. ^e de	50 ã Agueda Mor. ^a Viuva ..	Possue		Nada
	Filhos			
	Ant. ^o	de id. ^e de	25 ã	
	Dom. ^{os}	de	22 ã	
	M. ^{el}	de	18 ã	
	Joze	de	7 ã	
	M. ^a	de	11 ã	
	Catharina	de	5 ã	
De id. ^e de	80 ã Jozefa Rodrigues do Prado Viu-			
	va	Possue		200\$000

De id. ^e de 64 ã	Eugenia Buena	Possue	Nada
	Filho — Raymundo de id. ^e de 14 ã		
De id. ^e de 40 ã	Vitoria de oLivr. ^a Soltr. ^a	Possue	Nada
	Filhos		
(*)	Jurdio	de id. ^e de 19 ã	
	Magdalena	de 8 ã	
De id. ^e de 25 ã	Maria da Cunha Soltr. ^a	Possue	Nada
	Filhos		
	Leonardo	de id. ^e de 3 ã	
	Jozeph	de 1 ã	
De id. ^e de 24 ã	Faustina Corr. ^a Soltr. ^a	Possue	Nada
	Filhos		
	Anna	de id. ^e de 3 ã	
	Maria	de 1 ã	
	Pessoas que contem Esta Lista		865

Copiado do maço de população n. 170 — TAUBATÊ

1765 — 1777

Patente de Bento Lopez de Leão do
Posto de Capitão Mór da Villa de
Thaubaté Confirmado por Sua Magestade.

Dom Jozé por Graça de Deuz Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e dalem Mar em Africa Senhor de Guiné e da conquista Navegação Comercio d'Etiophia Arabia Percia e da India etc.

Fasso saber aos que esta Minha Carta Patente de Confirmação virem que tendo consideração a Bento Lopez de Leão se achar Provido pelo Conde de Bobadela sendo Governador e Capitão-General daz Capitancias do Rio de Janeiro e Minas Geraiz no Posto de Capitão Mór da Vila de Thaubaté he Comarca da Cidade de Sam Paulo que vagou por falecimento de Antonio Correa de Abreu que o exercia atendendo a concorrer no ditto Bento Lopez de Leão todas as boas circunstancias ser proposto pelos officiais da Camara da dita vila para servir o dito posto, e por esperar dele que em tudo e de que for encarregado do meu serviço se haverá com satisfação:

Hey por bem faser-lhe Merce deo confirmar como por esta o confirmo no dito posto de Capitam Mór em que o proveu o referido Conde Governador com qual posto nam haverá Soldo algum de minha Fazenda, mas gozará de todas

(1) Júlio.

as honras Privilegios Liberdades e insensois e Franquezas, que em razam de honras que lhe pertencem. Pelo que mando ao Meu Vice-Rey e Capitam General de Mar Terra do Estado do Brazil conheção o dito Bento Lopes de Leão por Capitão Mór da dita vila e como tal o honrem e estimen e o deixem servir, exercitar o dito Posto debaixo da mesma posse e juramento que se lhe dem quando nele entre os officiaes e Soldados seus subordinados ordeno também que em tudo lhe obedesam Cumprão aguardem suas ordens por escrito e de palavras como devem e sam obrigados; e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta por duas vias por mim assignada e selado com o selo grande de minhas Armas.

Dada na Cidade de Lixboa aos Vinte dias do mes de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil sete centos e secenta e Tres. El Rey com guardas// Joaquin Miguel Lopez de Lescure a fez escrever Manoel Antonio da Rocha a fez// Cumprace e registei como sua Magestade Manda Sam Paulo a diza nove de Dezembro de mil setecentos e Secenta e Seis. Dom Luis Antonio de Souza

Copiado do Livro n. 16 — Sesmarias Patentes e Provisões, pag. 59 V.

ELOGIOS HISTÓRICOS

(1919-1924)

Eugênio Egas

1 9 1 9

Senhor presidente. Não foi possível ao Instituto realizar o ano passado, neste dia, a tocante cerimônia em que se comemora o aniversário da sua fundação, relembrando, ao mesmo tempo, nomes e feitos dos consócios falecidos. A cidade lutava para se livrar da pavorosa epidemia de gripe, que traiçoeira e cruelmente a feriu. Não há notícias na história paulistana de calamidade que tanto nos custasse em vidas, trabalhos e tristezas. Nunca se viu também tanta energia desenvolvida, tamanha abnegação social, tão acendrada coragem na coesão do esforço coletivo, para derrubar, vencer e esmagar o inimigo, que perturbou, funda e longamente, toda a nossa vida social. Os paulistas fizeram quanto era humanamente possível levar a cabo em prol dos habitantes da capital, sem distinguir raças, classes ou religiões.

Nunca houve igualmente entre nós movimento tão generalizado de civilização, nobreza de sentimentos e demonstração de solidariedade humana: — povo e governo; governo e povo; pobres e ricos; trabalhadores intelectuais e operários deram-se as mãos e, numa harmonia perfeita, lançaram-se à luta com a vontade resoluta de vencer. A tempestade passou; e a cidade, após longas semanas de dor e angústias, voltou à vida normal, revigorada pela fé em seus filhos, pela esperança em seu futuro e pela caridade de seus habitantes. Foi no tão lutuoso período que o Instituto deixou de se reunir a 1.º de novembro de 1918; mas, não ficaram sem palavras de lembrança e saudades os mortos ilustres daquele ano: — correm impressos os necrológicos que não puderam ser lidos.

Dada esta explicação, vai o Instituto cumprir, pela voz de seu orador, a tarefa, tão piedosa e consoladora, de recor-

dar, a traços largos e em poucas palavras, o nome e feitos daqueles que para sempre nos deixaram, durante o ano social, que hoje finda.

O primeiro foi o velho e estimado jornalista

JOSÉ MARIA LISBOA (1)

Nasceu em Portugal, no dia 18 de março de 1838, e veio para S. Paulo, em 1856, onde faleceu a 20 de novembro de 1918.

José Maria Lisboa, nosso pranteado consócio, fez-se por si e por seu trabalho tenaz, diário, constante, e fez-se na imprensa, conseguindo reunir e acumular avultados bens de fortuna, sem que jamais os jornais em que trabalhou, *Correio Paulistano*, *Provincia de S. Paulo*, *Gazeta de Campinas* e *Diário Popular*, fizessem parte da chamada imprensa amarela. O seu *Diário Popular* conquistou o apoio público há muitos anos, sem nunca ter sido órgão de facção partidária. José Maria Lisboa gozou em nosso meio do mais elevado conceito, tendo representado o Estado de S. Paulo na Constituinte, que se reuniu logo após a proclamação da República: Amigo desta casa, no seu jornal nunca houve falta de espaço para as nossas notícias e publicações.

Tipo de homem de trabalho, dotado de grande capacidade e tino administrativo, contando exclusivamente com o apoio dos seus leitores e anunciantes, pôde conseguir a fundação, desenvolvimento e prestígio de um órgão de imprensa, apreciável sob todos os pontos-de-vista. Amigo leal e desinteressado dos grandes chefes republicanos, fundadores do novo regime, José Maria Lisboa sempre lhes prestou valiosos serviços, sem que jamais pretendesse para si ou para os seus qualquer retribuição. Republicano leal, abolicionista ardoroso, José Maria Lisboa pôde assistir à realização desses dois ideais acariciados em seus anos de mocidade: — a república e a abolição. Chefe-de-família, foi-lhe dado tornar-se exemplar pelos seus princípios de austeridade doméstica e constante dedicação ao bem-estar e felicidade do seu lar. Morreu como um justo.

A vida fugiu-lhe pelo adiantado dos anos. Cerrou os olhos sem dores, levando para o Além a última visão da felicidade, que soube conquistar para os seus, numa sociedade que tanto o admirou.

(1)1 O "Diário Popular" de 21 e 22 de novembro de 1918, traz longa notícia sobre a vida deste consócio. Bem assim todos os demais jornais.

LUIZ GONZAGA DA SILVA LEME

Nascido em Bragança, Estado de S. Paulo, a 3 de agosto de 1852, faleceu nesta capital no dia 13 de janeiro último. Feitos os seus estudos preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, recebendo o diploma de bacharel em 31 de outubro de 1876. A sua vocação, porém, não era o direito, mas a engenharia. Os Estados Unidos do Norte, pelos seus progressos rápidos e crescentes, sempre impressionaram fortemente os espíritos voltados às cousas práticas da vida; e, por isso, o novo bacharel paulista partiu para a cidade de Troy, Estado de Nova York, ali recebendo, em 20 de junho de 1880, o diploma de engenheiro civil. De regresso à pátria, ocupou-se desde 1880 até 1897 em serviços de engenharia, principalmente nos de construção e administração de tráfego de estradas-de-ferro.

Pertenceu à Sociedade de Engenheiros de Troy, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao de São Paulo, e a várias outras instituições e sociedades científicas nacionais e estrangeiras.

Gozou de bom nome como engenheiro probo e competente, e deixa uma obra histórica de incontestável valor: — Genealogia Paulistana, em nove volumes, cuja impressão, começada em 1903, ficou concluída em 1905, pelos editores Duprat & Comp.

Pedro Taques escreveu a Nobiliarquia Paulistana, obra estimadíssima sob todos os aspectos, e o nosso falecido consócio, dr. Silva Leme, com sua Genealogia Paulista, completou o trabalho do primeiro, dando-nos o histórico das transformações das velhas famílias paulistas até nossos dias. São nove volumes de interessante leitura para todos quantos sabem avaliar o trabalho de pesquisas históricas, e ufanam-se de possuir em sua ascendência pessoas egrégias e vultos gloriosos.

Sócio honorário do Instituto Histórico de S. Paulo, o dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme muito fez, com a sua obra, pelo renome de S. Paulo todo.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Nascido em Guaratinguetá, Estado de S. Paulo, a 7 de julho de 1848, faleceu em sua residência no Rio de Janeiro, Distrito Federal, a 16 de janeiro do corrente ano, quando ia assumir, pela segunda vez, o cargo de presidente da República. Já me ocupei longamente desta forte personalidade

nacional, em artigo publicado no *Correio Paulistano*, de 17 de novembro de 1918. Resumindo agora o que disse então, salientarei apenas alguns dos traços principais do ilustre homem público, que tanto fez pelo engrandecimento do Brasil. O Instituto Histórico de S. Paulo também lhe deve: — o conselheiro Rodrigues Alves nunca se esqueceu de auxiliar esta casa.

Concluídos os primeiros estudos na sua cidade natal, matriculou-se no afamado Colégio D. Pedro II, com sede no município neutro, e ali fez brilhantíssimo curso, que lhe valeu o diploma de bacharel em letras, com grande distinção.

Em 1866, entrou para a Faculdade de Direito de S. Paulo, e até agora perdura a lembrança do que foi o curso acadêmico desse brilhante espírito, que por largos anos teria de servir a Pátria.

Vereador de sua cidade natal, logo após formado em direito, 1870, foi sucessivamente eleito juiz de paz, deputado provincial, deputado geral, no regime monárquico; deputado federal, senador e presidente da República, no atual regime, que ele serviu de ânimo leal e sincero, e com aquela superioridade de vistas, que tanto o distinguiu, durante a sua longa vida pública. Foi promotor e juiz municipal; presidente da Província de S. Paulo; presidente do Estado de S. Paulo, por duas vezes; ministro da Fazenda, no governo de Floriano Peixoto, e presidente da República, durante o quadriênio de 1902 a 1906, famoso período presidencial, em que tudo conspirou a favor de nossa terra, então guiada pelo dr. Rodrigues Alves. A sua obra é titânica; e os benefícios que dela resultaram são desses que nascem com a evidência.

As estradas de penetração, o saneamento do litoral, pela extinção da febre amarela, a construção dos portos, a transformação da cidade de S. Sebastião, a moralidade administrativa, a consolidação das finanças, a prosperidade e opulência da Caixa da Conversão, o auxílio às instituições de arte e caridade, o renome do país no estrangeiro, a escolha de homens capazes em todos os departamentos da pública administração, formam um conjunto harmônico de serviços, que constitui glória imortal para quem os delineou, concatenou e pôs em execução. É tão grande a glória de Rodrigues Alves, que, transbordante de seu nome, ainda basta para enaltecer e immortalizar todos quantos o auxiliaram de perto, ou foram seus colaboradores eficazes, na ingente obra levada a bom termo naquele quadriênio.

É muito vulgar dizer-se que um homem público prestou

relevantes serviços à sua pátria; mas é raríssimo que esses serviços possam ser imediatamente sentidos, vistos ou tocados. A obra política de Rodrigues Alves pode ser sentida, vista e tocada por todos, sem o menor esforço, imediatamente. É como o fruto das mentalidades privilegiadas, que se revelam na arte, ciência ou política: — impõe-se por si, provocando aplausos, que retumbam pelos tempos vindouros, e bênçãos que iluminam as estradas do futuro.

O conselheiro Rodrigues Alves era de pequena estatura, dotado de maneiras distintas. Seu olhar de miope, visto através de vidros, que não deixava, era suave. O conjunto de sua figura inspirava simpatia e confiança, sem permitir liberdades. Diante de sua pessoa, afavel e cortês, o visitante sentia-se à vontade, se bem que envolvido numa atmosfera de respeitosa estima, que o dominava. Sua palavra era fácil, mas raramente se expandia, e suas expansões duravam segundos. De uma clareza surpreendente na exposição, as suas idéias, determinações ou conselhos substanciavam-se em frases rápidas e lapidares, nítidas e penetrantes. A todos e a tudo prestava religiosa atenção, como se quisesse ver o pensamento e escutar o coração despidos de artificios que a palavra lhes pode emprestar. Conhecia perfeitamente os homens do seu tempo.

Laboravam em profundo erro os que julgassem o conselheiro Rodrigues Alves pelos modos doces, pela bonomia habitual, que tanto o personalizavam. Dentro daquele homem havia a natureza do político e administrador, que sabe sobrepor aos interesses particulares os interesses públicos; que não fala, mas faz o que é justo; que não se deixa dominar, mas domina e governa, como entende ser do seu dever; que ouve a grita dos descontentes, mas não se perturba nem se desvia da reta em que caminha; que nada teme, senão deixar de servir à Pátria ou faltar ao exato e rigoroso cumprimento dos seus deveres cívicos.

Eis, senhores, em largos traços, a figura desse eminente consócio, em suas manifestações da vida pública. Se um milagre se pudesse dar agora, eu teria para confirmar as minhas palavras as vozes de Ferreira França, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Rio Branco e tantos outros, que do túmulo diriam a grandeza do coração e as delicadezas de sentimento, daquele que foi tão simples, tão modesto e tão afetivo, em toda a sua longa vida de poder fulgurante e culminância social cheia de brilho.

Homem de energia e bondade, espírito de justiça e to-

lerância, eis o que foi o conselheiro Rodrigues Alves. Todos quantos conhecem a obra social e política do presidente Rodrigues Alves não verão nas minhas palavras a gratidão que me liga à memória do consócio falecido. Nesta tribuna, não há afetos, há justiça. Vede, senhores, a imagem do tempo, que tudo destrói e aniquila, mas que também engrandece e conserva tudo quando é tocado pelo manto da Imortalidade. Pois bem, caríssimos consócios: — o tempo não caminhará muito, sem que suste sua marcha rápida e ininterrupta para proclamar, em granito e bronze, a glória imortal do preclaro cidadão, que tanto amou, honrou e serviu ao Brasil.

BRASILIO MACHADO

O sr. dr. Brasílio Augusto Machado de Oliveira, nascido nesta capital a 4 de setembro de 1848, nela faleceu no dia 5 de março próximo passado. Era filho do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, vulto dos mais proeminentes de nossa história militar, social e científica, e paulista coberto de glórias e serviços à Pátria, que amou e honrou de modo verdadeiramente notável. O filho continuou e aumentou o nome do progenitor; e vemos agora passar a terceira geração de uma família das mais distintas pelo saber e qualidades, sem que o nome Machado de Oliveira tenha perdido a menor partícula do seu brilho tradicional.

Brasílio Machado estudou preparatórios no Seminário Episcopal de S. Paulo. Em 1868 matriculou-se na Faculdade de Direito desta capital, bacharelou-se em 1872 e três anos depois recebeu grau de doutor. Foi brilhantíssima a sua defesa de teses. Promotor de Piracicaba e Casa Branca (1872 e 1876) abandonou a carreira, que se lhe abria auspiciosa, para abrir banca de advogado na segunda das cidades acima referidas. Tornou-se logo notável como orador; e foi em Casa Branca que começou o vôo arrojado e forte desse primoroso talento, destinado a colher louros e receber aplausos.

Em 1880, nomeado inspetor do Tesouro provincial, regressou para S. Paulo e iniciou a sua fecunda e notável carreira como funcionário de valor, jornalista elegante e vigoroso, poeta inspirado, político de nobres ideais, advogado sagaz, jurisconsulto de muito saber e orador completo, quer se apresentasse na tribuna judiciária, literária ou professoral. Serviu o cargo de secretário do Tribunal da Relação (1882) e para a Faculdade de Direito entrou como lente substituto em 1883. No ano seguinte, 1884, presidiu a pro-

víncia do Parana, revelando, nessa comissão política que recebera do ministério Dantas, notáveis aptidões administrativas.

Tendo chegado a Curitiba, notou desde logo que havia falta de pessoal apto para preenchimento dos cargos e capaz de imprimir ao progresso do Paraná vigor indispensável às boas administrações. Pediu, então, ao presidente de S. Paulo, o conselheiro Laurindo Abelardo de Brito, que lhe mandasse alguns moços paulistas.

Sei que o conselheiro Laurindo empregou esforços para atender ao seu colega do Paraná, mas ignoro até que ponto chegou o sucesso da patriótica tentativa dos dois presidentes.

Com a queda da situação, 1885, o sr. dr. Brasílio Machado volta para S. Paulo e ao jornalismo partidário. Escreveu na *Tribuna Liberal*, *Constituinte*, *Diário da Manhã* e *Federalista*, órgãos efêmeros, que viveram ao serviço partidário dos liberais para desempenhar missões do momento. Em 1890 foi nomeado lente catedrático de direito comercial da Faculdade de Direito de S. Paulo, ocupando a cátedra até 1911. Neste ano de 1911, o sr. dr. Brasílio Machado foi nomeado presidente do Conselho Superior do Ensino, com sede no Rio de Janeiro, onde permaneceu até fins de 1918, quando regressou definitivamente para S. Paulo, e faleceu no hospital de Santa Catarina.

Tive a fortuna e a honra de conhecer de perto este paulista de tão grande valor intelectual. Fui seu discípulo, visitei-o em seu escritório, com frequência, solicitei seu parecer em muitas causas, consultei a sua opulenta biblioteca jurídica e literária, e ouvi muitas vezes a sua palavra elegante, calorosa e sedutora.

Alto, magro, bem trajado, a palidez do rosto contrastando com o fulgor dos olhos grandes que mais brilhavam pelo acentuado das sobrancelhas carregadas, cabelos pretos, maneiras fidalgas, bela cabeça, porte senhoril, gesticulação sóbria e apropriada, dicção clara, voz quente e maviosa, o sr. dr. Brasílio Machado, quando falava, atraía para logo seduzir e dominar o auditório. O timbre de sua voz era inconfundível: — ligeiramente nasalado, vibrante nos grandes transes da palavra, meigo nas passagens suaves dos discursos, encantador na descrição e no arroubo dos tropos,

trovejante nas perorações reivindicadoras de direitos, harmoniosa e irresistível, implorando piedade ou apontando a estrada de Damasco.

Ouvi o dr. Brasilio Machado falar no juri, nos *clubs*, nas sessões literárias e comemorativas, na Academia; não uma vez, mas muitas: e posso dar meu testemunho de que era um orador absolutamente fora do comum, um orador comparavel a José Bonifácio, o moço, Joaquim Nabuco, Belisário de Sousa, Fernandes Coelho, Duarte de Azevedo e Silva Jardim.

Dos seus discursos, calaram fundo na opinião brasileira, admirados por largo tempo em todos os meios intellectuais, os que pronunciou no Clube Ginástico Português de S. Paulo, por ocasião do tricentenário de Camões (10 de junho de 1880) e no teatro S. José, por ocasião do beneficio de Carlos Andréia Gomes, filho do imortal Maestro Carlos Gomes (setembro de 1880). Brasilio Machado deixa muitos trabalhos impressos, entre os quaes uma edição da obra de seu pai, *Quadro Histórico da Provincia de S. Paulo*, que ele com entranhado amor filial reviu e aperfeiçoou.

Ficaram em seu arquivo preciosos estudos destinados á publicidade. O Instituto Histórico de S. Paulo muita honra e consolação teria, se os dignos herdeiros de tão preclaro consócio permitissem que a sua *Revista* tomasse a si a util tarefa de os divulgar. Grande foi o vulto de Brasilio Machado. Sua pena brilhou na imprensa, seu estro encantou poetas, sua palavra empolgou auditórios, seu saber foi respeitado. Por onde passou, fez amigos e admiradores. A sua morte deixa, no meio social de seu tempo, uma saudade infinita. Poeta e orador, sentiu as alegrias da vitória e a tristeza dos desenganos. Viu morrer ilusões vivazes; teve, porem, o coração reconfortado pelos aplausos do público, pelo carinho da familia e amigos, e pela convicção de que seu nome aumentou a glória paterna, repousando ambos, afetosamente abraçados, á sombra da mais mercedida immortalidade. Nos dois túmulos crescem *madressilvas*, pobres flores amantes de tristezas, em que a musa de Brasilio Machado viu recordações e sentimentos afetuosos.

OTTO WEISZFLOG

Natural da Alemanha, nascido na cidade livre de Hamburgo a 22 de setembro de 1870, faleceu nesta capital a 19 de abril próximo passado. Vindo para o Brasil em 1894, dedicou-se em S. Paulo ao comércio, tornando-se em 1899

sócio da firma M. L. Buenaeds & Comp., proprietária do primeiro estabelecimento que fabricou, nesta capital, livros em branco. Em 1900 mudava-se a firma Buenaeds & Comp. em Weiszflog Irmãos, cuja chefia coube ao nosso consócio. Mudando a face da firma de comercial propriamente dita para industrial, desenvolveu o ramo que se denomina artes gráficas em geral, nele incluídas todas as correlatas e, para isso, adquiriu as oficinas e material da Companhia Litográfica do falecido Vitor Steidel. Fazendo aquisições dos velhos prédios onde estavam o escritório e oficinas do "Estabelecimento Gráfico", cooperou na transformação da rua Libero Badaró e vale Anhangabaú, erguendo a atual construção onde se encontram os escritórios e oficinas da grande firma de que foi chefe estimado, enquanto viveu. Contraiu matrimônio na família do saudoso engenheiro Alberto Kuhlmann e, gozando de grande estima e ótimas relações, mostrou-se grato à nossa terra, adquirindo, por naturalização, os foros de cidadão brasileiro, que muito prezou e soube honrar.

Seus maiores esforços foram empregados no sentido de aparelhar o estabelecimento gráfico que dirigia com os mais aperfeiçoados maquinismos e pessoal técnico competente; e assim contribuiu para o progresso das artes gráficas nacionais podendo fornecer material igual àquele que até então só existia quando importado. A fabricação de envelopes e papel de carta, a cromolitografia, fotogravura e zincografia, mereceram-lhe grandes cuidados; no que mais se esmerou, porem, foi nos trabalhos cartográficos e nas edições escolares didáticas.

Sincero amigo desta casa, o Instituto Histórico de S. Paulo muito lhe deve pelo apoio eficaz que prestou à sua biblioteca e publicações.

Cavalheiro dotado de inteligência aguda e fino trato, Otto Weiszflog foi negociante e industrial honrado, que pelo seu trabalho e procedimento conquistou valiosas amizades em nosso meio.

Devem-lhe muito as artes gráficas de S. Paulo e a sua memória perdurará aureolada das saudades de todos quantos o conheceram e souberam compreender.

ANTONIO ALVES CAMARA (*)

Nascido na província da Baía, em 27 de abril de 1852, faleceu a 3 de maio deste ano. Tendo abraçado a carreira

(*) A "Gazeta de Notícias", do Rio, publicou, em 4 de maio de 1919, uma completa notícia sobre o almirante Alves Câmara.

das armas, foi oficial da marinha de guerra, onde alcançou o posto de almirante. Instrutor de artilharia, mereceu, por serviços militares, as honras de cavaleiro da Ordem de Aviz e de oficial da Ordem da Rosa. Pertenceu ao Instituto Politécnico Brasileiro, comandou a segunda divisão naval, a frota do Rio-Grande-do-Sul, recebeu a medalha de mérito militar e foi agraciado pelo rei da Espanha pelo seu valor militar e literário. Jornalista, escreveu com frequência apreciados artigos no *Diário de Notícias*, da Baía, e em vários jornais do Rio-de-Janeiro. Larga e profunda foi a ação social do almirante Alves Câmara e, para confirmar esta asserção, bastará enumerar os cargos e distinções que recebeu em sua útil e proveitosa existência.

Sócio honorário do Instituto Histórico da Baía, benemérito da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro e seu vice-presidente, sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará e da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro da Associação da Imprensa do Rio, um dos fundadores da Sociedade Protetora dos Homens do Mar, o almirante Alves Câmara serviu à Pátria com lealdade e brilho. Mereceu igualmente honras e distinções de países estrangeiros. Publicou muitos e valiosos estudos, alguns dos quais se tornaram monografias estimadas. Sacramento Blake, vol. 1.º, pág. 106, enumera as obras de Alves Câmara, e essa lista pode ser completada com a que vem na apreciada publicação do mesmo autor — *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, — publicada no Rio-de-Janeiro, tipografia G. Leuzinger & Filhos, em 1888.

Não era vulgar a ilustração do almirante Alves Câmara. Sua vasta erudição abrangia não só as especialidades da sua carreira de marinheiro moderno, mas ainda outros ramos de conhecimentos em que se aprofundou.

Foi sentida em todos os círculos militares, científicos e sociais a morte do bravo militar, cuja lembrança constituirá para esta casa motivo de eterna saudade.

CARLOS KNÜEPPELN

Nascido em S. Lourenço, província do Rio-Grande-do-Sul, a 21 de outubro de 1870, faleceu a 11 de junho do corrente ano (1919), na sua terra natal e residência de sua família. Seu pai, o engenheiro alemão Otto Knüppeln, trabalhou muito no Brasil, tendo levantado cartas e mapas do Rio-Grande-do-Sul e de S. Paulo. O nosso malogrado consócio estudou preparatórios no Colégio de Nossa Senhora

da Conceição, em S. Leopoldo, vindo depois para esta capital, em cuja Faculdade de Direito foi laureado bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Pouco se dedicou à advocacia. Exerceu intensamente o magistério, lecionando português e história pátria em colégios dos mais acreditados, tais como Sião, Santo Adalberto e Ginásio de S. Bento.

Espírito idealista e voltado ao misticismo, Carlos Knüppeln consagrou-se devotamente às cousas da religião católica, de que era fervoroso adepto. Foi grande o seu prestígio como diretor da escola gratuita da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência. Fundou a Congregação Mariana da Igreja de S. Gonçalo. O seu tempo passava-se no estudo das matérias que lecionava, e na meditação religiosa do culto que leal e sinceramente praticava. Para esta casa entrou pelo valioso auxílio que prestou ao Instituto Histórico de S. Paulo, quando foi da descoberta dos despojos do regente Feijó, despojos que não podiam ser encontrados nem transportados para outro lugar, sem a boa vontade, concurso e consentimento do dr. Carlos Knüppeln. O Instituto Histórico de S. Paulo, medindo o alcance desses serviços, houve por bem conferir-lhe o título de sócio honorário. Morreu aos quarenta e nove anos o considerado professor, e grande surpresa foi a noticia do seu falecimento, pois todos se lembravam daquela figura alta, esbelta, cheia de vida, que a passos largos percorria as ruas da cidade em rumo ao trabalho diário. Paz à sua memória.

Meus senhores. Está cumprida a nossa missão. Foi-nos dado comemorar este ano a fundação do Instituto, proclamando, ao mesmo tempo, os feitos dos consócios falecidos. Entre eles avulta aquele famoso estadista, cujo espírito penetrante pode ver, no futuro, o caminho reto que o governo brasileiro havia de tomar em benefício da nossa sociedade: — a paz, com todas as suas consequências. Realizada a profecia de Renan, de que após a queda de Carlos Magno, Carlos Quinto e Napoleão Primeiro, ninguem mais governaria o mundo, nós assistimos ao fato inesperado e surpreendente do armistício de 11 de novembro do ano passado, como preliminar do tratado de paz, que se lhe seguiu em Versailles. Guilherme Segundo, rei e imperador da Alemanha, não querendo ouvir a voz e conselhos da História, caiu fragorosamente, arrastando consigo, num estrondo sem precedentes, a obra imortal de que fora principal artífice; e, o que é mais, a pátria de sábios e artistas, admirados por todos. Um dos

imperadores romanos perguntava em gritos a um dos seus generais derrotados: — “que fizeste das minhas legiões?” Assim, aos brados, perguntam os alemães a Guilherme de Hohenzollern: — “que fizeste da nossa poderosa Alemanha?” Após tão grande guerra, era inevitável desencadear-se sobre o mundo a tormenta que a todos aflige e tortura. Sem exata compreensão do que desejam, povos semi-bárbaros afogam em sangue as aspirações democráticas da civilização; outros, esquecendo as glórias do passado e a decadência do presente, em que se debatem, julgam que a sociedade pode viver no ócio e na desordem. Nunca foi a paz tão necessária como agora, que a humanidade atravessa o mais delicado e difícil transe de sua existência. Os problemas que se apresentam só poderão encontrar solução conveniente na calma, estudo e ação pacífica dos estadistas. Infelizmente, a civilização é uma flor branca e pura como a neve alpina, mas que se alimenta e cresce e desabrocha no sangue vivo de vítimas inocentes. A civilização grega em luta com a persa, a civilização romana em luta com a de todos os povos, venceram, derramando sangue aos borbotões. Não chegaram até nós os nomes de todas as vítimas; mas, a flor branca e alvinente da sabedoria de Arquimedes e Papiniano, e da arte de Apeles e Virgílio chegou até estes tempos, relembrando as espadas vitoriosas de Leônidas e Júlio Cesar. Oh! destino cruel da humanidade! Dizem os grandes espíritos que a transformação social a que assistimos só é comparável à que se operou há quase vinte séculos, quando Jesús pregou a nova doutrina harmoniosa do Bem pelo Bem. Os ideais de então só puderam ser devidamente apreciados e reconhecidos após ter a espada de Constantino ditado e imposto a vitória da Justiça e Tolerância. E essa vitória custou mais de trezentos anos de lutas, de perseguições atrozes, de derramamento ininterrupto de sangue precioso.

Depois, meus senhores, outra horrível luta ensanguentou o mundo para que os homens gozassem dos benefícios das pátrias organizadas: — Luiz Onze nos aparece em sua sinistra figura, quase horripilante, se não fossem os resultados que a humanidade colheu da sua cruenta energia. Todas as vezes que a civilização tenta, precisa e quer conquistar novos domínios, o sangue corre. E corre, porque os bateadores das idéias novas pretendem desprezar a organização secular das sociedades que almejam reformar; e corre, porque as sociedades, em seus princípios essenciais reagem e lutam em prol de sua legítima defesa. Desse desequi-

librio na ação, resultam os males gravíssimos que torturam povos e desnorteiam estadistas. Mas, se remédio não há que impeça a luta, seja ela de meios brandos e suasórios; que a violência dê lugar à bondade, e que esta traga aos combatentes a calma para a vitória. Seja no futuro, vermelha a flor da civilização, por se alimentar, crescer e desabrochar na brancura e pureza dos bons sentimentos humanos. Que se transforme em brilhante realidade o programa governamental do maior espírito que passou por esta casa. Todos nós desejamos e queremos e amamos a paz com todas as suas consequências.

Sombras invisíveis que me ouvís: — auxiliai o nosso Brasil na incruenta conquista de todos os benefícios da evolução social.

1 9 2 0

Senhor presidente, senhoras e senhores. Mais um aniversário de sua existência, o 26.º, completa hoje esta casa, onde se reuniram para o estudo da história e geografia, aqueles que amam a Pátria, grande e unida, sem prejuízo das glórias, forças, desenvolvimento e cultura, da circunscrição paulista, cujo brilho é largo e intenso, desde os mais afastados e primitivos dias da existência do Brasil.

Os pouquíssimos, quase raros espíritos, que tentam empanar a luz do nosso progresso e atual situação no meio nacional, desconhecem nossos homens e cousas. As suas palavras são filhas da ignorância, não devem ser ouvidas. E do nosso espírito, sempre aberto ao bem e à fraternidade, esta casa é exemplo e prova. Aqui, desaparecem fronteiras e divisas, aqui só existe uma pátria, o Brasil; uma terra, o mundo; um ideal, a civilização, síntese última e sublime da confraternização humana. Há muitos anos já, que no dia de hoje, o Instituto se reúne para, celebrando o seu aniversário natalício, comemorar o falecimento dos consócios que se foram, durante o último ano social. A morte é o terror da vida, pois que a vida é uma cousa exquisita, finíssima, bela e preciosa, útil e cheia de grandeza, é um sol quente e alto, ofuscante e sedutor; a morte é a inércia, o frio, o gelo, a miséria, a dor, a podridão abjeta, a fealdade clássica e terrificante, o esquecimento, o nada acabrunhador e pavoroso. Os que se vão para debaixo da terra ou para os fornos de cremação, só podem ressuscitar na memória dos vindouros, se tiverem praticado obras de coração ou espírito: — se fizeram o bem, ou se estudaram, falaram ou escreveram. De

outro modo, é certo e seguro que o manto negro, pesado e espesso do eterno esquecimento, sobre eles cairá irremediavelmente. São felizes, não há dúvida, aqueles que se contentam com a vida terrestre e andam, à força de imaginação e ilusões, à espera de que volte algum viajante dessa longa viagem, que Shakespeare celebrizou, para lhes dizer de conhecimento próprio as perfeições e felicidades do outro mundo. Esse viajante tarda; tarda demasiado, e os amantes das ilusões e das fantasias coloridas e brilhantes vão a ele se reunir, não nas alturas e esferas infinitas, mas no repulsivo seio da terra escura, úmida e destruidora.

Católicos ou protestantes, budistas ou maometanos, positivistas ou livres-pensadores, são iguais perante as leis da ciência. Todos morrem, todos passam, todos desaparecem da face da terra e da lembrança dos homens, se nada tiverem deixado em benefício e proveito, seja de Deus, da Humanidade ou da ciência e caridade. Certa vez, meus senhores, eu ouvi, à beira de um túmulo, interessante diálogo, trocado entre dois homens de espírito culto e coração bem formado. Um era médico e dos mais ilustres; outro, engenheiro estudioso, que se especializou em filosofia da mais alta matemática. O primeiro, avançado em anos, o segundo no esplendor magnífico dos quarenta anos.

— Será possível que eu nunca mais torne a ver, como foram, os meus entes queridos, aqui sepultados? Não, não é possível que o mundo e a vida acabem aqui, terminem assim. Eu hei de vê-los, eu hei de abraçá-los de novo, falar-lhes, ouvir-lhes a voz suave repetindo-me palavras de amor e respeito, que na primeira vida me dirigiam e me murmuravam cariciosamente junto à minha face!

— Sim, é possível. Nunca mais os verás, nunca mais ouvirás as suas vozes, nem lhes tocarás com tuas mãos ou com teus lábios. Contenta-te com a recordação do bem que fizeram, guarda com carinho as obras que os seus corações e inteligências produziram. E resigna-te. Resigna-te para sempre, até que chegue a tua vez, oh! meu amigo. Também tu cairás, e serás coberto pela terra dos cemitérios, apodrecerás e ficarás reduzido a essa lama infecta, que a tua medicina condena como prejudicial e perigosíssima. E, então, a tua memória perdurará na história da cidade, porque foste grande médico, curaste enfermos, praticaste a cirurgia como poucos, fundaste hospitais e institutos de caridade. A tua figura, que foi bela, e ainda é, se tornará esqueleto de causar medo a mulheres e crianças, que tanto e tão nobre-

mente amaste, e só pelos milagres da arte, criação do homem, continuarás a ser forte e belo, graças à escultura e aos pintores. A tua carcassa apodrecerá, e nunca, jamais, oh! jamais alguém te verá, alguém te poderá falar, tocar ou beijar, neste ou em qualquer outro espaço ou planeta. Conformar-te, a morte é o símbolo do silêncio, da inércia, da inutilidade e do esquecimento eterno. Só há a vida terrestre. Convence-te!

— És um insensato, és homem sem coração.

— Sou um refletido e um amigo da verdade. A medicina tem ilusões. A matemática não as conhece, nem tolera.

E ambos, cabeça descoberta, depositaram flores nos túmulos de entes queridos, separando-se cada qual com suas idéias.

No médico, a dúvida e a esperança; no engenheiro, a certeza, e a resignação virtuosa e sadia. Assim, nesta assembléia. Ao lado dos crentes ardorosos de todas as religiões morais, estão os descrentes, os que duvidam, os que se conformam com as brutalidades da vida, sem agravo nem apelação, sem recurso para qualquer outra instância, porque estão bem certos de que a morte é a suprema destruidora dos prazeres morais do mundo, único cenário em que o homem representa, trabalha e produz. Após a morte, o nada, o nada eterno e irremediável. Não nos iludamos nem fantasiemos. A única salvação para a memória do homem é o registo das obras boas que porventura tenha realizado. Se praticou o mal, sobre o esquecimento da morte cairá ainda a pesada maldição dos contemporâneos. E, depois, o vácuo, a escuridão interminável e insondável! Para os desconhecidos, que passam pela vida sem viver, como nuvem que se desfaz, ou sombra sutil, que mal se percebe, não há lugar no grande livro.

Já passaram vários anos, depois que tomei a tarefa de vos dizer, neste dia, palavras de saudades, lembrando, em largos traços, a vida e feitos dos sócios falecidos. E em todos os anos o meu espírito se perturba e se debate em pesadelos, que se formam diante do difícil que é transpor as barreiras quase invencíveis da vulgaridade. Eu sinto que a minha palavra é demasiado fraca para a pesadíssima tarefa de elaborar necrológios.

ARTUR VIEIRA CARDOSO GOMES DOS SANTOS

Nasceu em Lisboa a 25 de março de 1881 e faleceu em S. Paulo a 30 de novembro de 1918, contando, portanto, apenas 37 anos de idade. Estudou e fez o curso teológico, e

ainda os cursos da Escola Normal Superior do Comércio e Superior de Letras, em Portugal. Viveu na imprensa e no magistério, e foi colaborador de muitos jornais portugueses e brasileiros. Dirigiu a folha católica que viveu sob o nome de *Gazeta do Povo*, foi um dos redatores do *Correio Paulistano*, e colaborou na *Cigarra*, *Tribuna de Santos* e *La Razon*, de Buenos Aires. Foi professor do Ginásio de S. Bento e Conservatório Dramático e Musical. Aqui, nesta capital, publicou dois livros: *Jardim de Academus* e *Espelho Encantado*. A crítica recebeu com aplausos esses dois livros. Gomes dos Santos foi ardoroso amigo do trabalho e dos prazeres intelectuais. Nosso consócio, era assíduo frequentador desta casa. Quando o conheci, Gomes dos Santos já estava exausto e profundamente combalido em sua saúde. O seu aspecto era triste e parecia um desiludido da vida, cujo termo se aproximava rapidamente.

Morreu muito cedo, e, porisso, a-pesar-de seu brilhante talento e não vulgar erudição, não alcançou os altos postos que podia almejar, com indiscutível direito.

JOÃO BATISTA CORREIA NERI

João Batista Correia Neri nasceu em Campinas a 6 de outubro de 1863 e faleceu na mesma cidade a 1.º de fevereiro de 1920. De família pobre e simples, d. João Neri, por seus talentos e virtudes, elevou-se tanto no conceito social, que o seu nome se tornou dos mais ilustres em todo o Brasil. Bispo do Espírito Santo, de Pouso Alegre e de Campinas, o virtuoso prelado soube deixar, nas suas três dioceses, obras e instituições uteis, que perpetuarão o seu nome e a sua glória através das gerações. A esforços do dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, o jovem João Batista fez seus primeiros estudos no colégio "*Culto à Ciência*", de que foi aluno gratuito e distinto. Em 1879, sentindo em seu coração irresistível pendor para a vida sacerdotal, que tantos triunfos lhe daria, d. João Neri entrou para o Seminário Episcopal de S. Paulo.

Foi também aluno gratuito; e matriculou-se nessa casa de ensino, a pedido do seu grande amigo, cônego Joaquim José Vieira, o famoso padre Vieirinha, mais tarde bispo do Ceará. Brilhante foi, sem dúvida, o curso de d. João Neri no Seminário. Recebeu ordens de tonsura, a 7 de setembro de 1882; ordens menores e de subdiácono a 30 de maio de 1885; de diácono, a 21 de fevereiro de 1886; e de presbítero, a 11 de abril de 1886. Ordenou-o d. Lino Deodato de Carva-

lho, então bispo de S. Paulo. Cinco dias depois, a 16 de abril de 1886, cantou sua primeira missa na matriz de Santa Cruz de Campinas, de que foi vigário coadjutor (fevereiro de 1887), vigário encomendado (agosto de 1887) e depois colado (12 de junho de 1888). A 6 de setembro de 1889, o governo imperial nomeou-o cônego honorário da Catedral de S. Paulo. Em outubro de 1894 foi transferido como vigário para a matriz da Conceição, também de Campinas. Eleito bispo do Estado de Espírito Santo, em agosto de 1896, foi sagrado em Roma a 1.º de novembro do mesmo ano pelo cardeal Gotti, que fora internúncio no Brasil. Na cidade de Vitória instalou colégio para meninas sob a direção das irmãs de S. Vicente de Paulo e creou instituições de caridade. A 18 de maio de 1901 foi transferido para a diocese de Pouso Alegre; e, criada a de Campinas em 1908, foi, em novembro do mesmo ano, empossado na sua nova diocese, com sede na idolatrada terra natal.

Se bem que D. João Neri tivesse sempre trabalhado com entusiasmo religioso e fervor patriótico em todas as circunscrições onde exerceu a sua autoridade, foi Campinas o cenário em que ele representou os seus melhores papéis como homem, como brasileiro e, sobretudo, como apóstolo e sacerdote da religião de que foi preclaro ministro. Fundou em sua última diocese, entre muitos outros estabelecimentos e instituições, o Liceu de N. S. Auxiliadora, inaugurado a 25 de junho de 1907, e a Associação Agrícola de Educação e Assistência, com sede na fazenda "Santa Amélia" que pertenceu ao barão Geraldo de Rezende. A idéia da criação de semelhante instituto nasceu no espírito de Francisco Glicério; mas, tornou-se realidade, graças ao bispo D. João Neri, outro grande espírito.

Em 1889, terrível epidemia de febre amarela assolou e devastou a cidade de Campinas. Quem pôde fugir, fugiu. Houve muita gente que abandonou cargos e postos; mas, também houve muitos, em maior número, que se sacrificaram e arriscaram a própria vida no vigoroso e áspero cumprimento, de pesadíssimos deveres. Campinas pode vangloriar-se de seus filhos heróicos e denodados, que afrontaram a morte na defesa da saúde pública, horrivelmente assaltada pela pavorosa enfermidade, até então arrogante em seu permanente desafio à medicina. Foram muitos esses filhos, e entre eles, na vanguarda, viu-se sempre o vigário João Batista Correia Neri. A sua casa converteu-se em agasalho e hospital de crianças pobres ou desamparadas, cu-

jos pais tinham sido vitimados pela febre amarela ou se debatiam nas enfermarias, campo da luta travada entre a vida e a morte. Na sexta-feira da Paixão, desse ano trágico, d. João Neri é atacado pela febre amarela, justamente quando, no sermão de lágrimas, do alto da tribuna sagrada, que tanto ilustrou, orava implorando ao seu Deus poderoso que fizesse baixar sobre a cidade aflita e desolada um pouco da sua clemência. Não lhe foi possível concluir o sermão iniciado; e d. João Neri desceu do púlpito para se recolher ao leito gravemente doente. Restabelecido, voltou ao rude e pesado trabalho, que era o árduo cumprimento dos seus sagrados e elevadíssimos deveres. Morreu pobre. O pouco que lhe chegava às mãos, escoava-se para as obras de caridade. A sua pobreza foi tamanha que, nos seus últimos dias de existência, amigos e colegas abasteceram a sua casa de tudo quanto preciso se tornou.

Ele nada mais tinha de seu. Naquela casa, em breve, tudo estaria acabado. Belo exemplo para os que praticam a caridade e o bem por dever de sacerdócio. O Instituto lamenta a perda de tão ilustre consócio. Orador insigne e de profunda erudição, d. João Neri era também e, porisso mesmo, apaixonado cultor dos estudos históricos.

Campinas fez-lhe imponentes exéquias, e trabalha para lhe ser erguido monumento condigno do seu nome e da sua glória, imperecíveis como o granito e o bronze que os vão perpetuar na praça pública.

ANTÔNIO MOREIRA DA SILVA

Antônio Moreira da Silva nasceu em Sorocaba, Estado de São Paulo, a 9 de novembro de 1851 e faleceu em Curitiba, a 3 de março de 1920. Foram seus pais Inácio Moreira da Silva e d. Rosa Maria de Oliveira. Recebeu austera educação moral no lar doméstico. Era ainda menino, quando principiou seus estudos sob a direção mental do conhecido professor Sousa Guerra. Aprendeu latim e francês com Luiz Augusto de Vasconcelos, professor da aula que havia em Sorocaba, subsidiada pelo governo provincial; geografia, história, geometria e filosofia com Francisco de Paula Oliveira Abreu. Muito moço principiou sua vida pública. Em 1867 fundou em Sorocaba o "Clube Palestra", sociedade literária e filantrópica. Nessa sociedade, em setembro do mesmo ano de 1867, leu o seu manifesto republicano. Nas sessões deste "Clube", o espírito de Antônio Moreira da Silva manifestou-se republicano e abolicionista. Prosseguiu sua

instrução literária até 1870, tomando parte nas sessões do "Recreio Instrutivo" de Sorocaba, associação em que se discutiam teses de história, filosofia, política, etc.

Faziam parte dessa sociedade os melhores espíritos locais da época, como Barata Ribeiro, Ubaldino Amaral, Costa Abreu, Ésquilo do Amaral, Paula Gomes, Elias Galdino e outros.

Sócio influente da "Sociedade Germânia", transformou-a no "Gabinete de Leitura Sorocabano", que é na atualidade, uma das melhores bibliotecas do interior do Estado. Como jornalista estreou escrevendo no *Sorocabano* e foi redator do *Araçoiaba* e do *Ipanema*, folhas nas quais se adextrou. Em 1873 foi para Itapetininga e aí creou a imprensa local publicando *O Município*, *O Partido Municipal* e *O Corisco*, folha humorística. Na fundação d'*O Município* teve como auxiliares Venâncio Aires, dr. João Evangelista e padre Assunção Albuquerque. Com José Pereira Mestre, João Monteiro de Carvalho, Pedro Augusto de Azevedo Marques e outros, creou a "Escola do Povo", onde lecionou gratuitamente pelos mais adiantados métodos de ensino de então. Antônio Moreira da Silva empreendeu uma viagem de propaganda republicana pelas vastíssimas regiões que ficam entre os rios Tietê, Paranapanema, Ribeira e o mar, até os confins do Estado. Conhecia todas as freguesias, vilas e cidades aí existentes e nelas foi recebendo as declarações adesionistas individuais dos paulistas que aceitavam o sistema republicano para regime da Pátria.

Homem rico, empobreceu nessa propaganda humanitária da República e da Abolição.

Em Tatui fundou o partido republicano e a imprensa local, em 1878. O primeiro jornal que publicou foi o *Progresso de Tatui*, depois *Cidade de Tatui*.

Quando em 1885 se reuniu em S. Paulo o Congresso Republicano, Antônio Moreira da Silva manifestou-se de acordo com os jornalistas doutrinários Rangel Pestana e Américo Brasileiro, sustentando que se dirigisse um voto de louvor ao povo cearense, que acabava, por iniciativa própria, de proclamar redimida a província do Ceará. A 3 de abril de 1887 fundou o partido republicano de Guareí, do qual foi presidente. Combateu com ardor pela idéia da construção, prolongamentos e ramificações da Estrada-de-Ferro Sorocabana, com via estratégica, visando a defesa nacional, e de penetração, visando o auxílio à lavoura e às indústrias.

Os artigos que publicou a respeito, desde o soergui-

mento de idéias, dão-lhe inegavelmente o lugar de proeminência entre os primeiros combatentes que tiveram a perfeita visão do futuro dessa Estrada.

Antônio Bento de Sousa e Castro, que, por intemerata intransigência com os senhores de escravos, se tornou o chefe supremo do abolicionismo paulista, como provedor da "Confraria de Nossa Senhora dos Remédios", em nome desta, não obstante a sua religiosidade, não duvidou em lhe conceder o diploma de seu Irmão Benemérito, pelos relevantísimos serviços, que prestou à causa da abolição dos escravos. A vida Política de Antônio Moreira da Silva é um exemplo de abnegação. Por modéstia e outras vezes por disciplina partidária, deixou de ocupar cargos eletivos de alta relevância.

Proclamada a República, Antônio Moreira da Silva festejou com pompa o advento do novo regime em Tatuí, onde ainda se achava. A república o constituiu, na primeira hora, sob a denominação de prefeito, governo municipal provisório de Tatuí, por aclamação de correligionários e adversários, em reunião da Câmara Municipal, presidida pelo juiz de direito da comarca, dr. Antônio Cândido de Almeida e Silva, agora ministro aposentado do Tribunal de Justiça. Logo depois, Antônio Moreira da Silva foi delegado de polícia, presidente da Intendência Municipal e membro do Congresso Constituinte. Eleito deputado à Constituinte, e a seguir, por quatro legislaturas, não descuidou dos interesses de São Paulo.

Em 1898 fundou, em S. Paulo, o órgão político *O Democrata Federal*. O artigo-programa, com que pediu entrada na imprensa diária de S. Paulo, resume com precisão e clareza as soluções que oferecia às questões políticas e sociais contemporâneas. Este jornal só teve por fim a propagação da candidatura Campos Sales à presidência da República. Em outubro de 1902, a Associação Comercial do Rio-de-Janeiro, reconhecida aos relevantes serviços prestados por Antônio Moreira da Silva, conferiu-lhe o título de sócio.

Dedicou-se à advocacia, que foi sua profissão. Espírito investigador e estudioso, tornou-se conhecido pelo seu saber jurídico. Trabalhava com rara competência. Saldanha Maranhão, encarregado de arrazoar perante o Supremo Tribunal Federal uma causa em que era parte Joaquim Maria Barreiros, de Itapetininga (constituente de Moreira da Silva), escreveu: — "O assunto foi esgotado em primeira instância. Nunca me veio do interior uma causa tão proficientemente

arrazoada. Quem escreveu as suas razões é um jurisconsulto que pode ombrear com os mais provecctos”.

Antônio Moreira da Silva escreveu artigos de imprensa, que o erguem à altura dos melhores publicistas nacionais. Podem ser citados o *Programa* e a *Apreciação sobre Rangel Pestana e Américo Brasiliense* publicados no *Progresso de Taubaté*, *A Razão do Título*, *O Nosso Programa* e as teses do nosso Programa publicados no 1.º número do *Democrata Federal*.

Merecem leitura e apreço os seus discursos e projetos sobre a organização do Distrito Federal, intervenção no Estado do Rio-Grande-do-Sul, criação de um Tribunal de Arbitramento na América do Sul, reorganização das forças armadas, e fusão do ministério da guerra e marinha, sob o título de ministério da defesa nacional. Não houve deputado mais trabalhador e adiantado; não houve idéia liberal que não encontrasse nele um defensor esforçado e infatigável; não houve princípio democrático que por ele não fosse defendido calorosamente.

Publicou em volume, os seguintes trabalhos: *Organização Municipal* (1891); *Interesse Sul Paulista* (1891); *Questão eleitoral* (1895); *Homicídio involuntário* (1895); *Direitos adquiridos* (1897); *Liberdade Profissional* (1898); *Habeas-Corpus* (1899); *Nulidade de citação por edital em ação hipotecária* (1901); *Questão Hipotecária* (1901); *Companhia União Sorocabana e Ituana* (1902); *Liquidação forçada da Companhia União Sorocabana e Ituana* (1906); *O Conflito de Jurisdição* (1906); *Domicílio Político para ser vereador no Estado de S. Paulo* (1908); *Estatutos da Associação de Livre Pensamento* (1909); *Manifesto Profissional* (1910); *Execução de sentenças* (1912).

Publicou ainda muitos estudos jurídicos a propósito de causas forenses de sua banca. Era livre pensador de idéias adiantadas e foi presidente da Associação do Livre Pensamento. Na maçonaria, de que foi vulto proeminente, alcançou as mais elevadas posições.

Ao nosso Instituto prestou sempre, com brilho e dedicação, o concurso de sua experiência e do seu profundo conhecimento dos homens e cousas de S. Paulo.

CAMILO PASSALACQUA

Nasceu Camilo Passalacqua na Itália a 7 de maio de 1858 e faleceu na cidade de Santos a 12 de junho de 1920, tendo sido sepultado no cemitério do Carmo, à rua Sergipe,

nesta capital, no dia seguinte. Fez seus primeiros estudos em Marselha, matriculando-se aos sete anos de idade no colégio dos *Irmãos da Doutrina Cristã*. Veio com sua família para S. Paulo em 1866; mas, em 1869 regressou para a Europa, de onde voltou em 1870 para definitivamente estabelecer-se nesta capital. A 2 de março de 1874, iniciou seus estudos no Seminário Episcopal de S. Paulo e a 16 de junho de 1881 recebeu as ordens de presbítero. Sua primeira missa foi cantada a 11 de julho de 1881, nesta capital, na capela do Seminário. Foi professor de várias disciplinas na própria casa em que estudou e se ordenou. Lecionou pedagogia e metodologia na Escola Normal da Praça da República e nesse cargo se aposentou.

Fundou com outros o Ginásio de Nossa Senhora do Carmo. A sua carreira eclesiástica e civil foi útil e proveitosa, além de brilhante. Chegou às culminâncias que só podem almejar os espíritos claros e as energias robustas, nascidas e creadas na escola do trabalho. O prestígio social de monsenhor Camilo Passalacqua era grande. Por suas obras e maneiras conquistou respeito, veneração e apreço de seus contemporâneos. Foi um bom e um crente fervoroso na ação social da religião de que era sacerdote.

A sua obra principal, que immortalizou o seu nome, é a *Casa Pia de S. Vicente de Paulo*, onde milhares de crianças aprenderam e aprenderão o bem, sendo educadas com carinho, não só para os misteres da vida intelectual e prática, como ainda para o cumprimento de deveres morais. Sócio do Instituto Histórico de S. Paulo, monsenhor Camilo Passalacqua esforçou-se sempre por elevar e aumentar o prestígio desta casa com os seus conselhos e conhecimentos de história pátria, que não eram vulgares. Era homem de ação e de grande resistência de trabalho. Tenaz e empreendedor, disciplinador e exato no desempenho dos seus encargos, monsenhor Camilo Passalacqua deixava fortemente assinalada a sua personalidade em todos os caminhos e recantos da vida por onde passava.

As obras pias e morais que empreendeu e levou a bom termo, são muitas e valiosas. Elas falarão aos vindouros todo o bem que monsenhor Passalacqua pôde fazer na sua trajetória pela terra paulista.

Paz à sua alma benfazeja e magnânima.

JOÃO NOGUEIRA JAGUARIBE

Nasceu o dr. João Nogueira Jaguaribe em Fortaleza, capital do Ceará, a 4 de julho de 1864 e faleceu a 3 de julho do corrente ano, na cidade do Rio-de-Janeiro onde fora em busca de melhoras para a sua saúde. Era filho dos finados viscondes de Jaguaribe (dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe e D. Clodes de Alencar Jaguaribe). Concluídos os preparatórios na antiga Corte, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, recebendo, após um curso brilhante, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 17 de outubro de 1885. Transferindo-se para a província de S. Paulo, foi despachado promotor público de Tietê a 5 de janeiro de 1886, cargo que exerceu durante algum tempo, nomeado que foi juiz municipal da mesma comarca, onde permaneceu até 1889. Removido para igual cargo na de Tatui, nesta se conservou até 1890, época em que resolveu abandonar a magistratura, dedicando-se à advocacia, a princípio nesta capital, e posteriormente em S. Manuel do Paraíso, onde residiu até falecer. Nesta última cidade, o dr. João Nogueira Jaguaribe desenvolveu grande atividade, quer como advogado, quer como político. Foi membro da Intendência em 1891, e vereador municipal nos anos de 1894 e 1898 a 1903. Em 1900 foi eleito deputado ao Congresso Paulista e neste mereceu fazer parte das Comissões de Obras Públicas e Justiça, sendo que em 1903 foi, por seus estudos especiais de ordem técnica, proclamado presidente da última daquelas Comissões. Em 1906 foi eleito deputado federal pelo 1.º distrito deste Estado, sendo digno de nota o projeto que apresentou a 1.º de julho de 1907 sobre a mobilização do crédito hipotecário.

Findo o mandato, e apresentado de novo aos sufrágios do eleitorado do mesmo distrito, não logrou ser reconhecido pela Câmara, motivo pelo qual abandonou a política, dedicando-se exclusivamente à sua profissão de advogado e ao estudo dos problemas de história pátria que muito lhe seduziam o espírito. Nesse particular, o pranteado extinto deu à publicidade diversos trabalhos entre os quais os seguintes: *Traços da Vida do Cônego Antônio Nogueira de Bravega* (1913), *O Conde de Bagnuoli* (1918) e *Quanto custou a Guerra do Paraguai* (1918). Além disso, o dr. João N. Jaguaribe militou na imprensa, publicando estudos sobre política, história pátria, finanças e agricultura. Colaborador do *Jornal do Comércio*, aí estampou alguns artigos de

muita utilidade, entre os quais merece particular destaque o estudo que fez, e foi postumamente publicado por aquela folha, a respeito da influência que exerceu outrora, na provincia do Ceará, a família Alencar, de que ele era descendente pelo lado materno. Ultimamente estava escrevendo a história das câmaras de Botucatú e S. Manuel, trabalho esse que, rico de observações curiosas, vinha sendo editado pelo *Correio de Botucatú*.

Estava ainda empenhado em escrever a biografia de seu venerando pai, visconde de Jaguaribe, político de grande influência no tempo do império. Felizmente, esse trabalho que estava quase ultimado e traz interessantes investigações a respeito da vida daquele estadista do segundo reinado, vai ser dado à publicidade pelo nosso distinto consócio dr. Domingos Jaguaribe. Também deixou a meio o *Repertório da Constituição Federal*, de valor prático, e de que o *Imparcial*, de S. Manuel, publicou diversos trechos.

De sua lavra existe mais um autógrafo sobre a abolição dos escravos no Brasil, obra esta que, como as outras, revela a paciência do cronista devotado que foi o dr. João Jaguaribe.

Todavia, dentre os seus trabalhos, merece menção especial a monografia *O Conde de Bagnuoli*, em que o autor estuda, com grande entusiasmo e muita erudição, a influência que exerceram os soldados italianos, em prol da uni-ficação brasileira, no tão agitado periodo da guerra contra os holandeses. Consorciou-se o dr. Jaguaribe, em primeiras núpcias, com d. Leonor Alves Lima, filha do comendador Alves Lima, e em segundas, com d. Salomé Augusta de Moura Campos, filha do finado coronel Rafael Augusto de Moura Campos e de d. Ana Joaquina de Lima, não tendo deixado de ambos os consórcios, filho algum. Tais são, em rápida síntese, os traços biográficos desse consócio, cuja morte, que tanto nos entristeceu, provocou as mais sentidas manifestações de pesar.

Mais duas palavras e estará finda a minha missão de hoje. Meus senhores. Dentro de alguns meses, terão impulso decisivo os trabalhos que se destinam aos festejos e comemoração do centenário da nossa emancipação politica. Penso que o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo não deve ficar inerte. É preciso por em dia a sua Revista, tão longamente interrompida. E sem essa publicação, que ação social proveitosa pode ter esta casa? Como tornar patente o seu prestígio? Se não lutarmos desde já, no sentido de torná-la

um dos centros de estudo e trabalho intelectual para o centenário, passaremos apagados e esquecidos, como simples acompanhantes e comparsas disfarçados, no grandioso e fulgurante cortejo que vai desfilar ante o Brasil inteiro nesse histórico — 1922 — tão perto de nós. Já se ouvem as farras da cavalgata majestosa, José Bonifácio à frente. Em todos os pontos do país por onde passa, aumenta o seu número de cavaleiros. As sombras altivas e luminosas demandam a colina do Ipiranga; os sons das trombetas da Fama e da Imortalidade ecoam fortes e vibrantes, sugestivos, como que convidando ao julgamento final e chamando ao combate incruento e glorificador os elementos históricos, as tradições belas desta terra paulista, cujos filhos tanto ampliaram o território nacional e tanto trabalharam, trabalham e hão de trabalhar, pela liberdade e civilização da Pátria amada, grande e unida.

Sombras que me ouvis! Inspirai-nos. Inspirai com a vossa memória e por vossos feitos e trabalhos, esta casa, para que os contemporâneos não deixem que se abata o pavilhão auri-verde. Seja a vossa memória o exemplo que nos guie, nas lutas e trabalhos pela glorificação dos beneméritos creadores da Pátria. Em grande e forte amplexo, a tolerância por anjo tutelar, unamo-nos todos, sinceros e devotados, para a grande obra que é forçoso iniciar, e levar a bom e seguro porto.

Nas vésperas do Centenário, bendigamos todos aqueles espíritos e corações, que passaram pela terra ensinando e praticando o Bem, em todas as suas magníficas manifestações. A sua vida extinguiu-se, mas as suas obras ficaram.

Honra aos nossos mortos. Tenho dito.

1 9 2 1

Senhor Presidente.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo inicia hoje o seu 28.º aniversário. Aquí estamos reunidos para celebrar esse acontecimento auspicioso, e, ao mesmo tempo, comemorar os feitos daqueles sócios, que a morte derribou durante o ano dos nossos últimos trabalhos. Na sessão ordinária de encerramento, foi constatada a prosperidade da nossa associação, que teve vida brilhante e progrediu sensivelmente. É que houve estudo e trabalhos dos senhores sócios, e empenho dos diretores responsáveis em prestigiar o Instituto. A morte, seja embora uma consequência lógica e

natural da vida, é sempre cruel em seus resultados. Fere e atira para o nada homens ainda válidos e aptos para novas lutas em prol da sociedade. A sua ausência, a sua falta, o seu desaparecimento eterno deixam-nos a nós, que continuamos na peregrinação terrena, imersos na mais profunda saudade e golpeados pela mais pungente das tristezas. Resta-nos apenas a consolação, que resulta das obras boas que fizeram e dos feitos dignos, que praticaram, para podermos assim elevar seus nomes e bendizer suas memórias. Em nome do Instituto vou traçar, em rapidísimos traços, apontamentos biográficos de cada um dos nossos queridos mortos deste ano.

JORGE KRICHBAUM

* Darmstadt, cidade da Alemanha, em 1856.

† S. Paulo, Capital, 3 de março de 1921.

Nasceu em Darmstadt, cidade da Alemanha, em 1856, onde fez todos os seus estudos, recebendo em 1879 o grau de engenheiro civil pela universidade da mesma cidade. No ano seguinte veio para o Brasil, estabelecendo-se no Rio-Grande-do-Sul, onde tinha relações e era grande, como é, a colônia alemã. Viveu dez anos no sul, e deixou seu nome ligado a muitos bons trabalhos profissionais de que foi encarregado. Em 1890 estabeleceu-se na Capital de S. Paulo. Em 1892 foi nomeado engenheiro da Diretoria de Terras, Imigração e Colonização, cargo que exerceu com probidade e competência até seus últimos dias; em 1896, lente da Escola Politécnica de S. Paulo, para a cadeira de Topografia, tendo conquistado o respeito de seus colegas e de seus discípulos pelo modo correto com que exercia o cargo e pela dedicação aos seus deveres. Só fez amigos naquela Escola. Mestres e alunos o respeitavam e queriam. Sua vida, em São Paulo, decorreu num ambiente suave de trabalho constante; dividindo o tempo entre os encargos do funcionário e os deveres de lente, simpático, modesto, ilustrado, Jorge Krichbaum tornou-se verdadeiramente brasileiro e paulista, trabalhando leal e patrioticamente pelo nosso progresso e por nossa civilização. Só praticou o bem. Faleceu nesta Capital no dia 3 de março de 1921, deixando fundas saudades no coração de sua família e no vasto círculo de suas relações.

FRANCISCO GASPAR MARTINS

* Jacareí, Estado de S. Paulo, em outubro de 1859.

† S. Paulo, Capital, 21 de abril de 1921.

Nasceu em Jacareí, Estado de S. Paulo, em outubro de 1859, não se sabe o dia, e faleceu nesta Capital, a 21 de abril de 1921. Começou sua carreira como tipógrafo e pelo seu estudo e inteligência tornou-se precioso auxiliar dos seus chefes e amigos. Na antiga casa Garraux, Francisco Gaspar fez grande círculo de amizades sinceras. Escreveu em muitos jornais, colaborou em diversas obras e publicações e destacou-se, sobretudo, como poeta e escritor delicado. Deixou as seguintes obras: *Tiradentes* — *A revolução* — *Nimfêias* — *Uma visita agradável* — *Florário* — *Flutuantes* — *Brumas* — *Calvário do Sonho* — Para serem publicadas: — *Os acadêmicos* — e — *Frivolidades*. Em 1899 foi nomeado funcionário municipal da Prefeitura, cargo em que se aposentou, por doente. O nosso consócio Artur Goulart publicou em 1904 interessante — *Perfil literário-biográfico do poeta paulista Francisco Gaspar* (Vanorden & Cia., impressores e gravadores, S. Paulo). Pobre e doente, de cruel enfermidade, paralisia progressiva, Francisco Gaspar sofreu muito e ele o confessa em seus versos, em seus últimos cantos.

Não creio que haja no mundo
Quem tenha sofrido assim!
O meu mal que é tão profundo
Só com a morte terá fim!

.....
Para mim só hoje existe
Um abismo de aflição.
Entanto, velho e cansado,
E pobre como se nasce...
Carrego meu triste fado,
Como se nada pesasse

.....
Perdão para meu livrinho
Cheio de amor e carinho,
Cheio de magoas e dor!

(*Calvário do Sonho*, 1920, edição da Casa Vanorden, 1920).

Francisco Gaspar foi também um combatente político. Pleiteou sua eleição como deputado estadual pelo partido operário, foi chefe de uma importante e numerosa agremiação partidária, com ideais socialistas. Não conseguiu triunfar, mas foi sempre estimado pelos seus correligionários. Inteligente, afetuoso, resignado, Francisco Gaspar teve vida agitada e velhice triste. Morreu sonhando à espera de encontrar no Alem, como acreditava fervorosamente, a felicidade, a ventura e a paz, que aqui só achara no regaço da família e no círculo dos amigos, que diminuem à proporção que os males crescem e o sofrimento aumenta!

Quem sofre como eu sofro, noite e dia,
Sem ter um só instante, um só momento
De sossego, de paz e de alegria,
É ter no peito a imagem do Tormento!

E mais adiante, no seu livro — *Calvário do Sonho*:

Eu quisera viver completamente
Isolado, bem longe do hulício,
Onde não existisse a dor pungente,
Onde a vida não fosse um sacrifício.

Velho, doente, pobre, Francisco Gaspar sofreu muito, sofreu como lhe não era dado sofrer. Na família, em poucos amigos fiéis, na Poesia e na Religião, que também é uma linda Poesia, encontrava ele resignação e forças para se consolar do triste naufrágio da saúde, fortuna e existência. Contaram-me, que nos seus últimos dias, já não podendo dizer bem, pediu que lhe lessem em voz alta aquele soneto de Quental, tão seu conhecido, e que lhe servia de bálsamo e refrigério, sempre que as dores o atormentavam. Mais uma vez ele ouviu sereno, e de olhos cerrados, tendo no rosto uma expressão de inefável suavidade e resignação cristã, esta deslumbrante beleza e celestial melodia:

Na mão de Deus, na sua mão direita,
Descansou afinal meu coração.
Do palácio encantado da Ilusão
Desci a passo e passo a escada estreita.

Como as flores mortais, com que se enfeita
A ignorância infantil, despojo vão,
Depús do Ideal e da Paixão
A forma transitória e imperfeita.

Como criança, em lóbrega jornada,
Que a mãe leva no colo agasalhada
É atravessa, sorrindo vagamente,

Selvas, mares, areias do deserto...
Dorme o teu sono, coração liberto,
Dorme na mão de Deus eternamente!

Foi, assim, senhores, embalado pela Poesia e pela Religião, que Francisco Gaspar, poeta e fervoroso crente, nos deixou!...

MANUEL DIAS DE AQUINO E CASTRO

* Estado de Goiaz.

† Rio, Distrito Federal, 7 de maio de 1921.

Nasceu no Estado de Goiaz, ao tempo que seu illustre pai, o conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, ali exercia a magistratura. Estudou preparatórios e formou-se em direito nesta Capital, tendo exercido os cargos de promotor público, juiz municipal e de direito, ao tempo do império, e ultimamente na república, o cargo de juiz federal em S. Paulo, cargo em que se aposentara, não há muito tempo. Serviu em Minas (comarca de Conceição do Serro e Passos) e em S. Paulo, (comarca de S. Carlos do Pinhal e nesta Capital, sedê da circunscrição federal paulista) tendo deixado reputação de juiz reto e cumpridor de deveres. O magistrado vive afastado da sociedade, pelo que as suas obras e feitos passam despercebidos. Seus trabalhos são, porem, devidamente apreciados pelos advogados e partes litigantes, e a sua ação social só é compreendida por aqueles que podem avaliar os bens resultantes da prática da Justiça e da aplicação do Direito. A missão do julgador é elevada e nobilíssima, e exige, de quem a desempenha, valor moral, inteligência clara e vontade forte. As desilusões e contrariedades, que assaltam ao juiz, são muitas e grandes; mas, a consciência do dever cumprido é a maior, senão a melhor das consolações e recompensas, que ele possa aspirar. O dr. Manuel Dias de Aquino e Castro faleceu no Rio de Janeiro, Distrito Federal, no dia 7 de maio de 1921, e foi sepultado, nesta Capital, no cemitério da Ordem 3.ª do Carmo, à rua Sergipe.

PEDRO AUGUSTO CARNEIRO LESSA

* Serro, Estado de Minas, 25 de setembro de 1860.

† Rio, Distrito Federal, 25 de julho de 1921.

Pedro Augusto Carneiro Lessa fez seus estudos de preparatórios em Minas, tendo recebido o grau de bacharel e doutor em ciências jurídicas e sociais em São Paulo, pela nossa Faculdade. Pedro Lessa foi, sem dúvida alguma, uma mentalidade privilegiada. Seu saber era imenso. Professor, político, advogado, escritor e magistrado, revelou, em todos esses cargos e profissões, qualidades raras que lhe deram brilho e prestígio social. Durante três meses, o Brasil todo chorou a morte do preclaro cidadão, e todas as associações intelectuais, civis e militares prestaram as mais sentidas e tocantes homenagens de respeito e admiração à sua memória. Como professor, ele deixou em todas as gerações, que lhe ouviram a palavra autorizada, e foram tantas!... a impressão indelevel do lente preparado e consciencioso; como político, os seus conselhos e pareceres eram acatados, e a sua ação foi benéfica. É preciso frisar que Pedro Lessa atuou nos primeiros tempos do novo regime republicano, quando tudo era confusão e discórdias, quando ainda não existia a prática da República, e os homens pouco se entendiam e não tinham esse amor à ordem e à paz, tão necessários ao desenvolvimento e grandeza da Pátria. Chefe de polícia, em tempos tais; ele soube agir com critério superior e de modo a evitar recriminações injustas, queixas clamorosas e flagrantes desrespeitos às leis. Advogado, suas vitórias forenses foram retumbantes e a sua probidade profissional modelar. Pedro Lessa era não só o *vir probus dicendi*, mas também o *vir peritus faciendi*. Ele compreendia, com aquela nitidez intelectual, tão sua, que o papel do advogado, nas sociedades modernas, era fazer triunfar o direito, filho da justiça, que não é mais do que a liberdade tranqüila, no dizer de Cícero. Magistrado, ele honrou e ilustrou a cátedra que, no Supremo Tribunal, lhe confiara o presidente Afonso Pena. Os seus votos eram profundamente estudados e expostos ou escritos com clareza tal, que logo se percebia a ilustração do escritor que os traçara ou do orador que os expunha. Como escritor, tratando de assuntos jurídicos, históricos ou literários, Pedro Lessa era sempre distinto, elegante, completo e profundo. Ocupou no Instituto Histórico Brasileiro a sua cadeira, com brilho extraordinário; e, na

Academia Brasileira de Letras, a sua poltrona era um foco de luz e de saber dos mais intensos. A sua fama e memória hão de pairar por sobre as gerações futuras, como luz de esperanças, e, ainda, como ideal cobiçado por quantos cultivem a ciência, as letras e o civismo. Quem quiser avaliar o mérito deste homem superior deverá percorrer, dia a dia, os jornais dos últimos três meses. Ainda não cessou o pranto público pela perda imensa, e ninguém ainda se resignou à brutal realidade de sua morte prematura.

GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO

* Piauí, 17 de novembro de 1851.

† Rio, Distrito Federal, 23 de agosto de 1921.

O marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo nasceu no Estado de Piauí, a 17 de novembro de 1851. Desde menino revelou grande inteligência, consagrando-se aos estudos de sua predileção e à vida militar. Era bacharel em ciências físicas e matemáticas pela escola militar; bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de Recife. Desempenhou muitas comissões militares, civis, políticas e científicas. Foi, incontestavelmente, um vulto de relevo em nosso meio. Em 31 de março de 1868 assentou praça no Exército e marchou para a campanha do Paraguai, dali regressando em 1874, no posto de alferes. A República encontrou-o major, e em 1891 foi promovido a tenente-coronel, por merecimento. Chegou a marechal, posto em que se reformou, após cinquenta anos de constantes, leais e patrióticos serviços prestados à Nação. Foi governador de Piauí, logo após a proclamação da República; mais tarde, do Amazonas, em período difícil, e representou esse Estado como deputado federal. Velho e doente, a morte o surpreendeu no dia 23 de agosto de 1921, já recolhido à vida particular. O marechal Taumaturgo de Azevedo especializara-se em estudos geográficos e era considerado mestre insigne nesse departamento do saber humano. Militar correto e estimado de seus camaradas, era também um fino cavalheiro, que sabia encantar, com suas maneiras distintas e conversação elevada, a todos quantos dele se aproximavam. Grande amigo dos estudos históricos, o marechal Taumaturgo de Azevedo foi um devoto servidor dos Institutos Históricos do Brasil.

Cumprido, mais uma vez, o meu dever de proferir, nas sessões aniversárias, o elogio dos nossos, que se foram, resta-me agradecer aos sócios presentes e ao Instituto a atenção com que me ouvem, há seis anos. Termina hoje o meu mandato de orador oficial, e eu sinto não ter podido corresponder à confiança em mim depositada, não por faltar-me boa vontade, que essa tenho, mas, por insuficiência de dotes de saber e apoucada visão intelectual. Desta tribuna, já tive ensejo de dizer que os necrológios feitos por mim eram fracos, por ficarem muito aquém do mérito dos sócios falecidos. Peço perdão ao Instituto por essas minhas faltas involuntárias. Eu bem sei que a obra perfeita não é deste mundo, e aquelas que da perfeição mais se aproximam são as levadas a termo por homens tocados pelo gênio. E tão raros são eles!... Consola-me, portanto, o haver reunido apontamentos para possíveis e posteriores desenvolvimentos sobre a vida dos consócios, cujas memórias hoje bendizemos. Todos eles, que neste momento já se passaram para o além, cumpriram seus deveres, amando a família, honrando e servindo a Pátria; e, ainda, trabalhando pela ciência, que é a humanidade; pelo bem, que é a civilização, fina e perfumada flor, de tintas sedutoras e aroma incbricante.

1 9 2 2

Senhor Presidente, meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo celebra hoje o seu 28.º aniversário; e, de acordo com o dispositivo dos estatutos, o seu orador vai traçar em rápidas linhas a biografia dos sócios falecidos durante o ano social findo a 25 de outubro último. O culto aos mortos é flor de civilização e prova de sentimentos nobres e elevados. Na vida do Instituto, os que ficam nada mais fazem do que continuar a obra dos que foram para o seio da terra. As associações não sofrem solução de continuidade, elas marcham sempre para o seu destino; mas, é seu dever, em certo dia de cada ano, parar e refletir, ver e examinar a lista de chamada para conhecer os que faltam e prestar-lhes a homenagem devida, para anunciar ao público o seu nome e obras. É o que hoje mais uma vez venho fazer, no desempenho deste cargo que exerço comovido e consolado, porque me é dado exprimir, embora em palavras fracas, o sentimento forte que domina esta casa, cheia de saudades pela eterna ausência dos sócios vitimados pela morte.

DIONÍSIO CAIO DA FONSECA

* 10 de março de 1858.

† 8 de março de 1922.

Dionísio Caio da Fonseca nasceu na freguesia de Santana, da capital da Baía, sendo seus pais João Batista da Fonseca e d. Maria Rita França da Fonseca. Iniciou os estudos primários em 1864, no morro de São Paulo, ilha Tinharé, onde seu pai se achava a serviço do governo como ajudante do engenheiro militar dr. Sepulveda de Vasconcelos, encarregado da reconstrução da fortaleza militar ali existente. Isto ao tempo da questão "Christie", que tanto melindrou o patriotismo brasileiro e tamanha exaltação de ânimos causou contra a Inglaterra. Em 1865, matriculou-se no Colégio 25 de março, cujo diretor era o erudito professor Gervásio Juvêncio da Conceição. Não chegou a completar o curso de preparatórios. Com o falecimento de seu pai, entrou para a oficina de escultura do artista Aurélio Rodrigues da Silva, trabalhando ali até 1875. Depois frequentou o Externato Normal, preparando-se para o magistério. Diplomado em 1878, entrou no ano seguinte em concurso para a cadeira pública de 1.^a classe, da então Vila de Bom Jesus dos Meiras, sendo nomeado em abril de 1879.

A 7 de maio seguinte deu a sua primeira aula.

Em setembro de 1880 pediu demissão da cadeira pública e transferiu sua residência para S. Paulo, domiciliando-se em S. João do Rio Claro. Nesta cidade foi professor da Escola Germânia e fundou a casa de ensino a que deu o nome de Colégio Boa Esperança que manteve com geral aceitação até agosto de 1889, quando, por interesse de família, transferiu residência para a capital paulista. Na cidade de Rio Claro, Dionísio Caio da Fonseca soube captar simpatias, confiança e admiração pelos seus modos distintos, sua cultura e ardoroso amor à Pátria. Exerceu cargos eletivos e de nomeação, tendo sido sócio de grêmios literários e beneficentes.

Na cidade de S. Paulo foi vice-diretor do Colégio Delamare e diretor do Colégio S. Paulo e Minas, onde preparou muitos moços, atualmente representantes da Nação no Congresso federal e estadual, médicos, diretores de estabelecimentos superiores, bacharéis, advogados, professores e sacerdotes, artistas e comerciantes, lavradores e industriais. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São

Paulo emprestou a esta casa o melhor do seu talento e esforços, em prol da nossa causa e dos estudos a que todos nos dedicamos.

Foi nomeado diretor do Instituto D. Ana Rosa, em maio de 1907, revelando-se além de competente educador, zeloso administrador.

O Instituto D. Ana Rosa é mantido pela Associação Protetora da Infância Desvalida. É um orfanato para pobres que proporciona educação profissional e ensino primário desenvolvido. Já bastante enfermo, retirou-se licenciado do Instituto D. Ana Rosa, a 17 de dezembro de 1921, vindo a falecer em 8 de março seguinte.

Dionisio Caio da Fonseca foi casado com a exma. sra. d. Prescila Rosa da Fonseca, de quem houve sete filhos. Soube a todos educar nos princípios severos da honra e trabalho, dando-lhes também meios para adquirirem diplomas científicos. E é com os proventos desses diplomas que os sucessores do nosso pranteado consócio vão lutando e vencendo. A vida do professor é gloriosa, patriótica e digna; mas, em geral, passa despercebida do grande público.

Sacerdócio dos mais uteis; o magistério é, entretanto, uma carreira de sacrificios e pobreza. Instrumento poderoso de progresso social, o professor lança luz intensa sobre os tempos que hão de vir, mas a sua figura permanece na obscuridade.

Como é belo, senhores, fazer o bem sem ser visto, ensinar o caminho do futuro no silêncio do gabinete de trabalho, desejar que todos sejam evidentes, iluminados e grandes, continuando ele, o mestre, o guia, o protetor, a ser ignorado na sua modéstia e apagado no meio dos esplendores que o seu cérebro vai lançando sobre as novas gerações! Bendita, senhores, a memória dos que trabalham pela mais sagrada das causas populares: o ensino da mocidade. Dos professores depende a grandeza da pátria.

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA
SOBRINHO

* 28 de novembro de 1859.

† 8 de junho de 1922.

O dr. Martim Francisco Sobrinho nasceu na cidade de S. Paulo e era filho do senador José Bonifácio, o moço, e de d. Adelaide de Andrada e Silva, primeira esposa daquele

notavel parlamentar, poeta e professor de direito. Diplomado em ciências jurídicas e sociais pela Academia de São Paulo, em 1883, o dr. Martim Francisco Sobrinho advogou em Santos, Botucatú e São Paulo, sempre com brilhantismo e grande probidade profissional.

Pertencente a família das mais prestigiosas e tradicionais de São Paulo, o dr. Martim Sobrinho foi simples e modesto. Descendente de políticos de primeira grandeza, podendo ter feito carreira no parlamento ou nos gabinetes de governo, deixou-se ficar em seu escritório de advocacia. Talento tinha de sobra. Facilidade de falar, argumentar e discutir possuía igualmente, e tanta e tamanha, que era um encanto ouvi-lo sobre qualquer tema político ou social, sobre qualquer das questões do momento.

Depois do falecimento de seu grande e extraordinário pai, alistou-se no partido republicano. Campos Sales e Glicério tinham por ele muita admiração. O primeiro chegou a convidá-lo para seu secretário de Estado, no governo de S. Paulo; o segundo mais de uma vez quis incluí-lo na chapa de deputados. Martim Francisco Sobrinho não aceitou nem acedeu aos honrosos convites. Não tinha feitio para político. O partidarismo não o seduzia. Ele era um idealista, pensava que os homens deviam ser anjos, e não desejava tomar parte e chamar a si responsabilidades em companhias de que pudesse desprender-se a qualquer momento e talvez descontentando amigos afetuosos.

Desambicioso de posições e felicidades materiais da vida, o dr. Martim Francisco Sobrinho consagrou-se à família e aos estudos forenses. Sua ilustração jurídica era grande e ele não se limitava ao estudo das questões occorrentes; preparava-se, profundamente, para todas as hipóteses que pudessem chegar a seu exame, se não cuidados profissionais. Henrique Coelho, o brilhante, talentoso escritor, delicado e nobre de coração que todos admiramos, escreveu a propósito do dr. Martim Sobrinho profundo e completo estudo publicado no *Estado de S. Paulo*, com data de 19 de julho de 1922. Nas frases justiceiras de Henrique Coelho, "Martim Sobrinho era homem verdadeiramente notavel pela inteligência peregrina; Martim foi não só rútilo espírito, mas também alma cândida, meiga e nobre". No longo e formoso artigo que Henrique Coelho escreveu sobre o nosso pranteado consócio, está o melhor perfil de uma personalidade verdadeiramente encantadora, pelos altos

predicados morais e intelectuais, como foi a do dr. Martim Francisco Sobrinho.

Portador de um nome tão ilustre, tão grande e tão prezado, ele soube manter no moral e no talento as graves responsabilidades que daí lhe advinham. Honrado e nobre, patriota e digno, inteligente e probo, ele foi um verdadeiro Andrada. Não teve o brilho das exterioridades políticas porque não o seduziram ou não as quis.

Não lhe faltaram, porem, aptidões para as conquistar e conservar.

Morreu aos 62 anos, deixando viuva a exma. sra. d. Júlia Olimpia de Campos Andrada, e seis filhos, entre os quais o dr. Gilberto de Andrada e Silva. A sua memória será sempre venerada nesta casa, onde o talento, o estudo, a probidade e o patriotismo têm culto caloroso e perene.

ANTÔNIO EGÍDIO MARTINS

* 1.º de setembro de 1860.

† 23 de outubro de 1922.

Antônio Egidio Martins nasceu na cidade de S. Paulo, filho do honrado negociante Lourenço Domingues Martins, há muito falecido. Fez seus estudos primários nesta capital e iniciou a sua vida de trabalho como tipógrafo, pois a imprensa e arte tipográfica muito o seduziram.

Dotado de talento peregrino e de memória prodigiosa, todos o consultavam sobre homens, fatos e cousas paulistas. E ele respondia imediatamente, sem a menor dúvida. Em outubro de 1892, (*) foi nomeado funcionário da Repartição de Estatística e Arquivo de S. Paulo e chegou a primeiro oficial, cargo em que ultimamente se aposentou, visto achar-se gravemente enfermo.

Foi um grande trabalhador. Como empregado público era modelar: — competente, zeloso, dedicadíssimo e pontual. O seu saber em assuntos da história paulista era simplesmente assombroso.

Conhecia o Arquivo a fundo e, com o auxílio de sua

(*) Nomeado amanuense da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado por portaria de 6 de outubro de 1892.

Promovido a segundo-oficial por decreto de 25 de fevereiro de 1896, e a primeiro, por decreto de 12 de setembro de 1904.

Sua aposentadoria é de 31 de março de 1920.

fenomenal memória, fazia prodígios de pesquisas e informações. Não havia papel importante que ele não tivesse lido e de que não fosse capaz de dar uma síntese a qualquer momento. Foi o braço forte dos seus diretores e dos seus colegas. O Arquivo, pode-se dizer, era ele.

Quem quisesse ser servido já e com segurança era procurá-lo. E saía atendido. Um funcionário assim é merecedor do maior respeito e acatamento, e essa satisfação ele teve. Era adorado por chefes e colegas. Colaborou no *Diário Popular*, de S. Paulo. Foi sócio fundador da "Sociedade Tipográfica de Socorro Mútuo", sendo eleito seu presidente e secretário por diversas vezes. Escreveu dois livros preciosos para os que estudam história: *S. Paulo Antigo* (2 volumes), e *História do Arquivo Público de S. Paulo* (1 volume). Foi com esses trabalhos, e sem favor algum, portanto, que ele entrou para esta casa, onde o respeito à sua memória há de crescer à proporção que forem conhecidos os seus méritos de estudioso, cidadão e funcionário público de inexcusável valor.

Meus senhoers. Os exemplos dos sócios que se foram servirão de incentivo para que continuemos a honrar-lhes a memória com os nossos estudos e esforços, em prol do desenvolvimento e vulgarização da história pátria. Assim cumpriremos rigorosamente o nosso dever.

1923

Senhor Presidente, meus senhores.

O Instituto completa hoje 29 anos de existência, iniciando, portanto, o seu trigésimo aniversário de trabalhos e estudos. Não nos cabe dizer se ele tem ou não cumprido o seu dever. O juízo sobre a sua utilidade e merecimentos compete ao público.

O que, porem, é licito assegurar é que o Instituto esforça-se para corresponder à confiança que nele depositam os seus amigos.

Repetindo as belas palavras de Canto e Melo no seu livro encantador — *Recordações* — o Instituto aproveita o tempo que passa, e antes que passe!... E como passa ligeiro e veloz, no meio de risos e alegria; sangue e lágrimas; tristeza e consolações; resignação e aplausos...

O dia de hoje, consagrado aos nossos mortos, dá idéia do que seja o eterno perégrinar pela terra, em busca do bem próprio e alheio; o que seja a marcha para o ideal e para a morte; o que seja o trabalho produtor ao serviço das inteligências agudas; o que seja, enfim, esse constante evoluir que passa por sobre toda a terra, evoluir que o tempo não detem e a morte não impede. Avante! e em marcha acelerada, aproveitando o tempo que passa e antes que passe. Como em todos os anos, a fatalidade toca com as suas asas aniquiladoras sócios e amigos nossos.

E ao orador do Instituto o doloroso encargo de reunir dados para recordar, em síntese, o papel que os que partiram representaram na sociedade de que foram ornamentos. E numa síntese rápida, porque se em vez de um ligeiro perfil social, se pretendesse reconstruir a figura de cada um dos sócios falecidos, a sessão se transformaria em demorada conferência; e, no lugar da sessão comemorativa, veríamos uma série de estudos sociais e filosóficos.

Entremos no cemitério da planície para melhor contemplar as elevações, as serras, as montanhas, a cadeias de montanhas, com seus picos elevados, que desafiam as alturas dos astros e do firmamento. Entremos. É o país do silêncio a terra dos mortos. Não se ouve o mais leve murmúrio de vozes. Deve, portanto, alguém referir-vos a vida e feitos dos que se recolheram à paz do túmulo, depois de haverem deramado sobre os que ficaram os benefícios dos seus trabalhos e profundo saber. Foi para tanto que me fizestes vosso orador. Ouví-me.

RAIMUNDO CIRIACO ALVES DA CUNHA

* no Pará, capital, 8 de agosto de 1859.

† na mesma cidade, outubro de 1922.

Diplomado pela Escola Normal do seu Estado, não se limitou ao estudo de pedagogia nem aos deveres do seu cargo. Tinha sede de saber e aprofundou-se, principalmente nos estudos geográficos e históricos. Deixando o magistério fez-se funcionário público e alcançou, por seus merecimentos e dotes de carater, o elevado posto de inspetor do Tesouro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do Pará. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro elegeu-o seu sócio correspondente, e bem assim o nosso e muitos outros nacionais e estrangeiros.

O coronel Raimundo Ciriaco Alves da Cunha deixa muitas obras didáticas, aprovadas pelos conselhos de Instrução Pública. Foi também jornalista e escreveu em muitas folhas do norte do Brasil, tendo sido redator do *Abolicionista*, d'*A Liberdade e Província do Pará*.

Com poucas exceções, o professor Alves da Cunha só escreveu sobre história e geografia do Pará.

Inteligente e cheio de iniciativas uteis e brilhantes, o professor Alves da Cunha conquistou prestígio no meio social em que viveu, tendo recebido em várias ocasiões provas inequívocas do apreço em que era tido pela sociedade parense, sem distinções de partidos nem crenças. Grande amigo desta casa, nunca deixou de enviar para a nossa biblioteca as suas e as publicações que nos interessassem mais de perto e fossem editadas no Pará. O professor Raimundo Ciriaco Alves da Cunha possuía cultura intelectual, e sabia aliar aos dotes de coração e espírito a distinção de fino cavalheiro. Patriota esforçado, e trabalhador assíduo, bem mereceu as homenagens que lhe foram prestadas pelos seus dignos patrícos e conterrâneos.

LUIZ PEREIRA BARRETO

* Rezende, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1840.

† 11 de janeiro de 1923.

Filho do comendador Fabiano Pereira Barreto. Fez seus estudos secundários e superiores na Bélgica, para onde embarcou em 1855, contando, portanto, 15 anos apenas. Lá aprofundou-se nas ciências físicas e naturais e recebeu o diploma de médico e cirurgião. Amante dos trabalhos intelectuais, e sequioso de saber, dedicou-se também aos estudos filosóficos, filiando-se à escola de Augusto Comte e Emilio Littré, naquela época muito em voga, para depois, até os seus últimos dias, emancipar-se de todo e qualquer sistema filosófico, e dar expansão na mais ampla e perfeita liberdade de pensamento ao seu culto e poderoso espírito investigador.

Transferindo seu domicílio para Jacareí, neste Estado, aí constituiu família, e abriu seu famoso consultório médico-cirúrgico. Tal foi a fama que rapidamente conquistou de notabilidade clínica, que de todos os pontos dos Estados de S. Paulo, Rio e Minas chegavam diariamente à pequena cidade paulista muitos e muitos enfermos que vinham pedir

consulta ao médico illustre. Realmente, a sua fama, o seu renome de sábio chegaram aos ouvidos e conhecimento do público, do grande público, que o admirava como médico e o achava estranho e bizarro pelos seus hábitos e costumes: — modesto, simples, bondoso, atraente, sem religião, republicano, pregando que a sociedade só seria feliz, culta e pacífica, livre e progressista, quando se enforcasse o último rei na tripa do último frade. Um homem assim, que sustentava a fórmula social — sem deus nem rei — e que, entretanto, praticava o bem pelo bem, a caridade pela caridade, e que ensinava que o homem devia amar ao seu próximo não como a si mesmo, porem mais do que a si mesmo, um homem assim devia causar espanto primeiro, admiração depois, num meio social acanhado e ainda completamente imbuído de crenças cristãs e princípios monárquicos. Quando o dr. Pereira Barreto se transferiu para a capital, já era um nome nacional como médico, político, operador, filósofo, e, mais do que tudo, como iniciador de grandiosos melhoramentos na indústria e comércio e como transformador do regime agricola, transformação que deu em resultado esse deslumbrante progresso, que agita até hoje a lavoura paulista inteira numa ânsia constante e inextinguível de progresso, riqueza, e conquista de novos sertões. Pereira Barreto, com a descoberta das terras de Ribeirão Preto, com o estímulo que a todos deu, plantando café em zonas novas, cuja produção entusiasmou os lavradores localizados em velhas fazendas, foi o Aleixo Garcia das novas bandeiras, cujo ideal tornou-se realidade, nesse grandissimo oceano de verdejantes espigões, que, no seu fluxo, exporta o precioso fruto da natureza; e, no seu refluxo, importa o ouro compensador do trabalho rude mas fecundo, que tanto enobrece e eleva. Se estudarmos a sua ação social, ficaremos tambem pasmos diante de tanto trabalho util. Basta lembrar que ele foi quem, pelo cultivo da videira, provou aos sábios europeus a amenidade do clima paulista, batendo para sempre a balela de que o nosso sol fosse africano e a nossa terra inhospita. Basta não esquecer que foi ele, com Emilio Ribas, quem fez as experiências decisivas de que o contágio da febre amarela não se dava de homem a homem; nem os miasmas deletérios a produziam; mas, que a transmissão desse terrivel mal operava-se por intermédio de um miseravel mosquito. Extinto o mosquito transmissor, estaria extinta a febre amarela. Eis pelo que o sábio dr. Barreto tantos e tantissimos aplausos bateu à iniciativa do presidente Rodrigues Alves, que, de ânimo sereno, varreu da

nossa bellissima capital federal, a maior das vergonhas nacionais, vergonha caríssima pelas vidas que ceifou e pelo descrédito que nos trouxe durante tantos anos.

O dr. Barreto sustentou sempre que, depois de conhecido o meio seguro de combater e extinguir a febre amarela, o terrível flagelo só podia aparecer em países pobres ou mal administrados. E quereis a contraprova? S. Paulo, dizia ele, extinguiu a febre amarela e a variola, e há de extinguir todas as demais endemias e epidemias, pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu serviço higiênico.

S. Paulo é rico pelo seu trabalho e produção; e tem sido sempre bem administrado. Os nossos homens públicos já estão bem convencidos de que a saúde é o maior elemento de sucesso em todas as aplicações da atividade humana. O paulista já está com a cerebração formada para o trabalho, que enriquece; e para o conforto, que resulta da vida higiênica. Agora, meus amigos, é lutar, é produzir sem cessar; e os ideais modernos da medicina e da higiene urbana e rural hão de triunfar em todo o território paulista. Nós faremos aqui o moderno paraíso terreal.

Memorável foi também a polêmica que travou e sustentou contra o catolicismo, notadamente representado por Eduardo Prado e pelo chefe e superior de uma ordem religiosa.

Quem saiu vencedor da refrega? Difícil é a resposta. Em matéria de religião, as discussões não inúteis e sem resultado. Barreto continuou acatólico: os seus adversários mais católicos. O público, porém, teve ensejo de apreciar o saber, a ilustração e a dialética dos notáveis campeões dos esportes intelectuais.

A última campanha em que Barreto se envolveu foi por ocasião da grande guerra. Ele pôs-se ao lado dos inimigos da Alemanha e escreveu artigos formidáveis, que retumbaram por toda a parte, causando a todos a maior admiração a energia de um corpo velho depositário de uma alma juvenil.

Morreu, justamente no dia em que completava 83 anos. Morreu como um justo, um benemérito, um idealista, cujo otimismo em face dos progressos e das grandezas da ciência, da humanidade e da Pátria, nunca esmoreceu. Muito se escreveu sobre o grande homem, que foi Luiz Pereira Barreto, mas, dignos da melhor atenção sem dúvida são os artigos que a imprensa paulista publicou por ocasião da morte do ilustre sábio; mas o discurso que no senado de S. Paulo

proferiu o senador Carlos Botelho, a 2 de agosto último, é no meu entender o melhor estudo feito sobre a personalidade do médico e cirurgião que foi mestre na ciência; do filósofo que pregou sãs doutrinas; do agricultor, que fundou Pirituba e ensinou novos métodos agrícolas; do vidente, que sustentou estar o futuro do Brasil na higiene dos campos e na riqueza da produção; do sociólogo que previu que só seremos grandes e dignos do respeito mundial, quando formos um povo sem analfabetos, e conquistarmos definitivamente o estado positivo do espírito, isto é, quando formos produtores de tudo, na agricultura, comércio e indústria, trindade soberana de onde jorra brilhante e benfazeja a riqueza que resulta do trabalho continuo e honrado.

O dr. Pereira Barreto, meus senhores, foi espírito alto, coração de ouro e carater de rija têmpera. Os seus longos e altruísticos labores garantem-lhe a perpetuidade de sua memória ilustradíssima.

MANUEL ÁLVARO DE SOUSA SÁ VIANA

* Maranhão, 14 de agosto de 1860.

† Capital Federal, 7 de janeiro de 1923.

Tendo concluído seus estudos preparatórios, veio para S. Paulo, e aqui fez o curso de direito, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1883.

Regressando para a Capital Federal, abriu banca de advogado e logo conquistou vasta clientela por seus talentos, amor ao trabalho e grande probidade profissional. Amante dos estudos de sociologia e direito internacional, tornou-se notavel internacionalista e filósofo. Era professor dessa difficil disciplina juridica e o seu nome e reputação passaram as nossas fronteiras. Em Buenos Aires e Montevideú, cidades que ele por mais de uma vez visitou, o professor Sá Viana recebeu as maiores e mais sinceras homenagens que um professor pode almejar de colegas e discipulos. São muitos e valiosos os seus trabalhos, conferências, cursos, publicações e preleções.

Catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, gozava de reputação como jurisconsulto, e, porisso, merecia tambem o respeito dos seus colegas de magistério e dos seus alunos. Decidido amigo e colaborador constante da confraternização sul-americana, muito fez por esse ideal que era seu, mas tambem é e será de todos quantos estudam o

direito, amam a Pátria e reconhecem as vantagens da paz perpétua. *Si vis pacem para pacem*. Era a sua divisa, pela primeira vez proclamada em 1910 por Anatole France.

O professor Sá Viana foi um desses espíritos alevantados, que se preocupam constantemente com a civilização e progresso do mundo, harmonia e solidariedade das nações, em torno dos ideais pacifistas; mas, não possuindo outros meios de divulgação, senão aqueles que resultam do saber, da palavra e da pena, têm de contentar-se com os frutos demorados que a árvore do bem produz a largos intervalos.

Ah! como custa crescer essa grande árvore e como é longo, e moroso e tardio o amadurecimento dos seus desejados frutos, dos seus frutos ardorosamente desejados, e muitas e tantíssimas vezes em vão esperados!

Sá Viana foi um forte. Trabalhou, lutou e muito conseguiu, mas fechou os olhos ainda deslumbrados pelo clarão das batalhas, pelo turbilhão destruidor e fragoroso da guerra imensa, que tudo modificou e que aniquilou o direito internacional, o direito das gentes, o direito que era a sua especialidade, o seu ideal na terra. Não lhe foi dado ver a ressurreição do mundo, grave e fundamentalmente perturbado pelo retinir das espadas e cavo troar dos canhões durante tantos anos.

Ainda não passou o trágico tufão desencadeado sobre a terra. O professor Sá Viana, apóstolo da paz e do bem, deixou livros de pura doutrina e límpidos ideais. A sua memória, portanto, será eternamente bendita por todos quantos se interessarem pela volta da ordem, da paz, e do progresso. Por ocasião do seu prematuro e repentino falecimento, as sociedades cultas, as associações jurídicas, as nações amigas, pelos seus órgãos mais autorizados, fizeram comoventes manifestações de pesar ao homem ilustre, ao professor acatado, que, recolhido à sua modéstia e grande saber, foi um crente da religião da paz e da confraternização universal.

RUI BARBOSA

* 5 de novembro de 1849, Baía.

† Petrópolis, 1.º de março de 1923.

Rui Barbosa, o nosso pranteado presidente honorário, desde os bancos escolares revelou o formoso talento, que depois ganhou o brilho intenso e fúlgido, que iluminou a pá-

tria toda, como se fosse um sol em eterno zênite, um sol que, sem alvoradas nem poentes, surgisse logo no mais alto sítio do firmamento azul e claro, para aí permanecer deramando luzes e calor sobre todos nós. Joaquim Nabuco escreveu em torno da vida de seu ilustre pai a história de um largo período do segundo império.

Quem escrever em definitivo a história e biografia de Rui Barbosa terá escrito a história de um largo período do segundo império e a história da República, desde a sua implantação, até os nossos dias mais recentes. Nunca houve no Brasil, e dificilmente haverá, personalidade de maior brilho e relevo.

Jornalista, a sua pena era de ouro no estilo puríssimo, mas também arma formidável e destruidora na defesa ou na ofensiva.

Orador, a sua palavra fluente e irresistível só pode ser comparada à de Mirabeau, em França, ou à de José Bonifácio o moço, no Brasil.

Parlamentar, os seus discursos e pareceres ficavam célebres desde logo e constituíam preciosas monografias sobre a matéria estudada. Quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado, Rui Barbosa era o *primus inter pares*.

Advogado, a sua argumentação era irrespondível, os seus arrazoados fulminantes, as suas conclusões inatacáveis. E que paixão pelas causas que defendia! Apóstolo do direito, defensor dos oprimidos, arauto da justiça, profeta da lei, Rui Barbosa foi chamado e denominado: a águia de Haia; o orgulho da raça; o maior dos brasileiros; o vencedor do Congresso da Paz; o vencedor das injustiças; o ninho das águias intemeratas do saber; o mestre insigne do direito internacional; o diplomata peregrino; o profeta intemerato de Buenos Aires; o assombro do talento humano; o semi-deus; o imortal; a alma e honra da Pátria; tudo lhe disseram de bem e de grandioso. E quem disse? Tudo quanto a sociedade mundial possui de mais fino e culto. Que poderei dizer eu? Repetir em síntese o que já se falou e já se escreveu. Um homem como esse que prende na sua, e por largos anos, a vida de um povo, de uma nação, tem por certo muito de extraordinário na sua existência. Para que alguém chegue à culminância que Rui Barbosa alcançou na sua terra e no estrangeiro é preciso muita inteligência natural, mas também é necessário muito estudo, muitíssimo trabalho,

multíssimo prestígio social adquirido na prática do bem, na ousadia e decisão das atitudes, nos gestos intemeratos, nos sacrifícios de toda a ordem em prol dos ideais alimentados e defendidos e, sobretudo, na fé crescente de que o direito, a liberdade e a justiça são invencíveis, custe o que custar, apesar dos obstáculos que se lhes opõem por todos os meios e se opuseram em todos os tempos e sociedades humanas.

Homens como Rui Barbosa a história registra poucos, muito poucos. Homens que encarnam a história do fim de um regime, da proclamação e consolidação de outro, são exceção raríssima em qualquer parte do mundo. Ele tinha, senhores, a palavra e a pena de Antônio Vieira; a eloquência de José Bonifácio; a coragem de Quintino e Deodoro; a bravura de Floriano; a fibra de Paulo Emilio; a tenacidade de Catão; a audácia de Santos Dumont; o sentimento de Gonçalves Dias ou Castro Alves; o desprendimento de Feijó; a modéstia de Prudente; a delicadeza de Dante; a vibração de Camões; a grandeza d'alma de Pio X; e a tolerância digna de Pedro II; mas, meus senhores, ele tinha também o saber de todos os juriconsultos e reunidas em sua pessoa as virtudes e qualidades de todos os grandes vultos a que me referí. Rui Barbosa era o escriptorio de todas essas qualidades e virtudes, porque ele foi o homem representativo, por excelência, ele reuniu e concentrou em seu ser único e privilegiado, as forças construtoras e a nobreza secular de uma raça e de um povo. Não é necessário traçar-lhe o perfil biográfico com indicação de datas e acontecimentos. A sua vida foi a do Brasil político e social durante quase meio século; a sua vida foi descrita pela República, que a traçou desde o momento da sua proclamação, até os últimos dias de uma existência fecunda e gloriosa.

Rui Barbosa, meus senhores, é uma glória nacional tão grande, e tão fulgente, que ainda não nos é dado calcular, com justeza, a perda que sofremos; nem aquilatar da imensidade do vácuo, que se abriu na existência do Brasil. Diante do seu túmulo ficaremos por muito tempo atônitos ou sucumbidos, hesitantes e trôpegos, sem despertar do abatimento em que a sua morte nos deixou. Há de ser ele próprio quem nos chame a postos, lembrando-nos que a Pátria sofre; e que o nosso posto é na luta e no trabalho. Não podemos parar. Em marcha, pois, em marcha para os ideais, que Rui Barbosa amou e defendeu.

JOÃO MENDES DE ALMEIDA JUNIOR

* S. Paulo, 30 de março de 1856.

† Capital Federal, 25 de fevereiro de 1923.

João Mendes Junior, como era conhecido, o notável professor, jurisconsulto e juiz do Supremo Tribunal, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1877, e, três anos depois, 1880, conquistava o grau de doutor de borla e capelo em brilhantíssima defesa de tese, que ficou memorável nas tradições de nossa academia. Revelou tais conhecimentos na ciência do direito, que logo se lhe previu futuro grandioso nas letras jurídicas nacionais. Começou sua carreira pública como vereador e presidente da Câmara Municipal da Capital. Escreveu a esse tempo notável monografia sobre o município de S. Paulo, cuja edição se esgotou, sendo esse livro raro e bem feito, procurado e lido com proveito e prazer. O dr. João Mendes advogou em Moji-Mirim algum tempo, logo após a terminação do seu mandato de vereador. Escritor estudioso, apto para explanar qualquer assunto, conhecedor profundo da história universal e mais de perto da história pátria, o dr. João Mendes de Almeida Junior foi, principalmente, um jurisconsulto respeitado em todo o Brasil. Muitas e difíceis comissões desempenhou como professor de direito. O seu livro sobre o Processo Criminal ficou sendo um livro clássico e jamais se cogitará de direito processual sem primeiro ler, estudar e admirar essa obra, que só um espírito brilhante e um trabalhador infatigável poderia conceber e executar. A sua fama de professor e jurisconsulto tinha que chegar ao conhecimento dos altos poderes da República, e chegou. O presidente Venceslau Braz, nos termos da Constituição federal, nomeou o dr. João Mendes Junior ministro do Supremo Tribunal Federal, por ser o jurisconsulto paulista homem de ilibado caráter e profundo saber. É outra face da personalidade de João Mendes Junior: — a probidade absoluta, a severidade dos costumes, a integridade no proceder. Homem puro, espírito brilhantíssimo e profundo, patriota dos mais calorosos, ele deixou de si memória imperecível. Os contemporâneos já lhe prestaram as devidas homenagens, e a História lhe fará justiça.

João Mendes Junior ficará entre os maiores e mais devotados cultores do direito que o Brasil tem produzido. É grande a lista das obras de valor jurídico e literário que escreveu e, portanto, legou à posteridade.

Constituem elas o melhor monumento à sua fulgurante memória. A imortalidade conquista-se pela ciência ou pela arte. O dr. João Mendes conquistou-a pela ciência. Além do mais era ele a bondade personificada. As suas ações revestiam-se de suave e sedutor desprendimento. O seu coração era tão bom, como o seu espírito vigoroso, culto e alevantado. Homens assim só podem dar orgulho à sociedade e ao meio que os produziu e elevou.

JOSÉ CARLOS RODRIGUES

* Cantagalo, prov. do Rio de Janeiro, em dias de julho de 1844.

† Paris, 28 de junho de 1923.

Seu pai, Carlos José Alves Rodrigues, fê-lo estudar preparatórios na então corte do Rio de Janeiro, e destinou-o depois à Faculdade de Direito de S. Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1864, tendo sido dos mais distintos estudantes da sua turma. Regressando para a corte, ali pouco tempo se demorou, pois em 1866 embarcou rumo dos Estados Unidos da América do Norte, fixando-se em Nova York. Ai fundou o jornal ilustrado e de grande formato — *O Novo Mundo* —, dedicado à propaganda do Brasil e sendo o órgão da nossa política, literatura, arte e indústria. Foi um verdadeiro acontecimento a publicação desse jornal, e o dr. José Carlos Rodrigues nele se revelou com brilho desusado perante o grande público estrangeiro e nacional. De volta à Pátria, redigiu o *Jornal do Comércio*, do Rio, tendo mais tarde adquirido a propriedade desse órgão de publicidade, que por tantos e tantíssimos anos foi uma força de opinião irresistível, um poder político respeitado pelos partidos em luta, ao tempo do Império. Não conheço outro exemplo de prestígio jornalístico tão profundo e duradouro como foi o *Jornal do Comércio*. Proclamada a República, a folha de José Carlos continuou a prestar relevantes serviços à Pátria e às instituições nascentes. Quando foi da revolta da armada, governando o marechal Floriano, o *Jornal* discordou da orientação política; e, por muito tempo, em sinal de protesto ao estado de sítio e ao governo ditatorial, apareceu com a primeira coluna em branco. Lembrou-se então de convidar para redator da folha ao Conselheiro Rodrigues Alves, que não aceitaria o convite. O dr. José Carlos Rodrigues pres-

tou muitos e dos mais relevantes serviços ao país, notadamente no quadriênio do presidente Campos Sales, de quem era amigo sincero, entusiasta ardoroso e fiel colaborador.

De resto, foram amigos desde os bancos acadêmicos, que cursaram contemporaneamente, com diferença apenas de um ano, tendo José Carlos sido calouro de Campos Sales.

Na reconstituição financeira que o presidente Campos Sales empreendeu e levou a bom termo, José Carlos prestou-lhe valiosíssimos serviços na encampação e resgate dos títulos das estradas-de-ferro brasileiras. Foi em Londres que José Carlos realizou essa famosa operação, que, na opinião dos financistas, mereceu os mais francos e calorosos encômios. Homem de iniciativa e de alta inteligência, viveu na sociedade de seu tempo rodeado de apreço e estima. A nós paulistas a sua memória é especialmente grata. Ele deu todo o seu apoio aos presidentes paulistas: — Prudente, Campos Sales, Rodrigues Alves; e como se isso não bastasse, a ele devemos, no mundo artístico, assinalado serviço: — foi José Carlos Rodrigues quem encaminhou para os Estados Unidos da América do Norte a nossa gloriosa Guiomar Novais, já então pianista de nome europeu, e agora de renome mundial.

O dr. José Carlos Rodrigues foi sempre homem vigoroso e sadio. Morreu velho, mas sempre preso aos seus estudos prediletos, nesses últimos tempos. Ao jornalista, ao polemista, ao financeiro, sucedeu o pensador e filósofo. Consagrou os seus últimos anos de vida na elaboração de obras religiosas: — o confronto dos evangelhos e a vida de Jesús Cristo. Conseguiu reunir avultados bens de fortuna; e pôde assim organizar a célebre biblioteca brasiliense, de que publicou interessantíssimo catálogo. Essa biblioteca ele vendeu ao industrial Júlio Ottoni, por trezentos contos. Ottoni ofereceu-a à Biblioteca Nacional, onde se acha no salão dos Ottonis; e José Carlos deu esses 300 contos a instituições cariocas de reconhecida utilidade. Não foi só de rosas a longa estrada da vida desse homem, que tanto influiu com a sua folha na evolução social do seu tempo; não, ele sofreu bastante, e resgatou os pecados veniais da mocidade, se os teve, com rasgos de altruísmo incomparáveis, que ficaram no silêncio do seu gabinete e na ignorância do público, tão severo nos julgamentos e tão condescendente nas próprias faltas e fraquezas.

Para mim, para nós do Instituto, a figura de José Carlos Rodrigues é a de um homem de valor, de grande valor.

inteligente, caridoso, tolerante, e superiormente dotado para ver, estudar e concluir. Amavel e sedutor, a sua roda e convivência foram as mais distintas da sociedade fluminense: inteligente, a sua pena bem serviu à Pátria, que ele amava com enlevos carinhosos e afetuosíssimos; amigo leal e devotado, José Carlos Rodrigues foi colaborador apaixonado dos homens de governo e políticos, monárquicos ou republicanos, que lhe pediram amparo e conselho, serviço ou apoio, ou que lhe despertaram entusiasmo e admiração.

Homem de lutas; fizeram-lhe graves injustiças e apon-taram-lhe defeitos e faltas; mas, o tempo, que é o máximo juiz dos feitos humanos, há de proclamar, após terem pesa-do os prós e contras, que o nosso consócio há de entrar para a galeria dos grandes beneméritos, que amaram, serviram e respeitaram a Pátria.

LUIZ DE TOLEDO PIZA E ALMEIDA

* Capivari, S. Paulo, 19 de agosto de 1858.

† S. Paulo, 6 de julho de 1923.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de S. Paulo em 1883. Seis anos depois, proclamou-se o regime republicano, e o dr. Luiz Piza, republicano histórico, propagandista e jornalista democrático, desde os bancos acadêmicos, inteligente, pertencente a tradicional família paulista, ligado por parentesco próximo a grandes chefes republicanos, teve as portas da política abertas para o aproveitamento e evolução de sua personalidade. Realmente, o nosso consócio, que também presidiu esta casa, e cujo retrato hoje muito merecida-mente aqui se inaugura e expõe, correspondeu plenamente à confiança que nele lhe depositaram a administração e a política paulista. Inteligente, estudioso, prudente, calmo mas também dotado de energia e coragem cívica, alcançou pos-tos elevados na sociedade brasileira, e por seus trabalhos e serviços tornou-se figura de relevo em nosso meio.

Ouçamos o que diz um dos seus autorizados biógrafos: "Proclamada a República, foi o dr. Luiz Piza eleito deputado estadual em 1892. De 1893 a 1898 ocupou o dis-tinto parlamentar o cargo de presidente daquela casa do Congresso.

Durante alguns anos o ilustre paulista foi diretor poli-tico do *Correio Paulistano*, prestando à folha assinalados serviços, mantendo as suas tradições políticas e sociais com

elevado descortino e inconfundível brilho. Nesse posto o dr. Luiz Piza conquistou inúmeros amigos e admiradores no seio da imprensa paulista de então e, entre os que nessa ocasião trabalhavam no Correio, — uma geração em que brilhavam tantos talentos — a personalidade do acatado jornalista se destacou como a de um amigo e companheiro querido.

À Câmara Federal, pouco depois, o dr. Luiz Piza era enviado pelo eleitorado paulista, distinguindo-se ali, como aqui brilhara, como parlamentar de talento.

Durante dois anos esteve na Câmara Federal, vindo, em seguida, desempenhar nesta capital o cargo de chefe de polícia.

De 12 de agosto de 1903 a 30 de abril de 1904, dirigiu a pasta de Agricultura do Estado de São Paulo, na qual prestou relevantíssimos serviços ao desenvolvimento dos centros ligados àquela Secretaria, cuja complexa organização reflete tão eloquentemente toda a vida econômica do Estado.

Em 1904, cheio de serviços a São Paulo, foi o ilustre cidadão eleito para ocupar uma cadeira no Senado Estadual. Em 2 de fevereiro de 1910, em 8 de fevereiro de 1913, como em 29 de abril do ano passado, foi o dr. Luiz Piza sucessivamente reeleito para o elevado posto em que faleceu.

O dr. Luiz Piza, ultimamente, vinha prestando os seus valiosos serviços à Comissão de Estatística e Divisão Municipal do Senado Paulista.

Entre os seus pares, e também no vasto círculo de suas relações, o ilustre parlamentar contava inúmeros admiradores de suas virtudes cívicas, de seu acendrado amor ao Estado de São Paulo e à causa pública à qual dedicou os melhores esforços de sua vida assinalada pelo brilho da sua inteligência e pela firme orientação do seu caráter.

A notícia do seu falecimento consternou profundamente a sociedade paulistana, o nosso mundo político, o eleitorado que recentemente o enviou ao Senado, consagrando ainda uma vez o seu nome tão recomendável pela sua significação de trabalho, de ideal republicano e destinos de sua terra”.

Já bastante enfermo, frequentava assiduamente as nossas sessões e com frequência ocupava a tribuna. Sua exposição era sempre clara, seus intuitos elevados e definidos, sua palavra fluente. Quando foi da morte de Rui Barbosa, esta casa deliberou inaugurar o retrato do seu pranteado presidente honorário em sessão solene, na qual o senador Luiz Piza faria o elogio histórico do grande brasileiro, con-

forme desejo de todos e espontânea lembrança do orador oficial, que cumpriria mais tarde, em tempo próprio, o seu dever. Não se realizou então essa homenagem, porque o senador Luiz Piza adoeceu gravemente e não pôde preparar o seu estudo sobre a figura de Rui Barbosa. E com que entusiasmo e carinho ele pretendia desempenhar-se da difícil mas consoladora comissão!

O destino é cruel em seus assaltos e derrocadas. Luiz Piza ainda estava na plenitude do seu vigor intelectual.

O Estado de S. Paulo perdeu um filho distinto. O Instituto um amigo devotado e constante.

Senhores.

Nos tempos mais remotos e apagados, o espirito humano não dispunha de meios para demonstrar a verdade, que é filha única da ciência; os fatos e fenômenos que de novo, e pela primeira vez, se apresentavam ao estudo e observação, eram levados à conta do sobrenatural.

Quando, porém, a ciência conquistou palmo a palmo o terreno que hoje domina como soberana absoluta, os homens foram a pouco e pouco perdendo a fé. De semelhante estado de espirito nasceu a dúvida, curiosa e irrequieta, que não se satisfaz com ouvir, mas em ver e examinar. Produziu-se a reação dos que a todo transe pretendiam restabelecer o império exclusivo da fé, em prejuizo da marcha triunfal das ciências. Deu-se o embate. O sangue humano correu em torrentes, como há de correr sempre que o espirito se desprender de quimeras e ilusões para só aceitar e adotar o que a observação e experiência ensinam. Se assim foi na esfera da ciência, assim devia ser também nos domínios do pensamento. O pensamento fez-se livre, libérrimo, sem peias, nem obstáculos.

Águia poderosa, abriu as asas e alçou o vôo intérmino através dos tempos, idades, gerações, profundidades e alturas.

E dessa nova luta nasceu, bela e fresca, perfumosa e nivea a flor atraente da civilização, que se impôs aos homens, e que todos nós cultivamos, e prezamos e admiramos e bendizemos.

É graças à civilização, que aqui estamos congregados, no mesmo pensamento de respeito e piedade, para honrar a memória de católicos práticos e fervorosos; de partidários

do protestantismo; de descrentes da religião, mais ou menos cépticos, mais ou menos crentes; de livres-pensadores e ateus! Eis o milagre de uma civilização de que nos devemos orgulhar.

Respeitemos, senhores, a memória desses homens que se foram para o além, e permanecem no silêncio do túmulo pela eternidade em fora. Dos seus túmulos, porem, convertidos em fontes luminosas, jorra luz benfazeja e orientadora sobre os que ainda ficaram, peregrinando neste vale de lágrimas e alegrias. Mas, meus senhores, estes também hão de, por sua vez, recolher-se à paz da sepultura; muito felizes, se tiverem podido cumprir o seu dever como cumpriram os que hoje relembramos com grande, com imensa saudade, longa e profunda saudade.

1924

Meus senhores.

O Instituto celebra hoje primeiro de novembro de 1924 o seu 30.º aniversário. E aqui estamos reunidos para lembrar esse acontecimento; e, na forma dos estatutos, para prestar as homenagens devidas aos consócios, que se foram para não mais voltar. Dir-vos-ei em rápidos traços, como é preciso que seja, algo de suas vidas cheias de exemplos e utilidade. Que o tempo na sua faina de tudo apagar e destruir encontre um obstáculo ao menos, pequeníssimo embora, que o detenha por momentos diante do nome e feitos dos brasileiros ilustres, que de si deixaram grata memória nesta casa. Neste ano excepcional, em que São Paulo foi tão insólita e profundamente abalado em todas as manifestações de sua vida ordeira e progressista, permiti que eu tenha por mim e por vós uma palavra de saudade, respeito e gratidão por aqueles que tombaram no campo da luta, defendendo a lei e o poder constituído. E também dai-me licença para lembrar, com justo orgulho, que é também nosso o bravo comandante que reorganizou as forças estaduais e, vitoriosamente, combateu no setor do Ipiranga, ali, justamente, onde nasceu a Pátria, que todos queremos, amamos e desejamos ver dentro da Ordem para alcançar o máximo Progresso. E o máximo progresso é a paz, liberdade tranqüila, no trabalho produtivo e nobilitante. Salve! Pedro Dias de Campos. Salve!

Senhores, fatos e acontecimentos como os que se desenrolaram em julho último merecem uma referência, ao menos, em sessão como esta, para glorificar aqueles que, den-

tro da disciplina, vida das nações, souberam cumprir os seus deveres e honrar as tradições ordeiras de S. Paulo.

Quando forem estudados, e a história sobre eles tiver dado sua sentença, bem se há de ver que não errei apontando à glorificação dos vindouros os que morreram pela lei e os que souberam organizar a vitória da ordem. Sem lei não há autoridade; sem autoridade não há justiça; sem justiça não há sociedade organizada.

As guerras, revoluções, rebeliões ou motins só servem para demonstrar, à saciedade, que a paz e a lei são os supremos ideais dos povos livres.

Tratemos agora dos nossos mortos.

JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO SOBRINHO

* 9 de janeiro de 1874.

† 2 de março de 1924.

Paulista, oriundo duma família respeitável e de tradição, fez todos os seus estudos nesta capital.

Funcionário público, soube captar a confiança de seus chefes; e os serviços a seu cargo desenvolveram-se e foram executados com proficiência. Dotado de inteligência bem fora do comum, cultivou as letras com amor, tornando-se escritor apreciado, não só pelo seu estilo correto e elegante, mas ainda por saber empregar e usar da ironia inocente e bem humorada com propriedade.

Escreveu nos jornais da Capital; e as suas crônicas eram lidas e apreciadas pelos homens de espírito alto e pronunciado gosto artístico e literário. O seu livro *Contos e fantasias* agradou francamente, e houve quem percebesse em José Vicente Sobrinho um discípulo encantador de Eça de Queiroz. Não se lhe podia fazer maior elogio, nem recomendar melhor o seu livro de contos e fantasias. Os últimos anos de sua vida passaram-se no Rio, onde exerceu com dedicação e talento o cargo de secretário da Academia Brasileira de Letras, da qual recebeu provas de absoluta confiança e homenagens raramente conferidas aos auxiliares internos dessas instituições.

SILVIO DE ALMEIDA

* 28 de agosto de 1867.

† 30 de março de 1924.

Mineiro, de Pouso Alegre. Fez seus preparatórios em Minas e recebeu da Academia de Direito de S. Paulo o di-

ploma de bacharel, em 1892. Dedicando-se ao magistério e às letras, tornou-se professor notavel e filólogo profundo. Latinista, como poucos, e manejando o vernáculo como raros, o dr. Silvio de Almeida impôs-se ao nosso meio intelectual como um dos maiores vultos literários do seu tempo. E não se lhe fez favor algum.

Ai estão os seus livros e escritos, as suas iniciativas, as suas lições, e a opinião unânime de colegas e discípulos. Poeta, seus cantares são afinados e acariciadores. Dentre as obras que publicou, destacam-se — *Efêmeras*, poesias, com prefácio de Raimundo Correia; — *O antigo vernáculo*; — *A simplificação ortográfica*; — *O poeta Crisfal*. Acha-se no prelo — *Camoneana* — livro também de versos. Em janeiro último, fundou a *Revista de Filologia e Língua Portuguesa*, tão bem e, justamente, recebida nos meios intelectuais.

Assíduo e apreciado colaborador da *República* (folha acadêmica); da *Notícia*; *Diário Popular*; *Gazeta*; e *Estado de S. Paulo*, onde por longos sete anos manteve sem falhar uma só vez a secção semanal — *Divagações* — lida sempre com o mais vivo interesse e prazer.

OSÉ ATAIDE MARCONDES

* 1864.

† 13 de setembro de 1924.

Nascido em Taubaté, desenvolveu a sua grande atividade e reconhecida inteligência em Pindamonhangaba.

Professor e jornalista, o ilustre taubateano sentiu a consideração pública em torno de sua personalidade e apreciou os aplausos que lhe dispensaram pela defesa que fez, na imprensa, das boas causas.

Deixou artigos e versos publicados em vários jornais; e, principalmente, na *Tribuna do Norte* que fundou e dirigiu.

Existem ainda dois volumes de sua produção: — *Amarantos*; e *Pindamonhangaba*. Este último, muito bem recebido pela crítica, mereceu francos aplausos e aprovação de homens eminentes e das instituições que se consagram ao estudo da história pátria. Realmente, *Pindamonhangaba* é um monumento levantado à terra que lhe deu hospedagem e acolhida, e a mais alta homenagem aos ilustres homens nascidos naquele município paulista. Escritor, musicista, político, poeta, orador e professor, José Ataíde Marcondes re-

cebeu em vida grandes e retumbantes manifestações de apreço do povo pindense; e, o seu enterro, foi um ato de solenidade tocante e grandiosa, em que a população inteira de uma cidade tomou parte mergulhada em lágrimas e saudades.

GELASIO PIMENTA

* 12 de janeiro de 1879.

† 20 de setembro de 1924.

Gelásio Pimenta é um exemplo de trabalho. Fez-se pelo próprio esforço. Seu pendor pelas artes e letras era tão forte e acentuado, que ele se tornou escritor, jornalista, crítico de arte e incansável protetor de artistas e literatos, que se chegaram à sombra acalentadora de sua bondade infinita e de seu entusiasmo caloroso e forte. Foi o fundador da revista — *A Cigarra* — já no seu 13.º ano de existência. O que foi e é esse jornal ilustrado sabe S. Paulo todo. A superior orientação que Gelásio Pimenta lhe soube imprimir, a linha de alta moralidade de todos os seus escritos, observações e críticas, tornaram a revista e o seu diretor apreciados na sociedade paulistana em geral. *A Cigarra* penetrou em todos os lares, os mais severos e ríspidos, e o seu diretor tornou-se o centro de todas as simpatias das famílias, dos artistas e dos escritores. Tendo começado sua vida como simples revisor do *Diário Oficial* de S. Paulo, Gelásio Pimenta foi galgando um a um os degraus da escala social, até tornar-se um vulto distinto do nosso meio. Este é o maior elogio que se lhe pode fazer. Escreveu estudos históricos, entre os quais destacarei — *Alexandre Levi e suas obras*.

HOMERO BATISTA

* 30 de janeiro de 1861.

† 14 de outubro de 1924.

Começou a sua carreira na maior modéstia e obscuridade: — como caixeiro da casa dos negociantes Gomes Lima & Ferraz estabelecidos em Rio Grande, cidade do glorioso Rio Grande do Sul, a que também pertence S. Borja, onde nasceu o nosso falecido consócio.

Feitos os seus preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, bacharelando-se em 1883. Vol-

tando ao Rio Grande do Sul advogou e também fez jornalismo. Pertenceu sempre ao partido republicano e seu espírito esposava as causas liberais. Abolicionista e republicano, Homero Batista soube manter-se em superior linha de conduta, de modo a merecer a confiança e o respeito de amigos e adversários. Exerceu cargos públicos de eleição e nomeação. Foi deputado estadual e federal, secretário e ministro da Fazenda, consagrando-se de preferência a estudos financeiros. Presidiu o Banco do Brasil, dirigiu a grande companhia de Seguros — Sul-América — e foi ministro da Fazenda, no governo do presidente Epitácio Pessoa. Era lente da Faculdade de Direito, do Rio; sócio efetivo do Inst. Hist. Brasileiro e presidente da Liga de Defesa Nacional. Entre outros, escreveu os seguintes trabalhos, todos bem recebidos pela crítica dos competentes: — *Tiradentes e a República*, conferência pública, 1888; *Pela Federação*, discursos pronunciados na Câmara dos Deputados depois do golpe de Estado, 1892; *A revolução e o estado de sítio no Rio Grande do Sul*, discurso na Câmara dos Deputados, 1894; *Manuel dos Santos Loureiro, Manduca Loureiro*, perfil biográfico, 1900; *A marinha nacional*, trabalhos parlamentares, 1910; *A receita geral em 1911*, 1.º volume, 1911; *A receita geral em 1912*, 1.º volume 1912; *A receita geral em 1913*, 1.º volume, 1913.

Simple e modesto, estudioso, inteligente e culto, o dr. Homero Batista chegou pelo seu trabalho e pela sua probidade às mais culminantes posições sociais.

Sua morte, profundamente sentida, representa enorme perda para a República. De tudo quanto a seu respeito se disse, pareceu-me ser o mais fiel de seus retratos, este que a pena de um jornalista de S. Paulo traçou: —

“O dr. Homero Batista grangeou uma honrosa reputação nos meios políticos e financeiros do Rio, onde o seu nome era sempre pronunciado com respeito e acatamento.

A sua ação política terá naturalmente provocado divergências, mas a integridade de seu caráter, as afirmações do seu passado de lutas abnegadas, a correção exemplar da sua vida privada, lhe asseguraram em vida a consideração de quantos o conheceram, e conservarão na saudade dos amigos e na memória dos concidadãos, a figura de um homem profundamente bom e honrado e de um brasileiro ilustre e patriota, que pôs ao serviço do Brasil todas as energias da sua mocidade e todos os frutíferos esforços da sua madureza.

A República Brasileira perde no dr. Homero Batista um dos seus melhores e mais dedicados servidores”.

Meus senhores. Sou-vos profundamente grato pela bondade infinita com que me ouvistes hoje e me haveis ouvido por nove anos já em dias como este. No desempenho do meu mandato procurei ser digno de vós e de vossa confiança. Fiz tudo quanto estava em minhas forças (tão fracas) para honrar o Instituto. Não sei se o consegui, mas a minha consciência está tranquila. Fui pontual e justo. E digo-vos estas palavras, porque, terminado o meu mandato atual, não o desejo renovado. O vosso orador precisa de repouso; e o seu cargo só ganhará em brilho se escolherdes para seu sucessor um desses talentosos moços que constituem a força e esperança da nossa associação. Sócio honorário desta casa, graças à vossa generosidade, eu deixo as responsabilidades de um alto cargo para permanecer na penumbra, que tão bem fica aos que, como eu, só podem ver o sol poente, nas linhas mais baixas do horizonte. Apresento-vos, portanto, as minhas despedidas como orador; mas renovo os meus protestos de amigo devotado desta nobre casa, que eu tanto amo e venero.

Quando vos falei ao tempo da grande guerra mundial, eu vos disse, meus senhores, que nos devíamos todos unir em torno da Pátria e defender o Brasil até a última gota do nosso sangue para que a nossa bandeira não tombasse. Não tombou, antes ganhou em fulgor e rénome no conceito das Nações. Todos nós, que cultivamos o estudo da História, bem sabemos que as guerras externas são um derivativo providencial para as desinteligências internas. Para citar-vos um único exemplo: — a guerra contra o Paraguai. Nunca o Brasil foi tão unido, tão forte, como durante aquele trágico capítulo de nossa vida nacional. A sua coesão social era perfeita. Mas, meus senhores, a guerra externa não é remédio aconselhável nem possível nos tempos atuais. Para os males que nos afligem e que são tantos há de haver algum medicamento. Qual? Eis o problema.

Quando foi da abdicação, em 1831, e das regências consequentes, o país só voltou à tranquilidade com a proclamação da maioridade. Hoje, creio, só conseguiremos a paz dos espíritos e a coesão das unidades políticas brasileiras com a revisão constitucional. A demonstração desta verdade não seria difícil, mas a ocasião é imprópria. Só direi que os esforços nesse sentido são dignos de aplausos e de entusiástico apoio. A nossa história, ou melhor dito, o ensino da história pátria entre nós tem glorificado em demasia os vultos revoltosos e rebeldes, e assim nós estamos mais ou menos acostumados a proclamar mártires pessoas que nada mais fizeram do que perturbar ou retardar o progresso e a evolução do nosso meio nacional. Em geral, são considerados heróis os inimigos da lei; e déspotas aqueles que a querem e defendem. Há evidentemente um erro de visão. E porque estamos em S. Paulo (e entre paulistas) eu vou direi que, para muita gente, o nunca assaz celebrado Diogo Feijó vale mais por seu gesto revolucionário de 1842, do que por todo o seu extraordinário trabalho em prol da legalidade e da união nacional. Lembrai-vos dos movimentos revolucionários do império e da república e concordareis comigo, que há comemorações, de fatos e vultos, que só servem para incitar más paixões e implantar nos espíritos princípios de revolta.

As revoluções, quando estalam, pretendem impor pela força bruta, pela violência sem limites, aquilo que vai chegar pela evolução calma e lógica dos espíritos e das sociedades. Tem sido assim sem discrepância. Que se pretendia em julho? Reformar a constituição. Mas se era o que calmamente se preparava, se queria fazer, e se há de fazer! As revoluções, quando não exprimem o sentir uníssono de todas as correntes inlectuais em foco e em unanimidade, só servem para retardar o advento de benefícios prestes a frutificarem. É um crime, senhores, perturbar, pelas armas, e sem razão de ordem superior, evidente, palpavel, axiomática, a paz, a ordem, a disciplina, o progresso, o trabalho de uma cidade, de um estado, de uma nação, que é a própria Pátria.

Mas, meus senhores, se temos sido um povo mais ou menos rebelde e admirador dos verdadeiros ou supostos mártires da liberdade, nunca deixamos também de ser um povo de bondade e de coração, formado no perdão e no esquecimento. As revoluções têm influência muito fraca e apreciavel na vida das nações. A história dos povos formase pela sua mentalidade e não por suas instituições. É o que

nos ensinam Gustavo Le Bon e Ernesto Renan, em cujas obras me inspirei para reproduzir-lhes o saber, os pensamentos e até as palavras.

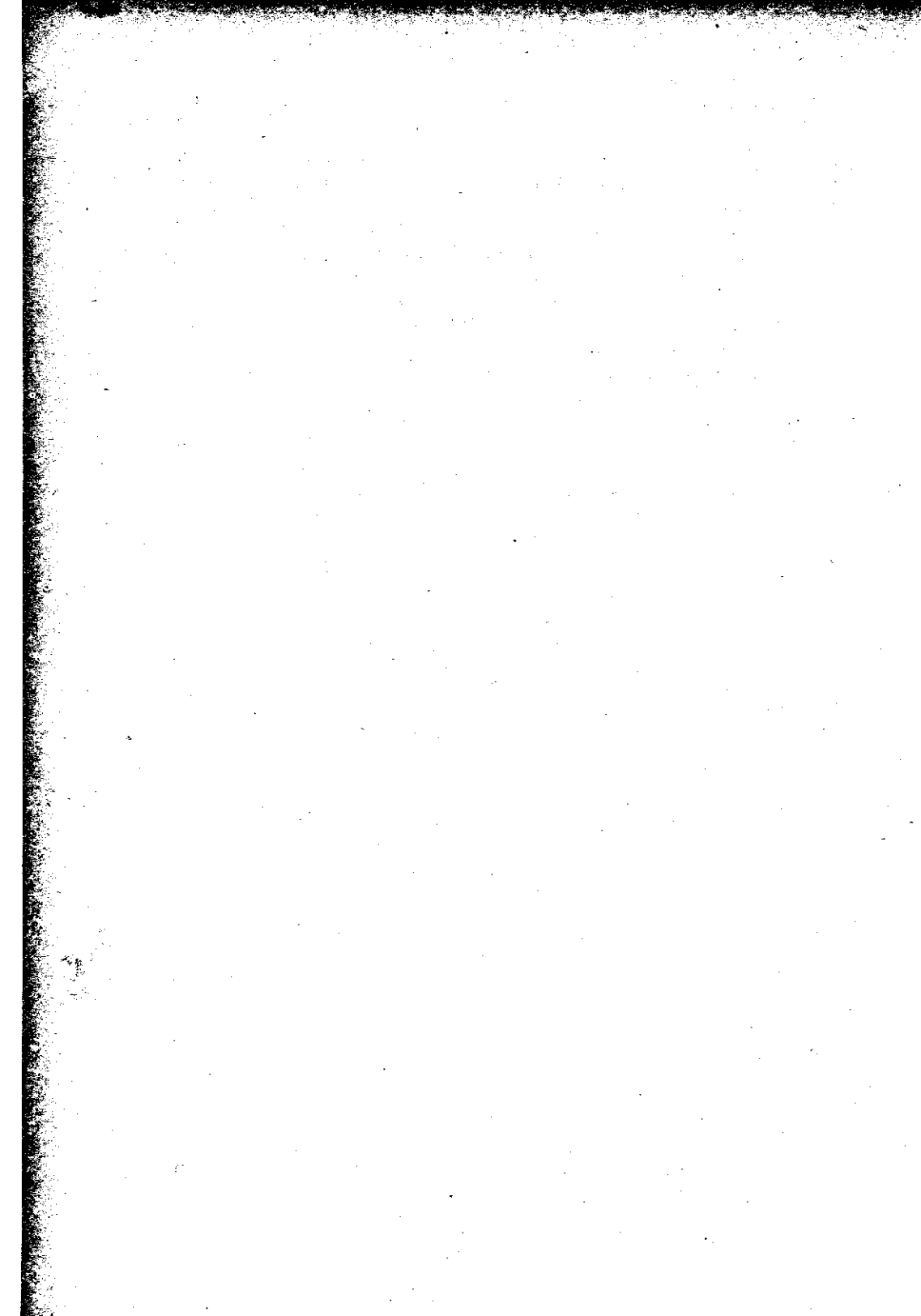
Nos povos inferiores, o poder político só pode viver quando se transforme em absolutista ou teocrático. Será possível que nos queiramos reduzir e igualar a povos tais?

As descobertas individuais transformam as civilizações; mas só as convicções coletivas regem a história. O vício e o erro, o crime e a barbaridade, assim como a virtude e a nobreza de ideais e sentimentos propagam-se pelo contágio. Daí a necessidade indeclinável dos exemplos edificantes partirem de cima para baixo. Os homens que governam não podem desprezar as menores queixas, nem deixar de ouvir os mais tênues murmúrios, porque, reunidos em coro, ganham força, retumbam e formam a corrente caudalosa da opinião pública.

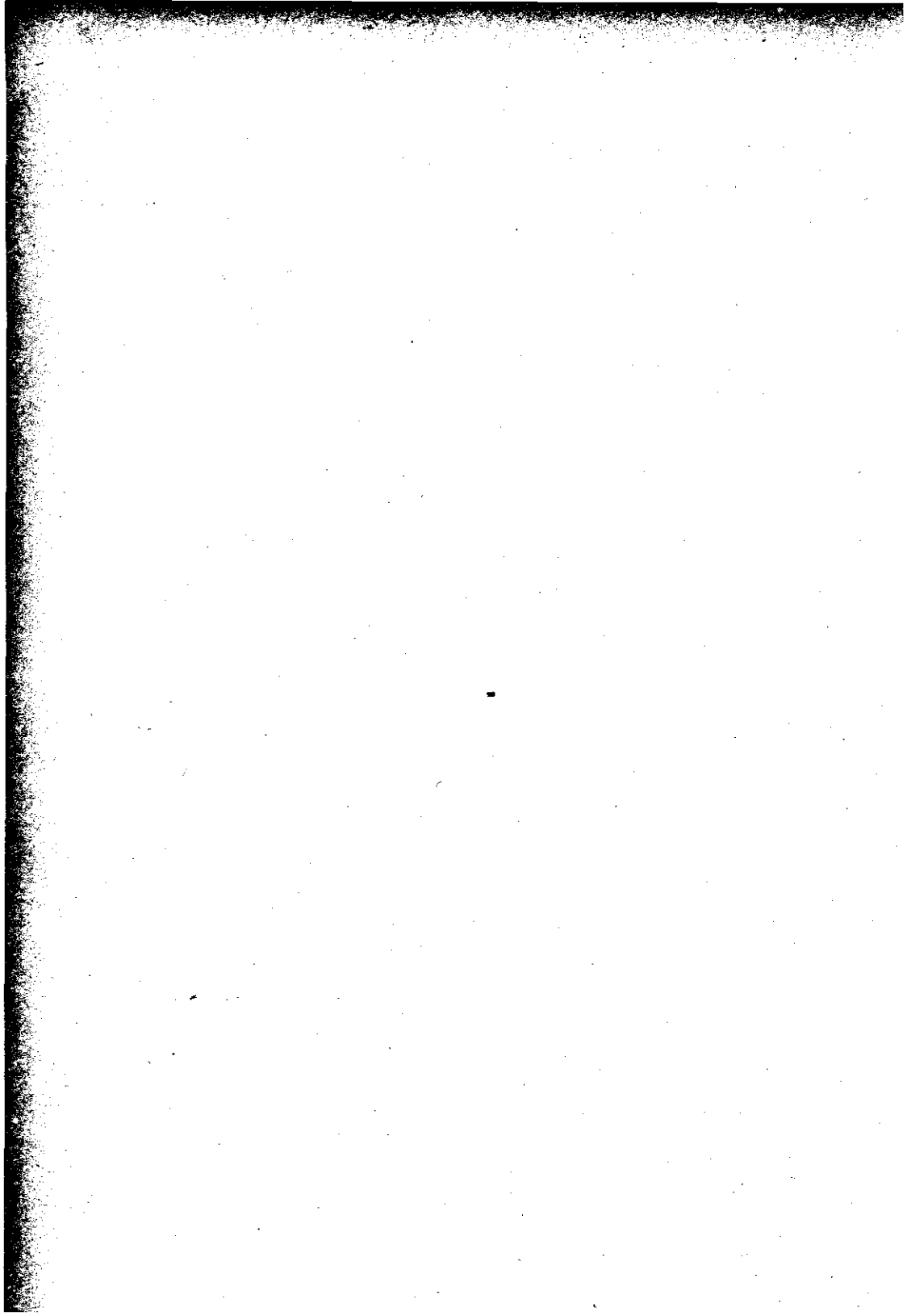
O espírito brasileiro é tolerante, a alma nacional é boa. Em muitos casos, principalmente nos políticos, o perdão é mais profícuo do que o castigo. Que o castigo consista na exclusão e eliminação de todo e qualquer serviço nacional, para os chefes; na expulsão para os estrangeiros. Que um raio de amor brilhe no Brasil inteiro; a-pesar-de todos os seus e dos defeitos de seus filhos, fiéis ou não, transviados ou não, a nossa terra e nossa gente hão de ser sempre o produto de uma bondade infinita. Estou certo, meus senhores, que se os nossos mortos me ouvissem dar-me-iam razão e aplaudiriam as minhas palavras de concórdia e de paz constante. E ainda comigo diriam: — os homens passam depressa, mas as nações, como o Brasil, permanecem na sua existência eterna, sem limites através dos tempos infinitos e dos séculos dos séculos.

Que mal podem fazer às correntes impetuosas do Amazonas milhares de navios de papelão? Que mal podem fazer mil ou três mil insensatos a trinta milhões de homens que desejam a grandeza e felicidade da Pátria — e por ela trabalham, e por ela vitoriosamente se batem?

Senhores! um gesto de piedade para os filhos pródigos; saudades e lágrimas para os que desta vida se partiram em época tão calamitosa. Os mortos não voltarão; mas a paz há de voltar, e voltará brilhante e radiosa.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO



ELOGIO DOS SÓCIOS FALÉCIDOS DURANTE O ANO SOCIAL
DE 1939-40

*Discurso proferido pelo orador oficial Prof. Dr.
José Carlos de Ataliba Nogueira, em sessão magna
de 1.º de novembro de 1940.*

Comemoramos o quadragésimo sexto aniversário do nosso Instituto. Surgiu numa época, em que muitos pretendiam que o marco inicial de nossa história se devesse fincar no primeiro ano daquele lustro. Assim não entenderam os nossos fundadores, que o erigiram para o estudo de todo o passado e perpetuação das nossas gestas e dos vultos notáveis que engrandeceram o Brasil.

Podemos assinalar, com justiça, que vai ele cumprindo a sua missão e não poucos serviços lhe deve a história pátria e a história de São Paulo.

Para isto tem sido grande a contribuição da atual diretoria, capaz e esforçadíssima, graças, de modo especial, à orientação segura e advertida do nosso prezado presidente perpétuo, o dr. Torres de Oliveira. Cheio de vida, avizinha-se o Instituto do seu cinquentenário. Parece-me que desde já se deve cogitar da condigna celebração do seu meio século de vida, a mim se me afigurando que nenhuma comemoração seria mais própria do que o publicação de uma obra monumental, como o dicionário histórico e geográfico do Estado de São Paulo. Antes de nós, João Mendes Junior e Afonso A. de Freitas, saudosos confrades, tiveram a mesma idéia e individualmente trabalharam para a sua realização.

Se a obra é de vulto e o tempo exiguo, preparemos para as festas cinquentenárias ao menos a geografia e história de São Paulo, adotando o esboço elaborado, em 1933, pela maior autoridade, o nosso consócio dr. Afonso de Taunay e o que se destinou a organizar o volume relativo ao Estado de São Paulo, no Dicionário do Instituto Histórico Brasileiro. Talvez um congresso histórico e geográfico também constitua adequada comemoração.

Foi enriquecido o nosso Instituto com alguns sócios novos, neste seu último ano de vida, porém, tem que lamentar a perda de oito de seus servidores. É esta a missão de saudade, que a nós nos incumbe neste momento, fazendo viver aqueles que conosco se sentaram nestas cadeiras e com pesar nosso delas se ausentaram para sempre. Foi o primeiro deles o

Prof. VICENTE DO REGO TEMUDO LESSA

Nasceu a 22 de janeiro de 1874, em Palmares, então província de Pernambuco, filho de Antônio Prisciano Lessa e de d. Hermínia Eduarda do Rego Monteiro Temudo Lessa.

No tradicional engenho de seu nascimento, aprendeu as primeiras letras, fazendo o curso secundário no Ginásio Pernambucano, do Recife. Não obstante ser filho de importante família daquela província, as más condições financeiras do momento lhe não permitiram seguir a carreira de advogado, que era a de seu desejo. Ainda antes de terminado o Ginásio, teve que abandonar os estudos para ser empregado no comércio. Seu convívio com as letras, por essa época, consistiu na leitura especialmente de obras históricas, a maioria delas de narrativa dos episódios das revoluções pernambucanas e endeusamento de seus heróis, o que lhe fez alimentar o sonho, logo evanescente, de seguir a carreira das armas. Tais leituras históricas, assim como a dos livros de viagens de Júlio Verne, influíram grandemente em toda a sua vida.

Depois de frequentar um curso noturno e de aborrecer a vida do comércio, que, decididamente, não era a sua vocação, experimentou o desejo de seguir o estado de ministro evangélico. Para este fim se dirigiu a Friburgo, no Rio-de-Janeiro, matriculando-se no Seminário Presbiteriano, logo depois transferido para esta cidade de S. Paulo. Teve como mestre, dentre outros, Eduardo Carlos Pereira, e como condiscípulos Erasmo Braga, Otoniel Mota e Ernesto de Oliveira.

Sua vida foi de missionário, percorrendo todos os Estados do Brasil, o último dos quais, Goiaz, já quase ao termo de seus dias, em 1937. Princiou seu ministério na cidade de Jaú, em 1900, e terminou-o, nesta capital, já jubilado, como professor da Faculdade de Teologia.

Em São Luiz do Maranhão, durante cinco anos, foi lente de grego do Liceu oficial.

Por toda a parte, anotava com minúcia tudo quanto fosse de interesse a uma narrativa, além do que exclusivamente respeitasse ao seu ministério religioso. Muitos desses apontamentos foram divulgados em jornais religiosos de caráter local, a maioria deles, entretanto, permanece inédita.

Entre os seus irmãos de crença, que de perto com ele praticaram e lhe puderam aquilatar o valor e a operosidade, todos lhe reconhecem os predicados de zeloso e incansavel, na carreira abraçada e que tanto dignificou.

Quando Eduardo Carlos Pereira, em divergência com os missionários, afirmou a impossibilidade dos evangélicos pertencerem à Maçonaria, Vicente Temudo Lessa e cinco outros ministros se puseram ao lado dele, daí surgindo a Igreja Independente, em 1903.

Depois de professar numerosas lições, de 1912 a 1919, foi diretor do Colégio Evangélico e vice-reitor do Seminário. Neste ano, com a organização da segunda igreja da capital, foi o seu primeiro pastor. Seguiram-se novas viagens até que, por motivo de saúde, foi jubilado a 12 de fevereiro de 1936, continuando, porem, a lecionar história eclesiástica e história das missões, na Faculdade de Teologia.

Um ano antes de morrer, foi-lhe dado assistir às comemorações do 30.º aniversário do presbitério do norte, que ele havia instalado, em 1909, na cidade de Fortaleza. Nesta última viagem, chegou até o Maranhão, havendo visitado a sua terra natal, que ele tanto estremeia, embora residisse em São Paulo há mais de quarenta anos.

Foi escritor fecundo, ocupando-se de preferência com assuntos religiosos e de história. Daria muitos volumes a coleta de seus artigos esparsos pelos jornais evangélicos, *Estandarte*, *Semana evangélica*, *Revista de cultura religiosa*.

Raramente se envolveu em polêmica com adversários de crença, pois o característico de sua vida foi a bondade, uma extrema bondade que a todos cativava, com frequência aludindo ele aos males causados pela língua, ao horror da detração e da calúnia, assim como ao valor da boa palavra. De seus artigos, vários deles são estudos profundos, publicados em série. De todos, permiti que vos saliente a série de 17 capítulos sobre *São Francisco de Assiz*, por ocasião do sétimo centenário de seu falecimento, em 1926, e em que estuda, com grande proficiência, a feição cristã do grande santo medieval.

Era biógrafo de excelentes qualidades, procurando sempre ser imparcial. Desse gênero deixou-nos duas dúzias de biografias de vultos da Reforma, de vultos menores; cerca de dez biografias de ministros evangélicos brasileiros, entre os quais a de Eduardo Carlos Pereira, Erasmo Braga e Modesto P. B. de Carvalhosa. Quanto aos vultos maiores da Reforma, publicou os seguintes livros: *Calvino, sua vida e obra*, 1934, e *Lutero*, 1935. Pelo espírito imparcial de algumas de suas afirmações, nestes dois últimos livros, foi criticado por alguns irmãos de crença, mas deu excelente resposta, citando fontes e autoridades, principalmente alemãs.

Mencionaremos ainda outros livros do gênero histórico, que, segundo confessou ao jornalista Silveira Peixoto, foi o de sua predileção, desde as primeiras leituras, no longínquo engenho de Pernambuco, perdurando-lhe o gosto por toda a vida, mas só no último lustro havendo conseguido produzir trabalhos de mais alentado fôlego. São eles: *Ecos da Boêmia*, Rio de Janeiro, 1919; *As guerras Hussitas*, São Paulo, 1923; *O centenário de José Manuel da Conceição*, São Paulo, 1923; *A epopéia republicana de 1817*, São Paulo, 1925; *Anchieta e o suplício de Balleur*, São Paulo, 1934; *Padre José Manuel da Conceição*, São Paulo, 1935; *Maurício de Nassau, o brasileiro*, São Paulo, 1937; *Episódios e perfis*, São Paulo, 1937; *O evangelho na Borda da Mata*.

A *Revista de cultura religiosa*, desta capital, inseriu artigos da sua lavra: *A Holanda e a Reforma do Brasil na época do seu domínio*, 1922; *O general Abreu e Lima ou um paladino das idéias liberais*, 1923; *Um antigo testemunho missionário*, 1923; *Anais da imprensa evangélica brasileira*, 1925 e 1926.

Em 1938, publicou a sua última obra, *Anais da primeira igreja presbiteriana de São Paulo*, volume de 711 páginas.

Os seus apontamentos de viagens através de todos os Estados brasileiros e os seus estudos históricos, alguns de grande valor, todos eles denotadores de paciente investigação, lhe grangearam o título de sócio efetivo do nosso Instituto, assim como o de sócio correspondente dos Institutos Históricos da Paraíba, de Santa Catarina, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Ceará.

A nossa *Revista* atesta o seu labor, entre nós, pois nela publicou *Reminiscência de Porto Feliz* (v. XXX, pp. 77 a 82), *A suprema humilhação de Antônio Carlos* (v. XXXIV, pp. 191 a 196), *Um sábio educador* (v. XXXV, pp. 33 a 36), *O pleito das formigas do Maranhão* (v. XXXVI, pp. 197 a 199), *O Talleyrand de 1817* (v. XXXVII, pp. 209 a 212).

Colaborou, ainda, na *Revista do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco*, no *Diário de Pernambuco* e na imprensa de São Paulo.

Muitos outros trabalhos ficam sem menção. Dissemos o suficiente para aquilatarmos da perda que sofreu o Instituto com o seu

falecimento, ocorrido no dia 19 de novembro de 1939. Varão austero, culto, exemplo de operosidade, maior ainda se torna, quando recordamos que muitos trabalhos foram feitos em meio de sofrimentos físicos. Vicente Temudo Lessa procurou sempre fazer o bem.

DR. LEOPOLDO DE FREITAS CRUZ

Nascimento na cidade de Porto Alegre, então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1861, era filho do coronel Manuel Pinto de Lacerda Cruz e de d. Maria Adelaide Leopoldina de Freitas Cruz. Foi educado por seu tio, o conselheiro Leopoldino José de Freitas. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, sendo depois transferido para a Escola Militar do Rio de Janeiro. Abandonou o alferes-aluno o seu curso para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, fazendo parte da turma de 1887 a 1891.

Na Academia, com Vitor da Silva Airosa, Pinheiro de Albuquerque, Artur Guimarães, J. Augusto Fleuri e outros, Leopoldo de Freitas redigiu o jornal *A Onda*. Deixou assinalada a sua passagem num episódio ocorrido na banca examinadora, quando o arguia o cônego Andrade, professor já em vésperas de jubilação.

O joven acadêmico já era o Leopoldo de Freitas que nós conhecemos, de espirito muito vivo e de muita loquacidade. Vem registado o caso, em Almeida Nogueira e Spencer Vampré:

Leopoldo falava sem parar.

Em certo momento, o cônego Andrade o interrompe e põe-se a gritar:

— Para! para! para!

E, como o examinando parasse, assustado:

— Há meia hora, que estou a querer propor-lhe uma objeção e o sr. não faz ponto, nem virgula!

E formulou a objeção, acrescentando:

— Responda, agora!

— Excelentissimo e Reverendissimo Mestre, antes de responder a objeção... — começou o estudante.

— Pois bem, Exmo. e Revmo. Mestre... — continuou Leopoldo, imperturbavel — para responder aos argumentos que v. exa. tão brilhantemente formulou, necessito primeiramente...

— Não necessita primeiramente, nada! Responda já, antes de tudo!

— Mas, Excelência...

— Não tem *mas*, nem meio *mas*. O sr. não pode responder. Não sabe nada. Está aprovado!

E com este *está aprovado*, mandou embora o examinando num gesto.

Não é preciso acrescentar que ele desapareceu, com a alviçeira notícia da aprovação.

Havendo colado grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, regressou Leopoldo de Freitas à sua terra natal, tendo sido nomeado juiz municipal de Pelotas. Porém, pouco depois passou a fixar residência definitiva em S. Paulo, dedicando-se ao magistério secundário e ao jornalismo, sendo colaborador efetivo do *Diário Popular*, que inseriu trabalhos seus, quase diariamente.

Foi secretário do conselheiro Antônio Prado, do dr. Carmo Cintra e do dr. Américo Brasiliense.

Ocupou o cargo de bibliotecário da Escola Normal da praça da

República, donde foi exonerado por sua entusiástica adesão à revolta de 1924, chefiada pelo general Isidoró Dias Lopes. Mais tarde, regressou ao funcionalismo, indo trabalhar na Repartição de Estatística e Arquivo do Estado.

Durante muitos anos, foi consul honorário da Guatemala, nesta capital.

Dentre outras honrarias com que foi agraciado, salientam-se as insígnias da ordem *Al merito* do Chile e a palma da Academia Francesa.

A condecoração *Al merito*, creada pelo general O'Higgins, o pai da pátria chilena, é destinada ao reconhecimento daquele país pelos serviços prestados seja à nação amiga, seja às boas relações sul-americanas. Mereceu-a Leopoldo de Freitas, por ter sido um grande entusiasta do panamericanismo, correspondendo-se com escritores do continente, cujas obras divulgava entre nós, assim como colaborando em revistas e jornais ibero-americanos, sobre assuntos de história e literatura brasileira.

Conhecedor da literatura eslava, dela se ocupou largamente em interessantes artigos.

Em 1910, ao lado dos acadêmicos de direito Alcebiades Delamare Nogueira da Gama, Romeu Petrochi, Alencar Piedade, Eurico Teixeira, Valério Vieira, Armando Prado, Alfredo de Assiz, Freitas Guimarães e outros, sob a presidência do comendador Norberto Jorge, tomou parte saliente nos festejos comemorativos do centenário de Alexandre Herculano.

Era sócio correspondente do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia de Lisboa, sócio efetivo, a principio, e mais tarde honorário, do nosso Instituto, assim como de alguns outros Institutos Históricos do país.

Deixou-lhe profunda impressão a passagem pela Escola Militar, a ponto disso transparecer em todas as manifestações de sua vida. Tinha grande amor por tudo que era militar. Não só conhecia bem a história militar do Brasil, mas raro era não escrever, seja no seu querido *Diário Popular*, seja em outro jornal, artigos comemorativos de datas nacionais, em que se celebra algum feito marcial, ou então biografias de vultos militares.

Seus dotes característicos foram o de orador fluente, culto, assíduo em festas de todo o gênero, e o de jornalista conhecedor do seu assunto, leve, cortês, sempre recordando fatos e nomes de amigos. Sobretudo, Leopoldo de Freitas era um homem original, desde o físico até às idéias. Seu rosto, sua gesticulação, a voz muito característica, até o modo de saudar os amigos, tudo nele era singular.

Suas atitudes deram lugar muita vez a saídas jocosas, contando-se dele numerosas anedotas. Muitas destas vão por conta das distrações de seu espírito, dando a impressão de que nem sempre Leopoldo de Freitas estava neste mundo.

Certa vez — narra Mário de Andrade — após lauto jantar, na fazenda de um amigo comum, conversavam todos, enquanto Leopoldo errava entre os livros da biblioteca, só uma ou outra vez pondo uma frase na conversa. Veio a falar-se de determinada pessoa, e Leopoldo, que continuava a entreter-se com os livros, a certa altura pergunta:

— Mas, afinal, de quem fulano é filho?

A pessoa questionada não era outra, senão o filho do próprio dono da casa.

Narra o mesmo escritor que certa senhora francesa tomou Leopoldo de Freitas para seu professor de vernáculo. Cada aula registava uma de suas distrações. Numa delas, estava a aluna compondo frases com palavras vindas no texto adotado. Ocorreu a palavra "soldado". E a senhora:

— O soldado é muito corajoso.

Leopoldo, ameaçador, retrucou-lhe:

— E é mesmo!

Espirito boníssimo, coração grande, alma aberta e sem segredos, era estimado por todos e mesmo figura popular, querida em todas as rodas, frequentando o que de melhor possuía o meio intelectual de São Paulo.

Foi grande amigo de Emílio de Menezes. Certa ocasião, e de improviso, o poeta perfilou o camarada neste soneto, que passou a figurar nas sátiras *Mortalhas — Os deuses em ceroulas*:

O rosto escuro em pontos mil furado,
Se lhe move da boca em derredor.
Não consegue um segundo estar calado
E é de São Paulo o tagarela mor.

Traz, de nascença, o todo avelhantado
De um macróbio infantil e — cousa pior —
Dá idéia de que já nasceu usado
Ou de que foi comprado no belchior.

Tudo nele é exagero, até a atitude
De saudar elevando o diapasão:
"Nobre amigo! Mui fuerte e de salude?"

No mais é um excelente amigalhão.
Mas que voz! É o falsete áspero e rude
De um gramofone de segunda mão.

Alem da verbosidade natural, sem dúvida concorreu na oratória de Leopoldo a impressão com que, no sul e no Rio-de-Janeiro, ouviu os grandes tribunos da monarquia, Gaspar da Silveira Martins, o famoso parlamentar a respeito de quem só se referia, com o máximo acatamento, declinando-lhe o título — o conselheiro Silveira Martins e José do Patrocínio, cujo verbo eloquente também recordava a miude. Ao primeiro deles sem dúvida deveu a firmeza de suas convicções monárquicas.

Sempre falava de improviso e sem se fazer de rogado. Por ocasião do centenário da Independência, quando eu era acadêmico de direito, ouvi-o num dos seus inflamados discursos, no consulado de Portugal, saudando o ministro dos Estrangeiros daquele país, o insigne escritor João de Barros. Parece-me ainda vê-lo e ouvi-lo. Leopoldo de Freitas, com os olhos fechados, sacudindo a cabeça e gesticulando, com ambos os punhos cerrados, falava copiosamente, com uma voz a sair mais pelas narinas do que pela boca. A cada passo, lá vinha a expressão *meu nobre amigo*, tão bem retracada no soneto de Emílio de Menezes. Foi um ótimo discurso. Não agradou apenas ao estudante, mas a todos os presentes. Da resposta de João de Barros é que pouco ou nada percebemos, porque o ilustre escritor português, alem de falar com os dentes cerrados, tinha o sotaque mais carregado que já ouvi.

Foi sócio efetivo deste Instituto, desde 1895, passando ultimamente para a categoria de sócio honorário. Foi sócio efetivo do Instituto Heráldico Genealógico. Na nossa *Revista* publicou dois artigos: *União centro-americana* (v. XX) e *O visconde de S. Leopoldo — Sua laboriosa existência. Alguns fatos e episódios* (v. XXX).

Nos *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense* (v. III, pp. 329 a 344), publicou o trabalho intitulado *Gaspar da Silveira Martins, tribuno do liberalismo. Resenha de épocas e episódios*. Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: O senador Florêncio de Abreu* (1921, pp. 307-311), *Barão do Triunfo* (1932, pp. 165/175), *Centro Gaúcho, em São Paulo* (1933, pp. 161/169), *Conde de Porto Alegre* (1933, pp. 143/154), *Político riograndense — conselheiro Antônio Eleutério de Camargo* (1934, pp. 293/297), *Múcio Teixeira na literatura nacional* (1934, pp. 189/194), *Memorável centenário* (1935, pp. 3/10), *Tradição histórica* (1935, pp. 97/101), *Cientista brasileiro — dr. Joaquim Caetano da Silva* (1936, pp. 121/125), *O almirante marquês de Tamandaré* (1936, pp. 277/280), *Marechal Salustiano* (1936, pp. 59/64). Publicou, ainda, *O senador José Bonifácio, na Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas* (1914, n. 37, p. 29); *A assembléa provincial riograndense, na Revista Brasileira, do Rio de Janeiro* (1935, v. VI, pp. 131); *Individualidade do marechal Caxias e Marechal da República. Algumas reminiscências. Floriano Peixoto*, ambos no *Correio Paulistano* (25-12-38 e 30-4-1939). Publicou também um curso abreviado de literatura e História Militar do Brasil.

Não se dedicou às letras jurídicas, todavia deu-nos mostra do que seria capaz, no opúsculo intitulado *Direito de intervenção*, estudo extraído do livro *Espírito e prática da constituição argentina*, de Julian Barraquero, (S. Paulo, 1895), na obra *Noções de direito público e constitucional* (Rio, Garnier, 1910) e no artigo *Jurisprudência no Brasil*, publicado na *Revista do Supremo Tribunal* (Rio, 1915, v. III, parte II, p. 191).

Extinguiu-se uma vida de tanto trabalho, em meio de grandes padecimentos e de privações, aos 25 de janeiro do corrente ano. Seus funerais foram feitos pelo Centro Gaúcho, desta capital, do qual era sócio fundador e orador oficial. Octogenário e valetudinário, escreveu até quase o último mês de vida. Sua morte foi uma grande perda para o Instituto.

JOSÉ FRANCISCO DE QUEIROZ TELES

Nasceu em Campinas, em 1874, na fazenda de seus pais, o tenente Francisco Antônio de Queiroz Teles e d. Gertrudes Angélica de Queiroz Teles.

Pertencia a ilustre família paulista, pois era neto dos barões de Jundiá, sobrinho dos condes de Parnaíba e dos barões de Anhumas e Japi.

Continuou as tradições de família também no tocante à profissão de lavrador. Aliás, a nobreza paulista foi recrutada entre os seus lavradores. Homem culto e viajado, possuía excelente memória, apreciando recordar com minúcias o passado histórico de Campinas e de Jundiá. Conhecia um a um todos os velhos e respeitáveis campineiros e judiaenses, dos quais sempre tinha para contar um episódio ou uma anedota. Gênio alegre, por vezes irônico, era daqueles com quem se podia conversar horas a fio, pois nunca se esgotava a longa

teoria de casos a narrar, nem tão pouco tinha azedumes ou manifestação de mau humor.

Na fazenda São João, estação de Mont Serrat, da linha ituana, organizara boa biblioteca, revelando a sua predileção por Voltaire, cujas obras completas ostentava, e por Napoleão, tal o número de obras ali recolhidas sobre o grande militar. Repositório excelente e excelente recreio de espirito era a coleção completa das *Lectures pour tous*.

Recebeu, certa vez, na Suíça, uma manifestação sem dúvida única no gênero. Em 1896, na aldeia de Sarnen, em plenos Alpes, várias famílias de antigos colonos suíços de seu avô, o barão de Jundiá, se reuniram e lhe ofereceram uma festa, em que os convivas todos conversavam em língua portuguesa. Recolha-se o fato em abono dos fazendeiros paulistas. Ali estavam antigos colonos, que, após amealharem economias, no Brasil, regresaram à pátria, sendo tão grande a sua gratidão, que a manifestaram pela forma referida. O fazendeiro paulista foi sempre excelente patrão. A prova ainda está nos colonos helvéticos, que continuaram entre nós. Os aqui chegados em 1854, e que aqui morreram, deixaram descendência e bens e posição social.

José Francisco de Queiroz Teles foi discreto estudioso das cousas do nosso passado e amante da tradição. Do seu arquivo, doou ao nosso Instituto, do qual era sócio efetivo, a parte política, em que figuram a correspondência do duque de Caxias, do visconde de Monte Alegre e dos presidentes da provincia, na época da Revolução de 1842, em que o barão de Jundiá permaneceu fiel ao governo. Foi ele que arranjou os animais e providenciou subsistência para as tropas de Caxias, em Campinas e Jundiá.

Fez doação ao nosso prezado consócio Frederico Brotero da parte de seu arquivo, em que figuram os assuntos de família, as contas de venda e a correspondência, em que são interessados, o barão de Itapetininga, o barão de Japi, o visconde de Monte Alegre, o conselheiro Nébias, José Bonifácio, o moço, o barão de Sousa Queiroz, o barão de Iguape e outros.

Foi sócio efetivo do Instituto Heráldico-Genealógico.

Queiroz Teles deixou todo anotado de seu punho o seu exemplar de frei Gaspar da Madre de Deus.

Foi um dos fundadores do Partido Democrático de S. Paulo e do Partido Municipal de Araras, porem nunca deixou de ser um monarquista convicto. Uma das últimas visitas, que recebeu, foi a do principe D. Pedro de Alcântara, recentemente falecido, acompanhado pelo nosso consócio, dr. Ricardo Gumbleton Daunt. Foi não só visitá-lo, mas ainda ouvir-lhe a narrativa de cousas velhas de Campinas e de Jundiá. Ocorreu o seu falecimento, no dia 6 de fevereiro do corrente ano.

General dr. JOSÉ MARIA MOREIRA GÜMARÃES

Filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e de d. Inácia Maria de Assunção Moreira Guimarães, nasceu ele em Sergipe, aos 4 de novembro de 1864.

Assentou praça no Exército, a 18 de fevereiro de 1888, matriculando-se na Escola Militar. Alferes-aluno, no ano da proclamação da República, prestou-lhe serviços que lhe grangearam rápidas promoções a 2.º e 1.º tenente e a capitão. Sua carreira militar foi bri-

lhante, galgando até o posto de general, havendo desempenhado importantes comissões, principalmente a da compra de material de guerra, na Alemanha, e a de adido militar no Japão, por ocasião da guerra russo-japonesa, por ele acompanhada com grande interesse. Foi chefe de gabinete da extinta Intendência da Guerra e do Departamento da Guerra, diretor da antiga fábrica de armas, comandante da Escola Militar e de vários outros corpos, em mais de uma Região.

Representou Sergipe na Câmara Federal, durante uma legislatura.

Engenheiro militar, bacharel em matemáticas e ciências físicas e naturais, doutor em filosofia, foi sócio fundador da sociedade de geografia e seu presidente, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio honorário do nosso Instituto e correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos da Paraíba e de Sergipe, das Sociedade de Geografia de Lisboa e de Tóquio, grão-mestre da Maçonaria, professor e diretor da Faculdade de Filosofia, antiga instituição existente no Rio de Janeiro, membro do Comitê Central da Sociedade Positivista Internacional, membro do Instituto Brasileiro de Cultura. Foi um dos secretários do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia.

Sempre devotado ao estudo, chegou a fazer o curso de medicina até ao 5.º ano.

Alem de vários trabalhos inéditos, deixou o General Moreira Guimarães 16 obras, dentre as quais salientamos: *Jogo de guerra, Organização militar, A propósito da 1.ª batalha de Tuiuti* (Conferência, 1923), *Nôções de artilharia* (2.ª ed., 1898), *Escritos militares* (1900), *Disciplina militar e liberdade humana* (1902); *Fragments* (1915), *Organização da Força Pública* (1916), *Variações filosóficas* (1920). Seu último livro publicado foi *A grande concepção de Deus*.

Colaborou em diversos jornais, principalmente no *Diário Popular*, desta capital.

Sua estada no Japão ficou assinalada pelo fruto que dela soube colher, havendo publicado dois livros a respeito: *No extremo oriente* (1.ª ed., 1908, 2.ª ed. 1936), e a *Guerra russo-japonesa*. Chegou a falar a língua japonesa.

Duas personalidades exerceram grande fascínio sobre seu espírito em formação. Seu professor Benjamin Constant, de quem foi um dos discípulos diletos, e Floriano Peixoto, pela bravura militar e patriotismo revelados por ocasião da revolta de 1893. Nesta, o capitão Moreira Guimarães comandou com denodo unidades militares fiéis ao presidente da República. Faleceu no dia 11 de fevereiro do corrente ano. Salientou-se, dentre os contemporâneos, pelas singulares qualidades a que nos referimos.

Dr. RICARDO SEVERO DA FONSECA COSTA

Ricardo Severo, - nosso ilustre sócio honorário, faleceu nesta capital, aos 3 de abril, na idade de 71 anos, pois nasceu na cidade de Lisboa em 6 de novembro de 1869. Foram seus pais José Antônio da Fonseca Costa e d. Mariana da Cruz Fonseca Costa.

Bem cedo já se revelou o perquiridor de assuntos sérios e difíceis, dedicando-se aos estudos de antropologia e de arqueologia, com tal êxito, que aos 17 anos via acolhidas as suas investigações científicas, na *Revista de Guimarães*. Referiam-se ao resultado de suas pesquisas na estação romano-lusitana de Bagunte. Por essa época, funda com um grupo de amigos uma sociedade para o es-

tudo e propaganda das ciências naturais e sociais em Portugal. E de 1888 o seu primeiro livro sobre as *Idades pré-históricas da Espanha e de Portugal*.

Na Escola Politécnica do Porto, em 1890, formou-se engenheiro de obras públicas e de minas. Logo no ano seguinte, havendo tomado parte na revolução republicana de 31 de janeiro, veio Ricardo Severo para o Brasil, dirigindo-se a esta cidade, onde fixou residência. Desde o começo, escreveu alguns artigos sobre assuntos históricos, no *Correio Paulistano*, de crítica ao Museu Sertório, que passara para o Estado, demonstrando a carência da documentação etnográfica e prehistórica, assim como de peças de interesse para as ciências naturais, de que é tão rico o país. Principalmente por tratar de assunto de sua especialidade, desde logo foi notada em nosso meio a presença do ilustre cientista e a sua palavra autorizada influiu para a criação pelo governo do Museu do Ipiranga.

Teve ingresso no escritório técnico do inolvidável Ramos de Azevedo, o grande arquiteto campineiro, que nele encontrou por assim dizer, o complemento de sua pessoa, e em Ramos de Azevedo teve Ricardo Severo, por sua vez, o complemento da sua personalidade. A competência de ambos e outras qualidades que os fizeram excepcionais no nosso meio — que, devido ao rápido progresso da cidade, atraía notáveis arquitetos — ficou provada não apenas em monumentais construções, mas também em centenas de casas de habitação de todos os tamanhos.

Nesta cidade, contraiu matrimônio na família Santos Dumont, vindo a ser cunhado do grande inventor do aeroplano, Alberto dos Santos Dumont.

Após seis anos de sua chegada ao Brasil, regressou a Portugal, no dizer de Carlos Malheiros Dias “para reencetar a interrompida carreira de arqueólogo e historiador, fundando a revista *Portugália*, esse verdadeiro monumento de erudição e relicário de amor pátrio, que, a todos era licito supor, ocuparia e gloriosamente absorveria até à velhice os labores mentais do grande animador da arqueologia portuguesa, e no qual saudou um dos fundadores da prehistória lusitana. Durante dez anos, de 1899 a 1908, *Portugália* recolheu a obra científica do dr. Ricardo Severo, cuja erudição e probidade lhe grangearam merecido renome. Por ele, a sua modéstia não ia além de lhe dedicar uma saudade toda especial, não deixando nunca de se referir à orientação tradicionalista impressa ao periódico. Foi o princípio que dominou a sua campanha nas artes, nas ciências e na política.

Disse ele que continuou, no Brasil, para aonde de novo regressou, o mesmo apostolado tradicionalista, “estabelecendo essa mesma base constitucional da tradição étnica e histórica, num período de demolição e renascimento, para que se não destruísse, nas artes creadoras, a essência da nacionalidade”.

O escritório do dr. Ramos de Azevedo, a que pertenceram também o artista Domiciano Rossi, o engenheiro Arnaldo Dumont Vilares, continuador dos mestres, e uma pléiade de colaboradores, engenheiros, arquitetos, artistas e profissionais de várias especialidades, além de ter sido verdadeira escola de técnicos, teve alto merecimento urbanístico, pois dotou S. Paulo de notáveis e sólidos edifícios: Secretarias da Agricultura e Fazenda, o Palácio da Justiça, a Escola Normal, a Politécnica, o Colégio de Sion, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, Asilo de Meninas Orfãs Nossa Senhora Auxiliadora

(Ipiranga), o Liceu Franco-Brasileiro, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, o Quartel da Luz, a Penitenciária do Estado, hospitais militares e civis, Correios e Telégrafos, Beneficência Portuguesa, edifício primitivo da Sorocabana, Palácio das Indústrias, Teatros Municipal, Santana e D. Pedro, Mercado Municipal, Palácio do Comércio. Fora de São Paulo, dentre numerosas construções, saientamos a reforma do Palácio Guanabara, no Rio, o edifício da Beneficência Portuguesa de Santos e de Campinas, o Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora, também de Campinas, a catedral de Lorena.

Não se trata, porem, de recordar um edificador afortunado e que soube grangear confiança. Não. Muito mais do que isto, cultuamos o artista e o patriota, tal se pode dizer de quem, porisso que é português, está tão perto do brasileiro, e, por integrar-se no nosso meio, verdadeiramente brasileiro foi. Assinalou o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico Brasileiro, na erudita conferência sobre este nosso consócio, proferida no Gabinete Português de Leitura, do Rio-de-Janeiro, que "o maior título de glória de mestre Ricardo Severo é o seu apostolado em prol da arte tradicional do Brasil".

Como técnico e como amante das nossas cousas, enveredou firmemente para o *estilo colonial, o barroco-jesuitico, que demonstrou em conferências e artigos, não só ser o mais recomendado para o nosso clima e as nossas necessidades, como ainda o que melhor recorda o nosso passado.*

Foi o que sustentou, escrevendo *Da arquitetura e habitação nos climas quentes — Tipos gerais e regionais*, no quarto Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro, em 1908. E o que está em seu artigo *A tradição*, inserto na *Revista* do nosso Instituto (1911). Na sociedade de Cultura Artística, proferiu duas conferências sobre *A arte tradicional no Brasil — A casa e o templo* (1914/1915). No Gremio Politécnico, ainda versou o mesmo tema (*Revista do Brasil*, 1917, t. IV, pp. 394 as 424). Por ocasião do centenário da Independência, escreveu para o *Estado de S. Paulo* um estudo intitulado *Da arquitetura colonial no Brasil*, voltando ao mesmo assunto no mesmo jornal, em 1926 (15 de abril), e, no ano seguinte, sobre *A restauração da igreja da Ordem Terceira do Carmo*.

Não era só o edificador. Quando se tratava da demolição de um edifício velho para em seu lugar erguer o novo, meticulosamente estudava o seu histórico, atentamente inspecionava a antiga planta, os motivos arquitetônicos, a armadura do velho telhado, o tabique das paredes interiores, a maneira por que foram feitas as fundações. E confessa que muita cousa aprendeu em tais demolições e muitas outras elas lhe sugeriram.

Prova disto é o seu artigo escrito para a *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo* (1938, fasc. I, pp. 12 a 27), acompanhado de numerosas ilustrações, como sempre costumava fazer em seus trabalhos. Ocupa-se, nele, com *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo — 1643-1937*, demolida e reconstruída por Severo & Vilares, não logrando Ricardo Severo a fortuna de ver concluído o edificio, pois além de algumas salas, ainda lhe falta o grande salão de atos, com o anfiteatro, as tribunas e o local reservado à congregação. Depois de se ocupar com as nótulas históricas, cuida da arquitetura primitiva, em que ele salienta o pátio das Arcadas, em torno do qual se fizeram algumas das tradições nominais da vetusta Universidade de Coimbra, com "os gerais" como eixo das "aulas maiores"

e "menores", a sala dos "atos grandes" e "capelos". O pátio das arcadas é célebre na vida anedótica de veteranos e calouros, com as suas troças e trotes, e por onde, austeros, perpassam os mestres, revestidos de suas becas negras.

Dos materiais e processos de construção, disse que a principal matéria prima que concorreu para a avantajada fábrica desta edificação foi a própria terra do solo paulista, transformada em taipa, mistura de humus e saibros, apiloada em camadas sobrepostas em formas corridas de tábuas, constituindo as espessas paredes do grande sobrado. Aludiu às reformas e ampliações do velho edifício, entre as quais a consequente ao incêndio que, em 16 de fevereiro de 1860, consumiu o arquivo da Academia. Nada esqueceu do histórico da velha casa. Passa, a seguir, a expor o plano do novo edifício, que havia de recordar exatamente a arquitetura luso-brasileira dos fins do século XVIII, ao raiar da Independência, acentuando ser a mais digna do edifício público a que se prendem as mais lídimas memórias da cultura paulista.

Projeteu a fachada em três corpos avançados sobre dois outros em recuo, cujo aspecto de mais calma uniformidade constitui o fundo sobre que sobressaem os motivos principais destinados a dar à arquitetura do edifício o caráter monumental que lhe compete. O do centro compreende o pórtico de seu ingresso principal, com um alto embasamento de cantaria, no qual se abrem os três arcos da entrada, servindo de soclo a uma colunata composta, que suporta o frontão curvo de recorte colonial. Os corpos secundários têm como motivo dominante uma grande janela com balcão, ornamentada com os motivos dos portais modelados pela arte característica do Aleijadinho. Os motivos ornamentais, diz ele que são de verdadeira arte brasileira, terminando por afirmar que o novo edifício da Faculdade de Direito constituirá um padrão nacional, em consonância com o progresso da nossa cidade.

Outro grande empreendimento a que esteve ligado o nome de Ricardo Severo é o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, fundada em 1873 pelo conselheiro Carlos Leônico da Silva Carvalho, catedrático da Faculdade de Direito. Fez-lhe o histórico, em 1934, modestamente omitindo o valor de sua contribuição, considerável e profícua, principalmente depois da morte de Ramos de Azevedo, a quem sucedeu na direção. Além das oficinas, em que se executam trabalhos os mais variados, todos da mais fina arte, mantém esta instituição um curso noturno gratuito, frequentado por mais de 1.200 alunos. Todas as noites, com carinho e sem medir sacrifício, o dr. Ricardo Severo ia inspecionar o funcionamento das aulas. Essa casa da arte de São Paulo, ou primeira Universidade nacional, livre e popular do trabalho, muito lhe deve. Em discurso, transcrito no referido livro, disse aquele nosso consócio: "Lavradores, operários e artífices de toda a espécie, gente de trabalho, inteligente, competente e útil, eis do que precisa o país brasileiro para a sua progressiva valorização."

Figura preeminente da colônia portuguesa, no Brasil, era solicitado com frequência para falar em solenidades nacionais, nas principais agremiações portuguesas, tendo proferido numerosos discursos e conferências, no Centro Republicano Português de São Paulo, no Centro Republicano Português de Santos, na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, no Clube Português de São Paulo.

De portugueses e brasileiros, em 1932, foi alvo de afetuosa e

solene homenagem, tendo sido recolhidos em volume as orações proferidas por Carlos Malheiro Dias, Roberto Moreira, Marques da Cruz e pelo homenageado, publicação que termina por uma bibliografia da fecunda produção de Ricardo Severo. Depois disto, como patriarca da colônia, saudou o presidente do Gabinete Português de Leitura do Rio-de-Janeiro, por ocasião do primento centenário desta benemérita instituição, ocorrido no dia 15 de maio de 1937. Há pouco, a 17 de junho de 1939, quando os portugueses do Brasil homenagearam o presidente Getúlio Vargas, naquele mesmo recinto, ainda desta vez o porta-voz de seus conterrâneos foi o grande arquiteto e culto escritor.

De seus últimos trabalhos históricos, proferidos nesta casa, a convite do Instituto, salientamos as duas conferências pronunciadas na série com que o nosso Instituto comemorou o quarto centenário vicentino, em 1932, intituladas: *A expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI* e *Lendas e quimeras da epopêia marítima portuguesa*. Na solenidade da pedra inaugural do padrão oferecido pela colônia portuguesa de Santos e S. Vicente, a propósito do mesmo centenário, fez um discurso sobre *O padrão vicentino*.

Foi sócio do Instituto Heráldico-Genealógico, desta cidade.

Sócio efetivo deste Instituto, desde 1911, por proposta em primeiro lugar assinada pelo presidente perpétuo, dr. Torres de Oliveira, foi Ricardo Severo elevado à categoria de sócio honorário, em 1933. Colheu-o a morte, quando ainda muito dele esperava o Instituto. Aqui fica o nosso preito de gratidão e de saudade. Muito enalteceu o nosso sodalício.

DR. JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ

Filho do tenente-coronel Manuel Elpidio Pereira de Queiroz e de d. Miquelina de Sales Queiroz, descendia de velhas e conhecidas famílias de Jundiá, por parte de seu pai, e de Campinas, por parte de sua mãe, que provinha de fundadores da cidade. Formou-se em direito, em 27 de fevereiro de 1886 pela nossa Academia. Foi membro do Clube Republicano Acadêmico, de cujo órgão era redator.

Sempre exerceu a profissão de advogado, iniciando o tirocínio na cidade de Amparo, no escritório do chefe republicano dr. Bernardino de Campos.

No governo de Américo Brasiliense, em 1891, recusou a inclusão de seu nome na chapa de candidatos à Câmara dos Deputados, ocupando cargos políticos após a queda daquele presidente e ascensão de Cerqueira Cesar, que o nomeou terceiro delegado de polícia da capital.

Foi eleito deputado ao Congresso do Estado, nas legislaturas de 1892, 95 e 98, quando passou a ocupar o cargo de secretário de Estado do Interior e Instrução Pública e da Justiça e Segurança Pública, durante o governo do saudoso e íntegro coronel Fernando Prestes, de novembro de 1898 a 1.º de maio de 1900.

Retornou à Câmara dos Deputados pelo 6.º distrito, cuja sede era Campinas, nas legislaturas de 1907, 1910 e 1913, sendo eleito senador em 1915, tendo deixado de frequentar o Senado dois anos depois, embora o seu mandato só terminasse em 1922.

Tomou parte nas dissidências chefiadas por Prudente de Moraes e por Júlio de Mesquita, dos quais sempre foi companheiro dedicado e leal.

Foi um dos organizadores do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de S. Paulo, mais tarde transformado no atual Banco do Estado. Foi seu consultor jurídico, em cujas funções se aposentou, depois de um trabalho de mais de trinta anos de advocacia de Bancos, pois já havia prestado serviços ao Banco de Crédito Real. Muito lhe deve a lavoura pelos seus esforços nesses cargos. Mostrava-se rigoroso no exame dos papéis comprovantes da propriedade imóvel, muito tendo concorrido para a regularização e legalização dos títulos de domínio. Por outro lado, o seu espírito de minúcia e a sua argúcia de advogado concorreram para que se evitassem muitas demandas. Faleceu, no dia 17 de maio do corrente ano, cercado da estima de numerosos parentes e amigos, entre estes se incluindo os seus consócios do Instituto.

Coronel ANTONIO FELIX DE ARAUJO CINTRA

Natural de Bragança, deste Estado, o coronel Antonio Felix de Araujo Cintra iniciou sua carreira política em sua cidade natal, onde era conceituado e adiantado agricultor.

Em 1895, foi eleito vereador à Câmara Municipal, mais tarde ascendendo à presidência do legislativo daquela cidade. Foi oficial de gabinete do Secretário da Agricultura e deputado à Câmara Estadual. Neste como nos outros cargos por ele ocupados, prestou sempre os mais assinalados serviços à causa pública. Prova de sua atividade é o projeto de lei, que creou a policia sanitária animal, assim como o projeto de lei relativo às concessões de estradas-de-ferro.

Inteligência brilhante, bondade comunicativa, contava largo círculo de relações em todo o Estado.

Prestou excelentes serviços à Diretoria de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura, de que foi diretor, posto em que se aposentou.

Desde 1931, era nosso sócio efetivo, sendo com pesar que recebemos a notícia de seu falecimento, ocorrido no dia 15 de julho do corrente ano.

Dr. TACITO DE ALMEIDA

Nasceu Tácito de Almeida no dia 14 de julho de 1899, na cidade de Campinas, que tantos filhos ilustres tem dado ao Brasil. Filho do grande jurisconsulto e meu saudoso professor, na Faculdade de Direito de São Paulo, dr. Estevão de Araujo Almeida, já falecido, e de d. Angelina de Andrade Almeida, Tácito matriculou-se na nossa Academia, salientando-se, desde o primeiro ano, pela sua inteligência excepcional, pelo amor ao estudo, pela bondade de coração, por um caráter retilíneo e sobretudo por acendrado espírito cívico, que o levou a tomar parte em memoráveis campanhas.

A guerra de 1914 deixou viva impressão nos países sul-americanos sobre a sorte que lhes estava reservada, caso se não despertasse neles o patriotismo, solidamente assentado sobre a moralidade pública, sobre o ressurgimento intelectual e o serviço militar. Vários brasileiros eminentes isto compreenderam e imediatamente empregaram o seu prestígio pessoal para o alevantamento nacional. Dentre todos, mais se notabilizou a ação de D. João Neri, bispo de Campinas, de grande prestígio social em todo o país, amigo íntimo e conselheiro do presidente da República, Venceslau Brás, e de Olavo

Bilac, o inspirado poeta, recém-chegado da Europa e que exercia verdadeiro fascínio sobre os nossos jovens. Este último, em famoso discurso, proferido na Faculdade de Direito de S. Paulo, entusiasmou os acadêmicos, pregando o amor ao Brasil e a organização militar da mocidade. O estudante Tácito de Almeida foi um dos mais ardorosos paladinos desse movimento, havendo feito discursos e conferências de propaganda.

Logo nos primeiros anos de seu curso, participou da iniciativa da fundação do Grêmio Literário Alvares de Azevedo, entre cujos objetivos figurava a manutenção de uma escola primária de alfabetização, inteiramente gratuita, destinada às crianças pobres e desprotegidas. Nela foi mestre-escola Tácito de Almeida, de uma dedicação exemplar, de uma assiduidade de maravilhar, muita vez deixando de seguir os colegas de ano, que, prazenteiros, se dirigiam a festas acadêmicas ou a folguedos tão próprios de sua idade e tão necessários ao recreio do espírito. Para ele era um dever cívico lecionar gratuitamente aqueles meninos, que o infortúnio de outro modo votaria à mais crassa ignorância.

Quando, a 27 de julho de 1917, se fundou nesta capital a Liga Nacionalista, o jovem acadêmico viu logo o seu lugar entre os primeiros a se inscreverem, tendo-o feito com aquela disposição de ânimo e com aquele ardor já revelados em suas atitudes anteriores e que nunca desfaleceram, em toda a sua vida, sempre que aquelas idéias prediletas reuniram um pugilo de lutadores incansáveis. Foi um dos mais ativos propagandistas de todos os pontos do programa, com que surgiu a Liga Nacionalista. Assim, recomendando aquela instituição a candidatura de Rui Barbosa à presidência de República, ele, que já era grande admirador do notável brasileiro, tomou parte em toda a campanha de propaganda, proferindo, nesta capital e em diversas cidades do interior do Estado, conferências e discursos, primorosos no fundo e na forma. O fervor se lhe não arrefeceu, por ocasião de nova campanha política, já agora visando à candidatura do cientista Luiz Pereira Barreto ao Senado Estadual.

Fora destes movimentos de finalidade especial, tomou parte, ainda, nas campanhas da Liga Nacionalista em prol da educação popular, da higiene popular e do voto secreto.

Já depois de formado, Tácito de Almeida participou ativamente da organização da "Semana de arte moderna", que, em fevereiro de 1922, marcou a revolução modernista na arte brasileira. Pensamento nascido de pequeno grupo de intelectuais, que se reunia na Casa Editora "O Livro", do conhecido livreiro Jacinto Silva, à rua 15 de Novembro, produziu logo a maior agitação. Do grupo inicial faziam parte, entre outros, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Osvald de Andrade, Antônio Carlos Couto de Barros, Di Cavalcanti, Vitor Brecheret, Paulo Prado, Tácito de Almeida, etc., poetas, escritores, pintores, escultores.

Consistiu a Semana numa exposição de arte moderna, no saguão do Teatro Municipal (escultura, pintura, arquitetura, etc.), e em conferências, recitativos, concertos, que atraíram grande multidão, tomada de viva curiosidade, mais disposta a vaiar que a aplaudir, e que, sem compreender o sentido do movimento renovador, nacionalizador — digamos assim — da nossa literatura e da nossa arte, a todos apelidava, indistintamente, de *futuristas*... Escritores de todo o país acorreram ao certame, que se lançou sob a

chefia de Graça Aranha. Foi um escândalo: mas um escândalo, que também teve boas consequências.

Outro fruto da Semana, tão interessante quanto ela própria, foi o aparecimento da revista *Klaxon*, nome tirado da buzina dos automóveis, e que, no novo periódico servia de advertência aos intransigentes partidários de uma literatura passadista. *Klaxon* não tinha redação nem administração: partia de um grupinho, ao depois denominado *O grupo Klaxon*, que se reunia a miude no escritório de advocacia de Tácito de Almeida e Antônio Carlos Couto de Barros, num sobrado da rua de São Bento, hoje demolido, situado bem em frente à Casa Alemã. Foram seus componentes principais: Guilherme de Almeida, Tácito de Almeida, Antônio Carlos Couto de Barros, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, um punhado de "abnegados", que faziam, inteirinha, a revista. Chegou ela a atingir o seu nono número. Extravagantíssima de aspecto: Guilherme, Tácito, Couto, Rubens e Sérgio iam pessoalmente à Tipografia Paulista, de José Napoli, à rua da Assembléia, 56, e, com paciência inaudita, percorriam todas as caixas de tipos, de vários corpos, com a preocupação da escolha das letras mais vistosas, afim deles mesmos comporem a capa "horripilante", em que surgiam os efeitos mais imprevisos. Distribuíam e paginavam o texto, toda a composição da revista se caracterizando principalmente pela ausência de maiúsculas. Nesta minúcia, já alguém enxergou um símbolo democrático, como a traduzir as convicções políticas dos componentes do grupo. A ausência de maiúsculas foi, depois, usada e abusada pelos próprios adversários e detratores de *Klaxon*. Não obstante ser revista de pequena tiragem, foi entretanto a única publicação nacional, no gênero, que teve repercussão na Europa e nas Américas. Contava com representantes na Bélgica (Roger Avermaete, em Antuérpia), na França (Charles Baudouin, em Paris), na Suíça (Albert Ciana, em Genebra), na Espanha (o grande poeta Guillermo de Torre, em Madrid) e em várias capitais brasileiras. Do corpo de colaboradores faziam parte os maiores nomes nacionais modernos (Graça Aranha, Guilherme de Almeida, Paulo Prado, Ronald de Carvalho, Mário de Andrade, Ribeiro Couto, Mota Filho, Manuel Bandeira, etc.) e muitos estrangeiros (Roger Avermaete, Bob Claessens, Joseph Billiet, Charles Baudouin, Nicholas Baudouin, Marcel Millet, Henry Mugnier, Henry Spiess, Guillermo de Torre, Claudius Caligaris, Gaetano Cristaldi, Antônio Ferro).

Tácito de Almeida era dos mais assíduos colaboradores em prosa e verso. Em prosa, com comentários espirituosíssimos, chegando mesmo à irreverência moça e sadia, nas *Luzes e Refrações*; e em poesia, assinando o pseudônimo de *Carlos Alberto de Araujo*, publicou algumas páginas do seu livro, então ainda inédito, intitulado *Tunel*.

Passamos a apresentar três das suas poesias:

A MESMA TEMPESTADE

1

Os relâmpagos chicoteiam com fúria
os cavalos cinzentos das nuvens,
para chegar mais depressa à terra.

As trovoadas longínquas parecem
caminhões cheios de água em disparada
por velhas ruas mal calçadas.

E o vento rasteiro,
vestido de poeira,
passa faminto como um cão,
farejando a terra.

II

A chuva já passou.
A noite límpida é um menino
saindo de trás das montanhas.

E ele vem correndo, vem correndo,
alegremente,
todo molhado.

Os homens assombrados,
julgando-o perdido,
estavam já desanimados.

Mas, ele vem correndo, vem correndo,
alegremente,
todo molhado.

Vem correndo... E, quando encontra
os homens cheios de olhares,
ela para e estende os braços úmidos,
e vai espalhando pelo céu,
cheio de orgulho,
os mil pedaços ainda moveis.
da verde cobra fosforescente
que matou na floresta, atrás das montanhas...

SALVAR

Mais um desejo, amigo!
É preciso soltar
pelas florestas frias e adormecidas
todos os nossos desejos tímidos,
procurando mesmo assombrá-los,
para que fujam, para que corram
e se desviem por todos os lados...

Mais um desejo!
É preciso que a pálida vida,
nos seus longos passeios desoladores,
encontre também um desejo perdido
que ela saiba salvar...

TEMPESTADE

Princípio de tarde. Carnaval no céu.
Máscaras negras, máscaras brancas,
máscaras cinzentas,
o sol experimenta todas as máscaras,
até que se esconde sob uma delas
e não aparece mais.

Desvairamento invisível.
Serpentinas de relâmpagos
atravessam o espaço.
E atrás dos montes longínquos,
mãos imponderáveis, mãos pobres
procuram em vão recolhê-las.

Serpentinas, mais serpentinas!
E as nuvens rápidas
agitam-se tanto,
tão nervosamente,
que já não têm mais forças.

Pobres braços desarticulados,
braços cansados,
descendo sem querer...

E a chuva fria cai, cai longamente,
cheia do perfume das folhas lustrosas,
cheia de éter, vaporosa,
cheia de céu...

E a chuva fria cai, cai docemente,
cada vez mais calma, cada vez mais fria,
até morrer...

E o magro céu, branco como um palhaço,
ergue e começa a arquear sobre a cidade
o arco-iris alegre e violento,
sob o qual vai passar triunfalmente,
nos cavalos lustrosos da noite,
o préstito invisível dos astros...

E a poesia de Tácito de Almeida, toda ela, "livre". Conservador na forma (a linguagem), não o era na fórmula (a métrica). Dir-se-ia que não há ritmo nesses seus versos?... Engano! Poeta espiritualista, "íntimo", o seu ritmo é mais da idéia que das palavras. Todas as suas concepções — mesmo as descritivas, como essa *Tempestade* — são profundamente filosóficas. Nele, antes e acima de tudo, é tudo *símbolo*. Tudo, nele, antes e acima de tudo, tem *segunda intenção*. Não é uma poesia popular a sua: é, antes, uma poesia de escol.

A esse tempo, Tácito de Almeida contava apenas 24 anos. A sua feição literária, definiu-a bem em artigos escritos n'A *Gazeta*. Pela cultura e pelo talento, foi digno filho do prof. Estevão de Almeida e digno irmão de Guilherme de Almeida, laureado poeta da Academia Brasileira de Letras, da Academia Paulista de Letras e nosso consócio.

Na atividade política, além do que já aludimos, salientou-se ele como um dos fundadores do Partido Democrático e do seu órgão de imprensa, o *Diário Nacional*, de que foi um dos redatores principais. Artigos vibrantes, por vezes impetuosos, eram os de sua lavra, revelando coerência com o seu passado e fidelidade ao ideal.

Depois da revolução de outubro de 1930, foi fundador da Liga de Defesa Paulista, de tão grande influência na campanha constitucionalista e de decisiva importância para a deflagração do movimento revolucionário de 1932. À revolução emprestou o melhor de suas atividades físicas e intelectuais. Podendo prestar serviços também de valor, em posições mais cômodas e menos arriscadas, preferiu Tácito de Almeida os postos de sacrifício, indo tomar parte ativa na refrega dos combates. Entendeu que só lhe cabia ir para a linha de frente. Marchou, ao lado de alguns amigos, no batalhão da Liga de Defesa Paulista, de que foi um dos organizadores, sob o comando do major Virgílio, do primeiro batalhão da Força Pública. No posto de 2.º tenente, salientou-se, lutando como um bravo, no combate de Cunha, havendo sido o seu nome elogiado em ordem-do-dia.

Militou também no ensino superior, pois foi um dos fundadores e organizadores da Escola de Sociologia e Política, cabendo-lhe uma das mais importantes cadeiras, a de Ciência Política, no 2.º ano.

Foi notável professor. Exposição fácil, irradiante simpatia pessoal, tornava atraente a matéria versada, ainda que se referisse aos mais árdios problemas abstratos da Política. Para prová-lo ficaram as suas preleções taquigrafadas e que, não obstante a carência da voz que as proferiu e do magnetismo pessoal do mestre, oferecem-nos ensinamentos esplêndidos e doutos sobre a matéria.

No começo de seu curso, em 1934, justificou o ensino da cadeira que ia professor, salientando que, nas Faculdades de Direito, se cifra geralmente a análise do problema do Estado à exclusiva face normativa. São cursos de direito constitucional, isto é, aos juristas só lhes interessa a interpretação da lei constitucional. "Não se interessam propriamente pelo Estado, como órgão de atuação na vida social, mas por um dos produtos desse órgão, os preceitos constitucionais". Criticou-a como concepção estreita, da qual derivam males tanto para os estudantes como para a coletividade. "Habitua-os a ver no Estado o produto de normas de comportamento — disse em sua primeira aula o professor Tácito de Almeida — os juristas deixam seduzir-se por uma idéia que, em sua simplicidade, parece apta a tudo explicar: a idéia da onipotência do Estado. Assim, a regra de direito é encarada apenas como o resultado da vontade soberana do Estado". E prosseguia, sustentando, com os lampejos de seu belo espírito, a insuficiência da só análise da Constituição, insuficiência em satisfazer tanto as exigências do espírito como as necessidades sociais.

É com prazer que registo a sua orientação, pois, mesmo antes de a conhecer, foi a por mim seguida, o ano passado e neste ano, na minha cátedra da Faculdade de Direito de São Paulo. Tanto é a melhor orientação, que há cerca de um mês o Governo Federal desdobrou a antiga cadeira de Direito Público e Constitucional, em duas outras, a de Teoria geral do Estado e a de Direito constitucional.

Não obstante algumas profundas divergências doutrinárias, só podemos salientar o valor e a cultura do jovem professor da Escola

Livre de Sociologia e Política de São Paulo, tão cedo roubado à cátedra e ao seio de um corpo docente de escol.

Sua profissão foi a de advogado, e o era dos mais distintos e cultos do nosso foro, exercendo as funções de consultor jurídico da Federação das Indústrias, do Instituto de Engenharia e da Associação Comercial. Como historiador, Tácito de Almeida entrou para o nosso convívio a 21 de agosto de 1933, tornando-se sócio efetivo, em 1937, figurando como primeiro proponente o dr. Torres de Oliveira. Era um grande estudioso da história de S. Paulo, havendo publicado o trabalho denominado *O movimento de 1887*.

Foi também sócio do Instituto dos Advogados e do Clube Piratininga.

Em plena mocidade, revelada na compleição física, na inteligência lúcida, no entusiasmo transbordante, faleceu aos 41 anos de idade, no dia 3 de setembro do corrente ano. A sua memória viverá conosco.

E, assim, meus caros consócios, no ano social ontem findo, perdemos oito companheiros, que nos legaram exemplos de virtudes cívicas e de cumprimento do dever, todos eles trabalhadores desta mesma obra de amor à tradição, de culto ao passado, de colheita dos dados da experiência, a-fim-de que, pela razão e pelo sentimento, possamos continuar esta obra, que é a do Instituto, de perpetuação dos fatos históricos e dos grandes homens do Brasil.

RELATÓRIO DE 1940

Srs. Consócios:

Durante o ano social de 1940 o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo desenvolveu apreciável atividade, como se verifica do relatório apresentado pela sua diretoria, na sessão inaugural dos trabalhos deste ano, no dia 25 de janeiro, e que publicamos a seguir.

“Em cumprimento do que estabelece, em seu artigo 21, letra “e”, os estatutos deste sodalicio, submetemos à vossa apreciação o relatório da atividade social relativa ao lapso de 25 de janeiro a 1.º de novembro de 1940.

SESSÃO INAUGURAL — Retomando o curso de seus trabalhos plenários em 25 de janeiro, comemorou o Instituto a ocorrência do 386.º aniversário da fundação desta cidade. Por não terem sido feitos convites especiais, faltaram a essa sessão inaugural a solenidade e o brilho das anteriores, o que se compensou, todavia, pelo debate e exame de assuntos de relevância, tendo usado da palavra os consócios srs. drs. Omar Simões Magro, Felix Gulsard Filho, Domingos Laurito e Geraldo Rúffolo. Em seguida, o sr. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial, pronunciou, de improviso, notável discurso alusivo à data da fundação de São Paulo.

REVISTA — Em substancioso volume de mais de 300 páginas, apareceu, no mês de junho o número 38.º de nossa *Revista*, com o qual se completou a tarefa de publicação das atas do Instituto, que esteve por largos anos interrompida. E agora, precisamente quando se inauguram os nossos trabalhos, aparece o volume 39.º, especialmente consagrado à reedição, sob forma unificada e autônoma, da obra monumental de Pedro Taques de Almeida Pais Leme: *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*. Coube-nos a impressão do 2.º volume, pois que o 1.º já existe na excelente coleção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Encarecendo a necessidade dessa publicação recordou o nosso eminente e prezado presidente honorário, sr. dr. Afonso de Escragnolle Taunay, que se deve a iniciativa ao saudoso consócio António de Toledo Piza, o qual propusera com geral aprovação, em 5 de junho de 1896, que o Instituto se dirigisse ao seu congênere do Rio-de-Janeiro solicitando autorização, mais tarde conseguida, para reunir, em uma reedição, os fragmentos da obra de Pedro Taques, dispersos nos raros volumes 32 a 35 da *Revista* daquela instituição nacional.

Fica assim, a *Nobiliarquia Paulistana* mais acessível aos estudiosos, com a vantagem de incluir, à margem, o trabalho de concordância da mesma com a *Genealogia Paulistana*, de Luiz Gonzaga da Silva Leme, e que se deve ao esforço do grande linhagista que foi Augusto de Siqueira Cardoso.

VISITAS — Por se acharem enfermos, foram visitados os consócios srs. dr. Fábio da Silva Prado, dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura e prof. Dácio Pires Correia. Pela diretoria e por grande número de sócios, foi feita uma visita de cordialidade ao sócio benemérito sr. embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares, por motivo de sua eleição para presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SESSÕES — Realizou o Instituto no ano social findo, 12 sessões, inclusive a sessão magna de 1.º de novembro.

SÓCIOS FALECIDOS — Teve o Instituto que lamentar, em 1940, o desaparecimento dos seguintes consócios: prof. Vicente do Rego Temudo Lessa, dr. Leopoldo de Freitas, coronel Antônio Felix de Araujo Cintra, general José Maria Moreira Guimarães, dr. Ricardo Severo, José Francisco de Queiroz Teles, dr. José Pereira de Queiroz e dr. Tácito de Almeida, cujos necrológios foram o tema da admirável peça histórico-literária de autoria do nosso distinto orador oficial sr. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, lida em sessão de 1.º de novembro. Essa oração será publicada no próximo volume da *Revista*.

NOVOS SÓCIOS — Foram eleitos, em 1940, sócios do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo: na categoria de sócios honorários, o sr. dr. Ugo Sola, embaixador da Itália, e os revmos. padres Antônio Colbacchini e Hipólito Chevelon; na de correspondentes, os srs. drs. Artur da Mota Alves, Alamiro de Avila y Martel, Eduardo d'Araujo Ferreira Jacobina e o revmo. cônego dr. Emílio José Salim; e na de efetivos, os srs. drs. José de Moura Resende, Odécio Bueno de Camargo, José Cássio de Macedo Soares, José Furtado Cavalcanti, Domingos Rubião Meira, José Ferreira de Melo Nogueira, comendador Ferrúcio Rubbiani, prof. Teodoro Jerônimo Rodrigues de Moraes, prof. Tito Livio Ferreira e sr. Amadeu Nogueira.

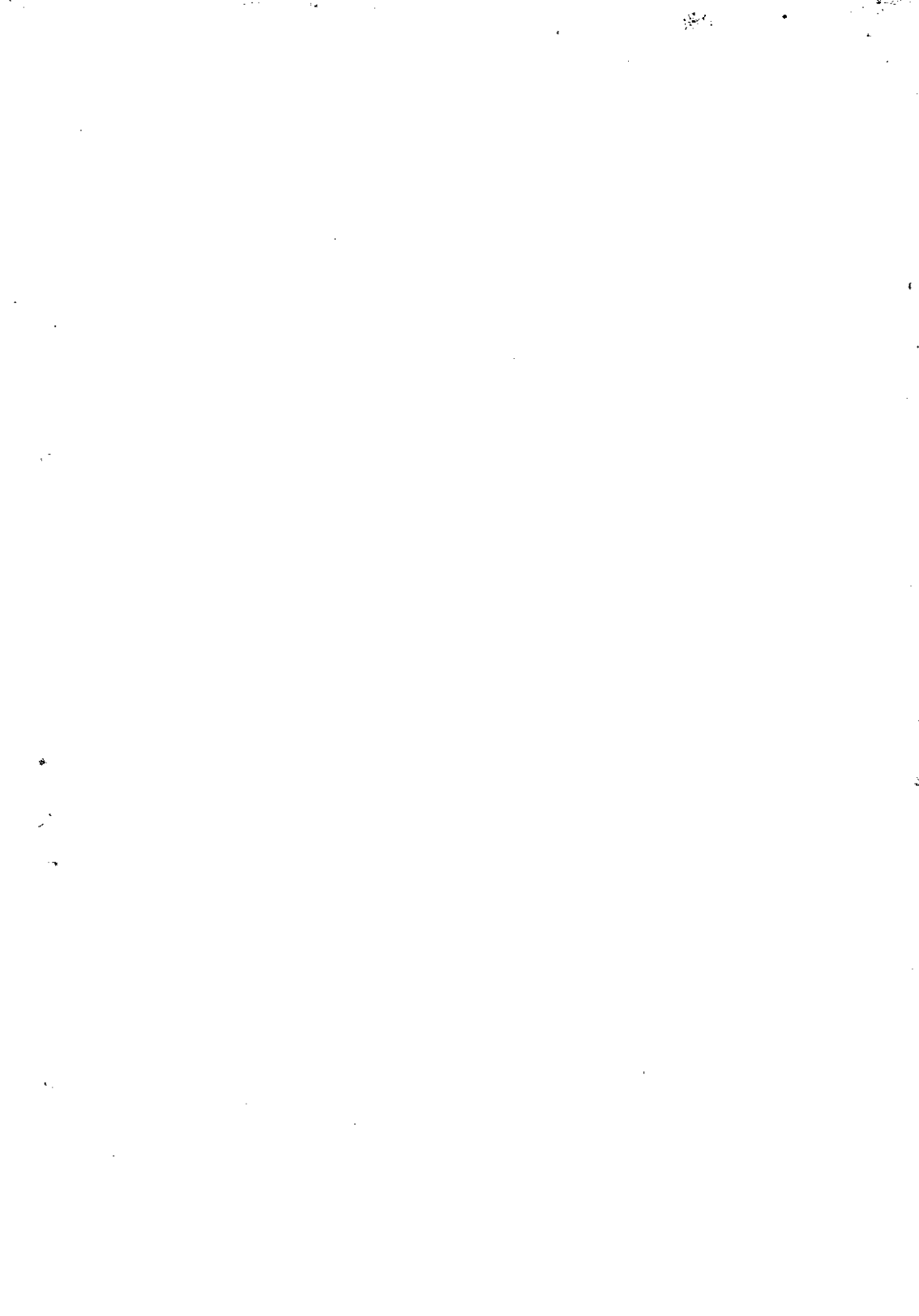
ORADOR OFICIAL — Foi eleito orador oficial, em sessão de 25 de janeiro, o sr. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, que vinha exercendo o cargo interinamente, por nomeação do sr. presidente dr. José Torres de Oliveira.

SEDE SOCIAL — O Instituto entrou em entendimento com o sr. dr. Francisco Prestes Maia, digníssimo prefeito municipal de São Paulo, no sentido de não sairmos, por enquanto, do prédio atual, fazendo a Prefeitura, por sua conta, a reforma que se tornava necessária para o alinhamento da rua Benjamin Constant. Atendemos, desse modo, no momento, ao interesse público de solução inadiável, sem prejuízo do direito que temos assegurado em escritura, de nos instalarmos, em futuro mais ou menos próximo, em um novo prédio, sem nenhum onus para os cofres sociais. Sem querer criar dificuldades à Prefeitura, aguardamos que se lhe ofereça oportunidade para o cumprimento da obrigação assumida. Temos, entretanto, já entabulado negociações com uma firma construtora dessa cidade para a realização de nosso projeto de levantar, nesse mesmo local, um arranha-céu de dez a doze andares, no qual tenhamos a nossa sede definitiva e no fim de um certo período, mediante a locação dos andares restantes, a nossa independência econômica. Em conexão com esse plano, idealiza o Instituto a organização do Silogeu Paulista, o qual, sob a sua direção central, reuniria em uma mesma sede as principais associações científicas e literárias de São Paulo.

PALESTRAS E CONFERÊNCIAS — No transcurso do ano social de 1940 foram lidos, na sede do Instituto os seguintes trabalhos:



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO — Antigo
peristilo — Face direita



A catequese dos índios bororos nos sertões de Mato-Grosso, pelo revmo. padre Antônio Colbacchini; Heitor Pais e os historiadores da antiga Roma, pelo sr. prof. Francisco Isoldi; Notas de Viagem Sobre Duas Expedições à Aldeia dos Índios Tapirapés, pelo sr. Roberto Carregal Pompilio Teylor; Importância Histórica da Maioridade de Pedro II, pelo sr. dr. Cristóvão de Camargo; Impressões de uma Viagem ao Japão, pelo sr. dr. Felix Guisard Filho; Américo Vespucci e o Descobrimento do Brasil, pelo sr. dr. Eduardo d'Araujo Ferreira Jacobina; e Joana Baptiste von Spix, o Companheiro de Martius, pelo sr. dr. Agenor Magalhães, esta conferência patrocinada pela Sociedade "Amigos da Flora Brasileira" e presidida pelo sr. dr. Felix Guisard Filho como representante do Instituto.

DOCUMENTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Depois de longas negociações cuja concretização vinha sendo retardada por uma série de dificuldades de ordem material, chegou o Instituto a um acordo com o nosso presado consócio correspondente sr. dr. Artur da Mota Alves, de Lisboa, no sentido de recebermos, mediante razoável remuneração, cópias de documentos históricos relativos a São Paulo e que se encontram nos arquivos portugueses. De conformidade com os termos desse entendimento, devemos receber em breve, 500 laudas dactilografadas referentes à capitania de São Vicente assim como 10 desenhos aquarelados de fardamentos da capitania de São Paulo.

CORRESPONDÊNCIA E PUBLICIDADE — O movimento relativo à correspondência e à publicidade foi mais ou menos o mesmo do ano anterior. Eis alguns dados concretos.

<i>Correspondência recebida</i>	<i>Correspondência expedida</i>
Cartas 102	Cartas 45
Ofícios 67	Ofícios 126
Telegramas 5	Telegramas 2
Cartões 54	
Circulares 29	Agradecimentos 224

Mais de 50 notícias sobre o Instituto foram publicadas na imprensa diária de São Paulo.

BIBLIOTECA E ARQUIVO — Numerosas doações recebeu essa secção durante o ano de 1940 como podeis verificar pelo número de agradecimentos expedidos. A *Revista* publicará, oportunamente, uma relação completa dos livros, jornais e documentos que vieram enriquecer o nosso patrimônio.

A biblioteca está passando por uma grande remodelação. Uma nova estante, grande e artística, foi especialmente reservada para as obras de consulta rápida e mais frequente, como sejam enciclopédias, dicionários, vocabulários, glossários, índices de publicações periódicas, genealogias, cronologias, etc. Para a colocação de fo-

lhentos, foram confeccionadas, em forma de livro, 100 caixas de madeira, que não só contribuem para melhorar o aspecto das estantes, como facilitam o trabalho de organização e de consulta. Além disso, foram encadernados mais de 1.000 volumes, muitos dos quais tiveram de ser restaurados. Em suma, o ano de 1940 marca o início de uma reforma radical neste importante departamento do Instituto.

GALERIAS DE RERATOS — Já foram reparadas algumas falhas que de há muito se faziam sentir em nossas preciosas galerias de retratos a óleo. Assim é que três novos retratos, a saber, os de Prudente José de Moraes Barros, Júlio Conceição e Estevão Leão Bourroul, se oferecem à vista dos nossos consócios e visitantes: os dois primeiros de autoria do grande pintor e sócio efetivo desta casa, prof. Teodoro Braga; e o último trabalho do artista não menos notável que é o prof. Paulo Vergueiro Lopes de Leão.

TESOURARIA — Com as realizações de vulto a que teve de atender no ano de 1940, é natural que o ritmo de crescimento da nossa receita tenha sido inferior ao das despesas. A situação financeira do Instituto, porém, muito boa, como podereis avaliar pelo balançete que será apresentado, em breve, ao vosso exame pelo nosso tesoureiro prof. Dácio Pires Correia.

DOAÇÃO A CÚRIA METROPOLITANA — O Instituto conservava em seu museu, vários objetos que pertenciam à tradicional igreja de São Miguel. Tendo sido adquiridos em 1937, aqui ficaram sem despertar o interesse que a principio pareciam oferecer. Trata-se de uma cômoda com duas gavetas, duas folhas de porta, um oratório e dois vasos com seus pertences, só recentemente identificados e arrolados, a pedido de nosso presidente, pelo revmo. padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, sócio efetivo deste sodalício. Estes objetos foram doados à Cúria Metropolitana, a qual os zelará convenientemente.

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO PADRE CHICO — Nas comemorações que se promoveram, nesta capital, por motivo da passagem do centenário do nascimento do Padre Chico, teve o Instituto participação brilhante e ativa, tendo sido representado pela ilustre consócia honorária sra. d. Maria Imaculada Xavier da Silveira, que a respeito apresentou substancioso relatório.

CONSELHEIRO ANTÔNIO DA SILVA PRADO — Uma comissão composta dos distintos consócios srs. drs. Francisco Antônio de Almeida Morato, Aureliano Leite e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, especialmente nomeada pelo sr. dr. José Torres de Oliveira, presidente do Instituto, participou de todas as comemorações levadas a efeito, em São Paulo, por ocasião da passagem do centenário do nascimento do conselheiro Antônio da Silva Prado.

NONO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — O Instituto fez-se representar, por intermédio de seu presidente sr. dr. José Torres de Oliveira, no Nono Congresso Brasileiro de Geografia, que se realizou em Florianópolis, entre 7 e 17 de setembro próximo passado. Comparecendo ao certame como componente da delegação do Estado de São Paulo, para a qual havia sido convidado pelo exmo. sr. Interventor Federal, colheu o nosso representante interessantes impressões, que constam de seu relatório apresentado em sessão do Instituto.

III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Por intermédio do sr. dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, esteve o Instituto representado nesse Congresso,

cujos *Anais*, ora publicados, incluem teses apresentadas pelos nossos consócios srs. Alfredo Ellis Júnior, Eugênio Egas, Osmar Simões Magro, Henrique Boiteux, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Emílio Fernandes de Souza Doca, Anibal Matos, Luiz Filipe Castilhos Goicocheia, Enzo Silveira e Luiz da Câmara Cascudo

Eis, em síntese rápida, o retrospecto do que foi, em 1940, a vida do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Receberemos com muito prazer, de vossa parte, qualquer pedido de melhor esclarecimento acerca dos diferentes tópicos que constituem esta exposição.

São Paulo, 25 de janeiro d 1941

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA
DO ANO DE 1939

R E C E I T A

Saldo do ano de 1938	191:937\$7
De subvenção do Estado de São Paulo	100:000\$0
De jóias, anuidades e mensalidades de sócios	9:520\$0
De juros de apólices do Estado e dinheiro em banco	16:148\$9
De aluguel de uma sala para a Sociedade Numismática	2:000\$0
De venda de volumes da "Revista"	304\$0
	<hr/>
	319:910\$6
	<hr/>

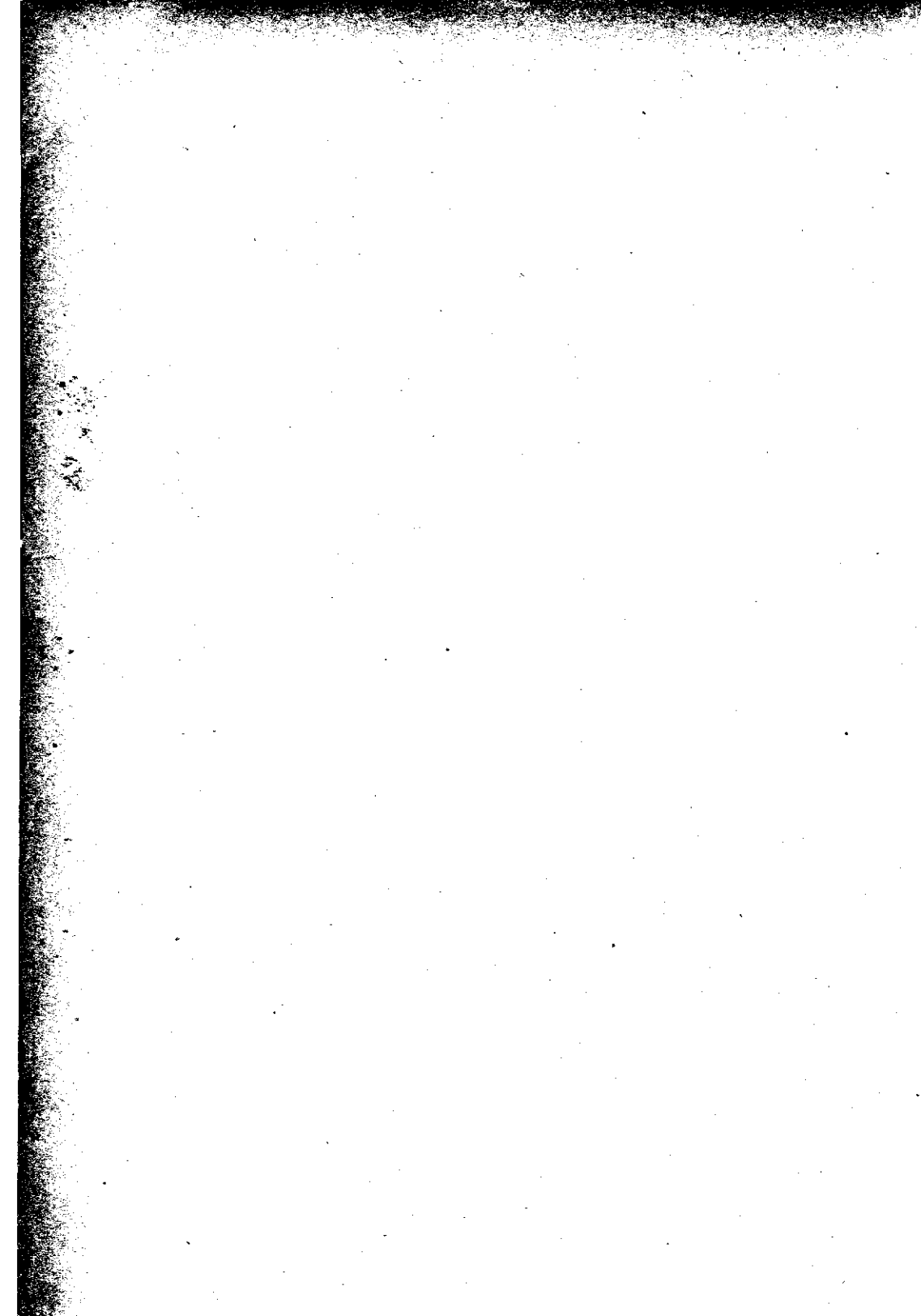
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA
DO ANO DE 1939

D E S P E S A

Secretaria	991\$3
Tesouraria	992\$8
Biblioteca	4:225\$1
Revista	17:206\$4
Carteiras e distintivos para sócios	1:860\$0
Confecção de um retrato para a galeria dos presidentes	500\$0
Condução e representação de membros da Diretoria..	9:600\$0
Ordenados e gratificações	22:900\$0
Despesas gerais	4:967\$3
3.º Centenário de Ubatuba	1:438\$3
Saldo para o ano de 1940	255:129\$4
	319:910\$6

São Paulo, 31 de dezembro de 1939.

O tesoureiro. *Dácio Pires Correia.*



CADASTRO SOCIAL

(EM JUNHO DE 1941)

Presidente perpétuo

José Torres de Oliveira

Presidente honorário

Afonso de Escragnoille Taunay

Sócios beneméritos

Guimarães, Manuel Pereira
Ribeiro, Samuel

Soares, José Carlos de Macedo

Sócios honorários

Aires, Leopoldo (Padre)
Arantes, Altino
Araujo, Deusdedit (Cônego)
Azevedo, José Vicente de
Barros, Maria Pais de
Bevilaqua, Clovis
Camargo, Laudo Ferreira de
Campos, Pedro Dias de (Coronel)
Carvalho, Afonso José de
Carvalho, João Batista de (Padre)
Chevelon, Hipólito (Padre)
Colbacchini, Antônio (Padre)
Correia, Francisco de Aquino (D.)
Danti, José (Padre, S. J.)
Egas, Eugênio
Ferrero, Guglielmo
Gama, Noêmia Nascimento
Gonçalves, Alberto José (D.)
Krug, Edmundo
Leite, Serafim (Padre, S. J.)
Lisboa Júnior, José Maria
Madeira, Gastão Galhardo
Magalhães, José Augusto de
Manso, Manuel da Costa

Marrey Junior, José Adriano
 Mesquita Filho, Júlio de
 Mota, Cândido Nazianzeno Nogueira da
 Nazaré, Carlos de Sousa
 Neri, José de Castro (Padre)
 Pinto, Gastão Liberal (D.)
 Prado, Paulo da Silva
 Queiroz, Carlota Pereira de
 Renotte, Maria
 Rio, José Pires do
 Rocha, Sinésio
 Rodrigues, Francisca Pereira
 Rodrigues, João Lourenço
 Rondon, Cândido Mariano da Silva (General)
 Silva, José Gaspar de Afonseca e (D.)
 Silveira, Maria Imaculada Xavier da
 Sola, Ugo
 Sousa, Washington Luiz Pereira de
 Tibiriçã, Ana de Queiroz Teles

Sócios efetivos.

Aguirra, João Batista de Campos
 Aires Neto, José
 Airosa, Plínio Marques da Silva
 Almeida, Antônio Paulino de
 Almeida, Galeno Martins de
 Almeida, Guilherme de
 Almeida, Marcelo de Toledo Piza e
 Andrade, Carlos de Moraes
 Andrade, Edmundo Navarro de
 Andrade, Mário de
 Aranha, Cássio Egidio de Queiroz
 Araujo, Rui Calasans de
 Assiz, José Eugênio de Paula
 Assunção, Laerte Teixeira de
 Azevedo, Aroldo Edgar de
 Azevedo Filho, José Bueno de Oliveira
 Barros, Rivadávia Dias de
 Bloem, Rui
 Braga, Cincinato
 Braga, Teodoro
 Brandão, Álvaro Soares
 Brito, Luiz Tenório de (Tenente-coronel)
 Brotero, Frederico de Barros
 Bueno, Bento
 Caiubi, Amando Franco Soares
 Camargo, Odécio Bueno de
 Campos, Cândido de Sousa
 Campos, Cantídio de Moura
 Campos Filho, Paulo Barbosa de
 Cardoso, João Pedro
 Carmilo, Edvard
 Carvalho, Marina Andrada Procópio de
 Cavalcanti, José Furtado
 Cesarino Junior, Antônio Ferreira

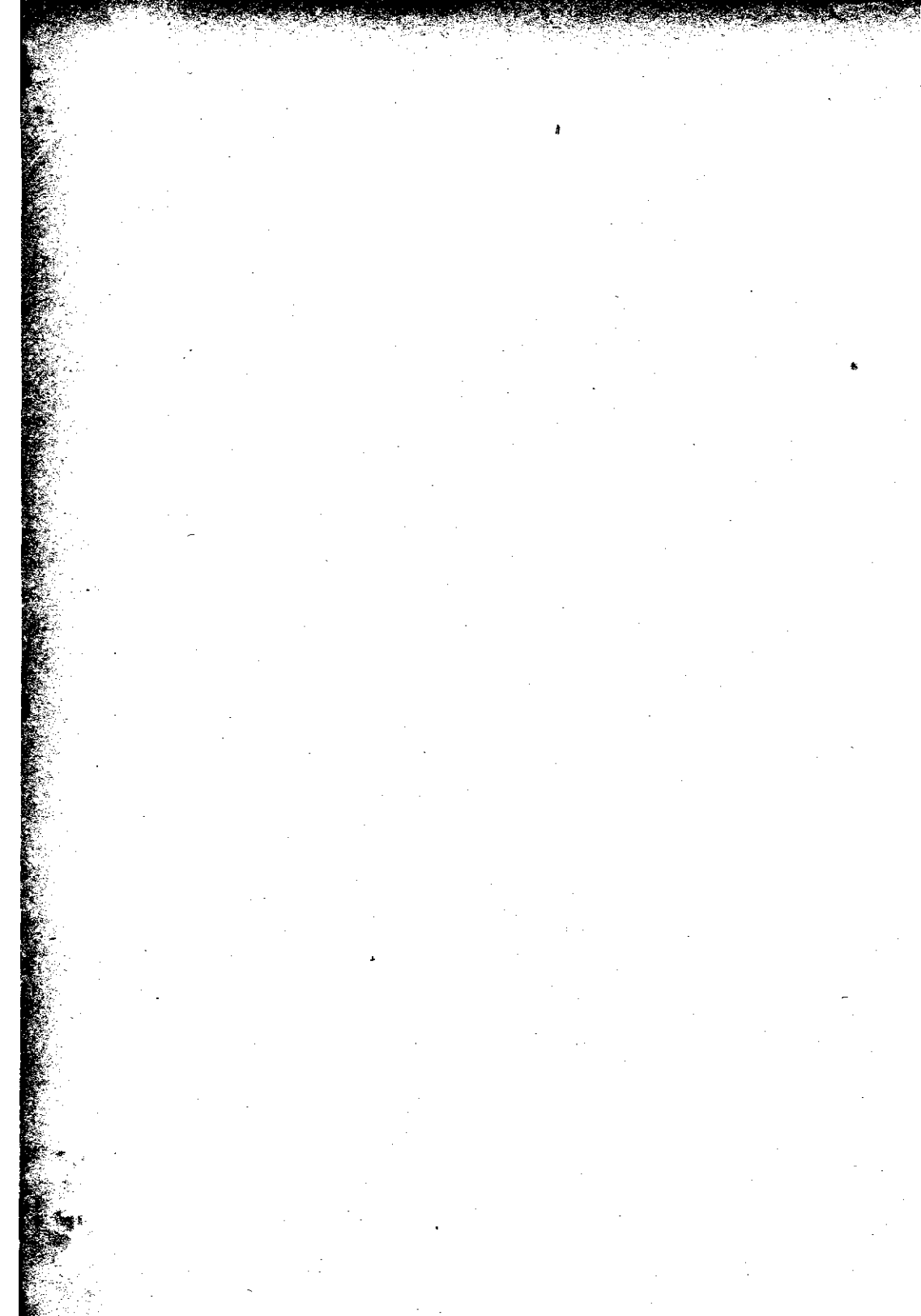
Coimbra, Alvaro da Veiga
Correia, Dácio Pires
Correia, Paulo de Lima
Cortez, João Gomes de Oliveira Mendonça
Coutinho, Ulisses
Cruz, José Maria Marques da
Daunt, Ricardo Gumbleton
Dias, Teodomiro
Drummond, Antônio Augusto de Menezes
Faria, Júlio Cesar de
Ferraz, Manuel Carlos de Figueiredo
Ferraz, Mário de Sampaio
Ferreira, Inácio da Costa
Ferreira, Tito Lívio
Florence, Amador Bueno Machado
Fonseca, Antônio Carlos da
Fonseca, José Manuel de Barros
Forjaz, Djalma
Franco, Francisco de Assiz Carvalho
Freire, Paulo Aurissol Cavalheiro (Padre)
Freitas Júnior, Afonso Antônio de
Godói, Firmino Augusto de
Gomes, Alfredo
Gonzaga, Augusto
Granato, Lourenço
Isoldi, Francisco
Laurito, Domingos
Leite, Aureliano
Magalhães, Paulo Ribeiro *de*
Magro, Omar Simões
Meira, Domingos Rubião
Melo, Américo Brasiliense de Almeida
Melo, Astrogildo Rodrigues de
Melo, Felix Soares de
Melo Neto, José Joaquim Cardoso de
Mendes, Pêrsio Pereira
Monteiro, Plínio de Barros
Morais, Rubens Borba Alves de
Morato, Francisco Antônio de Almeida
Moreira, Roberto dos Santos
Mota, Otoniel
Moura, Américo Brasiliense Antunes de
Moya, Salvador de (Tenente-coronel)
Nogueira, Amádeu
Nogueira, José Carlos de Ataliba
Nogueira, José Ferreira Melo
Nunes, Carlos Alberto da Costa
Oliveira, Alípio Leme de
Oliveira, Alvaro de Sales
Oliveira, Alvaro Soares de
Oliveira, Armando de Sales
Orlandi, José de Oliveira
Paula, Euripedes Simões de
Penteado, Fausto de Almeida Prado
Pereira, Armando de Arruda
Pestana, Sinésio Rangel

Pettinati, Francisco
Piccarolo, Antônio
Pinto, Leonardo
Pinto, Raul de Frias Sá
Pires, Heliodoro (Padre)
Piza, Lélío
Portugal, Silvio Pimentel
Prado, Fábio da Silva
Prado Júnior, Martinho da Silva
Queiroz, Amadeu de
Resende, José de Moura
Rezende Filho, Gabriel de
Ribeiro, Clovis
Rubbiani, Ferruccio
Rubião, José Vicente Alvares
Rúffolo, Geraldo
Sales, Dagoberto
Salgado, José Augusto Cesar
Sanctis, Mário de
Santos, Amílcar Salgado dos (Major)
Santos, Joaquim da Silveira
Schmidt, Carlos Borges
Seabra, Demétrio Justo
Silva, Antônio Carlos Pacheco e
Silva, Aristides Monteiro de Carvalho e
Silva, José Pinto e
Silva, Nicolau Duarte
Silva Júnior, Vitor Freire da
Silveira, Carlos da
Silveira, Enzo
Silveira, João Dias da
Simonsen, Roberto
Soares, José Cássio de Macedo
Sousa, Alcindo Muniz de
Stella, Jorge Bertolaso
Teles, Gofredo Teixeira da Silva
Thiollier, René
Thut, Roberto
Toledo, João Augusto de
Toledo, José de
Tomaz, Luiz Sérgio
Vale, Luiz Ribeiro do
Vidal, Bento de Abreu Sampaio
Vidal, Joaquim de Abreu Sampaio
Vidigal, Gastão
Vieira, Hermes
Vieira, João Lelis
Whitaker, Artur Pequerobi de Agular
Whitaker, José Maria

Sócios correspondentes.

Almeida, Luiz Castanho de (Cônego)
Alves, Artur da Mota
Ascoli, Haroldo Renato
Barbosa, Plínio Gomes
Bittencourt, Leopoldo Antônio Feijó

Boiteux, Henrique
Calmon, Pedro
Camargo, Celso Ferraz de
Camargo, Cristovão de
Campos, José Higino de (Monsenhor)
Cardim, Elmano Gomes
Carli, Felix di
Cardoso, Dulcídio Espírito Santo (Tenente-coronel)
Carvalho, Teófilo Feu de
Castro, Eugênio Teixeira de
Castruccio, Giuseppe
Caviglia, Buenaventura
Correia Filho, Vergílio
Devoto, Juan S. Pivel
Doca, Emilio Fernandes de Sousa (General)
Dória, Luiz Gastão d'Escragnolle
Duarte, Rafael
Fleiuss, Max
García, Rodolfo
Goicocheia, Luiz Filipe Castilhos
Guimarães, Arquimedes Pereira
Guisard Filho, Felix
Hurley, Henrique Jorge
Jacobina, Eduardo d'Araujo Ferreira
Lamego, Alberto Frederico de Moraes
Lima, Nestor dos Santos
Magalhães, Basílio de
Martel, Alamiro de Avila y
Matos, Anibal de
Maurano, Flávio
Melo, Mário
Menezes, Rodrigo Otávio Langaard
Mesquita, José de
Minhoto, Laurindo Dias
Moutinho, Murilo (Padre, S. J.)
Nardi Filho, Francisco
Oliveira, José Feliciano de
Oliveira, Sebastião Almeida
Paulo, Fernando São
Pinto, Estevão
Pranzini, Umberto
Rangel, Alberto
Recalde, Juan Francisco
Rego, Manuel Hipólito do
Rivet, Paul
Salim, Emilio José (Cônego)
Santos, Francisco de Paula
Schroeder, Celso M.
Silva, Manuel Cicero Peregrino da
Silva, Paulo Eleutério Alvares da
Siqueira, Hildebrando
Soares, José Eduardo de Macedo
Soares, José Roberto de Macedo
Sousa, Bernardino de
Souto, Luiz Filipe Vieira
Venturino, Agustin



ATAS

ATA DA 1.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REGIMENTAL, EM 25 DE JANEIRO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.^o Secretário, dr. Carlos da Silveira; 2.^o Secretário, dr. Marcelo Piza.

"Aos 25 de janeiro de 1940, na sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou-se a primeira sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de inauguração dos trabalhos relativos ao ano de 1940, tendo comparecido os seguintes sócios: drs. José Torres de Oliveira, Afonso de Escragnolle Taunay, Frederico Brotero, Geraldo Ruffolo, José Carlos de Ataliba Nogueira, Bueno de Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Marcelo Piza, Domingos Laurito, Alvaro Soares de Oliveira, Omar Simões Magno, Amador Florence, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Felix Guisard Filho, Edmundo Krug, Cel. Pedro Dias de Campos, Profs. Hildebrando Siqueira e Dácio Pires Correia. Justificou sua ausência, por intermédio do dr. Edmundo Krug, o dr. Gastão Ferreira de Almeida, que se acha enfermo. Aberta a sessão pelo dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, tomaram lugar à mesa, como 1.^o secretário, na ausência do Prof. João Augusto de Toledo, o 2.^o, dr. Carlos da Silveira; como 2.^o secretário *ad-hoc*, o dr. Marcelo Piza; e, ao lado deste, o presidente honorário, dr. Afonso de Escragnolle Taunay. Lidas e aprovadas duas atas de sessões anteriores, passa o sr. presidente a referir o conteúdo da correspondência de maior importância, a saber: officio de d. José Gaspar de Afonseca e Silva, em resposta ao que lhe enviara o dr. José Torres de Oliveira, fazendo doação de vários objetos da antiga igreja de São Miguel à Cúria Metropolitana; circular do embaixador José Carlos de Macedo Soares sobre o quarto centenário da fundação da Companhia de Jesús; officio do dr. Max Fleiuss sobre a nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; officio do ministro Bernardino de Sousa solicitando informes sobre o II Congresso Brasileiro de Geografia, que se realizou na sede do Instituto em 1910, e pedindo a adesão deste ao VII Congresso, que será inaugurado a 7 de setembro em Florianópolis; officio da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, solicitando a designação de um representante do Instituto para figurar na Grande Comissão dos Festejos Comemorativos do Centenário do Padre Chico; telegrama do dr. José Torres de Oliveira a D. Aquino Correia, a propósito do seu jubileu episcopal; e carta ao dr. Francisco Morato, testamenteiro do finado coronel Júlio Conceição, a propósito do legado de cinco contos de réis recebido pelo Instituto.

Pede a palavra o dr. Omar Simões Magro e faz o elogio do reverendo Vicente do Rego Temudo Lessa, recentemente falecido. Pro-

põe a inserção em ata de um voto de pesar, o que é aprovado. Segue-se com a palavra o dr. Felix Guisard Filho, que, referindo-se ao desastre de aviação de Ponte Nova, propõe um voto de pesar pela morte dos srs. dr. Alvaro de Figueiredo Guião, dr. José Eduardo de Oliveira Barros, major Teófilo Ferraz e piloto José Falcão. Termina pedindo seja enviado a respeito um ofício ao sr. Interventor Federal em São Paulo, o que é aprovado. É dada, a seguir, a palavra ao dr. Domingos Laurito, que propõe um voto de congratulações pela passagem do 25.^o aniversário da sagração episcopal de D. Aquino Correia, sócio honorário do Instituto e membro da Academia Brasileira de Letras. Aproveitando o ensejo de estar com a palavra, propõe dois votos de pesar: um, pelo falecimento da exma. sra. d. Maria Amália Lopes dos Anjos, viuva do dr. Pedro Vicente de Azevedo e avó materna do consócio dr. Bueno de Azevedo Filho; e outro, pelo falecimento, ocorrido em consequência do desastre de automovel de que foi vítima, o desembargador Adalberto Garcia da Luz. Todas essas propostas são aprovadas.

Pede, depois, a palavra o dr. Geraldo Ruffolo. Princípiã o orador por tratar da personalidade do falecido bispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, a propósito do 1.^o centenário do seu nascimento. Refere-se ainda à posse do embaixador José Carlos de Macedo Soares no cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Oferece ao Instituto vários recortes de jornais cariocas, alusivos ao ato, e propõe que o Instituto envie felicitações ao empossado, o que o sr. presidente observa já ter sido feito, quer em nome da instituição, quer em seu nome pessoal. Terminado o discurso do dr. Geraldo Ruffolo, o sr. presidente comunica que estão sobre a mesa, para serem lidos, o relatório da Diretoria, relativo ao ano de 1939, e o balancete apresentado pelo tesoureiro, Prof. Dácio Pires Correia. Propunha, entretanto, que, em virtude do adiantado da hora, ficasse a leitura de tais documentos adiada para a próxima sessão ordinária, o que é aprovado. Procede-se, então, à eleição do orador oficial do Instituto. Feita a contagem dos votos, verifica-se ter sido eleito o dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, por 16 votos, contra 1 voto dado ao dr. Geraldo Ruffolo. Por fim, é dada a palavra ao orador eleito, incumbido do discurso oficial comemorativo da fundação de São Paulo. O dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, falando de improviso, pronuncia brilhante oração, sendo vivamente felicitado ao terminar. Nada mais havendo que tratar, é encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 12-2-40 — José Torres de Oliveira. — João Toledo. — Carlos da Silveira”.

ATA DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12-2-1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.^o secretário, Prof. João Augusto de Toledo; 2.^o Secretário, dr. Carlos da Silveira.

“Aos 12 dias do mês de fevereiro de 1940, à rua Benjamin Constant n. 152, realizou-se a 2.^a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos seguintes sócios: drs. José Torres de Oliveira, Plínio de Barros Monteiro, Edmundo

Krug, João Batista de Campos Aguirra, Jorge Bertolaso Stella, Alvaro Soares de Oliveira, padre Murilo Moutinho, Bueno de Azevedo Filho, João de Toledo, Carlos da Silveira, Domingos Laurito, Fausto A. Prado Penteadó, Amador Florence, Aureliano Leite, desembargador Afonso José de Carvalho, Frederico Brotero, Afonso de Eseragnolle Taunay e Geraldo Rúffolo. Justificou sua ausência o dr. Leonardo Pinto. Abrindo a sessão, o sr. presidente, dr. Torres de Oliveira, explicou à numerosa assistência que se tratava de uma sessão ordinária do Instituto, a qual deveria terminar pela anunciada conferência do padre salesiano Antônio Colbacchini. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o sr. presidente deu a palavra ao consócio dr. Domingos Laurito, que falou sobre a personalidade de Leopoldo de Freitas, sócio honorário. A seguir, o dr. Frederico de Barros Brotero propôs, como o seu colega anterior, um voto de pesar pelo falecimento do sócio efetivo José Francisco de Queiroz Teles. Teve, então, a palavra o dr. Fausto A. Prado Penteadó, que discorreu sobre a personalidade do sócio honorário General dr. José Maria Moreira Guimarães, requerendo a inserção em ata de um voto de pesar pela sua morte. Em seguida, tomou a palavra o dr. Bueno de Azevedo Filho, que fez o elogio fúnebre de Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, recentemente falecido em Petrópolis, concluindo por propor um voto de pesar. A todas estas propostas o sr. presidente perpétuo associou-se comovidamente, mandando fossem lançados na ata os votos de pesar propostos e requeridos. Falou a seguir, o dr. Aureliano Leite sobre a data centenária do nascimento do conselheiro Antônio Prado, propondo que o Instituto tome parte nas comemorações a se realizarem brevemente em São Paulo, como um preito de gratidão, admiração e respeito pelo notável paulista, o que foi aprovado sob uma salva de palmas. Continuando os trabalhos, o sr. presidente referiu-se à visita ao Instituto, feita no dia 1.º do corrente, pelo embaixador italiano dr. Ugo Sola, e passou a informar a Casa de vários assuntos nos quais o Instituto toma parte, como por exemplo o centenário do nascimento do padre Chico, em cuja comemoração o Instituto será representado pela consócia dra. Maria Imaculada Xavier da Silveira. Fala também sobre o quarto centenário da Companhia de Jesús e os dois centenários de Portugal, demonstrando o interesse do Instituto por essas celebrações. Dá conhecimento à Casa de que vai officiar ao sr. Interventor Federal aplaudindo a aquisição do morro do Jaraguá, onde será, ao que consta, colocada uma estátua de São Paulo, sendo pela estrada que leva ao referido morro distribuídas figuras representativas dos grandes bandeirantes paulistas. Ainda em continuação, o sr. presidente nomeia uma comissão composta do desembargador Afonso José de Carvalho, Amador Florence e dr. Aureliano Leite para uma visita ao consócio dr. Fábio da Silva Prado, ex-prefeito municipal, o qual se acha doente. E termina comunicando que vai enviar, pelo Instituto, uma carta de pêsames ao consócio dr. Roberto dos Santos Moreira pelo falecimento de sua esposa. Dada a palavra ao 1.º secretário, faz ele a leitura das propostas de novos sócios honorários relativas ao dr. Ugo Sola e padres Hipólito Chevelon e Antônio Colbacchini, o que, feito, o sr. presidente declara que, por mera formalidade regulamentar, essas propostas vão ser encaminhadas à Comissão de Admissão de Sócios. A seguir, o sr. presidente nomeia o 1.º secretário e o 2.º, respectivamente, Prof. João Augusto de Toledo e dr. Carlos da Silveira, para introduzirem na sala das sessões o padre

Antônio Colbacchini, que iria pronunciar a sua conferência, o que fez, despertando grande interesse da parte do numeroso auditório, que aplaudiu calorosamente o ilustre conferencista e o seu notável trabalho apresentado. Concluindo, o sr. presidente agradeceu ao conferencista e à assistência e comunicou que o reverendíssimo padre Colbacchini realizará outras conferências sobre a civilização dos Bororos, o que denota a consideração que s. excia. revdma. tem pelo Instituto, que lhe retribue sinceramente. Foi então encerrada a sessão, às 23 horas e meia. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Em tempo: A propósito do falecimento do consócio José Francisco de Queiroz Teles, recebeu o Instituto do sr. prof. Hildebrando Siqueira um telegrama concebido nos seguintes termos: "Cumpro doloroso dever apresentar Vossência consócios expressos pesar falecimento nobre amigo José Francisco Queiroz Teles. Associo-me antecipadamente homenagens serem prestadas memória venerando paulista."

Aprovada. 5-3-40. — José Torres de Oliveira — João Toledo. — Carlos da Silveira."

ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA. REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.^o Secretário, Prof. João Augusto de Toledo; 2.^o Secretário, dr. Carlos da Silveira.

"Aos cinco dias do mês de março do ano de 1940, em sua sede à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a 3.^a sessão ordinária do corrente ano social, com a presença dos seguintes sócios: drs. José Torres de Oliveira, A. P. Aguiar Whitaker, Marcelo Piza, José Carlos de Macedo Soares, Edmundo Krug, Domingos Laurito, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, Bueno de Azevedo Filho, Cândido de Sousa Campos, Demétrio Justo Seabra, Francisco Isoldi, Djalma Forjaz, Geraldo Rúffolo, Rui Bloem, Euripedes Simões de Paula, Aroldo de Azevedo, Afonso de E. Taunay, Astrojildo Rodrigues de Melo, coronel Pedro Dias de Campos, prof. João Toledo e sr. Roberto Pompílio. Aberta a sessão pelo dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, secretariado pelos srs. prof. João Toledo e dr. Carlos da Silveira, respectivamente 1.^o secretário e 2.^o, tomou assento à mesa, à esquerda deste último, o dr. Afonso de Taunay, em sua qualidade de presidente honorário. Como se encontrasse presente o embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares, o sr. presidente, lembrando a sua recente elcção para o alto cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, convidou-o a assentar-se à mesa, à direita do 1.^o secretário. Estando na antessala cinco sócios eleitos, foi nomeada uma comissão composta dos drs. Edmundo Krug, Domingos Laurito e Geraldo Rúffolo para introduzi-los no recinto, a-fim-de tomarem posse. Entraram, então, na sala das sessões, os srs. drs. Rui Bloem, Euripedes Simões de Paula, Aroldo de Azevedo, Astrojildo Rodrigues de Melo e Roberto Carregal Pompílio Taylor, que assinaram o livro de presença e tomaram assento no recinto das sessões, sendo saudados

por uma salva de palmas e, em seguida, por palavras a eles dirigidas pelo sr. presidente. Respondeu, por si e pelos drs. Eurípedes, Aroldo e Astrojildo, o dr. Rui Bloem, e por si, o dr. Roberto Pompílio. Comunicada à Casa a ausência justificada dos consócios Alvaro Soares de Oliveira, Enzo Silveira e Dácio Pires Correia, foi lida a ata da sessão anterior, a qual, sem debate, foi aprovada. Passou o sr. presidente a tratar da matéria do expediente, que constou de referências à correspondência recebida e expedida, em dia e em perfeita ordem, constante dos arquivos; da comunicação da oferta, pelo dr. Cândido de Sousa Campos, do livro *Duguay-Trouin*, de autoria do dr. Philipps, e da obra *Ubatuba*, de autoria do ofertante, dr. Felix Guisard Filho; do recebimento de dois memoriais: um, relativo à catequese dos indígenas, pelo dr. Paulo Maybach, e outro, do dr. Eduardo Jacobina, concernente a problemas relativos ao descobrimento da América. Ambos os memoriais vão à Comissão de Redação da *Revista*, que decidirá quanto à publicação dos mesmos; e, da comunicação da consulta feita pelo coronel Laurêncio Lago, do Ministério da Guerra, sobre a data exata do nascimento do Visconde de Congonhas do Campo, consulta essa que vai à Comissão de História, para o devido parecer. Passando-se à primeira parte da ordem-do-dia, o sr. presidente perpétuo comunicou à Casa que foi feita, pela comissão nomeada na sessão anterior, a visita ao ex-prefeito municipal de S. Paulo, o consócio dr. Fábio da Silva Prado, que continua enfermo da grave moléstia que o acometeu. Pede a palavra o dr. Bueno de Azevedo Filho e dá conta da incumbência que recebeu, para, em companhia dos drs. Francisco Antônio de Almeida Morato e Aureliano Leite, representarem o Instituto nas comemorações realizadas, em fevereiro próximo findo, nesta Capital, por ocasião da passagem do primeiro centenário do nascimento do Conselheiro Antônio da Silva Prado. O dr. Bueno de Azevedo Filho acentua que a comissão compareceu à missa do dia 24, ao cemitério e também à conferência realizada a 25 pelo dr. Edmundo Navarro de Andrade. Também o sr. presidente comunicou aos presentes que incumbiu o consócio dr. Carlos da Silveira de visitar o dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, no Hospital Santa Catarina, onde o dr. Américo estava recolhido, em virtude de intervenção cirúrgica. Em seguida, o 1.º secretário passou a ler o relatório da presidência do Instituto, relativo ao ano social de 1939, não tendo feito o mesmo quanto ao balancete do tesourceiro, por não haver este comparecido. O sr. presidente dá conhecimento aos associados presentes do saldo existente, a favor dos cofres sociais, de rs. 255:12984 (duzentos e cinquenta e cinco contos e cento e vinte e nove mil e quatrocentos réis), em apólices e em dinheiro. Continuando a primeira parte da ordem-do-dia, o 1.º secretário lê a proposta para novo sócio efetivo, referente ao dr. José de Moura Resende, cujos méritos e simpatia ao Instituto o sr. presidente enaltece: aprovado o parecer, sem discussão, obteve a proposta vinte e dois votos, ou seja votação unânime; vem, logo depois, a proposta, para sócio honorário, concernente ao dr. Ugo Sola, embaixador italiano no Brasil, a qual foi aprovada sem discussão, por vinte e um votos. Pede, então, a palavra o dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, e sugere que ficassem adiadas para a próxima sessão as votações das novas propostas já com parecer favorável. Depois de breve explicação do sr. presidente, a Casa aprovou o adiamento. Pede a palavra o dr. Geraldo Rúffolo e propõe, quanto ao relatório da Diretoria, cuja leitura fora efetuada,

havia pouco, pelo prof. João Toledo, 1.º secretário, um voto de louvor, e também um voto de lembrança à figura veneranda do dr. Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Junior, cujo aniversário de nascimento ocorria então e a cujo retrato o relatório trazia referência. Ambos os votos foram aprovados unanimemente. Pedê a palavra o presidente honorário, dr. Afonso de Taunay, e propõe um voto de grande louvor aos autores de obras de relevo, que acabam de enriquecer a bibliografia brasileira, e são elas: 1) *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, do embaixador José Carlos de Macedo Soares; 2) *Capitanias do Norte*, de José Fernando de Almeida Prado; 3) *História da Casa da Torre*, de Pedro Calmon; 4) *Fatos da Língua Nacional*, de Artur Veiga; e 5) *História da Lepra em São Paulo*, pelo dr. Flávio Maurano. A proposta do dr. Taunay foi unanimemente aprovada; antes, porém, o sr. presidente explicou que, quanto a *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, do embaixador Macedo Soares, o Instituto, em sessão anterior, havia já aprovado um voto fundamentado e proposto pelo dr. Geraldo Rúffolo. O dr. Demétrio Justo Seabra apresentou agradecimentos ao Instituto pelas condolências que lhe foram enviadas por motivo do falecimento de sua progenitora. A seguir, passando-se à segunda parte da ordem-do-dia, foi dada a palavra ao prof. Francisco Isoldi, para ler a sua conferência sob o título *Heitor Pais e os historiadores da Antiga Roma*, o que fez, sendo muito aplaudido e felicitado, ao terminar a leitura. Como estivesse adiantada a hora e terminados os trabalhos, o sr. presidente, depois de agradecer o comparecimento de todos, a quem convidava para a próxima reunião de abril próximo futuro, encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 5-4-1940. — José Torres de Oliveira. — João Toledo. — Carlos da Silveira.

ATA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE ABRIL DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º secretário, prof. João Augusto de Toledo; 2.º secretário, dr. Carlos da Silveira.

Aos cinco dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, nesta Capital, presentes os associados srs. drs. José Torres de Oliveira, Leonardo Pinto, Carlos da Silveira, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Francisco Isoldi, José Carlos de Macedo Soares, Marcelo Piza, Djalma Forjaz, Cândido de Sousa Campos, Geraldo Rúffolo, Afonso de Escagnolle Taunay, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Giuseppe Castruccio, profs. João Augusto de Toledo e Dácio Pires Correia. Constituída a mesa pelo senhor presidente perpétuo dr. José Torres de Oliveira, ladeado dos dois secretários, professor João Augusto de Toledo e dr. Carlos da Silveira, havendo *quorum*, foi aberta a sessão às vinte e uma horas, estando na sala algumas outras pessoas estranhas ao quadro social, entre as quais o dr. Procópio Ribeiro dos Santos, representante do presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo — dr. Gofredo da Silva Teles. Justificaram ausência os sócios dr. Teodoro Braga e dr. José da Mata Cardim. Como estivesse na antessala, para tomar posse da sua ca-

deira de sócio efetivo o Comendador José Castruccio, consul italiano nesta Capital, o senhor presidente perpétuo designou uma comissão composta dos drs. Leonardo Pinto, Djalma Forjaz e Marcelo Piza, para introduzirem na sala o recipiendário, o que foi feito de baixo de uma salva de palmas. A seguir o senhor presidente perpétuo dirigiu ao Comendador Castruccio, saudação que foi muito aplaudida. EXPEDIENTE — Passando-se ao expediente, foi feita, pela maneira regulamentar, a leitura da ata da sessão anterior que, sem debate, foi aprovada. Pediu então a palavra o consócio professor João Augusto de Toledo e propôs um voto de pesar pelo falecimento, aqui em São Paulo, a 3 do corrente, do ilustre engenheiro português dr. Ricardo Severo, sócio honorário do Instituto, residente nesta Capital há longos anos. O senhor presidente perpétuo, com palavras sentidas, reforçando a homenagem requerida pelo proponente, mandou fosse lançado em ata o voto de pesar, independentemente de consulta à casa. Continuando com a palavra, o senhor presidente perpétuo passou a fazer alguns comentários em torno do balancete e das contas apresentadas pelo senhor tesoureiro, professor Dácio Pires Correia, terminando por enviar dito balancete e ditas contas à Comissão de Contas, para dar parecer. Sobre a correspondência remetida e recebida, o senhor presidente, depois de aludir ao fato de se achar ela em perfeita ordem, constante dos arquivos, ressalta o telegrama (que o primeiro secretário passa a ler) do Ministro da Educação, dr. Gustavo Capanema, em agradecimento ao que foi enviado pelo senhor presidente do Instituto, louvando a medida que restabelece, nos cursos secundários do País, a cadeira autônoma de História do Brasil. Outrossim é posto em evidência o telegrama do Prefeito Municipal de Belem do Pará, a propósito da recepção feita ao consócio dr. Felix Guisard Filho que, em viagem ao Japão, esteve na Capital do Estado do Norte, ali recebeu muitas e carinhosas homenagens e ali proferiu uma conferência em que se ocupou da personalidade de Caxias e do fenômeno do bandeirismo. Ainda é lida a carta do consócio Amador Bueno Machado Florence em que dá contas da visita feita, em nome e por delegação do Instituto, ao dr. Fábio Prado, ex-prefeito municipal desta Capital, durante a sua doença, visita que o dr. Fábio recebeu com muito prazer. Depois de comunicado o restabelecimento do consócio dr. Américo Brasileiro Antunes de Moura, refere-se o senhor presidente perpétuo à oferta de livros, recebida com especial agrado, o qual também manifesta em relação a duas artísticas urnas de fina madeira, acompanhadas de cinquenta esferas brancas e cinquenta pretas, destinadas a eleições de sócios do Instituto, dádiva esta do sócio benemérito senhor embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares. Ao referir-se a este associado, ao qual apresenta os agradecimentos do Instituto, o senhor presidente perpétuo relata a visita que, em março próximo findo muitos sócios fizeram, ao embaixador Macedo Soares, incorporados, por motivo da sua elevação ao alto cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e põe em relevo a cordialidade reinante nessa visita, a que compareceu número grande de associados. E ainda com a palavra, dá conhecimento de haver o Instituto recebido um novo memorial do dr. Paulo Maybach, que vive há longos anos entre os indígenas Atchés, no sertão do Brasil, perto da fronteira com o Paraguai e o Uruguai. Dá conta das negociações entabuladas com o pesquisador português dr. Artur da Mota Alves, ao qual foi remetida, por via aérea, a importância de um conto de réis (Rs. 1:000\$0) mediante a qual o mesmo pesquisador deverá for-

necer, conforme se ofereceu e se comprometeu, a enviar ao Instituto documentos inéditos de arquivos portugueses, relativos à história de São Paulo. Fala igualmente sobre a correspondência trocada entre o Instituto e os senhores Júlio Dantas, dr. Augusto de Lima e consul português em São Paulo, a propósito da comemoração dos dois centenários: da fundação de Portugal e da restauração da monarquia portuguesa, de 1640. E, finalmente, conta que já está sendo distribuído o volume XXXVII da *Revista*, devendo dentro em pouco sair o XXXVIII, o que mostra a operosidade da comissão de redação, à qual tem prestado reais serviços o sr. Aristides da Silveira Lobo, bibliotecário, que tem feito toda a revisão de provas tipográficas, assim como a uniformização ortográfica, de acordo com o Decreto Federal n. 292, de 23 de fevereiro de 1938. Pede então a palavra o sócio dr. Bueno de Azevedo Filho e, tratando do ensino de História do Brasil em aula especial, segundo a última determinação do senhor Ministro Gustavo Capanema, reforça o que, a respeito, já disse o senhor presidente perpétuo, na presente sessão, e termina propondo um voto de congratulações ao autor da medida, o que é aprovado, com aplausos. ORDEM-DO-DIA — Passando o Instituto a tratar da ordem-do-dia, o senhor professor João de Toledo, primeiro secretário, lê uma proposta, devidamente assinada, de sócio efetivo, referente à senhora dona Francisca Rodrigues, proposta que vai à Comissão respectiva para o parecer regulamentar. Dá-se, então, início às votações de propostas de novos sócios, que se achavam prontas e com parecer favorável. O senhor primeiro secretário lê a proposta, para *sócio honorário*, relativa ao padre salesiano Hipólito Chevelon que recebeu treze votos sim e um não, sendo, portanto, aprovada. Segue-se a votação da proposta para *sócio honorário*, concernente ao padre salesiano Antônio Colbacchini, a qual teve quatorze votos favoráveis, ou seja aprovação unânime. Vai, a seguir, a votos, a proposta para *sócio efetivo*, respeitante ao dr. José Cássio de Macedo Soares, clínico nesta Capital, sendo aprovada por quatorze votos, ou unanimemente. Continuando o mesmo trabalho, vota a assembléia a proposta para *sócio correspondente*, da qual consta o nome do dr. Artur da Mota Alves, intelectual português, e recebe ela treze votos sim e um não, sendo, pois, aprovada. E, finalmente, entra em votação a proposta para *sócio efetivo* relativa ao advogado e alto funcionário dr. Odécio Bueno de Camargo, que obteve treze votos sim e um não, sendo, dessa forma, aprovada. Terminadas as votações desses cinco novos sócios, aos quais será comunicada a sua aceitação, pediu a palavra o dr. Cândido de Sousa Campos e, em sentidas palavras, lembrou que, passando a 29 deste mês o décimo aniversário do falecimento de Afonso de Freitas, historiador e presidente do Instituto, propunha um voto de saudade e de homenagem ao grande e dedicado amigo do Instituto o que foi aprovado com aplausos por todos e expressões carinhosas do senhor presidente perpétuo. Em seguida, ninguém mais pedindo a palavra e sendo já adiantada a hora, foi encerrada a sessão às vinte e três horas, depois de haver sido agradecida a presença de todos e convidados os senhores consócios para a próxima sessão ordinária de maio próximo futuro. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 6-5-1940. — José Torres de Oliveira. — João Toledo.
— Carlos da Silveira.

ATA DA 5.a SESSÃO ORDINÁRIA, EM 6 DE MAIO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º secretário, Prof. João Augusto de Toledo; 2.º secretário, dr. Carlos da Silveira.

Aos seis dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às vinte e uma horas, presentes os senhores sócios: drs. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Carlos Alberto da Costa Nunes, desembargador Afonso José de Carvalho, Alvaro Soares de Oliveira, Amador Florence, Domingos Laurito, Menezes Drummond, Gastão Galhardo Madeira, Geraldo Rúffolo, Bueno de Azevedo Filho, Afonso Taunay, profs. João Toledo, Dácio Pires Correia e major Amílcar Salgado dos Santos; havendo comparecido a exma. sra. d. Dejanira Teixeira Madeira, o sr. Darcé Madeira e os senhores Bruno Teixeira e Alfredo Monteiro de Barros, este da redação do *Correio Paulistano*, o senhor presidente dr. José Torres de Oliveira declarou aberta a sessão, por haver *quorum*. Funcionaram como secretários os efetivos, professor João Augusto de Toledo e dr. Carlos da Silveira, respectivamente primeiro secretário e segundo. O senhor presidente declara que estando presente, na antessala, o dr. Gastão Madeira, a-fim-de tomar posse da sua cadeira de sócio honorário, para o qual fora eleito, nomeava uma comissão de três membros — desembargador Afonso José de Carvalho, dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond e dr. Carlos da Costa Nunes, para introduzirem o recipiendário no recinto da sessão, o que foi feito debaixo de uma salva de palmas. Tomou então a palavra o sr. presidente e, lembrando os méritos do homenageado como pioneiro da aviação, historia ligeiramente os fatos de que resultou a eleição do dr. Madeira para sócio honorário do Instituto, terminando por apresentar ao homenageado as saudações da agremiação. Pediu então a palavra o dr. Gastão Madeira e em sintético e elegante discurso agradece a sua promoção. O sr. presidente entrega ao dr. Madeira o diploma de sócio honorário. EXPEDIENTE — Procede-se a seguir, a leitura da ata da sessão anterior que é, sem debate, aprovada. O sr. presidente comunica à assembléia que as ofertas à Biblioteca estão devidamente registradas e à disposição dos senhores consócios, bem como tudo quanto se refere ao Arquivo do Instituto, estando a correspondência perfeitamente em dia. Continuando com a palavra, justifica, a pedido do interessado, a ausência do major Firmino de Godói. Pede a palavra o sócio dr. Carlos da Silveira e propõe um voto de pesar pelo falecimento da veneranda senhora Baronesa de Rezende, ocorrido em Piracicaba, em 4 de abril, do corrente ano. O sr. presidente, apoiando a homenagem, discorre sobre a individualidade da dama paulista, cujo elogio faz, lembrando ainda os laços de parentesco que a prendiam a pessoas muito caras ao Instituto, por ser ela irmã do sócio benemérito Júlio Conceição, mãe da falecida sócia honorária d. Lídia de Rezende, cunhada do sócio efetivo dr. Francisco Morato e sogra do dr. Américo Brasiliense, também consócio. Conclue por mandar lançar na ata o voto de pesar proposto, sem consulta à Casa, visto como acha que assim interpreta os sentimentos de todos os membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. E, em aditamento, também manda lançar na ata um voto de pesar pelo falecimento em 16 de abril p. findo, da senhora d. Angelina da Silveira Conceição, outra distinta dama paulista, viuva de José Conceição, irmão de Júlio Conceição, atrás referido, concunhada do dr. Fran-

cisco Morato e tia do dr. Américo Brasiliense, sócios do Instituto. Sobre a senhora Baronesa de Rezende fala ainda, em breves palavras, o consócio dr. Geraldo Rúffolo, associando-se ao voto de pesar. Aproveitando então a oportunidade de estar a frente do prédio do Instituto sendo demolida, para efeito do novo alinhamento da rua Benjamin Constant, o senhor presidente faz uma longa exposição, historiando o caso havido entre Instituto e a Prefeitura da Capital, não só quando Prefeito o senhor dr. Fábio da Silva Prado, como também agora, na vigência do governo do senhor dr. Francisco Prestes Maia. Explica minuciosamente o início das negociações, de que resultou a escritura pública lavrada em 21 de dezembro de 1937, no Livro de Notas n. 613, fls. 89 do Segundo Tabelião, pondo em relevo a liberalidade do Prefeito Prado, que se mostrou grande amigo do Instituto, tendo para com ele um procedimento altamente generoso, não só no pagamento da desapropriação, em que o Instituto recebeu duzentos contos de réis, ora empregados em apólices nominativas do Estado, como também na questão do terreno em que deveria ser levantado o novo prédio, de acordo com a escritura referida. Conta como, na atual administração do dr. Prestes Maia, foram resolvidas as dificuldades surgidas, do que resultou o acordo que ora se executa, consistente em mandar a Prefeitura, sem onus para a agremiação, desmanchar a frente do prédio e levantar, no alinhamento, a nova fachada, dentro das linhas gerais da construção anterior. A propósito, lê officios trocados entre o Instituto e a Prefeitura, no sentido da execução do contrato. Terminado este assunto, o senhor presidente comunica que não tendo comparecido nenhum dos membros da Comissão de Contas, deixam de ser discutidos e votados os balancete e as contas referentes ao ano passado de mil novecentos e trinta e nove.

ORDEM-DO-DIA — Passando-se à ordem-do-dia, deveriam ser votadas muitas propostas de admissão de novos sócios, que se acham no registador, devidamente preparadas, para a votação e com pareceres favoráveis. Acontece, porém, que, com a demolição das escadas, as esferas e as urnas de votação ficaram no pavimento superior, para o qual não há acesso hoje, o que faz adiar, para a próxima sessão, a apreciação das referidas propostas que jazem sobre a mesa, esperando julgamento. Pede, a seguir, a palavra o sócio dr. Bueno de Azevedo Filho e, aludindo à passagem da data comemorativa do primeiro centenário do selo postal, propõe, em nome do associado Roberto Thut, um voto de congratulações pela efeméride, dada não só a importância social do fato, como também por ser o Brasil o segundo país a adotar o selo postal para o serviço interno e externo da correspondência. Foi aprovado o voto. Em vista do adiantado da hora, e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o senhor presidente agradece o comparecimento de todos os presentes e convida para a nova reunião ordinária de junho próximo futuro; e encerra os trabalhos às vinte e três horas.

Aprovada em 5-6-1940. — *José Torres de Oliveira*. — *C. Sousa Campos*. — *Carlos Alberto da Costa Nunes*.

ATA DA 6.a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM
5 DE JUNHO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º secretário, dr. Cândido de Sousa Campos; 2.º secretário, dr. Carlos Alberto da Costa Nunes.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 1940, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua sexta sessão ordinária, relativa ao ano social fluente, com a presença dos seguintes sócios: drs. José Torres de Oliveira, Geraldo Rúffolo, Domingos Laurito, Alvaro Soares de Oliveira, Cândido de Sousa Campos, Carlos Alberto da Costa Nunes, Herbert Baldus, padre Hipólito Chevelon, prof. Dácio Pires Correia, major Amílcar Salgado dos Santos e sr. Roberto Pompílio. Justificaram sua ausência o prof. João Augusto de Toledo, primeiro secretário, o dr. Carlos da Silveira, segundo secretário, o dr. Afonso de Taunay, presidente honorário, e os drs. Teodoro José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Aberta a sessão pelo dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, foram nomeados os drs. Cândido de Sousa Campos e Carlos Alberto da Costa Nunes para funcionarem, respectivamente, como primeiro secretário e segundo *ad hoc*. Estando presente o padre Hipólito Chevelon, recentemente eleito sócio honorário, e que já havia feito no Instituto uma notável conferência, foi s. ex. considerado empossado pelo sr. presidente, que lhe dirigiu expressiva saudação. A seguir, depois de lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram lidas as cartas que enviaram ao Instituto os drs. José de Moura Resende e Odécio Bueno de Camargo, agradecendo sua eleição como sócios efetivos, e o dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo e a família Pereira de Queiroz, agradecendo as manifestações de pesar que receberam recentemente. Terminada a leitura dessa correspondência, o sr. presidente informa que foi visitado por pesosas da família de d. Angelina Conceição, as quais lhe pediram transmitir ao Instituto os seus agradecimentos pelas condolências recebidas. Comunica, ainda, o sr. presidente que os padres Chevelon e Colbachini foram, também, pessoalmente, exprimir-lhe agradecimentos por sua eleição como sócios honorários. Iniciada a primeira parte da ordem-dia, o dr. Domingos Laurito pede a palavra e propõe que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do dr. José Pereira de Queiroz. Apoiando essa proposta, o sr. presidente faz a apologia do morto, enaltecendo-lhe os dotes de intelectual, genealogista emérito e homem público; lembra as relações amistosas que mantinha com o Instituto, a cujo quadro social muito se honrava de pertencer. Prosseguindo, comunica o sr. presidente o envio de uma carta de pêsames ao dr. Sinésio Rangel Pestana, pelo falecimento de sua exma. esposa. Refere-se, em seguida, ao balanço e balancete apresentados pelo tesoureiro, prof. Dácio Pires Correia, os quais, lidos pelo primeiro secretário e submetido à apreciação da Casa, foram aprovados, assim como o respectivo parecer da Comissão de Contas e um voto de louvor ao tesoureiro e à Diretoria, proposto pela mesma Comissão. É aprovado, a seguir, um voto de pesar, proposto pelo dr. Alvaro Soares de Oliveira, pelo falecimento, em Guaratinguetá, do velho educador dr. Lamartine Delamare Nogueira da Gama. Retomando a palavra, o sr. presidente anuncia ter recebido um trabalho de autoria do consócio dr. Plínio de Barros Monteiro, referente ao centenário da proclamação da maioridade de D. Pedro II; nesse trabalho, o dr. Plínio Monteiro propõe que o Instituto comemore a passagem da efeméride. (*). Convidado pelo sr. presidente, o dr. Alvaro Soares de Oliveira procede à leitura dessa peça, sendo ouvido com geral atenção. Observa, então, o sr. presidente que já havia convidado o dr. Cristovão de Camargo, sócio correspondente, residente no Rio de Janeiro, para vir realizar no Instituto,

a 5 de julho próximo, uma conferência em torno do importante fato histórico, sobre o qual tem aquele consócio estudos especiais; e, a propósito, num exemplar do jornal *O Globo*, da Capital da República, lê uma notícia relativa à peça teatral que escreveu o convidado sobre o episódio da maioridade. São aprovadas, em seguida, duas propostas que o dr. Afonso de Taunay, impossibilitado de comparecer, deixou por escrito, a-fim-de serem apreciadas na presente sessão: refere-se uma a um voto de louvor aos drs. Cassiano Ricardo e Francisco de Assiz Carvalho Franco, pela publicação de suas obras *A Marcha para Oeste* e *Bandeiras e Bandeirantes*; e a segunda à celebração da ocorrência do terceiro centenário da aclamação de Amador Bueno da Ribeira e da reintegração de S. Paulo no mundo lusitano. Ao encaminhar essas propostas, teceu o sr. presidente interessantes considerações em apoio de ambas, especialmente sobre a que se relaciona com a personalidade de Amador Bueno, "pés-simo paulista", segundo uns, mas "grande patriota" e "homem prudente e sensato", segundo muitos outros. Filia-se o sr. presidente a esta última corrente e acha que, não podendo deixar de reconhecer o mérito excepcional de varão tão notável, deverá o Instituto comemorar condignamente a passagem do terceiro centenário de sua aclamação, para o que se organizará oportunamente o respectivo programa. Por fim, o sr. presidente comunica que o Instituto D. Ana Rosa nada quis cobrar pelas esferas destinadas à votação e que há tempos lhe haviam sido encomendadas. Em vista do adiantado da hora, resolve-se adiar a eleição de novos sócios e passar-se à segundo parte da ordem-do-dia. Dada a palavra ao sr. Roberto Pompílio, lê s. ex., conforme anunciara, as preciosas notas de seu diário de viagem, relatando episódios das expedições empreendidas à aldeia dos índios Tapirapés. Fala, ainda, o dr. Geraldo Ruffolo, que propõe um voto de felicitações pela publicação, em elegante separata, do artigo de Niomar Moniz Sodré, saído no *Jornal do Comércio*, do Rio, sobre o livro do embaixador José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 5-8-940. — *Frederico Brotero*. — *João Toledo*. — *Carlos da Silveira*.

(*) Eis o discurso pronunciado pelo dr. Plínio de Barros Monteiro:

"Caros consócios.

Ao começar o ano de 1840, destacavam-se no cenário político do país duas paisagens que se chocavam; uma, a suavidade de vida do jovem monarca, enclausurado na Quinta da Boa Vista, entregue aos estudos das línguas portuguesa e latina, abandonado dos seus frequentes passeios e exercícios ao ar livre, inteiramente devotado aos estudos, numa ânsia voraz de tudo conhecer e tudo entender, a ponto de Frei Pedro ir apagar-lhe a lâmpada com o fim de im-

pedir que o jovem monarca entrasse pela noite a dentro, no seu profundo colóquio com os livros que lhe eram o maior dos amigos e dos quais nunca mais se separou, mesmo até no exílio; a outra, o grande desassocego entre os políticos, motivado por diversos e graves fatos que vinham perturbando a nação, principalmente, durante o período inaugurado em 1831, com as regências eleitas; eram esses fatos graves as guerras civis que se alastravam pelas províncias, principalmente a do Maranhão e a do Rio-Grande-do-Sul, e as diversas leis que necessitavam de profundas reformas, como as do Código do Processo Criminal e a organização da magistratura.

As sessões legislativas se sucediam umas às outras, sem que couxa alguma se fizesse de proveitoso à Nação, contribuindo isso para maior enfraquecimento do regime regencial.

Era ainda a ressonância de outros grandes fatos que abalaram profundamente a vida da nação, como sejam: a inesperada vinda de D. João VI de Portugal, fugindo das cavalgadas de Napoleão; o estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, muito contrário ao espírito de liberdade aceso com a morte de Tiradentes; a volta da Corte Portuguesa para Lisboa; a proclamação da independência nas margens do Ipiranga, muito a contra-gosto dos reinóis; a abdicação de D. Pedro I e a consequente inauguração do fraco regime regencial.

Quando ia acesa a flama do descontentamento nas diferentes hostes políticas, como entre a população da metrópole, surge o velho político Bernardo Pereira de Vasconcelos, pouco estimado como cidadão particular, porem, notavel pelos serviços prestados e pelo seu robusto talento, e começa a espalhar entre os políticos a idéia, que chegou a parecer exdrúxula, acerca da regência constitucional da princesa D. Januária.

"Fundava-se em que declarada princesa imperial, e completos os dezoito anos de sua idade em virtude do artigo 26 do pacto fundamental do Estado, competia-lhe a regência do império, terminadas as regências de eleição."

A 9 de abril reuniu-se a assembléa legislativa, em sessão extraordinária, a fim de aprovar o orçamento para o exercício de 1840-1841, assim como também tratar da interpretação do ato adicional. Apesar dos ânimos exaltados a sessão aprovou os desejos do governo.

A 3 de maio reuniram-se no Senado os membros das duas casas do parlamento. Ainda desta vez a sessão correu em calma; após lida a fala do trono, entre os tópicos mais importantes destacava-se o em que exortava os constituintes da necessidade de tratar-se do consórcio das princesas D. Januária e D. Francisca.

A casa nomeou, então, Antônio Carlos, Aureliano de Sousa e Montezuma para elaborarem o projeto de resposta ao discurso da coroa.

Nessa resposta incluíram os membros da comissão um período, que como novidade, causou reparo e admiração. O período estava assim redigido:

"A Câmara, profundamente convencida da importância do consórcio das augustas princesas, sobre o qual V. M. I. tem grande interesse pela natureza e pela lei, e vendo com prazer aproximar-se a maioria de V. M. I., assegura a V. M. I. que se ocupará oportunamente, e com toda solícitude, deste objeto que o trono se dignou oferecer à consideração da assembléa geral."

Propriamente dito não era uma novidade, pois, já em 1837 ha-

viam sugerido a reforma constitucional em favor da maioria antecipada.

Que significaria essa frase — aproximar-se a maioria, quando a constituição era nesse ponto bem clara?

“Ao acreditar-se um notavel parlamentar da época, nos primeiros dias de maio vários senadores e deputados haviam combinado em reunião particular, na casa do senador José Martiniano de Alencar, suscitar a idéia de declarar-se maior o imperador antes da época constitucional, no intuito de por fim aos governos de regência, e iniciar um regime novo, que salvasse os principios liberais do naufrágio, a que eram arrastados pela decadência e demoralização da sociedade.”

De fato, a luta abriu-se na sessão de 12 de maio, quando Honório Hermeto, influente politico mineiro, propôs, imediatamente a supressão da frase relativa à aproximação da maioria.

A idéia, já triunfante entre os politicos, necessitava, todavia do grande apoio moral, que era a aprovação de D. Pedro.

Para isso foram nomeados Antonio Carlos e Martim Francisco.

Prudentes como eram, primeiro atraíram para as fileiras dos maioristas, o marquês de Paranaguá, presidente do Senado, e Aureliano de Sousa o qual dispunha de grande influencia no paço imperial, onde contava como intimos amigos, entre eles, o tutor, o confessor e o mordomo.

Do príncipe conseguiram a anuência, o que veio animar sobremaneira os ânimos dos liberais.

Assim prestando responder, no Senado, ao discurso de Honório Hermeto, Holanda Cavalcanti apresentou um projeto, assinado por seis senadores, visando a decretação da maioria com urgência.

Honório Hermeto, inteligente e sagaz como era, e percebendo que a bandeira desfraldada pelos liberais em prol da maioria ganhava terreno, e temendo uma derrota próxima, confabulou com diversos politicos e na sessão de 18 apresentou um projeto, com o fim de com ele esposar a opinião pública, cuja redação estava redigida nestes termos:

“Os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhes conferirão nas procurações especial faculdade para reformarem o artigo 121 da constituição, a-fim-de que Sua Majestade, o Imperador atual, o Snr. D. Pedro II, possa ser declarado maior antes da idade de dezoito anos completos.”

Os liberais, desconfiando de Honório Hermeto, combateram o seu projeto.

No Senado, na sessão de 20, tentou-se decidir o projeto de Holanda Cavalcanti, em primeira discussão. O marquês de Paranaguá, deixou a presidência, e da tribuna teceu elogios ao projeto, este infelizmente não conseguiu ser aprovado.

Esmorecida a campanha no Senado, levantaram-se em luta os liberais na Câmara, sempre propugnados pela decretação da maioria por lei ordinária, pois que as circunstâncias urgentes não permitiam delongas do processo constitucional.

De maio até 20 de julho as sessões tornavam-se cada vez mais tumultuosas, sempre salientando-se como defensor da regência o grande tribuno mineiro Honório Hermeto, e do lado dos liberais, cada dia mais fortemente amparados pela opinião pública, eram

figuras salientes nos debates. Antônio Carlos, Limpo de Abreu, Martim Francisco, Montezuma, Álvares Machado e Teófilo Otoni.

No norte surgira tempestade ameaçadora, denominada — *Sabinada*, assim chamada por causa do nome de seu chefe, Francisco Sabino da Rocha Vieira, cujo ideal era fundar uma república independente do Império, enquanto durassem as regências.

Nas ruas da metrópole o povo andava inquieto com a situação do país, que já descambava para um verdadeiro caos; grupos de populares percorriam as ruas cantando a seguinte quadra:

Queremos D. Pedro II
Embora não tenha idade,
A Nação dispensa a lei,
E viva a Maioridade.

Na sessão de 20 de julho, Limpo de Abreu pede a palavra e propõe à Câmara que se nomeie uma comissão especial de três membros a-fim-de elaborar o alvitre mais razoável sobre a maioridade de D. Pedro II.

Esta indicação foi aprovada, porem a corrente governista, no intuito de obstar a marcha dos liberais, elegeu para a comissão três membros infensos à maioridade.

Na sessão seguinte, na de 21 de julho, Antônio Carlos exigiu que “hoje mesmo” a comissão desse o seu parecer, sob pena de no dia seguinte trazer, ele próprio, “um projeto feito” a-fim-de cessar a agitação do país.

No meio de grande agitação Antônio Carlos é compelido a apresentar uma proposta declarando D. Pedro II “maior desde já”.

Na sessão de 22 de julho é aprovada a urgência para a discussão do projeto.

É posta em discussão, depois de alguns minutos enquanto davam os seus votos, o presidente vai submeter à votação o projeto, quando recebe, a casa, a comunicação de que havia sido nomeado ministro do Império o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, e, após alguns minutos, lia o 1.º secretário um decreto da regência adiando a assembléia geral para 20 de novembro do mesmo ano de 1840.

Estabelece-se tumulto, e por todos os lados ouviam-se gritos de — calúnia! — traição! — governo conspirador! — viva a maioridade! — viva D. Pedro II!

O silêncio não se restabelece, Antônio Carlos levanta-se e grita — “Quem é patriota e brasileiro siga comigo para o Senado! Abandonemos esta Câmara prostituída!”

Seguido pelo povo, que enchia as galerias, seguem os deputados maioristas para o Senado e lá uma comissão é nomeada encarregada de pedir ao imperador que assumisse imediatamente o poder, pois assim desejava a nação.

Recebida pelo Imperador, este ouvindo a comissão, e após alguns instantes responde que atendia ao apelo da nação e ordenou ao regente que convocasse as Câmaras para o dia seguinte, dia 23 de julho, a-fim-de tomar-lhe o juramento constitucional.

A 23 de julho, do memorável ano de 1840, às 11 horas no Senado o marquês de Paranaguá, na presença do jovem imperador e de uma assistência calculada em 8.000 pessoas, profere em forte e pausada:

“Eu, como órgão da representação nacional, em assembléa geral, declaro desde já maior a Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, e no pleno exercicio dos seus direitos constitucionais.”

Encerrava-se dest'arte um dos periodos mais graves, porque passou a nossa pátria, e começava um dos periodos mais áureos que o Brasil já desfrutou, tendo como chefe da nação um dos vultos maiores do Brasil — D. Pedro II.

Sendo assim, sr. presidente, eu proponho que o Instituto comemore o centenário desta efeméride da maneira que mais convier a este sodalicio.”

ATA DA 7.a SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º secretário, dr. Frederico de Barros Brotero; 2.º secretário, prof. Dácio Pires Correia.

Aos oito de julho de mil novecentos e quarenta, na sala “João Mendes Junior”, da Faculdade de Direito de São Paulo, por estar em obras o prédio do Instituto e impedidas as respectivas dependências, realizou-se a sétima sessão ordinária do ano corrente, na qual foi comemorado, por uma conferência do escritor dr. Cristovão de Camargo, sócio correspondente, no Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o primeiro centenário da maioridade de Dom Pedro II, cuja data precisa se passará a 23 deste mês andante. Presentes os consócios dr. José Torres de Oliveira, Cristovão de Camargo, desembargador Afonso José de Carvalho, João Batista de Campos Aguirra, Menezes Drummon, Bueno Azevedo Filho, Djalma Forjaz, Geraldo Rúffolo, René Thiollier, Domingos Laurito, major Amilcar Salgado dos Santos, e mais os visitantes dr. Franchini Neto, representando o senhor Inventor Federal, dr. Mário Júlio da Silva, Alcindo Torres Loureiro, José Torres de Oliveira Junior, coronel Tenório de Brito e muitas outras pessoas que formavam numeroso e seletto auditório e cujos nomes não foi possível obter, havendo *quorum* foi declarada aberta a sessão, às vinte e uma horas. Asusmiu a presidência o dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, que convidou para secretários, na ausência, por motivo de moléstia, dos efetivos, os consócios dr. Frederico de Barros Brotero, para primeiro, e professor Dácio Pires Correia, para segundo secretário. Tomou igualmente assento à mesa o consócio dr. René Thiollier, secretário da Academia Paulista de Letras. Iniciando os trabalhos, o dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, justifica o motivo pelo qual a sessão estava sendo realizada numa das salas da Faculdade de Direito, gentilmente cedida pelo seu Diretor, dr. Sebastião Soares de Faria, quando deveria ser na própria sede daquela entidade. Entretanto, devido às reformas por que aquela sede está passando atualmente, viram-se os seus diretores na contingência de procurar outro local para a palestra do dr. Cristovão de Camargo. Na última parte de seu rápido discurso, o orador sauda o conferencista da noite, fazendo comentários sobre sua vida de escritor, aludindo aos trabalhos que tem feito, e ao seu grande esforço no sentido de cooperar com os demais membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para a concretização de um fim comum. A seguir dá a palavra ao orador inscrito. Começando sua interessante con-

ferência, o sr. Cristovão de Camargo agradece, inicialmente, o convite do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para abrir a série de trabalhos com que essa associação comemorará o grande movimento que antecipou a proclamação da maioridade de Pedro II, segundo e último imperador do Brasil. Esse emocionante momento da política nacional — declara — é das páginas mais belas de nossa História, marcando o 23 de julho a etapa definitiva para a consolidação integral do Brasil soberano, na plena posse de seus direitos e faculdades. Para estudá-lo, no entretanto — diz o conferencista — é necessário fazer um ligeiro retrospectivo dos fatos que agitavam por aqueles tempos a vida brasileira, bosquejando as duas jornadas máximas desse período: a Independência e a Abdicação. Após ligeiras considerações sobre a vida atribulada do imperador no sul do país, em inspeção às forças em campanha; a agitação da famulagem no Paço e os murmúrios das antecâmaras; e exílio, de São Paulo, da Marquesa de Santos, o conferencista entra a descrever as causas das lutas nos tempestuosos períodos que preparam o golpe da Abdicação. Entrementes, narra o fato do nascimento em São Paulo, de um enjeitado que, mais tarde, iria desempenhar papel de grande relevância no desenvolvimento da situação política e social. Essa criança era o Padre Diogo Antonio Feijó. A seguir, o sr. Cristovão de Camargo historia longamente as lutas tremendas travadas na Câmara durante a Regência pondo em agitação o povo inteiro, que, ávido por uma nova forma de cousas que satisfizesse as suas aspirações, se congrega para a antecipação da maioridade. O orador foi muito aplaudido. Antes de encerrar a sessão, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, depois de agradecer ao conferencista e aos presentes comunicou que o Centro Acadêmico "XI de Agosto" resolveu, pela sua diretoria, participar das comemorações desse grande movimento, realizando uma série de conferências alusivas à passagem histórica. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada. — José Torres de Oliveira. — Frederico de Barros Brotero. — Dácio Pires Correia.

ATA DA 8.a REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE AGOSTO DE 1940

Presidente, dr. Frederico de Barros Brotero; 1. o secretário, prof. João Augusto de Toledo; 2.º secretário, dr. Carlos da Silveira. Aos cinco dias do mês de agosto, de mil e novecentos e quarenta, nesta cidade de São Paulo, e sede do Instituto Histórico e Geográfico, sita à rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e dois, presentes os senhores associados Frederico Brotero, Artur P. de Aguiar Whitaker, Felix Soares de Melo, Carlos da Silveira, Amílcar Salgado dos Santos, Amador Florence, Enzo Silveira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro, João Toledo, Carlos Alberto da Costa Nunes, Geraldo Rúffolo, Felix Guisard Filho, José Cássio de Macedo Soares, Dácio Pires Correia, Fausto A. Prado Penteadó, Domingos Laurito, Pedro Dias de Campos e Menezes Drummond e, como visitante, o senhor Artur Voigtlander; às vinte e uma horas, por haver *quorum*, assumiu a cadeira presidencial o senhor doutor Frederico de Barros Brotero, segundo vice-presidente, na ausência do doutor presidente perpétuo e do primeiro

vice-presidente. Funcionaram nos lugares de secretários os efetivos — professor João Augusto de Toledo, como primeiro, e dr. Carlos da Silveira, como segundo. Estando presente, na antessala, para tomar posse, o sócio efetivo dr. José Cássio de Macedo Soares, o senhor presidente nomeia uma comissão composta dos consócios major Amílcar Salgado dos Santos e doutores Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho a-fim-de introduzirem, na sala das sessões, o recipiendário, o que foi feito debaixo de uma salva de palmas, tendo o novo sócio assinado o livro de presença, tomado assento na assembléa e recebido afetuosa saudação por parte do senhor presidente. O segundo secretário procede, a seguir, à leitura da ata da sessão anterior, de cinco de junho, a qual foi aprovada sem debate e assinada pela mesa. Pede então a palavra o sócio dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e fala sobre a morte recente, ocorrida na Baía, do doutor João da Silva Campos, membro do Instituto Histórico da Baía, personalidade de relevo no seio da intelectualidade baiana, o qual, havendo sido proposto pelo orador, para sócio do Instituto Histórico de São Paulo, fora aceito pela comissão regimental, devendo apenas ser votado, pela assembléa, o parecer que teria de ser necessariamente aprovado dados os predicados do morto. Propunha então o orador um voto de profundo pesar pelo passamento do historiador de quem se trata, e, considerado pela casa como se já pertencesse ao quadro social, fosse enviado à família enlutada um ofício de pêsames, o que foi aprovado. Continuando com a palavra, o consócio doutor Bueno de Azevedo Filho, discorre sobre o terceiro centenário da aclamação de Amador Bueno e justifica o seu ponto-de-vista favorável a uma comemoração condigna de um vulto que considera grandioso, lembrando que, entre as manifestações relativas ao ato, bem se poderia organizar uma, genealógica, com a publicação da descendência do grande paulista. O senhor presidente responde que, quanto à comemoração de que se trata, havia ela sido já aventada, na sessão próxima passada, de cinco de junho, e que o senhor presidente perpétuo do Instituto já se havia manifestado favoravelmente a respeito, tendo tido até palavras de entusiasmo sobre a figura de Amador Bueno. Nessas condições, estando o assunto nesse pé, deixava de por em votação esta proposta do ilustrado e operoso consócio, de vez que o Instituto já se manifestou, pela voz do seu presidente perpétuo, em sentido francamente favorável ao ponto-de-vista do orador. O senhor presidente fala então, sentidamente, a respeito do passamento, ocorrido em dezesseis de julho próximo findo, do sócio efetivo senhor Antônio Felix de Araujo Cintra, muito amigo da associação, terminando por mandar inserir um voto de pesar na ata dos trabalhos, certo como estava de interpretar os sentimentos de todos os presentes. Continuando com a palavra o senhor presidente lê um comunicado do consócio major Amílcar Salgado dos Santos, pedindo para que fosse retirada a proposta que há tempos fizera, de se dar o nome de "Duque de Caxias" à ponte sobre o rio Pinheiros, no bairro desse nome, na Capital; conclue dizendo que uma vez que o autor da proposta a retirava, nada mais competia a ele, presidente, senão aceder a esse desejo, retirando a referida proposta. Pede então a palavra o doutor Geraldo Ruffolo e discorre sobre o centenário do nascimento do monsenhor doutor Francisco de Paula Rodrigues, contando aos presentes que ele orador desejava, na próxima sessão ordinária, quando houvesse maior auditório, referir fato curioso que se passara entre o orador

e o Padre Chico, assunto de alto interesse que se prende à notável personalidade do saudoso sacerdote; e o senhor presidente respondeu afirmativamente, dizendo que o Instituto teria o maior prazer em ouvir o orador, na próxima sessão, para a qual ficava desde já inscrito, conforme pedira, sendo que então já deverá estar preparado o salão de conferências, ora em obras. Declara, a seguir, o senhor presidente, que o consócio senhor Felix Soares de Melo acaba de oferecer ao Instituto 12 volumes de *Anais* da Câmara dos Deputados de São Paulo, sendo 8 encadernados, dos anos de 1844-1845, 1909, 1912, 1919, 1920, 1921, 1922 e 1926, e 4 em brochura, dos anos de 1840-1841, 1852-1853, 1854-1855 e 1856, oferta essa recebida com especial agrado. Passa então a assembléia a resolver sobre a admissão de novos sócios, entrando em primeiro lugar, em votação, a proposta, para sócio correspondente, referente ao senhor Alamiro de Avila y Martel, chileno, com parecer favorável da respectiva comissão — sendo aprovada por dezessete votos, estando presentes, no momento da votação, dezessete consócios. Em segundo lugar, foi votada a proposta concernente ao reverendíssimo cônego doutor Emílio José Salim, de Campinas, para sócio correspondente, com parecer favorável, obtendo dezessete votos dos dezessete presentes, ou seja aprovação unânime. Em terceiro lugar entrou em votação e foi aprovada a proposta atinente ao professor Teodoro Jerônimo Rodrigues de Moraes, para sócio efetivo, com parecer favorável, a qual recebeu dezesseis votos "sim", dos dezoito sócios presentes no momento da votação. Em quarto lugar entrou em votação a proposta tocante ao doutor Tito Lívio Ferreira, para sócio efetivo, com parecer favorável, a qual recebeu quatorze votos dentre os dezoito presentes no momento da votação, sendo considerada aprovada. Em quinto lugar entrou em votação a proposta com o nome do senhor Amadeu Nogueira, para sócio efetivo, com parecer favorável e foi aprovada por quinze votos colhidos entre os dezenove sócios presentes no momento. Em sexto e último lugar entrou em votação a proposta relativa ao senhor José Furtado Cavalcanti, para sócio efetivo, com parecer favorável, e foi aprovada por haver recebido dezesseis votos dentre os dezenove presentes. Terminadas as votações, e proclamados sócios os votados, pediu a palavra o doutor Geraldo Rúffolo, para dirigir votos de boas-vindas ao consócio doutor Felix Guisard Filho, por haver este acabado de regressar do Japão, aonde fora a passeio e a estudos, sendo o orador muito aplaudido. Em agradecimento falou o doutor Felix Guisard Filho, prometendo para mais tarde uma narrativa de sua interessante e proveitosa viagem. Fala ainda o doutor José Cássio de Macedo Soares que se manifestou gratíssimo às palavras com que foi saudado pelo senhor presidente, e também hipotecou seu inteiro apoio e sua incondicional solidariedade ao Instituto, para a realização do seu programa de desenvolvimento dos estudos históricos em São Paulo. O consócio doutor Domingos Laurito comunicou que assistiu, a treze do mês de julho transato, na Faculdade de Direito, à sessão de posse, como membro honorário do Instituto de Direito Social, de s. ex. revma. d. José Gaspar de Afonseca e Silva; havendo cumprimentado o recipiendário, bem como o doutor Antônio Ferreira Cesarino, presidente do referido Instituto de Direito Social, não só no próprio nome como também em nome do Instituto Histórico de que, aliás, ambos os cumprimentados fazem parte; o senhor presidente tomou conhecimento do ato do doutor Domingos Laurito e agradeceu. Nada mais havendo a tratar e ninguém mais

pedindo a palavra, o senhor presidente doutor Frederico de Barros Brotero agradeceu o comparecimento de todos e a todos convidou para a próxima sessão de cinco de setembro vindouro; e encerrou a sessão às vinte e duas horas e meia. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 5-9-1941. — *Carlos da Silveira*. — *A. P. de Aguiar Whitaker*. — *Plínio de Barros Monteiro*.

ATA DA 9.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1940

Presidente, dr. Carlos da Silveira; 1.^o Secretário, dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker; 2.^o Secretário, dr. Plínio de Barros Monteiro.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta, em sua sede, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sua nona sessão ordinária, relativa ao corrente ano social, com a presença dos seguintes senhores associados: drs. Carlos da Silveira, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Amador Bueno Machado Florence, Plínio de Barros Monteiro, Enzo Silveira, Alvaro Soares de Oliveira, desembargador Afonso José de Carvalho, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Carlos Alberto da Costa Nunes, Antônio Augusto de Menezes Drummond, Geraldo Rúffolo, tenente-coronel Salvador de Moya e prof. Dacio Pires Correia. Como estivessem ausentes os senhores dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, dr. Alvaro de Sales Oliveira, 1.^o vice-presidente, dr. Frederico de Barros Brotero, 2.^o vice-presidente, desembargador dr. Júlio Cesar de Faria, 3.^o vice-presidente, e prof. João Augusto de Toldo, 1.^o secretário, assumiu a presidência dos trabalhos o dr. Carlos da Silveira, 2.^o secretário, o qual, abrindo a sessão, convidou o dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker para funcionar como 1.^o secretário e o dr. Plínio de Barros Monteiro para funcionar como 2.^o. Em seguida, esclarece o sr. presidente que, em vista da ausência do dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, deixava de ser lida a correspondência, a qual, entretanto, estava sobre a mesa, à disposição dos senhores associados. Procede-se, então à leitura da ata da sessão anterior e como, aberta a discussão, não houvesse nenhum sócio que desejasse fazer uso da palavra, foi a mesma lida por aprovada. Passando à primeira parte da ordem-do-dia, declarou o sr. presidente que se procederia, a seguir, à leitura, discussão e votação de algumas propostas para novos sócios. Isso feito, verificou-se o seguinte resultado: Comendador Ferruccio Rubbiani, eleito sócio efetivo, por sete votos contra seis; dr. Luiz Eulálio Bueno Vidigal, com seis votos favoráveis e sete contrários à sua admissão como sócio efetivo; dr. Domingos Rubião Meira, eleito sócio efetivo, por doze votos favoráveis e um contrário; dr. Eduardo de Araujo Ferreira Jacobina, eleito sócio correspondente, com um voto contrário e doze favoráveis; e dr. José Ferreira de Melo Nogueira, eleito sócio efetivo, por sete votos contra seis. Pede a palavra o dr. Geraldo Rúf.

folo e faz eloigosas referências à *plaquette* intitulada *Deodoro, Rui e a Proclamação da República*, oferecida pelo autor, o sócio benemérito embaixador dr. José Carlos Macedo Soares. Em seguida, propõe o dr. Alvaro Soares de Oliveira um voto de congratulações pela data de 7 de setembro. Fala, depois, o dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho sobre o andamento de suas laboriosas investigações em torno da personalidade e, particularmente, da genealogia de Amador Bueno, o Aclamado, as quais espera ver terminadas dentro de pouco tempo. A seguir, o consócio Amador Bueno Machado Florence discursa sobre a personalidade de Tácito de Almeida e propõe um voto de profundo pesar pelo seu recente falecimento. O sr. presidente apoia as palavras do consócio Amador Bueno Machado Florence, dizendo estar de inteiro acordo com a homenagem proposta, não só por tratar-se de um sócio do Instituto, mas, principalmente, em atenção aos méritos excepcionais do falecido, que conheceu pessoalmente e com quem teve ocasião de trabalhar no julgamento de teses apresentadas em dois concursos promovidos pelo Departamento Municipal de Cultura. Pede a palavra o desembargador dr. Afonso José de Carvalho e propõe que se envie ao dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, um telegrama de apoio à sua atuação como membro da delegação de São Paulo ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia, que ora se realiza em Florianópolis. Em aditamento a essa proposta, o dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho sugere que também ao próprio Congresso se envie um telegrama, pelo qual se manifesta não somente a adesão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como também o desejo de que o certame possa trazer reais benefícios ao progresso e estudo da geografia nacional. São feitas, a seguir, pelo sr. presidente, encomiosas referências ao dr. Gastão de Meireles França, há pouco falecido em Guaratinguetá, onde viveu largos anos e onde se dedicou, com afinco, ao estudo das tradições daquela cidade e à genealogia das famílias do Vale do Paraíba, sem que, infelizmente, tivesse chegado a publicar os resultados de seu trabalho. Pede que se consigne em ata um voto de pesar pelo passamento do ilustre linhagista, o qual, embora não tivesse pertencido ao quadro soeial do Instituto, para este contribuiu, indiretamente, com os seus valiosos estudos e pesquisas de caráter científico. Torna a pedir a palavra o consócio Amador Bueno Machado Florence, para propor, desta vez, um voto de felicitações ao Instituto Heráldico-Gençalógico, pelo novo e belo volume que acaba de publicar de sua *Revista*. Manifesta-se de acordo com essa porposta o dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, mas sugere que, por igual motivo, se estenda a homenagem ao novel Instituto Gençalógico Brasileiro. Por fim, o dr. Geraldo Rúffolo informa que deverá chegar a São Paulo, brevemente, o dr. Pedro Calmon, a fim de tomar parte nas festas com que a Casa de Portugal pretende comemorar os dois centenários portugueses, a saber, o da Fundação e o da Restauração. Termina pedindo que o Instituto adira a tais comemorações. Aprovadas todas essas propostas e não havendo mais quem deseje fazer uso da palavra, é encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 5-10-1941. — José Torres de Oliveira. — Carlos da Silveira. — A. P. de Aguiar Whitaker.

ATA DA 10.a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM
5 DE OUTUBRO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º Secretário, dr. Carlos da Silveira; 2.º Secretário, dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 1940, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou-se a décima e penúltima sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Plínio de Barros Monteiro, Carlos da Silveira, Marcelo Piza, Frederico de Barros Brotero, Felix Guisard Filho, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Cândido de Sousa Campos, Carlos Alberto da Costa Nunes, Demétrio Justo Seabra, José Carlos de Ataliba Nogueira, tenente-coronel Salvador de Moya, Enzo Silveira, Geraldo Ruffolo, coronel Pedro Dias de Campos, Roberto Carregal Pompílio Tayler e prof. Dácio Pires Correia. Assumiu a presidência dos trabalhos o dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, que justificou a ausência, por motivo de força maior, do prof. João Augusto de Toledo, 1.º secretário, e convidou, para substituí-lo, na forma regimental o 2.º secretário, dr. Carlos da Silveira, e, para o lugar deste, o dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker. Comunica o sr. presidente que, tendo deixado de comparecer o dr. Eduardo de Araujo Ferreira Jacobina, o qual deveria ser empossado como sócio correspondente e realizar, na segunda parte da ordem-do-dia, uma conferência sobre *Américo Vespucci e o Descobrimento do Brasil*, seria s. ex. substituído pelo dr. Felix Guisard Filho, que já se achava inscrito, há tempos, para fazer uma palestra em torno de sua recente viagem ao Japão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o sr. presidente retoma a palavra e observa que a correspondência do Instituto, conquanto em dia e devidamente ordenada, não continha nenhum fato novo que merecesse ser relatado aos presentes. Cumpria, contudo, destacar os officios trocados entre a Secretaria da Interventoria e a Presidência do Instituto, a propósito da representação de S. Paulo no IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado, em Florianópolis dos dias 7 a 17 de setembro último. Como, porem, terá s. ex. de fazer o relato da excursão que, no desempenho da missão que lhe fora confiada, empreendeu aos Estados do Paraná e de Santa Catarina, prefere deixar para essa oportunidade a leitura daqueles dois officios. Em seguida, o sr. presidente comunica que a Biblioteca tem recebido, como de costume ofertas de valor, as quais foram devidamente registadas, tendo sido enviadas aos ofertantes as habituais cartas de agradecimento. Anunciada a primeira parte da ordem-do-dia, comunica o sr. presidente que o Instituto recebeu, meses atrás, a honrosa visita do dr. Costa e Silva Sobrinho, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, o qual se achava acompanhado do dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, sócio efetivo e orador oficial do congêneres paulista. Nessa ocasião, foi o sr. presidente convidado, pelo dr. Costa e Silva Sobrinho, para realizar uma conferência, no Instituto de Santos, com o fim de comemorar-se o 3.º centenário da fundação do convento do Valongo. Infelizmente, por motivo de força maior, não pôde aceitar o convite, mas prometeu ao visitante que, oportunamente, iria a Santos e, então, faria uma palestra sobre assunto a escolher. Comunica ainda o sr.

presidente que o Instituto foi honrado com a visita do dr. Nestor dos Santos Lima, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Norte, o qual participou com s. ex., como delegado de seu Estado, dos trabalhos do IX Congresso Brasileiro de Geografia, onde se destacou como uma figura de fino trato social e de grande ilustração. Feitas essas duas comunicações, o sr. presidente anuncia que há sobre a mesa várias propostas para admissão de novos sócios. O sr. 1.º secretário lê a que se refere a dona Marina de Andrada Procópio de Araujo, a qual é pelo sr. presidente encaminhada à respectiva comissão técnica, para o devido parecer. A seguir, o sr. presidente comunica ter recebido da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas, presidida pelo dr. Altino Arantes e da qual é secretário o dr. Álvaro Soares Brandão, um convite para realizar uma conferência sobre o 4.º centenário da fundação da Companhia de Jesús, em 15 de julho de 1941, na série organizada para o programa de comemorações. Acedeu s. ex. ao convite, comprometendo-se a fazer essa conferência na data designada. Deixam de ser postas em votação as propostas para novos sócios, por ter sido aprovada a sugestão do coronel Pedro Dias de Campos no sentido de inverter-se a ordem dos trabalhos, de maneira que possa logo usar a palavra o dr. Felix Guisard Filho. Discursando, então, com raro brilho, o dr. Felix Guisard Filho, que faz a anunciada palestra acerca de sua recente viagem ao Japão. Depois de apreciar vários aspectos curiosos das cidades que percorreu, adverte o orador que o tempo se escoa rapidamente e que, nestas condições, prefere interromper-se para continuar em outra oportunidade a dissertação sobre suas impressões de viagem. Toma a palavra o sr. presidente e, depois de agradecer ao dr. Felix Guisard Filho a interessante e instrutiva exposição produzida, passa a fazer a narrativa de sua excursão a Florianópolis, em setembro último, como representante do Instituto e membro da delegação do Estado de S. Paulo junto ao IX Congresso Brasileiro de Geografia. Descreve s. ex. aspectos de várias regiões e cidades que pôde visitar, detendo-se em observações sobre o clima, o povo e o progresso de Curitiba, Florianópolis, Blumenau, Jataí, Joinville e outros. Terminado o Congresso, teve s. ex. a oportunidade de visitar as minas de carvão de Crissiuma e de Urussanga, em atenção ao convite que lhe dirigiu, e a outros congressistas, o engenheiro dr. Haroldo Pederneiras, diretor das Estradas-de-Rodagem de Santa Catarina. Na volta, viajando sempre pela estrada de rodagem, pôde de novo apreciar o progresso de Curitiba e, daí, por via férrea, foi até Paranaguá, onde admirou as obras da arrojada construção ferroviária, orgulho da engenharia nacional. Ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, cuja presidência de honra coube ao dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina, e a presidência efetiva ao ministro dr. Bernardino José de Sousa, compareceram cerca de 200 congressistas, todas pessoas de grande projeção em nosso mundo científico. Foram examinadas nada menos de 214 teses, as quais foram distribuídas, para esse fim, por diferentes comissões, tendo sido o orador nomeado para a de Geografia Humana e para a Comissão Especial encarregada de catalogar, apreciar e premiar os trabalhos cartográficos. Findo o seu relatório, o sr. presidente justificou a ausência, por motivo de moléstia, do dr. Américo Brasileiro Antunes de Moura, que se acha em tratamento no Hospital Alemão, e ao qual fará s. ex. uma visita, em companhia dos sócios que o desejarem. Essa iniciativa é aplaudida pelo coronel Pedro

Dias de Campos, que manifesta o desejo de participar da comissão de visitantes. Pede, então, a palavra o dr. José Carlos de Ataliba Nogueira e propõe um voto de louvor ao sr. presidente pelo desempenho dado por s. exa. à representação do Instituto e do Estado de São Paulo no IX Congresso Brasileiro de Geografia. Corrobora essa sugestão, unanimemente aprovada, o dr. Geraldo Rúffolo, que aproveita o ensejo de encontrar-se na tribuna para propor um voto de congratulações pela passagem, no dia 1.º do corrente, de mais um aniversário do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Terminada a breve oração do dr. Geraldo Rúffolo, pede a palavra o dr. Bueno de Azevedo Filho, para manifestar, de público, o seu reconhecimento ao dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, por ter s. ex. comparecido à conferência que, horas antes, realizou o orador sobre a pessoa e os descendentes de Amador Bueno de Ribeira. Em seguida, o dr. Cândido de Sousa Campos propõe que, devido ao adiantado da hora, seja suspensa a sessão, ficando adiada a votação das propostas para novos sócios. O sr. presidente comunica ter comparecido à recepção oferecida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina aos participantes do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Nessa ocasião, teve s. ex. a oportunidade de dirigir uma saudação àquela sociedade cultural e, especialmente, ao seu presidente, o ilustre desembargador dr. Henrique Fontes. Por fim, aprovada a proposta do dr. Cândido de Sousa Campos, são encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada, em 25-1-1941. — José Torres de Oliveira. — N. Duarte Silva. — Tito Livio Ferreira.

ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º Secretário, dr. Carlos da Silveira; 2.º Secretário, dr. Hermes Pio Vieira.

“Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, realizou-se a undécima sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que encerrou o ano social de 1940. Destacou-se, na grande assistência, a presença dos seguintes sócios: drs. José Torres de Oliveira, Afonso de Escragolle Taunay, José Eugênio de Paula Assiz, Carlos da Silveira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Francisco Antônio de Almeida Morato, Aureliano Leite, Enzo Silveira, Herbert Baldus, Marcelo de Toledo Piza e Almeida, Amador Bueno Machado Florence, Afonso José de Carvalho, Fausto de Almeida Prado Penteado, Plínio de Barros Monteiro, Hermes Pio Vieira, Carlos Alberto da Costa Nunes, Geraldo Rúffolo, Tito Livio Ferreira, Buenaventura Caviglia Hijo, Eduardo d’Araujo Ferreira Jacobina, major Amílcar Salgado dos Santos, coronel Pedro Dias de Campos, prof. Dácio Pires Correia e padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire. Justificaram sua ausência, por motivo de força maior, o dr. José Carlos de Ataliba Nogueira e o tenente-coronel Salvador de Moya, ambos sócios efetivos. Enviou seu cartão, alegando não poder comparecer, o tenente-coronel

Francisco Júlio Cesar Alfieri, diretor da B. A. M. da Força Pública e representante da B. M. do Ministério da Guerra. Abrindo a sessão, o sr. presidente, dr. José Torres de Oliveira, convocou o 2.º secretário, dr. Carlos da Silveira, para substituir o prof. João Augusto de Toledo, 1.º secretário, que faltou com causa participada, e, para funcionar como 2.º secretário, o suplente, dr. Hermes Vieira. Composta assim a mesa diretora dos trabalhos e depois de justificada, também, a ausência do major Firmino Augusto de Godói, nomeou o sr. presidente uma comissão composta dos drs. Herbert Baldus, Bueno de Azevedo Filho e Marcelo Piza, para introduzir no recinto, a-fim-de tomarem posse de suas cadeiras, os novos sócios que para esse fim se achavam na antessala, a saber: dr. Eduardo d'Araujo Ferreira Jacobina, eleito sócio correspondente; dr. Tito Lívio Ferreira, eleito sócio efetivo; e dr. Buenaventura Caviglia Hijo, uruguaio, eleito sócio correspondente. Recebidos de pé pelo brilhante e numeroso auditório, foram os recipiendários convidados, pelo sr. presidente, a assinar o livro de presença. Satisfeita essa formalidade, dirigiu-lhes o sr. presidente, em nome do Instituto, uma expressiva saudação, pondo em relevo os méritos de cada um: do dr. Eduardo Jacobina, cuja invulgar erudição ainda há pouco se revelara, mais uma vez, numa memória enviada ao Instituto e, posteriormente, com algumas modificações, publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, sobre *O Descobrimento do Brasil e o Monumento a Américo Vespucci*, a qual, sob uma forma nova, constituiria o tema de sua anunciada conferência na presente sessão; do dr. Tito Lívio Ferreira, nome fartamente conhecido em nosso meio intelectual, particularmente pelos seus excelentes artigos divulgados pela imprensa diária de São Paulo, nos quais tem abordado, com admirável peruciência, assuntos relacionados com a evolução histórica do Brasil e, principalmente, de São Paulo; e, finalmente, do dr. Buenaventura Caviglia, autor de numerosos e interessantes trabalhos de pesquisa histórica, geográfica e etnográfica, em muitos dos quais dá prova, de par com o seu vasto conhecimento de um profundo e sincero interesse pelas cousas do nosso país. Pede a palavra, em seguida, o dr. Tito Lívio Ferreira, que, agradecendo sua eleição, assim como as palavras proferidas pelo sr. presidente, lê um brilhante e comovido discurso, no qual, salientando a beleza dos estudos históricos e a necessidade de sua maior difusão, assume o compromisso de empregar os seus melhores esforços em prol do progresso do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (*). Produz, então, um eloquente improviso, em língua castelhana, o dr. Buenaventura Caviglia, pelo qual manifesta o seu agradecimento ao Instituto e, em particular, ao seu presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira. Cita, ainda, os nomes dos drs. Afonso de Taunay, Roberto Simonsen, Plínio Airoso e vários outros escritores brasileiros, cujos trabalhos são de longa data conhecidos e apreciados no Uruguai. Terminando, manifesta o orador o desejo de continuar, como até aqui, os seus estudos sobre assuntos referentes ao Brasil, fazendo votos por que se firmem cada vez mais as boas relações, de cultura e de cordialidade, existente entre o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, de que também é sócio, e o seu congênere de São Paulo. Pediu a palavra, depois, o dr. Eduardo Jacobina, o qual, principiando por preferir algumas palavras de comovido agradecimento, passou, em elegante associação de idéias, ao assunto de sua conferência: *Américo Vespucci e o Descobrimento do Brasil*. Sustenta o orador, à base de abundante documentação, elucidada por indicações no planisfério

e no mapa geográfico do Brasil, assim como por demonstrações gráficas no quadro negro, a tese de que, muito antes de Colombo e de Vespucci, já em meados do século XV, estava o Brasil descoberto pelos portugueses. Chama a atenção do auditório para os grandes conhecimentos de navegação revelados por Cabral em sua viagem ao Brasil, orientando-se exclusivamente pela extrema variabilidade da direção dos ventos. Prefere o conferencista citar, em apoio de sua tese, autores italianos, os quais são unânimes em atribuir aos portugueses a prioridade da descoberta. Disserta, com raro brilhantismo, pelo espaço de hora e meia, prendendo sempre a atenção da assistência, para terminar pela afirmativa de que não procede a recente pretensão italiana, segundo a qual Vespucci teria sido um predecessor dos navegantes lusitanos. Finda a conferência do dr. Eduardo Jacobina, que mereceu calorosos e prolongados aplausos do seletto auditório, o sr. presidente agradece ao conferencista sua valiosa contribuição e, depois de fazer elogiosas referências às suas qualidades de expositor e de erudito, declara que a questão continua aberta, podendo ser ventilada por qualquer sócio do Instituto, quer para corroborar, quer para retificar a tese tão brilhantemente defendida, desde que se respeitem as normas consuetudinárias de elevação de linguagem e de limitação ao âmbito puramente científico. Por fim, observa o sr. presidente que, devido ao adiantado da hora, deixava de mandar proceder a leitura da ata da sessão anterior, ficando igualmente adiadas as matérias relativas ao expediente e a discussão e votação das propostas de novos sócios. Aproveita, porem, a oportunidade para comunicar que, devendo ser comemorada em 3 de abril próximo futuro a data tricentenária da aclamação de Amador Bueno de Ribeira, resolveu nomear, como o fazia no momento, a comissão que tratará, sob a sua eventual presidência, da referida comemoração. Corpor-se-á essa comissão dos seguintes sócios: drs. Afonso de Escragnolle Taunay, Aureliano Leite, Bueno de Azevedo Filho, Alfredo Ellis Junior, Felix Guisard Filho e prof. Dácio Pires Correia. A seguir, o sr. presidente comunica à assembleia que, em 25 de janeiro vindouro, na sessão de abertura dos trabalhos sociais de 1941, serão recebidos, como sócios do Instituto, ss. excias. os srs. D. José Gaspar de Afonseca e Silva, arcebispo metropolitano, D. Francisco de Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, dr. Domingos Rubião Meira, dr. José de Moura Resende e dr. Gofredo da Silva Teles, os quais serão saudados pelo orador oficial sr. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira. Pede, então, a palavra o dr. Geraldo Ruffolo, para propor que se enviem felicitações ao desembargador dr. Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, sócio do Instituto, por motivo de sua elevação ao cargo de presidente da Corte de Apelação de São Paulo. Aprovada essa sugestão, o sr. presidente apresenta os agradecimentos do Instituto a todos os consócios por sua eficiente e brilhante cooperação, assim como por sua respeitosa cordialidade para com a Diretoria e todos os confrades; às autoridades civis, eclesiásticas e militares, especialmente aos srs. Interventor, Prefeito e Arcebispo, pelas atenções com que tanto prestigiaram o Instituto; à Imprensa diária da Capital, que sempre auxilia o sodalicio, dando o devido destaque aos comunicados e notícias referentes aos trabalhos sociais; e a todas as pessoas que, com o seu carinho e amizade, tanto tem confortado e animado a vida associativa. Encerrando os trabalhos, o sr. presidente convida os sócios e demais pessoas presentes para a sessão magna, que se realizará no dia 1.º de novembro próximo e na qual será feito o elogio histórico dos sócios falecidos durante

o ano social findo, em número de oito, e que são os seguintes: prof. Vicente do Rego Temudo Lessa, dr. José Pereira de Queiroz, dr. José Francisco de Queiroz Teles, dr. Ricardo Severo, dr. Tácito de Almeida, cel. Antônio Felix de Araujo Cintra, dr. Leopoldo de Freitas e general José Maria Moreira Guimarães. E assim, às vinte e três horas e quarenta minutos, fica encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 25-1-941. — José Torres de Oliveira. — N. Duarte Silva. — Tito Livio Ferreira”.

(*) É o seguinte o discurso do sr. prof. Tito Livio Ferreira:

“Exmo. sr. presidente, exmas. senhoras, meus senhores, preza- dos consócios.

Honroso para mim, é sem dúvida, a prova de apreço que me destes, com admitir-me neste alto sodalício. Agradeço-vos, sinceramente, esse gesto de vossa parte, para comigo. Todavia cumpro o dever de manifestar quanto sou gratíssimo ao exmo. sr. presidente prpétuo, o dr. José Torres de Oliveira, pelas suas generosas palavras proferidas há pouco, a meu respeito. De há muito acompanho, com o espírito e com o coração, os trabalhos por vós realizado. Estes despertavam o meu entusiasmo. Porisso eu os aplaudia. Aplaudia-os com entusiasmo, porque via e vejo, como neste grêmio se cultua o passado histórico e social de nossa terra. E cultivar a tradição, pesquisar usos e costumes de outrora, é reviver o espírito de nossa gente, remoçando-o.

Aqui reunis, com devotado carinho, os materiais necessários ao estudo de nossa história. Esse trabalho, contínuo e seletivo, prepara, através do passado, no presente fugidio, o edificio do futuro da nacionalidade. E, ao coligir esse material precioso, o vosso coração dirige, orienta e guia a vossa inteligência, esclarecida e pesquisadora.

Historiadores, filósofos e sociólogos, formam, com a graça de Deus, a honesta e laboriosa familia, congregada espiritualmente, ao nobre serviço da verdade e dos fatos memoráveis. Intuitivos e objetivos, procuram attingir, com as luzes da ciência, a realidade histórica, documentando-a.

Desde Heródoto, o cronista curioso, conforme a designação taianeana, aos analistas e memorialistas gregos e romanos, a História é, evidentemente, uma lição e um espetáculo. Narrativa dramática, deve, como a epopeia, rutilar em panoramas, em perfis, em ação, em movimento. Deve ainda, no seu desenvolvimento, agir com rapidez, com interesse, com vivacidade, decotada enfim de pesados e mornos acessórios, quase sempre inuteis. Porisso ela pesquisa, recolhe, separa, selecciona, ordena, gradua e narra. Serena, sóbria e séria, com todo o seu *clarissimus candor* analisa, esclarece e ilumina. Se às vezes, como afirma Quintiliano, *supra quam enarrari potest eloquentem* é porque encanta, emociona e humaniza.

A imaginação e a ciência penetram juntas no fundo remoto do passado. Recolhem imagens, idéias, sentimentos e crenças em cujo interior palpitante, perpassam reis e povos, no alto relevo dos acontecimentos humanos. Ascensional e extenso é o labor da civilização em marcha impulsionada pela virtude, pela fé, pela moral, pela religião,

desse homens avezados ao agora, ao forum, aos campos de batalha, às Universidades, aos Governos, às ciências, às letras e às artes.

Dai Tucídides, Tácito e Tito Lívio guardarem a unidade sábia, a gradação equilibrada e a harmonia esbelta. Filósofo e narrador, Tucídides narra os fatos, comentando-os. Tácito, poeta e colorista, retraca o passado na síntese dos acontecimentos e do estilo. Orador, elegante e ático, Tito Lívio descreve com imaginação, com alma, com eloquência, a majestade romana e civilizadora da república. E assim, mais espirituais que materialistas, com serena sabedoria, esses historiadores atravessaram os séculos sem nada perderem de suas características enobrecedoras da verdade, das pátrias e das civilizações antigas.

Para bem conhecido historiógrafo de século XIX, a História pode ser comparada a uma coluna polígona de mármore. Para examiná-la torna-se preciso andar-lhe ao redor, mirá-la em todas as faces. Estudá-la bem a estrutura, decifrar-lhe os enigmas, compreendê-las a significação, é o dever, intrépido e severo, dos estudiosos das cousas do passado.

Esse dever vós o cumpris, sem esmorecimentos. Viveis aqui nesse perene diálogo das cousas pátrias, com a alma e o coração embalados pela radiosa visão das glórias nacionais: Formais, com o vosso inteligente esforço, esse inestimável patrimônio de fatos, notícias, debates, notícias e memórias, publicadas na *Revista do Instituto*. Esclareceis dúvidas, controvérsias ou hipóteses. Investigais, com beneditina paciência esse áureo filão de pretérito. E prestais, com a vossa relevante atividade, informações seguras, precisas e verdadeiras, referentes a São Paulo e ao Brasil.

Enriqueceis ainda as estantes dos estudiosos de nossa História, dos zelosos de nossas tradições, dos amantes de nosso usos e costumes, com a publicação periódica de valiosa, útil e prestadia documentação, para os tempos vindouros. Salvais assim do esquecimento e da destruição, todo esplendor de nosso passado, onde não morrem as nossas grandezas.

Ao entrar para o seio de vossa ilustre e alta companhia, bem é que vos faça promessas, pois correria, sem o querer, o risco de não vir a cumpri-las. Todavia espero, com as forças que Deus me deu, colaborar convosco, nessa grande obra de reconstrução do nosso passado histórico e social. Há de animar-me o exemplo de vossa operosidade. Espero assim corresponder à confiança depositada pela vossa indulgência em meu esforço e em minha boa vontade. Trilharrei convosco os gloriosos caminhos de nossa história. E com as luzes de vossa experiência e de vosso talento, procurarei cooperar para revivescência dos fastos luminosos de nossa terra e de nossa gente.

Alicerçada na geologia moral dos povos e das sociedades, a história é a síntese política, social, econômica e religiosa dos acontecimentos encadeados através dos tempos. Reflete-se no sortilégio da forma literária todo o envolvente prestígio das épocas vividas, no evocamento deslumbrante do passado. Cultuemos, senhores, essas tradições, revivendo-as. E assim se humanizará, na síntese de nossas emoções, de nossas idéias, de nossos sentimentos, o espírito imortal de nosso povo, a iluminar, com o seu clarão mais puro, a cultura e a civilização de nossa Pátria. Disse."

SESSÃO MAGNA, REALIZADA EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1940

Presidente, dr. José Torres de Oliveira; 1.º secretário, dr. Carlos da Silveira; 2.º secretário, dr. Aureliano Leite.

No dia 1.º de novembro de 1940 realizou-se a sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, especialmente consagrada à comemoração do 46.º aniversário do sodalício e, bem assim, dos sócios falecidos no decurso do ano social findo em 25 de outubro último. Na numerosa e seleta assistência, destacavam-se, além da presença das exmas. famílias dos homenageados, a dos seguintes sócios, drs. José Torres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira, Aureliano Leite, Plínio de Barros Monteiro, Alvaro Soares de Oliveira, Domingos Laurito, Tito Lívio Ferreira, des. Afonso José de Carvalho, Carlota Pereira de Queiroz, Edmundo Krug, Jorge Bertoloso Stella, Amador Bueno Machado Florence, José Carlos de Ataliba Nogueira, Cândido de Sousa Campos, Geraldo Ruffolo, Paulo Barbosa de Campos Filho, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, cel. Pedro Dias de Campos, Felix Soares de Melo e prof. Dácio Pires Correia. Por intermédio do sr. Amador Florence, justificou sua ausência o dr. Rúbens Borba Alves de Moraes. Aberta a sessão pelo presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, convocou s. ex. o dr. Carlos da Silveira para substituir o primeiro secretário, prof. João Augusto de Toledo, que não compareceu por motivo de força maior, e convidou o dr. Aureliano Leite para ocupar a cadeira do segundo secretário. Em seguida, expõe o sr. presidente os dois motivos fundamentais da reunião: comemorar o 46.º aniversário do Instituto, cuja existência, assinalada por inestimáveis serviços, tem sido a melhor garantia contra as lendas e erros que frequentemente se introduzem no domínio da história e da geografia, assim como no das ciências correlatas; e homenagear, pelo elogio histórico de cada um, os sócios cujo desaparecimento teve o Instituto que lamentar no transcurso do ano social findo. Explica o sr. presidente que, para fazer o necrológio dos sócios falecidos em anos anteriores, ocuparam a tribuna oficial da instituição, além de s. ex., que o fizera acidentalmente, grandes vultos da intelectualidade brasileira, como João Pereira Monteiro, Eduardo Prado, Manuel Pereira Guimarães, Teodoro Sampaio, Gomes Ribeiro, Hipólito da Silva, Rafael de Sampaio, Afonso de Taunay, Francisco Morato, Gomes dos Santos, Eugénio Egas, Afonso de Freitas Junior, Spencer Vambré e José Soares de Melo. O atual orador oficial, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, a quem tinha o prazer de dar a palavra, para o fim especial de fazer as biografias dos sócios falecidos durante o ano social de 1939-1940, é a jovem e robusta inteligência que todos conhecem e admiram, servida por uma sólida cultura, a que se acrescentam um coração cheio de bondade e um verbo cheio de ouro. Ocupando a tribuna, o dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, depois de agradecer ao sr. presidente as referências feitas à sua pessoa, passa a tratar, pela ordem cronológica dos respectivos falecimentos, das ilustres personalidades que foram o prof. Vicente do Rego Temudo Lessa, o dr. Leopoldo de Freitas, o cel. Antônio Felix de Araujo Cintra, o gal. José Maria Moreira Guimarães, o dr. Ricardo Severo, o dr. José Francisco de Queiroz Teles, o dr. José Pereira de Queiroz e o dr. Tácito de Almeida. Terminado, sob longa salva de palmas, o brilhante discurso do dr. Ataliba Nogueira, o sr. presidente enalteceu as qualidades do orador, cujas palavras,

acentuou, se conservariam por muito tempo na memória dos presentes, tal a profunda e excelente impressão que haviam causado. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 25-1-941. — José Torres de Oliveira. — N. Duarte Silva. — Tito Livio Ferreira.
